UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RONALDO QUEIROZ DE MORAIS

Do Exército Moderno à República Militar:
Caserna, Política e Tensão
(1913-1977)

São Paulo

2009

RONALDO QUEIROZ DE MORAIS

Do Exército Moderno à República Militar:

Caserna, Política e Tensão

(1913-1977)

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social

Orientador (a): Prof. Dra. Maria Aparecida de Aquino

São Paulo

2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ronaldo Queiroz de Moraes

Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977).

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Aparecida de Aquino

Instituição: USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

Instituição: USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Eugênio Vécio

Instituição: UFSM

Assinatura: _____

Prof. Dra. Sara Albieri

Instituição: USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

Instituição: UFSC

Assinatura: _____

**À Eleonora Queiroz, minha filha, hoje com oito anos, que
acompanhou todos os passos da pesquisa com encanto e
paciência.**

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho de pesquisa é ato solitário, mas altamente permeado pela solidariedade – sem a qual não teria como levar esta escritura a termo. É impossível aqui elencar nominalmente todos aqueles que direta ou indiretamente auxiliaram-me na labuta diária para transformar o projeto em tese. No entanto, quero aqui agradecer, em especial, aos arquivistas e bibliotecários que me dispuseram documentos e obras de importância capital à pesquisa, cito aqui o Chefe da Divisão de História e Acesso à Informação do Arquivo Histórico do Exército, capitão Francisco José Corrêa Martins e o Prof. Ms. da Seção de História Militar da AMAN, tenente Alexsander Elias Soares, que me enviaram do Rio de Janeiro documentos preciosos. Da mesma forma, aos colegas do Colégio Militar de Porto Alegre, em particular, ao major Prof. Ms. Márcio Fenili Antunes pelo apoio incondicional à pesquisa. Além disso, não posso deixar de agradecer às sugestões precisas e sinceras dos integrantes da Banca de Qualificação, Prof. Dr. Marcos Napolitano e Prof. Dr. Luiz Eugenio Vécio. No que concerne ao debate teórico e ao apoio acadêmico, agradeço em total regozijo, no singular, a minha Orientadora Prof. Dra. Maria Aparecida de Aquino e a todos os meus colegas da USP. Agradeço, ainda, à Cláudia Queiroz pelo incansável trabalho de leitura da tese corrigindo e sugerindo maior clareza ao texto. Entretanto, apesar de toda solidariedade recebida, a responsabilidade da escritura, em absoluto, pesa sobre o autor.

“A história é lugar de experimentação, maneira de revelar diferenças. Saber do outro e, portanto, de si mesmo”.

Roger Chartier

RESUMO

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1977)**. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, História e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

A presente pesquisa trata de esforço hermenêutico com o objetivo de historiar o Exército como corpo institucional a partir do período de constituição da corporação como entidade moderna ao da estruturação da República Militar. Com a intenção de expor as filigranas políticas e culturais que ao longo da república brasileira qualificaram as identidades na caserna. Com o olhar voltado às práticas sócio-militares para enfim compreender a mentalidade hegemônica que consolidou na instituição uma visão conservadora de mundo. Esse olhar, no entanto, não negligencia, ainda, a importância do social – da sociedade brasileira – para a constituição do Exército como força militar e política na república brasileira. Fundamentalmente, as forças armadas não se apresentam deslocadas da sociedade, mesmo que o confinamento esteja na ordem do dia institucional, verdadeiramente, trata-se de uma entidade burocrática antes totalizante do que totalitária. Sendo assim, a história do Exército não está deslocada da vida ordinária brasileira nem da formação do Estado moderno no país. Sempre é bom lembrar que a matéria-prima – o corpo a ser militarizado – é antes de tudo produto da sociedade civil. Dessa forma, a escritura revela a intenção de explicar e relacionar, com a modernização do Exército, o processo de normalização militar da caserna com a efetivação da corporação como ator político nacional. No limite, num quadro conjuntural de tensão intramilitar e de consenso, meticulosamente, construído ao longo da república brasileira. Por fim, o contexto societal brasileiro no qual o Exército modernizou-se revela a produção de um poder militar naturalizado, por isso respeitado e autônomo – tentamos aqui desnaturalizar esse poder com a historicização das práticas sócio-militares.

Palavras-Chave: Modernização do Exército. Normalização na Caserna. Anticomunismo Militar. Estado Militar. Distensão e Exército.

ABSTRACT

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão.** 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, História e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

The present research represents a hermeneutical effort on approaching the Brazilian Army's history as an institutional corps since its formation period as a modern entity to the Military Republic's structurization. Having as a goal to expose the political and cultural contexts that have qualified the military environment all through Brazilian Republic. Aiming the social military practices to finally comprehend the hegemonial mentality that have consolidated in the institution a conservative view of the world. Notwithstanding, that view does not leave apart the importance of the social – of brazilian society – to the constitution of the Army as a military and political force in the Brazilian Republic. Fundamentally, the Armed Forces are not detached from the society, even though confining is the institutional daily order, actually, it is a bureaucratic entity much more totalizing than totalitarian. Thus, the Army's history is not detached from brazilian ordinary life nor from the formation of the modern State in the country. It is always worth to remind that the raw material – the corps to be militarized – is above all a product from the civil society. This way, the deed reveals an intention to explain and relate to the Army's modernization, the military normalization of the environment with the corps effectivation as a national political actor. In a conjunctural set of intramilitary tension and consensus, meticulously built all through Brazilian Republic. The brazilian societal context in which the Army modernized itself reveals the production of a naturalized military power, therefore respected and autonomous – we try herein to make this power unnatural with the historicization of the social military practices.

Keywords: Modernization of the Army. Normalization in the Barracks. Military anti-communism. Military State. Distension and the Army.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A REPÚBLICA E A INSTITUIÇÃO DO EXÉRCITO MODERNO: A GENEALOGIA DA POLÍTICA MILITAR SOBRE A CASERNA	39
1.1 AS REFORMAS E AS REVOLTAS MILITARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA	41
1.2 O EXÉRCITO COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL NA ERA VARGAS	74
1.3 O REALISMO CONSERVADOR E A DEMOCRACIA DO PÓS-GUERRA	106
2. O ANTICOMUNISMO MILITAR E A NORMALIZAÇÃO INSTITUCIONAL: A MONSTRUALIZAÇÃO POLÍTICA DOS CORPOS DISSIDENTES	139
2.1 O ANTICOMUNISMO E A IDENTIDADE MILITAR CONSERVADORA	144
2.2 A BANALIZAÇÃO DOS CORPOS MILITARES DESVIANTES	184
2.3 COESÃO E INTERVENCIONISMO POLÍTICO-MILITAR NO PÓS-GUERRA	207
3. O EXÉRCITO NO ESTADO MILITAR: OS EXPURGOS E A NOVA ORDEM POLÍTICO-MILITAR	252
3.1 O MINISTÉRIO DA GUERRA E OS EXPURGOS MILITARES	264
3.2 O ESTADO MILITAR E A NORMALIZAÇÃO NA CASERNA	283
3.3 CASERNA, COESÃO E TENSÃO NA REPÚBLICA MILITAR	317
4. O GOVERNO MÉDICI E A CASERNA: CONSTITUINDO O “GRANDE MUDO”	394
4.1 ORLANDO GEISEL E A BUROCRACIA FARDADA	399
4.2A POLÍTICA DE ESTADO COMO POLÍTICA DA INSTITUIÇÃO	419
5.3 SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E GUERRA REVOLUCIONÁRIA	446
5. A DISTENSAO POLÍTICA E O EXÉRCITO: A GENEALOGIA DA DESMILITARIZAÇÃO DO PODER CIVIL	483
5.1 ERNESTO GEISEL, EXÉRCITO E DISTENSAO	489
5.2 SYLVIO FROTA, ANTICOMUNISMO E TENSÃO MILITAR	515
5.3 A SUJEIÇÃO DA BUROCRACIA MILITAR	555
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	585
7. REFERÊNCIAS	605
8. ANEXOS	646

INTRODUÇÃO

O Exército brasileiro passou por mudanças importantes no período republicano, transformando-se em força verdadeiramente moderna de combate. O saber-poder institucional centrou-se na formação de sujeitos de combate cada vez mais técnicos, contudo ao contrário da formação militar dos países capitalistas avançados, a inserção política da instituição, como bloco de sustentação ou de oposição aos governos civis, foi frequente. Assim, com a mesma intensidade que a corporação investia na reformulação da identidade militar, com o objetivo de militarizar os corpos da caserna, também, se procurava impor a política do Exército sobre o Estado e a sociedade civil. De forma que historiar a modernização do Exército nos leva a uma vereda de fios que ao organizarmos apresenta ligações necessárias para a compreensão do regime militar – das duas décadas de poder militar sobre a sociedade civil.

Destarte, o eixo central da pesquisa se encontra na elaboração de olhar crítico-sensível acerca da passagem do período entre a formação do Exército Moderno e a fundação da República Militar. Como a história só existe por meio do discurso¹ e na forma de texto procuramos erigir uma narrativa que contemplasse o específico sem se desprender do geral. O olhar referente à pesquisa direcionou-se tanto para o mundo ordinário da caserna – com os currículos das escolas de formação, os regulamentos, os eventos militares, os discursos das autoridades

¹ DUBY, Georges. **Diálogos Sobre a Nova História**. 1989. p.45.

institucionais e a memória militar – como para os aspectos maiores, gerais, que tratam da relação entre a sociedade civil e a corporação militar, do Estado e a Instituição, do regime militar e a corporação. Visto que o Exército não vive apartado do social, do “modo de reprodução da sociedade”, a corporação é o resultado dialético das vicissitudes que se apresentam no plano da sociabilidade geral. Independentemente, da estranheza paisana da vida militar, ela não está de todo alijada da sociedade.

É no bojo da modernidade, no turbilhão transformacional, que aparecem as “instituições totais”, entidades fechadas, o Exército é uma delas, contudo a modernidade, também, arrasta a todos para o meio urbano massificado, de forma que o Exército moderno é, ainda, uma corporação de massas. À vista disso, é na massa, no corpo social, que a instituição busca a matéria-prima para regular, disciplinar e manipular a fim de ajustá-la ao mundo militar. Portanto, explicar as transformações na caserna, exclusivamente, pelo espaço militar se perde os liames da corporação com a sociedade e o Estado brasileiro. Em absoluto, não pretendemos aqui afirmar simplesmente que o Exército é o reflexo direto da sociedade, pois não é isso, a instituição tem vida independente, se constrói a si mesma, mas os elementos para a construção da corporação são, objetivamente, buscados no corpo social. Nesse sentido a invenção cotidiana do Exército não pode estar descolada da realidade política e cultural do país.

Sendo assim, o propósito da pesquisa consiste em explicar o processo de normalização político-militar na caserna que criou as condições para que a instituição pudesse postar-se com força militar suficiente à consolidação do Exército como ator político durante boa parte da república no mesmo movimento de

militarização da corporação. A normalização institucional não ocorre sem tensão, no interior da caserna os conflitos foram constantes, entre a resistência de um lado e a vontade de obediência de outro a corporação foi se transformando, assumindo a forma moderna. Assim, é relevante contabilizar as relações de poder político-militares, que num contexto de busca institucional de mudanças profundas, produziram, além da utopia da coesão total na caserna, uma sociedade verdadeiramente disciplinar, de corpos dóceis e prontos ao consenso moderno. Em poucas palavras, relações de poder que forjaram uma instituição com alta intensidade de coesão, principalmente, na base hierárquica.

Houve uma mudança importante no âmbito político e cultural na corporação. A formação militar nas primeiras décadas do século XX estava carregada de cultura paisana, de forma que num país atrasado, de baixa urbanização, os militares da base da pirâmide hierárquica atuavam como força modernizante para quebrar a estrutura política e social do Estado Oligárquico – dessa forma, as principais manifestações políticas do período eram antes de militares do que de civis. As tensões político-militares mais relevantes e estrondosas concentravam-se na parte de baixo da hierarquia em virtude da baixa militarização dos corpos, assim, quando aumentou a intensidade da militarização do militar com a modernização institucional diminuiu consideravelmente a quebra da hierarquia entre os militares subalternos.

Como a modernização da instituição era totalmente inviável de cima para baixo, jovens tenentes foram enviados à Alemanha para adquirirem cultura militar moderna, pois a cúpula militar, no geral, vivia na inércia militar. Ao retornarem esses jovens militares passaram a exercer pressão sobre o topo hierárquico para que o Exército se transformasse em corporação moderna, afinado com a guerra total. A

revista “A Defesa Nacional” fundada em 1913 representou o espaço de crítica ao status quo militar e de informação sobre assuntos técnicos aos oficiais. Também, conhecidos como “jovens turcos” engendraram o tenentismo profissional que produziu no Exército a vontade de apartar efetivamente os militares da política e da cultura paisana, em nome do fortalecimento da instituição e da profissionalização dos corpos da caserna.

Em substância, havia duas forças da base hierárquica que reivindicavam mudanças modernizantes, uma ligada ao tenentismo político, que impunha a força das armas sobre a elite civil com o objetivo de modernização da política e da sociedade brasileira, e outra de linhagem técnica que buscava pressionar a cúpula militar para que o saber moderno militar alemão se transformasse em saber-poder da instituição sobre os corpos na caserna. Sem dúvida, não eram forças antagônicas, o Exército moderno pairava, amiúde, entre o espontaneísmo político-militar e a profissionalização. Quando o Exército a partir dos anos 30 passou à fase nacional, como corporação militar de primeira grandeza no país, a instituição procurou realocar o espontaneísmo político dos militares à corporação, neutralizando a política no Exército em benefício da política do Exército. Para tal, a modernização da instituição era imperativa, visto que concentraria as energias da tropa nas atividades profissionais.

Como historiar implica apresentar rupturas, é relevante pontuar o rompimento no interior do corpo coercitivo que, paulatinamente, foi apartando-se da cultura militar bacharelesca e assumindo uma cultura militar profissional. Assim, impõe-se como necessário apontar a complexa transição de um militar partidarizado, apaisanado e vinculado a projetos políticos nacionais não-institucionais para um

militar profissionalizado, disciplinado, dócil e vinculado, exclusivamente, ao horizonte da caserna. Sem a modernização institucional republicana o Exército não teria condições de garantir a coesão institucional suficiente para deflagrar um movimento político-militar capaz de instituir uma República Militar no país, onde o poder militar da caserna transferiu-se para o Estado, sem provocar tensão importante capaz de desestabilizar o regime imposto. A unidade da cúpula militar sempre foi maior do que a cizânia e a docilização da base hierárquica conquistada a partir dos anos 30 possibilitaram a coesão militar que assegurou o estabelecimento de nova ordem após 1964.

Depois do silenciamento da caserna no Estado Novo o Exército, na frágil democracia do pós-guerra, vivenciou internamente as tensões políticas que percorriam o corpo social. Os conflitos intramilitares, localizados basicamente no topo da hierarquia, que se manifestavam por meio das disputas pela presidência do Clube Militar, traduziam os antagonismos políticos que empolgavam a sociedade brasileira. Em síntese, um grupo militar identificado com a esquerda trabalhista e outro afinado com o capitalismo liberal de concepção norte-americana. Não obstante, as tensões também revelavam a existência, no interior da corporação, de militares que resistiam à militarização conservadora procurando conviver na caserna com ideias políticas progressistas de tom paisano – posição anacrônica para um contexto de estabilização político-militar conservadora. O espírito da caserna não corroborava o chefe militar de sentido paisano – o general do povo –, pois a identidade militar naquele momento, no grosso da tropa, já estava voltada à técnica profissional, principalmente entre a baixa oficialidade. A derrota militar dos corpos de esquerda no Exército em 1964 revela que os militares de esquerda não possuíam chefes efetivamente militares para impor resistência armada.

A governamentalidade do Estado Militar sobre a própria instituição produziu mudança significativa na corporação. Os expurgos dos militares de esquerda abriram caminho ao consenso militarizante da corporação. Houve aceleração na modernização do Exército, todas as condições de mando eram favoráveis à mudança. No limite, os grandes saltos modernizantes no Exército se deram quando os militares estavam próximos ou diretamente ligados ao poder de Estado, na Era Vargas e na República Militar. As medidas normalizantes dos primeiros governos militares já apontavam para o saneamento institucional. Em essência, os generais-presidentes buscavam dirimir as condições burocráticas anteriores que permitiam a criação de lideranças político-militares na instituição. Outra medida importante encontrava-se na efetiva modernização dos equipamentos bélicos e em investimentos sociais – habitação, saúde, soldos melhores – no homem-de-guerra. Assim, há uma distância enorme, fundamentalmente no topo, entre a corporação anterior a 1964 e a constituída no regime militar.

As mudanças ocorreram sob o clima de constante tensão, principalmente nos dois primeiros governos militares. Porém não revelavam resistência às transformações na instituição, mas a expressão de uma cultura militar oposicionista ainda imperante entre os oficiais superiores e generais. O Estado Militar procurou elaborar estratégias de poder sobre a instituição a fim de alinhar os interesses da nova ordem aos interesses do Exército. O Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), ao lado da burocratização das promoções, servia de instrumento de coação e de intimidação político-militar, além das transferências regulares. Todos os instrumentos de Estado foram utilizados para transformar o Exército no “grande mudo” na República Militar. A partir de dezembro de 1968 com o AI-5 ficou claro não apenas para os civis, mas fundamentalmente para os militares, que o novo regime

de fato consistia numa Ditadura Militar, no qual a hierarquia e a disciplina não eram mera retórica, mas deveriam ser praticadas diuturnamente pelos militares na caserna e fora dela.

Depois da relativa tranquilidade político-militar do Governo Médici, a cizânia voltou a preocupar os generais palacianos, fruto da proposta de distensão do regime do grupo castelista que não encontrava amplo apoio na área militar. Porém o general-presidente Ernesto Geisel utilizou os mesmos meios autoritários que fecharam regime para abri-lo. Sem dúvida, não são os personagens que explicam a história; a abertura do regime não foi obra da vontade pessoal de Geisel e Golbery, pois se o peso da personalidade foi decisivo, foi porque havia as condições institucionais para que o exercício de poder pudesse ser produtivo. Em poucas palavras, o incremento da modernização militar no Estado Militar produziu a completa militarização dos corpos na caserna, inviabilizando qualquer estrondo significativo, favorecendo sobremaneira o personalismo de Geisel e Golbery.

Com efeito, a vitória político-militar de Geisel em 1977, com a exoneração do Ministro do Exército, general Sylvio Frota, foi emblemática, pois indicia o esgotamento da desarmonia militar advinda do topo da hierarquia e a completa sujeição da instituição ao Estado Militar. Entre o momento de início da modernização do Exército na república e o de controle do Estado Militar sobre a abertura do regime, um período se fechou na história militar brasileira. Apesar da significativa autonomia militar sobre a instituição ainda em vigor, a cizânia militar deslocada do ordenamento institucional, não era mais produtiva – a coesão militar, em virtude da crescente militarização do militar não era, sobretudo, político-militar, mas efetivamente burocrática. Enfim, a burocracia fardada não respondia mais aos imperativos partidários, à vontade política, somente à norma – à vontade da

normalidade militar. Em decorrência de um longo processo de modernização que impôs saberes e poderes que, lentamente, a partir da base hierárquica foi docilizando os corpos da caserna. O esforço hermenêutico da presente pesquisa propõe apresentar e explicar esse processo.

Na leitura das fontes a relação documento/monumento pontuada por Jacques Le Goff permeou nosso olhar, para ele: “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento”². O documento é uma construção consciente ou não da sociedade, permeado pelo espaço-tempo e pela cultura daqueles que o produziram, como também por aqueles que o conservam. Dessa maneira, é por meio da desestruturação crítica do documento que podemos compreendê-lo como monumento de poder institucional. Os documentos militares são antes de tudo monumentos institucionais, a normalização institucional militar exige a produção e organização da memória das práticas castrenses. De forma que a produção dos documentos é na maioria das vezes afinada com a vontade institucional, nessa perspectiva o documento militar assume uma posição estratégica de poder normalizante, traduzindo, como em tensão e consenso constantes, os militares vivenciam a instituição. Os documentos postam-se, assim, como monumento da ordem institucional. Assim, é importante compreender a transformação desses documentos em monumentos que asseguram a ordenamento institucional. Diante disso, os documentos militares, além de informações da rotina burocrática e dos valores ideológicos, quando desestruturados, se apresentam como monumentos de poder.

² LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 1996. p. 547-548.

A documentação pesquisada, *grosso modo*, restringiu-se às seguintes fontes:

- a) Boletins do Exército (BE), documento formal que congrega todas as normas referentes aos militares, bem como os atos administrativos e punitivos. Além dos discursos (ordens do dia) advindos do chefe maior da instituição, ministro militar;
- b) Noticiário do Exército (NE), uma espécie de jornal de circulação interna que visa informar à tropa do conjunto de atividades institucionais realizadas pela corporação, ainda, contempla assuntos de interesse institucional, ordens do dia dos ministros militares e dos chefes do Estado-Maior do Exército. Os assuntos que circulam no NE traduzem o humor institucional, as tensões internas e como a Força Terrestre se apresenta – a imagem institucional – aos corpos militares;
- c) Revista a “Defesa Nacional”, publicação perene do Exército, desde 1913, que se caracterizou por reivindicar a formação de um exército no país de estrutura moderna. O fluxo dos artigos publicados apresenta as tensões militares e a política de normalização institucional por meio da teorização militar exibida pelos autores;
- d) A memória militar por meio de entrevistas como o caso do excelente trabalho da Fundação Getúlio Vargas³ (FGV) com os principais chefes militares contemporâneos que instigados pelos pesquisadores retomaram vivências militares e políticas não limitadas ao período do regime militar, possibilitando, assim, compreender os traços de ligação, as tensões e a coesão militar anteriores à República Militar;
- e) A memória militar produzida pela instituição, a Biblioteca do Exército (BIBLIEX) também publicou uma extensa obra dividida em 15 tomos de entrevistas com militares do Exército e outras forças, bem como, personalidades civis que vivenciaram de um lado ou de outro o regime militar. Foi, em parcela relevante, uma resposta da instituição ao trabalho da FGV, pois, os militares sentiram que suas memórias foram limitadas pelas perguntas dos pesquisadores civis. Dessa

³ As obras pesquisadas foram:

D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. 1997.

_____. **Visões do Golpe. A Memória Militar Sobre 1964**. 1994.

_____. **A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura**. 1995.

forma, o projeto intitulado “História Oral do Exército: 1964 – 31 de Março” organizado pelo general Aricildes de Moraes Motta trata da ordenação institucional das perguntas e de evocação da memória entre os pares, num clima de caserna;

- f) Escrituras autobiográficas de militares que vivenciaram momento impar na caserna, de transformação significativa, tais como o capitão Agildo Barata, o historiador e coronel Nelson Werneck Sodré, o general Machado Lopes, o marechal Odylio Denys, o general Jayme Portella, o coronel Jarbas Passarinho, o marechal Juarez Távora, o Ministro do Exército do Governo Geisel – general Sylvio Frota e outros.

As hipóteses de pesquisa que orientaram a leitura das fontes e se apresentam na escritura da tese são divididas em assertivas, das quais a assertiva central parte do seguinte: a participação direta dos militares na política brasileira com o controle do Estado consolidou o processo de militarização do militar, graças a um quadro anterior, de crescente normalização do corpo institucional militar, que forjou assim individualmente um militar mais técnico e disciplinado. Enquanto do ponto de vista institucional a normalização possibilitou condições para que finalmente a política do Exército adquirisse posição hegemônica diante do colapso político geral na sociedade civil. Assim sendo, a máquina de sustentação do Estado Militar era antes castrense do que política e a relativa tranquilidade político-militar do regime somente foi possível em virtude do processo de modernização iniciado nos anos 30 que favoreceu a docilização dos corpos na caserna, neutralizando as sedições militares advindas da baixa oficialidade.

As hipóteses particulares tratam de assertivas que orbitam em torno do ponto central, entre a genealogia da modernização do Exército e a constituição e funcionamento da República Militar, outras proposições são importantes para a

compreensão da estabilização da ordem militar, tais como: primeiramente, o anticomunismo militar, além da ideologia da ameaça comunista, também se postou como prática cultural de elaboração de subjetividades, de formação de uma visão conservadora no Exército. Assim, o anticomunismo militar refere-se antes de tudo às práticas culturais do que a ideologia política da caserna. Além disso, a doutrina de guerra revolucionária forneceu o ímpeto teórico – técnico militar – ao anticomunismo militar, possibilitando a inserção do “perigo vermelho” à cultura militar e o enquadramento da realidade política nacional aos imperativos de defesa.

A segunda proposição que orbita a hipótese central é o de que o desdobramento da modernização brasileira na caserna fomentou na instituição uma posição hegemônica em benefício de um “realismo conservador” no qual qualquer ação menos conservadora assumia um caráter comunizante. O realismo conservador, conceito elaborado por Samuel Huntington, consiste numa visão militar positivamente pessimista do homem, na segurança militar do Estado, no primado do Estado-Nação, na premência de segurança (para os militares nada é seguro) e na expansão e fortalecimento do aparato coercitivo⁴. E esse caráter é o que fomentou no corpo militar a coesão necessária ao grupo militar que empolgou o poder político em 1964.

Com relação à República Militar, a terceira proposição consiste na ideia de que a ação direta dos militares na administração do Estado incrementou a modernização da instituição no plano material (equipamentos de combate) e nos corpos da caserna, produzindo uma mentalidade militar intensamente identificada com os valores institucionais e profissionais. O Estado Militar e o Exército investiram

⁴ HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado...** 1996. p. 96.

em práticas normalizantes com o objetivo de anular completamente o resíduo de partidarismo ainda existente na instituição.

A quarta proposição avalia que a busca da coesão total por parte da instituição militar é o que pontua as práticas normalizantes. Na medida em que a coesão militar não se reduz aos atos administrativos e à estrutura disciplinar, mas trata-se também da utopia da sociedade militar e de um processo de luta interna, de esmagamento das diferenças, de uniformização da tropa e de construção da própria imagem institucional. A coesão militar não significada simplesmente unidade dos corpos em torna da instituição, visto que ela se insere no jogo de forças, na vontade da sujeição burocratizante – a unidade, assim, é apenas o resultado objetivo desse processo.

A quinta proposição, parte da premissa de que a presença dos militares no controle político do país produziu o seguinte paradoxo: maior politização militar na esfera palaciana – no comando do poder civil – e a necessidade imperante de despartidarizar os militares da caserna, afastando-os do fazer político do tipo paisano, pois no Estado Militar há forçosamente a politização dos militares e a militarização da política⁵. Destarte, nas práticas de mando o Estado Militar teve que erigir territorialidades entre os militares enquanto governo e os militares enquanto instituição – operação delicada que provocou investidas do Estado para dirimir a cizânia institucional. O que contribuiu com a aceleração da despartidarização da caserna, pois por meio da administração geral do Estado a instituição militar sofreu um processo normalizante que amiúde a apartava da política civil, pois no poder, os

⁵ ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. 1980. p.14.

Generais Palacianos precisavam de um aparato militar despartidarizado e disciplinado – evitando assim a oposição armada.

Para encerrar as proposições, partimos da premissa de que durante o regime militar a normalização, no sentido da formação do militar-militarizado, produziu uma nova cultura militar, assim, com o término do regime presenciamos uma ruptura importante entre os militares na vanguarda de 1964 e os militares que vivenciaram a vida ordinária na caserna na República Militar. O conceito de “militar-militarizado” elaborado por Alain Rouquié é precioso, na medida em que historiciza a constituição militar. O militar-militarizado representa a formação de um militar apartado da política civil, mais técnico e disciplinado⁶. O conceito visa a historicização do corpo institucional no processo de construção do militar moderno.

A avaliação da formação de uma nova cultura militar, parte do conceito de cultura de Clifford Geertz, ou seja, de que a cultura é uma teia de significados, tecida coletivamente, que amarra as práticas sociais, porém ela permanece cotidianamente sendo tecida no corpo social⁷. A cultura militar desenvolvida na pesquisa consiste em incorporar as estruturas institucionais como teias de significados que forjam subjetividades coletivas, em tempo longo, mas que não representam espaços fechados na qual os corpos estão peremptoriamente presos, pois ainda que envolvidos por teias de significados, os corpos tecem novas teias, vagarosamente, ordinariamente.

Em face da nova cultura militar é que foi possível o relativo sucesso da saída militar da política, o que em parte se explica pelo deslocamento cultural da instituição, da política para as atividades profissionais, fruto da acelerada

⁶ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.61.

⁷ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1989. p. 15.

normalização das práticas militares no Exército. Entretanto, não é viável concluir que com a docilização dos corpos da caserna o militar enquanto instituição passou à condição de absoluta sujeição ao poder civil. Absolutamente, não. Não é tão simples assim. A sujeição completa do aparato militar ao poder civil corresponde ao controle político do Estado sobre a estratégia militar, à tomada de decisão civil sobre os assuntos militares. No limite, a desmilitarização do poder civil não correspondeu à total sujeição da burocracia, pois proporcionou apenas o deslocamento do poder militar para a caserna.

Quanto ao suporte teórico, para dar conta da investigação, nos baseamos em Michel Foucault como autor que elabora um pensamento que paira à beira da falésia, independentemente do perigo que representa, traz questões importantes para o trabalho de problematização das fontes, principalmente quando nos reportamos ao poder político e às instituições modernas. Michel Foucault focaliza seus estudos em torno da construção da sociedade disciplinar na modernidade, apontando algumas inflexões na direção da sociedade militar e de seus poderes disciplinares, numa abordagem mais fina do que a de Max Weber, na medida em que este último centra sua análise no Estado Moderno e no que o caracteriza, ou seja, a posse do “monopólio da violência”⁸. Entretanto, Michel Foucault, procura afinar o olhar a partir dos saberes e dos poderes disciplinares que fundamentam as relações de poder modernas tendo como corolário a formação de uma sociedade disciplinar, que jamais se configura em “sociedade disciplinada”. Há uma proximidade teórica entre o tema weberiano da “jaula de ferro” da modernidade – com a racionalização do Estado açambarcando o uso da violência legítima – e a

⁸ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 1999. p.525.

“microfísica do poder” de Foucault expressa na crescente disciplinarização dos corpos. A excelente leitura dos americanos Dreyfus e Rabinow referente à obra de Foucault pontua e referenda essa aproximação: “Foucault isolou e identificou os mecanismos de poder da racionalização mediante uma análise mais fina do que a de Weber. Porém, isto deveria ser considerado como um avanço, não como uma refutação do projeto weberiano⁹”.

No processo de aburguesamento do social nos deparamos, obviamente, com a formação do Estado Moderno e de seu aparato coercitivo, igualmente, com as vicissitudes políticas e seus conflitos que são arbitrados pela força das armas – assim a compreensão da dimensão da guerra na política moderna, e de sua relação com esse processo têm campo conceitual fundamental para a pesquisa. O conceito de “governamentalidade” de Michel Foucault nos auxilia no exercício explicativo da historicização do poder militar brasileiro, excepcionalmente no contexto do Estado Militar. A governamentalidade refere-se aos procedimentos, táticas, análises, reflexões, cálculos constituídos pelas instituições que permitem o exercício de forma específica e complexa de poder sobre a população, por meio do saber-poder político-econômico e pelos dispositivos de segurança. Ainda, a governamentalidade representa uma tendência moderna que trouxe por um lado, o desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de um conjunto de saberes com o objetivo de governamentalizar o Estado¹⁰.

O esforço de pesquisa envolve a historicização da constituição do Exército como uma sociedade disciplinar e a governamentalidade do Estado Militar sobre a caserna. Assim, historiar o Exército e o Estado Militar, enquanto máquinas político-

⁹ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.147.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p. 143-144.

administrativas da ordem moderna sublinha a motivação da pesquisa. Diante disso, num sentido mais específico, buscamos pensar estes espaços normalizativos como campo de luta, de relações de poder e de teias culturais – dando ênfase à força coercitiva em sua dimensão física e dissuasiva em processo de aburguesamento do social, num período em que os militares atuaram como atores políticos e como força administrativa (portanto normalizadora) do país.

Para uma melhor compreensão teórica do Estado e do aparato coercitivo foi necessária uma leitura cuidadosa do poder normalizativo, ou seja, a elaboração de uma microfísica do poder não restrita às micro relações no corpo institucional, que compreende, desse modo, as relações de poder internas e as que perpassam por trás da instituição tendo como fonte o Estado. Essencialmente, representa a utilização de conceitos de Michel Foucault como ferramentas explicativas das práticas político-militares historiadas ao longo da pesquisa. De tal forma que o poder foi percebido em ato como prática num conjunto de relações. Não há uma fonte, o que temos é um espaço onde o poder se exerce sobre os corpos no afã de discipliná-los. Temos assim as estratégias de controle e de resistência diante de uma sociedade disciplinar, que absolutamente não é o mesmo que sociedade disciplinada, pois, tal como no campo de batalha, o que temos são ofensivas e recuos – conquistas e derrotas. No caso da sociedade disciplinar estamos, decisivamente, numa guerra sem fim – em que a resistência e o controle evidenciam as estratégias normalizantes.

É fundamental apresentar aqui algumas obras que foram de importância seminal ao desenvolvimento da pesquisa. No que diz respeito aos estudos teóricos específicos à área militar, os autores Samuel Huntington e Morris Janowitz pontuam como clássicos da sociologia militar, impossível percorrer ao universo institucional

militar sem recorrer os trabalhos publicados por eles. Entretanto, não vamos aqui nos ocupar de uma exposição crítica das obras desses autores, o que já foi feito em alhures (em outros trabalhos), mas buscar nos clássicos o que pode ser significativo para a análise da instituição militar.

Samuel Huntington elabora uma descrição pertinente do imaginário político-militar moderno por meio do conceito de “realismo conservador” que se desenvolve a partir de uma ética profissional específica que, em síntese, se apresenta como: uma visão positivamente negativa do homem (ideologia centrada em Hobbes); na supremacia da sociedade sobre o indivíduo; na importância da hierarquia, da disciplina, da História e das tradições; na defesa do Estado Moderno como fundamento da organização política; na iminência da Guerra; na segurança do Estado como prerrogativa das Forças Armadas; na ideia de que a estabilidade e a segurança se estabelecem a partir de Forças Armadas fortes¹¹. Por certo, o conceito de “realismo conservador” de Huntington possibilita-nos pensar as práticas político-militares, no interior do Exército brasileiro, que imobilizaram uma ação mais à esquerda por parte dos militares progressistas – garantindo, assim, a coesão suficiente ao estabelecimento da nova ordem militar.

O pensamento Morris Janowitz centra-se na concepção não essencialista da profissão militar, o que implica uma dinâmica na constituição das práticas político-militares. Janowitz percebe uma convergência entre o espaço civil e militar, graças ao desenvolvimento tecnológico que associa os saberes civis e militares. Além disso, o militar não deve ser apartado do todo social já que, para ele, o militar se apresenta como parte orgânica da sociedade civil. Nesse sentido, as tensões

¹¹ HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado...** 1996. p. 77.

políticas apresentadas no corpo civil têm o seu equivalente no corpo militar. Outro aspecto abordado por Janowitz é a percepção de que, independentemente da ideia de coesão, a instituição militar não representa um grupo monolítico de poder, ou seja, há a presença de divergências entre os militares, o que se torna pertinente a fim de compreendermos as relações de poder no interior da instituição militar¹². Ideias importantes para não isolarmos completamente a caserna da sociedade como um todo e, ainda, compreender a coesão militar antes como estratégia de unidade militar de que como condição natural.

Outro trabalho de pesquisa importante é a de Alain Rouquié “O Estado Militar na América Latina¹³”, pois nos fornece um importante trabalho de conjunto do poder militar nos países latino-americanos, conhecimento geral, mas importante em torno das relações entre as instituições militares e o poder político. Há na obra uma crítica às explicações deterministas vinculadas às questões culturais, econômicas ou instrumentais com referência à intervenção militar na política civil. Rouquié nega os determinismos, essencialmente, quanto se exclui da análise a compreensão dos mecanismos de poder. Dessa forma, o autor procura descobrir a ação militar a partir da observação do funcionamento do poder institucional e de sua relação com a sociedade em geral. Dentro do quadro teórico da História Política Rouquié historia o processo de modernização das instituições militares na América Latina a partir da profissionalização do militar. O que nos possibilita compreender a ação militar dentro de um campo de transformação histórica num quadro de modernização que objetivava a militarização do militar. Assim percebemos que há uma historicidade na

¹² JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional...** 1967. p.

¹³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina.** 1984.

constituição da corporação militar e que qualquer essencialismo só nos leva aos truísmos.

Ademais, temos trabalhos importantes a respeito do Exército brasileiro e da relação da instituição com a política civil – não cabe inventariar as pesquisas significativas produzidas sobre o tema, mas apontar as que foram relevantes para a pesquisa em tela. Dessa forma, eis os trabalhos que direta ou indiretamente foram valiosos para ora problematizar ora clarear as questões referentes ao tema pesquisado. Primeiramente, a obra “Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira”, de Edmundo Campos Coelho, essa obra foi publicada nos anos 70 – o ponto central do trabalho está em pensar o Exército como organização, o que implica a percepção dos mecanismos de sociabilidade interna para construir a identidade militar. Edmundo Campos Coelho sugere três processos conexos que marcam, historicamente, a evolução do Exército brasileiro: o desenvolvimento de interesses próprios da organização (o que explica as pressões político-militares); a conquista crescente de autonomia frente à estrutura de poder formal; o fechamento progressivo aos influxos da sociedade civil. De forma que há um horizonte institucional que explica a ação político-militar a partir da crítica às explicações instrumentais, ou seja, as explicações que partem da premissa de que as Forças Armadas representam meros instrumentos de classe, desconsiderando, assim, os elementos internos que impelem a ação político-militar¹⁴.

As pesquisas do brasilianista Alfred Stepan, também, foram de fundamental importância. A obra “Os Militares na Política: As Mudanças de Padrões na Vida

¹⁴ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade...** 2000.

Brasileira”¹⁵, procura explicar a mudança no padrão de ação político-militar com a permanência dos militares no poder político após 1964. Para tal investe numa investigação em torno da instituição militar procurando compreender a matriz do comportamento político-militar. Para nossa pesquisa a análise da instituição frente a essa mudança de padrão nos possibilitou uma maior compreensão do processo histórico de constituição de novas relações entre civis e militares, concomitante à elaboração de transformações significativas no interior da corporação militar, principalmente, quando sublinha as práticas institucionais e as tensões internas. Do mesmo autor “Os Militares: Da Abertura À Nova República”¹⁶, tem como proposição central a de que a liberalização ocorreu em virtude das contradições geradas pela autonomia crescente do aparelho de segurança. Em parcela nada desprezível, o aparato de repressão pela própria natureza da operação – bem mais policial do que militar – não obedecia ao ordenamento militar, transformando-se assim numa máquina de controle precário. No entanto, o relevante na obra de Alfred Stepan encontra-se na seguinte divisão do corpo militar: militares enquanto governo, comunidade de segurança e militares enquanto instituição. Na medida em que possibilitou-nos um arranjo mais elaborado das tensões militares demonstrando que na governamentalidade do Estado os militares não se encontravam num bloco rígido de poder.

O trabalho de Eliézer Rizzo de Oliveira “As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1968)”¹⁷ — dissertação de mestrado —, centra-se na proposição de que a formação dos militares na Escola Superior de Guerra e a divulgação das idéias produzidas nessa escola foram fundamentais para a

¹⁵ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política...** 1975.

¹⁶ STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República.** 1986.

¹⁷ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **As forças armadas...** 1978.

construção da ideologia militar que efetivamente consolidou a ação militar golpista em 1964. Pesquisa importante que procura mapear o processo político, referente à ação militar, pontuando a ideologia político-militar que consolidou a hegemonia necessária à sustentação do regime militar. Contudo, o relevante desse trabalho para nossa pesquisa é menos o centro da discussão, ou seja, a ESG e mais a riqueza de informações e análises a respeito da instituição militar. Essencialmente quando trata da questão da hegemonia militar e do próprio aparelho institucional, pois o autor apresenta com riqueza as tensões militares referentes à “governamentalidade” do Estado Militar, como também as vicissitudes normalizantes que possibilitaram a vitória política dos generais sobre os demais oficiais no governo de Costa e Silva. Além da excelente abordagem em torno da busca da coesão militar com o objetivo de assegurar a estabilidade político-militar do Estado e salvaguardar a instituição. Outro trabalho importante de Eliézer Rizzo de Oliveira intitula-se “De Geisel a Collor: Forças Armadas e Democracia”¹⁸, que nos fornece uma abordagem crítica e pontual referente ao período da transição (distensão política) do Estado Militar ao Estado Democrático. Teoricamente afinado com Max Weber acerca da essência do Estado Moderno, ou seja, a coação física como prerrogativa exclusiva do Estado ele parte da premissa de que para consolidar a democracia no país, é fundamental o controle político (civil) do aparato militar. O significativo para nossa pesquisa se estabelece na continuidade do debate em torno da coesão militar nos governos de Geisel a Collor, assim a tensão militar (pressão político-militar da chamada linha dura) foi constante e um teste importante com o objetivo de confirmar a subordinação da tropa (disciplina e a hierarquia) ao chefe supremo das Forças Armadas (Presidente da República). O caso Sylvio Frota foi

¹⁸ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **De Geisel a Collor...** 1994.

contundente, um excelente exemplo de tensão militar. A solução militar dada ao caso (exoneração) do Ministro do Exército demonstra o alto grau de normalização existente na instituição.

A obra “Distensão no Brasil: O Projeto Militar (1973-1979)”¹⁹ de Suzeley Kalil Mathias, tem como hipótese central a ideia de que a transição brasileira é o resultado da execução de um projeto eminentemente militar (de um setor das Forças Armadas). Assim, a transição brasileira deve-se menos às pressões civis e mais à intenção aberturista dos militares. Quando historiamos o processo de abertura fica evidente que na vanguarda estava os militares do grupo “castelista”, contudo em nossa pesquisa procuramos problematizar as implicações da hipótese da autora. Com efeito, o projeto autoritário castelista previa a saída militar da política civil, com a manutenção da autonomia política institucional, o que de fato ocorreu, porém a vanguarda militar somente foi possível dentro de um quadro institucional de coesão suficiente para assegurar a transição. Convém historiar a corporação militar para explicar porque independentemente da falta de consenso a respeito da abertura os militares permaneceram, no geral, em silêncio sem oferecer resistência contundente ao Estado Militar.

Outra obra significativa é “Forças Armadas e Política no Brasil”²⁰ de José Murilo de Carvalho. Trata-se de compilação dos principais artigos produzidos pelo autor ao longo de três décadas sobre o tema militar. Ela nos fornece um apanhado geral das questões e problemas que dizem respeito ao Exército, em sua formação histórica, nas questões políticas e nas ações belicosas. O autor começa a obra com

¹⁹ MATHIAS, Suzeley Kalil. **A distensão no Brasil...** 1995.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil.** 2005.

o seu primeiro artigo sobre o Exército na República Velha, demonstrando o poder desestabilizador da instituição nas primeiras décadas da república. A excelente leitura da história do Exército produzida pelo autor possibilitou-nos uma visão de conjunto da instituição. Ao longo da pesquisa foi de fundamental valia as informações e análises de José Murilo de Carvalho para abrir caminho em momentos de dificuldade hermenêutica.

A pesquisa de doutorado de João Roberto Martins Filho “O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)”²¹ publicada em 1995 representa um balanço crítico do que já havia se naturalizado nas abordagens sobre o tema. A visão dualista das forças militares (duros versus moderados) e o próprio conteúdo teórico dessas forças foram postos na linha da observação crítico-teórica do autor. Assim, o binarismo linha dura e sorbonne foi ampliado para quatro grupos políticos: castelistas, linha dura, alburquerqueistas e grupo palaciano. Sendo que no meio militar estes grupos vivenciavam relações de poder objetivamente complexas que se caracterizam pela desunião hierárquica (em torno da luta sucessória) e cizânia militar (pressão da caserna sobre o Estado Militar). No entanto, a história das crises militares no regime demonstra que a união sempre foi superior à discórdia militar. A pertinência da leitura do texto para a presente pesquisa está na crítica aos autores que reduzem o Estado Autoritário pós-64 ao aspecto meramente burocratizante como, por exemplo, a ideia de Estado Burocrático-Autoritário de Guillermo O'Donnell, na medida em que se negligencia, naquele contexto, o caráter militar do Estado Autoritário brasileiro. Diante disso, o autor se propõe a examinar a dinâmica política do regime militar centrada nas

²¹ MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna...** 1995.

relações de poder intramilitares, buscando explicar a complexidade da própria instituição diante da hierarquia militar de um lado, e a da crescente divisão política de outro. É o que João Roberto Martins Filho denomina como a unidade na desunião. Quando historiamos a cizânia em nossa pesquisa percebemos que os dois primeiros governos militares sofreram pesada pressão da caserna, no entanto criaram as condições normalizantes para que o Estado Militar pudesse de fato exercer domínio sobre a caserna.

A obra “Nova História Militar Brasileira” ²² organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, representa a síntese de pesquisas importantes em torno da questão militar. Dentro da perspectiva de uma Nova História Militar podemos encontrar trabalhos significativos que abarcam a história militar brasileira do período colonial até a contemporaneidade. Para a presente pesquisa o texto “A Profissionalização da Violência Extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64)” de Shawn C. Smallman foi de grande valia, pois pontua a violência no interior da caserna anterior ao Estado Militar, assim as práticas de exclusão dos corpos desviantes se colocaram como uma espécie de ensaio geral das práticas de terror e violência que se universalizaram após 1964. Ele demonstra que as lutas entre militares de esquerda e conservadores não se restringiram ao campo político, também foram carregadas de violência física e psíquica. Com efeito, os expurgos político-militares dos primeiros meses do regime não representaram o começo da banalização dos corpos dissidentes, mas uma etapa mais avançada e definitiva.

A tese de doutorado de Rodrigo Patto Sá Motta “Em Guarda Contra o Perigo Vermelho”²³, publicada em 2002, trata da historicização do anticomunismo no Brasil

²² CASTRO, Celso e IZECKSOHN, Vitor e outros. **Nova História Militar Brasileira**. 2004.

²³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho...** 2002.

de 1917 até o início da década de 60. O autor avalia o anticomunismo como fenômeno social e político. Não o concebe como mero fanatismo político ou religioso. Apresenta o anticomunismo em seu caráter multifacetado e histórico com singularidades epocais e regularidades estruturais. Analisa, ainda, o anticomunismo como representação e militância política. O texto de Rodrigo Patto Sá Motta auxilia-nos na abordagem do anticomunismo como tema que mobilizou as práticas sociais por longa data no país, no caso do anticomunismo militar foi possível abordá-lo como cultura político-militar que não diz respeito exclusivo aos medos institucionais, mas ainda as estratégias e táticas de poder institucional para por meio do “perigo vermelho” conquistar a coesão na corporação.

A tese se divide em cinco capítulos que articulados apresentam uma narrativa das vivências institucionais no Exército entre o contexto de modernização da corporação e a efetiva normalização dos corpos da caserna com a aceleração da militarização da instituição na República Militar – tendo como corte cronológico 1913, momento de inclinação profissional militar ensejada pelos “jovens turcos” e 1977 no qual a sujeição completa da burocracia fardada à norma militar ficou evidente, manifestadamente a partir da inércia da caserna diante da exoneração do Ministro do Exército. A intenção é a de historicizar o processo de modernização no Exército como parte integrante das ações político-militares sobre o Estado. A constituição do Estado Militar somente se fez realidade num contexto de profissionalismo militar em que o consenso era maior que o dissenso. A formação de mentalidade militar ligada ao “realismo conservador” assegurou a coesão militar e a docilização da burocracia na caserna. Logo, a estrutura que garantiu o alicerce de apoio à existência e à governamentalidade do regime militar – na base hierárquica – deve ser buscada no imaginário político-militar dos anos 20 e nas práticas de disciplinamento dos corpos

a partir da Era Vargas, por outro lado, o que garantiu a governamentalidade no Estado Militar nas esferas da oficialidade superior foi, pontualmente, a normalização da caserna engendrada nos dois primeiros governos militares. Se a modernização nos anos anteriores ao movimento de 31 de março foi no sentido de silenciar a base da hierarquia militar a modernização no regime militar teve como objetivo inadiável impor o silêncio entre os oficiais superiores e generais da caserna.

O primeiro capítulo apresenta uma genealogia da política militar sobre a caserna. Não se trata da busca da origem, mas a necessidade de explicar a sujeição do saber-poder bacharelesco no Exército e elaborar uma relação com a formação na caserna de uma mentalidade hegemônica ligada ao “realismo conservador”. Descreve as principais reformas no ensino militar que procuravam adequar os corpos da caserna à bossa de guerra. As revoltas militares das primeiras décadas da república, além do indicativo de falta de militarização – disciplinamentos dos corpos – evidenciavam que a modernização era inevitável. O Exército após a Revolução de 1930 passou a ser uma entidade forte de expressão nacional, que procurava agir como bloco coeso – de forma institucional – em nome da política da corporação. No Estado Novo a formação militar caracterizou-se pela imposição do saber-poder profissional e pela busca da intensa militarização do militar. O modelo de caserna francês passou a ser alcançado fundamentalmente de baixo para cima. A base da estrutura militar moderna do Exército brasileiro foi construída nesse período. O capítulo abrange ainda o período do pós-guerra, no qual as divergências militares ameaçavam o ordenamento institucional, no entanto as tensões não abalaram a estrutura disciplinadora montada no Estado Novo, sendo que os conflitos intramilitares estavam localizados no topo da hierarquia. A estrondosa presença de militares de esquerda na instituição não provocou a degeneração do poder militar

conservador, pois a base da estrutura hierárquica mantinha laços identitários mais consistentes com a cúpula conservadora do que com os chamados “generais do povo”. O adestramento da tropa e a doutrinação anticomunista criaram a imagem de que o militar “normal” era diametralmente oposto à utopia democratizante de esquerda, pois ela ameaçava a própria existência da instituição. As fontes analisadas se concentraram, *grosso modo*, nos “Relatórios do Estado-Maior do Exército”, órgão que representa o cérebro da instituição e traduz os problemas institucionais relevantes.

No segundo capítulo o tema central encontra-se na relação entre o anticomunismo militar e a normalização na caserna. Discute o processo de “monstrualização” dos corpos dissidentes do projeto militar conservador. A doutrinação anticomunista no Exército foi de tal ordem que se tornou totalmente inviável atuar como profissional das armas e afinar-se com a esquerda política. O anticomunismo militar parte da mentalidade conservadora no Exército, o evento político-militar de 1935 serviu de símbolo do “perigo vermelho”, uma ameaça que partiu do interior da caserna que foi amplamente ressignificada para atender aos interesses político-militares da instituição. No entanto, ao transformar-se em ritual militar assumiu a condição de cultura. Carregado de significados, as práticas anticomunistas na instituição, passaram a atuar no processo de subjetivação militar, referendando uma conduta militar de ojeriza à esquerda política. Os corpos dissidentes passaram a ser banalizados ordinariamente, pois a monstrualização das vozes contrárias ao “realismo conservador” representava a garantia de coesão futura na corporação. A tomada do poder em 31 de março de 1964 teve no anticomunismo militar, naquele momento como expressão da guerra revolucionária, a motivação belicosa para agir ou para nada fazer na defesa do governo deposto. Tema de

documentação farta no Exército, para avaliar o anticomunismo militar recorreremos a uma série de publicações militares, tais como: artigos na revista “A Defesa Nacional”, ordens do dia, memória militar e documentação doutrinária avulsa.

O terceiro capítulo trata da governamentalidade sobre a caserna dos dois primeiros governos militares. Todo o esforço consistia em expurgar definitivamente os corpos estranhos ao movimento militar que derrubou o Governo Goulart e em estabelecer uma nova ordem político-militar. Como ponto fundamental presente nas primeiras medidas normalizantes no Exército estava a intenção institucional de inviabilizar as condições militares que favoreceram a emergência do Estado Militar. A delimitação de territorialidades para o estabelecimento das relações de poder – pontuando linha objetiva entre a política do tipo civil, embora paradoxalmente conduzida por militares, e a política militar. Contudo, o contexto foi de tensão intramilitar, a cizânia, ou melhor, a intervenção de militares da caserna sobre a política do tipo civil era constante. Dessa forma, a oposição armada advinda da caserna era a mais temida, pois os militares no poder tinham consciência de que o caminho mais curto para a derrubada de governo passava pela instituição militar, logo interferir na instituição para acomodá-la à nova ordem era necessário e urgente. Medidas foram tomadas para evitar a desarmonia militar, a mais contundente foi sem dúvida o AI-5 que tornou evidente que o silêncio era ordem que partia do Estado Militar. As fontes mais frequentes, nesse capítulo, foram as do Boletim do Exército (BE), do Noticiário do Exército (NE) e a memória militar.

O capítulo quarto trata de um período, no Governo Médici, de tranquilidade interna na caserna, as tensões intramilitares e a cizânia não se postavam como problema ao Estado Militar. Entretanto, foi momento de tensão e de ameaça dos grupos armados de esquerda contra o regime militar. A doutrina da guerra

revolucionária passou a exercer sentido prático imediato. Como Ministro do Exército Orlando Geisel foi o responsável por montar toda a estrutura de combate à subversão. No comando da burocracia fardada o general Orlando Geisel foi o responsável por consolidar na corporação o silêncio disciplinar e por fornecer a estrutura burocrática contemporânea ao Exército, os investimentos em equipamentos bélicos, a transferência do centro do poder militar para Brasília e a melhoria considerável da condição existencial do burocrata fardado, bem como, a dureza militar para com a indisciplina, foram ações fundamentais para a garantia do ordenamento militar. A ligação entre o “milagre” econômico e a disciplina na caserna, para estar sempre pronta para a garantia do binômio: segurança e desenvolvimento; produziu um grau elevado de coesão no interior da corporação. A modernização espetacular do país em grau próximo à modernização na caserna proporcionou na tropa legitimidade importante ao governo para a coesão militar. A documentação avaliada concentrou-se no Noticiário do Exército, nos discursos de Médici e Orlando Geisel e na memória militar do período.

Finalmente, o último capítulo versa sobre a distensão política no Governo Geisel, momento de busca da desmilitarização do poder civil por meio antes militar do que político, pois Ernesto Geisel não se furtou de sua condição de Chefe Supremo das Forças Armadas para comandar a abertura política no país. O grupo castelista impôs de cima para baixo a distensão do regime, não sem tensão intramilitar; o caso da exoneração do Ministro do Exército, general Sylvio Frota foi emblemático. Antes de tudo um teste institucional, pois a relação de força foi tão desigual que a derrota do ministro antes de um exemplo de tensão intramilitar correspondeu, em realidade, a confirmação de que o grosso da instituição não respondia mais aos chamados político-partidários, pois a sujeição da burocracia

fardada ao Estado Militar já era fato. Porém, a vitória de Geisel finalizando seu governo com o fim da censura e o AI-5 – desmilitarizando substantivamente o poder civil – não correspondeu à completa subordinação militar aos imperativos políticos paisanos. Em absoluto, não houve o enfraquecimento objetivo do poder militar – a condução da desmilitarização do poder civil foi antes de tudo militar – de tal forma que o poder militar foi conservado e apenas restrito ao espaço da caserna e a tudo aquilo que se apresenta subjetivamente para instituição como de interesse militar. A documentação trabalhada aqui se concentrou no Noticiário do Exército, nos discursos de Geisel, na autobiografia de Sylvio Frota e na memória militar.

Por fim, esperamos que a pesquisa em tela possa contribuir com o debate acadêmico. Todo o esforço despendido na escritura e na análise do tema foi no sentido de construir uma história social da corporação militar. Nessa perspectiva, o estudo do Exército, além da especificidade e excentricidade dos corpos militares, possibilita-nos compreender por extensão a sociedade brasileira, parte do que somos.

1. A REPÚBLICA E A INSTITUIÇÃO DO EXÉRCITO MODERNO: A Genealogia da Política Militar Sobre a Caserna

[...] Se produziu uma estatização contínua das relações de poder.

Michel Foucault

A história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado brasileira. O Exército, como a única instituição nacional, foi um ator central dessa história.

Frank McCann

É preciso fazer a política do Exército e não a política no Exército.

Góes Monteiro

A República brasileira se fez a partir de um ato efetivamente militar, amalgamando uma cultura política nacional em que os militares assumem a condição de atores no teatro político republicano. Assim, a chefia do Estado republicano brasileiro foi exercida pelos Marechais Deodoro e Floriano militares do Exército. Isso, além de um fato traduz a genealogia da ação militar na política nacional, produzindo efeitos de poder que sublinham uma cultura política que aproxima a caserna das questões eminentemente civis. A política se impôs para os militares brasileiros, invertendo o aforismo de Georges Clemenceau, como algo por demais importante para ficar restrito aos civis.

Na República Velha, a estrutura socioinstitucional apresentava uma confusão de papéis: de um lado, políticos-guerreiros (civis que manipulavam armas com a mesma facilidade que utilizavam as palavras) e de outro, militares-bacharéis (mais propensos à filosofia e às ciências matemáticas do que à cultura da caserna). Talvez, as personalidades mais significativas destes modelos possam ser

sintetizadas na imagem de Pinheiro Machado (Senador) e de Benjamin Constant (tenente-coronel), republicanos importantes que se qualificavam paradoxalmente: o primeiro com o título de general e o segundo com o de Doutor. Contudo, longe de qualquer militarização da política nacional, por esse excesso de belicosidade na política, o que tínhamos era uma fraca pacificação do social, ausência de um monopólio efetivo da violência sob a égide do Estado. Dito de outro modo, se o Exército representava a única instituição importante do neófito Estado republicano brasileiro, ainda era fraco como instituição moderna para sustentar um poder contundentemente militar. De tal forma, que ao assumir o poder em 1889, não possuía organização suficiente para garantir “ordem e progresso”, assim a efemeridade do poder militar nos primeiros anos da República evidencia sua fragilidade institucional.

Com feito, a história do Exército brasileiro na República traduz-se como a história da modernização institucional a fim de consolidar a força militar como poder coercitivo nacional e assim romper com esta fragilidade. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é o de pontuar o processo de militarização do militar que engendrou um tipo específico de profissionalização, corpos hierarquizados e disciplinados, entretanto, extremamente politizados no sentido institucional – capazes de erguer um Estado Militar e governar o país. Numa espécie de genealogia do poder político-militar institucional para compreender as relações de poder que favoreceram a efetivação do estabelecimento do Regime Militar Brasileiro pós-64.

O quadro histórico apresentado aqui abarca o período de esboço da ordem militar moderna (entre reformas e revoltas na República Velha), o de estruturação do Exército como instituição nacional (na Era Vargas) e o de consolidação do

pensamento conservador militar (no pós-guerra). Estes momentos numa leitura de conjunto nos fornecem elementos importantes para que possamos compreender a formação do Estado Militar que garantiu um longo tempo de governança e de modernização conservadora no país.

Num sentido lato, toda a leitura desse quadro se constituiu consoante a proposição foucaultiana de analisar as instituições a partir das relações de poder¹. Assim, as relações de força no interior do aparato institucional militar adquirem maior inteligibilidade na relação com o corpo social e com a cultura política que alimenta as práticas militares e que dá sentido às políticas institucionais diante de uma conjuntura de crescente aburguesamento da sociedade. No limite, todo o esforço hermenêutico se traduz no mapeamento das práticas militares institucionais que paulatinamente foram consolidando a política militar sobre a caserna e de fato militarizando os militares.

1.1 AS REFORMAS E AS REVOLTAS MILITARES NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O Exército em todo período imperial não conseguiu se estabelecer enquanto força moderna institucional capaz de assegurar o monopólio da violência legítima, no sentido weberiano, pois representava um aparato fraco em termos militares, fruto de uma elite aristocrática escravista de matriz liberal que desconfiava da centralização do poder a partir de um Estado moderno. Contudo, como também se presenciava na Europa, os oficiais, diante da emergência do capitalismo industrial, desenvolveram

¹ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (Apêndice)**. 1995.p.245.

um conjunto de proposições políticas que divergia, muitas vezes, dos objetivos estabelecidos pela elite dominante². De forma que, na condição de instituição de segunda ordem, paulatinamente, o Exército passa a reivindicar melhor posição frente aos objetivos estratégicos do Estado. Entretanto, é preciso lembrar que os militares do Exército não possuíam, em virtude da débil organização, qualquer política hegemônica; sendo assim, a ação política era mais de militares isolados do que da instituição – por volta da década de 1850, a oposição à elite civil estava sob a égide dos jovens oficiais³, na medida em que o pensamento do generalato da época refletia sua posição social, ou seja, os oficiais gerais eram oriundos de famílias proprietárias de terra – tanto que, ao final do Império, mais da metade dos oficiais gerais possuía título de nobreza⁴. Como resultado, a identidade desses militares era formulada mais em função da classe civil agrária do que do Estado e da instituição militar, o que explica, de certa forma, a imobilidade da alta hierarquia militar.

Por certo, a classe política no Império, sobretudo os liberais, não corroborava a existência de um exército nacional moderno de caráter permanente, na medida em que esta elite vislumbrava o poder militar como o de ameaça à ordem civil⁵. Esta classe depositava maior confiança na Guarda Nacional, de inspiração liberal. Ademais, para a elite agrária era preferível servir à Guarda Nacional, em vez de ao Exército, na medida em que se exigia menor esforço e se prejudicava menos as atividades econômicas. Nestas condições, o recrutamento passa a ser, em boa parte, restrito às famílias de militares e aos grupos sociais das camadas mais baixas

² SCHULZ, John. **O Exército na Política**. 1994. p. 13.

³ Ibid., p.17

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.17.

⁵ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**. 2000. p.54-55.

da sociedade⁶. Dessa forma, essa prática contribuiu para o distanciamento entre o Exército e o poder político, favorecendo a inclinação militar como força de oposição, pois representava a saída política com o propósito de assegurar alguma perspectiva de valoração diante de políticas contrárias à ordem militar.

Os jovens militares posicionavam-se na vanguarda da modernização capitalista, vislumbrando instaurar no país o modelo de desenvolvimento inglês e francês – uma economia voltada para a industrialização, construção de estradas de ferro, trabalho livre, educação generalizada e finalmente a consolidação de um governo alicerçado na administração racional e na burocracia permanente. Consolida-se, assim, uma sociedade moderna baseada na meritocracia. Esses oficiais intensificaram no campo de batalha, da Guerra da Tríplice Aliança, seus propósitos políticos. De fato, elaborou-se a convicção de que a elite imperial não seria capaz de atender a toda demanda modernizante proporcionada pelas transformações capitalistas. Por certo, a guerra intensificou a sensibilidade político-militar, fazendo com que militares da instituição passassem a se posicionar como um corpo político modernizante⁷ de oposição ao *status quo* da velha sociedade imperial. Os militares do Exército após a guerra adquiriram uma mentalidade mais orgulhosa em relação à sua condição – passo importante para a formação de uma consciência política de oposição⁸.

Nos últimos anos do Império já estava consolidado, em larga medida, um imaginário político-militar de oposição com sólida base de solidariedade de classe. A “questão militar” é um exemplo típico dessa solidariedade. Ela representou um

⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.17.

⁷ SCHULZ, John. **O Exército na Política**. 1994. p. 17-19.

⁸ HAHNER, June E. **Relações Entre Cívicos e Militares no Brasil...** 1975. p.21.

momento tenso em que os militares reivindicaram posição política classista frente às pressões de ordem civil – agravando, assim, a relação entre a elite identificada com o império e os militares enquanto grupo de oposição. Tratou-se de conflitos de matriz efetivamente política que se evidenciaram entre agosto de 1886 a maio de 1887, motivados por declarações políticas dos coronéis Cunha Matos e Sena Madureira publicadas na imprensa - o regulamento disciplinar do Exército de 1875 prescrevia punições a qualquer manifestação político-militar. De fato, foi a primeira vez que grupos de militares reivindicaram para si a posição de pertença a uma “classe militar” opondo-se ao governo⁹. Mesmo não mobilizando os militares como um todo, esses coronéis articularam a ação política como de matriz político-militar.

A “questão militar” esboçou-se basicamente no apoio de Sena Madureira ao movimento abolicionista - em março de 1884 na Escola de Tiro, em Campo Grande, no Rio de Janeiro, o tenente-coronel abriu espaço para a manifestação do “jangadeiro” Francisco do Nascimento. Houve de imediato a censura por parte do Ministro da Guerra, Franco de Sá. Apesar disso, o desencadeamento do evento somente se fez em 1886 a partir da acusação de corrupção realizada contra o coronel Cunha Matos pelo capitão e membro do partido conservador Pedro José de Lima. Estas acusações foram instrumentalizadas politicamente pelo parlamentar do Partido Conservador, Simplício Coelho de Rezende, o que impeliu Cunha Matos a responder pela imprensa às acusações. O incidente polarizou as discussões parlamentares fomentando a publicação de artigo no jornal republicano rio-grandense *A Federação*, por Sena Madureira – deflagrando, assim, uma crise de autoridade – em virtude de o Ministro da Guerra haver punido Cunha Matos, e também o tenente-coronel Sena Madureira. Ainda assim, Deodoro da Fonseca,

⁹ CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. 2000. p.31.

comandante de Sena Madureira, recusou-se a efetivar a punição determinada pelo Ministro da Guerra. Deodoro da Fonseca não interpretou o fato como indisciplina militar, pois, segundo ele, não tinha havido qualquer insubordinação aos chefes militares imediatos, mas sim um conflito entre a classe militar e políticos civis. A partir desse momento, lança-se um conjunto de manifestações militares de apoio à Sena Madureira. A questão esgotou-se com a não efetivação da punição¹⁰.

A noção de classe originou-se nos campos de batalha, na carência de recursos humanos e materiais. Foi nessa condição que os militares brasileiros do Império formularam-se identitariamente como bloco político. Entretanto, foi com a “questão militar” que a ideia assumiu a forma política – anunciando o estrondo da ação político-militar que perduraria até próximo do final do século XX no Brasil. Nos anos oitenta do século XIX, as publicações militares evidenciavam claramente a prerrogativa militar de fazer política¹¹, como grupo independente, corroborando, assim, uma cultura político-militar de longo fôlego na história brasileira. A questão militar foi, decisivamente, mais política do que disciplinar – apresentou-se como ação de classe militar contra a subordinação autoritária a uma elite liberal que não teve qualquer interesse em estruturar um Exército moderno e nacional.

Ademais, é importante lembrar que a ação militar que derrubou a monarquia brasileira não representava um movimento hegemônico republicano, com exceção dos jovens oficiais e estudantes militares afinados com seus professores, de coloração científica, os demais indicavam uma reação agravada de espírito de classe militar contra uma estrutura de poder, já sem qualquer base de sustentação,

¹⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 1998. p. 233-234.

¹¹ SCHULZ, John. **O Exército na Política**. 1994. p. 93.

que historicamente sempre relegou o Exército à periferia do Estado¹². Esta identidade de classe teve um longo período de gestação, parte significativa dos militares que participaram dos atos de indisciplina dos anos cinquenta e dos anos oitenta do século XIX relacionados à questão militar partia de posições classistas – da dignidade do oficialato e da corporação¹³. A maturação da concepção de classe militar revela uma solidez maior do que o ímpeto do movimento republicano entre os militares como um todo.

Na verdade, o evento apresentou-se como um ato de indisciplina, contudo também demonstrou a incapacidade do regulamento da época em normalizar os corpos na caserna, na medida em que as normas não produziam mais efeitos de poder diante de uma situação nova, de inclinada transformação política e econômica. Com efeito, a questão militar foi o retrato importante das tensões advindas de um Exército em acentuada disputa de poder contra uma elite escravocrata na iminência de perder este qualificativo¹⁴.

Em suma, a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi resultado de pressões - em grande parte, da “classe militar”. A analogia do ato com uma parada militar, elaborada pelo republicano Aristides Lobo, traduz o significado político do evento. Novamente, nossa República se fez a partir da ação político-militar, os primeiros governantes foram os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Para John Schultz “o principal significado da República foi ter sido instalada através de um golpe que colocou no poder um governo militar¹⁵”.

¹² COSTA, Wilma Peres. **Os Militares e a Primeira Constituição da República**. 1987. p.24.

¹³ SCHULZ, John. **O Exército na Política**. 1994. p. 43.

¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 1968. p.143-153.

¹⁵ SCHULZ, John. **O Exército na Política**. 1994. p. 121.

Entretanto, estes militares diante da fragmentação política do país e da ausência de um poder militar organizado, capaz de garantir a ordem, não conseguiram estruturar-se no poder. Na Primeira República o poder era das oligarquias regionais com seus exércitos estaduais (polícias militares). Diante disso, a necessidade de reformar o Exército brasileiro impõe-se como um verdadeiro imperativo categórico – imperativo este que mobilizará os oficiais na direção da consolidação de uma organização militar com força institucional de extensão nacional. Assim, a República brasileira é em parte a história das reformas e das revoltas militares com a intenção de modernizar o aparato coercitivo para atender aos interesses dos grupos militares que assumiram o comando das ações. As práticas políticas revelaram-se como corolário do ímpeto modernizante, bem como da consciência de que esta modernização vinha a reboque da modernização da sociedade como um todo. Por certo, o envolvimento dos militares na política, a partir da concepção de classe militar, se consolidou no Exército porque a oficialidade incorporou em suas práticas a mentalidade de que a instituição militar e a própria sociedade precisavam de reformas prementes¹⁶.

Nas relações republicanas entre civis e militares, os paisanos deviam estar subordinados aos militares, visto que, na concepção castrense, a classe militar vislumbrava uma maior identidade com o Estado moderno, pois se colocava acima dos interesses privados. Por certo, os militares na República reivindicavam para si uma posição ativa na política, o grosso dos oficiais não fornecia qualquer credibilidade à capacidade dos civis modernizarem o país. Para eles, como os

¹⁶ Ibid., p. 32.

militares eram os verdadeiros artífices da República, por consequência, somente a classe militar seria responsável pela condução da política nacional¹⁷.

Na Primeira República, sobre os escombros da monarquia, o Exército era de fato a única instituição de base da nova ordem política¹⁸ - o que possibilitou o desenvolvimento entre os oficiais de uma mentalidade de vanguarda política deslocando a responsabilidade da modernização geral do país para o espaço militar. Esta mentalidade transformar-se-á em cultura político-militar, mas para que o poder militar passe de mero espectro à força político-militar efetiva há o imperativo da modernização do aparato coercitivo. Ao assumir o poder político ficou evidente, para os militares, que faltava uma liderança com base institucional¹⁹, isto é, os militares não possuíam uma instituição forte que lhes possibilitasse garantir o exercício produtivo do poder.

Se pudéssemos apontar dois militares importantes para a efetivação da República no Brasil, sem dúvida, destacaríamos Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Esses militares, por seus méritos pessoais, ou a partir deles, podem caracterizar a própria organização militar. O primeiro revela um tipo específico de militar – o chamado tarimbeiro, corpo eminentemente belicoso e carismático no meio militar – homem de guerra, por isso a popularidade entre os pares; já o segundo, traduz toda uma cultura bacharelesca e politizada de matriz civil que mobilizava a juventude militar²⁰. Ambos foram importantes para a efetivação da República brasileira, pois articulados puderam mobilizar o Exército para consolidar a República.

¹⁷ HAHNER, June E. **Relações Entre Civis e Militares no Brasil...** 1975. p.83.

¹⁸ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.11.

¹⁹ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade.** 2000. p.80-81.

²⁰ HAHNER, June E. **Relações Entre Civis e Militares no Brasil...** 1975. p.40.

Todavia, estes militares também carregavam em si práticas que inviabilizavam, em contexto de aburguesamento social, a formação de um Exército moderno. Deodoro da Fonseca não possuía a formação militar técnica, não era um corpo disciplinado nas Escolas Militares, mas um prático de guerra; não obstante, a modernização capitalista na esfera militar exigia toda uma formação disciplinar que inviabilizava um exército de tarimbeiros. Da mesma forma que, de outro lado, temos o bacharel-militar, Benjamin Constant, de saber mais paisano do que militar, que representava a inflexão do ensino militar da área bélica para o mundo acadêmico civil – esta condição será alvo de críticas dentro da própria instituição militar, visto que a utilização do Exército nos conflitos civis no Rio Grande do Sul, na Bahia e na fronteira com Santa Catarina e Paraná demonstraram a falta de habilidade militar para cumprir a missão de garantir a lei e a ordem no país com a intenção de pacificar a sociedade civil e consolidar a República.

Diante disso, as primeiras décadas da República foram as de movimentos de reforma na instituição. Nem sempre levadas a efeito, as reformas anunciavam a necessidade de normalizar as práticas militares objetivando a militarização do corpo militar. Era preciso formar uma identidade militar moderna, um corpo despartidarizado no sentido civil e absolutamente identificado com a cultura de guerra. Para isso as escolas militares deveriam ser higienizadas da cultura paisana bacharelesca. A sociedade civil deveria servir ao Exército com o propósito de que a qualidade da formação militar e da própria instituição pudesse ser positiva. Em outras palavras, assim como o voto na República passou a ser universal (exceto para os analfabetos, boa parte das camadas populares da sociedade), o serviço

militar deveria contemplar as camadas superiores da sociedade, daí a ideia do sorteio e do serviço militar obrigatório.

Na visão dos chefes militares, a força militar do Exército brasileiro devia ser a responsável por assegurar naturalmente a lei e o progresso do país. Para isso era oportuno manter a instituição com um quadro profissional rigorosamente disciplinado e aparelhado, com condições de formação e mobilização na mesma velocidade que se almeja o progresso econômico. Dessa forma, a Pátria exigia o esforço e o sacrifício de todos os seus filhos. Consoante o Ministro da Guerra, General Bernardo Vasques, em Relatório pós-Revolução Federalista:

É tempo já de cuidar-se em dar ao Exército Nacional organização compatível com o atual regime democrático e de modo a difundir-se na massa da população a consciência do dever imposto a todo cidadão, de prestar à sua Pátria o serviço militar. Se é certo que não há necessidade de manter um numeroso Exército em condições normais para o país, é certo também que devemos manter o pequeno que possuímos, convenientemente organizado [...] podendo mobilizar-se com rapidez e elevar o seu efetivo sem os tropeços e os embaraços que comumente se têm encontrado, em momentos em que a Pátria exige o esforço e o sacrifício de todos os seus filhos ²¹.

A primeira Constituição republicana é um documento importante para que possamos dimensionar o papel dado politicamente ao Exército. Todavia se não podemos a partir do conjunto de normalização constitucional avaliar as práticas de fato, pelo simples dado de que as normas só anunciam os pontos onde as relações de poder se estabelecem; por outro lado, o que a constituição estabelece ou negligencia é fundamental para a historicização. Sendo assim, no processo de elaboração do texto constitucional, na comissão de juristas, o papel das forças militares é essencialmente diminuto. Conserva-se a proposição liberal, do Império,

²¹ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.12.

que associa a defesa da nação brasileira à responsabilidade de todos os cidadãos. Os militares estariam absolutamente subordinados aos civis, sendo o congresso responsável pela definição da política militar. Entretanto, a concepção já estava dada, o país deveria se firmar como nação pacifista e as forças militares deveriam refletir tal concepção. A acentuada regionalização do país permaneceria contemplada nessa comissão de juristas, tanto que no Art. 72 se reforça a liberdade dos Estados da Federação em organizar uma justiça local e a criação de forças militares de defesa. Esta liberdade de organização serviu ao longo da República como grande fonte de descontentamento dos militares do Exército, pois significou em termos práticos a existência de uma força concorrente, que desprestigiava e inviabilizava a formação de um verdadeiro Exército Nacional.

Na sequência da elaboração da Constituição, o projeto do governo Provisório, agora especificamente conduzido por militares, tem uma inflexão significativa na função das forças armadas no país. Com efeito, o Art. 14 sintetiza a mudança. Nele há a definição do papel das instituições militares como o de forças permanentes de defesa externa e interna do Brasil. Além disso, temos a caracterização das práticas disciplinares e hierárquicas dos militares restritas aos “limites da lei” – eis aí o estrondo simbólico de autonomia assegurada a partir de normas, que corroboraram toda uma cultura político-militar de interpretação da lei, como se os chefes militares fossem os verdadeiros corpos da hermenêutica constitucional. Certamente, as ações político-militares republicanas, ao longo do século XX, foram organizadas no sentido de defesa da lei e da ordem.

No momento final do processo, o congresso constituinte acordou em reunião de deputados, no dia 15 de novembro de 1890, o que representou apenas o referendo do trabalho anterior. Após debates acalorados, que obviamente respingavam na própria organização constitucional das forças armadas, porquanto as elites agrárias reivindicavam maior autonomia regional frente à União, o Exército permaneceu, em larga medida, na condição de força de segunda ordem. No geral, a primeira Constituição republicana não assegurou qualquer avanço que proporcionasse a progressão da condição da instituição do tempo do Império. A Guarda Nacional extinta na República foi substituída por uma força de maior poder militar, as polícias militares regionais, que constitucionalmente defendiam o poder estadual a partir de uma organização disciplinar moderna de guerra. Com relação ao Art. 14 nesse momento o grande impacto foi de teor simbólico, pois serviu para gestar o consenso de que para assegurar as práticas político-militares no “limite da lei” era necessário organizar um Exército capaz de garantir militarmente a ação de defesa²².

Realmente, as reformas e as revoltas militares traduziam relações de poder no corpo institucional e fora dele, tendo como fonte político-militar a transformação da instituição militar e da política nacional. Temos duas forças nitidamente postas nesse momento: a dos reformadores, militares que reivindicavam a militarização do militar a partir da profissionalização moderna, e a dos militares que propunham ações político-militares de força para elaborar uma mudança na estrutura política do país. Malgrado, longe de apontar grupos partidarizados e localizados, o que é extremamente difícil numa estrutura de cultura disciplinar e hierarquizada, o que

²² COSTA, Wilma Peres. **Os Militares e a Primeira Constituição da República**. 1987. p.33-52.

importa acentuar são as ações que de um lado visavam à reforma da fraca estrutura militar e de outro à crescente politização dos militares que fomentavam práticas político-militares, Isto é, de guerra – de desestabilização da ordem política.

Num quadro geral, o epicentro das reformas do Exército se concentrou na formação dos militares, essencialmente dos oficiais - na época o único grupo permanente na Força. Seguramente todo o esforço das reformas refletia a necessidade premente de militarizar o militar. Temos o hábito de conceber o militar como uma figura deslocada da história; os rituais militares e a reivindicação da tradição isolam nossa percepção de toda a historicidade do corpo militar. É preciso compreender a militarização do militar como um processo que persegue a acentuada profissionalização e a ruptura com a política de coloração civil. Este processo é contínuo, na medida em que a militarização do militar se exerce a partir de práticas de formação sobre uma matéria-prima civil. Ademais, a militarização do militar é algo recente, do século XIX, momento de formação do Estado-nação – no Brasil esta concepção começa a ser gestada a partir das proposições dos reformadores militares republicanos. Com efeito, o limiar do século XX evidencia a premência de reformas na instituição militar²³ objetivando adequá-la aos novos ares republicanos.

As reformas institucionais abarcavam o ensino e a própria estrutura organizacional. Das ações mais significativas no sentido da mudança, sem dúvida, o campo dos saberes militares foi o que exigiu maior preocupação estratégica, visto que as escolas militares representam espaços de formação de identidades que

²³ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.121.

apontavam para o futuro da própria organização. Além disso, as escolas militares apresentavam-se como ponto sensível do poder militar, pois não produziam uma formação adequada aos novos tempos. O técnico das armas moderno não era o produto final desenvolvido nas escolas, mas o militar de cultura mais civil do que belicosa.

A Escola Militar da Praia Vermelha, escola de formação de oficiais do Exército, é representativa da condição geral da força terrestre brasileira nos primeiros anos da República, visto que as escolas militares atuam como máquinas de subjetivação sobre a constituição da identidade militar. Nesse espaço absolutamente disciplinar, portanto moderno, se elaboram políticas educacionais sobre o que se espera do oficialato nacional. As memórias de Lobato Filho²⁴, ex-aluno, sobre a escola evidenciam a baixa intensidade da militarização existente nesse espaço escolar. A escola representava, ainda no tempo do Império, um cadinho de politização republicana, no qual os problemas políticos se amalgamavam às questões militares²⁵. Na verdade, vivia-se um clima mais científico do que militar, de forma que o codinome “Tabernáculo da Ciência” dado à escola traduz o que essencialmente se desenvolvia naquele espaço. A cultura bacharelesca da elite nacional também encontrava seu equivalente no meio militar. Certamente, a sociabilidade ali desenvolvida, seis anos de internato, engendrava um grau elevado de companheirismo, o que favorecia as ações político-militares de matiz civil. Tanto que as ligações sociais se davam mais no plano horizontal do que no vertical. De

²⁴ General Lobato Filho publicou pela BIBLIEX um livro de memórias intitulado “A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha” em que relata suas vivências na escola até o momento do esgotamento desse espaço como centro de formação de oficiais em 1904.

²⁵ FILHO, Lobato. **A Última Noite da Escola Militar da Praia Vermelha**. 1992. p. 3.

acordo com Lobato Filho: “nenhuma dúvida pode haver de que esse regime de internato [...] amalgamava solidamente o companheirismo incondicional [...]. Restaria apenas julgar se esse companheirismo era um bem ou um mal²⁶”.

A resposta a este companheirismo veio em 1898 com o novo regime para o ensino militar. Um novo regulamento foi lançado, ainda longe de formular as chamadas necessidades positivas à vida militar, porque ainda mantinha no conjunto uma concepção educacional paisana, pois não inovou ou acrescentou grande mudança estrutural²⁷. Na verdade, o objetivo fundamental da mudança no ensino era o de desarticular o clima político reinante na Escola Militar da Praia Vermelha. Consoante Lobato Filho: “O ponto essencial, ao se tratar da questão de subtrair a Escola Militar da influência da política, residia, sem dúvida, naquele notável companheirismo generalizado e incondicional, nascido da convivência de seis anos de internato²⁸”. A politização e o bacharelismo da Escola Militar pontuavam a decadência do ensino militar, a formação era de fato mais teórica do que prática, os alunos passavam boa parte do tempo desenvolvendo estudos filosóficos e matemáticos, o que dava à formação acadêmica uma conotação mais civil do que militar, como resultado tínhamos excelentes bacharéis e péssimos profissionais de guerra²⁹.

O regulamento de 1898, apesar de não acentuar a militarização do corpo de militares instruendos, provocou uma leve mudança ao centrar a disciplina militar nas Escolas Preparatórias e de Tática para extirpar qualquer resíduo político de matiz civil antes de chegarem à Escola Militar da Praia Vermelha. Para isso a educação

²⁶ Ibid., p. 12.

²⁷ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. 2001. p. 187-188.

²⁸ FILHO, Lobato. **A Última Noite da Escola da Praia Vermelha**. 1992. p. 16.

²⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.63.

moderna militar foi acentuada, de forma que o espaço de formação passou a tomar sentido totalizante. Assim, houve o aumento do número de formaturas (formaturas para tudo): aulas, exercícios físicos, instruções, rancho, bem como paradas diárias (com toda a formalidade de uso do uniforme), manobras e desfiles, guarda aos domingos e plantão à noite nos alojamentos, maior controle sobre as licenças e o portão das armas. Tudo para que o estudante militar ao ingressar na Escola Militar da Praia Vermelha já estivesse suficientemente disciplinado, restando à escola o desenvolvimento do curso verdadeiramente acadêmico. De acordo com Lobato Filho: “pode-se, pois, dizer que o espírito do regulamento [...] tivesse o propósito bem calculado de inocular no cadete um pouco mais de vaidade intelectual que tomasse o lugar da tendência para a política³⁰”. Ainda assim, havia espaço para se respirar a cultura bacharelesca – eis aí o limite da reforma. Como o objetivo da tecnologia disciplinar é o de forjar copos dóceis³¹, que possam ser submetidos aos projetos institucionais, utilizados e aperfeiçoados como agentes modernizadores, de fato, esta reforma não assegurou qualquer resultado positivo ao Exército.

Em síntese, a Escola Militar da Praia Vermelha apresentou-se como um espaço acadêmico por excelência, o que era reconhecido pela sociedade civil. Espaço de leitura dos grandes mestres do pensamento europeu: Leibniz, Descartes, Fourier, Comte e outros, o que a caracterizava como uma escola essencialmente civil de espectro militar. De forma que o regulamento de 1898 não conseguiu mexer na estrutura paisana da escola, assim, segundo Lobato Filho: “[...] conseguiu que o micróbio político se conservasse como que adormecido³²”. Foi o suficiente para que

³⁰ FILHO, Lobato. **A Última Noite da Escola da Praia Vermelha**. 1992. p. 19.

³¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 1987. p.118.

³² FILHO, Lobato. **A Última Noite da Escola da Praia Vermelha**. 1992. p. 51.

houvesse o levante político-militar na noite de 14 para 15 de novembro de 1904 dentro do conjunto de manifestações da chamada “revolta da vacina”. Em virtude desse evento, a escola foi definitivamente extinta. Em seu lugar criaram-se a Escola de Guerra, a Escola de Aplicação, em Porto Alegre, e a Escola de Artilharia e Engenharia no Realengo.

Em 1905, foi elaborado novo regulamento buscando adequar o ensino prático e profissional às reais necessidades de formação do oficial do Exército brasileiro. O objetivo fundamental era a formação de um aluno com forte espírito militar, apto às atividades de evolução tática, prática de tiro e às regras de campanha. De acordo com os idealizadores, a reforma conquistaria o pleno sucesso mediante: um regime disciplinar rígido de enquadramento constante, um currículo em que os saberes militares predominassem sobre os acadêmicos, sendo que estes saberes deveriam estar estritamente relacionados às reais necessidades de formação do oficial, e finalmente, uma complementação de estudos em escolas de aplicação, com o propósito de concluir o adestramento dos alunos. Ainda assim, este regulamento não conseguiu qualquer êxito significativo, pois os recursos financeiros eram escassos e o corpo de instrutores sem qualquer condição de modernização disciplinar³³. Mesmo com resultado diminuto, o processo de normalização aponta para uma efetiva inclinação do Exército no sentido de reformulação radical nas máquinas de formação profissional e identitária militar.

Os anos de 1906-1912 foram de vitórias da instituição militar na aceitação de suas proposições para o país. Um clima de forte ofensiva cultural militar. Dentre

³³ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. 2001. p.239-241.

elas, a reorganização do Exército, a lei do serviço militar obrigatório (embora, sem muita ação prática), a compra na Alemanha de equipamento de guerra moderno e outros. Malgrado em termos de ações práticas no campo do ensino, o contexto não era dos melhores, o regulamento apenas pontuava uma forte necessidade de mudança para equiparar-se aos exércitos modernos³⁴.

O regulamento de 1913 foi o que paulatinamente, diante de um contexto de ausência de fortes paradigmas militares para o ensino, inoculou (expressão militar) no Exército a semente da modernização militar no ensino. Com diretrizes de redução do número de escolas (de quatro para duas), concentração dos estudos em assuntos relevantes para os militares e redução do tempo de formação (para artilheiros e engenheiros) e na formação de currículos com assuntos essenciais à formação profissional³⁵, ou seja, os programas deveriam centrar-se na objetividade dos saberes. Para qualificar os discentes e os instrutores era fundamental evitar o excesso de teoria – passa-se assim a conceber o corpo militar como um elemento essencialmente prático.

No relatório de 1914, o Ministro da Guerra afirmou que a nova organização militar do ensino tinha um caráter mais prático que teórico, de perfeito acordo com as exigências da atualidade³⁶. O regulamento de 1913 ocupará, até a chegada da missão francesa, um papel paradigmático no ensino militar, de modo que as

³⁴ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. 2001. p.240.

³⁵ Ibid., p.242.

³⁶ Ibid., p.247-248.

reformas posteriores (de 1918 e 1919) nada mais representaram do que uma mera reprodução daquela – restringindo-se a alguma inovação no campo tático³⁷.

Não obstante, o General Bento Ribeiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), em 1917, aponta em relatório a disparidade entre as normas curriculares e as práticas de formação propriamente ditas, sendo necessário que a modernização advenha da cultura militar dos países adiantados; assim, demonstrava inclinação à reforma do ensino militar brasileiro a partir de saberes militares estrangeiros. Eis o quadro de carências dos professores militares daquela época:

Não resta dúvida que aos atuais professores faltam, em geral, o espírito militar, o tirocínio prático, o conhecimento exato do mecanismo dos exércitos em seus menores detalhes. Há não só no professorado militar como nos que labutam no Estado-Maior do Exército talentos brilhantes e inteligências esclarecidas [...] de elevada cultura científica, mas poucos possuem o necessário coeficiente prático, embora todos se achem em magníficas condições de assimilarem os mais difíceis problemas, desde que mestres provectos da Arte os guiem convenientemente³⁸.

No mesmo relatório o General Bento Ribeiro sublinha os vícios do ensino das escolas militares anteriores que não comportam mais o contexto moderno, de guerra total, onde a técnica e o profissionalismo castrense assumem uma dimensão gigantesca, de forma que os professores atuais sofrem de problemas intrínsecos à sua formação, o que os torna incapazes de conduzir a efetiva modernização militar. Assim, segundo o documento:

Saídos, em sua totalidade, das antigas escolas militares onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujava a tudo, onde por uma falsa e errônea orientação, os conhecimentos militares eram ministrados sob forma mais literária que real, e, portanto, relegados para um plano terciário, todos esses professores e membros do Estado-Maior do Exército se ressentem do mesmo vício de origem³⁹.

³⁷ Ibid., p.259.

³⁸ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.69.

³⁹ Ibid., p.69-70.

Absolutamente, a simples formulação de regulamentos modernos não foi suficiente para a crescente militarização dos discentes nas escolas militares. Na realidade, a normalização não assumiu a forma de poder produtivo num campo das relações disciplinares. Assim, sob a cobertura curricular militarizante subjazia a revolta político-militar esperando o contexto oportuno para efetivar-se. De forma que, na madrugada de 5 de julho de 1922, os estudantes militares se sublevaram em apoio ao movimento tenentista. Independentemente do tempo de duração e do malogro da ação, a revolta durou apenas algumas horas, o acontecimento teve grande repercussão na Escola Militar do Realengo – os alunos foram expulsos, o comandante e os instrutores da missão indígena foram afastados por excesso disciplinar, pois as práticas disciplinares excessivamente rígidas de modelo alemão pontuaram as motivações da revolta⁴⁰.

O horizonte reformador no ensino, que investiu absolutamente na prática técnica, mostrou-se insuficiente para a modernização do ensino. Em outras palavras, a disciplina rígida centrada na ação prática forjou relações de poder de sentido repressivo. Havia a necessidade de um equilíbrio no sentido da ação – o poder não pode ser exclusivamente o que diz não⁴¹, é preciso uma produção de significados positiva, o que implica a introdução de disciplinas, senão voltadas para as ciências humanas pelos menos relacionados a elas, na formação das identidades.

As reformas seguintes (de 1924 e 1929) incorporaram assuntos que dizem respeito às questões referentes aos fundamentos do Direito, às noções de

⁴⁰ MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. 2001. p.264.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 1979. p.148.

funcionamento do Estado e às garantias constitucionais, ou melhor, foi desenvolvido um currículo com alguma inclusão das ciências humanas. Porém, não se propunha o retorno ao bacharelismo militar de outrora, mas a necessidade de, a partir dos saberes humanísticos, adequar o homem-de-guerra aos imperativos modernos. Consoante o Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, a reforma militar deveria incorporar no currículo exigências da cultura geral fundamental para a formação do oficial, proporcionando-lhe condições de atuar, além do plano técnico-profissional, de forma orgânica no progresso do país⁴². Este regulamento apresentou uma nova abordagem com referência à constituição do militar moderno, nele a cultura geral é contemplada sem os excessos da antiga Escola da Praia Vermelha, com a intenção de produzir uma cultura disciplinar homogênea sobre os corpos, proporcionando-lhes maior identificação com a instituição dentro de um quadro vertical de circulação de poder.

A coordenação direta da educação militar, a partir da reforma de 1924 - ao contrário das reformas de 1918 e 1919 em que a condução centrou-se nos militares brasileiros ligados à cultura militar alemã (missão indígena) – ficou a cargo da missão francesa. O impacto das sublevações tenentistas de um lado, como momento de instabilidade interna institucional e, de outro, a necessidade de reformadores exógenos ao Exército, com poderes de ação sobre a própria conduta militar, são fundamentais para a compreensão do contexto tenso e desfavorável à consolidação da modernização. Realmente, a reforma de 1924 foi emblemática na medida em que anuncia o próprio limite das transformações no ensino militar diante

⁴² MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. 2001. p.265.

de uma estrutura de poder oligárquica e incapaz de consolidar um Estado moderno sob a égide de um exército coeso e capaz de garantir o poder nacional – tanto que a última reforma no ensino militar, em 1929, nada trouxe de novo, apenas reproduziu o regulamento anterior⁴³. Por certo, a modernização em seu conjunto só adquiriu um sentido amplo em um novo contexto histórico com a Revolução de 1930. Quando a velha oligarquia cafeeira foi subjugada por Getúlio Vargas e a industrialização do país, *pari passu* à reformulação do Exército brasileiro, assumiram a forma de política prioritária.

As reformas tiveram como motor propulsor o ímpeto dos jovens tenentes. Diferentemente da mocidade militar republicana de cultura bacharelesca estes militares sedentos por modernização militar receberam formação militar na Alemanha entre os anos de 1905 e 1912 e apresentavam uma cultura inclinadamente militar, ou melhor, como nossas escolas não tinham condições de produzir o militar moderno, nossos primeiros corpos disciplinados, no sentido militar, vieram da Europa. Como eram os únicos corpos verdadeiramente modernos na instituição, foram os responsáveis pela formação da chamada missão indígena, que se esforçou para modernizar o ensino no Exército de 1919 até 1923. Foram substituídos pela missão francesa. Egressos das escolas militares alemãs, centro de modernização militar e referência para os países periféricos, os tenentes não se limitaram ao ensino, mas interferiram na política militar e civil com a intenção de edificar uma instituição militar moderna no país. O impacto desses jovens tenentes reformadores foi tão grande sobre a instituição que seguramente podemos afirmar

⁴³ Ibid., p.278.

que o Exército moderno no país começou a se esboçar a partir do retorno desses homens ao Brasil⁴⁴.

Em 1913, tenentes egressos de estágio de aperfeiçoamento militar na Alemanha, pejorativamente nominados “jovens turcos”, com apoio de outros oficiais subalternos elaboram a publicação da revista “A Defesa Nacional”⁴⁵. Desde então de fluxo perene no Exército Brasileiro, revista influenciada por sua congênere alemã “*Militar Wochenblatt*”. De acordo com um dos fundadores da revista, Francisco de Paula Cidade, tratava-se de um momento em que esta oficialidade estava “possuída de uma verdadeira neurose de aperfeiçoamento e buscava fora de nossas fronteiras aquilo que o nosso meio não podia proporcionar-lhe”⁴⁶. Esses militares inauguraram, da baixa para a alta oficialidade, a cultura da técnica militar moderna como elemento efetivo de profissionalismo. Os oficiais que elaboraram a revista eram realmente de outra estrutura subjetiva, traduzem um fenômeno novo no Exército brasileiro: eram militares com formação eminentemente militar e dominavam as práticas de comando sobre a tropa⁴⁷. Ainda assim, tiveram que travar uma batalha desigual contra a tradicional cultura militar, de escasso conhecimento técnico-militar e de excessiva erudição paisana, o que provocou dissidência frente aos comandantes militares. Por essa forma, os tenentes reformadores concentraram-se nas seguintes providências propositivas:

⁴⁴ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.216.

⁴⁵ O núcleo dirigente foi composto pelos seguintes militares: Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redatores), Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Francisco Jorge Pinheiro, José Pompeu de Albuquerque Cavalcanti, Euclides de Oliveira Figueiredo, Brasília Taborda, Amaro de Azambuja Vilanova e José dos Mares Maciel da Costa.

⁴⁶ CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de Três Séculos de Literatura Militar...** 1998. p.337.

⁴⁷ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro....** 2007. p.216.

Uma das mais importantes campanhas levadas a efeito pela Defesa é a de contrato de uma missão estrangeira para modernizar a nossa técnica operativa, dando ao nosso Exército uma feição nova. De não menor importância foi a do serviço militar obrigatório. Só a efetivação dessas duas providências de tão difícil aceitação pelas nossas elites valeria por um grande programa vitorioso⁴⁸ [...].

As ideias desenvolvidas pelos jovens turcos posicionavam-se para muitos dos oficiais superiores e para boa parte dos generais, isto é, para os comandantes do Exército, como uma verdadeira batalha cultural entre os jovens oficiais de cultura eminentemente técnico-militar e a velha chefia composta por militares de cultura bacharelesca. Assim, consoante Francisco de Paula Cidade: “como poderiam, já em fim de carreira, adquirir os conhecimentos feitos de casos particulares e de grande vulto que a moderna arte militar estava a exigir?”⁴⁹. No editorial do primeiro número da revista, estes jovens tenentes reformadores apresentam um impulso modernizante rumo à tropa. A concepção de crítica para estes tenentes passa a não representar qualquer ação indisciplinar, pois corresponde à correção de curso – a crítica é dever militar, dos corpos conscientes do dever modernizante, e o progresso é obra dos dissidentes⁵⁰. No conjunto, os jovens reformadores engendraram uma cultura político-militar que propunha o afastamento dos militares da política partidária e, ao mesmo tempo, a ação político-militar da instituição de forma a tutelar a modernização da sociedade como um todo⁵¹. Esta cultura encontra-se na raiz das repetidas intervenções militares no Brasil republicano. Assim os militares enquanto sujeitos deveriam dedicar-se às atividades especificamente militares, deixando a instituição agir no sentido de garantir a modernização geral do país – depois da

⁴⁸ CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de Três Séculos de Literatura Militar...** 1998. p.423.

⁴⁹ Ibid., p.435-436.

⁵⁰ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade.** 2000. p.93.

⁵¹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.217.

almejada modernização, o Exército poderia concentrar suas atividades no que lhe é específico, ou seja, a guerra. Estamos, sem dúvida, diante de um Direito Natural que normalizou práticas políticas e relações de poder dentro e fora da instituição militar. Talvez a perenidade da circulação da revista *A Defesa Nacional* em nosso país reflita a longa duração dessa cultura.

O Ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, conduziu, em 1915, uma reforma importante no Exército, na verdade esta deu prosseguimento à tentativa de modernização de 1908; além das questões de ordem técnico-militar o que produziu grande repercussão foi o sorteio militar⁵². Quebrando a verticalidade do poder militar, arregimentou os modernistas militares da revista *A defesa Nacional* trabalhando diretamente com o tenente Leitão de Carvalho⁵³ – liderança importante dos jovens turcos. Assim, a primeira onda modernizante no Exército brasileiro veio de baixo para cima, representou mudança mais no campo da superestrutura militar do que no das estruturas institucionais. Seria preciso um passo mais adiante, uma reforma de cima para baixo, esta foi de fato realizada com a chegada da missão francesa – pois toda a oficialidade brasileira teve que voltar à posição de aluno para reformar conceitos. Contudo, no que diz respeito à disciplina militar, isto é, à efetiva militarização do militar em termos modernos, estas reformas produziram avanços diminutos, ambas realizaram intervenções limitadas à superestrutura, na medida em a modernização foi acompanhada das revoltas militares, o que impossibilitou o equilíbrio político-militar necessário ao sucesso das reformas.

⁵² LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil ...** 1947. p. 177.

⁵³ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.252.

A Missão Militar Francesa exerceu um papel disciplinador sobre a tropa brasileira. O comando da doutrinação militar estava a cargo do General Maurice Gamelin, chefe da missão, que com mão de ferro impôs a cultura militar moderna ao Exército Brasileiro. Com método rígido, os saberes militares expandiam-se a todos. Os corpos resistentes logo eram eliminados. Para os que fracassavam nos trabalhos práticos, de campo, realizados nas grandes manobras, os instrutores franceses elaboraram a expressão eliminatória “caco de granada”. O oficial era declarado ferido e recebia ordem de passar o comando ao seu substituto. Também havia os oficiais que fracassavam nas provas intelectuais, estes recebiam o chamado “bilhete azul”, isto é, o convite para efetivarem o trancamento de matrícula. Muitos oficiais antigos, presos aos vícios de formação tradicional, foram envolvidos na teia seletiva da missão⁵⁴.

O Chefe do EME General Augusto Tasso Fragoso, em 1922, constata, em seu relatório ao Ministro da Guerra, a relevância da Missão Militar Francesa à modernização do Exército Brasileiro, nos seguintes termos:

Passados três anos, estamos habilitados a declarar que nem o seu ilustre chefe, nem o conjunto de seus auxiliares, malograram as esperanças que, em boa hora, depositáramos na colaboração afetuosa da França. A Escola de Estado-Maior e a de Aperfeiçoamento de Oficiais estão transformadas em viveiros, donde saem, em curto prazo, oficiais com preparação mais racional para as funções complexas da guerra moderna⁵⁵.

Todavia, em seu conjunto, a modernização militar, advinda da formação francesa, não se vinculou ao corpo militar sem resistência – principalmente aquela de procedência dos chefes das unidades militares. A missão francesa concentrou

⁵⁴ CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de Três Séculos de Literatura Militar...** 1998. p.437.

⁵⁵ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.100-101.

sua ação sobre a baixa hierarquia do oficialato, de forma que os militares que saíam das escolas e iam servir na tropa ou órgãos correlatos representavam corpos mais instruídos no plano militar do que seus próprios chefes – o que gerava mal-estar e perseguição disciplinar, isolando-os da ação modernizadora⁵⁶.

Houve um conjunto de revoltas militares de coloração política na República Velha, o próprio ato de consolidação da República foi de fato sob o diapasão da ação político-militar. Destarte, tornou-se evidente para os militares que o Exército teria como responsabilidade político-militar garantir as instituições republicanas⁵⁷. Assim, uma teia de práticas políticas passa a envolver com maior intensidade, quando a comparamos com o período Imperial, os corpos na caserna ao mesmo tempo em que se passou a tecer políticas de modernização institucional. De forma que não podemos isolar as revoltas militares do binômio Estado/Exército, em virtude do imperativo modernizante de que não há modernização de um sem a modernização do outro. Assim, a leitura das intervenções militares na política civil deve ser contemplada, não só em termos civis, mas como ação político-militar de modernização da própria instituição. Nessa perspectiva, podemos acompanhar o impacto dessas revoltas sobre a administração da caserna – avaliando as revoltas a partir das relações de poder um horizonte normalizante aparece para o historiador a fim de que se possa entender a instituição.

As forças impactantes advinham, na República Velha, do interior da instituição militar, mais precisamente do Exército e dos escalões inferiores. Tanto o tenentismo profissional dos “jovens turcos” como o tenentismo político foram forças de oposição

⁵⁶ MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. 1998. p. 330.

⁵⁷ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 138.

ao *status quo* tradicional das elites militares e civis que teve como atores fundamentais os corpos militares das camadas hierárquicas subalternas. O fato é que o Exército naquele momento possuía jovens tenentes com cabedal militar mais elevado do que seus superiores hierárquicos, o que em termos militares representa um enorme estrondo no campo disciplinar – não obstante, trazerem uma cultura militar moderna e limitarem-se a estrita ação dentro da disciplina e da hierarquia – manifestando-se por meio da crítica intelectual. O tenentismo profissional objetivava a ação político-militar, mas ao contrário do tenentismo político, exclusivamente a partir da instituição. De outro lado, havia oficiais subalternos que, envolvidos, mas não completamente, no novo espírito militar, inclinavam-se na direção dos problemas político-administrativos do país. Estes detestavam seus superiores hierárquicos, menos por inabilidade tecnomilitar do que por seu compromisso com o regime político-econômico oligárquico vigente. O tenentismo político, *grosso modo*, compartilhava das mesmas concepções modernas do tenentismo profissional, malgrado, em termos estratégicos, concentravam a ação político-militar contra as estruturas do poder político nacional a fim de qualificar o Exército brasileiro para as reformas que lhe garantiram o papel centralizador – em outros termos, a formação de um exército com poder verdadeiramente militar. Para isso o regionalismo e a corrupção política deveriam ser combatidos pela força das armas⁵⁸.

Edmundo Campos Coelho qualifica os movimentos militares de 1922 e 1924 como de influência tipicamente militar, portanto de ascendência política limitada à crítica às condições do Exército e de sua relação com o Governo federal. Os pontos fortes do descontentamento militar encontravam-se na precária condição de vida,

⁵⁸ HAYES, Robert. **Nação Armada: A Mística Militar Brasileira**. 1991. p.135-136.

nas promoções hierárquicas e nos baixos soldos. Fatores que se somavam aos problemas institucionais, tais como a formação profissional deficiente, incompetências dos chefes militares e falta de renovação dos quadros militares superiores. Tudo isso, é claro, dentro de um contexto político oligárquico de economia agrário-exportadora. Diante disso, as pressões, primeiramente do tenentismo profissional, dentro da hierarquia militar – pelo menos até onde puderam suportar sem ultrapassar o limite da própria instituição – e, num segundo momento, as revoltas do tenentismo político, apresentam-se como dissidência à hierarquia militar. Ambas as pressões, representativas da emergência de forças de mudança na estrutura estatal⁵⁹.

Não obstante, a mobilização foi toda ela orientada no sentido de defesa do pundonor militar frente aos abusos do poder político civil. Em face disso, a mobilização transformada em revolta armada estava centrada demasiadamente na noção de classe militar. Havia na revolta o ímpeto da autonomia do Exército em relação à política e ao papel purificador da instituição perante a política civil⁶⁰. Por certo, a ação político-militar de 5 de julho de 1922 não representou qualquer movimento institucional; não foi o Exército como corporação que se revoltou, mas essencialmente alunos do Realengo, tenentes e capitães que se insurgiram contra a prisão de Hermes da Fonseca. Esse foi preso por indisciplina, pois escreveu um telegrama de solidariedade ao grupo político de Pernambuco que estava sendo prejudicado nas eleições regionais em decorrência do apoio político do Presidente Epitácio Pessoa ao grupo adversário – somando-se a isso, havia o antibernardismo

⁵⁹ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**. 2000. p.97-98.

⁶⁰ DRUMMOOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista...** 1986. p. 96.

fruto do episódio das cartas falsas⁶¹. Estes eventos políticos foram decisivos para a mobilização dos oficiais subalternos, na medida em que tal ato ferira a honra dos militares enquanto classe – atingindo diretamente os “brios do Exército”. Portanto, o tenentismo político representa uma revolta no interior da caserna, sem a validação institucional, pois o comando militar permaneceu, como nas revoltas posteriores, na condição de força legalista⁶² – subordinada à estrutura de poder do Estado Oligárquico.

A memória de Juarez Távora sublinha o caráter classista do evento, ao mesmo tempo destaca a relação identitária dos militares revoltosos com a própria instituição. Nas palavras deste militar:

Particpei ativa e conscientemente, do levante militar de 5 de julho de 1922, feito como protesto contra atos do Presidente Epitácio Pessoa, que considerava ofensivo à dignidade do Exército. Essa instituição nacional – a cujo abrigo pudera concluir meus estudos superiores, e à qual ficara a dever um lugar garantido para disputa honesta do pão de cada dia, no futuro – merecia um tal sacrifício. [...] E, na Escola Militar, onde servia, limitei-me a transmitir [...] a segurança de minha solidariedade a qualquer atitude de desafronta aos brios do Exército, de que eles participassem⁶³.

O marechal Odylio Denys, em livro de memórias a respeito de sua vivência no Exército, qualifica o período de 05 de julho de 1922 até 31 de março de 1964 como o de “ciclo revolucionário”. Sendo que a inspiração do tenentismo estaria presente já no movimento de proclamação da República em 15 de novembro de 1889⁶⁴. A memória do marechal em torno das revoltas militares na Primeira República, em que

⁶¹ O episódio das “cartas falsas” ocorreu na campanha política à Presidência da República em 1922, em que o candidato Artur Bernardes foi acusado de escrever cartas ofensivas ao Marechal Hermes da Fonseca, publicadas na imprensa. Contudo, ainda durante a campanha eleitoral houve a comprovação de que as cartas foram forjadas.

⁶² SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.93-94.

⁶³ TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas: Memórias**. 1973. p.115-116.

⁶⁴ DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. 1980. p. 23-24.

participou comandando os alunos da Escola Militar do Realengo, está repleta da convicção de que a ação político-militar representa um ato legítimo de defesa da instituição. O movimento tinha uma aura identitária classista. Consoante o Marechal: “solidário com a classe [...] tomei parte no movimento⁶⁵”.

O descontentamento militar de 1924 teve a mesma raiz do movimento anterior – a interpretação classista frente ao Governo de Bernardes no que diz respeito à reinclusão ao Exército dos alunos e oficiais militares que participaram da revolta de 1922. O ato passou a ser interpretado como o de afronta civil à integridade do Exército⁶⁶. O novo nesta revolta se encontrava na decisão de alongá-la a partir da conversão da luta armada em guerra de movimento – desencadeando uma longa marcha liderada por Luis Carlos Prestes⁶⁷. O objetivo fundamental era mais estratégico do que político, ou melhor, pretendiam oferecer aos seus pares uma nova alternativa de rebelião, a resistência a partir do contínuo movimento das forças rebeldes. Certamente, em termos políticos, não houve nenhuma ação nova, a novidade estava naquilo que Prestes chamava de “guerra de movimento” – em oposição ao fracasso das revoltas anteriores ligadas à “guerra de posição”⁶⁸.

A fonte das revoltas encontrava-se na precariedade da formação militar no país, com a baixa militarização, o que inviabilizou o deslocamento dos militares das motivações políticas para centrá-los nas atividades exclusivamente profissionais – como corolário, a ausência de coesão institucional e o desrespeito à hierarquia

⁶⁵ Ibid., p. 24.

⁶⁶ DRUMMOOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista...** 1986. p. 100.

⁶⁷ MORAES, João Quartim. **A Esquerda Militar no Brasil.** 1991. Vol I. p. 138.

⁶⁸ DRUMMOOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista...** 1986. p.126-127.

militar⁶⁹. Somando-se a isso, não podemos deixar de acentuar a identificação social dos militares com a sociedade moderna industrial e a relação desses militares com os grupos urbanos⁷⁰. As cidades modernas concentram em si pólos de sociabilidade com identidades comuns, o que aproximou os militares da política, contudo a aproximação revelou-se mais pelo desejo de modernização do que pelo apaisanar-se de política civil. Realmente, os militares revoltosos dos anos vinte não eram homens partidarizados, mas oficiais de ação político-militar. Há também a mística militar que envolvia o imaginário civil – os salvadores militares – pontuada por Gilberto Freyre, que, naquele momento, ainda que precariamente, joga papel importante na aproximação dos políticos civis do corpo militar. Com efeito, esta mística militar vai estar presente em grande parte nas relações entre civis e militares na República brasileira. O desejo político por uma saída militar marca nosso passado político⁷¹.

Entretanto, a visão dos generais a respeito do evento centrava-se na perniciosa relação entre civis e militares, sendo estes manipulados por políticos civis inescrupulosos. O papel dos militares, na concepção do alto comando, é o de atuar exclusivamente no plano das ideias, influenciando a política civil. Dessa forma, em 1925, em relatório o Estado-Maior do Exército expõe ao Ministro da Guerra as causas das recentes revoltas militares. Nele podemos perceber a preocupação do órgão do Exército com a relação entre políticos civis e militares. De acordo com o documento, os civis assediam os militares e os estimulam à participação político-

⁶⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.277.

⁷⁰ LIEUWEN, Edwin. **Militarismo e Política na América Latina**. 1964. p.11.

⁷¹ HAYES, Robert. **Nação Armada: A Mística Militar Brasileira**. 1991. p.109.

militar, sendo estes apenas instrumentos da ação externa à caserna. De forma que, segundo o documento:

O papel da força armada nunca foi e jamais poderá ser o de instrumento de políticos que aspiram unicamente à posse da administração pública. A argumentação de que eles se utilizam, pondo em relevo a existência de males sociais, não pode servir de justificação a revoluções militares. O meio mais rápido e seguro de saná-los nunca será inverter o papel das forças armadas, senão atuar sobre os homens de modo que se lhes infiltrem n'alma novos ideais e novos sentimentos⁷².

Convém lembrar que o texto acima também reflete o desejo de *mea-culpa* dos grandes chefes militares, visto que todo ato de revolta militar é de responsabilidade do comando. Como solução, o Estado-Maior do Exército propõe o aumento da militarização dos militares, com o aprimoramento da disciplina sobre o corpo militar, ou melhor, a instrução militar é o remédio para a indisciplina dos oficiais subalternos. Assim, o desenvolvimento de uma cultura militar profissional, a partir das escolas, é o que corrige as práticas de indisciplina que se traduzem em rebeliões militares. Assim sendo:

[...] O melhor meio de afastá-los de outras cogitações prejudiciais à disciplina é justamente orientar-lhes a atividade para o aperfeiçoamento sempre crescente de sua capacidade técnica. [...] A doutrina que o Estado-Maior sempre propugnou consistiu em fazer sentir que um exército não está aniquilado quando dispõe de quadros homogêneos e bem instruídos⁷³ [...].

Os anos vinte no Brasil marcaram um período de luta política entre o velho e o novo que ameaçava explodir destruindo toda a estrutura oligárquica de poder⁷⁴. Para o Exército, a luta modernizante encontrou seu limite, “os debaixo” na hierarquia militar anunciavam que um novo Exército deveria se formar. Quiçá, as forças da

⁷² ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.114.

⁷³ Ibid., p.116.

⁷⁴ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.291.

Semana de Arte Moderna tiveram seu equivalente na própria revolta tenentista. Em outras palavras, as revoltas militares sustentavam uma solução militar à premência modernizante na esfera militar – como os neófitos artistas modernos, os tenentes vieram de baixo para reivindicar a modernização. Apesar disso, não representavam a classe média ou as massas trabalhadoras, os tenentes se identificavam como salvadores da nação, guardiões das instituições republicanas, em nome do povo, abstratamente. Segundo Boris Fausto: “Trata-se de um movimento substitutivo, e não organizador do povo⁷⁵”.

Na realidade, os movimentos revoltosos foram envolvidos por uma mística político-militar que, na ressignificação histórica, parecia concatenar-se ao movimento político-militar de 31 de março de 1964 – fechando um ciclo revolucionário de coloração militar. Essa mística assegurará a ação político-militar apenas no limite institucional – mobilizando a formação militar brasileira no breve século XX. Os movimentos revoltosos posteriores à consolidação de um Exército moderno de dimensão nacional, a partir do Estado Novo, tiveram como atores oficiais superiores e generais. Isto é, em virtude da institucionalização de um corpo militar moderno, a ação político-militar passou a ser produto da política do Exército sobre a política civil.

1.2 O EXÉRCITO COMO INSTITUIÇÃO NACIONAL NA ERA VARGAS

Como as relações de poder se enraízam profundamente no nexos social⁷⁶ – não estão enclausuradas no Estado ou nas instituições – é, portanto, fundamental erigirmos uma leitura da circulação do poder no corpo social. As instituições, apesar

⁷⁵ FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. 1997. p.81.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (Apêndice)**. 1995.p.245.

de terem vida própria, se constituem no social – é a partir do social vivido que as relações de poder no interior da caserna podem adquirir valoração intelectual. Destarte, os movimentos político-militares, mesmo em aparência, estritamente de motivação militar, carregam consigo elementos sociais importantes para o trabalho hermenêutico. Assim, a condição político-militar não deve ser deslocada da sociedade como um todo, do contexto político nacional, pois teremos certamente uma visão limitada do real vivenciado.

O Exército, apesar da utopia e das práticas totalizantes de fechamento (da cultura própria desenvolvida na caserna), não inventa relações de poder deslocadas do contexto do país e da época vivida. Com efeito, as relações de poder devem ser observadas na filigrana societal, não se encontram emparedadas na instituição ou no Estado, mas circulam em todas as dimensões no corpo social. Efetivamente, em tempo moderno, de crescente estatização das relações de poder, é preciso dimensionar as estratégias disciplinares. Nesse sentido, a instituição militar se coloca como paradigma; é onde se forja o constructo da sociedade disciplinar, visto que para normalizar a sociedade inteira é preciso elaborar um Estado dotado de instituição militar. Para Michel Foucault, as instituições militares são importantes, pois além de permitirem vitórias no campo de batalha, elas permitem articular a sociedade por inteiro⁷⁷. Realmente, a relevância do processo de constituição de uma sociedade disciplinar no corpo militar está na premência da articulação de tecnologias disciplinares objetivando elaborar a pacificação geral – a subordinação do social – a partir da normalização dos corpos insubmissos para torná-los corpos docilizados e produtivos à nova ordem republicana.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 1999. p. 189.

Verdadeiramente, não há sociedade disciplinar sem um corpo de modelo militar. Para quebrar as resistências ao novo governo e instituir um Estado de dimensão nacional, o impulso deveria advir da instituição militar. O regionalismo na República Velha proporcionou a constituição de Estados Regionais Modernos, com a concentração de exército próprio, até mais militarizado do que o Exército brasileiro – os casos do Estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul são exemplares. O Estado-Maior do Exército, em 1925, já destacava o inconveniente dessas forças para a consolidação do Exército brasileiro. Portanto, era fundamental concentrar o poder militar brasileiro sob a égide do Estado Nacional, de forma que para isso dever-se-ia desmilitarizar, no sentido bélico, as milícias regionais. Assim, de acordo com o documento:

[...] Há quem propugne a existência de exércitos locais, numerosos e bem aparelhados, prontos a conter, quando necessário, a força de que o Governo Federal dispõe para garantir a ordem e a integridade nacionais. [...] Urge por freio a esse ponto de vista, inquestionavelmente capaz de facultar o primeiro passo para a desintegração do Brasil. [...] Sob nenhum pretexto se deve tolerar que polícias estaduais possuam armamento só utilizável numa guerra estrangeira⁷⁸ [...].

Este momento de passagem, de consolidação do Exército nacional, foi intensamente tumultuado; os generais Góes Monteiro e Gaspar Dutra foram de fato os grandes artífices dessa transição, ao ponto de assumirem nesse processo um duplo papel: de um lado articulavam a difícil missão de efetivar uma sociedade disciplinar na caserna, identificada com a política da instituição; e de outro, utilizavam-se de posição privilegiada nas relações de poder com Vargas para assegurar a pacificação da sociedade como um todo a partir dos interesses político-militares.

⁷⁸ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.115.

Góes Monteiro, antes da Revolução de 1930, mostrava-se descontente com a vida militar, era um militar crítico com relação à condição da instituição – um aparato ineficiente, apesar das inúmeras tentativas de reformas. Ele, durante o combate contra o tenentismo político nos anos 1920, argumentava no sentido da impotência do Exército que agia sempre de improviso, sem a chamada previsão militar (ver antes) da ação. A questão não estava na reconstrução do Exército nacional, na medida em que não era um problema conjuntural, mas em construir um Exército totalmente novo de estrutura moderna⁷⁹. A ação político-militar foi tão impactante no corpo militar que, a partir de 1930, o Exército, de acordo com Edmundo Campos Coelho, entra na chamada fase institucional, porque deixou de se comportar como mera organização belicosa, transformando-se em instituição na consciência de seus integrantes⁸⁰.

Por certo, o Exército posterior à Revolução de 1930 apresentava divisão ideológica que dificultava qualquer perspectiva em médio prazo de coesão institucional. Duas grandes linhas percorriam a organização, uma horizontal separando praças e oficiais; outra vertical, separando os intervencionistas reformistas dos neutralistas, estes, de forma geral, mais conservadores. A primeira linha divisória (horizontal) fazia parte da cultura da organização militar, cultura não muito diferente daquela da elite civil brasileira, pois os praças são oriundos das camadas baixas da sociedade, o tratamento preconceituoso presente nos regulamentos não estava apartado das relações autoritárias da elite brasileira para com “os debaixo”. A segunda linha (vertical), marcada por divisões no corpo de

⁷⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.358-359.

⁸⁰ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade.** 2000. p.136.

oficiais, o intervencionismo reformista apresentava-se como um grupo híbrido que mesclava o intervencionismo político positivista e o militarismo tenentista que se inclinava na direção de uma ditadura militar; o grupo neutralista, adepto das ideias dos jovens turcos e da missão francesa, defendia o afastamento dos militares da política civil e a constante militarização dos militares com o desenvolvimento de saberes profissionais e regulamentos disciplinares coerentes com o projeto⁸¹. No entanto, é importante lembrar que o Exército não representa uma comunidade política por excelência, isso implica afirmar que estas linhas divisórias não perpassam todos militares – o grosso do corpo militar age mediante comando do mais antigo, cumpre ordens.

Na realidade, foi com o estrondo da Revolução de 1930 que o Exército brasileiro começou a efetivar as reformas construídas nas décadas anteriores. O movimento representou uma articulação de civis e militares para derrubar a República Oligárquica. O articulador civil foi Osvaldo Aranha, e o militar, o tenente-coronel Góes Monteiro, tendo a figura de Getúlio Vargas como o chefe geral do movimento. Buscou-se apoio militar no tenentismo político, apesar disso, os grandes chefes não foram os tenentes de 1922 e 1924. Eles tiveram que manter-se subordinados às ordens de Góes Monteiro, um estrategista militar que ao longo dos anos 1930 inclinou-se no sentido de modernizar de fato a instituição militar – além daquele do comando militar, Góes Monteiro teve um papel importante como o de moderador da ira dos tenentes contra os velhos chefes militares. A antiguidade militar como questão da ordem foi levada em conta, pois depois de 1930 todas as demais ações político-militares, com exceção da revolta de 1935, foram efetivadas

⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p. 73-74.

pelos oficiais dos mais altos postos, não havendo mais espaços para o tenentismo político⁸². Em síntese, começa a história da ação político-militar de matriz institucional. É claro, para que os jovens oficiais não se pronunciassem foi preciso a gestação de uma política de disciplinamento dos corpos a fim de torná-los corpos dóceis e, da mesma forma, uma reformulação na estrutura dos saberes e das práticas militares objetivando o extermínio das anomalias anteriores, isto é, para que os oficiais no posto de comando não fossem surpreendidos pelo tenente “sabichão” da arte militar ou da arte política.

No plano político, o tenentismo atravessou de forma atabalhoada qualquer efetiva realização no país de uma democracia moderna. Os tenentes em 1930 continuavam a desconfiar dos políticos civis e acentuavam a necessidade de uma política forte e centralizadora para derrotar o regionalismo político brasileiro. No plano do imaginário político nacional, o tenentismo apresentava-se, numa imagem positiva, como movimento político de militares dedicados e sacrificados, envolvidos com a transformação nacional e com o progresso do país. Realmente, o passado tenentista forneceu-lhes um campo de ação político-militar de peso, a ponto de inscrever na agenda de Vargas reuniões de aconselhamento político. Assim, acostumados com a cultura militar, os tenentes só almejavam a mudança a partir de um conjunto normalizante – por meio de ordens e decretos. Numa visão autoritária em que o destino do Brasil deveria estar sob a égide militar. Eles acabaram por isolar-se das camadas médias liberais e democráticas⁸³. Assim, de acordo com a memória de Cordeiro de Farias:

⁸² YOUNG, Jordan. **Aspectos Militares da Revolução de 1930**. 1979. p.16-17.

⁸³ WIRTH, John D. **O Tenentismo na Revolução de 1930**. 1979. p. 41.

De fato, os “tenentes” eram mais influenciáveis, não por serem flexíveis – ao contrário, eram rígidos e radicais – mas porque eles não tinham expressão nacional, não tinham poder político real. A verdade é que os “tenentes”, entre 1930 e 1932, constituíam o que hoje se chama “linha dura”, precisamente por serem ainda muito imaturos. Eram garotos recém-saídos da Escola Militar, que se haviam integrado à causa revolucionária da década de 1920. Ao chegarem ao governo, em 1930, queriam mudar o mundo em um só dia, criando tremendos problemas para o Getúlio⁸⁴.

Depois do estrondo revolucionário, no corpo institucional houve pedido de demissões de oficiais em alto posto de comando (Estado-Maior) e outros foram expurgados, completamente desautorizados pelos fatos político-militares, portanto, ficaram impotentes para prosseguir no comando. Ademais, havia os militares de tendência profissional, interessados mais na carreira militar do que em política – estavam absolutamente descontentes com a ascensão dos tenentes rebeldes no interior da caserna, pois estes recebiam promoções rápidas pelos serviços prestados à revolução. Os militares voltados ao cotidiano militar discordavam dos desvios de função que afastavam oficiais do Exército para ocuparem cargos políticos tipicamente de ordem civil. Dessa forma, o Exército brasileiro após a revolução estava dividido e com perspectiva negativa de futuro – numa expressão tipicamente militar: com o moral baixo⁸⁵.

O tenentismo político não conseguiu se estabelecer como grupo político-militar, paulatinamente foi se apaisanando. Consoante José Augusto Drummond: “o excesso de alianças depois de 1930 dilui drasticamente a identidade militar que ele construía⁸⁶”. Os tenentes se agrupavam no Clube Três de Outubro, uma espécie de clube jacobino que influenciava a política nacional nos primeiros anos da Revolução. Eles estavam mais identificados com a política civil do que com o Exército e sua

⁸⁴ CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p. 172.

⁸⁵ WIRTH, John D. **O Tenentismo na Revolução de 1930.** 1979. p. 45.

⁸⁶ DRUMMOOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista...** 1986. p. 214.

demanda política. O movimento tenentista nos anos 1930 pretendia conduzir a política nacional. Não obstante, Vargas conseguiu absorver o movimento e canalizá-lo, em grande parte, para seu propósito político⁸⁷.

Grosso modo, o tenentismo político foi, em grande parte, marginalizado dos postos mais importantes do governo revolucionário. Nos ministérios não havia nenhum tenente da década de 1920, apenas os porta-vozes Osvaldo Aranha e José Américo de Almeida – com exceção do “Vice-Rei do Norte”, Juarez Távora, e de João Alberto que governava São Paulo como interventor, ambos rebeldes históricos⁸⁸.

Depois de 1932, o tenentismo político fragmentou-se, a revolta Constitucionalista de São Paulo evidenciou a falta de coesão ideológica do grupo. As vicissitudes da política contemporânea abalaram a velha identidade político-militar da década de 1920, as ideias autoritárias, de coloração fascista e comunista, abalaram as certezas políticas dos tenentes históricos. Assim, um punhado deles se tornou comunista, um pequeno número permaneceu fiel aos princípios liberais democráticos ou ingressam decisivamente na política de Vargas, outros se isolaram na vida militar. No desenrolar político nacional, após 1945, esta divisão assumirá uma forma binária: de um lado, os nacionalistas pró-Vargas e, de outro, uma oposição anti-Varguista de visão menos nacionalista no campo econômico. Porém, como movimento, o tenentismo mergulhou no ostracismo político, pois os anos posteriores à revolução representaram a vitória de um Brasil novo, moderno e hierarquizado – com poder centralizado, o que implicava organizações

⁸⁷ ALEXANDER, Robert J. **O Movimento Tenentista**. 1979. p.70.

⁸⁸ CONNIFF, Michel L. **Os Tenentes no Poder...** 1979. p. 134-135.

institucionalizadas: partidos políticos, sindicatos e associações de classe. Assim, o movimento em si não correspondia às demandas modernas, perdeu a capacidade de produzir efeitos de verdade no campo político. Exclusivamente, no plano militar o Exército se estruturou com o propósito de evitar ações político-militares no corpo de oficiais subalternos, e os generais se apressaram no sentido da ação institucional para que decisivamente não fossem surpreendidos pelos fatos. Assim, em larga medida, todos os demais movimentos político-militares republicanos tiveram como atores generais ou oficiais superiores – agindo em nome da instituição.

Dessa forma, os tenentes, depois da primeira metade dos anos 1930, mesmo participando ativamente da política do país, não representavam mais o movimento político que lhes qualificara. Todavia, depois de 1964, com o golpe político-militar, alguns tenentes voltaram à cena política, e o próprio tenentismo retornou ao vocabulário político⁸⁹, agora como espectro da pureza moral política que fornecia certa credibilidade ao movimento político-militar de 31 de março.

No Exército os primeiros anos após a Revolução de 1930 não foram diferentes da instabilidade política nacional. A falta de disciplina no alto e no baixo escalão era evidente; nos anos 1931 e 1932, praças liderados por sargentos do 5º Regimento de Infantaria, em Lorena, São Paulo, sublevaram-se exigindo a deposição do comandante da unidade militar. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, aonde as pressões chegaram até Vargas. Havia, também, boatos de que o Ministro da Guerra, General Leite de Castro, havia solicitado, em Niterói, apoio de oficiais a fim de anular os opositores do novo governo – além de um texto de “Proclamação ao

⁸⁹ ALEXANDER, Robert J. **Os Tenentes Depois da Revolução de 1930**. 1979. p. 168-169.

Exército” dos militares que serviam no Rio Grande do Sul, para que se proporcionasse a coesão necessária à instalação de uma ditadura militar no Brasil – como única saída ao regionalismo político nacional. De outro lado, militares identificados com o profissionalismo reivindicavam a coesão a partir do panfleto a “União da Classe Militar” em nome da hierarquia e da disciplina. Em maio de 1932, eclodiu nova rebelião em Mato Grosso, liderada por sargentos, e no Rio de Janeiro foi descoberta uma conspiração de esquerda (comunista) liderada por sargentos e oficiais subalternos; no Rio Grande do Sul e na Capital Federal tivemos manifestações contra o Ministro da Guerra, General Leite de Castro. Todas estas ações político-militares representaram a intersecção das relações de poder civil e militar, por trás dessas ações havia a interferência de políticos civis. De forma que o contexto era de baixo moral da tropa e de indisciplina constante⁹⁰. Consoante Cordeiro de Farias:

Durante aquela fase, os “tenentes” assumiram uma posição de vanguarda e de autonomia. Uma vez reintegrados, tal situação produziu uma subversão hierárquica inevitável. As tensões se agravaram ainda mais porque, vitoriosa a Revolução, os postos de comando foram entregues aos oficiais mais graduados, os quais em sua maioria não tinham participado do movimento. Assim, a divisão se processava em dois níveis: no primeiro, opondo os “tenentes” radicais aos moderados. No outro, separando participantes e não-participantes do movimento revolucionário. Eu me batia muito pela integridade do Exército, mas o fato é que entre 1930 e 1932 a hierarquia se esfacelou⁹¹.

Na fase de constitucionalização do país, entre os anos de 1933 e 1934, as altas autoridades militares, responsáveis pela condução político-militar do novo governo, centravam suas preocupações na questão da participação de militares na política civil. O Ministro da Guerra, general Espírito Santo Cardoso, conclamava os

⁹⁰ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.399-400.

⁹¹ CAMARGO, Aspásia e GÖES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p. 170.

militares a tomarem uma posição condizente com a instituição militar – de disciplina e espírito de ordem. Contudo, a pressão político-militar foi intensa, o país vivia em tenso debate constitucional, as ideias políticas de coloração civil mobilizavam os militares na caserna. Realmente a sociedade civil arrastava os militares para a ação política, num momento em que a instituição militar estava enfraquecida, o que fez o Ministro renunciar ao cargo⁹². Foi preciso toda uma trama política para que existissem as condições necessárias de adequação do corpo militar a uma tecnologia disciplinar que se pontua no espaço militar como lugar da ordem governamental. Realmente, o período de 1934 a 1937 marca um momento de crescente tensão, o Estado liberal moderno e seu corolário político (democracia burguesa) desmancharam-se frente à crise político-econômica mundial; ideias extremistas de direita e de esquerda envolviam a política nacional – diante desta anomalia conjuntural, o país caminhava a “passos de gigante” em direção a uma ditadura civil-militar de caráter conservador liderada por Getúlio Vargas.

Assumiu, em 1934, como Ministro da Guerra, o comandante militar das forças que derrubaram a República Velha, General Pedro Aurélio Góes Monteiro que conjuntamente com o General Eurico Gaspar Dutra, na Era Vargas, será o responsável pela transformação do Exército Brasileiro em Instituição Nacional. Em seu discurso de posse, colocou-se como elemento de instauração da tranquilidade, da paz e da estabilidade de que o Brasil tanto precisava. De fato, há pouco ele havia pacificado a Revolução Constitucionalista de 1932 e como baluarte da nova ordem representava, sem dúvida, naquele momento, a imagem daquilo que propunha instaurar. O momento para o Exército era o de reerguimento moral e profissional,

⁹² LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 201-202.

num quadro de nova política militar com a intenção de manter a integridade nacional⁹³.

Góes Monteiro foi empossado na chefia do Ministério da Guerra sem qualquer consulta prévia. Oficial que se identificava com o Brasil novo e que para comandar precisava de uma aceleração na carreira militar com o objetivo de ocupar postos importantes de comando. Assim, do posto de tenente-coronel, em outubro de 1930 passou ao posto de general-de-divisão em outubro de 1932. Ele é representativo de uma geração de militares formados no início do século XX no país, absorveu bem as reformas modernizantes das primeiras décadas. De cultura conservadora e legalista, aderiu ao movimento no limite dos acontecimentos, combateu o tenentismo político, mas percebeu que a modernização da instituição adviria, exclusivamente, com a transformação geral do Brasil. Daí a relação de Góes Monteiro com a política, um meio para a consolidação de um exército moderno de dimensão nacional, para isso a intervenção militar seria uma constante na política civil, mas, ao contrário do tenentismo político, a ação político-militar deveria estar ao encargo da alta hierarquia militar⁹⁴.

O Chefe do Estado-Maior do Exército de Góes Monteiro era o General Pantaleão da Silva Pessoa. Ele demonstrava preocupação com a baixa militarização da tropa, assim, acentuava a instrução moderna como meio de melhoria no moral militar, pois o espírito de sacrifício e do dever com a defesa da Pátria solapava-se diante do desejo particular dos militares em servir nas grandes cidades, principalmente na Capital Federal (Rio de Janeiro). Dessa forma, partia da premissa

⁹³ Ibid., p. 202-203.

⁹⁴ FREIXINHO, Nilton. **Instituição em Crise...** 1997. p.314.

de que a indisciplina e o esquecimento do dever militar eram a causa dos motins e das revoltas político-militares. Assim, em 1935, em relatório ao Ministro da Guerra enfatizava:

O principal problema do Exército, com primazia mesmo sobre o material que lhe falta, é a reeducação dos seus quadros, assim compreendendo a modificação da mentalidade dos oficiais do Exército ativo, o aperfeiçoamento dos processos de seleção para o recrutamento e acesso, o exame continuado e rigoroso do quadro de sargentos e a real eficiência profissional das unidades do Exército e dos seus institutos de educação⁹⁵.

Efetivamente, era necessário constituir uma sociedade militar em que a instituição sobrepujasse os interesses pessoais. Para isso, o Exército deveria assumir a forma de uma verdadeira “instituição total⁹⁶” de forma que a identidade individual do militar se formaria a partir da intervenção institucional sobre a subjetividade dos corpos na caserna. As instituições militares modernas reivindicam um corpo comprometido com a caserna, de forma que a administração da vida diária, com a regulamentação dos espaços e do tempo, bem como a concepção de isolamento militar do corpo civil torna, nesse sentido, válido o conceito de Erving Goffmann de instituição total. Entretanto, isso não implica a proposição exagerada de isolamento absoluto. Em realidade, o fechamento absoluto da instituição apresenta-se como uma utopia militar de sociedade. O corpo militar independentemente da cultura própria que desenvolve no interior da instituição, está no mesmo plano da sociedade em geral. Na verdade, uma sociedade em crise, em virtude da transição para um Brasil urbano, necessitava de tecnologias disciplinares para estabelecer uma teia de poderes normalizantes afinados com a modernização

⁹⁵ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.169.

⁹⁶ GOFFMANN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 2001. p.11.

institucional. Assim, no mesmo relatório citado anteriormente, o chefe do EME afirma:

Não há instituto que possa resistir à doutrina da preferência pelos interesses individuais. Tratando-se de organizações como as militares em que é preciso treinar a obediência e o espírito de sacrifício – a prioridade dos regulamentos – a convicção de que eles não podem ser burlados nem esquecidos, a resignação diante dos seus preceitos constituem pontos de honra para a mentalidade dos quadros. A boa mentalidade militar institui a prioridade de dever, isto é, a precedência da instituição sobre o indivíduo⁹⁷.

O relatório centra-se na falta de compromisso dos militares com a instituição, como no caso dos oficiais que não querem servir fora do Rio de Janeiro e mostram-se indiferentes com as Organizações Militares do interior e da fronteira do país sempre havendo a necessidade de que os chefes tenham que suplicar para que os mesmos cumpram o seu dever. Há nas relações de poder toda uma cultura de resistência à própria condição militar. Essa resistência é resultado de uma fraca institucionalização no campo disciplinar. Com efeito, o corpo ainda não foi conquistado, mas objetiva-se imediatamente a sua submissão, pois a subordinação do corpo o conduz à produtividade institucional – eis a chave do poder disciplinar⁹⁸. Em suma, a indisciplina tem como fonte a ausência de profissionalismo militar, assim, o general Pantaleão da Silva Pessoa elabora o seguinte diagnóstico:

Trabalhar o menos possível, fugir das comissões e comandos mais penosos, preferir sistematicamente o Rio e outros grandes centros, defender os direitos próprios mesmo em detrimento do Exército, usar deste como fator de prestígio e ponto de apoio econômico, esquecer os deveres profissionais sempre que surjam outras conveniências, são as modernas características a destruir com a reeducação dos quadros. Sem este, trabalho prévio, os motins, os pronunciamentos, as revoltas continuarão proliferando como um dos aspectos da liberdade individual⁹⁹ [...].

⁹⁷ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.169-170.

⁹⁸ RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica...** 1995. p.170.

⁹⁹ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.170-171.

De forma que a reeducação do corpo militar passa a preponderar diante das questões de ordem material. A ação de comando deve interferir na mentalidade militar a ponto de formar subjetividades militarizadas, pois as manifestações individuais concernem aos corpos civis – sendo perversas para a instituição militar. Consoante o relatório do Estado-Maior do Exército: “é possível que um trabalho de reeducação esclarecido e dirigido com serena energia, consiga transformar a mentalidade militar decadente, apaisanada, dissolvente, elevando o espírito da mocidade que estamos recrutando [...]”¹⁰⁰ Por certo, os anos posteriores à Revolução de 1930, longe de qualificarem-se como de mera crise institucional, ensejando a premência de reorganização, anunciam o próprio limite de todas as reformas anteriores, que esperavam constituir um Exército moderno numa sociedade atrasada. A consciência da modernização geral do Brasil assume a forma político-militar e, em poucos anos, presenciamos um enorme salto rumo à invenção de uma força militar com aspecto institucional de extensão nacional.

Para o Exército, das patologias oriundas da paisanização do militar, certamente a de caráter comunista foi a mais preocupante. O comunismo representava a perspectiva de sublevação absoluta da ordem militar, pelo simples fato de ser essencialmente uma doutrina política de inversão do lócus de poder. Ao contrário das revoluções do passado, realizadas por minorias para minorias, a revolução proletária propunha uma revolução das massas em benefício de todos¹⁰¹. Por certo, uma instituição de cultura disciplinar hierarquizada, em busca da coesão,

¹⁰⁰ Ibid., p.171

¹⁰¹ ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. 2005. p.51.

refuta, como corpo estranho, qualquer tipo de ação extremada de revolução moderna.

O relatório do Estado-Maior do Exército, com referência ao evento político-militar de novembro de 1935, de inclinação apressadamente qualificada de comunista pelos grandes chefes militares e pelo governo Vargas, pontua que não foi nenhuma surpresa o movimento político-militar de 1935, pois o vinha seguindo desde os primeiros preparos. Em face disso, havia um valor estratégico na eclosão do evento, na medida em que a presença de militares comunistas na caserna é um exemplo contundente da premência de ações práticas no sentido da militarização intensa dos militares. Assim, a solução imediata para a neutralização da infiltração comunista no Exército, consoante o relatório, está no afastamento dos militares da política. Nesse sentido, o exército francês é apontado como paradigma¹⁰².

A questão mais premente no Exército, na sua fase de constituição como força militar nacional, foi, sem dúvida, a referente à relação Exército/Política. A formação de uma instituição moderna implica a militarização dos militares que proporciona a efetiva estatização da força militar. Cria-se com isso uma capacidade organizacional coesa e moralmente capaz de agir em bloco afirmando posição militar frente à vida política nacional¹⁰³. Assim, o momento histórico exigia uma nova política militar que representasse os interesses imediatos da instituição. É importante sublinhar que estes interesses representavam a perspectiva de consolidar institucionalmente um Exército conservador e estabilizador da ordem nacional¹⁰⁴. Para isso, tecnologias disciplinares deveriam ser ajustadas ao que se espera do militar moderno. Assim, a

¹⁰² ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.175.

¹⁰³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 61..

¹⁰⁴ LIENWEN, Edwin. **Militarismo e Política na América Latina**. 1964. p.24.

interferência nos corpos para ajustá-los à sua verdadeira condição, corpos dóceis ao fluxo disciplinar-hierárquico, objetivava uma instituição forte e coesa. Dentro do quadro de nova política militar, Góes Monteiro foi responsável pela doutrina relativa à questão “Exército-Política”. Assim, segundo ele:

Essa reforma visa transformar a estrutura e a mentalidade do nosso soldado, colocando-o em seu verdadeiro lugar. A estrutura será transformada por meio de grandes medidas, enquanto que a mentalidade o será por meio de instituição de uma doutrina que impeça o militar de ir além do que se espera dele. Isso há de tardar, mas é preciso que se comece. É preciso tirar o Exército da Política e impedir que ela se intrometa no Exército. E isso será feito, não com o rebaixamento, mas com a exaltação do militar¹⁰⁵.

O interessante na história brasileira é que o ímpeto de despartidarizar os militares, ao contrário do que aconteceu em boa parte dos países latino-americanos, destacados por Alain Rouquié¹⁰⁶, sempre partiu de política desenvolvidas no próprio corpo militar. A dificuldade encontrada no afastamento dos militares da política civil foi mais de resistência civil do que militar. O tempo curto de permanência de Góes Monteiro no Ministério da Guerra é ilustrativo do desgaste político-militar na busca da militarização da tropa. Em maio de 1935, ele pede exoneração do cargo, pois o contexto para efetivar sua nova política militar exigiria a constituição de um Estado forte. Assim, diante das pressões políticas contra a coesão e a disciplina do Exército em benefício da regionalização política do país, com a crescente arregimentação política de militares com propósitos regionais, Góes Monteiro preferiu exonerar-se do cargo para manter a calma no país¹⁰⁷. O desgaste político decisivo diz respeito ao conflito com o Governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, pois este

¹⁰⁵ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 204.

¹⁰⁶ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina.** 1984. p. 89.

¹⁰⁷ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 212.

intervinha amiúde na administração militar, influenciando nas promoções e nas transferências de militares em serviço no estado. Os apadrinhados políticos solicitavam apoio político ao governador sempre quando seus interesses pessoais eram contrariados. Também havia a pressão de Góes Monteiro contra os corpos provisórios e o poder belicoso da Brigada Militar, um verdadeiro poder paralelo que atuava como força política dissuasória em benefício do regionalismo rio-grandense¹⁰⁸.

O momento era delicado, o país caminhava na direção de uma saída autoritária. No interior do Exército fomenta-se a instabilidade a partir da constatação do surto comunista de 1935, uma patologia que, para os militares conservadores, poderia seguramente contaminar a instituição como um todo. Além dos regionalismos, na política nacional havia pressões à esquerda, da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que conjugava liberais democratas e socialistas e, à direita, da Ação Integralista Brasileira (AIB), fascistas abaixo do Equador. Pressões de certo vulto social que ajustavam nossa sociedade política às transformações modernas.

Os conflitos políticos acentuavam as diferenças ideológicas, tencionando a política nacional. Na realidade, o quadro político era absolutamente tenso, pressões políticas advindas das forças tradicionais regionais de um lado, e de outro, a versão das lutas modernas de direita e esquerda que reivindicava um Estado forte e autoritário, minou qualquer saída democrática para o país. Efetivamente, o resultado dessas tensões produziu uma ruptura política de espectro autoritário

¹⁰⁸ FREIXINHO, Nilton. **Instituição em Crise...** 1997. p.317.

moderno, num país onde, consoante Sérgio Buarque de Holanda, “a democracia [...] foi sempre um lamentável mal-entendido¹⁰⁹.”

Ao assumir o Ministério da Guerra, no lugar de Góes Monteiro, o General João Gomes não conseguiu suportar as pressões e, dentro das circunstâncias políticas idênticas a anterior, em dezembro de 1936, pede exoneração do cargo. As seguintes palavras do general são esclarecedoras: “[...] a sucessão presidencial quer novamente arrastar o Exército para a luta [...]. Sabe V. Excia. que até hoje tenho sido apenas soldado e, ainda mais, que nutro a maior ojeriza pela política partidária¹¹⁰.” O contexto pré-eleitoral estava arrastando o Exército para a política partidária e obviamente minando a coesão militar. A solução foi a nomeação de Eurico Gaspar Dutra para o cargo, pois tinha a mesma envergadura moral de Góes Monteiro. Malgrado, ao contrário deste, foi feliz na medida em que comandou o Ministério em tempo de Estado Autoritário. Em discurso, reconhece as dificuldades de afastar os militares da política, pois entende que: “não é fácil, à vista de nossa evolução histórica, excluir o Exército das atividades políticas. A participação que as Forças Armadas têm tido nas principais convulsões internas é como que uma força incentivadora difícil de conter¹¹¹”. Ao mesmo tempo em que acusa a crescente militarização, no sentido bélico, das polícias regionais, principalmente no Rio Grande do Sul. A solução militar seria a única saída possível para o caso de Flores da Cunha, um governador com forte influência no meio militar rio-grandense e, em última instância, comandante de um exército regional considerável. Após o desarmamento dos corpos provisórios, o próximo passo foi o de passar o comando

¹⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 1995. p. 160.

¹¹⁰ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 218.

¹¹¹ Ibid., p. 249.

da Brigada Militar à 3ª Região Militar. Houve reação de Flores da Cunha e, na manhã de 18 de outubro de 1937, ele se retira para o Uruguai¹¹². No final de outubro, Getúlio Vargas anuncia o novo governo, e então as condições para a efetiva invenção de um Exército essencialmente moderno e nacional estavam dadas. Certamente, a partir do Estado Novo, houve a crescente desconstrução das forças militares regionais, reduzidas ao policiamento ostensivo e subordinadas ao Exército. A longa luta dos militares do Exército contra a regionalização do poder político-militar havia sido ganha, abrindo um horizonte favorável à consolidação do Exército como força nacional¹¹³.

O Exército precisava romper com a cultura político-partidária que prejudicava a construção de uma instituição absolutamente nacional e profissionalizada. Em discurso político-militar, o general Eurico Gaspar Dutra afirma:

Crescemos e com nosso crescimento vem a maioria e com ela os maiores deveres, as mais graves responsabilidades com o Exército em presença da Pátria. É preciso, portanto, definir e estabelecer limites às atribuições que a cada um correspondem. Se ao ministro e à alta administração do Exército interessam os superiores problemas de política nacional, a que não se podem e não se devem furtar, em virtude das próprias missões que lhes são cometidas, mesmo a eles convém como exemplo a prestígio da autoridade, o afastamento da política partidária, em que não são nem devem ser profissionais¹¹⁴.

O discurso de Eurico Gaspar Dutra buscava afirmar uma política de redução da ação militar às coisas da caserna, pois para ele as preocupações político-partidárias acabam por desviar os militares de seu efetivo dever. A questão “Política e Exército”, dentro da perspectiva de institucionalização da força terrestre, passa a

¹¹² FREIXINHO, Nilton. **Instituição em Crise...** 1997. p.344.

¹¹³ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p. 88.

¹¹⁴ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 249.

ocupar boa parte dos esforços de comando. De forma que a definição da política do Exército, em tempo de modernização na Era Vargas, concentrar-se-á na dupla Góes/Dutra – aqueles que deram uma forma nacional ao Exército Brasileiro. Em substância, moderniza-se o Exército para que se possa modernizar a sociedade como um todo a partir do Estado como agente da ordem e do desenvolvimento. Assim, de acordo com Eurico Gaspar Dutra: “não é ousadia afirmar que, em nenhum momento da vida nacional, o Exército teve tamanhas responsabilidades como na hora presente¹¹⁵”. E, de fato, o Exército nunca teve também condições tão favoráveis para executar uma política militar de normalização produtiva no interior da caserna.

Os artífices do Exército moderno, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, de 1937 a 1939, travaram uma luta dentro e fora do Exército com o propósito de afastar qualquer óbice à modernização institucional pretendida – a redução do número das práticas de indisciplina (quebra da hierarquia) à inexpressividade é contundente para que possamos compreender a tomada do poder de uma facção político-militar¹¹⁶. O Exército em contexto de regime autoritário começa a delinear uma política de institucionalização objetiva isto significa, em termos amplos, a invenção de um aparato de primeiro plano, capaz de assegurar, sob a égide do Estado, o monopólio da violência no território nacional. Num sentido mais específico, representa uma ação dura sobre os corpos militares para direcionar o pensamento da tropa a um mesmo diapasão. O que implica a definição estratégica de uma tecnologia disciplinar de formulação do pensamento da instituição. Era preciso afirmar o pensamento do

¹¹⁵ Ibid., p. 252.

¹¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p. 85.

Exército por meio de seu representante maior, o Ministro da Guerra, e este deveria ser orientado pelo Estado-Maior do Exército – todo esforço para constituir nos indivíduos o autopolicamento sobre pensamentos deslocados do corpo institucional¹¹⁷. Em suma, pela primeira vez na história do Exército o Estado garantia as condições políticas nacionais para que a militarização do militar pudesse assumir forma objetiva – a instituição de um poder menos geral que específico, um poder que deve ser exercido sobre cada indivíduo em particular, elaborando saberes disciplinares que envolvem corpos, mentes e almas¹¹⁸.

O general Góes Monteiro ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército em 02 de julho de 1937 proferiu contundente discurso em que alegoricamente qualificava o EME como “oficina espiritual do Exército” com a missão de transformação da instituição. Na verdade, como instituição efetivamente moderna o Exército começa, em ritmo lento, a partir da ação político-militar de Góes Monteiro, a ofensiva contra a paisanização do militar que se apresenta com a partidarização, em termos civis, e com a precariedade da formação técnica. Essa paisanização passa a ser combatida a partir da normalização da caserna e da efetiva nacionalização da tropa. Assim, de acordo com Góis Monteiro:

Este instante que desliza fugitivo e vibrátil, pela minha obscura existência de soldado, em verdade me comprime e esmaga. [...] O EME é a oficina espiritual do Exército. Neste laboratório de pesquisas, de análises e de cálculos continuados não há lugar para a rotina, camada isolante que obstrui o sistema respiratório no organismo, impedindo as transformações vivificadoras. [...] No Estado-Maior do Exército reside a célula mater – o coração, o cérebro do Exército¹¹⁹.

¹¹⁷ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 2007. p.56.

¹¹⁸ TERÁN, Oscar. **Michel Foucault: Discurso, Poder Y Subjetividad**. 1995. p.25.

¹¹⁹ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 186-190.

No mesmo discurso, Góes Monteiro se lembra do momento em que comandou o Ministério da Guerra e do papel relevante do Estado-Maior do Exército para o comando. Apesar disso, naquela época, não foi capaz de efetivar a política de reformulação do Exército, pois o contexto não lhe fora favorável. Para ele, o momento era de mobilidade, de saída da inércia. Segundo as palavras do chefe do EME:

[...] Será então necessário sair do ponto morto e recomeçar esta obra de transformação com prudência e firmeza, desde a formação técnica dos quadros em todos os graus, motivando seu papel social na preparação educacional da tropa, moldando o caráter com rigidez de pedra de toque, até a revisão geral da organização estrutural do exército. Cada um é solicitado a concorrer pela disciplina intelectual, pelo trabalho, a essa obra de revigoreamento e restauração a que está entregue o Exmo. General Ministro da Guerra, e é em torno dele que se fundará a nossa unidade de vistas e a nossa unidade de ação¹²⁰ [...].

No discurso de Góes Monteiro há a presença da cultura militar francesa, amiúde cita, em francês, o que havia sido sedimentado pela Missão Militar Francesa no país, de forma que fez referência, por exemplo, ao General Gamelin, comandante da missão militar que aqui esteve na Primeira República: “Nous savons que le progrès est la condition de la vie, que l’immobilité est la mort et qu’il y aura de la besogne pour nos successeurs¹²¹”. A vitória da concepção que determinou a relação entre Exército e política, de acordo com José Murilo de Carvalho, foi a do “intervencionismo controlador”¹²², a que conjugava o profissionalismo, da missão indígena e francesa, com a vontade intervencionista de matiz tenentista. Dessa forma, a instituição deveria atuar como bloco de pensamento e ação coesa, evitando

¹²⁰ Ibid., p. 191-192.

¹²¹ Tradução livre: “nós sabemos que o progresso é a condição da vida, que a imobilidade é a morte e que haverá trabalho a fim de que se possa ter êxito”.

¹²² CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p. 75.

assim o individualismo que degenera o corpo militar. Destarte, a questão incontornável da mudança se encontra na ação do corpo institucional contra qualquer manifestação de interesse pessoal. De acordo com Góes Monteiro:

[...] É princípio substancial a necessidade de preponderância dos órgãos e das funções sobre os indivíduos que os servem, isto é, a exigência do anti-individualismo é incontestável, e por isso mesmo ela impõe a rigorosa seleção dos valores individuais, para atingir o mais alto de utilidade, rendimento e justiça. [...] Destarte a obra dos nossos sucessores será facilitada e aberta a via do incessante engrandecimento do Exército¹²³.

Por certo, no Estado Novo (1937-1945), houve um impulso político-administrativo para modernizar o Exército brasileiro, os generais Góes Monteiro e Dutra foram responsáveis por iniciar o processo de militarização do militar, centrando a política na esfera exclusivamente militar, assim, em vez da existência da “política na caserna”, a única política aceita seria a “política da caserna”. Malgrado é importante sublinhar que da mesma forma que do ponto de vista da política geral o Estado Novo não representou um corte radical com o passado recente, na medida em que a ação produtiva, agora consolidada, já fazia parte de políticas aplicadas fora de contexto favorável no período 1930-1937¹²⁴, o mesmo com relação ao Exército, num tempo mais regressivo, estas políticas faziam parte de um conjunto de reformas modernizantes desde as primeiras décadas do século XX, embora em contexto absolutamente fora de qualquer perspectiva de efetivação.

O Chefe do Estado-Maior do Exército, em 1937, desenvolve, em relatório, a concepção de que a guerra moderna exige uma preocupação do Estado e das Instituições Militares com a associação do desenvolvimento industrial com a

¹²³ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 192.

¹²⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 1998. p.365.

capacidade de defesa de uma nação. Não era uma ideia nova no EME, na medida em que no ano anterior já se fazia referência à necessidade de desenvolvimento de indústria siderúrgica e de pesquisa referentes a novos combustíveis. Assim, a Guerra Total inseriu a questão do desenvolvimento industrial na esfera militar. O que, sem dúvida, abriu um campo à interpelação político-militar em território civil, pois a intersecção entre segurança e desenvolvimento passa a ser a fonte da intervenção dos militares na política civil. Dessa forma, de acordo com o relatório:

A guerra hoje é total. A nação inteira é mobilizada. A mobilização nacional é integral. Os ataques podem manifestar-se por muitas vias e alcançar, rapidamente, o mais afastado interior. Em sendo assim, é preciso criar-se um espírito novo dentro de uma organização nacional nova. O Brasil não está livre de ser envolvido, contra a sua vontade, num conflito armado. Infelizmente, as suas condições são extremamente graves para enfrentar uma eventualidade dessa ordem. É indispensável que o nosso parque industrial tenha verdadeira significação capaz de satisfazer as necessidades do início de uma campanha¹²⁵.

Outra questão importante para os militares do EME é a que diz respeito à ordem interna, após o relativo controle sobre o regionalismo com a subordinação das polícias militares estaduais ao Ministério da Guerra, o comunismo passa a dominar o pensamento militar, mais pelo valor simbólico de mobilização geral das forças militares no sentido da coesão do que pelo poder real de ação da esquerda brasileira. A consolidação do Estado Novo traduz a forma republicana brasileira de “ordem e progresso”. Assim, para conter os problemas internos que brecavam a realização do sonho militar de sociedade, ou seja, o desenvolvimento nacional com segurança, seria fundamental “forjar um Exército nas condições exigidas pela técnica moderna, capaz de garantir a integridade territorial do país e permitir a

¹²⁵ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 197.

segurança, o trabalho e o crescimento da Nação, em todos os rumos do progresso [...]”¹²⁶. Por certo, o Estado Novo representou a consolidação, sob a égide autoritária, das condições necessárias ao desenvolvimento da modernização do Brasil e, em particular, do Exército, diante de contexto de iminente conflito mundial. Este governo civil-militar apresentou-se como a perspectiva vitoriosa de organização da Nação frente à guerra moderna. O relatório referente ao ano de 1938, acentua o contexto favorável estabelecido pelo Estado Autoritário, nos seguintes termos:

O novo regime abre as portas às possibilidades de organizar-se a Nação para enfrentar as perspectivas sombrias do futuro. [...] Com o advento do Estado Novo instituído em 10 de novembro de 1937, ficou o governo da República, aliviado dos tropeços que o embaraçavam para encarar, de frente e resolutamente, todas as questões concernentes à melhoria do aparelhamento militar¹²⁷.

Como o poder do Estado é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora¹²⁸, as ações político-militares com o total aval de Getúlio Vargas procuraram atuar no corpo singular militar, formulando um conjunto de práticas ligadas à invenção de uma tradição que ajustasse os corpos ao próprio passado institucional e, ao mesmo tempo, reformulando os regulamentos administrativos e disciplinares ao movimento de modernização militar. De forma que, em 1939, os regulamentos e as leis referentes ao ensino militar e ao adestramento da tropa passaram por uma reformulação para se adequarem às vicissitudes da época. O momento era favorável às mudanças político-militares, na medida em que o Estado operava as ações político-administrativas de forma autoritária. Ademais, o contexto

¹²⁶ Ibid., p. 217.

¹²⁷ Ibid., p. 219.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (Apêndice)**. 1995.p.236.

de guerra total fomentava na classe política e na sociedade em geral a necessidade de defesa. Assim, em discurso político-militar, o general Dutra afirma:

Tudo deve ser empenhado no sentido de que as nossas escolas e as nossas casernas não sejam apenas simples estabelecimentos de instrução pura, geral ou profissional, mas que estejam, também, em condições de proporcionar aos que por elas passam a aquisição da capacidade prática indispensável, e, ainda mais, torná-las verdadeiros centros de informação do caráter, de encorajamento, do senso de responsabilidade e cultivo da força de vontade e do espírito de decisão. Mas o material, os efeitos e a instrução, em que pese ao aperfeiçoamento da técnica, são simples formas exteriores da força de um Exército. O que lhe dá valor real, o que lhe permite estar à altura das suas finalidades, é a sua constituição moral, fruto de uma sã disciplina, de uma educação nacionalista e de um patriotismo permanente e sem vacilações¹²⁹.

O Estado Novo no Brasil representou um impulso no sentido da governamentalização das relações de poder. Em face disso, as relações de poder foram progressivamente estatizadas, o que implica a elaboração, racionalização e centralização da normalização sob a esfera do Estado¹³⁰. De todas as ações governamentais, a mais relevante, sem dúvida, foi a que atingiu o ensino militar de base, pois a formação dos oficiais do Exército aponta para o futuro da própria instituição. Nesse contexto, a educação militar teria uma dupla finalidade: a de engendrar nos corpos a força moral capaz de, na guerra, representar a nação em armas e a de permitir, na paz, a docilização moderna, que proporciona um clima de ordem e segurança fundamental ao desenvolvimento do país¹³¹.

O coronel José Pessoa conseguiu traduzir todo o movimento modernizante militar no espaço educacional. Foi o eminente reformador do ensino militar de base. Começou sua reforma no início de 1930, na Escola Militar do Realengo, onde atuou

¹²⁹ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 303-304.

¹³⁰ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (Apêndice)**. 1995.p.247.

¹³¹ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 304.

na elaboração de novas tradições para o Exército – tradições praticamente intocadas ainda hoje na instituição. Em seu primeiro boletim aos cadetes, afirma a concepção do Exército como ossatura da nacionalidade e como responsável pela salvação da nação. De acordo com Celso Castro: “a identificação do Exército com estes conceitos abstratos de Pátria e Nação unificava a instituição, afastando-a, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos presentes na sociedade¹³².” A busca da efetiva coesão institucional foi o propósito do Exército, do alto comando militar. Para isso, o ensino deveria ser de fato transformado. Por certo, uma tarefa complicada, pois os militares vivem amarrados à tradição, aos antigos hábitos culturais. Ainda assim, em contexto modernizante, de novo tipo de combate, diante da Guerra Total, mediada por técnica e tecnologia moderna, os militares têm suas tradições amiúde transformadas. Assim, José Pessôa, ao resgatar as tradições, estava na verdade criando outras, adequadas ao novo momento militar do país. Na realidade, os militares quando não estão presos às tradições, estão procurando criar outras¹³³.

José Pessôa foi um crítico do ensino militar anterior de excessiva politização dos alunos, vislumbrava o afastamento dos militares da política e a concentração militar aos assuntos meramente profissionais. O regulamento interno do corpo de cadetes acentuava o papel dos estudantes militares para o país como o de futuro do Exército e da segurança da Pátria. Buscava “um novo estado psicológico” em que o poder disciplinar seria exercido individualmente a ponto de o corpo singular exercer práticas limitadas aos regulamentos, cada cadete seria “prisoneiro de si mesmo”¹³⁴.

¹³² CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. 2002. p. 38-39.

¹³³ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. 1967. p. 29.

¹³⁴ CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. 2002. p. 42.

A inclinação converge para o que Michel Foucault classifica como “sociedade disciplinar”, que, por meio de tecnologias disciplinares, busca a individualização dos corpos a fim da distribuição de nova rede de relações de poder¹³⁵. Para tal, a distribuição do espaço e do tempo sob normas que interpelam cada indivíduo em particular governamentaliza as relações de poder, pontuando a elaboração de subjetividades associadas cognitivamente e politicamente à instituição.

De todos os esforços no sentido de modernização do Exército no campo da educação, o mais significativo e o que produziu efeitos mais impactantes na formação da identidade militar, foi sem dúvida, a criação da nova escola militar de formação de oficiais em Resende, no Rio de Janeiro, a Academia Militar das Agulhas Negras¹³⁶ (AMAN). Este centro de formação de oficiais do Exército foi pensado a fim de que se desse ao país uma escola militar que representasse a nova política nacional estabelecida a partir de 1930. No Ministério da Guerra de Dutra, o sonho de uma moderna escola militar se realizou, em 1944, sob os esforços diretos do então Coronel José Pessôa¹³⁷. Foi dele a concepção de construção de um estabelecimento militar e pedagógico capaz de educar moral, física e intelectualmente as novas gerações de oficiais. Desse modo, não seria mais uma escola tendo que se adaptar à arquitetura de prédios já existentes, mas a criação de um espaço planejado para a formação militar, atendendo, assim, às necessidades de um Brasil moderno. Todos os vícios de matiz paisana das escolas militares

¹³⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 1987. p.125.

¹³⁶ Contudo foi somente em 23 de abril de 1952 que a Escola Militar de Resende passou a denominar-se Academia Militar das Agulhas Negras (CÂMARA: 1985:183).

¹³⁷ Comandante da Escola Militar de Realengo nos anos 30 e, por demais, decidido em transferir o curso de formação de oficiais para um espaço em que a paisagem oferecesse condições afinadas com a doutrinação militar, ou seja, onde fosse possível exercícios militares sem grandes transtornos. Ademais, esse espaço deveria ser contemplado com uma arquitetura moderna, impondo disciplina e ordem militar com o objetivo de que pudesse confirmar-se ali o “sonho militar de sociedade”.

anteriores, dentre eles a partidarização, foram ali combatidos – tanto que não tivemos na AMAN registro de nenhum tipo de revolta ou de manifestação de indisciplina coletiva. Os espaços ali distribuídos, bem como o isolamento do centro político, proporcionam o desligamento do mundo civil para que se possa instituir nos corpos o absoluto “espírito militar”, ou seja, a identidade castrense¹³⁸.

Na primeira ordem do dia, diante da impactante arquitetura da nova Escola Militar e da perspectiva modernizante, os cadetes ouviram as seguintes palavras:

Acabais de chegar diante do marco fundamental de uma nova era para o Exército – as novas instalações da Escola Militar. Aqui existe quanto há de mais moderno para a saúde do corpo e do espírito. Nada falta para o completo beneficiamento do cadete como matéria-prima de escol e para que o Aspirante, como produto acabado, saia perfeito. Até mesmo nós, os mais velhos – os vossos Chefes, professores e instrutores – estamos sentindo os mágicos efeitos da nova maquinaria, com que teremos de manipular as vossas energias físicas, morais e intelectuais¹³⁹.

O espaço apresenta-se metaforicamente na forma de fábrica moderna, os cadetes são a matéria-prima que deve transformar-se num produto perfeito – o oficial como corpo disciplinado e técnico das armas. Para isso foi proposto como imperativo o renascimento, um novo militar deveria ali ser engendrado. Se a genealogia procura mostrar que o corpo também está diretamente mergulhado num campo político¹⁴⁰, o sucesso das reformas militares na esfera da educação é emblemático para que num contexto político nacional (Estado Novo) possamos mapear a passagem do corpo de oficiais formado num modelo mais filosófico do que técnico para o cadete moderno, afastado do mundo paisano e centrado na instituição militar. O escritor José Lins do Rego conseguiu traduzir todo o esforço de

¹³⁸ LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil...** 1947. p. 306.

¹³⁹ CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessôa: a força de um ideal.** 1985. p. 168.

¹⁴⁰ RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica...** 1995. p.125

José Pessôa para com a mudança do produto final das escolas militares, apontando a passagem do estudante militar partidarizado para o Cadete profissional com as seguintes palavras:

O Cadete da concepção de José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque tinha que ser a Semente do Oficial com todas as grandezas da Servidão Militar. Havia o cadete de Benjamin Constant, que foi uma etapa da nossa História. Mas os tempos superaram aquela figura de oficial militante de uma ideologia, quase de um sistema de conhecimento, sendo um Oficial limitado, embora um Oficial idealista. Os tempos mudaram, e era preciso que um novo cadete pudesse suprir as deficiências do outro¹⁴¹.

Em depoimento, o general Carlos Meira Mattos, ex-cadete no comando de José Pessôa, nos fornece uma imagem modernizadora desse personagem. Talvez possa ser representativo de uma imagem-síntese de todo período de transformação posto na Era Vargas. De forma que segundo as palavras do general: “ele influiu decisivamente no sentido de modernização do Exército. Ele era um homem que tinha o sentido da inovação, modernização, eficiência¹⁴²”. Nesse sentido, José Pessôa impõe-se na esfera da formação identitária dos cadetes convergindo com a dupla Góes/Dutra na formação da nova identidade militar geral. A formação militar de base incluiu na elaboração identitária militar a valoração do comando e a importância do generalato militar¹⁴³ – o que possibilita ao Exército um equilíbrio hierárquico na estrutura de sustentação da instituição – isto é, o respeito e a disciplina dos oficiais subalternos para com o comando.

Em homenagem prestada ao General Dutra, em 22 de agosto de 1945, poucos dias após deixar o Ministério da Guerra, o mesmo fez um balanço de seu

¹⁴¹ CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessôa: a força de um ideal**. 1985. p. 193.

¹⁴² Ibid., p. 201.

¹⁴³ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. 1967. p. 56.

período de quase nove anos na administração do Exército. A grande preocupação de Dutra à frente do Ministério da Guerra foi a de constituir um corpo militar inteiramente concentrado na manutenção da ordem, fundamental ao desenvolvimento da economia nacional e à garantia da soberania do país. Todo o processo normalizante correu de forma paulatina, as leis e os regulamentos foram sendo efetivados gradativamente com o objetivo de evitar perturbações. No que diz respeito ao aparelhamento do Exército, houve uma sensível melhora, contudo, o investimento maior foi na formação identitária do soldado profissional, ou melhor, o militar formado nas escolas a partir da Revolução de 1930 estava mais identificado com a cultura belicosa do que com o bacharelismo civil. Segundo Dutra: “Por toda parte – nas casernas, nas escolas e repartições – uma única preocupação a todos empolga, a do labor profissional¹⁴⁴”.

A participação do Brasil na II Guerra Mundial evidenciou a profunda necessidade de reorganização e modernização do Exército Brasileiro. O modelo militar americano passa a ocupar o objetivo central do Estado-Maior do Exército. Assim, podemos extrair do relatório de 1945 do EME o seguinte:

É necessário, então, que se providencie, com urgência precisa o emprego, pelo nosso Exército, do material americano, o que acarretará a adoção de sua organização e de sua doutrina. A organização americana, porém, é toda feita à base de motorização. A passagem de nossa organização hipo, atual, para a motorização vai nos obrigar a uma série de providências indispensáveis, que só poderão ser levadas a efeito, si contarmos com o auxílio dos EEUU¹⁴⁵.

Convém salientar que este modelo era mais técnico-material do que filosófico-militar. A formação identitária militar moderna já estava dada: uma síntese do

¹⁴⁴ LEITE, Mauro Renault e JÚNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra...** 1983.p.710.

¹⁴⁵ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 287.

modelo alemão via jovens turcos, dos instrutores franceses, inclinadamente profissionais, e da ação político-militar de inspiração tenentista, mas agora de ação exclusiva de oficiais superiores e de generais, sempre em nome da instituição. Por certo, ao término do Estado Novo, a instituição mais regular da República era de fato o Exército, mais forte e organizado do que antes. Todavia, carente de coesão, não mais entre oficiais subalternos, mas no alto escalão militar. A nova desordem institucional vai se instalar, em larga medida, no topo do comando militar.

1.3 O REALISMO CONSERVADOR E A DEMOCRACIA DO PÓS-GUERRA

Toda tradição conservadora repousa no sentimento de medo e de angústia em relação aos conflitos sociais, pois o conflito apresenta-se como luta de classes e, conseqüentemente, como guerra civil e revolução¹⁴⁶. A guerra perpétua no corpo social, de Hobbes, desloca a vontade política conservadora na direção do Leviatã. Assim, o esboço da democracia moderna, pós-ditadura Vargas, foi *pari passu* à vontade autoritária de negar o que é a própria essência da democracia, ou seja, o conflito. A democracia brasileira formada no pós-guerra intensificou o sentimento de inquietação das elites do país frente às manifestações populares sindicais e partidárias. Por certo, as contradições de classe da modernidade, com o fim da ditadura Vargas, tornaram-se evidentes – a popularidade do Partido Comunista Brasileiro no período é uma evidência importante da politização da nossa sociedade.

¹⁴⁶ JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. 1996. p.280.

Num extremo, a demanda das camadas populares explodindo no campo e nas cidades, em outro, o pavor dos conservadores diante da massificação da democracia. Por conseguinte, os anos de 1945 a 1964 foram significativos para a política de nosso país, pois representaram, ainda que de forma breve, um momento de experiência democrática nacional. A política passou a ser uma questão que permeava todas as classes sociais. Os “excluídos do poder” passaram a operar sua demanda social de forma organizada – o que provocou o medo das elites frente a esses corpos sujos e mal-alimentados do campo e da cidade. Destarte, os “donos do poder” nacional passaram a ter pesadelos com o “espectro do comunismo” – um peso ideológico muito forte em contexto de Guerra Fria.

Com efeito, o Exército participou ativamente desse momento político republicano apresentando internamente os mesmos conflitos ideológicos que envolviam a sociedade brasileira.

Diante do exposto, podemos discutir a mentalidade militar que nesse contexto, numa verdadeira guerra ideológica, alcança a hegemonia suficiente à ação político-militar que irá culminar com a derrubada do Governo Goulart. A crescente profissionalização militar, desenvolvida a partir de 1930 trouxe como corolário a formação de uma mentalidade militar dominante que se afinava com a tradição conservadora da elite brasileira. Para conceituar esta mentalidade recorreremos ao trabalho de Samuel Huntington¹⁴⁷ que qualifica a identidade militar moderna ou profissional de “realismo conservador”, que produz efeitos práticos de conduta de acordo com valores alicerçados na ideia de realidade e de conservação do *status quo* – são os imperativos funcionais que vinculam a ética profissional ao realismo

¹⁴⁷ HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado...** 1996. p.77.

conservador. Nesse sentido, é fundamental compreender o conservadorismo militar como resultado de intensa militarização dos corpos no interior da caserna. Em outros termos, a profissionalização dos militares proporcionou as condições objetivas para a incorporação de uma mentalidade conservadora. Entretanto, nosso profissionalismo militar, ao contrário de nossas fontes de referência profissional (Alemanha e França), não isolou os militares da política. Com efeito, o realismo conservador militar brasileiro incrementou a ação político-militar, porém de forma cada vez mais institucional – a expressão “fazer a política do Exército” de Góes Monteiro é elucidativa como proposição geral presente na mentalidade militar conservadora.

O realismo conservador manifesto na mentalidade militar, formulado por Samuel Huntington, associa as instituições militares modernas a uma espécie de ética profissional que assegura a formulação identitária do homem-de-guerra. Há toda uma educação militar que produz uma gramática de conceitos a respeito dos valores militares que formula discursos e práticas, a partir de um campo disciplinar, que efetivamente “fabrica” indivíduos. Como o controle disciplinar e a produção de corpos dóceis estão imbricados à modernidade capitalista¹⁴⁸, não podemos nos furtar do seguinte imperativo: a formação da instituição militar moderna, em contexto de aburguesamento do social, tem como resultado a criação de um espaço conservador por excelência. Logo, os oficiais militares tendem a uma melhor identificação com as ideias conservadoras burguesas hobbesianas do que com qualquer pensamento político progressista de esquerda. O militar é sempre conservador na estratégia (política) e liberal na tática (técnica). Desse modo,

¹⁴⁸ RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**..1995. p.149.

projetos políticos grandiosos e metas políticas carregadas de otimismo e exagero são desde logo evitadas, pois são por demais arriscadas.

Diante disso, para o militar nada é seguro – efetivamente, o medo da guerra civil é a ideologia que fortalece a ação conservadora no interior da caserna¹⁴⁹. Por conseguinte, o pavor político-militar diante do possível perigo da esquerda, como agente pernicioso do conflito, teve um papel significativo nas relações de poder dentro e fora da instituição. A relação entre o perigo vermelho e a ameaça da quebra da hierarquia militar serviu como combustível para consolidar a hegemonia da ação político-militar no golpe de 1964 e ao longo dos governos militares.

A política brasileira, nesse período, foi marcada por ameaças reais de golpes políticos, o que proporcionou relações de poder que transcendiam às práticas políticas convencionais, pois as Forças Armadas passaram a vivenciar o clima de radicalização ideológica e até mesmo, dentro de um quadro conservador, a gestar – silenciosamente na Escola Superior de Guerra (ESG), concebida em 1948 – uma política própria para a modernização do país. A guerra total ampliou a concepção de defesa, amalgamando uma logística absoluta em que a economia de um país passa ao campo de interesse militar. De acordo com o Marechal Cordeiro de Farias: “a experiência prática [...] nos levou a transformar a questão da segurança nacional no binômio segurança-desenvolvimento¹⁵⁰”. Dessa forma, qualquer óbice ao desenvolvimento do Brasil passou a ser de interesse militar, para o referido marechal, “se há agitação, isso afeta o desenvolvimento¹⁵¹”, portanto, é de interesse

¹⁴⁹ HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado...** 1996. p. 86-87.

¹⁵⁰ CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p. 360.

¹⁵¹ Ibid., p. 360.

militar dirimir qualquer conflito interno ou externo que obstrua o desenvolvimento do país.

Estamos diante de nova motivação político-militar de intervenção na política civil, agora de caráter mais desenvolvimentista do que de moralizante da política nacional. Nessa perspectiva, a implantação da “República Militar” (1964-1985) apresenta-se como resultado lógico do desenvolvimento do realismo conservador militar ao topo do comando do Estado brasileiro.

Em 30 de novembro de 1948, o sociólogo Gilberto Freyre proferiu conferência na Escola do Estado-Maior do Exército intitulada “Nação e Exército”. O texto foi publicado no ano seguinte à conferência, o que demonstra a importância das ideias que foram apresentadas. De tudo que foi dito, uma relevante historicização do Exército e de seu papel diante da nação brasileira, o ponto nevrálgico das ideias ali expostas estava, de um lado, na crítica cultural à mentalidade civil para com a visão perniciosa de que a saída militar ou policial é a panacéia de nossos problemas sociais. Na medida em que

[...] ainda hoje [...] quase todos nós, brasileiros, especialmente quando homens de governo ou legisladores: [...] pretendermos resolver tudo que é problema nacional – o de organização do trabalho, o de mudança de regime político, o de defesa contra o Comunismo, o de má literatura infanto-juvenil, o do petróleo – militar ou policialmente. Pela força ou pela censura prévia. Que Todos esses problemas possam tornar-se questões militares ou de polícia, compreende-se. Seria resvalar para o extremo oposto considerar-se fora das responsabilidades do Exército o desenvolvimento que possa ter qualquer questão que, sendo social ou econômica ou intelectual nas suas bases, interesse também à defesa nacional, à segurança do Estado, à ordem pública. O erro está em só se enxergar nesses problemas um aspecto – o que os torna de início questões de segurança nacional ou de ordem pública – pretendendo-se resolver o todo, solucionar-se o complexo, lidar-se com inteiras constelações sociais com aspectos econômicos, psicológicos, educativos, políticos, jurídicos, morais, éticos, religiosos, estéticos, literários, cuja importância seria perigoso desprezar-se, como se fossem exclusivamente questões de segurança nacional ou simplesmente de ordem pública. Tudo por comodismo. Tudo por renúncia a responsabilidades, a deveres, a obrigações morais, intelectuais, educativas,

cívicas que está se acentuando alarmantemente no Brasil entre homens de governo, entre legisladores, entre pais, entre mestres, entre educadores, entre sacerdotes, entre diretores de jornais, de empresas industriais e comerciais e de escolas¹⁵².

De outro lado, o ponto nevrálgico estava no perigo de o soldado moderno extremar-se em militarismo. Assim, para Gilberto Freyre: “O soldado moderno resguarda-se do perigo de extremar-se em militarismo pelo contato que lhe dão hoje os cursos militares com aqueles problemas humanos, outrora preocupação só de civis, que não se resolvem *manu militari*¹⁵³”. As preocupações apresentadas na conferência qualificavam forças que convergiam de dentro e de fora do Exército no sentido da ação militar com o propósito de equacionar os problemas gerais do país. Longe do papel do Exército de força de coordenação dos contrários, pensado por Gilberto Freyre, “[...] antes de coordenador pacífico que de ordenador violento¹⁵⁴”, a conjunção de forças conservadoras civis e militares empolgavam uma inflexão autoritária de poder.

Desde a instauração do Estado Novo, o Exército passou a ser a principal instituição de controle do governo federal. A concepção francesa e alemã de um exército neutro solapou diante das vicissitudes políticas do país. O Exército brasileiro passou a representar mais o Estado moderno do que a nação. Por certo, o Exército, a partir de então, colocou-se como elemento fundamental da ordem moderna nacional. Assim, a referida profissionalização militar no Exército brasileiro não deve ser deslocada dos mecanismos de poder que amalgamaram as forças intervencionistas do tenentismo à cultura profissional dos jovens turcos, resultando

¹⁵² FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. 1949. p.25-26.

¹⁵³ Ibid., p.9-10.

¹⁵⁴ Ibid., p.17.

no que José Murilo de Carvalho conceituou de “intervencionismo controlador” – esta conjugação de forças proporcionou a formação de uma visão de mundo militar de modelo intervencionista conservador apontado por Frank McCann, assim os próprios militares de vertente profissional incorporaram a ação política pelo alto da hierarquia institucional desde que fosse impreterível ao *establishment* militar¹⁵⁵. Não obstante, a conjugação de forças deu-se assimetricamente, assim, nosso tipo específico de profissionalização militar foi efetivamente mais intenso na formação da mentalidade realista conservadora do que na arte técnica de comando. Nelson Werneck Sodré destaca que o Exército ainda nos anos 1950 apresentava, via de regra, chefes pouco instruídos, com conhecimentos profissionais e cultura geral insuficientes que lhes garantissem uma moderna ação militar de comando¹⁵⁶. Com efeito, a profissionalização foi localizada na construção da identidade militar anticomunista/conservadora e na desmobilização dos exércitos regionais (polícias militares estaduais) no sentido bélico, agora reduzidos à força militar de policiamento ostensivo, possibilitando assim o fortalecimento do Exército e um campo aberto para efetivá-lo como aparato coercitivo nacional.

Os anos do pós-guerra sublinham para o Estado-Maior do Exército a vontade de transição institucional na reformulação de doutrina e na modernização dos equipamentos bélicos. Em outros termos, a busca de adequação do Exército à realidade bélica internacional, tendo como ponto de demanda a experiência militar no teatro de operações na Europa. O momento era delicado com um orçamento

¹⁵⁵ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.551.

¹⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar.** 1988. p.123.

apertado a modernização de modelo americano estava em passos lentos. Assim o relatório do EME de 1948 enfatiza:

Infelizmente, esse ambiente internacional, que se não chega a ser de inquietação é, certamente, de justificadas preocupações, colheu-nos em fase de transição, no momento em que, iniciada a reestruturação do nosso Exército para organizá-lo e equipá-lo a feição norte-americana, vemo-nos, subitamente, privados dos meios necessários para prosseguir-la, peitados por aperturas financeiras que nos impõem restrições nas despesas e pela diminuição, se não completa interrupção, das facilidades que nos haviam sido prometidas para aquisição de material nos Estados Unidos da América do Norte¹⁵⁷.

Ainda no mesmo relatório, nesta busca de transição, podemos perceber a importância que era dada à formação de militares em cursos no estrangeiro. Em 1948, mesmo com poucos recursos, quatorze militares foram enviados ao exterior, sendo que treze deles para os EUA e um para França (todos oficiais). A otimização dos recursos humanos com a busca de saberes militares no exterior, principalmente americanos, parecia ser a saída frente à escassez de recursos econômicos. Assim, segundo o documento:

Não Há dúvidas de que seria vantajoso continuarmos a enviar, regularmente, oficiais e praças para cursos estratégicos, especialmente aos Estados Unidos. Entretanto, já que isso não parece possível, nos contentaremos em tirar proveito de cursos já feitos. Para que isso se torne possível, iniciou a Seção a organização de um fichário de todos os oficiais e praças que já fizeram tais cursos, para que se possa melhor orientar a escolha de instrutores para as nossas Escolas. Esse trabalho já se encontra em vias de conclusões¹⁵⁸.

A efetiva adequação do Exército ao contexto de guerra contemporâneo mobilizava o alto comando militar. Na realidade, os anos do pós-guerra pontuaram

¹⁵⁷ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 297.

¹⁵⁸ Ibid., p. 305.

um novo movimento de modernização de crescente condicionamento à indústria moderna e à concepção de defesa em contexto de guerra fria. É o que caracteriza o binômio segurança/desenvolvimento que em tensão político-militar forjou a mentalidade militar dominante ligada ao realismo conservador. O Exército naquele momento já possuía uma cultura militar militarizada importante. Desde o Estado Novo, houve um esforço enorme a fim de isolar os militares do partidarismo político civil. A instituição concentrou esforços na direção de isolamento cultural do paisanismo, uma espécie de patologia militar. Assim, proibia-se aos oficiais até mesmo frequentar instituições superiores de ensino civis, na medida em que a formação absoluta dos oficiais deveria estar sob a égide militar¹⁵⁹.

Nos anos do pós-guerra até 1964, em que vigorava no Brasil um sistema de democracia formal, ocorreram constantes crises políticas, pois as camadas populares passaram a ocupar a posição de atores políticos. Numa sociedade de cultura autoritária forte, o confronto político não encontrava perspectiva diante de um sistema de desenvolvimento dependente capitalista¹⁶⁰. Indubitavelmente, o clima político-econômico era tenso, medidas, no Governo Dutra, foram tomadas para conter o avanço da esquerda – o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade.

Como as convicções políticas das Forças Armadas não são diferentes das que vigoram na sociedade civil¹⁶¹, o Exército brasileiro também vivenciou absolutamente todos os conflitos que permeavam a política brasileira. As disputas militares concentravam-se na luta pela presidência do Clube Militar. Elas refletiam os

¹⁵⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro...** 2007. p.552.

¹⁶⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil...** 1984. p.22.

¹⁶¹ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional.** 1967. p. 231.

conflitos sociais presentes na política nacional envolvendo tendências político-militares. Havia aquela, mais próxima à esquerda trabalhista da época, liderada pelo General Estillac Leal, e outra, liderada pelo então General Cordeiro de Farias, que reivindicava, em nome do realismo conservador, uma posição mais integrada ao capital internacional, defendendo o que definiam como o “nacionalismo sadio”. Contudo, a concepção de que o Exército deveria assumir um papel ativo na política nacional era dominante.

A posição política do Clube Militar, expressa por meio da diretoria, era um mecanismo político de disputa pela hegemonia ideológica institucional e uma força de manifestação política da própria instituição, mesmo que de forma não institucional. O Clube Militar foi, principalmente nos anos 1950, um espaço privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, de tal forma que a disputa pela presidência do Clube trazia consigo as lutas políticas nacionais e a posição da instituição frente aos principais problemas de nosso país. Realmente, entre os anos de 1945 e 1964, a tensão no interior das Forças Armadas, essencialmente no Exército, transformava a instituição num espaço político que partidariava o quadro de oficiais e praças dividindo-os, impossibilitando, dessa forma, qualquer ação hegemônica do Exército enquanto instituição. Mesmo não representando um órgão militar institucional, pois era uma associação recreativa, o Ministro da Guerra exercia um controle hierárquico importante sobre os diretores, já que eram oficiais militares¹⁶². Daí o interesse do alto comando do Exército com relação à posição do Clube sobre os temas nacionais.

¹⁶² PEIXOTO, Antonio Carlos. **O Clube Militar...** 1980. p. 73-74.

As correntes político-militares que acirraram disputas ideológicas, *grosso modo*, se dividiam literalmente em dois grupos: os nacionalistas e os antinacionalistas. Malgrado, este binarismo ideológico não deve ser confundido com partidos políticos militares. Na verdade, os temas políticos nacionais, ligados às perspectivas de desenvolvimento do país, eram fundamentais para a própria instituição, na medida em que o nosso desenvolvimento econômico, em tempos de guerra total, vinculava-se à noção de defesa. De forma que empolgavam, em larga medida, os oficiais superiores e o generalato – o que implica relações de poder, além das estabelecidas no alto do cume hierárquico, de fluxo absolutamente verticalizante. A dependência pessoal ao chefe militar, a chamada lealdade militar, também deve ser contabilizada nas relações de poder político-militares. No limite, temos que relativizar ao máximo a concepção de “partidos militares”, pois apresentam muito pouco da imagem de partidos políticos civis. As Forças Armadas no Brasil, assim como na América Latina, assumiram, ao longo do século XX uma posição autônoma em relação à política civil, logo todo interesse político-militar deve ser interpretado segundo a lógica militar¹⁶³. No meio militar a política apresenta-se de forma verticalizada, e as proposições políticas estão imbricadas às teias da hierarquia e da disciplina. A eleição para o Clube Militar de 1950 pode nos auxiliar como exemplo. Na distante São Leopoldo, município do Rio Grande do Sul, no momento em que os oficiais se preparavam para votar, o então Coronel Olímpio Mourão – o militar que atabalhoadamente comandou o golpe de 1964 – apresentou as duas chapas da seguinte forma:

Meus oficiais, aqui estamos reunidos para democraticamente eleger a nova diretoria do Clube Militar. Como os Senhores já sabem, temos aqui duas

¹⁶³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 92.

chapas: a Chapa Azul, que é a chapa democrata, encabeçada pelo General Cordeiro de Farias, e a Chapa Amarela, que é a chapa comunista. Vocês tenham a bondade de se aproximar e votar¹⁶⁴.

Esta é uma boa imagem do exercício político no interior da caserna. Não se limita apenas à tensão conjuntural, realmente esta eleição foi ideologicamente polarizada, pois traduziu os mecanismos de poder que diferenciam as práticas político-militares da política civil. O chefe militar Olímpio Mourão conduziu militarmente o processo eleitoral. Na esfera civil tal procedimento aparece exclusivamente como de mero teor autoritário, não obstante na caserna o chefe tem o dever de conduzir seus comandados, no que ele acredita ser o melhor para a tropa, daí a expressão “meus Oficiais” no início da fala de Mourão.

O candidato da Chapa Azul, general Cordeiro de Farias, e o da Chapa Amarela, general Estillac Leal, foram chefes militares que evidenciavam no plano hierárquico o binarismo político que se estendia à política civil. Cordeiro de Farias defendia uma posição favorável ao capital estrangeiro e à participação do Brasil como aliado dos Estados Unidos na Guerra Fria – o que implicava a aceitação das Forças Armadas americanas como modelo e o trabalho de cooperação entre ambos. Na Chapa Amarela de caráter nacionalista, Estillac Leal apoiava o desenvolvimento industrial autônomo do país e, no plano militar, refutava qualquer alinhamento incondicional com americanos. Os dois militares participaram das revoltas militares dos anos 20 e da própria revolução de 1930. Integravam o corpo de oficiais subalternos do Exército brasileiro, não obstante nos anos 1950 ocuparem posições políticas diametralmente opostas. Cordeiro de Farias ideologicamente representava

¹⁶⁴ BARRETO, Kátia Marly M. **O Clube Militar: atuação política...** 1988. p. 32.

o realismo conservador, mais próximo do pensamento militar dominante, o que no meio militar não significa maioria absoluta da tropa, mas sim parte das ideias hegemônicas do oficialato superior e do generalato. Ideias conservadoras que se concentravam na busca pela despartidarização militar e na ação político-militar via institucional e respeitavam assim a hierarquia e a disciplina¹⁶⁵. O caso de Estillac Leal é singular. Militar de esquerda, um verdadeiro corpo estranho no interior da caserna. Absolutamente não era um comunista. Mas um militar de esquerda com ideias nacionalistas que se aproximavam das proposições do PCB da época.

A memória de Cordeiro de Farias sobre as eleições de 1950 para o Clube Militar é importante para o entendimento do clima político-militar da época:

A divisão do Exército era realmente nítida. Propus a Estillac que retirássemos nossos nomes, em favor de um candidato de conciliação. Estillac sempre foi muito largado, mas excelente caráter. Aliás, era uma figura curiosa. Era um homem de inteligência brilhante. Não vou dizer que tenha sido soldado medíocre, mas era muito mais interessado em filosofia do que em assuntos militares. [...] Mas Estillac, embora com ideias socialistas, não tinha uma posição ideológica firme. Foi levado pela maré, permitindo que o Clube Militar se transformasse num centro de agitação socialista¹⁶⁶.

O interessante é que as palavras ditas acima são mais esclarecedoras no que diz respeito ao pensamento militar conservador do que propriamente a Estillac Leal. O elogio a Estillac, na verdade, fabula toda uma construção crítica referente ao chamado “general do povo” – militar de cultura paisana, por isso facilmente arregimentado pela esquerda política. Das críticas formuladas contra os militares de esquerda, sem dúvida, as mais desconstrutivas se localizavam na paisanização desses militares e na identificação com as concepções comunistas. Em resumo,

¹⁶⁵ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964...** 2003. p.112-113.

¹⁶⁶ CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p. 374.

todo o esforço crítico por parte dos militares conservadores era no sentido de desqualificar estes corpos como militares para torná-los corpos estranhos à instituição militar.

O Comunismo como ameaça à ordem na caserna envolve o Estado Maior do Exército no acompanhamento da ação política da esquerda brasileira. No relatório do Estado-Maior do Exército de 1951, percebe-se a preocupação da inserção do PCB, que embora na clandestinidade, conseguiu conduzir os movimentos populares, o que qualificam como “infiltração sub-reptícia ou ostensiva”. De forma que “as greves e as campanhas de reivindicações de toda natureza atestam os efeitos da catequese ideológica por via da insatisfação social¹⁶⁷”. A grande ênfase do documento estava na constatação da ação comunista no interior dos quartéis, o que poderia ameaçar a desintegração das Forças Armadas, corroendo, assim, a base das instituições militares (hierarquia e disciplina). De forma, que segundo o relatório:

As Forças Armadas não têm permanecido indenes às investidas doutrinárias. No Exército, as tentativas de investidas doutrinárias buscam de preferência os oficiais, os sargentos e os alunos das escolas militares; na Marinha, os elementos mais visados são os marinheiros; na Aeronáutica, são os sargentos e os especialistas (mecânicos e rádio-operadores). A propaganda se faz por intermédio de agentes infiltrados e, sobretudo, por meio da palavra escrita (jornais, panfletos, cartas, etc.). Seja qual for o meio utilizado, observa-se que se procura solapar a disciplina e a autoridade, predispondo-se os militares contra os superiores hierárquicos. Os motivos mais triviais são explorados: uma punição é sempre tida como injusta, a alimentação é sistematicamente considerada péssima, um chefe é quase sempre olhado como fascista e como algoz¹⁶⁸.

O tenente-coronel Caio Miranda, a mando do presidente Getúlio Vargas, encontra-se com Cordeiro de Farias em 21 de março de 1952, com o propósito de

¹⁶⁷ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 326.

¹⁶⁸ Ibid., p. 326.

tratar da crise política fruto da vitória de Estillac Leal nas eleições de 1950 ao clube militar e também da atividade deste como Ministro da Guerra. A partir desse encontro, o tenente-coronel Caio de Miranda elabora um documento confidencial no qual transcreve a crítica contundente de Cordeiro de Farias à situação política do país:

Declarou que: a situação é grave, ou melhor, gravíssima. [...] Que a desunião do Exército é decorrente da absoluta displicência do General Estillac, que prima em ser “o grande ausente”. Que o Ministro da Guerra não tem capacidade para o cargo, pois é incapaz de se demorar pensando em qualquer problema. [...] Que não há mais disciplina nem espírito de classe. Que, quando isto acontece, as consequências são fatais. [...] Que sua atitude no Clube Militar “é a mais miserável que se possa conceber”. [...] Que o grupo de generais “a que ele pertence” está isolado mas vigilante. Que não cuidam de política e nem conspiram, ou melhor, que conspiram, mas a favor da ordem e da legalidade¹⁶⁹.

O conservadorismo militar não referendava a posição nacionalista de esquerda de Estillac Leal, ao contrário, se aproximava, em larga medida, à política americana. O realismo conservador dominante explica a inviabilidade de uma ação mais à esquerda por parte dos militares brasileiros. As pressões de dentro e fora da caserna apontavam para inflexão conservadora. A exoneração de Estillac Leal do Ministério da Guerra, cinco dias depois da entrega do relatório citado acima e a derrota nas eleições de 1952 no Clube Militar anunciam esta inflexão.

Em suma, o isolamento político do general nacionalista de esquerda no Exército, Estillac Leal, foi fruto do conservadorismo institucional que desde os “jovens turcos” já propunha o Exército como força estabilizadora da ordem, com o objetivo de corrigir as perturbações internas e manter o progresso sob a égide da

¹⁶⁹ CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p. 566-567.

ordem – concepção essa já embutida no primeiro editorial da revista “A Defesa Nacional” de 1913¹⁷⁰.

Frente à absoluta oposição dos militares conservadores¹⁷¹, Estillac Leal não conseguiu vencer as eleições de 1952 para presidência do Clube Militar. A campanha da imprensa conservadora, horrorizada com a aparição do povo como sujeito político, amiúde pintava o general do Ministério da Guerra de Vargas de vermelho. A pressão externa, do mundo civil, era tão intensa como a militar. A presença da cultura e da economia americana parecia inevitável, e as reformas para a efetiva soberania, que na época estava ligada ao estatismo, parecia paralisada. Dessa forma, a queda do “general amigo do povo” representou, no interior da caserna, o colapso da ideologia e da referente prática política em torno de um Estado nacional forte e intervencionista, com capacidade de uma relativa centralização, com partidos de base popular e com candidatos que concilhassem os interesses do proletariado e dos patrões, respaldados na crítica ao capitalismo liberal e à liberdade do capital internacional¹⁷². Uma espécie de ensaio geral da fraqueza política nacionalista frente ao golpe de 1964.

A sucessivas vitórias do grupo militar ligado ao realismo conservador, além do contexto interno e externo favorável – as ideias conservadoras dentro e fora da instituição estavam afinadas num mesmo diapasão – houve toda uma operação de guerra contra os militares de esquerda. Nas eleições para a presidência do Clube Militar em 1952, Estillac Leal lançou sua chapa para concorrer contra a Cruzada

¹⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. **As forças armadas na primeira República...** 1985. p.213.

¹⁷¹ Dentre eles: Cordeiro de Farias, Canrobert, Etchegoyen, Juarez Távora, Fiúza, Nélson de Melo, Obino, Newton Cavalcanti e o idealizador da expressão “cruzada democrática” Jarbas Passarinho.

¹⁷² REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** 2002. p.13-14.

Democrática liderada pelo general Etchegoyen. O processo eleitoral foi absolutamente truculento. Uma série de Inquéritos Policiais Militares foi instaurada, contra a vigente diretoria do Clube Militar, e ao mesmo tempo, houve novamente a associação da chapa de Estillac Leal ao comunismo. Uma verdadeira operação de guerra ideológica foi montada para garantir a vitória dos conservadores¹⁷³.

É fundamental compreender este acontecimento abrindo o campo hermenêutico, pois assim podemos escutar como estrondo, aquilo que se ouvia apenas como murmúrio. O acontecimento assume a forma de um feixe unindo todos os significados sociais que o rodeia¹⁷⁴. A eleição para o Clube Militar, em contexto de tensão política geral, traduz-se como acontecimento do tipo estritamente militar. Na realidade, todos os recursos militares foram utilizados para alcançar uma vitória não necessariamente política, mas absolutamente militar. Para Michel Foucault, se há acontecimento, se ocorre algo de que a memória se apropria, é porque estamos diante de relações de poder que atuam sobre os homens¹⁷⁵. Nesse sentido, a memória acerca do acontecimento, do soldado Nelson Werneck Sodré, é importante:

Aquilo não era uma eleição, era um ato militar, uma operação de guerra. Os que chegavam isolados eram abordados pelos partidários da chapa da reação, que os acompanhavam e controlavam até à boca de urna. Participei de uma das mesas: os fiscais adversários trabalhavam naquilo com rigor, particularmente no sentido de identificar os nossos votantes. À chegada dos altos chefes militares espocavam flashes da reportagem; ali estavam todos, Juarez, Zenóbio, Canrobert, Gomes, Cordeiro, Mascarenhas, Ciro Cardoso. O general Mendes de Moraes, entrevistado à porta, como os outros declarou: "Votarei pela ordem e pela disciplina representadas no movimento da Cruzada Democrática". "O brigadeiro Eduardo Gomes estava de fisionomia alegre e expansivo, abraçando com efusão os seus amigos", anotou o repórter de conhecida revista ilustrada. A apuração começou às nove horas da noite; às duas da madrugada, o resultado era conhecido: Etchegoyen vencera com 7288 votos, contra os 4489 de Estillac. Só então compreendemos que teria sido impossível vencer um pleito que não fora limpo, nem honesto, nem livre, nem democrático. Fora espantosa a

¹⁷³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p. 107-108.

¹⁷⁴ NORA, Pierre. **O Acontecimento e o Historiador do Presente.** 1977. p.40.

¹⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** 1999. p.202.

coragem daqueles cinco mil que, enfrentando o terror, haviam preferido Estillac. Nosso primeiro cuidado seria, nos dias seguintes, incinerar os votos, para impedir que fossem fichados como “comunistas” os que tinham esta atitude¹⁷⁶.

Com efeito, a derrota do grupo militar nacionalista não pode ser limitada ao espaço militar. A memória de Werneck Sodré demonstra todo o espetáculo da grande imprensa em torno do apoio à Chapa Azul. A inclinação de boa parte da imprensa brasileira esboça de forma singular o pensamento da elite conservadora no período. Em poucas palavras, destravar o Exército das forças nacionalistas militares com o propósito de tornar o caminho aberto ao capital internacional. Para tal, o topo da hierarquia militar deveria compor-se de forma hegemônica, submetida disciplinarmente ao comando que representasse os interesses militares conservadores.

As vitórias dos militares de direita do “nacionalismo sadio” da Chapa Azul, em 1952 e 1954, são de fundamental importância para a compreensão da posição privilegiada desses militares nas relações de poder no interior da caserna. O resultado representou a consolidação política dos militares conservadores, confirmando a força dos comandantes conservadores e sua repulsa ao nacionalismo de esquerda da Chapa Amarela. Porém, não podemos restringir o espaço das relações de poder ao Clube Militar, o Clube representava o estrondo político-militar que muitas vezes escapava do controle hierárquico, por isso toda a preocupação por parte dos militares conservadores com a redução do estrondo político ao silêncio absoluto. Nas eleições seguintes (1956 e 1958), a Chapa Azul não obteve êxito eleitoral, em virtude da conjuntura política pós-suicídio de Getúlio Vargas e da

¹⁷⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar....** 1988. p.108.

articulação dos militares de esquerda com o grupo legalista de Lott¹⁷⁷. Malgrado, não houve grande mudança na ofensiva militar conservadora no interior da instituição, consoante a memória de Werneck Sodré, “a máquina de dar ordens” estava sob o controle dos militares conservadores¹⁷⁸. Em suma, o que favoreceu a aplicação de tecnologias disciplinares a fim da docilização dos corpos na caserna, pois o poder é mais da ordem de governo do que da ordem de afrontamento¹⁷⁹. A posição privilegiada de poder dos militares conservadores no interior da instituição passará a ser um fator importante no isolamento político-militar dos militares de esquerda.

Em fevereiro de 1954, o Memorial dos Coronéis, assinado por oitenta e dois coronéis e tenentes-coronéis, é um documento crítico significativo dos militares conservadores para com o governo Vargas. Vinha após o esmagamento da corrente nacionalista militar, das prisões, dos processos e das transferências arbitrárias¹⁸⁰. O memorial foi responsável pela derrubada de dois ministros, o da Guerra e o do Trabalho, do general Cyro Espírito Santo Cardoso e de João Goulart. O primeiro por não ter comunicado previamente a Getúlio Vargas o abaixo-assinado, e o segundo para amenizar a pressão dos militares descontentes com a política de aumento do salário mínimo, pois, segundo estes militares, a elevação de 100% revelaria uma subversão de todos os valores profissionais. Em síntese, o Memorial se estabelecia no plano do “realismo conservador” militar, exigindo maior participação orçamentária para o Exército, pois as forças singulares (polícias estaduais) possuíam uma participação orçamentária estadual em percentuais maiores, o que gerava descontentamento, principalmente entre aqueles que buscavam efetivar o Exército

¹⁷⁷ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964...** 2003. p.114.

¹⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p.248.

¹⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (Apêndice)**. 1995.p.244.

¹⁸⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p.141.

como força institucional capaz de concentrar em si o monopólio nacional da violência. Daí a necessidade de reaparelhamento do Exército, apontando o iminente perigo político, ameaça interna para com o Estado¹⁸¹. Consoante João Roberto Martins Filho, o memorial tinha como tema central “a necessidade de reforçar a coesão militar¹⁸²” diante do iminente perigo comunista, como também refletia a posição política do generalato conservador. Assim, de acordo com o documento:

Ora, [...] o que mais importa no momento é restabelecer a coesão do conjunto, reforçar os laços de disciplina e de confiança mútua, dar remédio justo aos anseios bem motivados, às preocupações bem fundamentadas, ao descontentamento bem justificado, robustecendo a classe contra tendências desagregadoras de qualquer natureza. E tanto mais urge fazê-lo quanto a ameaça sempre presente da infiltração de perniciosa ideologia antidemocrática ou de espírito de partidarismo político, semeador de intranquilidade e conflitos, cada vez avulta na hora presente, estimulada ao calor das paixões e das ambições sempre exacerbadas em períodos pré-eleitorais¹⁸³.

O momento era tenso, a busca da coesão militar centrada no “realismo conservador” sublinhava as práticas político-militares. Em 24 de agosto, com o suicídio do então Presidente Getúlio Vargas, o que poderia representar o fortalecimento das forças nacionalistas no Exército transformou-se numa rearticulação das forças intervencionistas, numa verdadeira guerra das forças militares conservadoras contra os militares de esquerda. Sem dúvida, o pós-guerra no Brasil apresentou-se como a continuidade da profissionalização militar do período anterior, concomitantemente ao uso sistemático da violência política, fundamentalmente no interior do corpo militar. Em poucas palavras, a máquina de repressão que posteriormente, no Estado Militar, inclinou-se na direção dos civis, foi

¹⁸¹ ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro...** 1999.p.136.

¹⁸² FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964...** 2003.p.117.

¹⁸³ CARONE, Edgar. **A Quarta República – 1945- 1964.** 1980. p.557-564.

azeitada pacientemente na instituição com o propósito de alijar os oficiais dissidentes do modelo conservador. Portanto, no Brasil, não há qualquer contradição entre o profissionalismo e o uso sistemático da violência¹⁸⁴. O peso ideológico da Guerra Fria, nesse sentido, é menos da ordem imaginária do que da ordem material, pois o pensamento militar ligado ao realismo conservador, focado no binômio segurança-desenvolvimento, foi produtor de práticas de violência sobre os corpos desviantes de intensidade maior ou equivalente à doutrinação militar.

O ano de 1955 foi marcado por tensões político-militares, fruto da ofensiva golpista dos militares conservadores que estavam absolutamente descontentes com a vitória de Juscelino Kubitschek. O discurso do Coronel Jurandir de Bizarria Mamede no funeral do general Canrobert Pereira da Costa, além do inconveniente indisciplinar diante do Ministro da Guerra, provocando desgaste no comando do então General Henrique Lott, foi, por meios inadequados, a expressão radical do realismo conservador de tendência intervencionista no país. A coesão militar foi o tema importante desenvolvido no discurso de Mamede, tema recorrente entre os oficiais superiores e generais, porém, ao contrário de Henrique Lott, esta coesão tinha como objetivo o de intervenção na política civil. O coronel questionou o resultado das eleições presidenciais como a vitória de uma minoria – expressão de uma mentira democrática¹⁸⁵. As forças conservadoras no meio civil e militar articulavam-se contra a posse do novo Presidente. O Jornal *A Tribuna da Imprensa*, principalmente a partir de Carlos Lacerda reivindicava uma saída militar para a crise política: “[...] o problema, já agora, é militar. Ou os chefes já compreenderam isso e

¹⁸⁴ SMALLMAN, Shawn C. **A Profissionalização da Violência Extralegal...** 2004. p. 390-391.

¹⁸⁵ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.104-105.

vão agir, ou não compreenderam e não vão agir. Se não agem, Juscelino e Goulart tomam posse. Se agem, eles não tomam posse [...]. O legalismo é, neste momento, apenas o pretexto para entregar o poder aos inimigos do Brasil [...]¹⁸⁶. O grande entrave foi, sem dúvida, a presença de Henrique Lott no Ministério da Guerra, militar de cultura legalista, certamente obstruiria qualquer tentativa golpista.

Assim, a demissão de Henrique Lott era uma questão de tempo. A proteção do Presidente Carlos Luz ao Coronel Mamede, evitando assim qualquer punição militar, forçou o desgaste político e a demissão do Ministro da Guerra. Todavia, o general Odylio Denys, num impulso de compromisso com o chefe deposto, mesmo identificado com o realismo conservador articulou o chamado golpe branco de Lott, em novembro de 1955, numa posição eminentemente legalista para que o novo presidente Juscelino Kubitschek pudesse assumir o cargo. Malgrado, o impulso de compromisso não explica tudo. A memória de Odylio Denys é fundamental para a compreensão da conjuntura político-militar, pois além do compromisso com Henrique Lott, o objetivo militar foi o de se antecipar à ação do Movimento Militar Constitucionalista (MMC) composto por militares legalistas, visto como esquerdista pelo grupo realista conservador, na medida em que este grupo marcou uma ação político-militar para às 4 horas do dia 11 de novembro, aproveitando o clima de indignação reinante na tropa, fruto da demissão de Lott, então Ministro da Guerra. De forma que Odylio Denys antecipando-se no mesmo dia, trinta minutos, com apoio dos generais sob seu comando, depõe Carlos Luz, assegurando a legalidade. Assim “[...] não pode haver o outro, das 4 h do MMC, cujos intentos sabíamos que não

¹⁸⁶ WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto...** 2005. p.108.

coincidiavam com os nossos¹⁸⁷”. O objetivo fundamental de Henrique Lott era o de afastar do alto comando militar aqueles militares identificados com a solução militar para a crise política. Assim, segundo o general: “minha demissão viria permitir a substituição de camaradas experientes e menos apaixonados por elementos exaltados, partidários da solução ilegal¹⁸⁸”.

Porém, a ação legalista não diminuiu o ímpeto intervencionista dos militares conservadores, os líderes da Cruzada Democrática conduziram um processo de coesão em que os militares de esquerda foram alijados do corpo hegemônico militar. Com efeito, a cultura militar representa território de luta na formulação de uma visão militar de mundo. Em larga medida, esta visão foi construída a partir do uso da violência física e simbólica, da penalização dos corpos dissidentes e da banalização do nacionalismo militar de esquerda. O realismo conservador qualificava os corpos contrários ao projeto hegemônico como sendo compostos por indivíduos sem cultura militar e potencialmente comunistas. Isolados no meio militar, os nacionalistas tiveram que buscar apoio no meio civil, nas lutas nacionais pela defesa da Indústria Petrolífera e pelas reformas sociais e econômicas para tornar o país independente do capital internacional¹⁸⁹.

Em 1961, o Estado-Maior do Exército cria o Serviço de Informação e Contra-Informação do Exército (SICIE), o precursor do CIE, com a intenção de efetivar uma política militar de acompanhamento e análise de informações fundamentais para a segurança do país. Em virtude da percepção militar com referência à proximidade da ofensiva da esquerda no âmbito nacional, na medida em que os ventos não estavam

¹⁸⁷ DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. 1980. p. 83.

¹⁸⁸ WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto...** 2005. p.121.

¹⁸⁹ SMALLMAN, Shawn C. **A Profissionalização da Violência Extralegal...** 2004. p. 395.

favoráveis. Num contexto latino-americano de consolidação do comunismo em Cuba, de perspectiva de governos de esquerda na Guiana Britânica e na República Dominicana, bem como de indeterminação política da colônia portuguesa de Angola na África¹⁹⁰ a prevenção militar era fundamental. O controle sobre as informações passa a ser estratégico, a ponto de haver listas no interior da instituição com os nomes dos militares nacionalistas de envolvimento ativo na política. Ao primeiro sinal verde, com o controle absoluto da instituição, estes corpos seriam banidos do Exército. A Academia Militar das Agulhas Negras é um bom exemplo. Após curso de formação militar para uniformizar procedimentos relativos à guerra revolucionária, houve a elaboração de uma relação de nomes de militares não identificados com o realismo conservador¹⁹¹.

A crise político-militar com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República em agosto de 1961, fruto da oposição das Forças Armadas à posse de João Goulart, representou de fato um momento tenso em virtude de o desdobramento da crise pelo viés constitucional ser absolutamente desfavorável ao grupo militar conservador. O manifesto dos ministros militares de 30 de agosto é um documento carregado da incumbência das instituições militares como mantenedoras do Estado Capitalista, João Goulart, para eles, representava ideologia adversa à ordem do país, na medida em que seu grupo político advoga ideias abertamente comunistas ou esquerdistas¹⁹². Segundo a memória de José Machado Lopes, general legalista: “[...] os três ministros militares, como verdadeiros tutelares da Nação, mantinham-se irredutíveis em vetar a posse do Sr. João Goulart na

¹⁹⁰ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 353.

¹⁹¹ SILVA, Ivany Henrique da. **Heróis a Lutar: Os Cadetes na Revolução de 1964**. 1990. p.57.

¹⁹² SILVA, Hélio. **1964 – Golpe ou Contragolpe?** 1975. p. 86-87.

Presidência da República. Estava assim deflagrada a crise política à qual se seguiria a crise militar¹⁹³.” Efetivamente, no pós-guerra, os militares conservadores exerceram interferência direta, a partir das pressões político-militares, sobre o Executivo – como uma espécie de parlamento emitindo vozes oposicionistas. Este parlamento belicoso paralelo transformou-se em governo por meio de ação militar em 1964.

Apesar disso, o consenso político-militar não era um fato em 1961. Os militares a partir de toda formação profissional européia dos anos 1920 e, sobretudo, após a Revolução de 1930, titubeavam no conjunto quando se tratava de quebra militar da legalidade. O realismo conservador empolgou grande parte dos oficiais militares brasileiros, principalmente os que naquele momento ocupavam funções importantes na instituição, mas o intervencionismo conservador diretamente ligado à quebra da legalidade era mais retórico do que prático, isto é, mobilizar o Exército em bloco para uma ação prática naquele momento não era factível. *Grosso modo*, os militares praticamente se dividiam em três grupos: no primeiro, encontravam-se os legalistas, temerosos em qualquer quebra da ordem institucional; no segundo, os militares intervencionistas radicais que aguardavam do alto comando ordens de ação; os militares do terceiro grupo eram aqueles que consideravam prematuro qualquer ação político-militar sem apoio civil¹⁹⁴. No calor do contexto político nacional, no Estado do Rio Grande Do Sul, numa articulação entre o poder do Estado regional, com o uso da Brigada Militar, e com apoio do III Exército, descortinou-se o movimento da “Legalidade” a favor da posse de João Goulart. Com

¹⁹³ LOPES, José Machado Lopes. **O III Exército na Crise da Renúncia de Jânio...** 1979. p.40.

¹⁹⁴ FELIZARDO, Joaquim. **A Legalidade: Último Levante Gaúcho.** 1988. p.23-24.

efeito, o apoio político-militar do comandante General José Machado Lopes, militar do primeiro grupo citado acima, ao Governador Leonel Brizola, nacionalista radical, demonstrava que a coesão militar no interior da caserna estava longe de ser um fato consumado.

Do mesmo grupo legalista, Henrique Lott também manifestou publicamente seu apoio à legalidade política brasileira. Em 27 de agosto, escreve manifesto à nação criticando a posição intransigente do Ministro da Guerra Odílio Denys, contrário à posse de Goulart. No texto há a conclamação de todo o povo brasileiro na luta de resistência a qualquer ato golpista. No final refere-se aos militares: “[...] os meus nobres camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história nos destinos da pátria¹⁹⁵”. O Ministro da Guerra recorrendo ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) decreta a prisão do marechal¹⁹⁶. De forma que a ação legalista civil-militar, fundamentalmente de maior intensidade no sul do país, deslocou a saída da crise do campo militar para o político.

A posse de João Goulart foi assegurada, com a adoção do parlamentarismo. Desde o início da crise político-militar, havia uma inclinação dos setores civis e militares para a adoção do regime parlamentarista no país. Para os militares conservadores, o parlamentarismo representaria uma solução honrosa ao veto militar à posse do presidente¹⁹⁷. No meio militar, aumentou o cerco por parte dos militares conservadores contra os militares de esquerda. O discurso focado no binômio segurança-desenvolvimento cada vez mais articulava o nacionalismo militar

¹⁹⁵ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.248.

¹⁹⁶ WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto...** 2005. p.367.

¹⁹⁷ GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. **Jango: as Múltiplas Faces**. 2007. p.117.

ao comunismo – tornando-os corpos estranhos à identidade militar construída a partir do realismo conservador. Os embates passaram a afrontar a própria hierarquia militar. Os conservadores ampliavam sua hegemonia na medida em que a indisciplina corrompia a ordem institucional. A displicência militar dos generais populares e as reivindicações políticas dos sargentos horrorizavam os corpos militares de linhagem conservadora. O conflito militar entre agosto e setembro de 1961 gerou no interior da caserna um desgaste disciplinar, desencadeando um processo político pernicioso à ordem militar que aumentou a tensão entre os militares nacionalistas e os conservadores. Os oficiais superiores e os generais de esquerda passaram a mobilizar-se politicamente em termos civis. Por exemplo, o Ministro da Guerra, Jair Dantas, discursava para os sargentos na tropa como se representassem massas de trabalhadores. De acordo com o então coronel Carlos Alberto de Fontoura, o general no interior do Rio Grande do Sul elaborou o seguinte discurso para os praças: “Vocês são os maiores responsáveis pela segurança nacional. Os maiores. Vocês são nacionalistas, vocês são responsáveis pela permanência da Petrobrás¹⁹⁸ [...]”. Temos aí a conjunção política dos dois corpos insustentáveis em qualquer corporação militar moderna: o comandante esquerdista e o sargento proletário. Efetivamente, são corpos escandalosos no meio militar, que ao serem associados ao comunismo, produzem efeitos de poder que empurram os militares na direção da coesão conservadora. Assim, de acordo com Nelson Werneck Sodré:

Ao longo do período de governo de Goulart, o processo acentuou-se e tomou aspectos ainda mais alarmantes. Contribuíam para isso dois fatos – que se desenvolveram em episódios numerosos – e que, efetivamente, iriam sacudir os alicerces das Forças Armadas: o recrudescimento na

¹⁹⁸ SILVA, Ivany Henrique da. **Heróis a Lutar: Os Cadetes na Revolução de 1964**. 1990. p.38.

evidente anomalia que é o chefe militar esquerdista e o agravamento da posição dos sargentos. Ambos eram importantes, mas as atenções ficaram muito mais presas ao segundo, por ser de tons mais escandalosos¹⁹⁹.

A intensa radicalização política de 1963, exposta na revolta armada de um grupo de sargentos insatisfeitos com a decisão judicial que os excluía da elegibilidade eleitoral, desgastou politicamente João Goulart perante os altos chefes militares²⁰⁰. De um lado, ficou evidente a fraqueza política do governo em conter a indisciplina militar e, de outro, se evidenciou a proletarização política dos praças, síntese da degeneração da ordem militar. Quiçá, um dos relatórios mais importantes elaborados pelo Estado-Maior do Exército (EME) tenha sido o de 4 de outubro de 1963, enviado ao Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, de responsabilidade do General Castello Branco. O documento expressa a corrosão das relações hierárquicas e disciplinares na instituição. Diante da perspectiva, por vontade do ministro, de ser decretado estado de sítio no país, o chefe do EME reivindica a consulta sobre o assunto “esperei pela iniciativa de V Excia para, como meu Comandante, tratar comigo da atual situação político-militar²⁰¹”. No limite, numa das decisões mais relevantes referentes à segurança do país, o Estado-Maior do Exército não foi consultado, o que levou o órgão a emitir parecer à revelia do Comandante do Exército: “os membros do Alto Comando não foram ouvidos. Restamos, portanto, o uso legítimo desta faculdade. Senão, ficaremos apenas para os atos formais, consequentes dos fatos consumados [...]”²⁰². O clima político era tenso, o contexto se caracterizava por exigências cada vez mais claras no sentido de ação

¹⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p.272.

²⁰⁰ GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. **Jango: as Múltiplas Faces.** 2007. p.143-144.

²⁰¹ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 365.

²⁰² Ibid., p. 367.

extralegal tanto da direita como da esquerda²⁰³, enquanto o presidente permanecia fiel à legalidade.

O contexto era de desconfiança, já que Castello Branco era do grupo militar politicamente dissidente (Cruzada Democrática) do Comandante do Exército. Portanto, não havia sintonia disciplinar e hierárquica entre o Estado-Maior do Exército e o Ministério da Guerra, o que inviabilizava qualquer perspectiva de coesão de comando. O que fica evidente nas palavras de Castello Branco: “penso que o Chefe do Estado-Maior do Exército não é um elemento a mais nos exames de situação²⁰⁴ [...]”. Castello Branco, junto a um número significativo de oficiais mais antigos, urdiu a partir do EME uma conspiração “defensiva” no sentido de qualquer investida reformista deslocada dos mecanismos constitucionais²⁰⁵. O chefe do EME afirma que o Comando do Exército está preso às vicissitudes da administração política, ao contexto político-civil de forma que “os acontecimentos [...] se precipitam e o Exército aparece em tudo como um todo, servindo de base e decisões do Governo²⁰⁶”. Então, o relatório deve ser concebido como o de crítica ao chefe maior da instituição.

Naturalmente, o Chefe do EME, General Castello Branco, se posicionou contrário à decretação do estado de sítio no país como saída governamental com o objetivo de pacificar a sociedade civil e militar em contexto de instabilidade política. Assim, consoante o Chefe do EME: “parece ser um recurso desnecessário²⁰⁷”. Ora, num tempo em que até mesmo para Jayme Portella: “O desassossego grassava nas

²⁰³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 1976. p.311.

²⁰⁴ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 365.

²⁰⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 1976. p.321.

²⁰⁶ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 365.

²⁰⁷ Ibid., p. 365.

Forças Armadas, com a indisciplina fomentada no meio dos sargentos²⁰⁸, parece que do ponto de vista político tal medida anularia a oposição tanto no meio civil como no militar. Dito de outro modo, numa perspectiva de cisão político-militar, o estado de sítio seria absolutamente desfavorável à Cruzada Democrática e à UDN. Nesses termos, é que devemos, em grande parte, compreender a posição do chefe do EME.

O relatório de Castello Branco deve ser percebido a partir da relação Documento/Monumento pontuada por Jacques Le Goff²⁰⁹, na medida em que, por meio da desestruturação crítica do documento, podemos compreendê-lo como monumento de poder militar. Este relatório, em plena tensão institucional, traduz os conflitos político-militares de um governo absolutamente instável também na esfera militar. O número de Ministros da Guerra em poucos anos de governo demonstram esta instabilidade – os generais: Segadas Vianna, Amauri Kruel, Nelson de Melo e Jair Dantas. O documento de Castello Branco aparece como um estratagema dos militares conservadores frente à ameaça de força que representava a decretação do estado de sítio. Como o Estado-Maior do Exército não foi consultado, o documento, além da censura ao próprio Ministro da Guerra, apresenta-se como um monumento de poder dos militares oposicionistas contra o governo de João Goulart.

Contraditoriamente, seis meses depois, no dia 20 de março de 1964, a posição do chefe do EME, em documento reservado aos demais comandantes militares, foi o de preocupação com a situação político-militar do país. O Estado-Maior de Exército, sob a pena de seu chefe máximo, refutava as reformas de base,

²⁰⁸ MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p.59.

²⁰⁹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 1996. p.547-548.

propostas pelo governo Goulart, e a reforma constitucional como seu corolário, bem como as pressões sindicais. De forma que para Castello Branco são evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações do ilegal poder do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). O relatório também acusava o uso político das instituições militares, visto que as Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos. Assim, conforme o relatório:

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei. Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele poder. Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizar-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e outros. Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles²¹⁰.

O documento revela-se como resposta ao processo de radicalização política que atingiu forma preocupante fundamentalmente após o comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil (Rio de Janeiro). O evento, objetivando, a partir de pressão popular, consolidar as Reformas de Base do governo Goulart, selou uma conjunção de forças no campo da esquerda brasileira em que o confronto com os conservadores parecia inevitável²¹¹. Dessa forma, as palavras de Castello Branco, assim como a burguesia nacional, sublinham a absoluta ausência de apoio a qualquer radicalização política. De forma que não seria legítimo:

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? [...] Não. As Forças Armadas não podem atraí-lo ao Brasil. Defender

²¹⁰ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior....** p. 388.

²¹¹ GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. **Jango: as Múltiplas Faces**. 2007. p.191.

privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas. [...] Parece que nem uma coisa nem outra. E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da Nação²¹².

O contexto de intensa radicalização política no Brasil, no período do pós-guerra, momento de luta dentro e fora da instituição para consolidar a hegemonia no corpo institucional, a mentalidade conservadora parecia ser a mais apropriada para dar conta da fragilização do Exército frente ao chefe militar esquerdista e à proletarianização política dos sargentos – corpos cada vez mais estranhos à instituição militar moderna, fruto da crescente militarização do militar nas sociedades industrializadas. Assim, o pensamento conservador militar volta-se para a defesa da lei quando a mudança parece ser desfavorável à estabilidade do *status quo* dominante, pois fundamentalmente o soldado profissional é conservador – depende do *status quo* social vigente para manter-se como instituição²¹³. Destarte, o chefe do EME posiciona-se peremptoriamente contrário a qualquer mudança na ordem normativa nacional – é que de fato evidencia o pensamento realista conservador dominante naquele momento na instituição. Assim, consoante o chefe do EME:

É preciso aí preservar, sempre “dentro dos limites da lei”. Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as de assegurar o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser movida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas²¹⁴.

Michel Foucault expõe que até mesmo o opositor de um regime político utiliza-se de discursos idênticos ao da lei²¹⁵. Sem dúvida, as pressões da esquerda brasileira nos primeiros meses de 1964 deixaram os conservadores em posição

²¹² ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 388-399.

²¹³ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. 1967. p. 26-27.

²¹⁴ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p. 399.

²¹⁵ RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**. 1995. p.145.

defensiva, presos à normalização constitucional. Todavia, no corpo institucional militar o consenso, no plano realista conservador, foi fechando o Exército aos militares estranhos à ordem hegemônica concomitantemente à abertura da instituição ao jogo político civil. Em suma, em virtude do anticomunismo ideológico e dos conflitos de classe que empolgavam a própria instituição militar, a concepção de que somente um Estado Militar poderia retomar o equilíbrio disciplinar na caserna e a ordem social no país tomou a forma político-militar e se fez realidade em 31 de março de 1964. Por certo, a despeito da total negligência das elites civis, que não perceberam a longa história de maturação político-militar que conjugou o profissionalismo militar dos jovens turcos ao intervencionismo militar do tenentismo político produzindo uma força autônoma capaz de administrar o Estado brasileiro.

2. O ANTICOMUNISMO MILITAR E A NORMALIZAÇÃO INSTITUCIONAL:

A Monstrualização Política dos Corpos Dissidentes

[...] Ora, curiosamente, e de uma maneira que me parece bastante característica, o primeiro monstro moral que aparece é o monstro político.

Michel Foucault

Representar uma cultura prévia como monstruosa justifica seu deslocamento ou extermínio, fazendo com que o ato de extermínio apareça como heróico.

Jeffrey Jerome Cohen

Criou-se o estereótipo de que contra comunistas, e no conceito eram abrangidos todos os que defendiam interesses nacionais e os princípios democráticos, tudo era válido: tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos.

Nelson Werneck Sodré

O anticomunismo é o resultado imediato de um conjunto de forças políticas, composto por ideologias diversas, contrário ao comunismo. Foi uma resposta ao crescimento da esquerda comunista após a Revolução Bolchevista de 1917, aumentou com o sucesso econômico da União Soviética, então imune à grande crise de 1929, e com o excelente desempenho militar soviético durante e após a Segunda Guerra Mundial. Somando-se a isso, a própria expansão do comunismo pelo globo, no pós-guerra – em todos os continentes havia a proximidade de países socialistas. Assim, de mero espectro, posto no século XIX, o comunismo passou a representar um perigo real ou pelo menos em condições efetivas de se realizar. Destarte, o anticomunismo traduz o sentimento de medo fomentado pelas elites nos países capitalistas. Mas não é tudo. Trata-se, também, de um movimento político, religioso e militar, portanto permeado por práticas, a fim de conter o avanço comunista. Apresenta-se articulado por uma doutrina que formula representações

acerca do “perigo vermelho” e por um movimento político-militar que desenvolve práticas ofensivas e defensivas de inclinação anticomunista. Longe de qualquer coesão programática, as forças anticomunistas eram constituídas por liberais, social-democratas, fascistas, militares, cristãos e até socialistas – o que traziam de comum era a ojeriza ao comunismo e a efetiva luta contra ele¹.

Além disso, o anticomunismo compõe-se como um fenômeno complexo, a doutrina e a política são condicionadas pela história e pela cultura de cada país². No Brasil, o anticomunismo emerge como preocupação da imprensa liberal após 1917, e, lentamente, vai-se constituindo como corpo doutrinário e político – basicamente a partir dos anos de 1930. O comunismo passa a ser a pecha política imposta pelos liberais e conservadores a todos os adversários políticos. Todavia, o anticomunismo brasileiro, como toda ideologia do medo, progrediu como movimento político após a sublevação político-militar comunista brasileira em novembro de 1935. O estrondo causado pelo evento desencadeou as forças contrárias ao comunismo, alardeando o medo político e fomentando práticas de banalização dos corpos de esquerda. Como o movimento se constituiu no interior da caserna, conduzido diretamente por militares, o anticomunismo militar passou a posicionar-se como elemento de força na política de coesão militar que transformou o Exército em instituição moderna de dimensão nacional. De modo indubitável, se a Missão Francesa comandada pelo general Maurice Gamelin forneceu os saberes militares profissionais modernos, o anticomunismo militar agregou a esses saberes a ideia de que o comunismo representava a absoluta incompatibilidade com o profissionalismo militar e uma ameaça à própria existência da instituição.

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Anticomunismo (verbete)**. 2000. p.42.

² BONET, Luciano. **Anticomunismo (verbete)**. 1998. p. 34.

Dessa forma, a história do Exército brasileiro do século XX não pode ser vislumbrada sem incorporar o papel do anticomunismo na instituição. Além de incorporar-se como ideologia dominante no corpo militar, o anticomunismo jogou papel importante nas relações de poder, proporcionando a normalização necessária à coesão militar. Portanto, são as práticas derivadas do anticomunismo militar que se impõem como foco para a historicização, pois a mobilidade político-militar para ações de construção do Exército moderno e de intervenção sobre o Estado, a partir da Era Vargas, efetivaram-se no universo de práticas anticomunistas.

Quando anunciamos a expressão “anticomunismo militar”, não estamos reivindicando um anticomunismo específico, pois a representação conservadora do “perigo vermelho”, elaborada no interior da caserna, incorporou o que já existia no mundo civil. De fato, o objetivo é o de compreender o processo de normalização institucional a partir da leitura do anticomunismo militar como estratégia de coesão da tropa para atingir propósitos conservadores. O anticomunismo militar, além de se postar como ideologia, constituiu-se de práticas político-militares de fechamento institucional a qualquer corpo dissidente.

O anticomunismo foi, de fato, uma reação ao iminente “perigo vermelho”. Num período histórico de intensa polarização político-ideológica, proporcionou efeitos, segundo um moderado diplomata britânico, de uma verdadeira guerra religiosa, típica do século XVI³. O mundo moderno burguês parecia estar em perigo, as forças comunistas anunciavam que a revolução era uma questão de tempo. A cada avanço político do comunismo desencadeava-se, potencialmente, a reação conservadora da ordem cristã e do mercado livre. Na conjuntura moderna de horror e de medo as representações políticas do comunismo, *grosso modo*, inclinavam-se na direção da

³ HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 1995. p.229.

banalização dos corpos dissidentes. Essa banalização, objetivamente, monstrualizou a esquerda política, em poucas palavras, qualificou estes corpos como seres monstruosos. Estamos, objetivamente, diante do monstro político indicado por Michel Foucault, estratégia moderna de uma nova tecnologia de poder que, longe da mera banalização, impõe mecanismos permanentes de vigilância e de controle, construindo um monstro moral que ameaça o rompimento com o pacto social capitalista⁴.

A documentação militar investigada⁵ revela que a dinâmica do anticomunismo militar não foi de intensidade igual ao da política civil, crescia de acordo com a vislumbrada ameaça comunista. Assim, o anticomunismo militar imediatamente após a sublevação militar de 1935, não foi tão intenso como a partir da implantação do Estado Novo, no final de 1937. Nos anos de 1937 a 1945 os militares de esquerda foram monstrualizados e a mentalidade militar conservadora passou a representar a própria identidade institucional. Outrossim, no pós-guerra, diante da frágil democracia brasileira, acentuaram-se, mesmo que em ziguezague, as práticas anticomunistas, exclusivamente após a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro. Com efeito, com a concepção do binômio segurança/desenvolvimento gestado na Escola Superior de Guerra, a questão da ordem político-econômica passou a tornar-se uma realidade militar e o anticomunismo militar articulou-se como força de intervenção política, antes nos corpos, nos indivíduos da caserna – interferindo na pertença institucional militar. De tal forma que, identificar-se com a instituição (com a imagem do militar) era condição *sine qua non* assumir postura contrária ao comunismo.

⁴ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. 2001. p. 118.

⁵ Essencialmente: Boletim do Exército (BE), Noticiário do Exército (NE) e memória militar.

No limite, o anticomunismo agregou-se à identidade militar moderna profissional, pontuando a mentalidade conservadora do corpo institucional. Como a identidade social, ou melhor, socialmente construída, diz respeito ao conjunto de vinculações que cada indivíduo incorpora em um sistema social específico ou geral, o Exército fabricou uma realidade institucional em que o anticomunismo militar jogou papel importante como máquina identitária. De acordo com Denys Cuche: “A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente⁶”. Trata-se da construção de uma auto-imagem institucional que apresenta o corpo normalizado em oposição ao anormal.

No Exército, a identidade militar moderna profissional foi um constructo, primeiramente, da Missão Militar Francesa. A doutrinação militar dirigida pelo general Maurice Gamelin, além do básico treinamento técnico-militar, produziu efeitos identitários nos corpos militares, essencialmente, com o crescente disciplinamento de cada indivíduo do corpo da tropa a fim de vinculá-lo à imagem institucional. A identidade militar, formulada a partir da década de 1920, definiu a territorialidade de identificação, acentuando as idiossincrasias dos militares com relação ao mundo civil. O bacharelismo passou a se incompatibilizar com a identidade militar republicana. Na realidade, a instituição começou a adotar uma imagem de si que permitia a vinculação de cada indivíduo a uma identidade socialmente constituída. A distinção entre o nós (militar) e o eles (civil), no sentido moderno, foi definitivamente formulada a partir da doutrinação militar francesa.

Além disso, depois da segunda metade dos anos de 1930, o anticomunismo foi, paulatinamente, articulado à identidade militar moderna. De forma que a noção de profissionalismo militar estava peremptoriamente imbricada ao pensamento

⁶ CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2002. p.177.

anticomunista. Assim, a identidade institucional passou a formular a absoluta incompatibilidade entre o profissionalismo militar e a ideologia comunista. O comunismo representava o elemento desagregador do corpo militar, uma ideologia obscena que atentava contra a própria existência da instituição. Esta identidade conservadora (profissional e anticomunista) foi construída no interior das relações de poder⁷, portanto uma nova tecnologia de poder disciplinar formulou a representação de corpo militar institucional num quadro tenso em que a fabricação da realidade conservadora agenciou os corpos no sentido de caracterizar a única identidade militar possível.

Em suma, a formação da identidade militar moderna foi, em larga medida, construída a partir da ojeriza ao comunismo. A mentalidade militar conservadora estruturou-se tendo o anticomunismo como força propulsora; legitimando, assim, toda a inclinação intervencionista na política civil. Por certo, a suficiente unidade militar conservadora que empolgou o poder político nacional em 31 de março de 1964 e o longo governo militar encontram melhor inteligibilidade histórica quando contabilizamos o papel do anticomunismo como prática político-militar, numa teia de relações de poder que lhes garantiam mobilidade política.

2.1 O ANTICOMUNISMO E A IDENTIDADE MILITAR CONSERVADORA

A história do século XX foi marcada pela polarização ideológica, a vitória do bolchevismo na Rússia em 1917 desencadeou de um lado a intensificação de movimentos operários e de outro a ojeriza anticomunista das elites identificadas com o capitalismo. No Brasil, imediatamente após a revolução bolchevista, e ao longo da

⁷ HALL, Stuart. **Da Diáspora...** 2003. p.85.

década de 1920, já presenciamos manifestações contra o comunismo por meio da imprensa, e o tema passou a preocupar as elites brasileiras⁸. Em 1918 o comunista Astrogildo Pereira, num panfleto, condena a fobia “antimaximalista” do jornal *A Razão*, pois o jornal havia qualificado os maximalistas (bolchevistas) de “a escória da terra⁹”, enquanto que, em 1919, o deputado Andrade Bezerra percebia o comunismo como uma planta exótica de difícil aclimação no Brasil¹⁰. Sem dúvida, o distanciamento geográfico do “perigo vermelho” e a baixa representatividade política dos comunistas brasileiros constituíram um anticomunismo débil no país até 1930. O próprio movimento tenentista dos anos de 1922 e 1924 poderia ser qualificado, por parte das autoridades, tendo em vista o exemplo russo, como de matiz comunista, mas isso não ocorreu.

Logo após a sublevação militar de 1922, exatamente no dia 7 de setembro, o Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras, publicou no *Boletim do Exército* (BE) ordem do dia referente ao centenário da independência do Brasil. Nela há toda uma cultura política que reivindica a cordialidade frente às mudanças substantivas no país, de forma que: “a independência, a liberdade de crenças e de pensamento, a abolição, a República e hodiernamente as conquistas liberais do proletariado, que em outros países tão caro tem custado, tudo no Brasil foi obtido sem arranco, sem pranto, decentemente, como uma sequência natural dos fatos¹¹”. A noção de ordem e progresso, princípio positivista, fruto do horror da revolução política, pontua a necessidade de paz civil e militar. Assim, “Ordem e progresso, suprema aspiração de todo o patriota, anelo que esta chefia sabe ser de todo aquele que veste uma

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p. XXI.

⁹ DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. 1977. p.63.

¹⁰ Ibid., p.80.

¹¹ Boletim do Exército, nº 43 de 1922.

farda, fanal sonho de o Brasil mais forte, o Brasil unido¹² [...]”. Com efeito, o discurso político-militar do Ministro da Guerra não apresenta nenhuma relação com o antibolchevismo, que na época esboçava-se com certa preocupação na imprensa civil brasileira.

Em 15 de novembro de 1924, diante de nova sublevação militar, o Presidente Arthur da Silva Bernardes, faz um pronunciamento político que foi publicado no *Boletim do Exército* intitulado “A Nação”. Documento importante que traduz a preocupação política do Estado frente à ameaça político-militar.

Ao terminar o segundo ano de meu período de governo, julgo oportuno, diante dos tristes fatos da atualidade, dirigir-me ao Povo Brasileiro, cujo voto me colocou neste alto posto e cujo apoio não me tem faltado [...]. Esta oportunidade se denuncia pela conveniência de dar ao povo, com uma rápida análise da situação, a segurança de que o Governo está no firme propósito de manter a ordem pública, sustentar o princípio da autoridade legalmente constituída e garantir tranquilidade aos lares e às classes trabalhadoras. O momento exige que eu fale com clareza ao país e enfrente com franqueza as causas aparentes e alegadas dos movimentos subversivos, já que as causas reais, não confessadas, são a ambição desregrada do poder e a posse do tesouro público [...]. Rebelaram-se com intuítos inconfessáveis, e procuraram mascarar esses intuítos com a reclamação da anistia, tentando comover a alma generosa e boa de nossos patrícios. Insurgem em conjuras em que se planejam o assassinato e o roubo e acusam o governo de alimentar ódios, que não tem, pois é de seu interesse que o país viva em paz para trabalhar e progredir. Revoltam-se para obter anistia... E antes, por que se revoltaram? Rebelam-se para obter o perdão do crime e, no entanto, o repetem, o agravam e o proclamam!¹³

Novamente, não encontramos, agora por parte do chefe do Executivo, qualquer aproximação discursivo-estratégica do movimento de sublevação político-militar ao bolchevismo. De fato, não houve qualquer alusão. De todas as pechas políticas elencadas por Arthur Bernardes – criminosos, ladrões e ambiciosos – não encontramos nenhuma de caráter antibolchevista. Evidentemente, nesse momento o país vivenciava uma espécie de anticomunismo débil, pois o “perigo vermelho”

¹² Ibid., nº 43.

¹³ Boletim do Exército, nº 202 de 1924.

apresentava-se como uma ameaça remota¹⁴. Com certeza, no período entre a Revolução Russa de 1917 e a Revolução de 1930, o comunismo não passava de espectro distante; não empolgando, assim, maiores preocupações políticas.

Diante disso, não encontramos, na documentação avaliada, nada significativo, por parte do Estado e do Exército brasileiro, em torno do “perigo comunista” antes de 1935. O anticomunismo foi, até esta data, uma preocupação da imprensa, de parlamentares e da igreja, não merecendo qualquer ação intensiva. A monstrualização política do comunismo no Brasil aparece nos discursos do parlamento e na imprensa brasileira antes de se tornar política de governo. No *Boletim do Exército* não aparece nenhum discurso anticomunista até 1935, ou seja, em termos institucionais o comunismo não foi percebido como um problema de grande vulto para o comando. Isto não implica dizer que nesse ínterim não houvesse pronunciamentos de militares contrários ao comunismo ou até mesmo a favor.

É importante diferenciar as manifestações de militares contra o comunismo dos pronunciamentos da instituição. Não que sejam coisas absolutamente distantes, mas há implicações na leitura dessas fontes. Pronunciamentos anticomunistas de militares isolados não correspondem necessariamente à concepção da instituição, pois o Exército representa uma organização verticalizada em que os documentos oficiais traduzem o resultado de lutas que corporificam a própria instituição. Assim, quando documentos anticomunistas não são produzidos pela instituição, evidencia que a questão não se tornou contundente para o Exército. Em suma, desde a véspera da Revolução de 1930, já é possível encontrar manifestações militares anticomunistas de oficiais do Exército, contudo, a instituição silenciou-se sobre o

¹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p.6.

tema¹⁵. O que não implica inferir que essas manifestações apresentavam-se como sinais de um movimento institucional posterior.

O Exército brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, passou por uma série de tentativas de reformas na estrutura militar, a fim de profissionalizar os militares de acordo com a nova conjuntura belicosa mundial iniciada com a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918. A doutrina alemã por meio dos jovens turcos e a francesa ao encargo do general Maurice Gamelin investiram na despartidarização, no sentido civil, dos corpos militares e na crescente redução do oficial a técnico de guerra. Todavia, foram reformas que atingiram mais a superestrutura institucional, ou melhor, a mentalidade organizativa do Exército, na medida em que a conjuntura era, absolutamente, desfavorável. Foi fundamental a estruturação de um Estado Nacional, com a Revolução de 1930, para que as reformas pudessem alcançar a infraestrutura da instituição. Assim, a grande preocupação institucional, nesse período, foi a de militarizar os corpos na caserna.

O ensino nas escolas militares era mais teórico do que prático. O que de certa forma possibilitou a existência de militares de esquerda, principalmente, na área de ensino militar. Entretanto, o clima de modernização fazia desses militares-docentes corpos isolados. A memória de Nelson Werneck Sodré acerca do ensino militar é seminal: iniciou sua formação educacional no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1924, uma escola tradicional, não muito diferente, em geral, do ensino brasileiro daquela época. Ele descreve uma escola extremamente rigorosa, com espaços disciplinares de vigilância e controle, professores e monitores extremamente rigorosos. Entretanto, revela a presença de um professor-militar singular, Isnard

¹⁵ FERREIRA, Roberto. **Organização e Poder...** 2005. p.31.

Dantas Barreto, que na escola lecionava a cadeira de História. Diante de estruturas rígidas de ensino, ele não demonstrava qualquer respeito pelo formalismo educacional do Colégio Militar, transformava a sala de aula num espaço democrático e de liberdade intelectual. Preparava os alunos para a vida, inclusive com aulas de educação sexual. De forma que em virtude disso era mal visto pelos seus pares, ou seja, menos pelo caráter “subversivo” do ensino da História do que nos assuntos referentes à sexualidade. Consequentemente, era admirado ao extremo, apenas pelos alunos.

Ele apresentava uma verdadeira história social, *avant la lettre*, aos seus alunos, demonstrava que os personagens históricos deveriam ser situados em sua época e que história é mudança. Em contexto de propaganda antibolchevista, desenvolvia uma história política deslocada dos preconceitos ideológicos. Consoante, Nelson Werneck Sodré:

Inteiramente imune à propaganda que apresentava a Revolução Russa como obra de bandidos que haviam aproveitado uma situação de crise, situava o problema de maneira precisa, mostrando a sua importância histórica. Pela primeira vez, ouvi o nome de Lênin, apresentado como gênio político e não como aventureiro vulgar. Passamos, com ele, a saber que a Política é também ciência e que é possível estudá-la e aprendê-la¹⁶.

Apolônio de Carvalho, que não estudou no Colégio Militar, mas que conheceu inúmeros professores egressos dessa instituição afirmou que estes eram inclinadamente de esquerda e até mesmo comunistas¹⁷. Todavia, a memória de Sodré só foi capaz de apontar um único professor. Talvez houvesse mais, nesse caso o professor-militar Isnard Dantas Barreto não seria o único. O fato é que com ele, não somente, Nelson Werneck Sodré, mas parte significativa dos alunos saiu do Colégio Militar do Rio de Janeiro, com uma visão bem mais crítica da história e da

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo**. 1986. p. 37.

¹⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro Ribeiro da. **Nelson Werneck Sodré...** p.162 .

política. Com efeito, num ambiente de reformas militares com alcance limitado, portanto de baixa militarização e de intensa ação intelectual paisana, os saberes modernos fomentados por Isnard aproximaram esses jovens militares na direção da esquerda política. A memória do general Antonio Jorge Corrêa destaca o papel do coronel-professor Isnard Dantas Barreto na formação dos oficiais de esquerda no Exército:

A implantação do comunismo na Rússia, nas duas primeiras décadas do século XX, despertou natural curiosidade em todo o mundo, da qual não se poderiam alhear os jovens. Jamais esquecerei que, no decênio de 1920, cursando o Colégio Militar do Rio de Janeiro, vi vários jovens companheiros, empolgados com as novas ideias, tornarem-se simpatizantes ou mesmo comunistas diante da sistemática pregação de professor respeitável, respeitável pela arregimentação dos primeiros prosélitos da doutrina comunistas nas Forças Armadas¹⁸.

Conquanto, as práticas pedagógicas do professor Isnard só foram possíveis num contexto em que o “perigo vermelho” parecia não ameaçar a ordem vigente. Assim, conforme Nelson Werneck Sodré: “este aspecto de sua atividade só mais tarde foi motivo de perseguição¹⁹”, mais provavelmente na década de 1930, em que foi acusado de doutrinação comunista no interior de instituição militar de ensino. Novamente, segundo o general Antonio Jorge Corrêa, alguns líderes da sublevação comunista de 1935, deflagrada na cidade do Rio de Janeiro, no 3º Regimento de Infantaria, como o caso do tenente Ivan Ribeiro, eram ex-alunos dele²⁰, o que reforçou a acusação de proselitismo político comunista por parte do militares conservadores.

¹⁸ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março (História Oral do Exército)**. Tomo 1, p.30.

¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo**. 1986. p. 37.

²⁰ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março (História Oral do Exército)**. Tomo 1, p.30.

Todavia, não podemos a partir da presença de militares de esquerda, inferir a existência de uma tradição de esquerda no interior do Exército, pois do ponto de vista teórico o conceito de “esquerda militar” pressupõe uma organização político-militar com pelo menos um esboço de projeto de ação política. Indubitavelmente, o Exército abrigou em seus quadros militares de esquerda, no entanto, não conseguimos perceber uma esquerda militar atuante, com força política capaz de mobilizar uma ação transformacional na estrutura brasileira. Nesse momento, o movimento articulado na instituição, com um projeto modernizante conservador, estava sendo conduzido pelos jovens turcos, inclusive com a publicação de revista e articulação com parte do comando do Exército. Foi o tenentismo profissional o responsável pelo desenvolvimento de uma mentalidade militar conservadora que em duas décadas tornar-se-á dominante na instituição. Também, a própria modernização militar exclui o ímpeto revolucionário e aumenta o conservadorismo entre os oficiais na caserna, na medida em que uma sociedade disciplinar começa ali a se formar mais intensamente. Por essa forma, pensamos ser mais prudente conceituá-los como “militares de esquerda”, ao invés de “esquerda militar”, pois tal conceituação leva-nos a imaginar uma esquerda organizada no interior das Forças Armadas, o que, ao que tudo indica, dificilmente se apresentou historicamente no Brasil.

Diante disso, em termos conceituais, não é prudente insistir na tese que reivindica a existência de uma “esquerda militar no Brasil²¹”, pois não há fonte que sustente tal proposição. Por certo, não é pertinente associar práticas políticas

²¹ A tese da presença no Exército de uma “esquerda militar” é sustentada, principalmente, por João Quartim de Moraes nas seguintes obras: *A Esquerda Militar no Brasil Volumes I e II*, e por Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha na obra: *Um Olhar à Esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*.

efetivamente progressistas para o contexto brasileiro, tais como as lutas: abolicionistas, republicanas e tenentistas a uma “esquerda militar”, nem mesmo a evidente presença de militares identificados com a esquerda política nos anos posteriores a 1935 corresponde à existência de uma esquerda militar. Portanto, a existência de militares progressistas e até mesmo socialistas no interior da caserna não é suficiente para sustentar a ideia de uma esquerda militar, na medida em que tal posição política não mudou a direção conservadora e disciplinadora da instituição militar. Nem a historiografia ou a própria memória de um eminente militar de esquerda, Nelson Werneck Sodré, foi capaz de apontar qualquer indiciamento da existência de uma esquerda militar no país.

De modo indubitável, o que conseguiu ganhar corpo institucional foram dois movimentos distintos, o tenentismo profissional e o tenentismo político. O primeiro mais coerente e orgânico atuou no limite da disciplina militar reivindicando a profissionalização do corpo militar, o que implicava a sua militarização, no sentido de rompimento com a cultura paisana. Desde 1913 com o lançamento da revista *A Defesa Nacional* vinha interferindo, ainda que na condição de oficiais subalternos, na política administrativa do Exército. Esse movimento foi, sem dúvida, responsável pelo desenvolvimento, na instituição, de uma mentalidade militar conservadora, de alta politização do Exército e baixa politização do militar. O outro movimento, sem clareza ideológica objetiva, formou-se como reação da classe militar à arbitrariedade da política civil. Eram essencialmente subversivos para com a ordem vigente. Por certo o tenentismo político com a Coluna Prestes (1924-1927) angariou sucesso político-militar, pois incorporou todas as mazelas do sistema político oligárquico da época à insatisfação militar. Foi, de fato, um movimento modernizador, contudo não há qualquer evidência geral de que eles projetavam para a política brasileira um

movimento nacionalista de esquerda, não havia no movimento tenentista um projeto que traduzisse seus objetivos políticos²². Em entrevista, Luís Carlos Prestes, responde em torno da atividade política e social da Coluna: “o nosso objetivo era derrubar o governo. Do ponto de vista político e social, estávamos praticamente desarmados. Por isso fizemos muito pouco²³”. A década de 1930 desarticulou o tenentismo político, restando apenas um resíduo cultural na instituição: o do intervencionismo político-militar como único caminho para a solução dos problemas nacionais.

Em síntese, o conservadorismo profissional e o intervencionismo político-militar articulados conjugaram forças, num novo contexto político nacional, com a Era Vargas, na formação identitária da instituição. Ou seja, quando o Exército se abre a sua fase nacional, mais precisamente, a partir de 1937 são esses os elementos, somados ao anticomunismo militar, que vão jogar papel decisivo na construção de uma identidade militar ligada ao “realismo conservador”. O anticomunismo militar no Exército é produto de um lado, da crescente demanda das elites civis para com o “perigo vermelho”²⁴ e de outro, da necessidade vital da instituição em solidificar um pensamento único de tom conservador. Assim, o medo da ameaça comunista criou as condições de unidade militar tanto dentro como fora da caserna. Destarte, o “perigo vermelho” possibilitou um conjunto de práticas normalizantes de fundo modernizador. Assim, foi fundamental a ameaça interna para que se desenvolvesse um estado de vigilância e controle permanente que possibilitasse a organização do aparato militar para efetivar a construção de uma identidade militar conservadora.

²² WIRTH, John D. **O Tenentismo na Revolução de 30**. 1979. p.43.

²³ SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**. 1982. p.79.

²⁴ FERREIRA, Roberto. **Organização e Poder...** 2005. p.21.

A partir de 1930, o anticomunismo, principalmente no meio civil, passou a atuar com mais intensidade. As mudanças proporcionadas pelo movimento revolucionário civil-militar liderado politicamente por Getúlio Vargas e militarmente por Góes Monteiro, contribuiu para que o comunismo passasse, lentamente, a abarcar o conjunto de problemas políticos brasileiros, pois o grupo revolucionário era heterogêneo, abrigando homens de esquerda que poderiam prejudicar o liberalismo naturalizado como cultura brasileira. Assim, os ataques anticomunistas passaram a se concentrar contra os revolucionários, mais especificamente contra o tenentismo político. O interventor de São Paulo, o tenente João Alberto, foi acusado de proteger e se articular com os comunistas, a fim de permitir o funcionamento do Partido Comunista, colocado na clandestinidade em 1927. Ademais, a proposta de reconhecimento diplomático da União Soviética provocou uma forte reação conservadora, fazendo com que Getúlio Vargas declinasse da ideia²⁵.

O anticomunismo, nos primeiros anos de 1930, era localizado nas elites contra o tenentismo político e contra qualquer medida de intervenção brusca na economia, pois nesse período a grande ameaça da ordem adivinha do radicalismo tenentista e de políticas econômicas não-liberais, perigos correlacionados. De modo fundamental, em São Paulo, o problema político de fundo concentrou-se mais no medo político do tenentismo do que na ameaça do “perigo vermelho” de fato. Com efeito, o “perigo militarista” centrado na baixa oficialidade com fraca base ideológica, percebido assim pelas elites, correspondia à interferência militar nas questões eminentemente civis – na administração pública²⁶. Na realidade o perigo militarista alimentou o medo das elites. Enquanto que para Getúlio Vargas, no plano federal, o grande perigo se encontrava no regionalismo político e na interferência de políticos

²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p.8.

²⁶ BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. 1992. p.192-193.

locais no Exército. O novo modelo político, para ter êxito precisava objetivamente centralizar o poder, criar verdadeiramente uma nação sob a égide de um Estado Moderno; para isso, a constituição de um aparato coercitivo nacional e a desmobilização militar dos exércitos estaduais eram fundamentais. De forma que o “perigo vermelho” nesse momento ainda não rondava decisivamente a política brasileira.

O jornalista e político liberal paulista Mario Pinto Serva publicou uma obra importante em 1931 “*Socialismo e Comunismo*”, pontuando um conjunto de publicações nacionais e estrangeiras de caráter anticomunista no Brasil. Em larga medida, a abordagem presente no corpo do livro não se diferenciava da crítica anticomunista internacional: a percepção do comunismo como a de um regime absurdo e contrário à natureza humana, a visão de que os comunistas são fanáticos, e de que somente os fracassados, os náufragos da existência é que podem aderir a esse credo²⁷. Também há toda uma abordagem nacional da ameaça comunista. Os comunistas brasileiros são classificados como confusos cerebrais, que não sabem definir uma política clara ao país, além de não compreenderem o próprio comunismo, nem o meio social no qual querem aplicá-lo. No Brasil, não há burgueses, segundo ele, quase todos os industriais brasileiros são oriundos do proletariado, mas o que temos claramente é a possibilidade de desenvolvimento de todos os trabalhadores. Portanto, aplicar as teorias de Marx no Brasil é uma monstruosidade²⁸.

Quiçá, o manifesto de Luís Carlos Prestes, em maio de 1930, anunciando a sua adesão ao bolchevismo, tenha impulsionado o medo ao comunismo, numa

²⁷ SERVA, Mario Pinto. **Socialismo e Comunismo**. 1931. p.24-26.

²⁸ Ibid., p. 45-46.

aproximação possível do tenentismo político com as massas. A adesão de Prestes certamente sensibilizou tenentes e civis, na medida em que, naquele momento, ele era o maior líder popular do país²⁹. Mario Pinto Serva abre o capítulo “Contra o Comunismo” repudiando Prestes por sua adesão em manifesto ao comunismo, de forma que, a partir de então, de ídolo da multidão no Brasil passou a ser mal visto, pois a opinião pública brasileira repudia o comunismo³⁰. Para ele, “a índole brasileira é liberal, generosa, inimiga dos excessos, respeitadora da propriedade e do trabalho alheio³¹”, o Brasil é um país absolutamente incompatível com o comunismo, sendo assim: “os comunistas no Brasil são verdadeiros alienados mentais, sem tirar nem pôr³²”.

Em contexto de crise do liberalismo político, as doutrinas políticas autoritárias alicerçadas nas massas populares, fascismo e comunismo, causavam preocupação política, principalmente porque foram associadas pela imprensa ao tenentismo político. O grau de intensidade do perigo é proporcional à vertente política que analisa as possibilidades. Contudo, a perspectiva de politização radical dos tenentes para a esquerda ou para a direita contemplava o medo das elites paulistas e por extensão tornava-se um problema nacional³³.

Absolutamente, o manifesto de Luís Carlos Prestes, mesmo não mencionando diretamente o “comunismo político”, foi uma clara adesão às ideias da Internacional Comunista. Vislumbrava uma revolução de mudança de *lôcus*, centrada na massa proletária. Pontuava os problemas brasileiros como de responsabilidade das elites nacionais e do imperialismo burguês. O manifesto

²⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p. 9.

³⁰ SERVA, Mario Pinto. **Socialismo e Comunismo**. 1931. p.49.

³¹ Ibid., p. 9.

³² Ibid., p. 58.

³³ BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. 1992. p.202.

criticava a imagem revolucionária apresentada pela Aliança Liberal, pois não compactuava com o reformismo Liberal. Por outro lado, a direção do texto visava ao esclarecimento da posição política do general da coluna frente a seus comandados, típico da cultura militar. Assim, segundo o manifesto: “[...] não posso deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho contra todos os opressores³⁴”; a noção de cooptação dos tenentes contribuiu, além do carisma político de Prestes, para que a elites passassem a se preocupar com uma provável guinada à esquerda por parte do tenentismo político.

O tenente Juarez Távora, imediatamente respondeu ao manifesto de Prestes elaborando um contra-manifesto. Esperava que houvesse a adesão dos companheiros da coluna, buscando o isolamento político do general da coluna. Porém, quando apresentou o texto para assinaturas de apoio, os tenentes recusaram³⁵, mesmo que, consoante Juarez Távora, “quase todos estivessem de acordo³⁶”. Numa clara posição militar de obediência à hierarquia. O contra-manifesto intitulava-se “Réplica de Juarez Távora ao Manifesto de Luís Carlos Prestes” e visava a contestar, em público, as ideias apresentadas por Prestes. Havia uma crítica militar que afrontava a própria noção de comando da revolução do general Prestes e outra política de caráter anticomunista. Assim, Juarez Távora replica: “Discordo do último manifesto revolucionário do general Luís C. Prestes. Não julgo viáveis os meios de que pretende lançar mão, para executar um futuro movimento, nem aceito a solução social e política que preconiza para resolver, depois dele o

³⁴ TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas (Anexo nº 3)**. Vol. I, 1973. p.344.

³⁵ Ibid., p. 270.

³⁶ Ibid., (Anexo nº 5) p. 365.

problema brasileiro³⁷”. O pensamento conservador de Alberto Torres aparece no documento como referência política. O livro *A Organização Nacional*, para Juarez Távora, deveria ser a diretriz a ser tomada, nele há a ideia de um poder Executivo forte, na chefia da nação, portanto contrário ao federalismo que produz o regionalismo político³⁸. De fato, o centralismo político nacional foi incorporado pelos tenentes como projeto político. O documento esboça, ainda que de forma não-institucional, o pensamento militar conservador-intervencionista em contraposição ao pensamento esquerdista-intervencionista apresentado por Prestes. Ambos reivindicam a participação militar na esfera política, na ação revolucionária, contudo Prestes agregou o fantasma das massas populares como agente político, elementos, para os conservadores, destituídos de força revolucionária. No contra-manifesto Juarez Távora afirma:

Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa, faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto do general Prestes: coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica³⁹.

Além do contra-manifesto, há uma carta enviada por Juarez Távora a Luís Carlos Prestes, em 25 de junho de 1930; esses dois documentos apresentam a posição conservadora-intervencionista das novas forças militares do Exército após a Revolução de 1930. A carta de Juarez Távora a Prestes é mais direta nas divergências políticas, assim, o anticomunismo torna-se evidente. A guinada para a esquerda de Prestes foi qualificada como de “desarrazoado extremismo”, para Juarez Távora, o povo brasileiro não goza de qualquer sentimento positivo com

³⁷ Ibid., (Anexo nº 4) p. 349

³⁸ IGLÉSIAS, Francisco. **Prefácio: A Organização Nacional**. 1978. p.28

³⁹ TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas**. Vol. I, 1973. p. 351

relação ao comunismo russo. De forma que a adesão de Prestes a ele: “[...] afastou de seu comando toda a oficialidade moça e sincera do Exército, e também, um apreciável contingente de civis que, vindos ou não da política, têm estado, sincera e decididamente, ao nosso lado⁴⁰”. Após descrever os problemas da operacionalidade militar da revolução proposta por Prestes, não há meios militares para efetivar uma revolução comunista apoiado sobre massa conservadora, nem de se impor ao imperialismo sem sustentação bélica, e de afirmar uma posição política liberal conservadora do homem como desigual por natureza, assume-se como “cético da ideologia comunista e, por vários motivos respeitáveis, um decidido adversário de sua transposição para o nosso meio⁴¹”. Da nova hierarquia militar dos anos de 1930, a expressão político-militar de Juarez Távora, já evidenciada nos documentos de repulsa ao manifesto de Prestes, traduz o pensamento militar conservador absolutamente contrário ao comunismo. Embora ainda do lado de fora da instituição.

Decerto, o tenentismo político, mesmo tendo perdido força política após 1932, teve um papel importante como força cultural entre os militares. Não podemos esquecer que uma parte desses tenentes reingressou ao Exército e quando retornaram encontram uma instituição mais militarizada no sentido moderno, por influência da missão francesa, mesmo assim trouxeram consigo o intervencionismo político-militar que passou a ser incorporado à cultura da própria organização militar.

No Exército, nos primeiros anos de 1930, a instituição permaneceu praticamente em silêncio sobre o “perigo vermelho”. Momento em que o Exército, internamente, vivia sob constante tensão político-militar, marcadas pelo clima de reincorporação dos tenentes excluídos em virtude das sublevações dos anos de

⁴⁰ Ibid., (Anexo nº 5) p. 356.

⁴¹ Ibid., p. 363.

1920. A premência de um reequilíbrio hierárquico fomentou tensões, expressas no conflito picolés versus rabanetes (revolucionários de última hora e revolucionários autênticos), no regionalismo político que interferia na administração militar e, também, na necessidade de afastar o comando militar ligado à velha ordem política. Bem, estes eram os principais problemas do Exército nesse período. O comunismo, peremptoriamente, não estava incluso nas preocupações majoritárias do Exército.

No limite, esse momento de tensão favoreceu a aproximação de jovens militares que, no interior da caserna, se solidarizaram com o manifesto de Luís Carlos Prestes. Estes jovens oficiais eram admiradores do tenentismo político e identificaram no manifesto de Prestes a continuidade do movimento da década anterior. Ademais, o Partido Comunista do Brasil, no final de 1929, iniciou trabalho de aproximação política com os oficiais das Forças Armadas criando um Comitê Militar Revolucionário. A fim de preparar a revolução com apoio dos militares, basicamente se apropriando dos saberes técnicos de guerra, fundamentais para a organização de grupos paramilitares. Ao mesmo tempo, foi criado outro comitê, que mantinha contato com os escalões militares mais baixos (os praças), visando à desmobilização de uma resposta militar no momento da revolução, por isso foi chamado de Comitê Antimilitar (Antimil). Este comitê, por motivo de segurança, foi mantido à parte da estrutura partidária, o que facilitou a obtenção de bons resultados, pois não foi afetado pelas disputas políticas no interior do corpo partidário⁴². Esta aproximação, além do objetivo estratégico do PCB, revela uma cultura política brasileira republicana que vislumbra os militares como classe política revolucionária. Nada distante do contexto da época, visto que as grandes ações políticas a fim de transformar a política nacional foram de fundo político-militar. De

⁴² VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935**. 2007. p.76.

forma que a sedução política civil, que buscava empolgar os militares, partia tanto da Frente Liberal como do Partido Comunista do Brasil.

Contudo, o impacto das reformas militares da década de 1920, de matiz francesa, produziu efeitos conservadores na mentalidade militar, de forma que a avaliação da ação militar nos movimentos políticos passou a ser mensurada em termos técnicos. Assim, os projetos políticos que visavam a assediar os militares deveriam estar afinados com o propósito modernizante da instituição. Em suma, a proposta dos conselhos de trabalhadores e soldados do PCB era uma afronta ao sentido de modernização militar, em larga medida consolidado na instituição. O que restringiu a absorção do projeto revolucionário comunista no interior do Exército. A proposta de um exército popular, depois da intensa doutrinação do general Maurice Gamelin, representava a absoluta destruição da identidade militar que se projetava para o futuro. Malgrado, o contexto político era favorável às investidas do Partido Comunista do Brasil no Exército, o tenentismo político retornava como perspectiva de transformação da política nacional, principalmente depois das esperanças malogradas nos primeiros anos após a Revolução de 1930⁴³. A crítica de Luís Carlos Prestes à Aliança Liberal parecia se confirmar, o que facilitou a adesão de parte da baixa oficialidade ao PCB.

No limite, o contexto da primeira metade da década de 1930 se por um lado, foi favorável às investidas do PCB no interior da caserna, em virtude do contexto político nacional, de outro lado, essas investidas ocorreram num momento em que o desenvolvimento da estrutura militar do Exército não estava aberto para proposições políticas deslocadas do projeto modernizante de enquadramento disciplinar. É o que explica a limitada preocupação político-militar da instituição frente ao “perigo

⁴³ Ibid., p.76-77.

vermelho”; não houve qualquer manifestação importante anticomunista por parte da cúpula militar⁴⁴, mesmo havendo informações de que havia agenciamento do Partido Comunista do Brasil no interior dos quartéis, nos primeiros anos de 1930 até o final de 1935.

Por exemplo, o pronunciamento militar do Ministro da guerra , general João Gomes, na semana da Pátria de 1935, não contém qualquer consideração a respeito do “perigo vermelho”. Numa posição mais geral, limita-se a pontuar a importância do Exército para com o destino da nação, pronunciando as seguintes palavras:

A alma nacional está festiva e reverente, desperta neste magno dia, com os albores de um novo renascimento cívico, para rememorar o surto político de uma grande Pátria no continente americano. Coube ao Exército, nas varias instâncias da atividade nacional, desempenhar missões fundamentalmente brasileiras em todas as nossas conquistas político-sociais. No regime colonial, como no Império e na República, não há um lance notável na epopéia nacional, que não ilustre o soldado brasileiro, com o sacrifício resignado do seu destemor e a exaltação de seu grande patriotismo. Sem ele não teríamos mantido os vínculos de unidade da Pátria, nem seu idealismo, seria possível realizar a emancipação política, fazer a libertação dos escravos, banir a tirania do solo americano [...]⁴⁵.

O fato é que, a dois meses da sublevação comunista de novembro de 1935, não havia qualquer preocupação político-militar com relação ao “perigo vermelho”, a não ser algum murmúrio presente num relatório do Estado-Maior do Exército indicando a presença de comunistas no interior da instituição⁴⁶, apenas a evidência formal de informação de conhecimento notório no Exército. Houve, também, a apresentação, em março de 1934, de um longo relatório ao Ministério da Guerra, elaborado pelo Capitão Severino Sombra de Albuquerque, que esboçava a necessidade de um anticomunismo doutrinário no Exército. O relatório procura demonstrar a potência da política de preparação ideológica comunista ante a

⁴⁴ FERREIRA, Roberto. **Organização e Poder...** 2005. p.30.

⁴⁵ Boletim do Exército, nº 51 de 1935.

⁴⁶ ESTEVES, Diniz (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** p.175.

fraqueza do liberalismo político, assim, o Exército precisava de algo de mesmo tom, a fim de resguardar-se da ameaça comunista. Nesse sentido, seria fundamental “organizar com urgência e zelosamente um PLANO GERAL DE EDUCAÇÃO PATRIÓTICA E SOCIAL, que atinja os militares de todos os postos e funções⁴⁷”. Entretanto, este relatório, apesar de apresentar iminente preocupação anticomunista, não produziu efeito político-militar de imediato sobre a alta hierarquia institucional.

Se levarmos em conta que o período de 1930 a 1935 foi marcado por inúmeras ações de quebra de hierarquia com protestos reivindicatórios ou mesmo atos de sublevação, em todos os escalões militares nas Forças Armadas⁴⁸, a ausência de manifestações institucionais anticomunistas aparece como evidência de que seria preciso um evento contundente, num contexto favorável, para que o comunismo passasse a assombrar o Exército. Efetivamente, as manifestações de generais eram constantes, denunciando a indisciplina e mútuas acusações de golpismo entre eles, ao ponto de se falar em 1935 de conspiração de generais se por acaso a proposta de aumento dos vencimentos militares não fosse aprovada no congresso. Entre os oficiais, cadetes e subalternos, uma série de manifestos, também, foram apresentados, contra e a favor do governo, por mais democracia ou pela efetivação no país de um governo autoritário, além da sublevação dos cadetes na Escola Militar de Realengo, em 1934, um ato de resistência às medidas disciplinadoras aplicadas pelo comandante da escola, general José Pessoa. Houve, também, rebeliões de praças (sargentos) desde 1931 em diversos quartéis em Teresina, no Recife e Campo Grande. Além de um movimento bastante complexo que não chegou a efetivar-se, entre os anos de 1933 a 1934, em São Paulo,

⁴⁷ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em Guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p.152.

⁴⁸ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935...** 2007. p.77.

inspirado no movimento revolucionário cubano, liderado pelo Sargento Fulgêncio Batista⁴⁹. Enfim, o clima era de absoluta indisciplina e de quebra de hierarquia.

A identidade militar conservadora, que se projetava, e a interferência das concepções comunistas na formação do “tenentismo de esquerda” caracterizavam o contexto tenso, de relações de poder no qual o anticomunismo passou, aos poucos, por meio de tecnologias de poder disciplinar, a fabricar a realidade militar. As ideias comunistas foram recebidas e instrumentalizadas pelos jovens militares, basicamente, como renascimento revolucionário do tenentismo, numa época de sonhos malogrados e de esgotamento político da democracia liberal. Também, como resistência à crescente disciplinarização de influência francesa, a Escola Militar de Realengo, depois de 1930, passou por um processo de modernização, sob o comando de José Pessôa, a fim de fabricar corpos militarizados no sentido moderno, produzindo descontentamento e sublevação dos discentes militares. Além disso, fatores de ordem administrativa contribuíram para a adesão, como por exemplo, baixos soldos e redução do efetivo militar que atingia basicamente os praças; e fatores políticos nacionais, a ameaça fascista e as eleições estaduais de outubro de 1935⁵⁰. A proposição dos “tenentes de esquerda” de um Exército Popular, ainda que marginal, mobilizou militares subalternos e praças numa espécie de último suspiro do tenentismo no Brasil com a sublevação militar de esquerda de novembro de 1935.

Na época do levante armado de 35, o Exército ainda não possuía, em termos ideológicos, disciplina necessária para erigir uma “sociedade disciplinar” – o que somente começa a se esboçar com Vargas no Estado Novo. É o que podemos encontrar no prefácio da obra “Lembraí-vos de 35!” escrito pelo general Campos de

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.66-73.

⁵⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935...** 2007. p.403-404.

Aragão, pois além dos fatores internacionais e da cultura revolucionária dos anos 20 e início de anos 30 no Brasil, o evento também se deu pela: “[...] inexistência, na época, de uma infra-estrutura adequada, voltada para a segurança nacional⁵¹”. Em síntese, a ausência de uma instituição disciplinar efetiva criou as condições para a sublevação de 35. Contudo, é importante lembrar que o Exército da primeira metade da década de 1930, mesmo com dificuldades, era significativamente mais organizado e militarizado do que nos anos de 1920.

Não cabe aqui esboçar o movimento revolucionário de novembro de 1935, mas o de historiar o impacto dessa sublevação militar de esquerda no Exército. Militarmente, o movimento foi um fracasso, a derrota para as forças legalistas foi quase imediata, o movimento durou cinco dias em Natal, dois dias em Recife e algumas horas no Rio de Janeiro. A historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna, que se debruçou sobre o tema fornece-nos uma boa descrição do evento do ponto de vista militar: “Os revolucionários de 1935 [...] iludiram-se tanto, que ao estudar suas ações temos a impressão, às vezes, de penetrar num mundo demencial⁵²”. É importante apontar algumas observações conjunturais em torno do absoluto malogro da sublevação militar de ímpeto tenentista de 1935. Além do viés revolucionário centrado exclusivamente no corpo militar, sem qualquer articulação consistente com os trabalhadores civis, o Exército, de fato, não se caracterizava pela fragilidade dos anos de 1920, a organização militar já possuía uma doutrina moderna que possibilitou de um lado, uma resposta militar rápida e eficiente e de outro, inviabilizou qualquer agenciamento de esquerda mais expressivo na instituição. Em outras palavras, a identidade conservadora, enfatizada pela formação militar francesa, fechou a instituição a qualquer ameaça identitária mais radical.

⁵¹ ARAGÃO, José Campos de. **Prefácio: Lembrai-vos de 35!** 1981. p.20.

⁵² VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935...** 2007. p.400.

Nas revoltas tenentistas anteriores a Escola Militar sempre acompanhou os sublevados, porém na novembrada conduzida por militares de esquerda, os cadetes presenciaram a tudo no mais absoluto silêncio. O trabalho de agenciamento político na Escola Militar já fazia parte das práticas formuladas pelo tenentismo político, quando a Coluna Prestes internou-se na Bolívia, parte dos líderes militares dos sublevados encontravam-se no Prata, de onde, segundo Agildo Barata, enviavam à Escola Militar emissários a fim de ampliar a conspiração. A Escola Militar do Realengo era o local mais aberto à doutrinação conspiratória, pois representava um espaço militar em que os corpos ainda não estavam completamente enquadrados. De forma que antes de 1930 já existia um comitê de alunos pró-tenentismo organizado na Escola Militar⁵³. Ou seja, o clima político na Escola Militar era verdadeiramente uma realidade militar, embora, a partir da doutrinação francesa, passa a ser, cada vez mais, uma realidade perniciosa a ser combatida ordinariamente.

Com a Revolução de 1930, os efeitos doutrinários franceses passam a ser mais evidentes. O comando da Escola Militar de Realengo passa a criar as condições disciplinares no sentido de enquadrar os corpos discentes, num campo físico e simbólico, favorável à nova realidade fabricada. O comandante da escola, logo após a revolução, define a contribuição dos cadetes, dirigindo as seguintes palavras: “Se dentro de vossos muros não há mais lugar para especulações filosóficas e políticas, representais, entretanto, notável potência combativa a serviço das mais altas virtudes cívicas, emanadas do dever profissional militar⁵⁴ [...]”. Entre 1930 e 1934 a Escola Militar de Realengo sofre um acelerado processo de normalização, efetivando a proposição doutrinária francesa de ensino militar. Todas

⁵³ BARATA, Agildo. **Vida de Um Revolucionário**. 1954. p.80.

⁵⁴ CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa...** 1985. p.42.

as mudanças foram no sentido de ajustar os cadetes à profissionalização militar, o que em síntese, forja um militar mais militarizado, identificado com a política da instituição e com a defesa do Estado – um corpo mais conservador. É importante destacar que estas mudanças não ocorreram sem a resistência e a rebelião dos cadetes, visto que o enquadramento militar se efetivou com extrema violência, gerando inclusive muitos desligamentos de alunos⁵⁵. O Sonho de uma Escola Militar de modelo francês a partir do comando de José Pessoa passou a tornar-se realidade. Em face disso, a rebelião de 1934 representou uma resposta dos cadetes ao excesso de disciplinamento, porém a inexistência de elemento político-ideológico confirma, em parte, o fechamento, antes de 1935, de um ciclo revolucionário de inspiração tenentista no interior da Escola Militar.

Em face disso, a estrutura militar estava, no momento da sublevação tenentista de esquerda, absolutamente capaz de responder à quebra de hierarquia. A mobilização do comando da Escola Militar de Realengo, frente aos acontecimentos de novembro de 1935, isolando os cadetes de qualquer resposta revolucionária e mantendo o silêncio disciplinar, traduz o contexto político-militar de institucionalização da ordem hierárquica. Assim, o tenente Augusto Olivier ao receber ordem do PCB de organizar a revolução no interior da escola, encontrou o espaço escolar em prontidão, não podendo nada fazer. Quando conseguiu a adesão de um pequeno grupo de cadetes, tentou esboçar um levante, mas foi imediatamente sufocado⁵⁶.

Enfim, ao contrário do exército russo, que estava em frangalhos quando da revolução bolchevique de 1917, o Exército no Brasil, tinha uma estrutura militar

⁵⁵ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um Olhar à Esquerda...** 2002. p.67.

⁵⁶ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935...** 2007. p.347.

relativamente forte, o que em grande parte inviabilizou o último estrondo tenentista no país. Realmente, as próximas ações político-militares passaram a ser de cima para baixo, resultado de decisões do topo da hierarquia. O malogro militar da rebelião de novembro, paradoxalmente, foi incorporado à cultura militar, num contexto de medo, como exemplo real do “perigo vermelho” que ameaçava o país. Em outros termos, o anticomunismo passou, principalmente, a partir de 1937, a fazer parte da realidade fabricada institucionalmente. Diante disso, passa-se da fase das “manifestações anticomunistas”, evidenciada por pronunciamentos militares contrários ao comunismo, para a fase do “anticomunismo doutrinário”, caracterizada pela incorporação, pela instituição, dos comunistas como inimigos obscenos de guerra, verdadeiros monstros político-militares. Assim, a doutrina militar profissional passou a incorporar o anticomunismo à identidade militar conservadora.

O anticomunismo militar, de fato, foi uma realidade fabricada, num contexto externo e interno extremamente favorável. O anticomunismo na década de 1930 já era uma realidade política fora e dentro do país. Se a Revolução Russa de 1917 proporcionou apenas espectros, o não-abatimento da República Stalinista frente à grande crise econômica de 1929, conduziu a passagem do espectro à categoria de monstro político – fazendo do “perigo vermelho” uma ameaça real. Enquanto que no interior da caserna, o anticomunismo, passou a constituir-se como elemento de coesão da instituição, apartando qualquer corpo dissidente no meio militar. Com certeza, a ele vai se recorrer, amiúde, como mecanismo de obtenção da ordem político-militar.

Entretanto, o anticomunismo não deve ser visto como o resultado natural ou inerente à condição militar. Pois quando historiamos o “perigo vermelho” no Exército, percebemos que ele só aparece na instituição posteriormente a 1935, e mesmo

assim, em intensidade variada, até transformar-se em ação doutrinária a partir do Estado Novo. A fonte do anticomunismo militar encontrava-se na chamada “Revolução Comunista”, um exemplo contundente no meio militar de ameaça da ordem político-militar. Destarte, o anticomunismo assumiu a forma militar como resultado de mudanças importantes no plano institucional que se intensificaram depois da Revolução de 1930, forjando uma identidade militar de tom “realista conservador”.

Em termos efetivos, o evento sequer balançou a estrutura militar; no Exército naquele momento vivia-se intensa militarização, quando o comparamos com as décadas anteriores, o que, objetivamente, isolou completamente a ação político-militar dos “tenentes de esquerda”. Nelson Werneck Sodré, que na época servia no interior de São Paulo, fornece-nos um quadro importante do fechamento institucional do período:

A verdade é que o ambiente de tensão em que vivia o país não nos atingia. Penso que não constituíamos exceção, era o que acontecia nas guarnições do interior; a tensão chegava ao máximo no Rio de Janeiro, com temperatura bem menos acentuada em São Paulo e outras capitais. O Serviço nos absorvia de tal forma que a vida era do quartel para a casa e de casa para o quartel, com os pequenos problemas ocupando-nos inteiramente a atenção. Não sobrava tempo para outras cogitações. Eu lia jornais, diariamente, os de São Paulo, pelo menos o Correio Paulistano, desde que passara a seu colaborador sistemático, efetivo, em 1934. Mas não guardo a menor lembrança de tensão, daquele clima que antecede as tempestades, que as anuncia. O movimento de 1935, assim, apanhou-me inteiramente de surpresa. No primeiro momento não lhe dei importância: era mais um levante⁵⁷ [...].

Verdadeiramente, bem diferente, das décadas anteriores, em que os oficiais iam para o quartel como se fossem ao clube⁵⁸. O tempo agora era administrado de forma a impossibilitar práticas militares deslocadas dos objetivos da instituição. Os

⁵⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo...** 1986 p.144.

⁵⁸ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade...** 2000. p.86.

militares, principalmente os oficiais subalternos e praças, viviam num contexto de esgotamento do tempo, ocupados com os assuntos burocráticos e com as atividades belicosas. Com efeito, na medida em que a doutrinação francesa passou a ser uma realidade, os corpos militares foram enrijecendo-se militarmente, como consequência tornaram-se corpos dóceis no campo político.

O primeiro pronunciamento importante de tom anticomunista publicado no *Boletim do Exército* ocorreu nos primeiros dias de 1936, após a sublevação político-militar de expressão comunista do ano anterior. Nele já podemos perceber que o perigo comunista, essencialmente, advindo do corpo militar, passa a ocupar uma posição proeminente nas questões de Estado e na própria instituição militar. A saudação do Presidente Getúlio Vargas, publicada por ordem do Ministro da Guerra em 5 de janeiro, inaugura uma longa história dos discursos anticomunistas nos Boletins do Exército. Conforme o Presidente da República:

Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amorável de nossa terra e de nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-las antes que fosse demasiado tarde para reagirmos em defesa da ordem social e do predomínio moral da Nação. Alicerçando no conceito materialista da vida, o comunismo constituiu-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. A luz da nossa formação espiritual só podemos concebê-lo como aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura Ocidental [...]. Padrão eloquente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil tivemos-lo nos episódios da baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatros as ruas de Natal e de Recife, durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como na rebelião de 27 de novembro, nesta Capital, como o registro de cenas de revoltante traição, e até assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos. A ação rápida e vigorosa das forças armadas, repelindo e dominando, nesse lance lamentável, as ambições e o desnorteamento de alguns maus militares, foi exemplarmente patriótica. A Punição dos culpados e responsáveis pelos acontecimentos de novembro impõe-se, como ato de estrita justiça e de reparação, como exercício legítimo do direito de defesa da sociedade, em face da atividade criminosa e organicamente anti-social dos seus inimigos declarados e reconhecidos. Impõe-se ainda mais, pelo dever que o Estado tem de salvaguardar a nacionalidade, atacada e ameaçada pela decomposição bolchevista. Torna-se indispensável, também, fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas

aptidões de percepção e de inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho [...] ⁵⁹.

Depois de 1935, medidas foram tomadas a fim de reprimir os militares que participaram da sublevação. O evento passou a ser paulatinamente supervalorizado. O primeiro ato significativo foi o de expurgo do Exército Nacional dos militares de esquerda que atuaram na revolta. Em 31 de dezembro de 1935 foi anunciado o Decreto nº 558 que compreendia o contexto político como o de iminente ameaça comunista. O decreto sustentava-se com base na Emenda nº 2 da Constituição Federal, em virtude da mudança na legislação, além dos oficiais sublevados, um número significativo de oficiais foram expulsos do Exército por meio desta emenda. O próprio Góes Monteiro não concordava com a arbitrariedade da norma, pois tornava o clima na instituição mais tenso⁶⁰. Esta exclusão somou-se ao projeto que se descortinou na década de 1930, que visava à unidade da instituição dentro de moldes conservadores. À eliminação dos militares identificados com o liberalismo político (reformistas) efetivada após a Revolução Constitucionalista de 1932, juntou-se a exclusão dos militares revolucionários de esquerda. Sendo que a política militar conservadora conseguiu fabricar uma realidade que impôs o Exército como única força capaz de garantir a ordem nacional⁶¹. A exclusão do Exército dos oficiais envolvidos na sublevação político-militar de esquerda foi apresentada nos seguintes termos:

Atendendo a que segundo dispõe a emenda nº 2, da Constituição da República, o oficial que participar de movimento subversivo das instituições políticas e sociais perderá a patente e posto. [...] Os oficiais abaixo indicados foram presos de armas na mão, no ato de sublevação a que se fez referência, conforme se apurou em Inquérito Militar.

Resolve: Art. 1º É cassada a patente com consequência perda de posto, dos seguintes oficiais: capitão Agildo da Gama Barata Ribeiro, capitão Álvaro Francisco de Souza, Capitão José Leite Brasil, 1º tenente Celso

⁵⁹ Boletim do Exército, nº 1 de 1936.

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.82.

⁶¹ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964...** 2003. p. 104.

Tovar Bicudo de Castro, 1º tenente Anthero de Almeida, 1º tenente David Medeiros Filho, 1º tenente Manoel da Graça Lessa, 1º tenente Durval Miguel de Barros, 1º tenente Dinart Silveira, 2º tenente Mario de Souza, 2º tenente Joaquim Silveira dos Santos, 2º tenente Antonio Bento Monteiro Tourinho, 2º tenente Francisco Antonio Leivas Otéro, 2º tenente Raul Pedroso, 2º tenente José Gutman, 2º tenente Humberto Baena de Moraes Rego, capitão Sócrates Gonçalves da Silva, capitão Agliberto Vieira de Azevedo, 1º tenente Benedicto de carvalho, 2º tenente Ivan Ramos, Ribeiro, 2º tenente Dinarco Reis, 2º tenente José Gay da Cunha e aspirante a oficial Walter José Benjamin da Silva⁶².

O Ministro da Guerra, general João Gomes, confirmou, em Boletim, o decreto presidencial, justificando a expulsão desses militares por meio das seguintes palavras: “Esses oficiais, por sua conduta aviltante, faltaram às finalidades sempre sagradas da camaradagem e aos juramentos prestados à Pátria e se tornaram indignos de vestir a farda gloriosa de nosso Exército⁶³”. Ademais, no dia 10 de dezembro de 1936, em ordem do dia do Exército, o ministro homenageia os militares legalistas mortos em 1935, em suas palavras afirma que sem ordem não pode haver progresso e classifica o momento político como o de um sopro de insânia ameaçando os mais nobres ideais da humanidade⁶⁴. Todavia, nelas não encontramos nenhuma expressão de tom anticomunista, o discurso oficial foi da mesma ordem das expulsões das sublevações anteriores. Realmente, de acordo com o fluxo dos documentos político-militares, o anticomunismo militar não acompanhou, no mesmo ritmo, o anticomunismo civil. Foi um processo lento, que partiu do evento de 1935, porém não se estabeleceu imediatamente após a sublevação, os pronunciamentos oficiais anticomunistas somente assumiram a forma de doutrina a partir de 1937, quando paulatinamente incorporaram-se à nova identidade militar.

⁶² Boletim do Exército, nº 1 de 1936.

⁶³ Boletim do Exército, nº 3 de 1936.

⁶⁴ Boletim do Exército, nº 68 de 1936.

É importante sublinhar que em 1936, Mario Pinto Serva publicou outra importante obra de tom anticomunista: “*Democracia e Comunismo*”. Ou seja, o anticomunismo civil caminhava com ritmo acelerado. Nesta obra, o autor demonstra a total incompatibilidade entre a democracia e o comunismo, pois o primeiro representa liberdade e o segundo escravidão. Encontramos também a aproximação do comunismo ao fascismo, numa crítica à esquerda comunista e à direita integralista brasileira. O liberalismo se coloca como a única saída política para o Brasil⁶⁵. De modo real, o anticomunismo, no meio civil, era um fato político contundente, enquanto que no Exército não se apresentou como expressão institucional até o Estado Novo.

O *Boletim do Exército* é fundamental para o entendimento do fluxo das ideias que, vagarosamente, foram transformando o vocabulário militar em gramática anticomunista. Da passagem da ideia de Revolução Comunista a de Intentona, como também a passagem de maus militares a de monstros políticos. A Homenagem do Exército aos militares mortos em combate na defesa da ordem institucional imediatamente após a sublevação comunista de 1935 não estava carregada de anticomunismo, o movimento teve um tratamento próximo ao dos inúmeros atos de sublevação político-militares anteriores. No *Boletim do Exército* de 15 de maio de 1936 foi publicada homenagem individual aos militares mortos em combate aos sublevados de 1935, não foi possível encontrar em nenhum desses documentos qualquer vocabulário anticomunista, por exemplo, na homenagem ao tenente-coronel Misael de Mendonça, morto em combate, no texto encontramos as seguintes palavras:

⁶⁵ SERVA, Mario Pinto. **Democracia e Comunismo**. 1936. p.17.

Faleceu em 27 de novembro de 1935 [...] quando combatia os amotinados de sua unidade, o 3º Regimento de Infantaria. Este ilustre oficial inopinadamente surpreendido pela morte na sagrada missão do cumprimento do dever, deixa gratas recordações ao Exército [...]. Examinando a luz dos fatos a sua conduta por ocasião dos movimentos revolucionários, verifica-se que o portador mostrou-se obediente no cumprimento das ordens que recebeu [...]. Congratulou-se o comando com o portador com a obediência, pela solidariedade moral e pelo rigor com o que se houve, para que resultasse brilhante como foi a vitória da causa que abraçou⁶⁶.

Em substância, a recepção institucional acerca da revolta militar de 1935, nos primeiros anos após o evento, não foram especificamente de caráter anticomunista, não houve grande estrondo no corpo militar. O movimento foi classificado dentro de um quadro geral, de intenso envolvimento de militares com a política civil. Diante disto, as manifestações do Exército nos dois anos posteriores à sublevação militar, apontam para a retirada dos militares da política a fim de que a instituição pudesse exercer a sua política. Na realidade, o comunismo apresentou-se como parte de um problema geral, de quebra de hierarquia, como resultado de certa paisanização num país de intenso regionalismo político. Em 10 de novembro de 1937 o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, publicou em boletim uma “Proclamação ao Exército” diante da conjuntura política nacional.

Agitam-se os órgãos políticos da Nação em busca de uma fórmula que assegure a ordem material e a tranquilidade dos espíritos [...]. Cabe, porém, ao Exército, cabe as forças armadas, não permitir que estas aspirações de paz, de ordem, de trabalho sejam frustradas por eternos inimigos da Pátria e do regime. Paixões partidárias podem entrecocar-se. Conflitos ideológicos podem entrar em ebulição. Interesses pessoais e de agrupamentos podem ressoar em debates. Questões regionais podem ser trazidas à arena política. Tudo isso pode acontecer. Mas de tudo isso o Exército deve estar isento de contaminação. [...] Si os arraiais da política se agitam em busca de uma solução que a todos satisfaça; si na impossibilidade de atingir o fim almejado, recorrem a medida de exceção [...] – o espírito público contrata em uma tranquilidade aparentemente paradoxal. E isto porque? Porque o Exército, as forças armadas da Nação, mostram-se coesas e circunscritas a suas legítimas finalidades. Guardiões da ordem interna, atentas e vigilantes, isentas de paixões e de ódios,

⁶⁶ Boletim do Exército, nº 27 de 1936.

prontas para atenderem ao primeiro comando dos chefes, é assim que a sociedade as vê e é por isso que nelas confia⁶⁷.

Objetivamente, nessa proclamação não há qualquer menção ao “perigo vermelho”, a questão política nacional foi apresentada de forma geral, nada de específico sobre a ameaça da ordem pelo viés comunista. Há um silêncio nos boletins que destoa do anticomunismo civil que na época já era muito forte. No ano de 1937 dois documentos importantes de caráter anticomunista, foram produzidos no Exército. O primeiro foi uma circular aos Comandantes de Regiões e Diretores de Serviços do Ministério da Guerra, em que ficava evidente o “perigo vermelho”, de todos os perigos que ameaçam as forças armadas e a Nação, consoante Eurico Gaspar Dutra – Ministro da Guerra – “é sem a menor dúvida, o comunismo o mais temível [...]”⁶⁸. O segundo documento foi uma mensagem elaborada em conjunto entre os dois ministros militares ao Presidente da República, com o objetivo de retorno ao estado de guerra, a ameaça comunista permeia todo o documento, a mensagem carregada de impacto fruto do “Plano Cohen” – documento que na época representava um verdadeiro plano de ação comunista contra o país – era uma espécie de apresentação de apoio político-militar a qualquer medida autoritária com o propósito de garantir a ordem política⁶⁹. Assim, o silêncio foi substituído pelo estrondo do Estado Novo, mais especificamente, por uma política de Estado com a colaboração dos chefes militares Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra que forjou uma identidade militar moderna inclinadamente anticomunista. O comunismo passou a apresentar-se como o único perigo nacional, uma espécie de imensa caixa onde todos os problemas político-militares eram ali depositados. O contexto era favorável,

⁶⁷ Boletim do Exército, nº 62 de 1937.

⁶⁸ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p.37.

⁶⁹ Ibid., p.43.

a estrutura político-administrativa do Estado de caráter autoritário possibilitou a centralização necessária para que o Exército pudesse avançar de forma acelerada na consolidação de um corpo institucional verdadeiramente militarizado e de extensão nacional. A constituição de 1937, revogou a medida que cassava a patente dos oficiais envolvidos em sublevação, o que reduziu a tensão político-militar no interior dos quartéis, contudo foi incorporada a proposta de Góes Monteiro que proibia o voto a todos os militares da ativa. Também, foi retirada a cláusula “dentro da lei”, atrelando as Forças Armadas à absoluta obediência ao Presidente da República. Por certo, estas medidas apartaram, em larga medida, o contato entre oficiais e civis. O objetivo dessa normalização, de acordo com Góes Monteiro, era o de admitir a atuação do Exército “como força militar em bloco”, sem atos de quebra de hierarquia⁷⁰.

O Estado Novo forneceu as condições necessárias ao Exército a fim de modernizar em conjunto e de forma rápida a instituição. O autoritarismo que eliminou a política partidária na sociedade em geral, facilitou a despartidarização dos militares, permitindo ao grupo militar hegemônico a consolidação do pensamento conservador. Os militares passaram a fazer a política da instituição. O novo governo possibilitou a transformação de militares em atores políticos. Dos 87 interventores estaduais, 40 tinham sítio militares e nos diversos escalões do governo federal havia a presença de militares⁷¹. Houve, nesse governo, uma total conciliação entre os interesses do Estado e os do Exército. Em suma, foi um regime autoritário de estrutura civil-militar. O Exército passou a efetivar a construção de um pensamento institucional dominante, o que implicou a criação de um conjunto de conceitos e de regulamentos que apresentassem um pensamento estruturado com base cognitiva

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.82.

⁷¹ Ibid., p.108.

capaz de disciplinar os corpos no interior dos quartéis. O Exército passou a ter condições de limitar o pensamento individual e, também, de adaptar os corpos à sua doutrina institucional. Porquanto, as instituições dirigem sistematicamente o pensamento individual e canalizam as percepções para formas compatíveis com as relações que elas julgam convenientes⁷².

Em 19 de agosto de 1937 foi aprovado por Getúlio Vargas um novo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)⁷³. Este regulamento foi de fundamental importância, pois forneceu à instituição o equilíbrio necessário à administração militar. A normalização hierárquica passou a ocupar papel relevante no Exército. O RDE de 1937, comparado com o de 1920, foi mais abrangente, trouxe um conjunto de artigos que praticamente regulavam todas as ações militares. O RDE traduz as tecnologias de poder que objetivam estruturar uma sociedade efetivamente disciplinar no Exército. De acordo com Nelson Werneck Sodré: “Em outros tempos, era o RISG, que regulava as punições [...]. Apareceu, depois, o Regulamento Disciplinar do Exército, conhecido pela sigla RDE: ampliou muito o assunto, detalhando-o, mas inovou pouco⁷⁴.” Entretanto, foi este detalhamento, restringindo as práticas militares a um campo determinado, que possibilitou o ordenamento da instituição para efetivar a política do Exército. Porém, foi no Estado Novo que houve a aprovação do Regulamento Disciplinar que com base no anterior, trouxe toda uma estabilidade normalizante para o Exército. Aprovado em 23 de fevereiro de 1942⁷⁵, mais acrescentou, do que alterou o RDE anterior. Não foi parcimonioso na definição dos conceitos. Efetivamente, o RDE conjugou-se como manual específico da disciplina militar, carregado de detalhes, aborda o universo de práticas militares que

⁷² DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 2007. p.98.

⁷³ Regulamento Disciplinar do Exército, 1937.

⁷⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo...** 1986 p.135.

⁷⁵ Boletim do Exército, nº 11 de 1942.

devem ser rigorosamente executadas, como também normaliza a partir de punições (de acordo com a gravidade) todo o ato contrário à ordem institucional. No Art. 2º do RDE o conceito de disciplina é definido da seguinte forma:

A disciplina é o exato cumprimento dos deveres de cada um, em todos os escalões de comando e em todos os graus da hierarquia, que confere, progressivamente, autoridade ao de maior graduação ou posto, ou ao investido em cargo mais elevado, culminando no Presidente da República, chefe supremo das forças armadas do país. A disciplina e a hierarquia constituem a base das instruções militares⁷⁶.

O RDE reformulado no Estado Novo teve longa validade, sendo praticamente intocado até a constituição de 1988. O que o difere substancialmente das estruturas disciplinares anteriores é o deslocamento das questões de quebra de hierarquia do conjunto da administração geral do Exército, ou seja, do RISG (Regulamento Interno de Serviços Gerais) – assim, a disciplina passou a ter um regulamento próprio, garantindo autonomia com o propósito de estender-se no detalhe das práticas militares. Fundamentalmente, o contexto, nesse momento, era extremamente favorável à construção de um exército em que a disciplina e a hierarquia passavam a constituir a base das instruções militares. Momento de intensa verticalização do poder, baseado no princípio da subordinação que implicava todos os graus da hierarquia militar. O RDE é uma espécie de fonte normalizante que referenda as práticas militares. Sem dúvida, foi por meio do *Regulamento Disciplinar do Exército* que toda uma conduta identitária se forjou. O peso normalizante se fez mais eficazmente entre os oficiais subalternos e praças, tanto que, *grosso modo*, nos movimentos político-militares posteriores não houve a presença significativa desses militares. A ameaça à coesão militar passou a ser representativa dos oficiais

⁷⁶ Ibid., nº 11 de 1942.

superiores e de generais. Atuando no jogo de forças a fim de apresentar-se politicamente como vontade institucional.

O RDE representou para a instituição a fonte de apoio para a normalização institucional. Ao lado do anticomunismo militar, o RDE, por sua riqueza de detalhes, limita e regula todas as práticas individuais na caserna, proporcionando um controle maior sobre os corpos. Em outros termos, assim como o anticomunismo militar, que classificava todo o corpo desviante como anormal (portanto antimilitar), do RDE não escapava qualquer desvio de conduta. É claro que a simples existência de normas não assegura sua execução, foi preciso um contexto favorável, de intenso autoritarismo, para que, efetivamente, se criasse uma cultura disciplinar sob e égide do RDE.

O anticomunismo primeiramente se estabeleceu entre os militares como resultado de uma visão profissional conservadora, que posteriormente assumiu a forma de doutrina institucional. Quando Nelson Werneck Sodré precisou qualificar politicamente o general José Pessoa, diante do estabelecimento do Estado Novo no país, ele revela uma tendência militar, essencialmente, entre os oficiais superiores e generais: “Como quase todos, àquela época, era anticomunista⁷⁷”. O que explica a adesão dos militares ao projeto autoritário de Estado, mesmo não sendo o caso de José Pessoa, pois o “perigo vermelho” foi o elemento relevante para a ação civil-militar com o propósito de garantir a ordem política. De fato, o topo da hierarquia militar já era anticomunista antes da instituição estabelecer a doutrina. Malograda a tentativa revolucionária dos militares subalternos de esquerda, duas linhas ideológicas conservadoras assumem a hegemonia da instituição: ambas de concepção anticomunista e profissional, porém uma de tom mais profissional do que

⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo...** 1986 p.161.

anticomunista, fiéis à hierarquia e à disciplina, enquanto que a outra, de caráter inclinadamente anticomunista e menos profissional, prontas a qualquer momento a intervir na política civil. São essas matrizes ideológicas que irão, a partir do Estado Novo, conduzir o processo de construção da identidade militar e da própria instituição. Absolutamente, não se trata de partido ou grupo político militar, mas de ideias dominantes que empolgaram o Exército de acordo com o contexto político nacional. Com efeito, é impossível dividir essas concepções em grupos de luta interna por posições privilegiadas de poder na caserna, na medida em que profissionalismo e anticomunismo se acoplaram, sendo que o que definiu a importância de cada um foi a possibilidade de manobra interna do grupo hegemônico conservador diante de um contexto político nacional favorável.

As reformas militares, anteriores ao Estado Novo, paulatinamente estabeleceram-se como realidade institucional a partir da década de 1930, possibilitando ao Exército a formação de uma instituição militar moderna, em contexto de aburguesamento da sociedade brasileira, o que resultou na criação de um espaço conservador por excelência - implicando a consolidação de uma identidade militar conservadora. Logo, o anticomunismo, num contexto político de acentuado agenciamento, passou a incorporar-se quase que naturalmente à instituição, dentro de uma visão realista e conservadora da política. Contudo, o anticomunismo militar não pode ser visto como um subproduto do anticomunismo civil, mesmo utilizando-se das mesmas representações em torno do “perigo vermelho”, as práticas derivadas dessas representações tinham objetivos internos específicos, de coesão da tropa, a fim de assegurar ao Exército o poder político institucional.

Dentre as publicações militares de caráter absolutamente anticomunista, a que inaugurou incisivamente a fase doutrinária foi a obra “*Em Guarda! (Contra o Comunismo)*” publicada em 1938. Trata-se de uma compilação de pronunciamentos, civis e militares, anticomunistas de publicação da Biblioteca Militar, como parte da coleção “obras de educação”, de acordo com o prefácio: “É um brado de consciência, espontâneo, partido de várias bocas, emitido em vários idiomas, expressão simbólica de sentimentos bons que se contrapõem à maldade humana⁷⁸”. Os textos apresentados, grosso modo, concentravam-se entre os anos de 1935 e 1937, da plêiade de artigos nacionais, num total de trinta e seis, apenas sete artigos foram produzidos por militares. De certa forma, evidencia os primeiros momentos do anticomunismo militar, sem eminentes documentos anticomunistas a serem compilados.

Outrossim, o Ministério da Guerra publicou, nos primeiros anos de 1940, uma espécie de manual anticomunista intitulado “*Em Memória das Vítimas do Comunismo no Brasil*”⁷⁹, consolidando o anticomunismo doutrinário no Exército. O documento de caráter reservado (para execução ostensiva) tinha como objetivo o de normalizar a partir de um programa a ser observado em todas as guarnições os eventos em memória às vítimas do comunismo no Brasil em 1935. A partir da regularização do tempo, dividindo-o em três partes:

1ª Parte – durante a primeira quinzena de novembro, deveria haver preleções nos quartéis, realizadas pelos comandantes e por oficiais por eles designados, destinadas a oficiais e praças. Os temas das preleções dividiam-se em dezessete pontos, dentre os quais o de estudar o totalitarismo do regime comunista, mostrar

⁷⁸ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p.5.

⁷⁹ MINISTÉRIO DA GUERRA. **Em Memória das Vítimas do Comunismo no Brasil**. 1945. p.3.

que o regime comunista é tirânico e que os chefes são senhores absolutos e o povo escravo, reviver as atrocidades durante a revolução comunista, analisar a amoralidade da doutrina comunista e seus conceitos sobre família, religião e liberdade, alertar que a técnica comunista é a de infiltração traiçoeira, mostrar que o comunismo é uma ameaça à soberania de nosso país, etc.

2ª Parte – durante a segunda quinzena de novembro, haveria a distribuição às unidades (para oficiais e sargentos) de uma 2ª edição do livro “*Em Guarda! (contra o Comunismo)*”, editado pela Biblioteca Militar em 1938, acrescido de um 2º volume contendo as orações proferidas por várias autoridades, em anos sucessivos, nas comemorações de 27 de novembro. Também envolvia a distribuição de folhetos e documentos de combate ao comunismo, enviados aos quartéis para que multiplicassem as edições, fazendo distribuição à tropa e à sociedade civil. Estes folhetos configuravam-se propaganda anticomunista, de simples assimilação, sentenças curtas em torno da incompatibilidade do comunismo para o Exército e para o país. Por exemplo, podemos citar entre estes folhetos um que se intitula “*Detesto o Comunismo*”, de início há uma recomendação: “brasileiro, lê, decora, copia e envia a teus conhecidos, amigos e inimigos”. Logo depois, um conjunto de vinte e um pontos de afirmações de caráter anticomunista.

3ª Parte – no dia 27 de novembro, deveria haver missas em memória das vítimas do comunismo, mandadas celebrar pelo corpo de tropa, em todas as guarnições, com a presença de militares e da população civil. Ademais, haveria sessões cívicas comemorativas, com oradores civis e militares, promovidas por autoridades locais (civis e militares) em todas as guarnições. Na Capital Federal e nas sedes dos Comandos das Regiões Militares, deveria organizar-se um programa especial a cargo dos respectivos comandantes.

Ao final do Estado Novo já havia uma consistente doutrina anticomunista no Exército, o anticomunismo militar tomou corpo institucional. O documento “*Em memória das Vítimas do Comunismo no Brasil*” nos proporciona uma razoável imagem das práticas anticomunistas produzidas na instituição. A partir dele podemos inferir toda uma doxologia anticomunista militar, em poucas palavras, o evento de 1935 foi cuidadosamente normalizado com o propósito de produzir efeitos de poder anticomunistas dentro e fora da instituição. A memória de 27 de novembro transformou-se em monumento de poder, com objetivos político-militares evidentes. A coesão militar passou a apoiar-se na alteridade comunista e na valoração da instituição no plano político, assim, externamente tornava-se possível agir em nome da nação, graças à fabricação de uma realidade que a colocava como a única máquina possível para o combate ao comunismo.

A partir do Estado Novo o anticomunismo militar passou efetivamente à fase doutrinária, momento em que se utilizou de mecanismo de agenciamento institucional, buscando expressar a absoluta incompatibilidade do comunismo com a condição militar. O anticomunismo do Exército apresentou-se como uma máquina de coesão institucional, que classificava e deslocava todo o corpo desviante. O evento militar de 1935 foi, sem dúvida, a matriz ideológica do anticomunismo militar; os militares conservadores transformaram o evento em monumento. Efetivamente, os textos que relembram este momento histórico não são simples documentos que traduzem a ojeriza militar aos comunistas, mas representam monumentos de ação político-militar que possibilitaram erigir práticas políticas que sustentaram as transformações no interior da instituição. Esses documentos apresentam-se como estratégias de controle político na forma de verdadeiros panótipos modernos que enquadram a todos, de tal forma que deles não escapava ninguém. Como, segundo

Michel Foucault, não há exercício de poder sem uma economia dos discursos que reivindica a verdade, o anticomunismo militar foi, por certo, uma economia política dos discursos a respeito da verdade institucional, por meio do qual funcionavam as relações de poder⁸⁰. Efetivamente, foi esta economia política que garantiu uma estrutura institucional capaz de apresentar um pensamento dominante que resultou numa identidade específica de cunho profissional e anticomunista.

2.2 A BANALIZAÇÃO DOS CORPOS MILITARES DESVIANTES

Dos efeitos de poder referentes ao anticomunismo militar o mais imediato foi, sem dúvida, o da banalização dos corpos de esquerda. A fonte de toda a banalização concentrou-se na comemoração de 27 de novembro, na chamada “Revolução Comunista”, que amiúde foi ressignificada para atender às necessidades do presente, pontuou todo um imaginário de repulsa ao comunismo⁸¹. A normalização político-militar do evento proporcionou a coesão institucional que garantiu o esmagamento, paulatino, dos corpos desviantes no meio militar. De forma que o anticomunismo militar passou a sensibilizar o corpo institucional, favorecendo a ação corporativa em defesa da própria existência do Exército como organização moderna.

A ameaça comunista a partir do Estado Novo foi posta pela instituição como um perigo real, que, essencialmente, ameaçava a instituição com a infiltração de

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 1999. p.28.

⁸¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p.3.

agentes perniciosos. Com relação ao “perigo vermelho” é preciso tecer algumas considerações: primeiramente, em termos concretos o comunismo no Brasil, como era apresentado pelos anticomunistas, se encaixaria numa longa história do medo que as elites tinham das forças populares, nada mais do que isto. No entanto, após a sublevação político-militar de 1935, o comunismo apresentava-se para os anticomunistas e comunistas como uma possibilidade realmente existente de estabelecer-se no país. Nesse sentido, em suma, o comunismo encontrava-se dentro de um universo de possibilidades concretas. Assim, o “perigo vermelho” pôs, objetivamente, os militares “em guarda” contra toda possibilidade de comunização do Brasil. Além disso, como já foi dito, o anticomunismo militar atuou como instrumento político-militar de coesão institucional e de barganha política de intervenção sobre o próprio Estado. Para isso, foi fundamental a transformação do comunismo em potencial inimigo militar, utilizando-se das representações anticomunistas já existentes no meio civil. Certamente, o anticomunismo militar só foi possível num contexto geral, absolutamente favorável – momento de tensão social, em que o medo do “perigo vermelho” empolgava a sociedade como um todo. O general Newton de Andrade Cavalcante, em setembro de 1937, representando a instituição, traduz a mentalidade conservadora frente a este perigo: “Não existiu e nem existe em todo o curso da nossa História e creio, mesmo, que da Universal, um período tão cheio de apreensões e perigos e tão pontilhado de indecisões como o que estamos vivendo⁸²”. O medo da ameaça comunista agenciou a opinião pública, inclusive a militar, no sentido de relativizar a liberdade política moderna.

A banalização dos corpos militares dissidentes, dos oficiais subalternos que participaram da sublevação de novembro de 1935, teve presença importante na

⁸² ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em Guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p. 214.

economia dos discursos de verdade apresentados nos documentos militares a partir do Estado Novo. Naturalmente, estes corpos foram banalizados, na medida em que a fonte do anticomunismo encontrava-se naquela sublevação. De forma que a banalização da esquerda política apresentou o militar de esquerda a partir de uma imagem obscena. Um verdadeiro monstro político. O comunismo no meio militar passou a ser incompatível com a condição militar, de acordo com o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra: “[...] aquele que o pratica ou dele se mostra adepto, oficial ou soldado, enxovalha a farda que veste, é indigno de ostentar o uniforme e conduzir as armas que a Nação lhe confiou [...]”⁸³. Houve de fato uma marcação territorial, a construção de um espaço em que o comunismo ou qualquer noção correlata, apresentava-se como um câncer, doença maligna, que levava qualquer corpo à morte.

Assim, o anticomunismo militar postou-se como elemento vital ao corpo institucional, pois assegurava a formação de anticorpos para a proteção da instituição. Nessa visão, a corporação deveria constituir uma linha de defesa e expelir do Exército todo o corpo estranho – o corpo dissidente, o anormal. Nesse sentido, foi fundamental a banalização de todo o corpo dissidente, tendo como ponto de partida a transformação dos militares de esquerda de 1935 em monstros políticos – corpos indignos, traidores em potencial –, deslocados de qualquer noção de camaradagem militar. Em suma, o primeiro monstro político significativo no Exército foi o monstro militar de esquerda, aquele que através da “Intentona Comunista de 35”, ou melhor, de um “intento louco” – um motim militar – ameaçou a ordem na caserna investindo contra a hierarquia e a disciplina. Obviamente, não foi o primeiro caso na instituição; no entanto o evento foi elaborado ideologicamente a fim de

⁸³ CARVALHO, Ferdinando de. **Lembrai-vos de 35!** 1981. p.164.

produzir na tropa um sentido monstruoso. Dessa forma, a traição aos irmãos de arma, o ataque na escuridão da noite, a perfídia da ação, foram práticas acentuadas nos discursos militares – elementos importantes para a construção do monstro militar de esquerda. Naturalmente, a camaradagem é inalienável ao militar; portanto a quebra desse valor representa um ato torpe, infame e obsceno, em outras palavras, só um monstro seria capaz de cometer tal quebra.

É evidente, no anticomunismo, a banalização da esquerda e de seus seguidores. Entre os militares não foi diferente; porém não podemos reduzir o anticomunismo militar à mera banalização dos corpos dissidentes, pois a banalização remete-nos às relações de poder que por meio institucional asseguraram mudanças importantes no Exército brasileiro. Dito de outro modo, a banalização dos corpos apresenta-se-nos como indício de práticas de poder no interior dos quartéis. E essas práticas apontam na direção de uma cultura político-militar que por meio da banalização dos corpos desviantes viabilizou a existência de uma instituição militar capaz de colocar-se como vanguarda da ordem e do progresso nacional. Destarte, o anticomunismo militar não pode ser reduzido à simples banalização de tudo o que se refere ao comunismo, na medida em que ele carrega elementos normalizantes, fundamentais, para a compreensão da organização do Exército como instituição e como ator político a partir do Estado Novo.

No contexto da banalização ordinária dos corpos militares de esquerda, a monstrualização como representação política foi recorrente. O sentido monstruoso do comunismo era o que sintetizava toda a rejeição institucional. Nada singular ao Exército, a monstrualização do comunismo estava presente, também, nos discursos civis. Ademais, a monstrualização do “outro” que ameaça a ordem identitária não é

um tema novo na história. A História Medieval está carregada de momentos de monstrualização da alteridade ameaçadora; os muçulmanos foram, amiúde, transformados em caricaturas demoníacas na Europa⁸⁴. No entanto, a monstrualização moderna, a construção política do “anormal”, apresenta-se como um fenômeno recente. A propósito disso Michel Foucault percebe, em seu trabalho de historiador, que esse fenômeno refere-se aos séculos nos quais os burgueses assumem posições privilegiadas de poder, nas chamadas Revoluções Burguesas – momento em que houve a transformação, primeiramente do rei em “monstro político” e depois dos trabalhadores em “monstro popular”⁸⁵. Não convém discorrer sobre seus exemplos documentais e argumentos teóricos (que são muitos), mas o que chama atenção é a estratégia política burguesa que modernamente transforma tudo o que ameaça a ordem estabelecida, em “monstro”. De todos os monstros modernos o “monstro político” é o mais perigoso; assim, o soberano despótico e o povo revoltado são as duas figuras anormais, monstruosas: o rei porque está acima das leis e o povo porque vive abaixo delas. Efetivamente, o criminoso monstruoso é aquele que rompe o pacto social e ameaça a ordem, enfim, aquele que visa à quebra da lei.

Nesse sentido, é que podemos atribuir o conceito de “monstro político” aos corpos dissidentes no interior da caserna, como também aos comunistas em geral. Trata-se de um olhar horizontal sobre as representações e as práticas de poder produzidas no interior da caserna. Com efeito, na visão conservadora militar, estes corpos não passavam de seres monstruosos que ameaçavam a existência da própria instituição. A história da monstrualização dos corpos dissidentes presente no projeto militar dominante, traduz uma cultura político-militar de inclinação

⁸⁴ COHEN, Jeffrey Jerome. **A Cultura dos Monstros...** 2000. p.33.

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. 2001. p.115.

conservadora, portanto anticomunista, que engendrou monstros numa teia de significados, amiúde ressignificada, que amarrava a todos⁸⁶. Assim, é preciso compreender esta cultura político-militar de tom anticomunista por meio dos monstros que ela gerou, pois o corpo monstruoso, segundo Jeffrey Jerome Cohen, é pura cultura. O corpo monstrualizado revela, de forma contundentemente literal, o medo, a ansiedade e a fantasia, o que lhes confere uma vida “anormal” e uma estranha independência frente à natureza humana⁸⁷.

Ao final de 1937, nos primeiros momentos do Estado Novo no país, o anticomunismo militar fez-se presente num estrondo espetacularizado nas comemorações de 27 de novembro. Data, a partir de então, importante do calendário militar. Momento de conjunção de forças militares e civis contrárias à ideologia comunista. Nesta imensa caixa foram depositados todos os problemas políticos do Brasil e também os adversários do projeto conservador. Portanto, o anticomunismo não se reduziu, por parte dos conservadores, ao combate direto aos partidários ou simpatizantes do PCB, mas foi estrategicamente ressignificando todos os corpos dissidentes. Em dezembro de 1935, o coronel Benício da Silva apresentou um discurso importante – mesmo não sendo o do Ministro da Guerra. Esse arrazoado, de certa forma, pontua os primeiros discursos anticomunistas incorporados à instituição. As palavras do coronel acentuam o iminente “perigo vermelho”; o movimento foi qualificado como o de infâmia contra o Exército e a Nação. A banalização dos corpos dissidentes confere a estes monstros uma posição abaixo do inimigo de guerra e um poder de sedução deslocado de qualquer moralidade humana. Estes monstros não se equiparam ao inimigo “normal” do outro lado da fronteira. Assim, conforme o coronel:

⁸⁶ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1989. p.15.

⁸⁷ COHEN, Jeffrey Jerome. **A Cultura dos Monstros...** 2000. p.26-27.

Disse agora certo deputado que estamos frente a um perigo igual ao perigo externo. Engana-se o ilustre parlamentar. Muito maior é a ameaça, pois o perigo externo não encerra no bojo a traição, não nos deixa ao alcance dos golpes dos companheiros de luta ou dos soldados que conduzimos ao combate. No perigo externo sabemos que à nossa frente está o inimigo e mesmo ao nosso lado ou em nossa tenda o estrangeiro, que pode ser o inimigo sempre, em qualquer parte, mas o inimigo leal, destemeroso, movido pelo patriotismo, mesmo quando espião. Mas no caso em apreço, os indivíduos, as massas que eles dirigem e que podem ser os falsos amigos que acolhemos à nossa mesa, as tropas que comandamos, não são inimigos caracterizados; são talvez traidores a quem confiamos e a quem nos entregamos com a mais absoluta confiança⁸⁸.

Este pronunciamento do coronel Benício da Silva foi reaproveitado, num tempo em que este discurso na instituição assumia efeitos de verdade, na compilação de textos anticomunistas publicados pelo Estado-Maior do Exército em 1938. A organização do livro *“Em Guarda! (Contra o Comunismo)”* se deu em 1937, ano de intensa mobilização anticomunista no meio civil e militar. O anticomunismo, naquele momento, consistia na transformação da sublevação político-militar de esquerda de 1935 em monumento de resistência ao comunismo. O evento foi representado numa intersecção de forças entre o campo religioso e o militar. Em setembro foi organizada uma romaria cívica ao cemitério de São João Batista, em visita aos mortos de 27 de novembro de 1935, com o objetivo de deslocar para o presente a memória dos fatos ocorridos naquela ocasião. Desse modo, o evento na forma de monumento anticomunista nacional passou a representar a ojeriza conservadora amalgamando militares e civis. Em texto publicado no *Jornal do Brasil*, Porto da Silveira acrescenta que a romaria não deve ser composta apenas por militares, portanto não se trata de um movimento da classe militar, pois:

Não serão os militares que irão homenagear, num preito de saudade, outros militares mortos. É muito mais do que isso. É a Pátria inteira, por todas as

⁸⁸ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Em Guarda! (Contra o Comunismo)*. 1938. p. 202-202.

suas classes, que irá ao Campo Santo dizer aos gloriosos mortos de Novembro que os bons cidadãos não lhes esquecem o sacrifício⁸⁹ [...].

O Ministério da Guerra se fez presente à romaria cívica. No texto elaborado para a mobilização popular, descreve-se o contexto de novembro de 1935 marcado por dias de tragédia e vergonha, de ignomínia e traição, de desonra e ausência de patriotismo. Os militares de esquerda foram apresentados como um pequeno número de treloucados, que ameaçaram as instituições brasileiras a serviço do comunismo internacional⁹⁰. No dia da romaria, 22 de setembro, o Ministério da Guerra enviou como representante o general Newton Cavalcante, notório anticomunista militar, para discursar em homenagem aos militares mortos em novembro de 1935. Por ordem do Ministro da Guerra esse discurso foi amplamente divulgado no Exército. É fundamental observar no documento as representações anticomunistas e o sentido que elas assumiram num contexto de construção do anticomunismo doutrinário militar. A partir de 1937 o comunismo foi caracterizado como perigo iminente de ameaça às conquistas da civilização cristã. Nesse período, de acordo com o general:

[...] presenciamos a aberração incrível dos homens negarem DEUS, traírem a PÁTRIA, assassinares irmãos em benefício de uma tutela estranha e felaz, combater a FRATERNIDADE para se acumpliciarem, conscientes ou inconscientemente, com essa força apocalíptica que anseia pela realização de uma megalomania loucura de absorção, de escravidão e de extermínio: o COMUNISMO selvagem e sanguinário⁹¹.

O sentido monstruoso do comunismo foi o que orientou praticamente todo o discurso do general Newton Cavalcante; aqueles corpos apartados da vida foram representados como vítimas da miséria, da felonía e da traição do comunismo

⁸⁹ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em Guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p. 205.

⁹⁰ Ibid., p. 211

⁹¹ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em Guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p. 214.

iconoclasta que somente ganha felicidade quando “se sente empapado no sangue generoso e inocente das suas vítimas indefesas⁹²”. O discurso se encerra com a emulação do Exército para que o povo travasse uma luta sem trégua ao comunismo. O momento não era de simples homenagem aos militares mortos em 1935, mas o de intensa monstrualização do comunismo e dos comunistas do presente. A partir dessa romaria cívica, a sublevação militar de 1935, tornou-se um evento importante no calendário militar brasileiro, momento de resignificação constante da memória, com a intenção de conquistar propósitos políticos. Assim, a monstrualização dos corpos de esquerda não dizia respeito ao fato em si, pois estes monstros foram, amiúde, deslocados do momento da convulsão monstruosa que os gerou para o momento presente, imediato de sua recepção – como uma ameaça constante que pode renascer a qualquer momento⁹³.

O anticomunismo brasileiro teve, no evento de 27 de novembro de 1935, o seu monumento de poder, de conjugação de forças entre civis e militares; o comunismo havia passado da condição de mero espectro para o de medo real. A celebração em homenagem aos militares mortos ocorreu durante um longo período da história brasileira⁹⁴. O evento tornou-se um momento privilegiado para o agenciamento anticomunista. Além de atuar como elemento catalisador das forças conservadoras, uma espécie de fonte reguladora da política nacional, o evento serviu para consolidar a visão conservadora e acelerar a modernização militar no interior da caserna. O militar brasileiro moderno agregou em seu universo profissional a doutrina anticomunista. Realmente, o anticomunismo militar atuou como combustível da máquina institucional garantindo a coesão militar nos quartéis

⁹² Ibid., p. 214.

⁹³ COHEN, Jeffrey Jerome. **A Cultura dos Monstros...** 2000. p.27.

⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho.** 2002. p.83.

e consolidando politicamente, para a sociedade civil, o Exército como o único baluarte contra o “perigo vermelho”. Assim, o anticomunismo militar atuou como elemento fundamental na efetivação de práticas político-militares no sentido da despartidarização civil e da abertura na concretização da política do Exército. No plano interno a vigilância sobre os oficiais, por meio da 2ª Seção do Estado-Maior, a partir do Estado Novo, estendeu uma linha territorial que aos poucos foi apartando os militares da política civil⁹⁵.

O impacto imediato da procissão de 22 de setembro foi o da elaboração, um dia após o evento, pelo Legislativo brasileiro, do projeto nº 662 de 1937. Nele o poder Legislativo decretava a construção, no cemitério de São João Batista, de um monumento em homenagem aos oficiais e soldados mortos por ocasião do levante de novembro de 1935; para isso foi organizado um concurso entre artistas brasileiros a fim de efetivar o projeto⁹⁶. A partir desse momento o evento de fato foi institucionalizado e o Exército assumiu o comando do ritual de rememoração dos militares mortos no cumprimento do dever. Na forma o roteiro do evento permaneceu basicamente o mesmo; a partir do projeto de lei organizou-se uma formatura de tropas militares junto ao monumento em memória aos mortos, recepção de autoridades civis e militares (fundamentalmente o Ministro da Guerra e o Presidente da República), canto do hino nacional, colocação de flores aos pés do monumento, discursos e leitura da ordem do dia dos chefes militares e a chamada nominal dos mortos ao som de salvas de canhão⁹⁷. Em todas as guarnições militares o evento também se fazia presente; havia toda uma preparação anterior, com palestras, missas e o encerramento com uma formatura solene. O evento aos

⁹⁵ FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder...** 2005. p.40.

⁹⁶ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em Guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p. 241.

⁹⁷ CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. 2002. p.52.

mortos de 1935 representou o lócus decisivo para onde convergiam as forças conservadoras no sentido de garantir a coesão militar por meio de práticas de significados anticomunistas. Por certo, o anticomunismo militar responde a uma cultura política institucionalizada que, na ditadura do Estado Novo, ganhou cada vez mais possibilidade de formar uma identidade conservadora. A luta contra o “perigo vermelho” conduziu o Exército como ator político de caráter cada vez mais intervencionista. Para isso a banalização dos corpos dissidentes de esquerda passou a acompanhar as representações institucionais.

O evento de 1935 foi mitificado no Exército – basicamente a partir de 1937; as representações acerca dos fatos ocorridos no levante político-militar são verdadeiramente sombrias⁹⁸. O uso ordinário da expressão “Intentona Comunista”, utilizado com intensidade a partir dos anos de 1960, identifica bem o contexto representacional anticomunista. Trata-se de um intento louco posto por monstros militares, seres tresloucados, deslocados da fé cristã e de qualquer moralidade. Contudo, estes monstros não amedrontavam apenas pela ausência dos qualificativos civilizacionais Ocidentais, mas essencialmente pela ameaça constante ao aparato cultural que garante ao indivíduo o exercício da liberdade⁹⁹.

A mitificação do levante militar transferiu o evento do fato para a ficção, porém não nos parece produtivo, tal como numa investigação policial, apontar a “verdade” dos fatos. Há toda uma série de acusações anticomunistas, de assassinatos de forma torpe, que independentemente da ausência de documentação, marca o levante com efeitos de realidade. Na perspectiva da história, a recepção daquele momento de sublevação por parte dos atores políticos, se posta como elemento de

⁹⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p.76.

⁹⁹ COHEN, Jeffrey Jerome. **A Cultura dos Monstros...** 2000. p.40.

compreensão do quadro institucional. Assim, a celeuma anticomunista no corpo institucional não foi imediatamente após a chamada novembrada de 1935; o ano de 1936, referente ao “perigo vermelho”, à parte as manifestações singulares, não foi de grande alarme; a recepção do evento nos quartéis ecoou como mais uma sublevação tenentista. A apresentação do evento, por parte da instituição, como um movimento único de afronta à camaradagem militar – elementos que se voltaram contra os próprios companheiros – não confere com uma cultura de levantes militares de 1922, 1924 e 1930. Em suma, a ideia de traição aos camaradas militares atribuída aos oficiais de esquerda sublevados em 1935 não difere em essência do conjunto de revoltas militares da década anterior¹⁰⁰. Não obstante, houve todo um esforço institucional com o propósito de banalizar os corpos militares dissidentes do projeto conservador, essencialmente imputando a esses militares o assassinato dos companheiros que dormiam.

A ameaça monstruosa, além do evento de 1935, ganhou intensa realidade com a apresentação por parte do governo do Plano Cohen descoberto pelo Estado-Maior do Exército. Na verdade, tratava-se de um documento forjado dentro do próprio órgão militar pelo Capitão Olympio Mourão Filho, que descortinava a estratégia comunista de tomada do poder político nacional. Em 30 de setembro de 1937, poucos dias após a romaria cívica anticomunista, o plano ganhou publicidade pelos principais jornais do país. O efeito do Plano Cohen sobre a opinião pública era o de tornar mais realista e próxima a ameaça comunista ao país, legitimando a necessidade de um Estado de guerra¹⁰¹. Para a instituição, a decretação do Estado de guerra ou mesmo a própria mentalidade de um estado de guerra permanente,

¹⁰⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p.78.

¹⁰¹ SILVA, Hélio. **A Ameaça Vermelha**. 1980. p.9.

possibilitava a concentração de força para a intensificação dos valores conservadores a partir do aumento do controle sobre o corpo militar¹⁰².

O ano de 1937 foi de articulação político-militar para que a instituição pudesse organizar-se em bloco, dirimindo as vozes dissidentes. O anticomunismo militar no ano seguinte passou a instituir-se de forma doutrinária. O Exército, a partir de então, deslocou todas as suas forças contra um inimigo fundamental: o comunismo. De tal forma que os documentos político-militares produzidos pela instituição, repetidas vezes, estavam permeados do “perigo vermelho”. É importante acentuar que a ameaça comunista apresentava-se como uma força monstruosa, muito diferente do inimigo militar convencional. A ameaça perpassava todas as esferas públicas e privadas. O comunismo apresenta-se como elemento que degenera o corpo social, mas era no plano interno, no interior dos quartéis, que ele representava o maior perigo, pois atingia o alicerce de defesa da sociedade. A ameaça comunista nos discursos militares era de tom perene, uma ameaça sem fim, que mantinha a tropa em constante estado de vigilância.

O perigo da esquerda revolucionária passa a ser o principal problema político nacional. Apresenta-se como uma força sub-reptícia sobre a qual toda a vigilância é necessária, pois subverte a ordem cultural Ocidental moderna. Não se trata exclusivamente do perigo em si, mas, como já foi dito, de transformação da ameaça comunista numa enorme caixa onde todos os problemas da ordem nacional eram depositados. O anticomunismo militar acentuava forças em tempos de crise política; o momento republicano que marca o uso institucional dos discursos anticomunistas foi meses antes da implantação do Estado Novo. Naquele momento o país vivia

¹⁰² FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder...** 2005. p.93.

intensa crise política, fruto da intervenção estadual sobre a caserna - basicamente no Rio Grande do Sul, no governo de Flores da Cunha, momento de agitação política da oposição em geral ao governo Vargas. Em face disso, podemos perceber o aparecimento do “perigo vermelho” descrito pelo Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra em junho de 1937, como o maior dos perigos que ameaça a nação brasileira e a instituição militar. Dado que o comunismo é o monstro político temível por ser organizado, pertinaz e nefasto por subverter toda a estrutura normativa construída em séculos de civilização; assim é: “[...] o mais digno de repulsa porque atinge os sagrados e invulneráveis dogmas da moral em que erigimos nossos santuários domésticos¹⁰³”. Contudo, em termos práticos, o Estado Novo, além da perseguição ao comunismo nacional, que já vinha sendo feita desde 1935, teve um impacto maior sobre o regionalismo político brasileiro e graças a este impacto é que o Exército conseguiu deslocar o poder militar regional das forças públicas para o policiamento ostensivo, efetivando-se como poder militar nacional de fato.

De todas as frentes de defesa, em virtude da ameaça comunista, a preservação da caserna passou a assumir destaque. Como os quartéis apresentam-se isolados do mundo civil, o “perigo vermelho” só poderia expressar-se por meio de militares de esquerda. Efetivamente, o militar de esquerda era a expressão fundamental da ameaça comunista, na medida em que o sucesso da revolução passava pela sublevação na caserna. Logo, a ressignificação da memória de 1935 tinha como mote a criação institucional de um militar incompatibilizado com a ideologia marxista. Tal corpo político de esquerda era contrário à ordem militar, um corpo estranho que degenera a instituição. Nesse sentido, a vigilância é

¹⁰³ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Em Guarda! (Contra o Comunismo)**. 1938. p. 37.

fundamental, pois as táticas exercidas por esses corpos são monstruosas. Assim, novamente de acordo com o Ministro da Guerra:

[...] É preciso não esquecer. Aqueles que um dia traíram a confiança de seus chefes e companheiros, voltarão amanhã a feri-los pelas costas, com maior perfídia e mais requintada indignidade. [...] Cumpre ao Exército não se deixar colher de surpresa. E cumpre aos chefes – que serão as primeiras vítimas da própria incúria – intensificar os meios de defesa que estão ao seu alcance. Impõe-se a vigilância constante sobre os elementos suspeitos; a caracterização precisa de suas atividades; a repressão imediata e impiedosa de qualquer ação de propaganda ou conquista; a denuncia desassombrada as autoridades e o afastamento dos que assim tenham se manifestado. E quando aos que tentarem perturbar a disciplina e demolir o prestígio da autoridade, cumpra sentir que a força se opõe a força, imediata, inexorável. É preciso fazer sentir que [...] o comunismo, sob qualquer aspecto ou modalidade, é incompatível com a condição militar¹⁰⁴[...].

O rito anticomunista centrado na homenagem aos militares mortos em combate ao comunismo possibilitou ao Exército instituir o “perigo vermelho” como mecanismo geral de controle ordinário sobre os corpos militares. A fabricação de um inimigo monstruoso inculcou na tropa a mentalidade do estado de prontidão. A mentalidade militar conservadora monopolizou o anticomunismo militar. Assim, identificar-se contrário ao comunismo implicava a adesão ao pensamento conservador. O importante é que o anticomunismo militar, com a intensa banalização do inimigo político, pode nos apresentar toda uma maquinaria de poder por detrás das metáforas monstruosas, que assegurou a formação moderna da instituição militar.

A alocação do representante do Exército pronunciada em razão do evento de 1935 sintetiza a visão geral da instituição frente à “ameaça vermelha”. Em 1938 o major Afonso de Carvalho descreve o comunismo como o inimigo invisível – é a ubiquidade do monstro comunista; ele pode ocupar qualquer espaço, na maioria das vezes não se apresenta abertamente. Assim, em seu discurso ele diz: “Meus

¹⁰⁴ Ibid., p.38-39.

camaradas! Longe vai o tempo em que mais simples, muito mais simples, se tornava a missão do soldado. Sabia-se, pelo menos, onde estava o inimigo. Era partir para frente e aí esperar que o mais forte impusesse a sua vontade. [...] Hoje, mais difícil se tornou a missão do militar. O inimigo está em toda a parte [...] ¹⁰⁵”. Em substância, essa ubiquidade é o que vai alimentar o combate ao comunismo e, fundamentalmente, criar um mote disciplinar anticomunista na caserna – conduzindo a modernização militar sob a égide do profissionalismo que, amiúde, confundia-se com a ojeriza ao monstro político comunista; em outras palavras: ser profissional e anticomunista passaram a ser questões de mesma ordem.

Tal relação, estrategicamente posta, facilitou o isolamento dos corpos desviantes no interior da caserna. Estes foram banalizados, de acordo com as personalidades políticas individuais; se declaradamente de esquerda, o militar era logo monstrualizado; se contrário aos meios militares de combate ou apresentação do “perigo vermelho” era percebido como um militar inconscientemente envolvido nas teias do comunismo. Do ponto de vista profissional, os corpos dissidentes, no geral, foram apresentados como péssimos oficiais – despossuídos de cultura militar, péssimos chefes e extremamente ligados à cultura paisana.

Com referência ao discurso do major Afonso de Carvalho, podemos observar, ainda, que há nele a busca da universalização do “perigo vermelho”; os comunistas dividem-se em três grandes classes:

Conscientes: são os envenenados, os que vencidos pela ideologia, subjugados pela doutrina ou filiados “ao sindicato dos desesperados”, com inveja e ambição, cultivam a vingança da miséria, e passam a constituir a legião sombria dos voluptuosos da morte e da destruição.

Inconscientes: são os que fazem, sem querer, o jogo dos comunistas e, no livro, na tribuna, na revista, no jornal, na vida cotidiana muitas vezes presos a negócios inconfessáveis, não trepidam em descer das suas

¹⁰⁵ CARVALHO, Fernando de. **Lembra-vos de 35!** 1981. p. 180.

responsabilidades para mancomunarem ou se solidarizarem com os que fazem obra de comunismo – de dissociação e de dissolvência – e se tornam os joguetes desprezíveis na mão dos espíritos que os vencem em inteligência, diabolismo e perversidade.

Subconscientes: os que têm, lá no fundo do coração e do espírito, ideias comunistas, ainda disfarçadas ou em embrião, mas que afloram, à sorrelfa, indiscretamente, em seus trabalhos, publicações de leitura e opiniões¹⁰⁶.

A estrutura panótica, posta no texto acima, assegura a ameaçadora presença do comunismo no corpo social de tal forma que qualquer posição política progressista poderia ser classificada como comunista. O comunista é, efetivamente, o monstro sem Pátria, elemento sobre o qual tudo é possível e tudo é permitido. Enfim, independentemente do nível de comprometimento com a causa, são todos apresentados como monstros políticos – que temos que evitar e combater. Este monstro é corpóreo e incorpóreo, manifesta-se por todos os espaços da consciência, sua grande ameaça é a propensão de mudar de um nível para outro¹⁰⁷. Por essa forma, consoante o major Afonso de Carvalho, independentemente das classes de consciência comunista, todos eles apresentam-se como traidores da Pátria; sendo assim nenhum vínculo com eles é possível; indubitavelmente, são monstros políticos, corpos que devem ser sujeitados – o que justifica: “todas as medidas de prevenção e toda a brutalidade da repressão¹⁰⁸”.

A homenagem, em 1938, aos militares mortos na “Revolução Comunista” ganhou forma institucional; o dia 27 de novembro passou a ser de fundamental importância no calendário militar - somando-se ao dia 25 de agosto (dia do soldado). O representante do Exército (o agora general Valetim Benício da Silva, o mesmo que logo após o levante armado de 1935 proferiu discurso de tom anticomunista num contexto extremamente favorável de vigilância absoluta sobre qualquer corpo

¹⁰⁶ Ibid., p.181.

¹⁰⁷ COHEN, Jeffrey Jerome. **A Cultura dos Monstros...** 2000. p.28.

¹⁰⁸ CARVALHO, Fernando de. **Lembra-vos de 35!** 1981. p. 182.

dissidente), pronunciou discurso apresentando o anticomunismo institucional. Assim, em suas primeiras palavras dirige-se aos mortos: “Aqui estamos trazendo-vos a palavra do Exército que é a vossa própria Pátria¹⁰⁹”. A extensão da instituição militar como força nacional, como representação da nação, na defesa à ameaça comunista, foi preponderante na formação de uma mentalidade militar intervencionista. A banalização do “perigo vermelho”, no interior dos quartéis, tornou possível nos momentos de crise a coesão militar, para isso a produção de imagens referentes às práticas produzidas na “Revolução Comunista” foram de fundamental relevância. Destarte, a banalização dos corpos de esquerda teve um papel singular para a unidade da tropa. Assim, a locução do representante do Exército no evento de 27 de novembro acentuava: “[...] o comunismo explodiu na sua cegueira infrene. Alta noite, o punhal assassino, a amizade fementida, a arma de defesa transformada em baioneta agressiva, juramentos e compromissos cinicamente renunciados, despertou a cidade de seu sono reparador e tranquilo¹¹⁰”. A amoralidade do monstro comunista, na imagem do militar de esquerda, foi constantemente elaborada por meio dos discursos político-militares, objetivando a absoluta incompatibilidade entre a profissão militar e o comunismo.

Em 1939 Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e Góes Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, introduziram profundas mudanças na estrutura da instituição militar. A mais impactante foi a garantia de estabilidade no serviço militar apenas para os oficiais; assim, de acordo com Werneck Sodré: “Éramos forçados a dar baixa compulsória, a velhos soldados¹¹¹[...]”. Os sargentos após dez anos de serviço passavam por rigorosos reengajamentos, muitos dos quais não satisfaziam

¹⁰⁹ Ibid., p. 185.

¹¹⁰ Ibid., p. 186.

¹¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Tenentismo ao Estado Novo**. 1986. p.198.

as exigências, dentre elas as dos cursos de acesso, sendo excluídos da corporação¹¹². Foi uma medida de conteúdo político-militar, para aquele momento, a fim de concentrar os esforços de unidade da tropa nos oficiais; de forma que, a partir de então, a coesão militar passou a representar o propósito necessário à estruturação do Exército. Em relatório do Ministro da Guerra ao Presidente Getúlio Vargas, podemos perceber a vontade institucional:

Sendo o Exército um grupamento de homens livres, conscientemente reunidos sob o império da necessidade primordial da *defesa nacional*, homens que vivem debaixo da direção de ideias semelhantes e de idênticos intuitos, não pode e não deve haver a mínima discrepância no modo de agir, na maneira de pensar e no modo de sentir de cada um dos membros componentes da força armada nacional. A lei do conformismo social e da eliminação dos não conformistas forma a base moral da estrutura disciplinar do Exército e justifica a severa repressão dos elementos dissidentes ou rebeldes¹¹³.

De modo real, a ameaça comunista foi o que assegurou o tom conservador da estruturação institucional em 1939; com referência ao dia 27 de novembro de 1935, o discurso do general Dutra corrobora o caráter identitário anticomunista forjado pelos militares conservadores – caráter esse que conduziu a modernização da instituição. As palavras do general acentuaram a tendência perversa e covarde das ações comunistas; assim: “[...] usando de todos os recursos da mistificação, da surpresa e da violência, pretendeu irradiar a sua ação agressiva e corruptora, com a pretensão de dispor das armas brasileiras, como se o Exército pudesse compartilhar de tamanho crime¹¹⁴ [...]”. O discurso também enfatiza a defesa da Pátria e da família, pois o monstro comunista ameaça a ordem social e a moral cristã da família burguesa. Com as seguintes palavras o general finaliza seu discurso: “[...] continuemos vigilantes, jamais cometendo o erro de desprezar a força do inimigo,

¹¹² Ibid., p. 199.

¹¹³ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Ministerial Reports Guerra, 1827-1939**. p.22.

¹¹⁴ Boletim do Exército, nº 53 de 1939.

por mais fraco que possa parecer, e sempre atento na defesa do patrimônio moral da família brasileira e da integridade da Pátria¹¹⁵ [...]”. No mesmo evento, representando o Exército, o general Góes Monteiro insistiu na importância da instituição militar como núcleo fundamental da coesão nacional e da ordem pública – daí a posição do Exército como ponto sensível às ações comunistas. A imagem dos corpos que ameaçaram a ordem, no discurso do general, estava carregada de arquétipos anticomunistas. Assim, conforme as palavras de Góes Monteiro:

Vimos um punhado de desvairados, instruídos por agentes estrangeiros, sujeitos a uma paralisia alucinada das funções superiores da humanidade, tangidos por uma libertação macabra dos instintos mais baixos, inédita na história de nossos desequilíbrios sociais – vimo-los entre delírios inauditos, tentar impor à Nação um regime contrário a todos os valores de nessa tradição¹¹⁶.

Decisivamente, o comunismo é apresentado como abjeto¹¹⁷, conduzido pelo monstro político de esquerda – aquele ser monstruoso que rompe o pacto social burguês e nos devolve ao estado de natureza hobbesiano. Góes Monteiro elabora a imagem desses corpos como aqueles que resgatam forças primitivas com cores modernas. Posto que de acordo com ele: “[...] Esses monstros realizam a sobrevivência de enterrados atavismos, apetrechados de todas as conquistas do progresso¹¹⁸”. Efetivamente, trata-se de monstros abjetos que corrompem a ordem moderna e inviabilizam o progresso; são os elementos que devem ser alijados do interior da caserna e do corpo social, pois ameaçam impor o caos; destarte, só um estado hobbesiano (forte) moderno poderia salvaguardar a nação desta ameaça.

¹¹⁵ Boletim do Exército, nº 53 de 1939.

¹¹⁶ CARVALHO, Fernando de. **Lembraí-vos de 35!** 1981. p. 199.

¹¹⁷ O abjeto, conceito elaborado por Julia Kristeva, é tudo o que ameaça a norma e a ordem ideológica moderna, enfim o conforto da sensação de identidade (SILVA, p.13). É aquilo que sai do corpo provocando atração e repulsão – no caso específico da instituição militar, pensamos a caserna como um corpo orgânico e os militares de esquerda como um abjeto, uma secreção rejeitada com repulsão, que sai do próprio corpo militar ou da sociedade política. Daí a necessidade de expelir esse abjeto como corpo físico e como documento. Ou seja, o militar conservador encontra conforto identitário quando se expeli completamente esse abjeto do corpo.

¹¹⁸ CARVALHO, Fernando de. **Lembraí-vos de 35!** 1981. p 200.

Os discursos referentes à memória de 1935 – independentemente da ameaça nem sempre real do “perigo vermelho”, fundamentalmente com o esmagamento político do comunismo no Estado Novo e mesmo durante o Regime Militar – ainda reforçavam o perigo e a ubiquidade da presença comunista. Contudo, o anticomunismo militar como expressão política não assumiu a mesma forma o tempo todo; por exemplo, o momento de transformação da estrutura do Exército em força nacional foi marcado pela fase do anticomunismo doutrinário. Nela o anticomunismo foi, decisivamente, a ideologia disciplinadora da ordem militar republicana moderna. Porém, é fundamental compreender que as Forças Armadas, muito mais do que inventar um tipo específico de anticomunismo, apropriaram-se do medo das elites brasileiras do “monstro popular” – como empecilho à modernidade capitalista.

Decerto, travou-se uma dura guerra contra o comunismo; o alvo principal foi localizado na figura dos militares envolvidos no movimento político-militar de 1935. A banalização dos militares de esquerda visava a isolá-los do corpo da tropa, rompendo os laços de camaradagem com os companheiros militares¹¹⁹, além de servir como elemento de unidade institucional – para isso toda uma cultura foi inventada a fim de desqualificá-los enquanto movimento de tradição tenentista. Destarte, a banalização dos corpos de esquerda foi articulada a partir de dois grupos de imagens: o primeiro grupo centrado na vilania monstruosa de suas ações e o segundo, no poder sobre-humano do comunismo. Em síntese, a imagem construída apontava para a monstrualização dos corpos, monstrualizando a própria memória do evento. Ademais, a imagem da instituição militar como a de ponto sensível à ação comunista, posto que era a única força capaz de defender o país contra o “perigo

¹¹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 1968. p.258.

vermelho”, foi, amiúde, apresentada por meio do anticomunismo militar. Para o general Firmo Freire do Nascimento:

O maior risco [...] está na infiltração das classes armadas, esteio da nacionalidade. Para o bolchevismo, a ação revolucionária deve ser organizada principalmente no seio delas. Buscando apoderar-se da alma do soldado, conta estancar nas fontes mais puras o sentimento da honra militar, suplantando a disciplina – alma da ordem¹²⁰.

Os misteriosos poderes atribuídos aos comunistas foram suficientes para que fosse produzido o estereótipo de que contra os comunistas tudo era possível e permitido, pois moralmente eles estavam abaixo da condição humana, contudo portavam forças políticas sobre-humanas. Segundo Werneck Sodré: “tratava-se, não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos¹²¹”. Em face disso, a resignificação do evento marcando a metamorfose do monstro político, traduz a representação do movimento político-militar de 1935 como estratégia política que gerou práticas disciplinares que bastavam por si mesmas. Eis, novamente, as palavras do Ministro da Guerra general Eurico Gaspar Dutra:

Malgrado o primeiro ímpeto, o inimigo da ordem não esmorece, não desanima, não dorme. Apenas muda de tática. Disfarça-se, finge-se debilitado, esconde melhor as energias que se articulam. Infiltra-se em todas as fileiras, procura instalar-se ao nosso lado, simula comungar em nossos ideais, empenha-se em conquistar nossa simpatia e nossa confiança¹²².

Em suma, o comunismo foi o abjeto que desestabilizou a identidade moderna, a ordem burguesa pois, em essência, negava a única norma possível. Naturalmente, a utopia materialista marxista pôs em cheque o “eu” moderno do “livre mercado” e

¹²⁰ CARVALHO, Fernando de. **Lembra-vos de 35!** Biblioteca do Exército, 1981, p. 210.

¹²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 1968. p.259.

¹²² CARVALHO, Fernando de. **Lembra-vos de 35!** Biblioteca do Exército, 1981, p.221-222.

da “livre fé”. É o que encontramos no pronunciamento do general Salvador César Obino: “sem os freios que só um elevado idealismo pode criar e manter, os homens, como as nações, tendem para a violência sistematizada; é o predomínio da lei da selva. Extirpar do homem a força criadora da fé é reduzi-lo a simples condição de animalidade¹²³”. Numa perspectiva, tal pronunciamento adquire maior compreensibilidade teórica a partir da tese de Samuel Huntington, de que as instituições militares são conservadoras em sua essência, o que aproxima os militares de Hobbes, da guerra de todos contra todos e da negatividade da natureza humana – o homem é o lobo do homem¹²⁴. O comunismo conduziria o corpo social à condição de lobos. Na realidade, o medo moderno do estado de natureza hobbesiano estava na mesma ordem do medo geral do comunismo político por parte dos militares conservadores. Entretanto, o medo não explica todos os efeitos das imagens anticomunistas produzidas pelos militares, pois quando analisamos o papel da monstrualização da esquerda política, no interior da instituição militar, podemos vislumbrar o impacto do anticomunismo militar como força de estruturação do Exército – principalmente no Estado Novo. É importante compreender que os monstros modernos se apresentam como metáforas de um processo político que traduz práticas de controle, sujeição dos corpos monstrualizados e, até mesmo, seu extermínio. O que corporifica o momento cultural de uma época, de um sentimento de exclusão e de um espaço que se busca purificar¹²⁵. Em face disso, compreendê-los como corpo anormal não é tudo, é preciso resgatar a historicidade do processo de monstrualização, de banalização moderna para, enfim, mobilizar os documentos como monumentos de poder.

¹²³ Ibid., p. 230.

¹²⁴ HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado...** 1996. p.81.

¹²⁵ COHEN, Jeffrey Jerome. **A Cultura dos Monstros...** 2000. p.33.

2.3 COESÃO E INTERVENCIONISMO POLÍTICO-MILITAR NO PÓS-GUERRA

A coesão institucional foi desenvolvida intensamente no Estado Novo, o Exército assumiu a forma moderna de extensão nacional. A estrutura contemporânea do poder militar no Brasil foi, de fato, elaborada a partir das ordens do Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra e do Chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro. A consolidação de uma identidade militar de tom militarizado, ou melhor, profissional, foi cuidadosamente construída entre os anos de 1937 e 1945. As forças militares modernas organizam-se baseadas na utopia da coesão total. De modo real, a coesão restringe-se como projeto moderno, ou seja, trata-se de uma busca ordinária. Assim, historicamente temos momentos de coesão de intensidade variada. No Estado Novo tivemos um período de forte coesão militar, fruto do autoritarismo político, momento de consolidação do Exército como poder militar exclusivo. Entretanto, no pós-guerra, diante da frágil abertura democrática no país, a coesão militar, exclusivamente, no topo da hierarquia militar, passou por momentos de baixa intensidade.

A coesão militar se expressa nos atos normalizantes, os regulamentos nas instituições militares revelam as intenções de poder da instituição. Porém, não podemos reduzir as práticas de unidade da tropa a atos administrativos, pois a coesão militar se efetiva num processo de luta interna, de esmagamento das diferenças, de uniformização da tropa e da construção de uma auto-imagem institucional com efeitos externos. Assim, além de um exército coeso militarmente, foi, também, fundamental criar uma imagem de coesão. Ademais, a coesão militar deve ser compreendida antes como um projeto do que como um fato em si, pois é

um equívoco pensar a instituição militar como um grupo monolítico de poder. De acordo com Morris Janowitz: “Suas fileiras acham-se cindidas por uma profunda divergência relativa à sua doutrina e aos seus pontos de vista sobre relações internacionais, uma cisão que reflete desacordos civis¹²⁶”. No limite, o nível de coesão da instituição está relacionado ao grau de amadurecimento político-institucional da sociedade civil. O Brasil, após o Estado Novo, vivia um momento ímpar de impulso democrático, de forma que as diversas matrizes políticas se apresentavam com o propósito de conquistar espaço no campo político.

No final do Estado Novo, a esquerda política começou a articular-se fornecendo apoio a Getúlio Vargas, provocando, com isso, o rompimento político da estrutura militar para com o Presidente. Enfim, a democratização trouxe à cena política nacional a esquerda política, com força popular expressa por meio do Partido Comunista do Brasil. A política de massa apavorou as elites nacionais; a cúpula militar de tom conservador e anticomunista repudiou o ingresso desse novo ator na política brasileira. Diante disto, a cúpula militar (Góes, Dutra e Canrobert) posicionou-se contrária ao trabalhismo político, na medida em que implicava numa aproximação com os grupos políticos de esquerda – o mesmo ocorreu com os tenentes aliados da época pré-Estado Novo (Juracy Magalhães, Juarez Távora e Eduardo Gomes). Assim, Getúlio Vargas ficou isolado do poder militar conservador, o que neutralizou suas intenções políticas a partir do final do Estado Novo, momento em que se divorcia das forças armadas¹²⁷. Segundo Cordeiro de Farias: “[...] havia um consenso entre os militares de que não era possível a continuação do presidente, principalmente devido às suas ligações com o Partido Comunista¹²⁸”.

¹²⁶ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional...** 1967. p.7.

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.111.

¹²⁸ CAMARGO, Aspásia e Góes, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p.236.

Ademais, a aproximação de Prestes com Getúlio Vargas, para os militares conservadores, postava-se como uma afronta ao anticomunismo militar.

O Governo Dutra, independentemente do apoio de Vargas, representou uma inflexão na direção da direita política; nos cinco anos de governo aproximou-se da UDN, pôs o PCB na ilegalidade, cassou mandatos dos parlamentares comunistas e investiu contra os movimentos populares. A partir de 1947, sob o contexto da Guerra Fria, os militares conservadores começam a esboçar perspectivas de intervenção na política civil como parte da política do Exército¹²⁹. Para tal o governo Dutra foi importantíssimo, abrindo caminho com o fechamento político da esquerda nacional e com o controle do Ministério da Guerra. Como consequência, o topo da hierarquia institucional passou a identificar-se cada vez mais com o “realismo conservador”. Realmente, Dutra na presidência do país e o general Canrobert no Ministério da Guerra conseguiram manter a coesão militar em equilíbrio até 1950. Os militares conservadores articulados com o presidente da República mantiveram os militares afastados das pretensões políticas. O general Dutra num gesto simbólico, mesmo faltando quatro anos para atingir a idade-limite de permanecer na condição de militar da ativa, antes de assumir o poder político, solicitou transferência para a reserva, pois tinha o propósito de fazer um governo civil¹³⁰. O general teve o cuidado de não empurrar a instituição para o campo político-civil.

Se cada época histórica cria seu próprio tipo de chefe militar¹³¹, a época do pós-guerra teve na figura do general Canrobert Pereira da Costa a síntese da nova hierarquia conservadora. Esta estava inclinadamente ligada ao que, posteriormente, foi autodenominado “nacionalismo sadio” – militares favoráveis a abertura do país ao

¹²⁹ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964**. 2003. p.106.

¹³⁰ LEITE, Mauro Renault e JUNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra...** 1983 p.753.

¹³¹ ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército...** 1999. p.24.

capital internacional. Além disso, esta nova hierarquia militar trazia consigo toda a cultura anticomunista formulada no Estado Novo. O Ministério da Guerra, sob o seu comando entre 1946 e 1951, foi de continuidade com a política militar dirigida por Góes Monteiro e Dutra, assegurando o afastamento dos militares da política civil. Não obstante, o clima político do país nos anos de 1950, com o avanço das forças políticas de esquerda centradas em Getúlio Vargas, desencadeou no interior da caserna divergências político-militares que abalaram a coesão institucional. Assim, a questão de fundo que empolgava os militares era a da coesão institucional, para isso as divergências político-militares deveriam ser dirimidas. A mentalidade militar conservadora passou a se posicionar como identidade universal da própria instituição. Após a colocação do Partido Comunista do Brasil na ilegalidade, o presidente Eurico Gaspar Dutra sancionou a lei nº 1057 de 28 de janeiro de 1950 que afastava do serviço ativo os oficiais militares filiados a partidos políticos impedidos de funcionarem legalmente. Consoante a lei: “[...] são declarados incompatíveis com o oficialato os militares que, ostensiva ou clandestinamente, pertencerem, forem filiados, ou exercerem atividades ligadas a partidos ou associações de qualquer espécie, impedidos de funcionar legalmente [...]”¹³². Foi uma das formas encontradas, por meio institucional, de apartar o oficialato da política civil. A divisão institucional, no topo da hierarquia, passou a ser cada vez mais profunda e irreversível, os corpos indesejáveis precisavam ser alijados, a corporação militar não poderia conviver com a dissidência, a premência da vitória conservadora colocava-se como política institucional. Este movimento conquistou efetivamente seu propósito em 31 de março de 1964, com o expurgo dos corpos

¹³² Boletim do Exército, nº 9 de 1950.

militares indesejáveis. Em substância, a história do Exército a partir da Segunda Guerra Mundial, foi a de luta constante para assegurar o controle da instituição¹³³.

Efetivamente, a abertura política do pós-guerra permeou novamente a instituição militar de política civil. No entanto, o grande diferencial apresentou-se na cisão político-militar no topo da hierarquia institucional. O processo anterior de disciplinamento militar, posto a partir de 1930, conseguiu, de certa forma, imunizar a organização militar da política nas esferas da baixa oficialidade. Nos anos de 1950, o epicentro político no Exército era o Clube Militar, local em que as divergências assumiam forma de luta partidária. As eleições presidenciais para a sucessão de Dutra tiveram como equivalente a disputa pela direção do Clube Militar. A chapa afinada com a política nacionalista de Getúlio Vargas foi representada pelo general Estillac Leal e a chapa contrária, favorável à internacionalização da economia, afinada com a política da UDN (União Democrática Nacional), foi representada pelo general Cordeiro de Farias. A vitória de Estillac Leal foi o sinal verde para Vargas, pois indicou que havia ainda no Exército apoio de parte do oficialato. O clima da eleição foi de absoluta pressão anticomunista; a vitória de Estillac, na realidade, não indicava a existência de uma esquerda militar no Exército. O resultado das urnas foi artificialmente construído, deveu-se a uma esperta campanha de filiação de oficiais do quadro auxiliar¹³⁴, ou seja, militares que em virtude das promoções, passaram da graduação de sargentos para o posto de oficiais. Em termos práticos, eram oficiais de segunda classe, despossuídos da cultura de formação proporcionada nas Escolas de Oficiais. Em suma, a base militar na qual se apoiava o nacionalismo político era frágil, na medida em que a maioria do generalato e dos oficiais superiores discordava, naquele momento, da política trabalhista brasileira e o

¹³³ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p. 173.

¹³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.113.

restante do oficialato encontrava-se intensamente envolvido nas práticas eminentemente da caserna – com exceção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais para capitães; localizada no Rio de Janeiro, próxima ao Clube Militar; espaço de teorização militar no campo tático, momento de ócio intelectual, *locus* propício à participação política.

O anticomunismo militar foi açambarcado pelos militares conservadores, assim, toda a luta político-militar centrou-se na associação, direta ou indireta, dos militares contrários às forças hegemônicas do comunismo político. A luta acirrou-se com a publicação de artigo de repúdio ao envio de militares brasileiros à Guerra da Coreia, intitulado “*Considerações Sobre a Guerra da Coreia*”, redigido pelo diretor da revista do Clube Militar. A reação foi dura. O grupo militar hegemônico, composto pelos velhos tenentes dos anos de 1920 e pelo militares que apoiaram Vargas nos anos de 1930, ganhou coesão suficiente para inviabilizar no decorrer das políticas trabalhistas qualquer tentativa de estabilidade política. A intervenção conservadora, investida do anticomunismo militar, passou a pontuar ordinariamente as práticas político-militares de caráter institucional. A expressão político-militar que sintetizou a luta contra os militares dissidentes, elaborada pelo então Capitão Jarbas Passarinho, foi a de “Cruzada Democrática”. Em Setembro de 1951, mais de dois mil oficiais pediram uma assembléia a fim de discutir a linha editorial da Revista do Clube Militar. Mesmo não se realizando, a liderança de Estillac Leal foi abalada¹³⁵. A pressão do grupo militar hegemônico demonstrava a fragilidade das forças militares que sustentavam a política trabalhista. A memória de Jarbas Passarinho ilustra-nos este momento com as seguintes palavras:

¹³⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.113.

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que éramos obrigados a cursar, como capitães, tivemos em 1950 o que hoje eu chamaria de embrião de 1964. Apesar de intensa atividade profissional, que nos absorvia, nossa atenção voltou-se para o Clube Militar, cuja direção havia sido conquistada em eleições pouco disputadas. Venceram os que se diziam nacionalistas, como se os outros menos o fossem. Mas entre eles havia oficiais que, assumindo a direção do departamento cultural, usavam a Revista do Clube como veículo de pregação mais que simplesmente nacionalista. Tangenciavam, com o cuidado que a matéria impunha, a defesa das teses marxistas, sob certos mascaramentos. [...] Vimos no Clube Militar uma cabeça-de-ponte para o doutrinação do Exército pela esquerda. Reagimos¹³⁶.

A politização do Clube Militar representou o aumento do número de sócios – entre 1944 e 1950 o número dos membros triplicara de três mil para nove mil integrantes. Este crescimento estava associado ao clima político do país, de modo fundamental, focado na questão do petróleo. Destarte, a partir de então, as grandes questões nacionais eram deslocadas e encontravam equivalentes no binarismo político-militar das chapas amarela e azul. A primeira ligada ao nacionalismo e a segunda ao antinacionalismo político. Houve um esforço político-militar institucional em associar a chapa amarela ao comunismo, com o propósito de desqualificá-la como elemento militar. É importante lembrar que no Clube Militar apesar de ser o *locus* político-militar, espaço de evidente luta política, a vitória da chapa amarela não representou nenhuma mudança significativa no corpo institucional.

Não cabe aqui discorrer sobre o conjunto das eleições no Clube Militar; o objetivo se encontra na breve apresentação das forças político-militares que se antagonizavam no pós-guerra. Em substância, a luta política no interior do Clube Militar não representava avanço no controle da instituição militar. As forças político-militares conservadoras solidarizavam-se e até participavam da luta política no Clube Militar, mas a atuação produtiva se construía por meio institucional e o

¹³⁶ PASSARINHO, Jarbas. **Um Híbrido Fértil**. 1996. p.73.

Estado-Maior e a ESG (Escola Superior de Guerra) foram, de fato, espaços importantes para a gestação de uma linha de ação político-militar onde os militares sub-repticiamente, nos bastidores, conquistavam a coesão necessária à intervenção político-militar¹³⁷.

A violência político-militar nas eleições para o Clube Militar em 1952 caracterizou o alto grau de intransigência do grupo conservador para com os dissidentes. O anticomunismo militar tomou a forma belicosa. Em suma, a tensão no interior das Forças Armadas, principalmente no Exército, transformava a instituição num espaço político que partidariava o quadro de oficiais, dividindo-os – impossibilitando, dessa forma, qualquer coesão imediata no corpo institucional. Em face disso, o alijamento dos militares de esquerda para da efetiva unidade ideológica se tornou imperativo como estratégia político-militar na direção da coesão institucional. A divisão na caserna dificultava a estrutura disciplinar, portanto atingia diretamente a hierarquia militar. Por certo, era necessário combater os corpos dissidentes, para isso todos os meios militares foram utilizados. Assim, travou-se no interior da caserna uma guerra político-militar, a fim de alijar o abjeto militar comunista, tendo como suporte ideológico o realismo conservador. Em poucas palavras, uma guerra ideológica de coloração quase que religiosa: era a civilização cristã Ocidental versus o ateísmo da civilização marxista. Os militares e o país só tinham uma saída, refutar o exotismo ideológico esquerdista assumindo uma posição integrada ao modelo americano que, em tempos de Guerra Fria, se apresentava como o único paradigma possível. Em resumo, foi o “realismo conservador” inclinadamente anticomunista, que assegurou ao corpo militar a hegemonia necessária no combate ao pensamento militar desviante. Logo, é

¹³⁷ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964**. 2003. p.115.

fundamental perceber o anticomunismo militar como mecanismo de poder. Os discursos militares referentes ao abjeto comunista são verdadeiramente monumentos ideológicos que corroboraram práticas normalizantes de exclusão de todo corpo militar de esquerda.

Diante disso, a vitória da chapa da Cruzada Democrática em 1952 nas eleições do Clube Militar, foi um elemento importante da ofensiva conservadora, proporcionando relações de poder extremamente assimétricas no interior da caserna. Foi o indicativo de que, usando uma expressão de Werneck Sodr, a “mquina de dar ordens”¹³⁸ estava, paulatinamente, sendo administrada pelos militares conservadores. Dessa forma, as presses exercidas sobre os militares de esquerda foram intensas. Era muito comum a visita amistosa e a tentativa de persuaso tendo como ttica a interveno nas promoes militares. A adoo da retrica anticomunista por parte do topo hegemnico da organizao militar apresentava-se como uma garantia da coeso, ao mesmo tempo em que institua a poltica do Exrcito como peso poltico na esfera civil¹³⁹. A coeso militar na dcada de 1950 foi conquistada por meio de coero psicolgica e fsica. A hegemonia poltico-militar conservadora garantiu a transformao do Exrcito numa mquina anticomunista de esmagamento dos dissidentes no interior da caserna. Conforme as palavras de Werneck Sodr:

Os Comandantes de Unidades reuniam os seus oficiais e determinavam suas inclinaes; acusavam qualquer divergncia, nesse sentido, como “subversiva”; afrontosamente, propalavam que fichariam como “comunista” todo aquele que pretendesse votar na chapa Estillac/Horta Barbosa. Os grandes comandos pediam e obtinham a transferncia dos simpatizantes ou supostos simpatizantes daquela chapa para guarnies longnquas. As vsperas do pleito, finalmente, os mais audaciosos partidrios da referida

¹³⁸ SODR, Nelson Werneck. **Do Estado Novo Ditadura Militar**. 1988. p.248.

¹³⁹ FERREIRA, Roberto Martins. **Organizao e Poder...** 2005. p.34.

chapa, finalmente, os mais audaciosos partidários da referida chapa, que percorreriam o interior, recolhendo votos, foram presos¹⁴⁰.

De fato, o major Leandro José Figueiredo Júnior foi preso às vésperas da eleição no Clube Militar com material de propaganda nacionalista, inviabilizando a articulação política em benefício da chapa amarela nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A prisão deste e de outros militares desencadeou um clima de terror; as denúncias de sevícias aplicadas nas prisões chegaram até a imprensa e também foram publicadas em livro – mais especificamente no livro de 1953 intitulado *“Depoimentos Esclarecedores”*. Verdadeiramente, o mais grave foram as prisões dos militares dissidentes; estes foram confinados em espaços totalmente insalubres – panótipos que representavam espaços mais apropriados para a sevícia do corpo do que lugares para manter a vigilância e a disciplina, tudo de acordo com a transformação do militar de esquerda num “monstro político”. Assim, segundo o prefácio do livro citado acima: “[...] um número considerável de nossos patrícios, na maior parte militares das Forças Armadas, foram ilegal e violentamente arrastados às prisões e aí submetidos a tratamento incompatível com a dignidade humana¹⁴¹.” Portanto, as condições insalubres e as sevícias não foram casos raros, amiúde denunciados na época pelos familiares desses militares ao Parlamento e à imprensa. O major Leandro foi preso em 13 de maio de 1952, por sete meses, sendo vinte e seis dias em absoluta incomunicabilidade. O depoimento da esposa do major, apontado por Werneck Sodr, nos esclarecedor:

Fui ao regimento e l constatei que, de fato, meu marido se encontrava incomunicvel e n s isso como em condies indignas e incompatveis com o oficialato, lm de desumanas. Era um quarto trancado e cadeado, com as janelas fechadas a prego, onde no entrava ar, a no ser pela bandeira da porta que d para um corredor interno, onde no entrava sol de

¹⁴⁰ SODR, Nelson Werneck. **Do Estado Novo Ditadura Militar**. 1988. p.107.

¹⁴¹ DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. Vol. II. 1953. p.3.

espécie alguma. Na porta permanece um soldado armado e, para a abertura do compartimento, foi preciso formar a guarda (três soldados) de acordo com as formalidades previstas para abrir o xadrez dos praças. Pior ainda a incomunicabilidade que, por si só, já é desumana e absolutamente ilegal e agravada com o fato de que lhe não permitem leituras de qualquer ordem. Pode-se imaginar a tortura que representa tal tratamento, qual seja o de alguém permanecer por mais de 20 dias, como vem sucedendo, em quarto hermeticamente fechado, sem sol, com pouquíssima luz, quase sem ar e integralmente segregado de tudo e de todos¹⁴².

No mesmo ano da prisão do major Leandro foi-lhe concedido *habeas-corpus* pelo Supremo Tribunal Federal, pois na visão dos ministros não havia qualquer prova de crime contra o militar. Segundo o voto do Ministro Rocha Lagoa: “[...] Da leitura atenta dos exemplares apreendidos daquele periódico, colhe-se ter o mesmo exaltada orientação nacionalista, mas não se encontra neles nenhum trecho contendo incitamento à indisciplina, à desobediência ou à prática de crime militar¹⁴³”.

No entanto, as pressões político-militares persistiram durante o comando de Cyro Espírito Santo Cardoso no Ministério da Guerra – este assumiu após Estillac Leal, militar de esquerda, ter sido exonerado do cargo de Ministro da Guerra – ocorrendo a abertura de um horizonte político-militar para a livre ação das forças conservadoras. Assim, os militares dissidentes não submetidos às prisões (envolvidos em IPMs), foram jogados em guarnições distantes e extremamente vigiados, também aliados das posições privilegiadas de comando e do centro da política nacional¹⁴⁴.

É impossível negligenciar que a caserna é um espaço eminentemente conservador, porém não por natureza, mas por contingência da modernização do social. Em poucas palavras, o processo civilizador moderno deságua o aparato

¹⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar**. 1988. p.113.

¹⁴³ DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES. Vol. II. 1953. p.98.

¹⁴⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar**. 1988. p.118.

militar na direção do “realismo conservador”. Além disso, a própria dinâmica da modernização capitalista na caserna intensifica a formação de uma sociedade disciplinar; a ordem da guerra moderna faz do militar um técnico na administração da violência e um defensor do Estado como fonte da vida burocrática, o que produz uma visão da política como mecanismo para manter, em vez de transformar a ordem. O contexto político-militar do pós-guerra marca uma acentuada resistência conservadora a qualquer concepção política que se aproximasse do proletariado – classe instável para os conservadores. Numa frase, as forças de esquerda amedrontavam a caserna. A Revolução Comunista de 1935, assim denominada nos documentos oficiais do Exército (*Boletim do Exército*) nos anos de 1950, era a materialização do “perigo vermelho”. Os combatentes que sufocaram a sublevação receberam honras militares e foram promovidos a um posto acima (lei nº 1267 de 09.12.1950 – Governo Dutra). Destarte, o anticomunismo não deve ser pensado como uma postura natural do Exército, mas como parte importante na construção da própria instituição. Em substância, a história da transformação da esquerda em monstro político caminhou par e par com a modernização da instituição militar. Assim, o primeiro monstro político foi o militar de esquerda e a representação monstruosa daqueles corpos é o que qualificou a ação de guerra no interior dos quartéis. Shawn C. Smallman, referindo-se ao Brasil, afirma: “no pós-guerra, a profissionalização militar foi acompanhada pelo uso ampliado da violência¹⁴⁵.” E esse uso voltou-se, preponderantemente, contra o monstro político-militar de esquerda. A estrutura montada para reprimir a população nos governos militares – antes, num ensaio geral – foi utilizada para eliminar os oficiais e praças dissidentes.

¹⁴⁵ SMALLMAN, Shawn C. **A Profissionalização da Violência Extralegal...** 2004. p. 391.

Assim, a evolução da profissionalização militar teve como corolário a impossibilidade do dissenso, que passou a ser inaceitável.

O general Cyro Cardoso era um anticomunista radical; na década de 1950, convidado para paraninfar uma turma da Escola Superior de Guerra profere um discurso acentuadamente anticomunista e de alinhamento militar com os Estados Unidos. Na época o ministro era Estillac Leal, que se posicionou absolutamente contrário a este acordo de cooperação militar. Quando assumiu o cargo de ministro, em 26 de março de 1952, o general Cyro Cardoso passou a exercer uma atuação efetiva de combate ao comunismo¹⁴⁶. A instituição militar por ser uma organização hierarquizada e disciplinar em sua essência, concentra no comando, no topo da hierarquia, os mecanismos de poder a fim de efetivar o consenso organizacional garantindo, assim, a coesão institucional¹⁴⁷ - fundamentalmente, em condições favoráveis de militarização crescente, num contexto de apoio civil no combate ao comunismo.

Por certo, a instituição militar está permeada por todos os elementos culturais que envolvem o corpo social – mesmo num quadro moderno de instituição total, de política de fechamento, de elaboração de fronteiras bem visíveis, a fim de apartar os militares do mundo civil, há no aparato institucional certo imbricamento com o espaço social e com o tempo histórico nacional.

Assim, em condições favoráveis, o pensamento militar hegemônico, naquele momento, ganhava terreno. O “realismo conservador” era, de fato, a realidade institucional. A coesão institucional foi conquistada a partir de conflitos políticos no plano superior da hierarquia militar. A ameaça não se configurava entre os oficiais

¹⁴⁶ ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército...** 1999. p.136.

¹⁴⁷ FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder...** 2005. p.50.

subalternos, como nos anos de 1920; a pressão do grupo hegemônico concentrava-se no campo institucional – tencionavam fazer da política conservadora a política do Exército; enquanto os militares dissidentes, sem qualquer articulação nacional, buscavam apoio entre os sargentos. Com efeito, o projeto hegemônico fundamentava-se na interferência política na mentalidade militar por meio institucional a partir do desenvolvimento de uma cultura profissional de matriz anticomunista – estratégia que diminuía espaços para a existência de dissidência política. Diante disso, o “realismo conservador” militar estruturado numa visão anticomunista de mundo ganhou terreno institucional. Para os militares conservadores, a política deslocada dos meios de coerção estatal, do poder militar, além de não possuir consistência, representava uma absoluta ameaça à ordem. A concepção conservadora, em contexto de polarização política, de ameaça comunista, passou a apresentar-se como a única saída possível para salvaguardar a própria instituição. O uso de todos os meios possíveis por parte dos militares conservadores, inclusive a violência física, não pode ser reduzido ao efeito das representações monstruosas do comunismo político, mas ao inverso, ou seja, foram estas representações que possibilitaram o uso indiscriminado da força contra os dissidentes como único meio de assegurar a existência institucional.

Para isso o Estado deveria constituir-se como no Estado Novo – em consonância com o projeto conservador militar. Assim, o Exército passou a vislumbrar-se como instituição que proporcionava o equilíbrio político. A intervenção político-militar colocou-se como prática natural da própria instituição. É importante sublinhar que esta concepção não foi apenas objeto de consenso interno, a política no pós-guerra possibilitou a ação militar como agente político de fato, assim, no meio civil percebia-se com naturalidade a presença militar no campo político. A luta

contra o “inimigo vermelho” legitimou a intervenção militar na política civil. Para isso o comunismo foi transformado, como já foi anteriormente dito, numa imensa caixa onde todos os problemas militares e políticos foram depositados. Em outras palavras, a fonte dos problemas nacionais encontrava-se no “outro” ameaçador da ordem identitária moderna. No pós-guerra o crescimento das forças de esquerda, diante de política de massa, pôs o corpo militar conservador em estado de prontidão, assim, a coesão militar postou-se como corolário da intervenção político-militar.

Dentre as intervenções militares o *Memorial dos Coronéis* apresentado em 1954, marca um período de ofensiva institucional na política civil. Os signatários do documento não apresentaram propostas partidarizadas, mas reivindicações da própria instituição. Foi a expressão do “realismo conservador” frente à discordância político-militar para com a política trabalhista de Getúlio Vargas. O campo institucional para a ação estava aberto – isso ocorreu logo após a vitória dos conservadores sobre a corrente militar nacionalista, das prisões, dos processos e das transferências arbitrárias. O documento destacava a posição anticomunista, enfatizando o “perigo vermelho”, a subversão e a necessidade do saneamento no interior do corpo militar¹⁴⁸. As manifestações militares de teor conservador passavam a apresentar-se como ato da própria instituição. O evento não foi percebido como um ato de militares contrários à ordem institucional, mas como manifestação do grupo militar hegemônico. As ações político-militares do grupo conservador representaram o rompimento com o poder político afinado com as políticas de esquerda. Todos os residentes da República não identificados com a visão conservadora militar tiveram que suportar a pressão da oposição institucional. Em

¹⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar**. 1988. p.142.

suma, as crises políticas após o governo de Dutra tiveram como elemento fundamental a oposição militar. Certamente as crises de 1954 que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas; de 1955 com a intenção de evitar a posse de Juscelino Kubitschek; de 1961 com a ação direta dos ministros militares para que o vice-presidente João Goulart não assumisse a presidência do país e a de 1964 o golpe político-militar de intervenção bem sucedida sobre o Estado, foram todas elas fruto da intervenção da instituição militar a partir do grupo militar hegemônico. Não convém aqui historiar em pormenor estas crises, mas basicamente apresentar os mecanismos de formulação da coesão militar que garantiram à instituição certa unidade institucional, capaz de colocar-se como oposição armada à toda política deslocada da visão conservadora de mundo.

O Ministério da Guerra, como cargo eminentemente político, fruto de decisão civil, não correspondeu, amiúde, aos interesses do grupo militar hegemônico. Os ministros que sucederam o general Cyro Espírito Santo Cardoso, desenvolveram uma política alternativa, na busca de consenso político-militar incorporando as preocupações nacionalistas ao profissionalismo militar. O Ministro da Guerra, general Euclides Zenóbio da Costa, assumiu o comando no conturbado período de fevereiro a agosto de 1954, buscou apaziguar os ânimos no Exército, no ponto de vista político-militar, o ministro posicionava-se aparte da polarização Estillac/Cordeiro de Farias¹⁴⁹. O general Zenóbio fazia parte de uma minoria de oficiais, extremamente ligado ao profissionalismo e à legalidade. De cultura militar francesa, no entanto sob pressão, a posição conservadora seria a adequada ao seu temperamento militar. No Ministério da Guerra, o general lançou-se numa política de coesão sem medidas arbitrárias, não recorrendo ao Regulamento Disciplinar do

¹⁴⁹ ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército...** 1999. p.159.

Exército. Ao despedir-se do Ministério da Guerra, em 30 de setembro, publicou no *Boletim do Exército*, ordem dia que sintetizava sua passagem pelo comando a partir das seguintes palavras:

A disciplina constitui [...] grande diretriz de minha administração. Busquei aprimorá-la, não com emprego de punições, corretivos ou perseguições, mas com severo exame das condições que motivaram a eclosão de atitudes menos compreensíveis em uma força armada, com a constante preocupação de, proporcionando um ambiente de tolerância, elevação e dignidade, despertar as responsabilidades que todos nós, militares, assumimos perante à Nação, quando nos comprometemos a defender e a manter a ordem pública, legítima e legalmente constituída¹⁵⁰.

O ministro seguinte, general Henrique Teixeira Lott, praticamente manteve a posição político-militar de Zenóbio, mantendo-se na legalidade, garantiu a posse de Juscelino Kubitschek e manteve a instituição acima da polarização política. O clima político no período de seu comando, entre agosto de 1954 a fevereiro de 1960, foi de constante ameaça à democracia. A conspiração política na tentativa de impedir a posse de Juscelino e Jango, organizada por Carlos Lacerda da UDN com apoio de militares extremistas, foi desmobilizada pelas armas da legalidade¹⁵¹. Na realidade, a cultura militar legalista, correspondia ao espírito militar de importante parcela da tropa, a missão militar francesa, sob o comando do general Gamelin, foi a responsável por fornecer uma cultura profissional militar de respeito à ordem política. A morte de Gamelin em 1958, mereceu ordem do dia elaborada pelo Ministro da Guerra, general Henrique Lott: “Em resumo, podemos afirmar que, ao general Gamelin deve o nosso Exército a base de sua atual cultura profissional, que o coloca, sob esse aspecto, em igualdade com os mais modernos do mundo¹⁵²”. Malgrado, o profissionalismo militar brasileiro no pós-guerra agregou o

¹⁵⁰ Boletim do Exército, nº 41 de 1954.

¹⁵¹ ESTEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército...** 1999. p.201.

¹⁵² Boletim do Exército, nº 19 de 1958.

intervencionismo político de tom anticomunista. De forma que para o grupo militar hegemônico intervir na política civil, como instituição, era não só possível como necessário para manter a ordem política. Contrariando a hegemonia militar, a busca da coesão militar para Lott representava a total neutralidade institucional frente às questões de ordem política na esfera civil. Nesse sentido, segundo as palavras do Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott:

Imunes às paixões vãs que nos possam dividir e enfraquecer, surdos às provocações e injúrias com que nos apedrejam a incompreensão de muitos, o interesse e a ambição de quem quer, saibamos manter inabaláveis os princípios e intangíveis as virtudes que enobrecem a profissão das armas de guarda tutelar do regime, das fronteiras e da soberania da Pátria¹⁵³.

De modo indubitável, frente à crescente divisão político-militar no topo da hierarquia, a coesão institucional se fazia necessária. Os Ministros da Guerra, de concepção legalista, desenvolveram políticas de conciliação para assegurar uma razoável coesão no corpo militar. Porém, como não tinham representatividade entre os grupos político-militares ativos na corporação, foram, com o desenrolar da política nacional nos anos de 1960, perdendo apoio militar. A coesão militar passou a ser construída por meio das práticas desenvolvidas pelo grupo militar conservador, o medo do “perigo vermelho”, alardeado por meios militares e civis, proporcionou uma coesão militar específica, extremamente favorável ao grupo conservador intervencionista.

Num sentido lato, os discursos e práticas militares nos anos de crise política, concentraram-se numa utopia moderna: a de coesão total. Utopia na medida em que o corpo militar não representa um grupo monolítico de poder. Em toda corporação militar há a presença de divergência político-militar. Portanto, a coesão total não

¹⁵³ Boletim do Exército, nº 52 de 1956.

corresponde à qualquer realidade institucional. No entanto, a coesão é o sonho da sociedade militar, é como ela procura simular a realidade institucional. Este sonho militar de sociedade, apresentado por Michel Foucault, tem como referência as engrenagens subordinadas das máquinas, as coerções permanentes, os treinamentos progressivos e a docilidade automática¹⁵⁴. Para tal fim, foi fundamental elaborar um conjunto de discursos e práticas no interior da caserna que fomentassem a ideia de coesão. E essa ideia foi, em boa parte, construída a partir do combate ao comunismo, de tal forma que qualquer desvio de conduta, amiúde, podia ser associado à presença de corpos estranhos – elementos monstruosos – que paulatinamente poderiam destruir a imunidade da instituição. Assim, é essa utopia que mobiliza, no plano real, a própria instituição. Em face disso, a coesão total não deve ser percebida como um mero delírio de poder, mas como algo inerente à função militar, porquanto a concepção de unidade da tropa é necessária com o propósito de que a disciplina e a hierarquia estruturem a própria sociedade militar – fornecendo valores que alimentam a ordem na caserna¹⁵⁵.

Dos meios para a conquista da unidade da tropa, as revistas militares sempre tiveram um papel importante. Dentre elas, a revista *A Defesa Nacional* traduz a mentalidade militar moderna, além de ser a fonte de formação militar – as grandes preocupações militares apresentam-se nos editoriais e nos artigos da revista. A leitura da revista era recomendada e facilitada pela instituição. A recomendação de leitura da revista, do Ministro da Guerra, em 21 de janeiro de 1947, publicada no *Boletim do Exército* e anexa à revista por mais de uma dezena de anos, demonstra a relevância pedagógica e informativa do material publicado. Assim, segundo o general Canrobert Pereira da Costa:

¹⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 1987. p.142.

¹⁵⁵ PEREIRA, João Martins. **A Natureza Instrumental das Forças Armadas**. 1985. p.92.

Tendo em vista que “*A Defesa Nacional*” vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis a formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, que intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes. Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército¹⁵⁶.

Entre as publicações do Exército, a Revista *A Defesa Nacional*, por ser de publicação perene, é um importante documento de referência para compreender como se efetivou administrativamente a utopia da coesão total no corpo militar. O “perigo vermelho” permeou toda a mobilização militar, isto é, a partir de um clima de insegurança total – pois a ameaça à liberdade se colocava de forma constante – assegurava-se a administração da coesão militar. O horror aos monstros comunistas gerava um ambiente de instabilidade e reforçava a premência do combate militar. Diante disso, podemos encontrar num dos editoriais da revista que:

[...] a vigilância é a garantia da liberdade e a ninguém mais do que a nós, militares, cabe esta vigilância. A liberdade é como o ar que respiramos e só quando ela nos falta é que compreendemos então quanto ela é essencial à nossa vida. [...] O preço da liberdade é a eterna vigilância. O homem sozinho quase não tem defesa, necessita de amigos para enfrentar o ataque ou a opressão. O que é exato quanto aos indivíduos também o é quanto às Forças Armadas e o é quanto às Nações.¹⁵⁷

Houve, nos anos que antecederam o golpe militar, uma tomada de consciência dos militares conservadores, ligados ao grupo político da “Cruzada Democrática”, frente à responsabilidade militar diante do contexto político nacional. A revista *A Defesa Nacional*, de tradição, especificamente, profissional¹⁵⁸ entrou na

¹⁵⁶ Boletim do Exército, nº 4 de 1947.

¹⁵⁷ Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional* nº 557/dez/1960.

¹⁵⁸ Convém acrescentar que a revista ainda vai priorizar as publicações referentes à cultura profissional. Assim, os artigos relacionados ao anticomunismo ocuparam o espaço de “assuntos diversos” e os editoriais.

luta contra o comunismo em 1958. O coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, membro permanente da revista, foi um dos articulistas de maior frequência nas publicações anticomunistas. O momento era delicado, a imagem que se tinha era de que o monstro comunista rondava a caserna e ameaçava a ordem civil. O imaginário militar vivia uma espécie de esquizofrenia coletiva – é como se a corporação militar estivesse se desmanchando diante da ofensiva de esquerda. Os militares responsáveis pela revista se viam ameaçados frente aos militares nacionalistas – os generais do povo – que ameaçavam a hierarquia fomentando politicamente oficiais e praças. Diante disso, a revista começa a ceder espaço importante ao anticomunismo – o sumário divide-se em assuntos de cultura profissional (técnico-militares) e assuntos de referência político-ideológica. De acordo com o editor da revista, coronel Ayrton Salgueiro de Freitas¹⁵⁹, os artigos da revista:

[...] não tratam só de técnica, como em 1913. Agora, procuramos esclarecer nossos leitores mais jovens sobre os problemas do comunismo, crença exótica que nos ameaça; nossas páginas, particularmente a partir de 1958, estão repletas de artigos sobre guerra revolucionária¹⁶⁰ [...].

Em torno do fluxo dos artigos e dos editoriais podemos mapear a construção da ideia de coesão total a partir da elaboração pedagógica do monstro comunista. Os textos publicados reforçavam o anticomunismo, fomentando nos leitores militares instrumentos de reação natural às ideias de esquerda. Destarte, com a leitura dos artigos podiam-se formar pedagogicamente subjetividades anticomunistas, num quadro geral de constante preparação para o combate. No editorial da revista anunciava-se que “[...] com a leitura do presente artigo e dos demais que vêm sendo publicados em *A Defesa Nacional* você já estará iniciando a aprendizagem para

¹⁵⁹ É preciso compreender que neste contexto a revista está ligada ao grupo de militares ligados à Cruzada Democrática, dentre eles o coronel Hugo Abreu e o coronel Golbery.

¹⁶⁰ Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional* nº 555 – out/1960.

começar a luta contra o comunismo¹⁶¹”. Trata-se de uma política de percepção cognitiva, há o esforço para informar e orientar a percepção de mundo, nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que se procura educar o corpo, encaminhando-o para a luta política¹⁶².

A luta contra o comunismo se colocava como uma cruzada democrática e cristã com a intenção de esmagar da política nacional os corpos de esquerda – a estratégia era a de banalização desses corpos. Nada de novo. Havia uma espécie de ubiquidade da presença comunista, isto é, os comunistas poderiam ser encontrados em todas as instituições do país, defendendo concepções comunistas ou, às vezes, paradoxalmente, contrárias aos princípios comunistas, como a defesa da liberdade e da democracia, uma mera aporia tática. Deste modo, os homens e as mulheres de bem deveriam permanecer com os olhos bem abertos, posto que a doutrinação comunista assumia um tom subliminar, transformando qualquer pessoa em “inocente útil”. No mesmo editorial podemos encontrar as seguintes palavras: “você está a par de como o comunista oculto, ocupando um ponto saliente no governo, no jornalismo, nas sociedades trabalhistas, na igreja ou nas escolas, pode inocular em seu espírito o veneno suficiente para tornar você elemento de propaganda, ou seja, um inocente útil”¹⁶³. Efetivamente, o tom monstruoso dado aos comunistas deve ser percebido como um processo político a fim de banalizar o “outro” a partir da invenção de um corpo com poder de sedução capaz de corromper a ordem cristã, pois não se trata de um mero discurso fantasioso de poder que se limita a si mesmo, mas de uma estratégia que busca a normalização de uma posição

¹⁶¹ Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 554 / set/1960.

¹⁶² BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. 2001. p.226.

¹⁶³ Editorial publicado na revista A Defesa Nacional nº 554 / set/1960.

de poder, de modo que foi preciso monstrualizar o outro para torná-lo corpo submisso.

Diante do comunismo não havia espaço seguro, a própria instituição militar estava permeada de corpos estranhos à ordem militar. Em 1958 houve uma reforma no ensino na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que provocou celeuma entre os militares conservadores, pois interpretaram as mudanças como de profunda paisanização dos cadetes, fruto de estratégia dos “generais do povo” com a intenção de abalar a instituição, tornando-a frágil à ação comunista. O general Antonio Jorge Corrêa traduz a recepção dessa reforma:

Causou-me estranheza que tardassem tanto os líderes comunistas a compreender que o caminho natural para abalar a coesão das Forças Armadas seria o domínio de suas escolas, em todos os níveis. No decênio de 1950, um grupo de ativistas do comunismo, já Oficiais Superiores, passou a atuar na Diretoria Geral do Ensino (DGE), e lá conseguiram aprovar, com atuação perseverante e agressiva, um novo regulamento da AMAN, descaracterizando a essência básica de nossa principal Escola de Formação de Oficiais do Exército, deformando o Espírito Militar e seus padrões. Tornou-se conhecido como o Regulamento de 58, que teria duração efêmera; mesmo assim, em apenas três anos de aplicação, conseguiu comprometer, em nossa Academia Militar, a mística e o ritual castrenses, apanágios de nossa carreira¹⁶⁴.

A reforma de 1958 foi elaborada quando o general Henrique Lott ocupava o Ministério da Guerra. É importante destacar que o ministro, repetidas vezes, era qualificado como comunista pela imprensa civil¹⁶⁵ - o que aumentava a preocupação dos militares conservadores. As diretrizes gerais para o ensino, quiçá as que trouxeram maior preocupação por parte dos militares conservadores foram os seguintes artigos:

Art. 13. Em todos os cursos da AMAN dar-se-á maior ênfase à formulação da cultura científica a que visa o ensino das ciências físico-matemáticas e

¹⁶⁴ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março (História Oral do Exército)**. Tomo 1, p.31.

¹⁶⁵ Noticiário do Exército (NE), agosto de 1957 .

humanas. A formação essencialmente técnico-militar será consolidada e completada no estágio [...] e em ciclos superiores do ensino militar.

Art. 22. Buscando mais perfeitamente socializar o cadete, integrando-o no meio acadêmico – a AMAN incentivará, particularmente atividades não ligadas diretamente aos programas e planos de ensino, facilitando e estimulando a organização de grêmios literários, artísticos, recreativos, desportivos e de estudo e debates, revistas e jornais, conjuntos orfeônicos, etc., preferencialmente no âmbito da sociedade acadêmica¹⁶⁶.

Na verdade, a reforma se colocava diametralmente no sentido contrário à concepção de coesão total formulada pelos militares conservadores. Assim, o então general Castello Branco, após assumir em 1960, o cargo de Diretor de Ensino e Formação do Exército e ser nomeado em 1961, Chefe da Diretoria Geral de Ensino (DGE), órgão de ponta no ensino militar, de imediato investiu contra a reforma de 1958. Concebida como obra de grupo esquerdista, mesmo sem qualquer evidência concreta, afastou todos os oficiais que idealizaram a reforma, substituiu a cúpula da AMAN, nomeando oficiais identificados com o projeto conservador. O novo comandante passou a ser o general Adalberto Pereira dos Santos, tendo como subcomandante, o coronel Emílio Garrastazu Médici e como Comandante do Corpo de Alunos, o coronel Antonio Jorge Corrêa. A imagem da AMAN não correspondia com a tradição inventada há pouco, por José Pessôa, o clima era, segundo o novo Comandante do Corpo de Alunos, de um ambiente normal de uma universidade. O espaço militar estava contaminado de cultura paisana, a liberdade pessoal, o deslocamento das turmas em passo sem cadência (passada normal) e a dispensa de continência, tornavam a escola frágil às investidas dos agentes do comunismo. Em face disso, Castello Branco, determinou estudos para a elaboração de um novo regulamento para a AMAN, objetivando o retorno ao tradicional modelo profissional de matriz francesa. Além disso, foi reforçado no novo currículo a “guerra

¹⁶⁶ Boletim do Exército, nº 12 de 1958.

revolucionária” com estudos em torno dos mecanismos modernos de ação comunista. Consoante a memória do Comandante do Corpo de Alunos da AMAN, na época, Antonio Jorge Corrêa:

Revogado o nefasto Regulamento de 58 e com a aplicação de novas diretrizes, foi possível, nos decênios de 1961 e 1962, restabelecer-se o primado da profissão militar, da hierarquia, da disciplina, do culto dos nossos heróis e do civismo genuíno. Nos meados de 1962, equipes selecionadas de todos os estabelecimentos de Ensino no Exército participaram de estágios realizados na DGE, destinados à preparação e à padronização de procedimentos na execução de planos e programas de guerra revolucionária, previstos na Nota de Instrução baixada pelo Estado-Maior do Exército¹⁶⁷.

A guerra revolucionária incrementou no meio militar a ameaça comunista, a Escola Superior de Guerra e o Estado-Maior do Exército passaram a destacar em seus estudos, e depois a instituição como um todo, o novo modelo de ameaça comunista que se desenrolou como paradigma a partir da Revolução Cubana de 1959, quando a ameaça adquire um sentido especial na América Latina. Assim, foi elaborada uma nova doutrina de guerra voltada para esta modalidade de conflito. Com efeito, o grupo militar conservador com a incorporação institucional da guerra revolucionária acelerou seus esforços para a conquista da coesão militar por meio das práticas anticomunistas. A principal referência, a respeito dessa nova modalidade de guerra, era francesa¹⁶⁸. A mentalidade militar brasileira tinha a França como principal fonte teórica, assim, o anticomunismo deixou de ser puro alarmismo mergulhado no passado de 1935, pois se agigantou como perigo armado, com fontes teoricamente aceitáveis, elaboradas por militares sérios de cultura militar consistente, de matriz francesa, diante de um exemplo cabal presente em Cuba. A memória do general Octávio Pereira da Costa ilustra-nos com as seguintes palavras:

¹⁶⁷ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março (História Oral do Exército)**. Tomo 1, p.32.

¹⁶⁸ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964**. 2003. p.110.

Lembro de um grande autor francês, Gabriel Bonnet, que escreveu um livro sobre guerras insurrecionais, interessantíssimo. Também existia um militar português, com grandes obras, todas desenvolviam essas ideias. Eis que surgiu, então, a doutrina da guerra revolucionária. Essa doutrina – as pessoas confundem um pouco – pois pensam que foi trazida da Escola das Américas e dos Estados Unidos. A Escola das Américas contribuiu muito, ajudou em outros aspectos, sobretudo nos ligados à repressão e ações policiais, mas esse clima de guerra revolucionária foi importado da Escola Superior de Guerra de Paris, que passou a desenvolver a teoria de guerra revolucionária. Recordo-me claramente, estava na Escola do Estado-Maior, como instrutor, e as conferências da Escola Superior de Guerra versavam sobre guerra revolucionária¹⁶⁹.

Em 1960, o discurso proferido pelo Ministro da Guerra, marca a incorporação da guerra revolucionária como elemento doutrinário anticomunista, o que implicou numa nova estratégia discursiva de elaboração do monstro político de esquerda, não mais o militar traidor, que investe contra os companheiros de farda pelas costas, na escuridão da noite. Efetivamente, não é mais o guerreiro monstruoso comunista, pois a dissuasão atômica impede a força das armas, agora é no domínio psicológico que se volta o monstro comunista. Assim diz o marechal Odylio Denys na comemoração de 27 de novembro: “[...] Nos dias atuais, quando 25 anos já nos separaram do sombrio episódio [...] apresentam-se eles com outras roupagens e insidiosas fórmulas, na presunção de empolgar as novas gerações. As ações preliminares desenvolvem-se, agora, no domínio psicológico, e a conquista da mente humana é a sua primeira preocupação¹⁷⁰.” A guerra psicológica é uma das modalidades da guerra revolucionária. No início da década de 1960, a crise política, com a intensificação da polarização entre os trabalhistas e a UDN, a perspectiva de uma guerra revolucionária, consolidou a nova doutrina de guerra. A guerra revolucionária trouxe ao anticomunismo militar, centrado no grupo conservador,

¹⁶⁹ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março (História Oral do Exército)**. Tomo 2, p.60-61.

¹⁷⁰ CARVALHO, Fernando de. **Lembra-vos de 35!** 1981. p. 348.

maior autonomia de ação, na medida em que a questão era de competência exclusivamente militar¹⁷¹.

A nova modalidade de conflito militar, segundo o coronel francês Gabriel Bonnet, pode ser expressa pela seguinte equação: Guerra de Partisans + Guerra Psicológica = Guerra Revolucionária. O aspecto psicológico, a conquista da mente humana, desempenha um papel primordial. Nada diferente das forças modernas, que no campo das relações empresarias tem no fator psicológico o elemento de destaque¹⁷². Dessa forma, o partidarismo disciplinar, o combatente afinado ideologicamente com a mobilização militar, expresso por meio de um pequeno grupo, com a capacidade de mobilização das massas, teria capacidade de abalar as instituições. A vitória não corresponde ao tradicional território de combate, pois é antes psicológica do que militar. Para o general Augusto Fragoso, a guerra revolucionária, diz respeito à “guerra apoiada nas massas populares, conduzida por uma minoria atuante¹⁷³ [...]”. O Estado-Maior do Exército, em 1959, já apresentava preocupação com relação a essa nova modalidade de conflito militar. Foi publicado o artigo “*Tática e Estratégia na Guerra Revolucionária*”, no qual transpunha para a realidade política nacional os princípios da guerra revolucionária. A mobilização política das massas em torno da ideia-força “Reformas” tinha seu equivalente na Revolução Russa “Terra e Paz”¹⁷⁴. Assim, o “perigo vermelho” tornou-se cada vez mais uma realidade militar, de forma que a ameaça comunista passou a ser uma questão que empolgava a ação militar na esfera profissional.

¹⁷¹ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964**. 2003. p.111.

¹⁷² BONNET, Gabriel. **Guerras Insurrecionais e Revolucionárias**. 1963. p. 50.

¹⁷³ BRASIL, Pedro. **Livro Branco Sobre a Guerra Revolucionária**. 1964. p. 7.

¹⁷⁴ Ibid., p. 7.

Nos primeiros anos da década de 1960, com o aprofundamento da crise política nacional, houve condições político-militares para que os militares conservadores pudessem tornar a uma realidade militar¹⁷⁵. O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) em 1961, define esta nova modalidade de conflito nos seguintes termos:

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e de parcela da população assim subvertida¹⁷⁶.

A doutrina referente à guerra revolucionária possibilitou o enquadramento da realidade política nacional ao “perigo vermelho”. Num contexto de ampliação da participação política, os debaixo pontuando demandas sociais, as massas populares, para as elites conservadoras, apresentavam um horizonte político de medo. Para o grupo hegemônico militar toda a teoria acerca da ameaça estava contida na realidade nacional. O indivíduo da moderna sociedade burguesa corria perigo, e com ele todas as instituições que lhe asseguravam a existência, principalmente a militar. De acordo com o teórico da guerra revolucionária, o coronel português, Hermes de Araujo Oliveira: “A finalidade última da guerra revolucionária é substituir a atual sociedade, baseada no indivíduo, por uma sociedade, baseada na massa¹⁷⁷”. Esta sociedade massificada seria administrada de forma autoritária pelo partido único, após enfraquecer todas as demais instituições.

A guerra revolucionária se desenvolve em fases, meticulosamente orquestradas pelos comunistas, num total de cinco. A primeira fase é a de agitação

¹⁷⁵ FILHO, João Roberto Martins. **Forças Armadas e Política, 1945-1964**. 2003. p.111.

¹⁷⁶ BRASIL, Pedro. **Livro Branco Sobre a Guerra Revolucionária**. 1964. p. 9.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Hermes de Araujo. **Guerra Revolucionária**. 1965. p.89.

política, agentes infiltrados investem contra a estabilidade política; a segunda fase caracteriza-se pela infiltração de elementos revolucionários nas instituições e na própria sociedade, o objetivo é o de criar um clima revolucionário; na terceira fase há a utilização da violência física, do terror, com a organização de um espírito de guerrilha; na fase seguinte, já presenciamos a conquista de zonas liberadas, de exércitos populares, onde se busca instalar um Governo Revolucionário; na última fase, há a cristalização ideológica, o funcionamento de hierarquias paralelas, concorrendo com o poder formal e a militarização com o emprego de um organismo militar complexo e capaz de garantir a vitória¹⁷⁸. Por meio teórico, os militares podiam mensurar o exato momento em que se encontravam, no país, as pretensões revolucionárias comunistas. Além disso, havia, basicamente, duas modalidades de guerra revolucionária, a guerra psicológica, longa e complexa, que dizia respeito basicamente ao domínio estratégico e a guerra de guerrilhas, combate do tipo irregular que vislumbra o desgaste e a desmoralização das forças adversárias. A guerra psicológica diz respeito às técnicas construtivas, com a utilização dos últimos recursos da psicologia experimental, produzindo uma impregnação psicológica, a partir de slogans adaptados à realidade conjuntural, utilizando de todos os meios de propagação possíveis. Trata-se de uma luta de vida e morte com a intenção de conquistar a mente humana. Já a guerra de guerrilha, está entre as técnicas destrutivas que visam a atingir as organizações administrativas, policiais e militares, enfraquecendo-as, apartando, assim, as massas do governo¹⁷⁹.

No ano de 1960 a revista *A Defesa Nacional* publicou uma série de artigos, em grande parte de militares estrangeiros, em torno da guerra revolucionária. Nas notas do redator, major Raposo Filho, havia a manifestação de uma demanda militar

¹⁷⁸ BRASIL, Pedro. **Livro Branco Sobre a Guerra Revolucionária**. 1964. p. 15-16.

¹⁷⁹ XIMENES. **Guerra Revolucionária...** 1960. p.95-96.

por estudos específicos voltados ao caso brasileiro. Assim, de acordo com o major, estudos referentes à guerra revolucionária deveriam abranger a América do Sul e fundamentalmente o caso brasileiro¹⁸⁰. Para os próximos números da revista, houve a publicação de estudos mais específicos. O coronel Carlos de Meira Mattos, no número seguinte da revista, publica o artigo “*Guerra Revolucionária: A Guerra Insurrecional ou Revolucionária*” em que desloca para o país toda a teorização referente à guerra revolucionária elaborada, principalmente, pelos franceses. Naquele momento o novo tipo de conflito militar já vinha sendo estudado na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O texto foi elaborado com o sentido de convencer os demais militares do perigo que representa a guerra revolucionária moderna, na medida em que, segundo as palavras do coronel:

A compreensão nítida do fenômeno da guerra revolucionária, na sua devida extensão e profundas consequências, representa uma grave responsabilidade dos estadistas, chefes militares e estados-maiores das nações do mundo moderno¹⁸¹.

O Ministério da Guerra sob o comando de Odylio Denys passou a ativamente desenvolver medidas político-militares de coesão da tropa, a fim de salvaguardar a instituição e o país do fenômeno da guerra revolucionária. Tratava-se de isolar os militares comprometidos com ideias nacionalistas que, para o grupo conservador, representava estar a serviço do comunismo político. Imediatamente, após assumir o posto, o Ministro da Guerra convocou uma reunião com os militares afinados com o “realismo conservador” – os oficiais nacionalistas não foram convidados; nela exigiu a unidade militar diante da ameaça comunista. Foi a busca de entendimento entre os militares identificados com o anticomunismo, e, ao mesmo tempo, uma espécie de

¹⁸⁰ FILHO, A. Raposo. **Nota do Redator**. 1960. p.131.

¹⁸¹ MATTOS, Carlos Meira. **Guerra Revolucionária...** 1960. p. 118.

declaração formal de guerra interna contra os oficiais considerados de esquerda, na medida em que conforme Odylio Denys: “Eu sabia que não podia com eles contar, porque nós não éramos seus chefes, pois estes são ocultos e estranhos ao país¹⁸²”. A coesão militar foi elaborada em torno da luta contra o comunismo, o Marechal Odylio Denys classificava politicamente os oficiais em posição de comando no Exército, militares no topo da hierarquia, como de elementos de direita, de centro e de esquerda. A coesão militar foi parcial, porém, garantiu a hegemonia necessária para as ações intervencionistas do Exército na política civil, tratou-se de uma união de forças entre os militares de direita, radicalmente anticomunistas, e os de centro mais profissionais do que anticomunistas, distantes do tenentismo político como cultura militar.

Do ponto de vista militar, não foi algo desprezível para a unidade militar a presença, com seu pesado aporte internacional, da guerra revolucionária. Ela foi uma espécie de teia estrategicamente organizada para enredar toda a conjuntura política do país. Assim, num contexto político de profunda radicalização, os analistas militares conseguiam perfeitamente açambarcar o momento nacional como o de iminente guerra revolucionária – o que por si mesmo garantia a coesão militar.

No comando de Odylio Denys, houve um avanço das forças conservadoras militares, pois ocorreu um momento de consonância de forças. No Estado-Maior do Exército, naquele momento, estavam servindo os oficiais mais articulados com a posição do ministro, dentre eles, os coronéis Ernesto Geisel, Ednardo D’Ávila e Golbery de Couto e Silva, todos sob a chefia do general Floriano de Lima Brayner. Este general foi o responsável pela introdução da guerra revolucionária no EME. O anticomunismo militar já era uma realidade militar no órgão. Na chefia do EME

¹⁸² DENIS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. 1980. p.78.

também tivemos, por um breve período, entre cinco de setembro de 1962 a treze de setembro de 1963, o general Machado Lopes, de cultura liberal e anticomunista, ele reagia às expressões de esquerda no país, assim, de acordo com o chefe do EME: “[...] cumpre-nos evitar que ideias exóticas, inassimiláveis, completamente estranhas ao nosso sentido de vida, procurem enfraquecer os laços que dão unidade, e força à vida nacional e se infiltrem danosamente no nosso organismo social¹⁸³”. Certamente, pensar o EME nos mesmos termos que Góes Monteiro, como “oficina espiritual do Exército”, com a missão de assessorar diuturnamente o Ministro da Guerra, faz-nos compreender que quando há consonância de propósitos entre o Ministério da Guerra e o EME, facilita-se a organização militar proporcionando um nível importante de coesão.

A crise política de 1961, fruto da pressão dos ministros militares contrários à posse de João Goulart, que imediatamente transformou-se uma crise político-militar com a recusa do comandante do III Exército em aderir ao movimento intervencionista. O general Machado Lopes posicionou-se ao lado da legalidade constitucional, um ato que, independentemente do isolamento político-militar, os demais comandantes permaneceram fiéis ao Ministro do Exército, demonstrou que a coesão necessária à ação político-militar ainda não estava consolidada. O movimento anti-Goulart foi puramente ideológico, não houve qualquer fato militar que produzisse uma coesão de alta intensidade. Dito de outro modo, a posição dos ministros militares baseava-se exclusivamente em suposições, o anticomunismo evidenciado no *Manifesto à Nação* não trazia fatos de segurança militar capazes de mobilizar com consistência o conjunto dos militares. O texto apenas apresentava insinuações, do tipo:

¹⁸³ BANHA, Paulo da Motta (Coordenação). **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p.133.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou claro e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares¹⁸⁴.

Nada de concreto. Para o comandante do III Exército, general Machado Lopes, “era evidente que os Ministros militares haviam deliberado vetar a posse do Sr. João Goulart na Presidência da República, sobrepondo-se à lei¹⁸⁵”. De cultura militar legalista, contrário à toda interferência militar na política civil, o general, mesmo reticente ao radicalismo trabalhista de Leonel Brizola, apoiou militarmente o movimento da “Legalidade” no Rio Grande do Sul. No limite, a posição do III Exército, forçou a adoção do parlamentarismo como saída para a crise. Seria preciso a emergência de eventos políticos decisivos para que a teoria da guerra revolucionária pudesse produzir, no corpo militar, efeitos de verdade que viabilizasse a mobilização institucional de forma contundente. Ao contrário da concepção geral que se faz dos militares, o militar é absolutamente cauteloso quando se refere à ação bélica, principalmente quando seus quadros revelam um nível de militarização importante. Referindo-se ao militar, Samuel Huntington diz: “Ele tem medo da guerra, quer preparar-se para a guerra, mas nunca se sente pronto para travá-la¹⁸⁶”. O militar é essencialmente cauteloso, daí a dificuldade para arregimentar a instituição sem a presença de fatos evidentes. Ou seja, é preciso um grande estrondo na área de segurança, uma ameaça concreta, em termos militares, para que a coesão transforme-se num fato político-militar.

¹⁸⁴ Noticiário do Exército (NE), setembro de 1961.

¹⁸⁵ LOPES, José Machado. **O III Exército na Crise da Renúncia...** 1979. p. 43.

¹⁸⁶ HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**. 1996. p.87.

O marechal Odylio Denys, além de neutralizar os militares de esquerda no Exército, desenvolveu uma campanha de coesão no corpo militar, favorecendo o grupo hegemônico da Cruzada Democrática com promoções, também manteve uma posição de neutralidade frente às eleições presidenciais que deram vitória a Jânio Quadros¹⁸⁷. Ao retirar-se do ministério, o marechal também se despedia do serviço ativo, em discurso político-militar reafirmou suas convicções, afirmando que o desfecho da crise salvaguardou o país da guerra civil e o manteve na linha democrática e cristã¹⁸⁸.

Somando-se à guerra revolucionária, nova forma de perceber o “perigo vermelho”, o conservadorismo militar teve no anticomunismo católico importância decisiva. Objetivamente, o anticomunismo militar estava atrelado ao catolicismo conservador. O Boletim da União Católica dos Militares intitulado *O Bom Militar*, divulgado por meio oficial (*Boletim do Exército*) é fundamental para o entendimento das relações de aproximação da instituição militar com a Igreja. O coronel Luiz Guimarães Regadas e o tenente-coronel Francisco Fernandes Carvalho Filho eram os redatores, parte do boletim tinha como intenção a divulgação de informações anticomunistas, basicamente de jornais estrangeiros. Por exemplo, em 1956, numa de suas reportagens, podemos destacar o seguinte título: “O Comunismo destrói o indivíduo”. No artigo, procurava-se denunciar o autoritarismo na Polônia. As informações revelavam o caso do compositor polonês Andreza Panufnik, que ao fugir de sua Pátria, declarou que a vida no sistema comunista é ainda muito mais difícil para os artistas do que para os trabalhadores; pois ao artista não lhe sugam apenas a força física, mas principalmente a imaginação que deve estar subordinada aos interesses do partido comunista. Ademais, na mesma reportagem encontramos

¹⁸⁷ HAYES, Robert. **Nação Armada...** 1991. p. 206.

¹⁸⁸ Noticiário do Exército (NE), setembro de 1961.

o relato de um militar, também da Polônia, o marinheiro Antoni Klimowicz, exilado na Grã-Bretanha, que denunciou as condições do Exército Polonês, como o de um exército satélite sob o comando soviético em que muitos oficiais sequer falam a língua nacional¹⁸⁹. O movimento era importante, pois agregava a família militar em seu conjunto. Na verdade, “o bom militar” era, em geral, católico e anticomunista. O jornal militar *Noticiário do Exército*, amiúde, abria espaço para o anticomunismo católico. Em julho de 1961, foi publicado neste jornal *Oração Contra o Comunismo* do Cardeal de São Paulo, Dom Carlos de Vasconcellos Motta, que deveria ser rezada em todos os templos de sua arquidiocese. Num dos trechos da oração podemos perceber a busca da mobilização cristã contra o inimigo vermelho:

Vós que sois o Senhor dos Exércitos, contende as hordas dos malignos, dos usurpadores, dos vesânicos, dos incrêus, dos malvados! E iluminai o mundo com o clarão de Vosso constante desvelo e dão os homens de boa vontade, os que fazem a grandeza e a felicidade da civilização cristã, a paz perfeita e a felicidade em Vós, pondo-os a salvo do comunismo Ateu e confundindo aos que trazem a cizânia, a fome, a destruição, a morte! [...] Velai pelo Universo que criastes, valai pela América, valai pelo Brasil! Pelo Brasil, principalmente, pelo Brasil que estas a vossos pés e que jamais se há de divorciar do Vosso Santo Evangelho, da Vossa Santa Lei para louvor e exaltação da Vossa Santa e Sempiterna Glória! Amém¹⁹⁰.

Entre 1961 e 1964 houve um grande surto anticomunista no Brasil. O que facilitou a coesão militar, ponto fundamental para que o processo de intervenção na política civil se fechasse com o golpe político-militar de 1964, visto que um conjunto de entidades anticomunistas estruturou-se nesse período, algumas sem consistência organizacional, representada por um pequeno grupo de anticomunistas. De duração efêmera, estas entidades apenas contribuíram para o aumento da sensação de medo que rondava o país, como a Legião Anticomunista, por exemplo. Contudo, havia, também, as entidades com tradição na luta contra o comunismo, como a

¹⁸⁹ Boletim do Exército, nº 47 de 1956.

¹⁹⁰ Noticiário do Exército (NE), julho de 1961.

Cruzada Brasileira Anticomunista, a Liga de Defesa Nacional, o Movimento por um Mundo Cristão e outras, que deram consistência ao considerável “perigo vermelho” do período¹⁹¹. No Exército, o período de instabilidade político-militar, que se agravava de acordo com a conjuntura política nacional. O epicentro da crise estava, sem dúvida, no Governo Goulart, visto pelos conservadores como espaço de proliferação de comunistas e esquerdistas em geral. Com efeito, o Governo de Goulart, de acordo com Caio Navarro de Toledo: “nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado¹⁹²”. A alta rotatividade de generais no Ministério da Guerra corrobora o clima político de seu governo.

O primeiro Ministro da Guerra do Governo Goulart, general João Segadas Vianna, buscou assegurar a coesão militar, sem anular os grupos político-militares conflitantes. No discurso de posse afirmou:

Só a união de todos os companheiros, esquecendo possíveis divergências momentâneas, e irmanados no princípio da legalidade, sem vacilações, de acordo com o juramento prestado ao ingressarmos na carreira das armas, é que poderá criar um ambiente de paz, sem desconfianças, que nos permita trabalhar pela grandeza do Exército e, portanto, de nossa Pátria. [...] Espero, assim, merecer a colaboração leal e franca de todos os meus camaradas e muito especialmente do Quadro de Generais, a quem cabe a maior parcela de responsabilidade pela orientação que devem imprimir aos seus subordinados, em virtude dos altos cargos que exercem¹⁹³.

Porém, o anticomunismo militar, para o novo ministro, persistia como resultado constante da ameaça da ordem. Assim, o pronunciamento do Ministro da Guerra, no dia 27 de novembro, reforçava a necessidade de união no combate ao inimigo comum, inimigo esse responsável pela desagregação da força. É o que podemos perceber a partir das seguintes palavras do general João Segadas Vianna: “O inimigo, que em 1935 ameaçou a Pátria, permanece atuante, usando novas

¹⁹¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. 2002. p.237-238.

¹⁹² TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 1994. p.7.

¹⁹³ Noticiário do Exército (NE), setembro de 1961.

técnicas de desagregação e se apresentando sob as mais insidiosas e traiçoeiras facetas. [...] Confio em que o Exército verá unidas suas aspirações e abafadas as rivalidades porventura existentes, ante uma ideia que é a dos supremos interesses da Pátria contra o inimigo comum¹⁹⁴ [...]” A ideia de coesão militar, tinha no anticomunismo militar, no “perigo vermelho” a sua razão de ser. Tudo levava ao isolamento de João Goulart do poder político-militar, na medida em que o PTB foi, nos anos de 1960, um forte aliado do PCB. A presença de partidários ou simpatizantes da esquerda causava constrangimento para o comando do Ministério da Guerra, e a intensidade do respeito hierárquico era inversamente proporcional à posição de apoio do ministro ao governo. Diante disso, as condições de hegemonia político-militar institucional se estruturavam abaixo do Ministério da Guerra, sendo o Estado-Maior do Exército, parafraseando Góes Monteiro, uma verdadeira “oficina espiritual do intervencionismo político-militar conservador”.

Foi publicada no *Noticiário do Exército* (NE) no final de 1961 uma nota de divulgação do livro “*Democracia e Comunismo*”, de autoria do coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, publicado pelo Estado-Maior do Exército. O livro foi vendido rapidamente, consumido por militares e civis, tratava-se de compilação de tudo que o autor havia escrito até aquele momento sobre a ameaça comunista¹⁹⁵. Naturalmente, a publicação do livro evidenciava toda a preocupação dos militares conservadores para com a conquista da opinião pública militar, evidenciando o “perigo vermelho” como preocupação militar. A capa do livro ilustra sobre o mapa do Brasil a presença de um soldado, isolado, lutando contra uma enorme mão vermelha de imagem assustadora, diabólica, que investe contra a Pátria. De certa forma, sintetiza as proposições do anticomunismo militar, uma luta sem trégua contra o

¹⁹⁴ CARVALHO, Fernando de. **Lembra-vo**s de 35! 1981. p.360.

¹⁹⁵ Noticiário do Exército (NE), dezembro de 1961.

comunismo, que deve se colocar, primeiramente, a partir do esclarecimento individual. Ler o livro é o começo de tudo¹⁹⁶.

O período de 1961 a 1964, além do crescente anticomunismo de oposição ao Governo de João Goulart, foi, também, o de esgotamento das forças militares legalistas. Melhor ainda, esgotamento de toda legalidade possível. Nesse período, desenvolveu-se no país uma intensa sensação de crise¹⁹⁷, assim, cada evento político era imediatamente percebido como de ameaça à ordem. Ideologicamente, o Presidente não encontrou apoio no corpo institucional militar, então procurou cercar-se de generais identificados com seu projeto político ou de amizade pessoal, como o caso de Amauri Kruehl. Porém, a politização do Ministério da Guerra o isolou do corpo da tropa¹⁹⁸, deixando espaço para as ações conservadoras sobre a caserna advindas do Estado-Maior do Exército, principalmente no comando de Castello Branco. Efetivamente, o espaço de poder apresentado aos chamados “generais do povo” por Goulart estava vazio.

Castello Branco, como chefe do Estado-Maior do Exército, teve um papel importante como força de reação ao Governo Goulart, sucedeu o comando de Machado Lopes e desenvolveu uma política militar de vanguarda sobre a instituição, ao ponto de ser o maior responsável pela coesão conservadora no Exército. Chefiou o órgão de setembro de 1963 a abril de 1964, momento crítico em que o Exército se lançou como instituição, guiado pelo EME em detrimento do próprio Ministério da Guerra. No EME Castello Branco dedicou-se inteiramente aos assuntos referentes à guerra revolucionária e ao intervencionismo político-militar¹⁹⁹. O período de comando

¹⁹⁶ FREITAS, Ayrton Salgueiro de. **Democracia e Comunismo**. 1961. p.5.

¹⁹⁷ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. 1975. p.101.

¹⁹⁸ HAYES, Robert. **Nação Armada...** 1991. p. 208-209.

¹⁹⁹ BANHA, Paulo da Motta (Coordenação). **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p.133.

de Castello Branco foi de intensa radicalização político-militar no país, praças reivindicando elegibilidade eleitoral, enfim, os debaixo da sociedade militar, tal como os da sociedade civil, exigiam reformas sociais. Consoante a memória do general Ruy Leal Campello, na época era tenente-coronel: “A verdade é que o general Castello, a partir da assunção da chefia do EME, ficou em evidência, e trazia consigo a esperança capaz de atender à solução para a difícil conjuntura que envolvia o país²⁰⁰.” Entre os militares conservadores a relação inflação-greve-inflação era evidente, de fato, a crença de que o governo estimulava a greve e que ela gerava inflação, violência e o enfraquecimento da própria condição militar eram, amiúde, evidenciados nos periódicos militares²⁰¹. Se no campo econômico as greves representavam o colapso do capitalismo moderno, no político-militar os movimentos grevistas traduziam a própria superação da ordem moderna, por caminhos bárbaros, pelo comunismo internacional, ou seja, era a emergência da guerra revolucionária.

Para os militares conservadores os comunistas estavam infiltrados no governo, a afirmação de Prestes de que “Temos o Governo, falta-nos o poder” confirmava suas convicções. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e as Ligas Camponesas de Francisco Julião eram entidades populares que instigavam preocupações militares. Além, dos famosos Grupo dos Onze, de Leonel Brizola. Assim, as elites brasileiras, inclusive a militar, compreenderam os movimentos populares como expressão do “perigo vermelho”. Segundo a memória do coronel Genivaldo Catão Torquato: “As Forças Armadas, por sua vez, compreendem que havia chegado ao país a guerra revolucionária [...] e o

²⁰⁰ MOTTA, Aricildes de Moraes. **31 de Março: O Movimento revolucionário...** Tomo 3. 2003. p. 57.

²⁰¹ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. 1975. p.106.

Estado-Maior intensifica o estudo desse tipo de guerra²⁰²». A política reformista do PTB, que incorporara proposições políticas da esquerda em geral, fundamentalmente do PCB, proporcionou um clima político de radicalização e medo. De forma que mesmo João Goulart não sendo comunista, para os conservadores, ele fazia a política do PCB. Realmente, a radicalização alimentou o medo dos militares, dos empresários e da igreja²⁰³. Para os militares a conjuntura política do país traduzia-se como um fenômeno típico da guerra revolucionária, o que possibilitou a transformação do “perigo vermelho” em realidade militar.

Assim, os militares conservadores verificavam as sucessivas quebra de hierarquia nas Forças Armadas, as revoltas e greves populares como ambiente de guerra revolucionária. O Estado-Maior do Exército realizava, a partir de estudos, publicações de caráter hermenêutico acerca das práticas de esquerda que referendavam a existência de guerra revolucionária. Num trabalho intitulado “A Guerra Política dos Sovietes na América Latina”, há a afirmação de que embora haja linhas diferentes de ação nos países sul-americanos, todas as linhas convergem num objetivo comum, a luta contra o Ocidente liderado pelos Estados Unidos. Destarte, os sucessivos discursos antiimperialistas dos líderes do PTB, principalmente de Leonel Brizola, eram percebidos como estratégias da guerra revolucionária²⁰⁴. Ademais, toda a mobilização geral da esquerda política nacional, focada nos líderes do PTB, João Goulart e Leonel Brizola, era vista como de completa ligação com a concepção de sublevação da ordem capitalista. Em suma, as manifestações populares de apoio às “reformas” são logo traduzidas como

²⁰² MOTTA, Aricildes de Moraes. **31 de Março: O Movimento revolucionário...** Tomo 4. 2003. p.137.

²⁰³ GOMES, Angela de Castro. **Partido Trabalhista Brasileiro...** 2007. p. 78.

²⁰⁴ BRASIL, Pedro. **Livro Branco Sobre a Guerra Revolucionária.** 1964. p.26-27.

mecanismo bolchevista a fim de cativar as massas trabalhadoras para realizar o sonho comunista de uma sociedade autoritária.

Por certo, o clima de medo, de eclosão da guerra revolucionária, desencadeou no corpo militar o sentimento de ameaça institucional. Logo passaram a hostilizar toda e qualquer mobilização popular de esquerda²⁰⁵. O comício do dia 13 de março de 1964, organizado por João Goulart, com a intenção de pressionar a oposição para que as reformas fossem realizadas foi um dos eventos importantes para que os militares conservadores passassem a intensa ofensiva intervencionista. O Estado-Maior do Exército, por meio da chefia, general Castello Branco, questionou o uso do Ministério da Guerra para fins políticos. Em 20 de março de 1964, o chefe do EME enviou documento que circulou entre os subordinados do órgão. Nele encontramos as seguintes palavras:

Compreendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 de março do corrente mês. Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e nos setores que lhes são dependentes, mas, também, na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares. Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra.

São Evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o deslocamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos²⁰⁶.

Em substância, Castello Branco redigiu o documento como se ele fosse o próprio Exército, o Estado-Maior é um órgão consultivo, de assessoramento ao Ministro da Guerra, no entanto, nos momentos em que o ministério não representava o pensamento hegemônico institucional, o chefe do EME, representante das forças conservadoras, lançava posição ofensiva fazendo universais as proposições

²⁰⁵ STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. 1975. p.114.

²⁰⁶ ESTEVES, Dinis (Compilador). **Documentos Históricos do Estado-Maior...** 1996. p.337-338.

desenvolvidas no órgão e na ESG – e defendidas ao longo das disputas político-militares no Clube Militar pela Cruzada Democrática.

Malgrado, Castello Branco, na visão dos militares conservadores exaltados, era, naquele momento, apenas um burocrata da administração militar. O documento citado acima não foi de ampla divulgação, apenas os subordinados do EME tiveram acesso intencional, segundo o general Carlos Luís Guedes que, junto com Mourão, teve papel importante no atabalhoadado deslocamento das tropas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro; somente em 30 de março teve acesso ao documento, contudo não teria deslocado tropas a serviço da revolução, pois, para ele Castello não revelava no documento nenhuma inclinação revolucionária²⁰⁷. Certamente, Castello foi extremamente cauteloso em todo o processo, malograr representaria desperdiçar todo o esforço de décadas de organização conservadora.

No entanto, o papel fundamental do EME não foi o de deflagrar o movimento, mas o de preparar a coesão necessária para a intervenção da instituição militar na política civil. Nesse sentido, foi mais estratégica do que tática. Naturalmente, o Estado-Maior do Exército representado na figura de seu chefe não deflagrou o movimento que em março de 1964 derrubou, sem grande resistência, o Governo de João Goulart. No entanto, foi este órgão que desde 1959 concentrou esforços para a solidificação da guerra revolucionária como doutrina militar. Em larga medida, graças a isso o Exército teve condições de, no tumultuado momento de crise política, transformar a realidade política nacional em teoria de guerra. A coesão militar suficiente para dar sustentação ao movimento político-militar vitorioso foi construída, lentamente, pelos militares conservadores e esta “oficina espiritual do Exército”, no

²⁰⁷ GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. 1979. p.168.

momento conveniente, assumiu a vanguarda da ação. Lembremos que o primeiro presidente da República Militar foi seu chefe, o general Castello Branco.

A coesão militar não deve ser percebida no plano exclusivamente institucional, no interior dos quartéis. Pelo fato de que os militares, por mais que se isolem – buscando um mundo à parte do civil – constroem-se a si mesmos a partir de práticas culturais presentes num contexto amplo, ou seja, na sociedade nacional. Assim sendo, além dos mecanismos internos, elementos de fora da instituição, por ela agregados, jogaram papel importante. A presença de um catolicismo conservador, de uma imprensa alarmista de mesmo tom e de políticos civis golpistas, todos radicalmente anticomunistas e afinados com a integração econômica do país ao sistema econômico americano facilitaram a coesão militar, mobilizando até mesmo moderados (civis e militares) para a intervenção político-militar. Dessa forma, estes grupos, em nome da nação, mobilizaram-se em torno de duas causas: primeiramente, a luta contra o “perigo vermelho”, que naquele momento, no imaginário político, era a mais pura realidade, por último, a viabilização da economia, em contexto inflacionário, por meio de receitas ortodoxas, do capitalismo liberal, de matriz americana²⁰⁸.

Não podemos negligenciar que o Exército assumiu a direção política de um país, de cultura autoritária. O anticomunismo que mobilizou a coesão no corpo militar, não diz nada da natureza militar, efetivamente traduz todo um contexto geral de medo dos “donos do poder” nacional frente às desigualdades sociais que, para eles, representava um perigo real de ameaça à ordem política. Quando emergem de forma contundente as desigualdades sociais, as relações de poder assumem

²⁰⁸ COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. 1980. p.158.

abertamente práticas de opressão física e/ ou psíquica²⁰⁹. Um traço cultural da política nacional, a frágil democracia do pós-guerra no Brasil encerrou-se em 1964, porque expôs conflitos e contradições perigosos ao “progresso” do país e à administração do Estado. Ao longo da história republicana brasileira, o Exército foi desenvolvendo-se, a fim de colocar-se como instrumento de negação das contradições sociais. A sociedade política percebe a instituição militar como panacéia para todos os problemas nacionais, os próprios militares, naquele contexto, produziram uma auto-imagem nesta direção. Portanto, longe do sentimentalismo político, os militares conservadores que construíram o movimento político-militar que depôs João Goulart são, no palco geral nacional, produto do autoritarismo presente na cultura brasileira. Consoante Marilena Chaui:

[...] temos hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político²¹⁰.

Diante disso, não podemos apartar o Exército do corpo social que criou as condições objetivas para que a ação militar tivesse êxito. Os militares conservadores tiveram um papel importante, contudo só foi relevante porque teve, na sociedade política, apoio para que no interior da caserna, autoritariamente, fosse construída a coesão necessária à ação político-militar. O autoritarismo presente na cultura política nacional, que vislumbra um mundo hierarquizado, negligenciando a horizontalidade condição *sine qua non* à existência da democracia, foi decisivo para que, em 1964, a solução da crise política se fizesse por meio militar. Assim, a coesão militar que garantiu a vitória não diz respeito exclusivo ao trabalho dos militares conservadores dentro dos quartéis, mas, também, ao mundo civil, mais precisamente de uma elite

²⁰⁹ CHAUI, Marilena. Brasil: **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 2000. p.89.

²¹⁰ Ibid., p.90.

conservadora nacional num clima internacional tenso fruto da Guerra Fria. Simone de Beauvoir, expressa de forma contundente este momento: “Sabemos bem: o burguês de hoje tem medo²¹¹”. Dentro deste quadro de horror frente à alteridade ameaçadora dos “debaixo”, apresentados como corpos frágeis às investidas comunistas, que a ação político-militar se fez presente num país de cultura fortemente autoritária.

²¹¹ BEAUVOIR, Simone de. **O Pensamento de Direita, Hoje**. 1967. p.3

3. O EXÉRCITO NO ESTADO MILITAR:

Os Expurgos e a Nova Ordem Político-Militar

Punir é uma função formalizada, assim como cuidar, educar, disciplinar, fazer trabalhar.

Gilles Deleuze

Era condição vital para os militares vitoriosos alijar das fileiras das Forças Armadas aqueles que, passiva ou ativamente, discordavam.

Hélio Silva

A Revolução deve atingir profundamente todas as Forças Armadas em sua doutrina, estrutura e mentalidade.

Arthur da Costa e Silva

Antes de tudo, é necessário apresentar, em termos conceituais, o Estado Militar elaborado após 31 de março de 1964 no Brasil, visto que as transformações constituídas no Exército foram articuladas em função da demanda política de segurança do Estado a fim de estabelecer uma nova ordem política. Em específico, o Exército Brasileiro, nos governos militares, foi administrado a partir de imperativos formulados para sustentar o Estado Militar durante o processo de modernização conservadora do país, de forma que a instituição foi preparada tanto para, ao longo do regime militar manter-se no controle do poder do Estado, como para afastar-se dele em momento apropriado.

O Estado Militar Brasileiro foi, paulatinamente, tomando a forma autoritária. O sistema de dominação militar do Estado passou de “democracia manipulada”, com razoável horizonte de liberdade no governo de Castello Branco, para um Estado

Autoritário Modernizador, principalmente após o AI-5, com a democracia posta como mero espectro, numa fachada constitucional¹. Na construção da nova ordem pós-64 houve a preocupação por parte dos chefes militares, que tomaram o poder, de eliminar a imagem do militarismo latino-americano da conjunção político-administrativa do Estado. O movimento foi caracterizado de civil-militar, antes de qualquer teorização acadêmica, no Ato Institucional de 1964, primeiro de uma série, podemos ler: “É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre seu futuro”². Por essa forma, a apresentação à paisana dos presidentes da República foi estrategicamente posta para fixar a imagem civil, portanto, política do Estado. Entretanto, o Estado Militar em vigência teve como objetivo o de suprimir o lado político³ diante de qualquer ameaça da ordem, caracterizando o aspecto militar do mando. Em suma, não podemos nos furtar de que o homem-de-guerra à paisana no controle de posições burocráticas de Estado, tipicamente exercidas por civis, continua a ser, essencialmente, militar. Assim, o Estado constituído no Brasil após 1964, independentemente da imagem à paisana do poder, foi, em larga medida, do tipo militar, pois houve o controle militar sobre o Estado com o avanço da militarização. Apesar disso, não podemos associar o Estado Militar, forjado no país, ao militarismo, visto não se tratar, em absoluto, de um Estado Militarista. O militarismo implica o controle geral dos militares sobre o mundo civil⁴. No Governo Militarista o Estado é objeto da demanda militar; não há racionalização burocrática para a tomada de

¹ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 344.

² Boletim do Exército, nº 17 de 1964.

³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 318.

⁴ PASQUINO, Gianfranco. **Militarismo (verbete)**. 1998. p.749.

decisão; os governantes assumem a postura de casta militar, ostentando uniformes e medalhas, constringendo e coagindo os civis.

No caso brasileiro, o regime militar procurou desde os primeiros momentos de governo, apartar as instituições militares da política civil para garantir a ordem e excluir a presença da política na caserna. Desse modo, a administração das instituições militares visando à coesão total estava entre as prioridades do Estado Militar. Para assegurar o regime militar foi preciso demarcar a territorialidade do exercício do poder. Uma fronteira foi estabelecida, ela procurava dividir os militares palacianos, aqueles que ocupavam cargos civis ou de estado, dos militares da caserna, chefes militares do interior da corporação. Os militares palacianos, *grosso modo*, antes de ocupar o cargo, eram imediatamente transferidos para a reserva, ou seja, deslocados dos vínculos institucionais. Os militares institucionais ficavam excluídos da política civil, presos aos regulamentos militares, sub-repticiamente, silenciados e restritos às atividades burocráticas da instituição.

O regime militar brasileiro, apesar de não constituir-se como Estado Militarista, pode ser caracterizado como Estado Militar de práticas acentuadamente autoritárias. Realmente, a atitude militarista, centrada no personalismo militar e no espírito belicoso, voltada para o empobrecimento da sociedade civil em benefício da sociedade militar⁵, esteve ausente no Regime Militar Brasileiro. No limite, podemos conceituá-lo como Estado Militar porque a atitude militar, de impessoalidade do mando e da técnica do poder, acompanhou a razão de Estado nos governos dos generais-presidentes à paisana.

⁵ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. 1967. p.25.

Houve no Estado Militar uma intensificação da burocratização, da razão instrumental moderna para efetivar a modernização conservadora de crescente predomínio da técnica sobre a política. O conceito de “Autoritarismo Burocrático” desenvolvido por Guillermo O'Donnell diz respeito ao Estado Autoritário numa economia capitalista, portanto a dominação é, prioritariamente, de classe, da grande burguesia. As características do Estado Burocrático Autoritário de O'Donnell contemplam, no geral, os Estados elaborados nos regimes militares na América Latina, das quais, em síntese, podemos citar: coerção política, re-subordinação do setor popular, normalização da economia, supressão da cidadania e da democracia, racionalidade técnica e o acesso ao Estado por parte de militares e de grandes empresários⁶. Porém, o conceito de O'Donnell acaba por suprimir a própria essência dos regimes autoritários modernos, qual seja: a militarização do Estado. E é o que lhe confere a forma de Estado Militar. Assim, consoante João Roberto Martins Filho:

[...] entender os arranjos políticos em tela como “burocráticos” não contribui para a compreensão da forma específica de Estado que caracteriza as situações argentina e brasileira. A forma de Estado que aí se consolida não encontra sua especificidade no avanço da burocratização, característica geral das sociedades capitalistas, mas no avanço da militarização do Estado⁷ [...].

As grandes decisões políticas tomadas no decorrer dos governos militares tiveram como critério relevante aspectos de segurança militar. O Conselho de Segurança criado em 1968 por decreto-lei, passou a ser, de alguma forma, segundo Alain Rouquié: “o centro teórico do poder⁸”. Em suma, o Estado Militar foi o resultado da construção de um regime político no qual o palco decisório real foi ocupado pelos

⁶ O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. 1990. p.60-63.

⁷ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.21.

⁸ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 345.

generais vitoriosos⁹; dessa forma, não é possível negligenciar o caráter militar do regime político brasileiro pós-64. Entretanto, o esforço despendido nesse capítulo não comporta uma análise ampla do Estado Militar, nem é o objetivo da pesquisa, mas o de compreender e explicar a relação entre Estado Militar e Exército no período de estabilização da nova ordem.

Os dois primeiros governos militares tiveram a difícil tarefa de consolidar a nova ordem institucional. No campo militar, toda a inclinação normalizante foi concentrada na inviabilização da indisciplina militar que favoreceu a própria ação de derrubada do Governo Goulart. De fato, a utopia da coesão total passou a ser um imperativo para a instituição militar. No primeiro momento de instauração da nova ordem político-militar, os corpos dissidentes foram imediatamente expurgados, num processo de purificação do Exército e das Forças Armadas. Assim, os militares identificados com o governo anterior foram aliçados da instituição militar; ao mesmo tempo em que se organizava um corpo institucional criavam-se normas contundentes, com a intenção de inviabilizar qualquer reação militar ao Estado constituído.

O Exército brasileiro entre 1964 e 1969 viveu um momento de transformação político-militar, a dissidência no corpo militar passou a não ser mais tolerada. Num contexto de consolidação da nova estrutura de poder, toda a discórdia militar foi constantemente trabalhada como sintoma de manifestação da guerra revolucionária - elemento ideológico de fora do Exército, que objetivava o enfraquecimento da nova ordem a partir do desgaste da instituição militar.

⁹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.47.

O momento foi de carregada tensão, pois romper com a cultura de oposição militar ao governo, claramente retomada depois do Estado Novo, principalmente entre os oficiais superiores e generais, era imperativo. Com este propósito, somente obter-se-ia êxito a partir da militarização dos militares, ou seja, com a redução do elemento civil da política partidária entre os militares. Para isso, a reforma militar na instituição procurou tornar o corpo militar mais produtivo, com tempo reduzido para o ócio. Em substância, os primeiros governos militares intensificaram seus esforços na consolidação de um militar identificado com a profissão de técnico da guerra.

A partir de então o ato de evitar a discórdia militar, com a centralização dos discursos militares na figura dos chefes maiores, foi estrategicamente coordenado pelos Ministros Militares. Impedir o Exército do governo anterior, envolvido em crescente indisciplina, transformando-o em mecanismo de pressão política colocou-se como ponto nodal da administração do Estado Militar sobre a caserna.

É possível elaborar, a partir dos pronunciamentos do Ministro da Guerra de João Goulart, um quadro da instabilidade institucional, fruto da constante quebra da hierarquia militar. Com efeito, o general Jair Dantas Ribeiro, elaborou um documento intitulado *Proclamação ao Exército e ao Povo Brasileiro*, publicado no *Noticiário do Exército* (NE) em julho de 1963, em que, diante da crescente indisciplina militar, buscava a coesão político-militar. O documento dirigiu-se essencialmente aos chefes militares, que naquele momento utilizavam-se dos eventos ordinários da caserna, para gerarem pronunciamentos contrários ao governo João Goulart. Assim, de acordo com o Ministro da Guerra:

Ninguém mais falará, senão o Chefe do Exército, que somente o fará quando se tornar necessário. Os boletins de assunção e passagem de comando, das datas festivas, etc., terão que ser redigidas de conformidade com as normas regulamentares. Nenhum excesso será tolerado, admitindo-

se apenas um extrato do programa de realizações ou do relato daquilo que foi feito. Para restabelecer a disciplina e a confiança nos Chefes, torna-se indispensável a cooperação sincera e leal de todos. Portanto, quem não quiser prestá-la, será afastado de suas funções e posto de lado, arcando com os prejuízos ditados pela sua intolerância¹⁰.

Não havia controle político-militar - a coesão era precária. Novamente, em discurso, referente ao dia do soldado, o Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, pontua a necessidade de coesão frente à crise político-militar, tão evidente em 1963. De acordo com as palavras do general:

A discórdia e a fragmentação em nossas fileiras, além de nos enfraquecer e de criar campo propício à exploração por parte daqueles que não desejam a nossa união, poderá conduzir o País a rumos incontrolláveis. A integração do Exército em torno de seus chefes, das instituições e do prestígio da Lei, fará com que se constitua uma força homogênea e coesa, capazes de assegurar a ordem, a paz e a tranquilidade da Pátria¹¹.

Entretanto, a indisciplina militar não estava localizada apenas no alto do comando militar. A manifestação política dos sargentos, militares da base da estrutura hierárquica, igualmente, provocou ojeriza na alta oficialidade¹². Quiçá, com intensidade maior, pois os praças refletiam o descontentamento popular que empolgava as cidades importantes do país. Pontuando, assim, aspectos da emergência da guerra revolucionária que para o Exército, naquele momento, apresentava-se como realidade militar. Logo, a concepção de classe militar, mais especificamente de classe dos sargentos, acentuada no meio militar e na sociedade civil, contribuiu para o incremento da sensação de esquizofrenia institucional. Amiúde, os militares conservadores atribuíram aos militares dissidentes do projeto hegemônico a pecha de demiurgos da classe dos sargentos. O uso do conceito de

¹⁰ Noticiário do Exército (NE), 6 de julho de 1963.

¹¹ Noticiário do Exército (NE), 27 de agosto de 1963.

¹² CARLONI, KARLA Guilherme. **A Esquerda Militar no Brasil (1955-1964)**. 2007. p.294.

classe dos sargentos e a celeuma referente à sua utilização levaram o Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro, a publicar uma nota no *Noticiário do Exército* repudiando tal uso. Dessa forma, consoante a nota:

[...] vem se observando frequentemente, afirmações no sentido de que os sargentos constituem uma CLASSE, distinta no seio das Forças Armadas. Essa falsa concepção contraria o que estabelece o ESTATUTO DOS MILITARES no seu título II, Capítulo I, Artigo 3 quando diz: "Os membros das Forças Armadas, não constitui casta social, mas formam uma classe especial, UNA E INDIVISÍVEL de servidores da Pátria denominados a CLASSE DOS MILITARES". Assim sendo, não há classe específica de postos ou graduações e sim a grande classe especial, una e indivisível, da qual fazem parte todos os militares, do simples soldado ao general¹³.

A desunião militar foi o fato contundente da instabilidade política do Governo de João Goulart. O Ministro da Guerra, nos meses que antecederam o movimento de 31 de março, não mantinha boas relações com o Chefe do Estado-Maior do Exército. Castello Branco, então chefe do EME, observava que era legítimo aos militares até mesmo lançar mão da quebra da hierarquia desde que fosse para salvaguardar a instituição e o país do avanço comunista¹⁴. Assim, a oposição militar ao Estado foi constante. A crise militar proporcionou a sensação de esquizofrenia institucional. De forma que ficou relativamente fácil a ação militar, na medida em que se esperava que a ordem fosse reconstituída nas Forças Armadas. A Instituição precisava ser salvaguardada. Com efeito, foi o que levou o grosso dos oficiais a aceitação passiva ou a ação contundente na derrubada do Governo de João Goulart. Por certo, o desejo de sobrevivência da instituição, naquele momento, foi mais relevante do que a identificação política com os golpistas¹⁵. Assim, a vontade de saneamento militar da própria instituição, consolidando o

¹³ Noticiário do Exército (NE), 30 de agosto de 1963.

¹⁴ NETO, Lira. **Castello: A Marcha para a Ditadura**. 2004. p. 227.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p. 135.

imperativo institucional, com base na hierarquia e na disciplina, dizia respeito à hegemonia do pensamento militar.

O Ministério da Guerra, posteriormente Ministério do Exército, da nova ordem estabelecida teve um papel importante, conjuntamente com o Estado-Maior do Exército, no desenvolvimento de política de coesão militar para restabelecer a hierarquia e a disciplina na instituição. A guerra revolucionária, expressão contundente do perigo vermelho, incrementou a necessidade de coesão e de solidariedade militar para com o Estado. Depois dos expurgos dos corpos identificados com a ordem anterior, de civis e militares das funções públicas, o Estado passou a representar, tendo as Forças Armadas como baluarte, o elemento de síntese da modernização conservadora.

As escolas militares em todos os seus níveis passaram a incrementar a unidade de pensamento, o “inimigo vermelho” encontrava-se no centro da doutrinação militar. Em agosto de 1964, na entrega do espadim, símbolo da espada de Caxias, momento importante na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Ministro da Guerra, Costa e Silva, ao efetivar a entrega ao cadete de maior destaque do curso, pronunciou discurso do qual podemos pinçar as seguintes palavras:

Jamais vos afasteis do caminho do dever, nunca vos distancieis dos postulados cristãos, peculiares da nossa gente; em época alguma permita que vossas consciências sejam tangidas por ideologias malsãs, que não comunguem com as aspirações do povo brasileiro, com os interesses da Nação, que tem em vós os eternos sentinelas¹⁶.

Nada muito diferente do pensamento hegemônico militar anterior a 1964. Todavia, com os expurgos político-militares não havia mais vozes dissidentes de

¹⁶ Noticiário do Exército (NE), 30 de agosto de 1964.

esquerda; o anticomunismo militar passou a anexar no quadro da guerra revolucionária qualquer dissidência à nova ordem estabelecida.

A base doutrinária já estava estabelecida antes do movimento de 31 de março; o texto elaborado pelo então tenente-coronel Octávio Pereira da Costa *Compreensão da Revolução Brasileira*, meses depois do sucesso do movimento, destaca a longa preparação ideológica da tropa para que fosse possível uma substantiva coesão político-militar para a efetivação da derrubada do governo João Goulart. Assim, segundo o autor:

Vale ressaltar que a unidade de pensamento democrático das Forças Armadas, ressalvada a exceção da pequena minoria de simpatizantes comunistas e de oportunistas, resultava de uma longa e lenta pregação doutrinária, que emanada da Escola Superior de Guerra, se tripartira na orientação das Escolas de Comando e Estado-Maior das forças singulares e se ramificaram pelas escolas, bases, arsenais, estabelecimentos e quartéis¹⁷.

Diante do exposto, ao contrário da imagem brusca – de que o Exército “dormiu janguista e acordou revolucionário” – do evento político-militar elaborada por Cordeiro de Farias e também apontada pelo jornalista Elio Gaspari¹⁸, sub-repticiamente no interior da caserna isolaram-se politicamente os militares de esquerda. Dessa forma, melhor seria dizer: a hegemonia militar “realista conservadora” dormiu e, após um exaustivo trabalho de convencimento, “acordou” feliz e um pouco surpresa com os acontecimentos atabalhoados proporcionados pelo general Olímpio Mourão.

Foi produzido um conjunto de saberes institucionais e distribuído nas escolas e unidades militares. Estes saberes foram fundamentais para consolidar uma base

¹⁷ Noticiário do Exército (NE), 22 de julho de 1964.

¹⁸ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2002. p.81.

de apoio político-militar a serviço do pensamento conservador. Elemento relevante, que, num contexto de instabilidade política geral, viabilizou a ação golpista. Houve realmente na ação um élan legalista que esvaziou o movimento de qualquer sentido sedicioso. O movimento assumiu a forma de “Revolução Democrática” no quadro da tradição tenentista de intervenção na política civil. Assim, do ponto de vista do Exército, de acordo com Octávio Pereira da Costa, os acontecimentos de abril constituem “apenas um ato, o mais recente, da revolução democrática brasileira”, que carrega seu exórdio nos anos de 1921-1930¹⁹; ou seja, estava inserido nos movimentos político-militares de intervenção belicosa na política civil.

Entretanto, o tenentismo político das décadas de 1920 e dos primeiros anos da década de 1930 foi resignificado pelos novos “donos do poder”; o movimento passou a representar o fechamento de um ciclo de sublevação militar, pois, de acordo com a leitura que os militares faziam na época, os tenentes haviam conquistado o poder político. Dessa forma, o impulso oposicionista ao governo instituído passou a ser uma aberração política, puro anacronismo. Assim sendo, os militares, fundamentalmente os militares da ativa, deveriam afastar-se da política civil e concentrar suas energias no profissionalismo militar.

Os dois primeiros governos militares tiveram que operacionalizar a transformação do Exército com o propósito de colocá-lo a serviço da nova ordem estabelecida. Julgamos importante, para maior entendimento dessa transformação, o uso do conceito de “governamentalidade” elaborado por Michel Foucault, pois destaca o papel do Estado como elemento de administração; é exercício de poder, não sobre coisas, mas como ato de governo sobre os corpos. É a

¹⁹ Noticiário do Exército (NE), 22 de julho de 1964.

governamentalidade que garante a sustentação do Estado Moderno como ente singular de governo sobre a população. Para Michel Foucault governamentalidade quer dizer três coisas: primeira, conjunto constituído pelas instituições e por uma estrutura de análise, contabilidade e procedimentos, que permite de forma complexa o exercício do poder sobre a população por meio da economia política e dos dispositivos de segurança; segunda, trata-se da elaboração do saber moderno de longa data em torno dos mecanismos do exercício do governo, o que envolve a soberania e a disciplina; para finalizar, governamentalidade corresponde, da mesma forma, ao resultado de um processo moderno no qual o Estado passou a encontrar-se, pouco a pouco, governamentalizado²⁰.

A operação desenvolvida nos governos militares para tornar o Exército despartidarizado no sentido civil foi resultado de um lento processo de governamentalidade a fim de torná-lo aparato importante de legitimação da nova ordem estabelecida. A historicização desse processo tornou evidente todo o esforço normalizante elaborado pelos governos militares para reduzir, ao grau zero, a cultura oposicionista militar e militarizar os militares. Contudo, a coesão institucional, imperativo de todo o esforço do Estado Militar, não se efetivou de pronto, a não ser na repetição ordinária presente nos discursos oficiais. Efetivamente, houve tensão político-militar no interior da instituição e no próprio governo. A discórdia militar postou-se como uma realidade, um problema militar, que foi lentamente diminuindo a partir da governamentalização da própria instituição, em termos foucaultianos, da docilização dos corpos da caserna.

²⁰ FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. 2006. p.303.

Os expurgos, a normalização, a tensão e a premência de coesão militar marcaram os dois primeiros governos militares. A governamentalização militar, além do governo sobre a sociedade civil, desencadeou políticas de transformação do Exército Brasileiro em instrumento de manutenção da nova ordem estabelecida. Portanto, o esforço hermenêutico aqui desenvolvido é no sentido de historiar a governamentalização do Estado Militar sobre a população da caserna.

3.1 O MINISTÉRIO DA GUERRA E OS EXPURGOS MILITARES

A ação político-militar que pôs fim ao governo de Goulart em 1964 marca uma longa tradição presente na cultura política republicana brasileira; ou seja, a saída militar, amiúde, esteve no horizonte político nacional. No Brasil, a modernização arrastou o militar para a participação política. Assim, as questões de ordem político-ideológica mobilizavam os militares no interior da caserna – confundindo-se com a defesa militar. Portanto, a caserna era um espaço de tomada de posição político-partidária. A instituição tinha que se inclinar ideologicamente, nos momentos de crise, para essa ou aquela posição partidária, a perspectiva da ação militar era constante.

A presença do *chefe militar de esquerda*, o *general do povo*, e as pressões dos sargentos produziram no campo progressista brasileiro uma falsa sensação de segurança político-militar. A imagem de uma instituição militar, composta por corpos de vanguarda popular prontos para assegurar as Reformas de Base, mostrou-se

inconsistente. Num contexto de intenso anticomunismo, de apologia à guerra revolucionária e de crescente militarização do militar, em poucas palavras, de formação no interior da caserna de uma sociedade, verdadeiramente disciplinar, tornou a presença de militares de esquerda insuportável.

A sensação de esquizofrenia institucional favoreceu a unidade e a mobilidade militar suficiente para o sucesso do movimento de 31 de março. Fundamentalmente, a existência do chefe militar de esquerda aumentou a sensação de desconstrução do corpo institucional militar, pois se por um lado o general do povo produziu a imagem confortadora e agradável no meio civil progressista, por outro, foi absolutamente nociva no meio militar. Segundo a memória de Nelson Werneck Sodré:

O que o militar aprecia não é o chefe que faz pronunciamentos políticos, como um candidato a vereador, mas aquele que se impõe pela autoridade de seu respeito à lei, de seus conhecimentos profissionais, de sua devoção ao mister e de seu patriotismo objetivo e não palavroso. Não cabe discutir se isso é certo ou errado – pessoalmente, considero certo – cabe constatar que é um dado que a realidade apresenta²¹.

As vicissitudes na caserna acompanhavam as transformações sociais; a modernização, ou melhor, o processo de aburguesamento do país no pós-guerra criou as condições objetivas para o fortalecimento da disciplina militar e a construção de um poder conservador por excelência nas Forças Armadas. Embora ainda não absolutamente dominante, dizia respeito à realidade militar predominante na instituição. Somava-se a isso a crise política provocada, principalmente, pelo medo que as elites tinham da participação popular no espaço político; na caserna temia-se

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p.273.

a verberação política dos sargentos – o que Nelson Werneck Sodré classificava como “sargentismo²²”, que em termos práticos, significou a degeneração da hierarquia e da disciplina militar; havia, também, o medo da ameaça comunista por meio da guerra revolucionária.

O desdobramento da modernização brasileira na caserna fomentou na instituição uma posição hegemônica em benefício do “realismo conservador” no qual qualquer ação mais à esquerda assumia um caráter comunizante – ameaçando a ordem política e a própria existência da instituição militar. O primeiro governo militar não desperdiçou forças na ação de expurgo de todo o corpo militar com alguma identificação com a esquerda política. A reformulação da instituição militar, o esforço normalizante, tinha como imperativo principal a criação de um ambiente político-militar que inviabilizasse a formação do chefe militar contrário a nova ordem estabelecida.

No poder os militares voltaram-se para a efetiva purificação da caserna, em outras palavras, efetivaram a exclusão dos corpos dissidentes. Além disso, a fim de evitar as condições militares anteriores, investiram na modernização do aparato coercitivo e na despartidarização da instituição. A utopia de coesão total foi perseguida como realidade militar; medidas foram tomadas no governo Castello Branco, para restringir a ação militar à política da caserna. O primeiro Ministro da Guerra do Estado Militar foi o general Costa e Silva, homem forte e autoritário – escolhido estrategicamente para assumir essa tarefa.

²² SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1088. p.273.

Os expurgos político-militares foram imediatamente após o controle do Estado – momento no qual o general Costa e Silva foi Ministro da Guerra no Governo de Castello Branco, ou seja, entre abril de 1964 e junho de 1966. A partir da leitura do *Boletim do Exército* (BE) e do jornal militar *Noticiário do Exército* (NE), foi possível mapear o processo normativo de purificação da caserna – procurando evitar qualquer dissidência política. Costa e Silva, um general duro, não foi escolhido por acaso para tomar medidas duras no interior do aparato coercitivo. Segundo Hélio Silva: “A pressa com que o general Costa e Silva resolveu o expurgo dispensou Castello de inaugurar a série de atos institucionais²³”. Num movimento brusco foram apartados do Exército os corpos dissidentes, as vozes contrárias ao golpe. Numa leitura foucaultiana, o discurso militar passou a apresentar-se com maior coerência, pois a produção do discurso militar, a partir de então, ficou em melhores condições de ser controlado, selecionado, organizado e distribuído por certo número de procedimentos com a intenção de evitar os perigos da quebra de hierarquia; foi possível dominar o discurso militar, como acontecimento aleatório, institucionalizando-o²⁴.

O Ato Institucional inaugurou a sistematização normalizativa do meio militar sobre a política civil; possibilitou, no interior da instituição, condição para alijar os corpos militares dissidentes que se contrapunham ao projeto militar hegemônico. O Ministro da Guerra baixou aviso para que todos os militares tivessem ciência da importância dos novos ventos normalizantes; para que cada militar compreendesse

²³ SILVA, Hélio. **1964: Vinte Anos de Golpe Militar**. 1985. p. 41

²⁴ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 1998. p.8-9

que as mudanças não ficariam restritas à política civil, pois o Exército igualmente seria afetado. De acordo com o documento:

Primeiramente, é preciso que todos nós consideremos que o nosso Exército está vivendo um período revolucionário desdobrado em duas fases: uma iniciada com a queda do governo anterior, na qual se vem afastando da atividade militar os elementos comprometidos, de modo mais profundo ou evidente, com a subversão comunista e a corrupção; outra, em que simultaneamente com esse esforço de eliminação, os órgãos do ALTO COMANDO vêm tomando providências para modernizar e fortalecer a nossa estrutura militar²⁵.

O primeiro Ato Institucional²⁶ de 09 de abril de 1964, no Art. 7º, suspendeu por seis meses as garantias constitucionais de estabilidade no serviço público. Mediante investigação sumária, qualquer militar poderia ser posto para a reserva ou reformado, desde que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública. No Art. 10º do mesmo Ato, conferiu-se aos comandantes-em-chefe o poder para suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos. Na primeira lista produzida havia 100 nomes de civis e militares que tiveram seus direitos políticos suspensos. Dentre esses nomes, encontravam-se os militares da reserva marechal Osvino Ferreira Alves e os generais Luiz Gonzaga de Oliveira Leite e Sampson da Nóbrega Sampaio²⁷; também constavam os nomes do general Jair Dantas Ribeiro (Ministro da Guerra do governo Goulart) e do coronel Alcides Amaral Barcelos.

Nos primeiros *Boletins do Exército* publicados em 1964 podemos contabilizar, somando as listas dos expurgos especificamente de militares do Exército, algo em torno de 209 militares transferidos para a reserva ou expulsos do Exército. Desses

²⁵ Noticiário do Exército (NE), 9 de outubro de 1964.

²⁶ Boletim do Exército, nº 17 de 1964.

²⁷ Boletim do Exército, nº 17 de 1964.

militares contabilizamos: 27 generais, 115 oficiais superiores, 34 oficiais subalternos e intermediários e 33 praças. Talvez a ilação mais importante a respeito das listas esteja no perfil topográfico desses militares na hierarquia institucional. O centro das relações políticas no interior da caserna se diferenciava dos movimentos militares dos anos de 1920 e 1930, ou seja, dos movimentos conduzidos, essencialmente, por oficiais subalternos e intermediários (tenentes e capitães). Desde o *Memorial dos Coronéis* podemos apontar que a tensão, no interior da caserna, concentrava-se no topo da hierarquia militar, no território dos oficiais superiores e generais. O volume de militares transferidos para a reserva ou expulsos, como também, a concentração de militares que derrubaram o governo Goulart, foi significativamente composto por militares desses mesmos postos.

No conjunto das Forças Armadas o número dos militares expurgados da instituição foi pelo menos, segundo dado oficial, cinco vezes maior do que o indicado acima. No Exército entre 1964 e 1967 foram expurgados 510 militares²⁸. As primeiras listas indicavam os corpos militares mais visados após 1964, nas listas posteriores não houve a indicação de mudanças importantes na topografia hierárquica dos corpos apartados das instituições militares. Foi no círculo da oficialidade militar, no topo da hierarquia, que houve maior percentual de militares expurgados do serviço ativo das Forças Armadas; é, essencialmente, na oficialidade que se encontra o elemento dirigente da estrutura militar²⁹; os oficiais são os responsáveis pela segurança no campo estratégico e tático. O Exército não economizou rigor na ação de purificação institucional no círculo do oficialato.

²⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição (1964-1984)**. 1984. p. 65.

²⁹ HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado...** 1996. p.21.

Podemos apontar que, exclusivamente, no círculo dos oficiais gerais, dos 91 militares neste posto, 24 foram expurgados do Exército³⁰.

Antes dos expurgos, houve as prisões e os IPMs. Rito sumário com o propósito de assegurar a legitimidade da purificação institucional. Os IPMs tornaram-se fonte de poder importante para a governamentalidade do Estado, porém concentraram poder excessivamente no grupo de coronéis que chefiavam os processos de investigações, possibilitando pressão de militares conservadores radicais sobre o governo³¹ - como valor estratégico os IPMs conseguiram alijar do corpo político nacional os elementos indesejáveis. Em benefício da nova ordem estabelecida efetivou-se uma operação cirúrgica inédita, consoante Nelson Werneck Sodré, retirando das fileiras do Exército um número expressivo de militares, nada comparado com os expurgos anteriores. O tom da exclusão foi bem mais estrondoso; não se buscava apenas isolar e excluir da instituição os oficiais e praças identificados com o governo anterior ou com ideias comunistas, como em 1952, mas, além disso, adicionar o elemento jurídico, criminalizando-os³²; se o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem por objetivo principal e por função manter a ordem existente³³, em poucas palavras, garantir a governamentalização, é possível afirmar que os expurgos político-militares foram, objetivamente, a expressão contundente do exercício do poder para minar qualquer resistência ao Estado Militar. De acordo com a memória do general Jayme Portela: “A nova Revolução era para valer. Ter-se-ia que fazer uma limpeza na linha da

³⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2002. p.131.

³¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição (1964-1984)**. 1984. p. 57.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 1968. p.400

³³ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.4.

subversão e da corrupção e o impacto causado teria que repercutir³⁴”. A limpeza foi estrondosa na esfera moral, política, civil e militar. A corrupção e a subversão foram trabalhadas como problemas simétricos que ameaçavam a existência da nova ordem estabelecida.

Dentre os depoimentos produzidos pelos militares vencidos e expurgados do Exército podemos citar o do coronel João Evangelista Mendes da Rocha, palavras importantes, pois possibilita-nos acompanhar a ruptura no tradicional tratamento dado aos militares dissidentes, a partir de 31 de março de 1964. O tratamento fornecido aos militares presos foi o de inimigo militar, preso de guerra, expostos aos vexames da derrota, apresentados como maus elementos, sem o devido respeito às patentes militares; foram descortinados como velhos inimigos de guerra. De acordo com a memória do coronel:

[...] Fomos vítimas de um jogo de cartas marcadas, segundo o qual nossos destinos profissionais já estavam traçados antes do golpe, face ao nosso passado de coerência nacionalista e democrática, desde a defesa do monopólio estatal do petróleo, passando pelo nosso ao marechal Henrique Teixeira Lott, quando em defesa da Constituição, e, 1954, até o nosso firme e decidido apoio legalista à posse do presidente João Goulart em 1961. Pagamos pelo nosso idealismo democrático, e os nossos algozes, carcereiros e dedos-duros da época acabavam de escrever a página mais negra da história da convivência militar, entregando companheiros à vindita do novo poder e cortando-lhes a carreira, até para benefício próprio. Até então os companheiros “vencidos” eram transferidos para regiões distantes – era a norma estabelecida – como aconteceu com muitos desses mesmos “vencedores” de 1964, nos anos de 54 e 61, e até anistiados como os revoltosos de Jacareacanga e Aragarças. Mas em 64 a coisa foi diferente, inusitada. Não só a Constituição foi ferida e a escala de comando subvertida, como as regras de camaradagem e companheirismo, que foram nosso apanágio no seio da família militar, descumpridas e vilipendiadas da maneira mais insólita e quase inverossímil³⁵.

³⁴ MELLO, Jayme Portela de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p.200.

³⁵ SILVA, Hélio. **A Vez e a Voz dos Vencidos...** 1988. p.154-155

Salvo o tratamento truculento reservado aos militares sublevados em novembro de 1935, no Exército sempre se procurou amenizar as punições aos militares vencidos no interior da corporação. Entretanto, os militares vencidos em 1964 foram alijados do meio militar; num ambiente tenso e carregado, os corpos militares dissidentes, mesmo antes de 31 de março, já eram objeto de vigilância. Havia listas de militares dissidentes preparadas antes do golpe, para facilitar o expurgo. Ao contrário dos momentos anteriores, após 1964 todo o militar dissidente passou a ser um corpo obscuro à realidade militar. Consequentemente, impróprio para viver no espaço militar. Consoante a memória de Nelson Werneck Sodré:

[...] Excelentes companheiros militares de escol, foram postos na rua, como empregados relapsos e sem o mínimo direito, - com menos direitos do que aqueles que a legislação trabalhista, que estava, aliás, sendo podada, conferia a trabalhadores não qualificados. As demissões, inéditas na história das instituições militares brasileiras, na forma como foram efetivadas, deixavam sem emprego, sem meio de vida, homens que haviam envelhecido no serviço e que, portanto, já não tinham condições para mudar de atividade ou de profissão. Para que qualquer esforço nesse sentido ficasse, desde logo, inutilizado, a ditadura tratou de tomar suas providências: em parte alguma aqueles homens eram aceitos como empregados. Os que foram transferidos para a reserva, o foram com total e ostensiva desobediência às leis, quanto aos proventos e regalias que lhes cabiam³⁶.

Uma imagem lúgubre foi construída pelos corpos que direta ou indiretamente envolveram-se nos mecanismos e procedimentos de poder institucionalizados. Segundo a memória de Nelson Werneck Sodré: “foi sangrento, terrorista e brutal³⁷”. Quando avaliamos os expurgos dos militares dissidentes por meio dos fatores institucionais, ou seja, por variáveis internas ou intra-institucionais, um olhar

³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p.333.

³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova.** 1986. p. 50.

particularizado sugerido por Maria Carrilho³⁸, podemos perceber que a exclusão truculenta dos militares identificados de alguma forma com o governo anterior, representava a total desobstrução dentro da instituição das pressões militares internas advindas da esquerda política - que possibilitou maior grau de coesão militar. A imagem lúgubre do evento traduz o deslocamento das relações de poder para o campo conservador. A partir de então, as tensões militares passaram a ser de outro tipo; o binômio “duro e mole”, ainda que distante da complexidade político-militar do período apresenta, razoavelmente, o centro das relações de poder após 31 de março de 1964.

Diante da desordem política nacional, os expurgos, de fato, proporcionaram a unidade política da instituição militar. Depois de 31 de março a coesão militar, que antes era suficiente para a ação, passou a se qualificar como força de vanguarda política capaz de garantir o predomínio do elemento militar sobre o civil. Havia interesse e ação civil para a derrubada de João Goulart; o complexo IPES/IBAD³⁹ esteve no centro da mobilização golpista fornecendo apoio material e preparando o terreno político para a intervenção militar⁴⁰. Contudo, se a articulação do golpe foi efetivamente civil-militar, tão bem demonstrada por René Dreifuss, no golpe o elemento militar foi predominante. A mobilização das tropas, a escolha de Castello Branco como presidente e a institucionalização da nova ordem são acontecimentos

³⁸ CARRILHO, Maria. **O 25 de Abril de 1974 e o Papel Político dos Militares**. 1985. p.80.

³⁹ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi criado em 1962 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo com o propósito de defesa da liberdade e da propriedade dos meios de produção. Já o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) criado em 1959, também mantido por capitalistas brasileiros, tinha um viés anticomunista de inclinação política, deslocava recursos financeiros para apoio às campanhas eleitorais.

⁴⁰ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado...** 1981. p.397.

que sublinham a preponderância do papel militar na estabilização e construção da ordem política nacional; o regime político passou a ter uma feição militar⁴¹.

O movimento político-militar de 1964 representou a conquista do Estado pelo grupo militar afinado com o tenentismo político; em outras palavras, a vitória dos defensores da modernização pelo alto⁴², por meio de medidas autoritárias, assegurando o realismo necessário à política conservadora. O grau de militarização do Estado foi o suficiente para suprimir a ameaça política à governamentalização; no processo de elaboração do Estado Militar a militarização apresentou-se como o único caminho possível ao regime⁴³ - embora houvesse todo o esforço militar para que o governo não tivesse uma imagem militarizada. O traje civil dos militares palacianos, *grosso modo*, camuflava a matriz militar do poder de Estado.

O anticomunismo militar impossibilitou qualquer ato de solidariedade consistente para com os militares expurgados. O sucesso da associação do governo anterior ao comunismo e por extensão todos que lhe forneciam apoio, realizada pelo grupo militar que conquistou a hegemonia institucional, isolou os chefes militares destituídos de posições de comando. A intersecção do “perigo vermelho”, já tradicionalmente posto nas representações da então denominada “Intentona Comunista” de 1935, com a guerra revolucionária, num momento de desenvolvimento da doutrina de segurança em contexto internacional alarmista, fruto da Guerra Fria⁴⁴, tornou possível o crescente deslocamento do anticomunismo militar para a segurança geral do Estado, tornando-o mais eficiente como produtor

⁴¹ FICO, Carlos. **Além do Golpe...** 2004. p.38.

⁴² CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p. 130.

⁴³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.344.

⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **O Anticomunismo Militar**. 2006. p. 24.

de verdades políticas. Consoante Castello Branco o conceito de segurança: “[...] toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflito que a agressão externa⁴⁵”. A relação de causalidade entre segurança e desenvolvimento favoreceu a supremacia das questões militares numa acentuada totalização de horizontes, pois a segurança consistente pressupunha o desenvolvimento continuado tanto econômico como social.

Depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional gestada anteriormente num período de 25 anos na ESG com a colaboração do IPES e do IBAD⁴⁶, os militares constituíram-se em atores principais na cena política brasileira. Após a derrubada do governo de João Goulart, eles assumiram o papel de condutores dos negócios do Estado brasileiro, apartando, lentamente, os civis do núcleo decisório da política nacional. Os civis como coadjuvantes e a imagem civil apresentada por militares à paisana no poder objetivavam fornecer ao regime um espectro democrático de legitimidade⁴⁷. Contudo, as práticas político-militares com base na Doutrina de Segurança Nacional somente assumiram evidência após o AI-5, quando o Estado Militar conjugou todos os esforços para conquistar os chamados objetivos nacionais⁴⁸. A Doutrina de Segurança Nacional foi concebida num momento de transformação na sociedade brasileira, num contexto internacional de conflito entre o mundo cristão capitalista e o comunismo soviético. No Brasil a democracia de massa empolgava a política nacional, tornando evidente a demanda social e gerando impasse político. Diante disso, a Escola Superior de Guerra

⁴⁵ BRANCO, Humberto de Alencar Castello. **Segurança e Desenvolvimento....** 1967. p.3.

⁴⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 1984. p.35.

⁴⁷ BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares**. 2003. p. 16.

⁴⁸ ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina**. 1990. p.31-32.

elaborou um conjunto de proposições político-militares que, paulatinamente, foi retirando a instituição militar da posição de “neutralidade” frente aos acontecimentos políticos civis. Para Barrington Moore: “A criação de uma doutrina tem sido frequentemente, um dos primeiros passos ao longo da estrada que conduz ao poder⁴⁹” – com efeito, o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional viabilizou a formação de um pensamento militar próprio, capaz de constituir um conjunto crítico a respeito dos problemas nacionais, bem como, elaborar proposições de saneamento do Brasil. O binômio segurança e desenvolvimento sustentava o edifício doutrinário da ESG que diante da crise institucional do governo de João Goulart proporcionou a estabilidade político-militar para a governamentalidade do Estado Militar.

A estrutura deste novo Estado foi alicerçada sobre três fatores fundamentais: a criação de um sistema moderno de informações, Serviço Nacional de Informações (SNI) a fim de intensificar a vigilância e o controle sobre a população; a realização de reformas administrativas no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para assegurar maior racionalidade e eficiência do Estado e eliminar os índices de inflação; e, finalmente, a efetivação no país de diretrizes para o controle e limitação do reajuste salarial e das greves dos trabalhadores⁵⁰.

A concepção segurança e desenvolvimento, em tempo de guerra revolucionária, reativou o anticomunismo militar desencadeando a perspectiva de agressão interna⁵¹. Como resultado, os militares após 31 de março, deixaram a tradicional intervenção transitória e passaram à condição de dirigentes políticos da

⁴⁹ MOORE, Barrington. **Poder Político e Teoria Social**. 1962. p. 18.

⁵⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição (1964-1984)**. 1984. p. 71.

⁵¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas...** 1978. p.26-27.

nação⁵², demandando a produção de uma instituição disciplinada e coesa a fim de garantir a organização da nova ordem estabelecida. A intransigência para com os corpos militares dissidentes, evidenciada com os expurgos político-militares, também foi essencial para submeter e disciplinar a tropa garantindo a estabilidade militar do governo. Contudo, a função principal da doutrina reside na busca da legitimidade e da obediência sem a utilização da coerção ordinária. Nesse sentido, a legitimação no interior da instituição se concretiza por meios de práticas e de discursos que evidenciam um conjunto doutrinário que produz efeitos de verdade sobre os corpos, vislumbrando obediência e aceitação⁵³.

As medidas repressivas têm lógica própria, não consistem apenas em reprimir as forças contrárias à ordem, mas também dizem respeito à defesa do Estado da ameaça objetiva⁵⁴. O sentido dos expurgos estava imbricado à luta contra o comunismo, num contexto de guerra revolucionária. O anticomunismo militar pós-64, também inclinou-se como força de ação em defesa do Estado que ideologicamente expressava a democracia institucionalizada. As medidas repressivas de expurgo foram legitimadas com o propósito de salvaguardar o Estado da ameaça comunista. O Estado-Maior do Exército publicou um conjunto de textos que objetivavam imbricar a luta contra o comunismo à nova ordem estabelecida. Esses textos eram amplamente divulgados no meio militar, o *Noticiário do Exército* (NE) em 1966, também passou a publicá-los. O Ministro da Guerra, general Costa e Silva, considerou a publicação como de alta valia para o esclarecimento de oficiais e praças sobre o sentido da “revolução” de março de 1964 e determinou a ampla

⁵² BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares**. 2003. p. 20.

⁵³ MOORE, Barrington. **Poder Político e Teoria Social**. 1962. p. 22-23.

⁵⁴ TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue...** 1989. p. 432.

divulgação⁵⁵. No *Noticiário do Exército* (NE) esses textos foram publicados no espaço destinado à cultura geral e profissional, com o seguinte título: “Medidas Anticomunistas e Pró-Democracia no Brasil”. O texto do EME expõe as seguintes ações contra o comunismo levadas à execução no país:

Dentre os meios moralizadores colocados a disposição do governo, destacam-se os artigos 7º e 10º do Ato Institucional. O Artigo 7º suspendeu pelo prazo de 6 (seis) meses a vitaliciedade e a estabilidade dos militares e servidores federais, estaduais e municipais, mediante investigação sumária. Já o Artigo 10º, no interesse da paz e da honra nacional, possibilitava, no prazo de 60 dias, após a posse do Presidente eleito, a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos e a cassação de mandatos federais, estaduais e municipais⁵⁶.

O Ato institucional foi recebido como a pedra angular da nova ordem estabelecida, pois constituiu um processo normalizante importante para conter, na visão militar conservadora, o progresso da bolchevização do país. A partir dele o Estado brasileiro pode afastar os corpos indesejáveis que ocupavam posição privilegiada nas instituições. Os dados oficiais apontam que o número de atingidos pelo Art. 7º foi de 1188 militares e 1607 civis; pelo Art. 10º os direitos políticos suspensos por 10 anos foram de 423 brasileiros; mandatos cassados e direitos políticos suspensos foram de 138 brasileiros⁵⁷. Jair Dantas Ribeiro, o Ministro da Guerra do governo deposto teve, dentre os militares, os direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional⁵⁸.

O primeiro Ato Institucional e os demais não podem ser vislumbrados como matéria normalizante da conjuntura política específica, pois representavam

⁵⁵ Noticiário do Exército (NE), 22 de janeiro de 1966.

⁵⁶ Noticiário do Exército (NE), 22 de janeiro de 1966.

⁵⁷ Noticiário do Exército (NE), 22 de janeiro de 1966.

⁵⁸ Boletim do Exército, nº 27 de 1964.

mecanismos de legitimidade do poder, um conjunto jurídico para que o Estado pudesse assegurar a governamentalidade sobre a população brasileira. Os Atos Institucionais nasceram em conjuntura específica, contudo visavam o campo das estruturas de poder. Os Atos Institucionais fundamentaram o uso da moeda de coerção organizada, medidas de legitimidade postas como de negação à desordem, por meio da luta contra o comunismo e a corrupção, mazelas da ordem anterior⁵⁹. No jogo discursivo, a imagem da guerra revolucionária esteve presente como élan de normalização do Estado Militar. Com efeito, segurança e desenvolvimento, binômio categórico da nova ordem estabelecida, favoreceram a adoção de medidas arbitrárias para garantir a governamentalidade do Estado.

A atuação contra o comunismo nas Forças Armadas, após o movimento político-militar de 31 de março, foi geral. Diante das condições absolutamente favoráveis para a efetiva doutrinação, o anticomunismo militar passou à ofensiva, pois nesse momento não era apenas o Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra, mas a instituição como um todo, que investia contra qualquer desvio de conduta, com o apoio do Estado Militar. Assim, a chamada “ação educativa” definida pelo Exército após 1964 atuou com força total – as conferências anticomunistas pontuando os meios subversivos de conquista do poder político persistiram. Contudo, a diferença para com o período anterior encontra-se nos meios coercitivos favoráveis à exclusão dos corpos dissidentes do interior da instituição militar. Segundo documento do EME, Medidas Anticomunistas e Pró-Democracia no Brasil:

⁵⁹ LAFER, Celso. **O Sistema Político Brasileiro**. 1978. p.74.

Uma vez vitoriosa a Revolução, a aplicação dos Art. 7º e 10º do Ato Institucional permitiu eliminar do seio das Forças Armadas os elementos ligados direta ou indiretamente à expansão do comunismo. As medidas repressivas ainda prosseguem com a realização de vários inquéritos, ainda em curso, aos quais respondem como indiciados, elementos cuja culpa ainda deve ser categoricamente averiguada antes de serem aplicadas as sanções da lei⁶⁰.

É importante sublinhar que as exclusões dos militares dissidentes do Exército não se limitaram ao fechamento do mundo militar ao corpo estranho, mas, igualmente, na desqualificação do mérito militar desses corpos. O mérito militar apresenta-se simbolicamente na forma de medalhas concedidas pela instituição, destarte a nova ordem político-militar excluiu as medalhas militares concedidas aos corpos expurgados da instituição. O presidente da República, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Aeronáutico excluiu a medalha de “Grande Oficial” de Jair Dantas Ribeiro, Argemiro de Assis Brasil, Osvino Ferreira Alves, Ladário Pereira Telles e outros militares importantes do governo anterior⁶¹. Pretendia-se com isso, preterir daqueles corpos toda e qualquer qualificação positiva.

No corpo institucional o contexto foi favorável; os óbices que atrapalhavam o sucesso das ações militares conservadoras foram vencidos. Os militares de esquerda estavam fragilizados diante da derrota político-militar, nenhuma força militar à esquerda conseguiu tomar iniciativa consistente de resistência ao movimento de 31 de março⁶². Para qualquer chefe militar a ineficiência do comando e a incapacidade de reação representavam um absoluto desgaste moral e profissional - além do descrédito frente aos demais militares no interior da caserna. Foi diante destas condições que segundo Nelson Werneck Sodré:

⁶⁰ Noticiário do Exército (NE), nº 2076 de 1966.

⁶¹ Boletim do Exército, nº 32 de 1964.

⁶² GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 2002. p.31.

A ditadura ajustava longas e antigas contas com os que se haviam batido pela Petrobrás, nas lutas do Clube Militar, com os que haviam contribuído para gorar a tentativa de golpe militar, em 1955, com os que haviam assegurado o respeito às leis, em 1961, com os que haviam, de qualquer forma, servido ao governo deposto⁶³.

Após 31 de março, de forma traumática, o país retorna ao princípio da realidade⁶⁴. No quadro do realismo conservador, no afã de salvaguardar a instituição da ameaça de dissolução, a realidade militar passou a exigir medidas normalizantes, pois o exemplo de Cuba, da guerra revolucionária de Fidel Castro que substituiu o exército regular por milícias populares, estava na cabeça de todos os chefes militares que instituíram a nova ordem no Brasil⁶⁵. Mais especificamente no que diz respeito à realidade do Exército com a implantação do Ato Institucional, o Ministro da Guerra, general Costa e Silva, diz:

Nessa realidade sobreleva o grande objetivo da restauração moral e material da Pátria. Para alcançá-la faz-se necessário atingir os seguintes objetivos intermediários:

- a) Eliminar do Exército ativo os militares que, por ação ou omissão, tenham concorrido para a subversão dos princípios da hierarquia e da disciplina; tenham compactuado com os comunistas enquistados no governo deposto e agido sob a complacência deste; e tenham atentado contra a ética militar, as normas de probidade administrativa, da moral e dos bons costumes, que devem ser observadas particularmente pelos membros das Forças Armadas;
- b) Reintegrar plenamente o Exército na sua destinação de uma das Forças defensoras da Pátria, e garantidora, isenta e apartidária, dos poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem;
- c) Restaurar em sua integridade os princípios basilares da Honra militar⁶⁶.

A busca da harmonia nas Forças Armadas foi *sine qua non* para que se pudesse ordenar e conduzir o projeto militar, que na época do presidente Castello Branco consistia em equilibrar as finanças do país e combater qualquer expressão

⁶³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à Ditadura Militar...** 1988. p.303.

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e Política no Brasil**. 2005. p.126.

⁶⁵ HAYES, Robert A. **Nação Armada...** 1991. p.212.

⁶⁶ Noticiário do Exército (NE), 9 de outubro de 1964.

de guerra revolucionária⁶⁷. No Estado Militar o alinhamento disciplinar dos corpos na caserna, fornecendo apoio irrestrito ao governo, evitando qualquer perspectiva de oposição armada, foi o objetivo militar perseguido com intensidade no período pós-64. A crise brasileira que possibilitou a emergência da ação político-militar em 31 de março, de acordo com Wanderley Guilherme dos Santos: “foi uma crise de paralisia decisória”, representou o colapso de um sistema político incapaz de tomar decisão sobre temas conflitantes⁶⁸. O estabelecimento do Estado Militar foi conduzido tendo como mobilização e horizonte de governo a negação do sistema político anterior. Consoante Michel Foucault: “[...] é tomando o ponto de vista da desordem que se vai analisar cada vez mais apuradamente, que se vai estabelecer a ordem⁶⁹”. Em síntese, a necessidade de evitar uma crise de paralisia decisória explica a aceleração dos expurgos político-militares, pois afastar da área militar tendências “anti-revolucionárias”, que historicamente brecavam a efetiva modernização conservadora do Exército, naquele momento, passou a ser premente. A partir de então, as tensões militares passavam a estar limitadas às forças leais ao movimento de 31 de março⁷⁰.

Os expurgos político-militares garantiram a unidade conservadora do Exército. Os procedimentos de exclusão militar foram produtivos na ordem dos discursos institucionais, visto que possibilitaram a interdição das manifestações militares perigosas à nova ordem estabelecida. A partir dos Atos Institucionais e das práticas de comando, intensificaram a constituição de uma sociedade militar, rigidamente disciplinar. A interdição discursiva, já nos primeiros governos militares, salvo

⁶⁷ HAYES, Robert A. **Nação Armada...** 1991. p.228.

⁶⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise.** 1986. p. 10.

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** 2008. p.60.

⁷⁰ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p. 53.

manifestação militares pontuais, passou a ser perseguida sem trégua em nome da disciplina e da hierarquia. Na produção do discurso militar, em termos foucaultianos, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa⁷¹”. A perspectiva de exclusão da corporação militar e o clima de vigilância constante proporcionaram, em larga medida, corpos militares docilizados, inviabilizando qualquer resistência produtiva de esquerda no interior da caserna.

As medidas normalizantes possibilitaram a estabilização política do país, a partir de então, tomar decisão sobre temas conflitantes passou a ser, paulatinamente, parte da vida ordinária do Estado Militar. Dessa forma, a purificação da caserna de todo elemento dissidente, comprometido com o governo de João Goulart, deve ser compreendida, além da cólera anticomunista, como mecanismo de fomento da unidade militar, para que a instituição estivesse em condições de assegurar a nova ordem estabelecida.

3.2 O ESTADO MILITAR E A NORMALIZAÇÃO NA CASERNA

A normalização é um fenômeno ordinário nas instituições militares. A disciplina dos corpos no Exército requer a elaboração e o uso de normas regulamentares para a normalização das práticas no espaço militar. A normalização está concatenada à disciplina, pois a disciplina, absolutamente, normaliza. Para Michel Foucault, a normalização disciplinar consiste em colocar um modelo perfeito que é construído, no caso do Exército, em função das necessidades do Estado

⁷¹ FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 1998. p.9

Militar e da própria instituição. A normalização disciplinar consiste em procurar tornar os corpos militares próximos ao modelo perfeito apresentado⁷². O objetivo de normalização disciplinar no Exército foi o de quebrar o modelo militar anterior, intensificando a disciplina e o profissionalismo, para que houvesse condições de superação da cultura política intervencionista dos militares e da heterogeneidade do pensamento militar em benefício da homogeneidade e da coesão institucional. O projeto militar para o país, também, calcava-se na obtenção da homogeneidade, no qual a economia e a segurança eram pontos relevantes⁷³. A regulamentação minuciosa do estilo de vida militar tem como finalidade intensificar a coesão militar, a lealdade profissional e manter o espírito de marcialidade militar⁷⁴.

A questão fundamental do Estado Militar estava na definição do papel do Exército e por extensão dos próprios militares diante da nova ordem. A repulsa dos militares ao personalismo político num contexto de incorporação das massas populares ao sistema político teve como resposta a criação, no interior da caserna, de mecanismos de inviabilização da presença na instituição do “general do povo”. A rotatividade dos militares no poder fazia parte de uma política militar de combate ao personalismo. Procurou-se dar preferência ao homem da organização, corpo que traduz os valores e os ideais da instituição, corpo absorvido pela rotina dos regulamentos e totalmente enredado nos mecanismos impessoais da hierarquia militar⁷⁵. Todo o esforço de normalização disciplinar, em boa parte, restringiu-se sobre o corpo de oficiais, pois a base da instituição militar repousa no oficialato. O chefe do Estado-Maior do Exército, general Décio Palmeiro de Escobar, no governo

⁷² FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.75.

⁷³ HAYES, Robert A. **Nação Armada...** 1991. p.224.

⁷⁴ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional...** 1967. p.175.

⁷⁵ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade...** 2000. p.166.

de Castello Branco, pronunciou o conhecido aforismo militar: “vale um Exército o que vale seu corpo de oficiais⁷⁶”. No modelo perfeito de militar não comportava a política civil, visto que gera a discórdia militar e enfraquece o Exército. O chefe do EME impõe ao militar da ativa a adequação à norma, o deslocamento do militar da política civil. Segundo o general: “Da política partidária ou facciosa, que desune e, portanto, enfraquece a autoridade e a força de que carece o Exército, deve o militar da ativa fugir⁷⁷”. Para Alain Rouquié o Brasil depois de 1964, com sua sucessão política organizada de generais-presidentes, sem dúvida, representa o paradigma perfeito do exercício da impessoalidade no poder, caracterizando e legitimando o Estado Militar⁷⁸.

A normalização impõe a vontade de disciplina e esta por definição procura regulamentar tudo, de fato, a disciplina não deixa escapar nada⁷⁹. Num primeiro momento a premência dos expurgos, a exclusão dos corpos “anormais”, foi decisiva para a normalização disciplinar dos demais corpos militares de acordo como o modelo perfeito de militar. O Ministro da Guerra, general Costa e Silva, em 7 de outubro de 1964, publicou no *Boletim do Exército* uma síntese das ações político-militares desenvolvidas por ele no órgão. As medidas adotadas sobre a instituição se dividiam em duas fases: a primeira iniciada com a deposição de João Goulart, que se caracterizava pelo afastamento da atividade militar dos corpos comprometidos com o governo anterior, e por extensão também envolvidos com a subversão comunista e a corrupção; a segunda fase, dizia respeito à modernização da estrutura militar, importante para assegurar o espaço no qual os mecanismos de

⁷⁶ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. 169.

⁷⁷ Ibid. p.168.

⁷⁸ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.221.

⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.59.

poder pudessem funcionar plenamente. O essencial para Costa e Silva, o grande objetivo, era a restauração moral e material da pátria, sendo que para isso devia-se, como já foi dito, alijar do serviço ativo os militares que de alguma forma representavam a ordem anterior, para que o Exército se integrasse ao projeto normalizante posto pelo Estado Militar.

A liberdade como concepção, naquele momento estava, decisivamente, correlacionada ao anticomunismo, por isso o significado traduzia preocupações mais militares do que liberais. Nos pronunciamentos militares, nos momentos de solenidades no Exército, forjava-se momento oportuno para acentuar a importância do movimento de 31 de março de 1964. Liberdade e vigilância aparecem como um par indissociável. O Ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, em pronunciamento político-militar referente ao “Dia de Tiradentes”, enfatiza a relação entre 1792 e 1964, pois em ambos os momentos históricos a liberdade da nação colocava-se como imperativo. Segundo o Ministro:

Em 1792 matava-se um homem que alimentava a esperança de libertar-nos de um jugo. Em 1964, o que se premeditava, com planos monstruosos em início de execução era o esquartejamento da Pátria, a guerra fratricida que terminaria no opróbrio da subordinação do Brasil ao Imperialismo soviético. [...] Graças a Deus, o grande crime não se consumou. Demonstramos estar possuídos de todo o vigor para enfrentar a tentativa de aniquilamento. [...] Mais uma vez a liberdade foi salva. É preciso daqui para diante, que o triunfo não se desfigure ou se perca⁸⁰.

Com a incorporação das massas populares à política, causando pânico nos setores conservadores militares, a democracia efetiva, como nos países capitalistas modernos, não parecia ser adequada ao Brasil naquele momento. Uma sociedade política aberta, no país, favoreceu a demagogia política e esta era associada à

⁸⁰ Noticiário do Exército (NE), 21 de abril de 1964.

instabilidade social, à corrupção e à ruptura da ordem⁸¹. O chefe do Estado-Maior do Exército, Décio Palmeiro de Escobar, em junho de 1964, desenvolveu um discurso político-militar que esboçava a concepção majoritária da chefia militar com relação à democracia política no país. Conforme o general:

Aprendemos a lição da experiência. A pureza democrática que a Nação almeja é obra a longo prazo. Quando houverem sido eliminados a chaga do analfabetismo que a tolhe em seu desenvolvimento e a envergonha, as dolorosas contingências da miséria e da doença, que a minam e humilham, quando cada brasileiro compenetrar-se de quanto deve à Pátria em devotamento cívico, lealdade e trabalho, então sim haverá, condições necessárias e indispensáveis à prática do regime democrático autentico, ao desenvolvimento da cultura, ao progresso, à afirmação da justiça social, com a igualdade de oportunidade para todos⁸².

A nova ordem estabelecida não confiava num regime democrático, numa política empolgada pelas massas populares. Todavia, existia a consciência de que depois da Segunda Guerra Mundial as massas populares, segundo a opinião pública, passaram a ter papel relevante na política moderna. Desenvolveu-se no meio militar mecanismos de normalização dos eventos importantes da nação e do Exército para que esses momentos integrassem o meio militar com o civil. Para os militares era o que traduzia o movimento de 31 de março.

O Ministro da Guerra, Costa e Silva, normalizou as comemorações das semanas de Caxias e da Pátria⁸³, com a intenção de manter maior integração entre o Exército e a população civil, diante da nova conjuntura política nacional. A semana de Caxias passaria a representar um momento de abertura da instituição para que o povo tivesse maior conhecimento das atividades do Exército; já a semana da Pátria,

⁸¹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.40.

⁸² Noticiário do Exército (NE), 26 de junho de 1964.

⁸³ Noticiário do Exército (NE), 30 de julho de 1964.

que culmina com o 7 de setembro, deveria permitir ao Exército reafirmar seu caráter popular e sua identidade imbricada às aspirações nacionais. Em síntese, deveriam ser observados os seguintes pontos:

- 1) A comemoração da semana de Caxias deve atender ao esclarecimento do papel da instituição para o público interno e para a população local. O evento deve destacar as virtudes militares, tendo como matriz o personagem Caxias e seus contemporâneos, bem como os valores da tropa coesa.
- 2) No que diz respeito à semana da Pátria, o traço relevante deve ser concentrado no aspecto nacional do evento. A comemoração tem que traduzir a perfeita integração entre o Exército e o povo no passado e no presente num quadro de um Brasil uno rumo ao progresso.
- 3) Nas semanas de Caxias e da Pátria deve-se incluir nos eventos espaço para a leitura da ordem do dia do Ministro do Exército.
- 4) Ademais, as comemorações colocar-se-ão como momento singular para a reconstrução moral e cívica do Brasil.

Para Michel Foucault: “[...] o que é fundamental e primeiro na normalização não é o normal e o anormal, é a norma⁸⁴”. Após 1964 houve uma intensificação da valoração da norma militar, as normas passaram a ser, verdadeiramente, o elemento central dos comandos militares. No discurso de assunção ao comando do IV Exército o general Lyra Tavares destaca esse aspecto com as seguintes palavras:

Não é, pois, a mim que me cabe escolher e traçar o meu próprio programa de Comando. Ele já está implícito nas normas gerais de ação que regem as atividades do Exército, em todos os escalões. O que depende de mim mesmo é dar o exemplo em bem cumpri-las. É o que farei em todas as circunstâncias, para ser fiel aos meus deveres e à minha própria consciência⁸⁵.

Com o movimento de 1964, a liderança militar que empolgou o poder político nacional voltou-se para o comando do Estado, o que implicou a imposição de sua concepção de Estado nacional. Guardadas as devidas proporções, algo semelhante

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.75.

⁸⁵ Noticiário do Exército (NE), 14 de novembro de 1964.

aos anos de 1930, em que os militares tiveram que lançar-se na construção do Estado e, ao mesmo tempo, desenvolver a institucionalização do papel do Exército⁸⁶. Para executar a política militar foi preciso excluir do militar a política civil. Na Emenda Constitucional nº 9, de 22 de julho de 1964, que versava sobre o processo eleitoral brasileiro, houve um cuidado especial para com a participação dos militares da ativa na política civil. Sintetizando o Art. 38, no parágrafo único, podemos encontrar a seguinte normalização: são elegíveis os militares que tiverem menos de cinco anos de serviço, desde que excluído do serviço ativo; já os militares com cinco ou mais anos de serviço, ao se candidatarem serão afastados temporariamente do serviço ativo; os militares eleitos serão automaticamente, no ato da diplomação, transferidos para a reserva ou reformados⁸⁷. O objetivo fundamental da norma foi o de limitar a presença político-partidária de inclinação civil no interior da caserna.

Os militares perceberam que o caminho mais curto para o efetivo controle do aparato estatal passava, objetivamente, pela caserna⁸⁸. A normalização disciplinar deveria apartar os militares da política e de qualquer manifestação de encontro à ordem estabelecida. A regulamentação era geral, a disciplina não deixava escapar nada. Numa multiplicidade de sujeitos na qual ela deve operar, o caso dos militares da reserva, igualmente, foi contemplado. Em 28 de julho de 1964 houve a publicação de decreto nº 54062 que normalizava as práticas de livre manifestação de pensamento e o exercício de atividades político-partidárias acerca dos militares da reserva e reformados. Como os regulamentos disciplinares dizem respeito aos

⁸⁶ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade...** 2000. p.176.

⁸⁷ Boletim do Exército, nº 32 de 1964.

⁸⁸ COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade...** 2000. p.173.

militares da ativa, o decreto deixou evidente a liberdade de manifestação política dos militares inativos, desde que não estivessem exercendo atividade funcional na instituição, ou seja, militares reconvocados para o serviço ativo ou atuando politicamente como grupo político-militar confabulando com militares da ativa ou da inatividade⁸⁹. A normalização disciplinar, por certo, rompeu com uma cultura militar de constante influência dos militares da reserva sobre a instituição. O isolamento dos militares da reserva no sentido político-militar, a abreviação do tempo para a reforma e a renovação dos quadros acabou com as condições que favoreciam o personalismo político-militar que, amiúde, criava lideranças militares em tempo longo. Desde então, não era mais possível criar lideranças político-militares fora do Estado Militar e do Exército. A partir de 31 de março de 1964, nenhum chefe militar poderia deixar o posto funcional e manter liderança política⁹⁰.

Dentro da inclinação modernizadora da instituição militar, em 29 de outubro de 1964, o Ministério da Guerra conquistou a aprovação no Congresso Nacional da lei nº 4448 de promoções dos oficiais do Exército. A lei tornava mais impessoal as promoções militares, os critérios levavam em conta os interesses institucionais. A mudança fundamental foi na promoção por escolha, restrita ao generalato, uma escolha realizada tradicionalmente pelo presidente da República, contudo os critérios adotados para a promoção limitaram a escolha pessoal do posto, pois os pontos profissionais foram acentuados para a montagem das listas. O modelo perfeito de militar passou a regular a elaboração das listas, assim, a norma é que regulava a identidade militar, que o aproximava do normal e viabilizava sua

⁸⁹ Boletim do Exército, nº 34 de 1964.

⁹⁰ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.417.

ascensão hierárquica. De acordo com o Art. 16, para a promoção ao posto de General-de-Brigada é fundamental que o Coronel satisfaça às seguintes exigências:

- 1) valor moral;
- 2) notória inteireza de caráter, capacidade de comando, chefia ou direção, inclusive para o desempenho de cargos do posto superior; cultura geral profissional em alto grau; ótimo conceito nos meios civil e militar;
- 3) capacidade física indispensável ao exercício das funções do novo posto, verificada em inspeção de saúde prévia, para fins de promoção;
- 4) interstício mínimo de 3 (três) anos no posto⁹¹;

Após o primeiro ano no Ministério da Guerra, o general Costa e Silva, elabora documento intitulado “A Obra Revolucionária no Exército”, no qual destaca o impacto político-militar da nova ordem estabelecida sobre a instituição e o que se pretendia para os próximos anos. De acordo com o documento depois da turbulência do ano anterior, agora os militares voltavam aos quartéis para prosseguirem suas atividades no anonimato. Verdadeiramente, a grande preocupação político-militar foi a de silenciar a caserna em nome da hierarquia e da disciplina evitando a oposição armada. O general Costa e Silva, em 1964, percorreu o país inspecionando os quartéis para assegurar a coesão. Desde o primeiro ano de intervenção direta dos militares sobre o Estado vivenciou-se um paradoxo necessário: de um lado, a crescente participação de militares no governo, incrementando a política entre os oficiais gerais envolvidos diretamente com o poder político nacional; de outro, a premência de isolar a caserna, ou melhor, o Exército como instituição fardada, do poder político-partidário. A imagem do militar chefe do Executivo com traje paisano, não era uma questão meramente estética, mas representava, absolutamente, a demarcação territorial, a linha que limitava o movimento entre a política civil e a

⁹¹ Boletim do Exército, nº 13 de 1965.

militar. As tensões político-militares no Estado Militar apresentaram-se quando a política militar da caserna, ou advinda dela, transferiu-se para a política civil.

Podemos encontrar no documento as seguintes palavras:

Quando em nome da justiça social e das reformas reclamadas pela estrutura do País, procurava o governo deposto alcançar seus objetivos escusos, militares ambiciosos se propuseram a inocular nos quartéis o vírus da subversão e da indisciplina. A animosidade, a desconfiança e a malquerença começaram a gerar conflitos hierárquicos. Os princípios básicos em que se assentam as forças armadas – a disciplina e a hierarquia – foram atingidos fundamentalmente, as forças de coesão, irremediavelmente comprometidos. O Exército se transformava num partido político de apoio ao programa suspeitamente reformista do governo, para gáudio de poucos e humilhações de muitos.

O Reencontro do Exército com sua destinação Constitucional, realizado pelo atual Ministro da Guerra, em apenas alguns meses, é uma obra que por si só consagraria uma administração⁹².

No clima de aproximar a população junto ao meio militar, de conquistar a opinião pública para manter acesa a chama de 31 de março, no primeiro aniversário da “revolução”, o Ministro da Guerra baixou normas preliminares a fim de unificar no território nacional as comemorações. A união das Forças Armadas com a população civil a partir da normalização dessa proximidade, também, demonstrava o limite desse relacionamento. As festividades, com efeito, foram mais militares do que civis; como espectadores os paisanos participavam de todas as atividades reguladas pelos verdadeiros atores da cena política nacional. Segundo o documento:

O Chefe das Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra distribuiu à imprensa a Nota do seguinte teor: com a finalidade de alertar em tempo útil as organizações militares quanto aos atos previstos para as comemorações para o aniversário da Revolução, os quais serão regulados por aviso Ministerial, é baixada a presente nota preparatória para que providências sejam tomadas, tendo em vista o maior brilhantismo das festividades que se processaram na semana de 24 a 31 do corrente mês, ambos inclusive.

- Será lida em todas as OM a ordem do dia Ministerial referente à data.
- haverá serviço religioso.
- Desfile militar sempre que possível combinado com outras forças.
- Os Cmt de Guarnições envidarão esforços para integrar ao máximo os públicos interno e externo bem como as autoridades estaduais e municipais.

⁹² Noticiário do Exército (NE), 15 de janeiro de 1965.

— Palestras deverão ser proferidas focalizando não só realizações revolucionárias obtidas, como todas aquelas que encontram em curso de realização⁹³.

Dias depois, o Ministro da Guerra baixou aviso definitivo a respeito do aniversário da “revolução”. Nele foram especificados as práticas e o conteúdo do evento. Nas diretrizes básicas para as comemorações podemos destacar: a ênfase ao fato de que a “revolução” instaurou uma democracia de oportunidades, através das reformas realizadas e em andamento que asseguraram a estabilidade política; a temática das comemorações deveria centrar-se em dois fatos fundamentais: o 31 de março representou o início do processo revolucionário que ainda está em andamento e o sucesso do movimento depende de todos os brasileiros. As Organizações Militares deveriam dar apoio às associações de classe como federações e sindicatos para as comemorações. Além disso, houve o estabelecimento de um programa mínimo de comemorações, porém meticulosamente normalizado da seguinte forma:

24 de março – início das comemorações, com a inauguração de ciclo de esclarecimentos sobre a obra revolucionária no País e no Exército.

25 a 30 de março – prosseguimento do trabalho de esclarecimento sobre a obra revolucionária, ao qual se procurará dar a maior divulgação possível, em todos os públicos.

31 de março – manhã alvorada festiva.

— Serviço religioso, pelos diferentes credos, de ação de graças pela vitória da Revolução e pelo bom êxito já alcançado.

— Desfile militar, sempre que possível combinado com as demais Forças Armadas.

— Abertura dos quartéis à visitação pública (a critério dos respectivos comandos).

— Confraternização dos militares e decorrentes de opinião revolucionárias, numa prova de coesão e firmeza dos revolucionários de 31 de março.

12 horas – Salvas de artilharia, leitura em formatura geral, da ordem do dia ministerial alusiva à data.

20 horas – Retretas.

Parte Social (atividades sociais de caráter festivo, para oficiais, praças e civis)⁹⁴.

⁹³ Noticiário do Exército (NE), 19 de março de 1965.

⁹⁴ Noticiário do Exército (NE), 20 de março de 1965.

As Forças Armadas, independentemente do isolamento institucional, do fechamento para elaboração da identidade militar, não vivem deslocadas da cultura nacional, não atuam separadas das forças sociais do país⁹⁵. Portanto, é preciso lembrar, e os documentos são insofismáveis, que a imprensa civil de matriz liberal ou conservadora, de modo geral, forneceu apoio quase que irrestrito às Forças Armadas e ao novo governo, nos primeiros governos militares; também para os intelectuais liberais e conservadores, com alguma exceção (como foi o caso de Alceu Amoroso Lima, que anunciou certo militarismo presente nas forças políticas vitoriosas em 1964), a presença dos militares na política era motivo de apoio. Por exemplo, o sociólogo Gilberto Freyre escreveu um artigo no *Jornal do Comércio de Recife* no qual criticou o uso do chamado “militarismo” brasileiro ao novo governo. Uma resposta qualificada em defesa da nova ordem. De acordo com o artigo:

[...] a presença das Forças Armadas na vida política nacional do Brasil tem sido excepcionalíssima; em dias excepcionais de crise; em momentos de insegurança ou de perigo para as instituições nacionais. E nunca para se imporem aos demais elementos da população como uma força autocrática; nunca para imporem a essa população um Napoleão caboclo [...]⁹⁶.

A imagem das Forças Armadas como uma instituição reguladora da ordem nacional nos momentos de perigo nacional em muito traduz a cultura política nacional. O Exército como instituição capaz de assegurar a ordem e o progresso no país, imagem republicana que contribuiu para a legitimação do Estado Militar. A hegemonia dos militares do Exército na administração do aparelho estatal sublinha a importância da instituição na governamentalidade militar. O apoio civil, em larga

⁹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 1968. p.395.

⁹⁶ Noticiário do Exército (NE), 15 de maio de 1965.

medida, estava concatenado à ameaça comunista da guerra revolucionária e à necessidade de desenvolvimento econômico.

A instituição é o lugar de elaboração e validação soberana sobre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o justo e o injusto, enfim tudo a que se refere seu campo de ação⁹⁷. A ação pedagógica do Exército sobre os membros da corporação formulava os juízos ideológicos tendo como referência a guerra revolucionária e, conseqüentemente, o perigo comunista. No meio militar houve ampla divulgação doutrinária sobre a ameaça da guerra revolucionária no Brasil. A publicidade entre os militares passou a ser total na instituição após 1964 – utilizou-se de todos os meios disponíveis para ampliar as informações. No *Noticiário do Exército*, por exemplo, a partir de maio de 1965, no espaço destinado à cultura geral e profissional, apresentou-se um conjunto de publicações denominadas “Ações Educativas Contra a Guerra Revolucionária”. O anticomunismo militar passou a colocar-se exclusivamente na esfera belicosa, na medida em que a esquerda política encontrava-se alijada do poder; ou seja, não havia mais o inimigo político de esquerda. A mobilização da tropa passou a se localizar, absolutamente, na ameaça belicosa da ordem, advinda dos grupos políticos de esquerda. Como a guerra revolucionária também se reporta à esfera ideológica, antes de tratar-se do conflito bélico propriamente dito, foi oportuno intensificar as ações educativas no corpo da tropa. O tenente-coronel Osmar Paranhos, responsável pelo texto, destaca que para efetivar as ações educativas seria necessário:

⁹⁷ ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e Poder**. 1986. p.93.

1 – Ações que se destinam à formação da mentalidade cívica (mais propriamente denominado espírito civil): palestras, conferências, festividades cívicas etc.

2 – Ações que se destinam à formação da consciência do grupo e do “espírito de corpo” (Espírito Militar): atividades esportivas, ordem unida, culto às tradições militares etc.

3 – Ações que se destinam à formação da personalidade do cidadão e do patriota: ações psicológicas e educação moral e cívica⁹⁸.

De todas as ações, a psicológica deveria ser, segundo Osmar Paranhos, intensamente desenvolvida nas Forças Armadas. A concepção de uma instituição militar como máquina doutrinária anticomunista diante da iminente ameaça belicosa foi o tom do texto publicado no *Noticiário do Exército*. Segundo o documento:

O Serviço Militar tem, realmente, o mérito de realizar uma penetração social única em seu gênero, que concretiza a unidade nacional melhor do que qualquer outra instituição. As qualidades que o Serviço Militar pode desenvolver (disciplina, sentimento de solidariedade, etc.) contribuem por si só, para criar um terreno propício a uma Ação Psicológica eficaz. [...] A Ação Psicológica no seio do Exército pode nestes domínios, remediar parcialmente as deficiências das outras instituições [...]⁹⁹.

Avaliando retrospectivamente, o anticomunismo por meio da doutrinação da guerra revolucionária produziu efeitos mais consistentes sobre a tropa permanente, as escolas militares foram mais eficientes na construção da mentalidade militar pós-64 do que os quartéis sobre os recrutas. O anticomunismo foi, paulatinamente, restringindo-se às Forças Armadas, sendo objeto de preocupação dos militares profissionais. O *Noticiário do Exército* (NE), no espaço “Cultura Geral e Profissional”, a partir de agosto de 1965, passou a publicar um conjunto de textos, fruto de palestras proferidas no Estado-Maior do Exército, denominadas “Técnicas e Táticas

⁹⁸ Noticiário do Exército (NE), 20 de maio de 1965.

⁹⁹ Noticiário do Exército (NE), 20 de maio de 1965.

Revolucionárias Usadas Contra a Democracia¹⁰⁰”. Tratava-se de um verdadeiro manual a respeito da guerra revolucionária, difundido por meio de circulação de massa no interior da caserna. Além dos manuais utilizados, amiúde, nas instruções no corpo da tropa e nas escolas militares, utilizava-se, também, de todos os meios de informação existentes para a divulgação da guerra revolucionária. Esse novo tipo de conflito a partir da década de 1950 era uma realidade militar, pululavam aqui e acolá exemplos contundentes de ameaça. Contudo, não podemos restringir a noção de guerra revolucionária ao campo meramente belicoso, pois a doutrinação militar carrega em si elementos de formação cultural, que formulam identidades e práticas político-militares, no caso do Brasil, a doutrinação contínua da tropa permanente possibilitou o controle militar do anticomunismo político no interior da instituição. No Estado Militar a coesão no Exército foi construída a partir do controle institucional sobre o anticomunismo, oficializando-o como discurso. A utilização da guerra revolucionária como doutrina deslocou o anticomunismo para os escalões superiores.

A Guerra Psicológica, integrante da guerra revolucionária, também foi amplamente divulgada no *Noticiário do Exército* (NE); a partir de outubro de 1965, houve uma série de publicações de autoria de Antonio Carlos Pacheco e Silva, acerca da ação da moderna psicologia como elemento de guerra¹⁰¹. A preocupação militar com o controle da opinião pública por parte dos contra-revolucionários, fez do espaço político no Estado Militar, um ponto sensível à defesa da ordem. De acordo com o autor:

¹⁰⁰ Noticiário do Exército (NE), 5 de agosto de 1965 .

¹⁰¹ Noticiário do Exército (NE), 2 de outubro de 1965 .

[...] a guerra psicológica diverge conforme o caso. Não se pode assim, pretender adotar idênticos processos contra povos diferentes. O engenho humano é fértil na utilização dos meios de engodo, e os elementos de que dispõe hoje para agir sobre a mente humana, para cindi-la, desintegrá-la, anular a vontade, tolher a iniciativa e implantar o pânico, não tem por assim dizer limites¹⁰².

A obra do coronel do Exército de Portugal, Hermes de Araújo Oliveira, “Guerra Revolucionária”, além da publicação pela Biblioteca do Exército em 1965, igualmente foi objeto de divulgação no *Noticiário do Exército* (NE). Uma síntese do livro foi publicada em partes para que de uma forma ou de outra todos os militares tivessem acesso às ideias do autor¹⁰³. A guerra revolucionária foi posta como saber proeminente ao militar, cada vez mais necessário, para salvaguardar a ordem existente – como não há saber que não remeta a um tipo de poder, que não expresse e não implique ato, um poder sendo exercido¹⁰⁴ -- a insistência da guerra revolucionária como saber também deve se reportar a mecanismos normalizantes disciplinares que buscavam por meio da ameaça comunista conquistar a unidade militar. Nos pressupostos fundamentais da doutrina francesa já estava presente que é impossível combater o inimigo sem comando político-militar unificado, bem como, na relação entre política e guerra, para o combate à guerra revolucionária é fundamental a mudança na sociedade política, pois a democracia é incapaz de fornecer as condições objetivas para a ação militar no combate a subversão¹⁰⁵. Esse saber doutrinário estabeleceu relações com as práticas político-militares, inserindo-se na normalização e disciplinando corpos, concatenando o pensamento militar ao Estado.

¹⁰² Noticiário do Exército (NE), 5 de outubro de 1965.

¹⁰³ Noticiário do Exército (NE), 26 de outubro de 1965.

¹⁰⁴ DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 1988. p.48.

¹⁰⁵ FILHO, João Roberto Martins. **A Educação dos Golpistas...** 2004. p.12.

No Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (R-70) publicado no *Boletim do Exército* em 19 de novembro de 1965, foi dada maior evidência ao currículo que tratava da guerra revolucionária, para o terceiro e quarto ano. Consoante o documento, no 3º ano do curso, o objetivo da instrução é o de capacitar o futuro oficial a compreender a guerra revolucionária e a realizar as ações de prevenção e repressão contra a insidiosidade desse tipo de guerra, mediante:

- a aquisição de hábitos que garantam comportamento adequado, individual e coletivo em todas as situações, de acordo com os padrões estabelecidos para o Exército;
- a assimilação de conhecimentos sobre tipos de ação, atuações psicológicas, ações preventivas e repressivas e casos históricos;
- o desenvolvimento de atitudes favoráveis à integração do futuro oficial nos problemas intrínsecos da Guerra Revolucionária, em face de sua permanente importância como fator básico para a segurança nacional¹⁰⁶.

Já no 4º ano do Curso da AMAN, a instrução a respeito da guerra revolucionária para os cadetes objetivava capacitá-los para a compreensão dos aspectos doutrinários e psicossociais desse tipo de conflito, mediante:

- a aquisição de hábitos de análise das doutrinas sociais antagônicas, para melhor entender a importância dos postulados democráticos;
- a assimilação de informações sobre a Democracia e o Comunismo – doutrinas sociais antagônicas e os direitos humanos – concepção democrática e comunista;
- o desenvolvimento de atitudes que visem a situar o futuro oficial no quadro da conjuntura democrática do País¹⁰⁷.

Foi dado um caráter pedagógico ao anticomunismo militar. Nada diferente do período anterior a 1964, contudo o sentido pedagógico foi deslocado. No governo de João Goulart a preocupação concentrou-se em demonstrar que a guerra revolucionária havia empolgado o Estado brasileiro; no Estado Militar pós-64, todo o esforço foi no sentido de afirmar que a nova ordem deveria estar preparada para

¹⁰⁶ Boletim do Exército, nº 47 de 1965.

¹⁰⁷ Boletim do Exército, nº 47 de 1965.

uma ameaça comunista advinda dos desalojados do poder. O *Noticiário do Exército* (NE), por exemplo, além das publicações em torno da guerra revolucionária, ainda, didaticamente, ofereceu aos seus leitores o conceito de “criptocomunista” utilizado, amiúde, como ferramenta anticomunista com o propósito de identificar e alertar as formas sorrateiras de infiltração comunista. De acordo com o documento, os “criptocomunistas” são os:

[...] que se infiltram, hábil e insidiosamente e depois de conquistados, atraem ou aliciam outros “camaradas” que se disseminam sub-repticiamente em todos os setores da administração pública: repartições, chefias, comunicações, transportes, autarquias, associações de beneficência, magistério, etc.¹⁰⁸

O “criptocomunista” se difere do comunista declarado, o que causa dificuldade em identificá-lo, pois “embora várias de suas atividades coincidam com a dos comunistas ostensivos, seu linguajar é diferente, seus pontos de vista são os mesmos, com outras roupagens¹⁰⁹”. O documento salienta pontos importantes para que até mesmo um leigo possa identificar um “criptocomunista” em suas ações e ideias; desses podemos citar os seguintes:

- tentar influir na decisão do chefe sobre assuntos que interessam ao partido;
- dizer-se independente de partidos, mas propugnar por uma política de comércio e relações com todos os povos;
- tentar o descrédito das autoridades, particularmente militares e policiais;
- lançar dúvida sobre a idoneidade da fonte informante, particularmente quando o informe sobre o comunismo tem profundidade;
- atacar, ostensivamente, os elementos do PCB caídos em desgraça, para credenciar-se como anticomunista¹¹⁰.

¹⁰⁸ Noticiário do Exército (NE), 14 de agosto de 1965.

¹⁰⁹ Noticiário do Exército (NE), 14 de agosto de 1965.

¹¹⁰ Noticiário do Exército (NE), 14 de agosto de 1965.

Quando analisamos o conceito “criptocomunista” como elemento presente num conjunto de práticas político-militares que objetivavam dar sustentação ao Estado Militar, fica candente o mar de possibilidades de enquadramento dos indivíduos como corpos resistentes e ameaçadores à nova ordem. Criou-se uma máquina anticomunista da qual não escapava ninguém. O Exército estava em condições de colocar-se como carapaça de defesa da nação contra o comunismo internacional. A ordem do dia referente a 27 de novembro de 1965, elaborada por Costa e Silva, destacou que “O Exército estará sempre em vigília atenta, cobrindo a Nação com seu escudo protetor¹¹¹”. A ideia de uma tradição anticomunista foi amplamente enfatizada pelos chefes militares, nesta mesma ordem do dia, o Ministro da Guerra disse que as Forças Armadas “estavam presentes em 1964 e em 1935; presentes continuarão elas, sempre, na preservação da democracia, da paz e da tranquilidade de que necessitamos para trabalhar e progredir¹¹²”.

Como chefe da delegação brasileira na VI Conferência de Chefes dos Exércitos Americanos, o general Aurélio Lyra Tavares proferiu palestra em Lima (Peru), onde concentrou esforço intelectual no “Combate ao Comunismo nas Forças Armadas”. Para o combate ao comunismo o ponto fundamental destacado na palestra do general estava na adequação do corpo institucional militar aos princípios anticomunistas de entendimento estratégico e tático da guerra revolucionária. Seria fundamental a compreensão de que a instituição militar é a estrutura de força e de espírito destinada a proteger o país do comunismo internacional. A condição imperativa, para isso, se encontrava no impedimento da infiltração comunista nas

¹¹¹ Noticiário do Exército (NE), 27 de novembro de 1965.

¹¹² Noticiário do Exército (NE), 27 de novembro de 1965.

Forças Armadas. A instrução militar permanente, a formação e seleção de instrutores identificados e capacitados para a doutrinação institucional são elementos da maior relevância, além da escolha criteriosa da matéria-prima civil. De acordo com o palestrante:

O aspecto essencial preponderante do problema do combate ao comunismo na Força Armada é de ordem espiritual. É ainda mais importante esclarecer e fortalecer o espírito do homem, para dar-lhe a convicção ideológica necessária ao verdadeiro defensor da democracia, do que simplesmente a capacidade e as armas de combatente, sem preservá-lo contra a influência da catequese e outras influências capazes de transformá-lo num inimigo da democracia¹¹³.

Houve, todavia, um deslocamento no anticomunismo militar no Estado Militar. Do anticomunismo doutrinário, realidade institucional desde 1937 no Exército, passou-se para o anticomunismo controlado. Significou a total institucionalização, ou melhor, a centralização do discurso anticomunista militar no topo da hierarquia. O anticomunismo militar passou a ser controlado pelo Estado Militar. Por meio do anticomunismo militar as forças militares oposicionistas que exigiam maior radicalização conservadora, amiúde, se apropriavam da luta contra o comunismo para fazer pressão político-militar. O anticomunismo militar não representou apenas combate à subversão de esquerda, mas também o jogo discursivo da manifestação do descontentamento político dos setores militares. Militares radicais anticomunistas, de concepção truculenta para com os problemas políticos nacionais, impregnavam-se de anticomunismo para pressionar o governo, sem estruturação hierarquizada, colocavam a ideologia política acima dos valores militares. De acordo com a memória do general Gustavo Moraes Rego: “Assim é que a hierarquia foi, não

¹¹³ Noticiário do Exército (NE), nº 2117 de 1966.

raro, atropelada pela exaltação e sofreguidão “revolucionária”, com estragos quase sempre graves e consequências insanáveis ou de longa repercussão¹¹⁴. O controle sobre a utilização do anticomunismo como meio de pressão político-militar foi medida necessária para manter a hierarquia militar.

O anticomunismo militar forneceu a coesão necessária à ação de derrubada de João Goulart, pois serviu de emulação político-militar e de estratégia intervencionista, no clima da Guerra Fria, para a garantia da unidade militar capaz de sustentar o golpe. Entretanto, os militares no governo não poderiam mais conviver com o anticomunismo aberto para uso de todos. Na medida em que ameaçava a disciplina militar, mantinha na tropa a confusão e a ausência de uma linha divisória entre a política civil e a militar. Era preciso controlar e centralizar no alto comando a circulação dos discursos anticomunistas. O comunismo passou a ser na tropa, exclusivamente, o inimigo de guerra; portanto o anticomunismo estava restrito aos discursos dos chefes e aos manuais de guerra revolucionária. Esta restrição foi fundamental para manter a instituição subordinada ao Estado Militar. De toda oposição possível, sem dúvida, a do interior da caserna era inadmissível, insuportável, a verdadeira ameaça à ordem militar.

Como não há normalização disciplinar sem resistência e, por conseguinte, tensão, o controle das publicações militares que indicavam artigos anticomunistas por parte do Estado Militar gerou resistência. Por décadas pronunciar-se contra o comunismo era pontuado como um dever militar, contudo num contexto de crescente normalização militar o anticomunismo passou, ainda, a representar manifestação política no interior da caserna. A revista *A Defesa Nacional* marca esta

¹¹⁴ D'ARAUJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Visões do Golpe...** 1994. p. 54.

tensão nos seus editoriais e no fluxo dos artigos anticomunistas publicados. Realmente, houve pressão dos militares palacianos no sentido de reduzir as publicações da revista a assuntos puramente técnico-militares. Houve a resistência dos editores com o objetivo de persistir na publicação de artigos anticomunistas. Em 1966 o editorial enfatiza a posição da revista: “frisamos que *A Defesa Nacional* não se desviará, nem um nada, de uma intransigente atuação anticomunista¹¹⁵”. Os militares responsáveis pela revista reagiam ao que definiam como “tendência malévola” de se confundir posição anticomunista com posição política. De acordo com os editores:

Nunca aceitamos, nem aceitaremos que uma Revista com o passado, com a tradição da nossa, seja amordaçada na sua virilidade brasileira, sob o falso pretexto de que atacar o comunismo – onde, como e quando ele se apresente – seja o mesmo que intrometer-se na política nacional¹¹⁶.

No entanto, podemos perceber no gráfico abaixo, uma queda significativa no fluxo das publicações dos artigos anticomunistas a partir dos governos militares.

¹¹⁵ Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional*/ nº 609/set-out/1966.

¹¹⁶ Editorial publicado na revista *A Defesa Nacional*/ nº 609/set-out/1966.

A partir de 1958, momento em que a revista começou a enfatizar a luta anticomunista, até 1964, contexto de início da ação político-militar na esfera civil, tivemos um fluxo de 67 escrituras de matiz anticomunista (ou seja, em sete anos); o que pontua em média 9,5 escrituras por ano. Nos anos de 1964 até 1985 (no efetivo governo militar) o número de artigos e editoriais anticomunistas foi de 63 textos publicados, ou seja, em 21 anos tivemos em média 3,0 escrituras publicadas por ano. Nos governos militares tivemos uma considerável baixa nas publicações anticomunistas, principalmente a partir de 1966, contexto de pressão político-militar objetivando a restrição da revista a assuntos puramente profissionais.

A normalização disciplinar implica a intervenção numa multiplicidade de sujeitos¹¹⁷. Trata de selecionar e ajustar os corpos para cada tarefa institucional; ou seja, foi preciso administrar esta multiplicidade de sujeitos, adaptando-os à norma vigente. O processo seletivo institucional, após 1964, passou a ser mais criterioso; houve uma crescente racionalização na escolha dos corpos, bem como na utilização produtiva das características individuais. A criação do Centro de Estudo de Pessoal (CEP) objetivava fundamentar tecnicamente os mecanismos de classificação dos militares às diversas funções militares. O *Noticiário do Exército* (NE) publicou em 1966 um longo artigo escrito por oficiais do CEP, dividido em duas partes, com o título “A Seleção no Exército Brasileiro”, em que apresentava a todos os membros militares a nova razão moderna utilizada no órgão como forma de seleção militar. O texto expõe os ajustes importantes que devem ser realizados para a efetiva racionalização do processo seletivo; eis algumas ponderações:

¹¹⁷ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.16.

- a) O sistema de Seleção vigente no EB necessita fixar normas de padronização para aplicação, correção e medida de aptidões, necessárias ao desempenho de funções que interessam ao Exército;
- b) A Divisão de Seleção do CEP é sem dúvida e “de fato”, o Núcleo do Serviço de Seleção no EB, que permitirá a continuidade desse trabalho, congregando esforços para dinamizar e aperfeiçoar o Sistema de Seleção do EB¹¹⁸.

Sustentar o Estado Militar passava a ser a mais importante missão das Forças Armadas. Se contabilizarmos o processo de normalização disciplinar no Exército como resultado contundente, por certo, teremos a história da criação de mecanismos de produção e de defesa do aparato estatal. Conforme Alain Rouquié: “É verdade que os militares brasileiros não defendem a causa do povo, mas defendem acima de tudo a do Estado¹¹⁹”. A Constituição de 1967 no que se refere às Forças Armadas já em seu Art. 1º definiu como papel fundamental do aparato coercitivo nacional garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. O compromisso das instituições no Estado Militar estava concentrado na nova ordem estabelecida, havendo espaço limitado para a hermenêutica jurídica – interpretar a lei *per si*, tão comum e condensada na expressão “no limite da lei”. Outro ponto importante, na nova Constituição, estava na normalização da ocupação dos cargos públicos por militares, deslocados da função. Os militares que optassem por atividades fora da instituição militar, se de forma permanente, seriam transferidos para a reserva; os que ocupassem cargos temporários teriam prejuízos em suas carreiras. Foi uma ação normalizante com a intenção de evitar ambições paisanas no meio militar¹²⁰.

¹¹⁸ Noticiário do Exército (NE), nº 2223 de 1966.

¹¹⁹ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.337.

¹²⁰ Boletim do Exército, nº 10 de 1967.

O Decreto Lei nº 314 de 13 de março de 1967 que versava sobre “Crimes Contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social”, no capítulo I, nas disposições preliminares no Art. 3º, pôs em relevo aquilo que já era saber e doutrina militar: a Guerra Psicológica e a guerra revolucionária. Contudo, na esfera estratégica passou a compor, igualmente, a norma estatal. Nos incisos desse artigo podemos ler a conceituação de como deveria atuar o juiz para arbitrar as ações tipificadas como de guerra subversiva:

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou produzam efeito no âmbito interno do País.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação¹²¹.

No já tradicional combate do Exército ao regionalismo político, o Decreto-Lei nº 317 de 13 de março de 1967 regulava acerca das “Polícias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Territórios e Distrito Federal”. Houve o atrelamento das instituições militares regionais ao Exército, como forças auxiliares e de reserva, que passaram a ser comandadas por oficial superior do corpo ativo do Exército. De acordo com o Artigo 5º:

O Comando das Polícias Militares será exercido por oficial superior combatente, do serviço ativo do Exército, preferencialmente do posto de Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministro da Guerra pelos Governadores de Estado e de Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal¹²².

¹²¹ Boletim do Exército, nº 14 de 1967.

¹²² Boletim do Exército, nº 14 de 1967.

Se em 1937, as polícias militares tiveram que se submeterem aos chefes militares do Exército, no regime militar elas ficaram subordinadas diretamente ao Estado-Maior do Exército¹²³. O controle sobre as polícias militares contribuiu para neutralizar o poder militar dos estados federativos, evitando assim, o regionalismo político, o grande mal que, amiúde, ao longo da história republicana foi combatido pelo Exército brasileiro. No momento da consolidação da nova ordem, a oposição armada deveria ser evitada por todos os meios. Foi imperativo medidas de normalização e de controle sobre as práticas das polícias militares regionais, bem como, a limitação do armamento a engenhos de uso individual. Todas as aquisições de armamento e munição dependiam de autorização do Ministério da Guerra. O Regulamento Disciplinar das forças militares regionais passou a ser semelhante ao do Exército, por definição de Decreto-Lei. Foi criada a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM); a chefia do órgão que era integrante do Ministério da Guerra foi exercida por General-de-Brigada. A IGPM tinha como papel fundamental o de centralizar e coordenar todos os assuntos referentes às polícias militares¹²⁴. É importante acenar que esse decreto-lei atuou sobre a legislação federal, Lei nº 192 (de 17 de janeiro de 1936), incrementando a normalização do Estado brasileiro sobre a esfera estadual, limitando ao campo político a oposição regional.

No alvorecer de 1968, o Estado Militar encontrava-se mais profundamente militarizado¹²⁵. O autoritarismo do Estado tornou-se evidente, dado que diante de um contexto de pressão popular e de instabilidade política internacional, o princípio de

¹²³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.88.

¹²⁴ Boletim do Exército, nº 14 de 1967.

¹²⁵ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.122.

realidade militar, solapou o trânsito político. A questão da ameaça à segurança do Estado Militar, da ordem política, proporcionou o consenso militar para a adoção de medidas duras, de restrição de liberdades individuais e coletivas. A segurança tem como função, fundamental, responder a uma realidade adversa, de maneira que esta resposta possa desmobilizá-la, anulá-la, limitá-la ou pelo menos freá-la¹²⁶. Como a segurança trabalha sobre a realidade, o Estado Militar estabeleceu disposições específicas para a mudança da realidade existente.

O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, dirimiu qualquer dúvida a respeito do caráter autoritário da nova ordem estabelecida. Foi um fechamento político importante em benefício da segurança do Estado. O contexto político interno e externo não explica, por si só, a institucionalização do ato normativo, porém, representou o momento ideal para a ação, aquilo que na escritura de Maquiavel apresenta-se como *fortuna*. Em termos foucaultianos, os Atos Institucionais permitiram a “governamentalidade” do Estado Militar, ou seja, possibilitaram que as instituições desenvolvessem práticas de controle sobre a população¹²⁷. O recurso normalizante, a governamentalidade político-militar, inclinadamente imbricada à segurança do Estado, expresso nos Atos Institucionais, teve, fundamentalmente, no AI-5 o instrumento técnico para azeitar os dispositivos de segurança da nova ordem. O Ato Institucional nº 5 foi uma medida extrema para garantir o governo sobre a população civil e militar. A expressão militar conservadora sintetizada nas palavras “segurança e desenvolvimento” explicita o sentido econômico e político das medidas normalizantes desenvolvidas ao longo da República Militar. No documento podemos ler o seguinte:

¹²⁶ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. 2008. p.61.

¹²⁷ Ibid., p.143.

[...] se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária¹²⁸.

O ano de 1968 foi de intensa manifestação política, no mundo e no Brasil; representou a eclosão de manifestações populares, em essência, lideradas por jovens pontuando todas as mazelas modernas presentes em suas realidades específicas. No Brasil, a luta contra a reforma universitária proposta pelo acordo MEC-USAID, protesto contra o golpe militar e o arrocho salarial dos trabalhadores foram as motivações mais relevantes das manifestações¹²⁹. A concepção de revolução que empolgava jovens estudantes e operários foi diametralmente oposta à “revolução” de 31 de março de 1964. A leitura militar dos eventos políticos conjunturais, em tempos de cultura de massa, de intensa mobilização dos jovens brasileiros identificados com a esquerda política, foi a de iminente deflagração da guerra revolucionária no país. Portanto, medidas de contenção e erradicação da ameaça ao Estado Militar eram imperativas.

É importante salientar que até mesmo a instituição militar, o Exército, sofreu sísmica tremura; em novembro de 1968 os capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) manifestaram-se moderadamente censurando a política do governo Costa e Silva. Não foi um evento planejado de quebra de hierarquia, mas o resultado do chamado “Memorial dos Capitães da EsAO” foi de contundente cizânia militar. Nada similar ao ímpeto e às ideias dos jovens de 68, pois na verdade, tratou-se de manifestação ordenada exigindo o aprofundamento das medidas de

¹²⁸ Boletim do Exército, nº 1 de 1969.

¹²⁹ MATOS, Olgária C. F. **Paris 1968: As Barricadas do Desejo**. 1981. p. 25.

reformulação do Exército e a adoção de medidas enérgicas contra a subversão. Contudo, a imagem de oficiais intermediários pressionando o Estado Militar, num contexto de crescente pressão popular, intensificou a urgência de medidas duras. O AI-5 também produziu efeitos de maior controle sobre a instituição militar; no Art. 6º, que definiu a suspensão das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, em seu inciso primeiro contempla os militares nos seguintes termos:

O Presidente da república poderá, mediante Decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço¹³⁰.

O sentido militar presente na nova ordem estabelecida ficou evidente com o afastamento, por motivo de enfermidade, de Costa e Silva da presidência da República. Por limite posto constitucionalmente, seu substituto imediato era o vice-presidente, no caso Pedro Aleixo. No entanto, a governamentalidade exercida no Estado Militar exigia a presença de militar no posto máximo da nação brasileira. De acordo com Jayme Portella, a edição do ato não teve grande repercussão política, foi recebida sem qualquer reação ou protesto, nem sequer por parte da imprensa brasileira¹³¹. Decerto, o consenso de que era de responsabilidade militar o exercício do governo, naquele momento, era dominante. Os Ministros Militares assumiram o poder do Executivo normalizando o próprio ato com o chamado Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969. O AI-12 regulou a administração política do Estado

¹³⁰ Boletim do Exército, nº 1 de 1969.

¹³¹ MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p.839.

no impedimento do presidente, com isso o caráter militar do governo ficou evidente.

De acordo com o ato:

Como imperativo da Segurança Nacional, cabe aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar assumir, enquanto durar o impedimento do Chefe da Nação, as funções atribuídas a S. Ex^a, pelos textos constitucionais em vigor¹³².

A normalização do Exército brasileiro, em essência, já estava em andamento desde os anos de 1930, com êxito significativo no Estado Novo. A formação dos oficiais a partir de então passou a ser mais rígida no sentido militar. O controle sobre os oficiais intermediários e subalternos (capitães e tenentes) foi intenso. Houve, efetivamente, o silenciamento com a docilização desses corpos. A máquina normalizante do Exército expressa no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) de 1942, ainda continuou com carga total no regime militar – posto que sofreu pequena mudança pelo Decreto nº 65136, de 11 de setembro de 1969. Foi alterado o Art. 17, que envolve a natureza e amplitude das penas disciplinares, com o acréscimo do inciso 5º que amenizou o exercício disciplinar sobre os praças neófitos das coisas da caserna. O Art. 34 que tratava da expulsão dos praças por incapacidade moral, isto é, quando há participação em movimento sedicioso ou práticas moralmente ofensivas à dignidade militar, no dispositivo “c” houve o incremento do rigor. De forma que estas foram as mudanças elaboradas no RDE durante o regime militar. Os artigos 17 e 34 foram acrescidos dos seguintes dispositivos:

Art. 17 [...] § 5º A pena de exclusão disciplinar não se aplica aos sargentos, cabos e soldados que estejam prestando o serviço militar inicial.

¹³² Boletim do Exército, nº 38 de 1969.

Art. 34 [...] c) a praça, já classificada no mau comportamento, cuja permanência nas fileiras se torne inconveniente à disciplina, pela prática contumaz de faltas¹³³.

Para Michel Foucault o que há de importante em nossa modernidade não se encontra na estatização da sociedade, mas no que ele define como “governamentalização” do Estado¹³⁴. Não se trata do grau de estatização da sociedade, pois mesmo a desregulamentação liberal do Estado implica a governamentalização do Estado sobre a população. A normalização como mecanismo de governamentalização do Estado, no caso do Estado Militar Brasileiro, caracteriza a complexidade do exercício do poder no sentido de afirmar uma nova ordem. O conjunto de ações normalizantes elaboradas no regime militar traduz a administração política da ordem, pontuando preocupações e limitando ações contrárias ao exercício do poder. O Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro, de 1969, exemplifica e aprofunda o rigor em torno dos “Crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social”, de forma que a oposição armada, advinda da guerra revolucionária ou psicológica passou a ser, nos casos extremos, penalizada com a prisão perpétua ou pena de morte¹³⁵. Mesmo não sendo aplicada, de fato, nos governos militares, certamente, a normalização da pena capital no país, demonstra o tom de gravidade que o Estado Militar concedia à sublevação da ordem política e à ameaça da segurança nacional.

Com relação à Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, promulgada pelos Ministros das Forças Armadas, chefes do Executivo, no impedimento do presidente da República, que, efetivamente, pelo volume de

¹³³ Boletim do Exército, nº 40 de 1969.

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.145.

¹³⁵ Boletim do Exército, nº 42 de 1969.

mudanças indicadas no texto constitucional de 1967, significou a emergência de uma nova constituição para o país, não trouxe mudança normalizante para as instituições militares. A seção VI referente às Forças Armadas permaneceu sem alteração¹³⁶.

O binômio segurança e desenvolvimento vislumbrado como doutrina presente na própria governamentalização do Estado Militar deve ser identificado como prática geral de poder. Em tal perspectiva, o objetivo se encontrava no fortalecimento do Estado, a fim de neutralizar as tensões sociais, suprimir o dissenso político e possibilitar, sem obstáculos, o desenvolvimento econômico. Como o desenvolvimento, primeiramente, implicava segurança, a governamentalização, numa concepção verticalizada de poder, significava tomada de decisão, eminentemente, militar. Embora à paisana, a formulação e a direção da política nacional deveriam estar ao encargo do general-presidente¹³⁷. Por certo, o desenvolvimento geral do país passou a ser de interesse estratégico militar. Em entrevista concedida pelo Ministro do Exército, para a imprensa nacional e estrangeira, em 25 de agosto de 1969, no contexto de comemoração da Semana do Exército, o general Aurélio de Lyra Tavares esboçou a ação político-militar do Estado com o propósito de reformar a instituição militar. A modernização efetiva do Exército estava atrelada ao desenvolvimento econômico e social do país. Portanto, o sucesso da administração militar dependia da totalização das medidas do governo.

A transformação do Exército em força moderna, somente alcançaria êxito com a modernização e o desenvolvimento do Estado e da sociedade como um todo.

¹³⁶ Boletim do Exército, nº 48 de 1969.

¹³⁷ DREIFUSS, René e DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. 1984. p. 96.

Diante disso, a política militar de reforma no Exército, não deve estar localizada, exclusivamente, na caserna, mas no conjunto de desenvolvimento do próprio país. De maneira que a reforma da instituição militar deveria colocá-la como aparato de segurança e desenvolvimento do país. Segundo o general:

As Forças Armadas e, particularmente, o Exército, constituem o elemento de força garantidor da segurança externa e interna da nação, mas cumpre considerar, por outro lado, que elas dependem, para isso, do seu aparelhamento material, do padrão de seus homens, da sua capacidade de emprego e maneabilidade de deslocamento e do grau de desenvolvimento nacional. Em última análise, a rede de estradas do País, o grau de instrução do povo, a sua consciência cívica, o progresso industrial, a integração do território, a vivificação das fronteiras, os progressos da nossa tecnologia, como, em geral, todas as conquistas sucessivas relacionadas com o desenvolvimento nacional, concorrem para que a Nação possa prover, em melhores condições, as necessidades do aprimoramento das suas Forças Armadas [...] ¹³⁸.

Em síntese, o objetivo fundamental da reforma no Exército foi o de torná-lo mais produtivo. Para isso, houve a extinção de unidades militares ociosas, como também a introdução do planejamento administrativo vinculado à nova técnica de formulação do orçamento, com a racionalização e simplificação do sistema de execução da política financeira do Exército. Houve, além disso, a transformação e a modernização das Grandes-Unidades, como a 3ª DC (Divisão de Cavalaria) transformada em 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, o que resultou em economia do efetivo militar e eficiência operacional. Além disso, o desdobramento da EsAO em Centro de Instrução das Armas, proporcionou a racionalização do trabalho de formação profissional dos oficiais e praças ¹³⁹.

¹³⁸ Noticiário do Exército (NE), 25 de agosto de 1969.

¹³⁹ Noticiário do Exército (NE), 25 de agosto de 1969.

A reforma institucional na esfera militar, além da questão exclusivamente técnica, igualmente interferiu no fechamento do território militar à ação política de matiz civil. Talvez esta tenha sido a preocupação fundamental da transformação e da modernização militar pós-64. O militar ocupado com seu ofício, não tem tempo para o ócio político. Assim, quando questionado a respeito da participação de militares na política civil, o Ministro do Exército, respondeu:

O militar da ativa é inteiramente livre para votar, como também, o é para ser votado. Neste caso, terá que optar pela carreira política, evidentemente incompatível com a profissão militar, inclusive pelo papel que desempenham as Forças Armadas, na garantia da normalidade dos pleitos eleitorais. A sabedoria da legislação revolucionária, em todas as prescrições referentes ao assunto é coerente e inequívoca em estabelecer a incompatibilidade entre as servidões a que está sujeito o militar da ativa e a atividade política partidária¹⁴⁰ [...].

O isolamento do militar da política civil pode-se apresentar como um imenso esforço deflagrado nos governos militares. O processo de normalização procurou articular as normas de limitação ao exercício político e as reformas de modernização da profissão. O Exército após 1964 foi, paulatinamente, assumindo uma dimensão moderna, com a adequação dos meios e dos corpos à realidade contemporânea. A transformação do Exército em instituição moderna deu-se pela coesão militar suficiente na condução do regime e pela normalização necessária à unidade militar. Em suma, a capacidade da instituição militar de estabelecer-se como ator político principal impondo os interesses militares como universais¹⁴¹, garantiu a formação de Estado de sentido, inclinadamente, militar. Entretanto, a construção da coesão não

¹⁴⁰ Noticiário do Exército (NE), 25 de agosto de 1969.

¹⁴¹ DREIFUSS, René e DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. 1984. p. 97.

está deslocada de momentos de tensão política, por isso o regime militar, principalmente, nos primeiros governos, foi marcado por tensão intramilitar, no momento em que se estabelecia no país nova ordem política.

3.3 CASERNA, COESÃO E TENSÃO NA REPÚBLICA MILITAR

Grosso modo, a cultura política militar antes de 1964 e nos primeiros governos militares, frequentemente, amalgamava-se com o partidarismo civil. Assim, as forças políticas que se confrontavam no cenário político nacional tinham o seu equivalente na caserna. Formou-se assim um corpo militar politizado no sentido civil, o que inviabilizava a coesão militar. Destarte, a instituição militar carecia de uma unidade hierárquica e disciplinar que a qualificasse como moderna em absoluto. Sendo assim, o projeto de Góes Monteiro de uma instituição militar aliviada dos partidarismos civis ainda estava por se concretizar. Mesmo assim, o projeto de Góes Monteiro foi suficiente para alijar parte do oficialato das tensões políticas; os oficiais subalternos não tiveram mobilização de vulto depois do Estado Novo; o espírito intervencionista do tenentismo da década de 1920 ficou restrito aos oficiais superiores e generais nos anos posteriores. Em outros termos, parte do Exército já vivia intensa militarização, o que fez com que as pressões militares a partir do Estado Novo estivessem centradas no topo da hierarquia militar.

Desta cultura político-partidária vamos ter a ação militar que efetivou o golpe de Estado de 1964 e, ao mesmo tempo, a elaboração sub-reptícia de partidos militares no jogo do poder. São os grupos militares de pressão que em momentos de tensão política dificultavam a coesão militar. O cientista político João Roberto

Martins Filho rompeu com o tradicional binarismo político-militar presente na historiografia do período, apresentado pelos grupos de militares moderados da Sorbonne e os radicais conservadores da chamada “linha dura”. Efetivamente, depois dos expurgos político-militares os conflitos militares deslocaram-se para o interior do grupo conservador; houve uma mudança na paisagem político-militar conservadora, o grupo passou a vivenciar após 1964 uma pluralidade de posições e a apresentar uma complexidade de fatores de desunião e cizânia que, de fato, limitam a leitura em termos duais¹⁴².

Deste modo, ele amplia o campo dos partidarismos político-militares para pelo menos quatro grupos: o primeiro foi composto por militares “Castelistas”, identificados com políticas de duração mínima da presença militar no país, não eram moderados quando se tratava de eliminar qualquer resíduo de ameaça à ordem nacional, dos militares mais expoentes podemos citar: os irmãos generais Geisel e o general Aurélio de Lyra Tavares; contrapondo-se aos castelistas de forma frontal; o segundo grupo político-militar, a chamada “Linha Dura”, por posição conservadora mais radical, majoritariamente composta por coronéis, dentre eles, Boaventura e Ruy Castro, afinados com Carlos Lacerda e, em parte, a “Linha Dura” foi sustentada por Costa e Silva, o grupo defendia o prolongamento dos militares na política e a adoção de medidas autoritárias de maior controle dos militares sobre a sociedade civil; o terceiro, João Roberto Martins Filho denominou de “Albuquerqueista”, centrado na figura do Ministro do Interior e general Affonso de Albuquerque Lima, militar nacionalista que abertamente fazia política civil no interior da caserna, aliava-se aos “duros” em momentos de crise, entretanto desenvolvia política própria voltada ao

¹⁴² FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.114.

desenvolvimento regional do Brasil com autonomia nacional, no interior da caserna havia entusiasmo da juventude militar às suas ideias, ato de solidariedade ao neo-nacionalismo castrense; para encerrar o quadro dos grupos militares, tivemos um conjunto de oficiais superiores e generais que assessoravam o segundo general-presidente, Costa e Silva, o chamado “grupo palaciano”, composto pelo general Jayme Portella, chefe do Gabinete Militar e pelo coronel Mario Andreazza Ministro dos Transportes, também, podemos agregar o coronel Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho e o general Médici, Chefe do SNI; este grupo investia na limitação dos coronéis, da “linha dura”, na política e na reorganização do Conselho de Segurança Nacional, tornando a segurança do Estado uma questão central ao governo¹⁴³.

Decisivamente, a base do oficialato militar, nesse momento, não representava perigo à nova ordem – composta por corpos disciplinados, corpos dóceis, incapazes de elaborar pressão importante que pudesse solapar a ordem estabelecida. No entanto, numa estrutura rígida de poder, absolutamente verticalizada, qualquer ruído assume a sonoridade de verdadeiro estrondo. Ainda assim, estes partidos não podem ser vistos como simples organizações políticas de modelo civil, ou seja, mesmo pressionando o governo, como grupo político, não o faziam de forma civil. Quando Alain Rouquié¹⁴⁴ utiliza o conceito de “partido militar” ele o coloca entre aspas, na medida em que, obviamente, não se trata de um partido clássico de bases, com um programa claramente estabelecido, em que os líderes discursam nas tribunas, nas praças, repleto de líderes e filiados. Realmente, trata-se de uma estrutura de poder restrita aos militares do topo da hierarquia, portanto com

¹⁴³ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.115-121.

¹⁴⁴ ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil.** 1980. p.12-13.

sustentação das convicções políticas centrada numa minoria de homens¹⁴⁵, coagidos pela hierarquia e disciplina. Não obstante, a ação política desses militares transcendia a reivindicação profissional, assumindo o espectro de partido político, de ação militar.

Nos governos militares houve tensão no corpo institucional, fruto desse partidarismo militar, o que fragilizou a coesão do aparato militar – pois o espaço técnico (forças militares) passava a ser político e o espaço político (Estado) passava a ser técnico, fruto da frequente redução da democracia ao grau zero. A solução desta tensão estava na criação de mecanismos de poder capaz de subordinar os militares à política expressa pelo Estado Militar. Os expurgos e a normalização disciplinar não foram suficientes para eliminar a tensão no Exército. Foi preciso a intensificação da militarização geral do Estado a partir de 1968 para que os interditos da nova ordem fossem realmente estabelecidos com estrondoso êxito.

Paradoxalmente, o que caracteriza o imaginário militar moderno é a negação da política e, portanto, a própria negação da noção de pertença partidária. Os regulamentos refutavam a política na caserna, não de forma ostensiva como a partir de 1964, porém a condição militar de ator principal no jogo político nacional reanimou a politização no interior do corpo militar conservador. Dessa forma, em repetidos momentos, as relações de poder no interior do Exército traduziram questões de governo na governamentalidade do aparato estatal, transformando o espaço técnico em político. A redução da interferência da instituição militar sobre o governo e a total subordinação do Exército ao Estado estiveram entre as metas fundamentais dos governos militares. Assim, as tecnologias de poder elaboradas ao

¹⁴⁵ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional...** 1967. p.242.

longo do regime militar diziam muito da estratégia e das táticas de docilização dos corpos militares na caserna para garantir a governamentalidade do Estado Militar.

Agora é importante compreender o limite dos partidarismos na vida ordinária da caserna. Os regulamentos e as normas inviabilizavam o proselitismo direto no Exército. A presença de grupos militares com razoável coerência ideológica, não foi suficiente para garantir o exercício político no meio militar; por certo, os partidarismos encontravam melhor expressão no topo da hierarquia militar e na esfera do governo, já que os pronunciamentos oficiais voltados para a caserna passaram a ser, cada vez mais, vigiados pelo Estado Militar. Sendo assim, não podemos vislumbrar uma política partidária direta no interior da caserna, pois a política entre os militares da caserna foi estrategicamente controlada. A expectativa profissional, dado o aumento da impessoalidade nas promoções, agenciava cada corpo militar em benefício do Estado. Desse modo, a política foi, aceleradamente, deslocada da vida ordinária da caserna. Com efeito, nas relações de poder no corpo militar a política apresentava-se em ziguezague, estrategicamente no cotidiano da caserna ela era inexistente, contudo taticamente, no topo da hierarquia e na esfera de governo, amiúde, as pressões de grupos militares eram evidentes.

O militar moderno é eminentemente técnico; nesse sentido se aproxima da razão instrumental moderna. Dessa forma, tende a reduzir o político à administração ordinária. A utopia da sociedade militar vislumbra a constituição de corpos dóceis, prontos ao consenso e desabrigados da ideia de conflito. Logo, a coesão militar está presente na utopia institucional de qualquer sociedade militar. Não há nada de essencialismo nessa proposição, pois a modernização e a crescente normalização não dizem respeito ao desenvolvimento linear e teleológico; trata-se de um processo

tenso, a cada investida normalizante há a resistência, o resultado é imprevisível, a tensão inviabiliza a realização, a priori, de qualquer essencialismo.

É importante perceber o paradoxo da dimensão militar naquele contexto de tensão e de luta política. Assim, podemos acompanhar essa ação política em ziguezague, pois o militar ocupa o espaço político como conduta belicosa, ou seja, como ação administrativa e militar. Nesse sentido, não podemos elaborar uma leitura política do poder militar numa perspectiva eminentemente voltada ao poder civil. A crítica consiste em agregar à leitura do poder militar toda uma cultura político-militar que singulariza as práticas vivenciadas pelos militares antes e depois de 1964.

Os militares como atores principais no jogo político nacional vivenciavam, digamos assim, um paradoxo funcional. De um lado, envolvidos por uma cultura militar conservadora, afinados ao “realismo conservador”, portanto, excessivamente técnicos, procuravam administrar a política nacional por meio da razão instrumental moderna, ou seja, por imperativos técnicos e não políticos; e de outro lado, a condição de atores importantes no cenário político, de certa forma, arrastava os militares para a prática política, gerando mal-estar para os militares no governo e dificultando a coesão militar.

No Estado Militar houve a tentativa de organizar o território de ação, lançando mão de fronteiras, linhas demarcando o limite entre o político e o militar. Apartando, assim, os militares palacianos, corpos envolvidos diretamente com a administração política do Estado – militares de governo na área civil – dos militares da caserna, corpos ligados à administração militar.

Em termos práticos, com o objetivo de dirimir a tensão, houve uma crescente militarização do Estado – no sentido de impor a razão técnica sobre a política. Assim para Alain Rouquié¹⁴⁶: “o sonho tenentista de uma modernização conservadora executada por um Estado “despolitizado” realiza-se finalmente depois de 1964”. Os militares que construíram o Estado brasileiro pós 64, de uma forma ou de outra, tinham como utopia política o avanço da técnica sobre a política. Consoante, Dreifuss¹⁴⁷: “o Estado engendrado na ESG é guiado por razões técnicas e não políticas” – não podemos nos furtar que a governamentalidade do Estado Militar teve como fonte inspiradora e doutrinária a Escola Superior de Guerra. Ademais, a restrição política aos militares, rompendo com uma longa cultura militar, esteve desde os primeiros momentos de consolidação da nova ordem posta como imperativo, dessa forma, militarizou-se o Estado no mesmo processo de militarização da própria instituição militar.

A análise genealógica de Michel Foucault, cujo método consiste em passar por trás da instituição para tentar encontrar, por detrás dela e mais globalmente do que ela, o que podemos classificar como tecnologia de poder¹⁴⁸, nos auxilia no deslocamento do olhar objetivamente centrado no interior do corpo institucional. Não se trata da substituição de uma observação interna por outra mais geral, mas essencialmente de compreender os mecanismos gerais que, igualmente, exercem poder sobre o desenvolvimento da instituição. De forma que a busca da coesão militar e as tensões presentes no corpo institucional encontram melhor inteligibilidade quando percebemos que os eventos pontuais, também, passavam

¹⁴⁶ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.337.

¹⁴⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado...** 1981.p 79.

¹⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.157.

por fora da instituição, para além das motivações intra-institucionais, pois não podemos negligenciar os interesses presentes na governamentalidade do Estado Militar, nem toda a tecnologia de poder global a serviço da nova ordem estabelecida.

Essencialmente, o Estado Militar organizado a partir de 1964, sob o comando de generais-presidentes, teve condições objetivas para efetivar uma política militar que partia do Estado para a instituição. Foi, de fato, um momento ímpar na história brasileira, no qual o Exército submeteu-se ao comandante supremo das Forças Armadas, ou seja, ao Chefe do Executivo. A instituição militar passou a ser, rigorosamente, apartidária, o que não quer dizer o mesmo que apolítica, pois no Estado Militar a política do Exército era o que dava o tom geral da mobilização institucional. Visto que o partidatismo do tipo civil não comporta a ordem militar moderna¹⁴⁹, posto que representa um momento de baixa coesão institucional e de formação militar precária.

O discurso de unidade militar e a valoração da coesão na caserna desde os primeiros momentos articulavam-se à ameaça da guerra revolucionária. A sustentação da ordem nacional frente ao contexto de instabilidade e de necessidade de segurança tornou a coesão militar necessária. Ao afastar-se do Estado-Maior do Exército, em função de ter que assumir a Presidência da República, o então general Castello Branco realizou discurso acentuando a unidade de pensamento do órgão e a ação político-militar que pôs fim à crise política nacional, com o afastamento de João Goulart do poder. Dessa forma, segundo as palavras do general:

[...] conforta-me profundamente que neste EME, sob minha direção, tenha, em dias recentes, presenciado a unanimidade de pensamento e de ação dos esclarecidos oficiais que aqui servem, demonstrando todos com iniciativa, admirável unidade de doutrina e alta compreensão cívica quando

¹⁴⁹ GONÇALVES, Vasco. **Movimento das Forças Armadas...** 1985. p.74.

souberam eleger patrioticamente o caminho certo, na defesa das instituições militares ameaçadas e das instituições políticas já sobre o fogo cerrado da subversão, tanto ideológica como oportunista¹⁵⁰.

Os pronunciamentos militares ordinários nos eventos importantes procuravam sempre a articulação da data e do evento comemorado ao movimento de 31 de março. Assim, na comemoração político-militar referente ao “Dia da Vitória na Europa” o Ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, elaborou ordem do dia, pontuando aproximações entre o evento e o movimento de 1964. Ambos representaram vitórias contra regimes totalitários. Assim, o general pronunciou as seguintes palavras:

Comemora-se a vitória de 1945 na Europa em ambiente de desafogo e euforia pela vitória democrática no Brasil. Dois triunfos de repercussão mundial. Enquanto o primeiro marcou o fim do nazi-facismo, o segundo significou um dos mais decisivos reveses sofridos pelo comunismo internacional, nos últimos tempos, em sua campanha pelo domínio do mundo¹⁵¹.

A unidade militar foi perseguida como consenso no interior da instituição. Até mesmo os militares que corroíam a disciplina e a hierarquia o faziam em nome da sobrevivência institucional e da coesão militar. A perspectiva de que o rompimento com a unidade militar arrastaria a instituição e a política nacional à condição anterior a 1964 formou o consenso de coesão total entre os militares¹⁵². O anticomunismo militar teve papel relevante para a conquista da unidade militar. A imagem da ameaça comunista instrumentalizou a premência da coesão. Assim, todo o movimento de desunião militar apresentava-se como mecanismo tático da guerra revolucionária que enfraquecia o poder militar. Diante disso, no mesmo discurso o

¹⁵⁰ Noticiário do Exército (NE), 15 de abril de 1964.

¹⁵¹ Noticiário do Exército (NE), 9 de maio de 1964.

¹⁵² FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.71.

Ministro da Guerra acentua a necessidade de coesão para que a Pátria possa estar preparada para a defesa. De acordo com o general:

A luta, porém, não terminou. Outras tentativas não de ser feitas, se oportunidade houver. O comunismo além de insidioso e demolidor está sempre atuante. A união de oficiais e praças, a comunhão das forças armadas com o povo, em torno das legítimas aspirações nacionais – ordem, progresso e paz social – constituem, pois, o imperativo da ordem presente, para que o Brasil não seja novamente levado, pela vontade de uma pequena minoria, a trilhar caminhos divergentes de sua verdadeira diretriz – a da nação democrática, cristã e progressista¹⁵³.

Costa e Silva como Ministro da Guerra procurou assumir a imagem da própria coesão militar; os expurgos político-militares e as medidas normalizantes desenvolvidas em seu comando, bem como, a articulação do Exército como base de sustentação do poder militar possibilitaram a conquista do Estado Militar como fato político¹⁵⁴. A ascensão contínua de generais-presidentes, acentuando o caráter militar dos governos do período, estava ligada diretamente à capacidade política de gerir a máquina militar. Assim, graças ao silenciamento disciplinar do corpo militar, Costa e Silva passou a ter condições efetivas para ocupar o cargo máximo de comando para um militar no Estado Militar: o da presidência da República.

A coesão foi realmente o imperativo político-militar almejado pela nova ordem pós-64. Por certo, buscava-se, de um lado, organizar o Exército de forma que não se colocasse como oposição armada ao Estado e, de outro, garantir uma imagem civil do poder militar a fim de isolar a intervenção de militares da instituição sobre o governo. Assim, a unidade militar em torno do poder político nacional, sob a égide do Estado, na figura do chefe do Executivo, general-presidente como autoridade do poder civil era a via possível para afastar a esquizofrenia institucional presente no

¹⁵³ Noticiário do Exército (NE), 9 de maio de 1964.

¹⁵⁴ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.66

governo anterior. O discurso do Ministro do Exército, Costa e Silva, referente à semana de Caxias, pontua este imperativo a partir do exemplo de Caxias que foi ao mesmo tempo líder militar e político no Império:

Qual ensinamento atual que podemos tirar desse exemplo luminoso? O da obrigação, em que estamos, de coesos defender, com energia, perseverança e abnegação, a autoridade do Poder Civil e os altos ideais que nos inspiram no dia 31 de março¹⁵⁵.

Novamente, na semana da Pátria, em setembro de 1964, o Ministro da Guerra, Costa e Silva, elaborou ordem do dia contextualizando o processo de independência do país, frente à metrópole Portugal, e a luta recente de “independência nacional” ante a ameaça de comunização do Brasil. A relação entre os eventos comemorativos no corpo militar e o movimento de 31 de março de 1964 foi estabelecida amiúde para reforçar o papel histórico do Exército como instituição que sintetiza o élan da nação brasileira. A unidade das forças revolucionárias, fundamentalmente a coesão militar, estava presente nos discursos militares elaborados no corpo institucional. A imagem de coesão militar desenvolvida por Costa e Silva, no Ministério da Guerra, produziu como efeito imediato a solidariedade militar suficiente para assegurá-lo como única via possível para manter a unidade militar¹⁵⁶. Sem dúvida, foi a política militar de Costa e Silva, no Ministério da Guerra, que pôs fim à sensação de esquizofrenia institucional presente no Exército na época de João Goulart. Graças à insistência de coesão militar em torno dos ideais de 31 de março e à política militar que estabeleceu o Exército como baluarte da nova ordem estabelecida, que a solução da crise sucessória teve em Costa e Silva o consenso suficiente para dar continuidade à governamentalidade do

¹⁵⁵ Noticiário do Exército (NE), 25 de agosto de 1964.

¹⁵⁶ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.76.

Estado. Assim, na semana da pátria, Costa e Silva proferiu discurso no qual podemos destacar as seguintes palavras:

Vivemos, assim, uma nova guerra de independência, na qual o movimento de 31 de março equivaleu ao gesto épico de D. Pedro as margens do Ipiranga. Na fase atual da consolidação de nossa esplendida vitória, há outra ameaça que devemos eliminar: a do divisionismo das forças revolucionárias. É que os bons patriotas, à semelhança dos nossos antepassados de 1822, sob a liderança de José Bonifácio, estão hoje verificando. E mais: que acima das diferenças momentâneas, há os altos valores salvos pela Revolução Democrática. Esta, sim, não pode ficar comprometida. E o nosso Exército, fiel ao espírito de 1822, continuará a ser defensor da revolução restauradora da independência e da unidade nacionais¹⁵⁷.

A vontade de unidade do corpo militar foi posta sempre como uma coesão geral, absoluta, na qual a verticalidade da circulação do poder parte do topo da hierarquia; além da gramática de guerra que corrobora esta premissa - somente a verticalidade do poder centrada na hierarquia e na disciplina sustenta a lógica efetiva do combate -, há, também, a utopia militar, articulada aqui à concepção de projeto, ou seja, a coesão total é o que norteia toda a concepção de poder institucional. É claro que tal concepção se coloca como a utopia da sociedade militar, pois a corporação jamais consegue efetivá-la, na medida em que a instituição não representa um bloco hegemônico de poder. A instituição militar moderna exige a aceleração do binômio hierarquia/disciplina com a intenção de “militarizar o militar”, o que possibilita, pelo menos a sensação de coesão total da tropa, formando, assim, um militar mais técnico. Os discursos militares, desde Góis Monteiro, apresentavam a concepção de coesão dos militares atrelada à efetiva política do Exército. Realmente, a ideologia do “realismo conservador” tornou-se majoritária porque justificava sua posição política como vontade universal da própria corporação.

¹⁵⁷ Noticiário do Exército (NE), 5 de setembro de 1964.

Naquele momento, para os militares, o que estava em jogo era a comunização do país e o solapamento das Forças Armadas.

A instituição militar é verdadeiramente espaço de coesão. É a linha vertical que estrutura o fluxo de poder, onde fica evidente a hierarquia, a diferença entre postos e graduações, bem como, o papel de cada indivíduo para sustentar a unidade militar. Assim, a disciplina e a hierarquia são mantidas a todo custo. Malgrado as características de uniformidade inerentes à caserna, a existência de opiniões discordantes nas fileiras militares é comum¹⁵⁸. A coesão total representa uma utopia que por ser perseguida, a todo o momento no interior da corporação, produz efeitos de verdade. De fato, no plano concreto o que temos são intensidades variadas de coesão na corporação militar. Nos dois primeiros governos militares, momento de formação do Estado Militar no país, a coesão no Exército foi afetada por abalos sísmicos importantes. A repetição exaustiva da necessidade de unidade militar nos discursos oficiais evidencia que a coesão militar era o objetivo fundamental do Exército, contudo não seria conquistada sem esforço.

Nos princípios de estruturação da nova ordem após 1964, não estava ainda suficientemente claro o destino político nacional. A premência de governos militares não estava, decisivamente, presente nos discursos dos políticos importantes que apoiaram o golpe; nem na imprensa identificada com o antijanguismo podemos encontrar indicação de posição favorável à efetivação do Estado Militar¹⁵⁹. Somente após a formação da conjuntura favorável é que o Estado pós-64 assume plenamente seu qualificativo militar. Depois do entendimento intramilitar, concomitantemente ao

¹⁵⁸ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.416.

¹⁵⁹ FERREIRA, Jorge. **Entre a História e a Memória: João Goulart**. 2007. p. 530.

isolamento das elites políticas tradicionais, é que fica evidente a mudança no tipo de intervenção militar. Entretanto, o aparecimento de um regime militar que fornece corporeidade política ao Estado exige um tempo relativamente longo de maturação, pois precisa conjugar três elementos importantes: estabelecimento de um corpo militar razoavelmente profissional, a emergência de conjuntura que viabilize a presença de militares como atores políticos e, finalmente, o apoio civil¹⁶⁰. A razoável profissionalização militar brasileira já era uma realidade, pelo menos, desde o Estado Novo; a conjuntura política favorável aos militares como agentes da ordem fazia parte da cultura política republicana presente entre os militares e civis. O apoio civil às medidas autoritárias e ao desempenho econômico do país viabilizou a modernização conservadora e, juntamente com os demais elementos, assegurou a existência e prolongamento do regime militar.

Havia divergências quanto ao grau de autoritarismo a ser empregado pelo Estado para garantir a mudança; Costa e Silva como Ministro da Guerra não poupou esforços para pacificar o Exército contribuindo, assim, com a governamentalidade do Estado. Em mensagem do Ministro ao III Exército podemos encontrar o sentido da organização militar para o contexto vivido – momento em que a hierarquia e a disciplina na caserna representavam a própria subordinação à nova ordem estabelecida. Dessa forma, de acordo com o general:

[...] no III Exército se mantém vivos e revigorados os ideais revolucionários, [...] comandantes e comandados, conscientes de suas responsabilidades e fieis aos imperativos da hierarquia e da disciplina, integram uma força

¹⁶⁰ FIECHTER, Georges-André. **O Regime Modernizador do Brasil – 1964-1972**. 1974. p.37.

homogênea e coesa capaz de assegurar ao País, nestes dias históricos de reconstrução nacional, o necessário ambiente de paz e de respeito à lei¹⁶¹.

A sustentação política do movimento de 31 de março foi articulada com base no apoio civil e na unidade militar. Por conseguinte, a governamentalidade militar tinha como função equilibrar interesses civis e militares. Os militares no poder procuraram de todas as formas contornar o militarismo latino-americano. Longe do caudilhismo militar, a nova configuração do poder representou o controle do Estado pela instituição militar¹⁶² - mediante o apoio civil. Para o tenente-coronel Octávio Pereira da Costa as ameaças à Revolução se encontram em dois pontos importantes: no rompimento entre civis e militares, como também, na perda da coesão militar. No primeiro ponto a questão preocupante se encontrava no desgaste entre civis e militares, com a crescente presença de militares no comando do país. O segundo ponto, mais relevante para nossa pesquisa, tratava de conflitos político-militares no interior da instituição diante da fragilidade do sistema político nos primeiros momentos da emergência da nova ordem. Assim, segundo o tenente-coronel: “[...] o divisionismo do poder militar, embora mais remoto e mais difícil, está permanentemente na mira dos interessados no fracasso da revolução¹⁶³”. A relação entre a desunião militar e o retorno à ordem anterior com o fracasso da “revolução” intensificou a coesão no corpo militar, facilitando o consenso político e garantindo, assim, a formação do Estado Militar.

O anticomunismo militar a partir de 1964 foi se adequando aos novos tempos, paulatinamente passou a ser controlado pelo Estado. O comunismo, de inimigo

¹⁶¹ Noticiário do Exército (NE), 21 de outubro de 1964.

¹⁶² CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 1975. p. 179.

¹⁶³ Noticiário do Exército (NE), 22 de julho de 1964.

político-militar, passou a ser cada vez mais posto na esfera do terror, abaixo da condição de adversário puramente político. A guerra revolucionária que pairava exclusivamente no ambiente militar passou a colocar-se como questão fundamental do Estado Militar. Em poucas palavras, houve o deslocamento do anticomunismo doutrinário, que sedimentou na instituição o conservadorismo de direita, para o anticomunismo controlado, que limitava, com a crescente normalização sobre os corpos da caserna, o discurso anticomunista; ou seja, o anticomunismo não poderia se colocar como força de oposição ao próprio governo militar, nem viabilizar a quebra da hierarquia. Diante disso, procurou-se neutralizar a tática anticomunista militar anterior a 1964, que apresentava com intensidade máxima o discurso de que o Estado no governo de João Goulart estava “inflacionado” de comunistas. O discurso anticomunista militar correspondia a uma demanda institucional exclusiva dos chefes militares. Em 1964, nas comemorações acerca da memória dos militares mortos em combate na Insurreição Comunista de 1935, a ordem do dia foi elaborada em conjunto pelas Forças Armadas – imagem de coesão militar. Aproveitando o momento ímpar, ambiente de guerra declarada ao comunismo, o texto sublinha a relação direta entre o evento de 1935 e o movimento político-militar de 1964, a partir das seguintes palavras:

[...] o comunismo, seja qual for a forma por que se apresente, é contrário aos legítimos interesses nacionais. Eis porque, nas situações de crise, como as de novembro de 1935 e de março de 1964, ou face à atuação nefasta de seus adeptos, o Povo Brasileiro encontrará, sempre, suas Forças Armadas unidas e vigilantes. É o cumprimento de sua missão suprema, no quadro de sua Segurança Nacional, a qual não deve e não pode repousar apenas sobre as Forças Militares¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Noticiário do Exército (NE), 26 de novembro de 1964.

No mesmo evento, o chefe do EMFA, general Pery Constant Bevilaqua, proferiu um longo discurso do qual podemos pinçar as seguintes palavras: “Para evitar a repetição do crime de 35 é que as Forças Armadas Brasileiras continuam alertas¹⁶⁵”. O respaldo militar à nova ordem estabelecida como consenso geral no meio militar proporcionou a unidade suficiente para garantir, ao longo dos governos militares, o caráter militar do mando político nacional. Assim, na contabilidade das forças de sustentação do novo governo a força militar desempenhou função relevante. No discurso podemos notar a inclinação dos chefes militares em assegurar o apoio político-militar ao novo governo. Assim, segundo o general:

A Nação Brasileira tem a felicidade de confiar na integral validade das palavras do compromisso de posse, pronunciadas perante o Congresso Nacional, por Sua Excia o honrado Presidente Marechal Castello Branco, ao cingir a faixa presidencial, a 15 de abril do corrente ano. E Sua Excia o Presidente Castello Branco, Comandante Supremo das Forças Armadas, possui também a grata certeza de que estão conscientes e unidas, integradas em seu dever constitucional e que, sob o seu digno Comando, darão ao Brasil a tranquilidade com a garantia do livre funcionamento dos Poderes Constitucionais, da Ordem e da Lei, base do progresso e da felicidade a que aspira e tanto merece o Povo Brasileiro¹⁶⁶.

A difícil relação entre os militares e a política ainda era evidente após 1964. As divergências internas natural na política, mas completamente inaceitável no meio militar, persistiram mesmo depois dos expurgos. Nada comparável aos atos de indisciplina e de quebra de hierarquia anteriores ao movimento de 31 de março, contudo, naquele momento de estruturação da nova ordem qualquer divergência minava o sucesso da “revolução”, potencializava a desunião e enfraquecia a condução política do Estado. Em visita à 10ª RM, no Nordeste brasileiro, o ministro

¹⁶⁵ Noticiário do Exército (NE), 1 de dezembro de 1964.

¹⁶⁶ Noticiário do Exército (NE), 1 de dezembro de 1964.

proferiu discurso a respeito da relação entre a política civil e o Exército. O *Noticiário do Exército* (NE) sintetizou a fala de Costa e Silva com as seguintes palavras:

Em seguida falou o Sr. Ministro abordando o interessante tema “Os Militares e a Política”. Valendo-se dos exemplos testemunhados durante quase meio século da vida nacional mostrou S. Exa que hoje a Política vem às Forças Armadas para buscar elementos cujas qualidades de liderança e conhecimentos, a vida pública não poder prescindir, mas que a figura do militar político não existe e não deve existir, pelo prejuízo que causa à coesão e à disciplina das Forças Armadas¹⁶⁷.

As práticas de tom político na caserna fragmentam a instituição, gerando contexto favorável à cizânia. Logo, refutar, em absoluto, a imagem do militar político era medida de primeira ordem para assegurar a coesão institucional. Assim, no mesmo discurso o Ministro da Guerra Costa e Silva também disse:

Nada de Governos paralelos e de Comandos paralelos. Temos que ser um só bloco, sob um só comando, debaixo dos verdadeiros princípios da organização militar. O comunismo, para destruir começa pela corrupção e solapamento da hierarquia militar como ia acontecendo antes de 31 de março, quando vimos os efeitos da Marinha e posteriormente no Exército. Bastou, entretanto, que as Forças Armadas se unissem para que pusessem abaixo, num sopro, aquela minoria atrevida que queria impor ao Brasil um regime nunca aceito pelo povo brasileiro. Foi por isso que partimos dos quartéis para uma revolução¹⁶⁸.

A coesão militar nos primeiros instantes de governamentalidade da nova ordem foi acentuada a todo o momento. A concepção de que a ordem para ser restabelecida deveria ter nas instituições militares a base de sustentação foi, repetidas vezes, sublinhada nos discursos militares. Nem mesmo as datas

¹⁶⁷ Noticiário do Exército (NE), 9 de dezembro de 1964.

¹⁶⁸ Noticiário do Exército (NE), 9 de dezembro de 1964.

comemorativas não-militares escapavam da inclinação institucional de unidade. Por exemplo, na mensagem de Natal do Ministro da Guerra, em dezembro de 1964, a necessidade de coesão foi acentuada, nos seguintes termos:

Neste dia, em que a humanidade é envolvida pelos mais puros sentimentos de ternura e compreensão, transmito à família militar a minha mensagem de Feliz Natal e de um Ano Novo pleno de venturas e realizações. Unidos pelo dever comum de assegurar a paz e a tranquilidade à família brasileira, concito a todos os militares e se manterem coesos e fieis à manutenção dos puros princípios de brasilidade, que se cristalizam na ação serena e patriótica do atual governo¹⁶⁹.

A questão relevante de unidade militar se encontrava na ameaça de uma guerra interna. A política de segurança interna diz respeito ao perigo de subversão, mais precisamente, ao empenho de enfraquecer ou destruir o país por meio de forças nacionais, que operam dentro das fronteiras institucionais e territoriais¹⁷⁰. Portanto, a guerra revolucionária foi elemento importante para compor a doutrina político-militar da nova ordem. As investidas belicosas contra a ordem foram trabalhadas no sentido de redimensionar o perigo realmente existente com o propósito de acelerar o processo de coesão militar. A coesão militar construída não desprezou em nenhum momento o corpo civil, sendo que a unidade militar era apenas parte de um processo de unidade geral do país contra a subversão. O êxito da segurança interna era corolário da unidade entre civis e militares. Dessa forma, malogrou a ação militar contra o novo governo, liderada pelo ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório, em março de 1965 – pontuado pela instituição como notório comunista; a vitória foi anunciada por meio institucional como de perfeita integração entre o povo e as Forças Armadas, pois “o apoio da população

¹⁶⁹ Noticiário do Exército (NE), 24 dezembro de 1964.

¹⁷⁰ HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado...** 1996. p. 19.

civil, que de maneira inequívoca e patriótica demonstrou sua repulsa aos bandoleiros e plena compreensão do muito que podia ajudar, facilitou por várias formas a atuação da tropa¹⁷¹. Ademais, a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo em combate ao grupo do ex-coronel foi imediatamente apresentada à tropa como emulação militar, garantindo maior unidade do Exército frente aos corpos estranhos que ameaçavam a ordem militar e o progresso do país. No *Noticiário do Exército* os militares puderam conhecer o militar que tombou em cumprimento ao dever e as medidas de amparo institucionais concedidas pelo Exército à família. Desse modo, conforme o documento:

O Exmº Sr Ministro da Guerra enviou telegrama à família do jovem militar. Além dessa medida deu ordens para que fossem preparados, com máxima urgência, o expediente de promoção ("post-mortem") ao posto de 2º tenente, bem como o processo de concessão da "Medalha do Pacificador com Palma". Ainda por determinação do Exmº Ministro deverá ser realizada missa de 7º dia, em memória do 3º Sgt Argemiro, em todas as guarnições militares do país¹⁷².

Ademais, em maio, a mãe do sargento Carlos Argemiro de Camargo foi homenageada com o diploma de mãe do ano de 1965, entregue pelo Presidente Castello Branco. Num tom cristão o *Noticiário do Exército* destacou a posição de Leondrina Camargo diante do fato: "A mãe do sargento Camargo perdoa os algozes de seu filho e pede a Deus que os afaste do comunismo¹⁷³". O Estado Militar não poupou esforços para sensibilizar a opinião pública frente à ameaça interna. O anticomunismo militar, cada vez mais controlado institucionalmente, postula a guerra

¹⁷¹ Noticiário do Exército (NE), 30 de março de 1965.

¹⁷² Noticiário do Exército (NE), 30 de março de 1965.

¹⁷³ Noticiário do Exército (NE), 18 de maio de 1965.

revolucionária como perigo iminente, assim a democracia deveria estar subordinada à segurança interna, não havendo qualquer contradição entre a adoção de medidas autoritárias em benefício da segurança e a existência formal de um regime democrático de governo.

O poder essencialmente apresenta-se como mecanismo que faz o bem, além de triunfar sobre os inimigos e do êxito da conquista, e é graças a isto que atinge corpos em territorialidade específica¹⁷⁴. É o fazer o bem que credencia as tecnologias do poder como entes de razão. Assim, todo o exercício do poder apresenta-se como a vitória da razão e da verdade sobre o fanatismo e a mentira. Em mensagem de Natal, dezembro de 1965, o Ministro da Guerra afirmou a tradição cristã do Exército brasileiro e enfatizou o triunfo da razão e da verdade trilhados por uma instituição unida e, principalmente, com fé. Assim, segundo as palavras de Costa e Silva:

Esta palavra que mostra aos homens o caminho da verdade, que ilumina a estrada do dever, que desanuvia as mentes, que elimina as paixões e nos faz agir sob o império da razão é a que hoje vos transmito. Fé no Senhor que nos concedeu a graça de possuímos um Brasil grande, unido e isento de quaisquer preconceitos; a Ele prestamos contas, tudo fazendo para manter nosso País livre e íntegro¹⁷⁵.

Segundo Michel Foucault: “[...] o disciplinamento do Exército deve-se à sua estatização¹⁷⁶”. Convém acrescentar que esta estatização não se constitui num movimento brusco, mas num processo lento de subordinação dos corpos da caserna ao Estado. No Brasil do período pós-64, com a legitimação do Estado Militar,

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.169.

¹⁷⁵ Boletim do Exército, nº 1 de 1966.

¹⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.160.

existiram as condições favoráveis para a consolidação da estatização das instituições militares. Se no Estado Novo houve convergência entre os interesses militares e os do Estado, no Estado Militar a presença de generais, mesmo que à paisana, no governo possibilitou a existência de um grau elevado de coesão militar nunca visto em períodos anteriores. Mesmo ocorrendo divergências no interior do Exército, não houve qualquer empenho consistente em transformar as querelas político-militares em ação político-partidária em termos civis. Os regulamentos e a invenção da existência de uma tradição brasileira de exército coeso foram fundamentais para impor, ao lado da ameaça da guerra revolucionária e do retorno à condição anterior, a existência de uma força militar deslocada de partidarismo civil. Para Janowitz os regulamentos e as tradições militares têm proporcionado a ausência, essencial, de partidarismo nas instituições militares¹⁷⁷.

A imagem de Caxias foi amplamente associada ao contexto político nacional – como militar rigorosamente disciplinado e político pacificador. A necessidade militar de exercer poder sobre a população em geral e de agir politicamente tornou imperioso a medida exata da ação política, pois, como Caxias, o Exército não deveria ser empurrado para a política civil, os militares deveriam atuar com discrição discernindo o espaço militar do civil. A imagem institucionalmente construída de Caxias convergia para as vicissitudes políticas do Estado Militar. A coesão militar transmitida a partir da imagem de Caxias foi constantemente sublinhada. Dessa forma, o Exército Brasileiro refletia a imagem de Caxias como guardião da integridade nacional e defensor da soberania. Assim, segundo Costa e Silva, Ministro da Guerra, ao memorar Caxias, no dia do soldado:

¹⁷⁷ JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional...** 1967. p.230.

Remonta, portanto, àqueles dias, essa mentalidade de coesão que hoje, mais do que nunca, impera no Exército de Caxias. Não se confina, porém, às Forças de Terra. Extravasa pelas co-irmãs, a Marinha, a Aeronáutica, assegurando às Forças Armadas Brasileiras, sob a suprema autoridade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a harmonia de pensamento e uniformidade de conduta para a consolidação da nova era que se iniciou com a Revolução Democrática de 31 de Março de 1964¹⁷⁸.

A hierarquia e a disciplina militar foram peças de consenso entre os militares responsáveis pela ordem institucional militar. Em ordem do dia do Ministro da Guerra, Costa e Silva, referente ao 1º aniversário da “revolução” de 31 de março, as palavras procuravam fornecer confiança aos soldados na administração do país, a partir do paralelo com a situação anterior. O Exército apresentava-se, na ordem do discurso, absolutamente afinado com o governo Castello Branco. A coesão militar foi apresentada como mecanismo *sine qua non* para o prosseguimento do movimento de restauração política. Destarte, segundo o documento: “A coesão sempre fortalecida das Forças Armadas, em torno da legítima autoridade do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, será penhor de crescente consolidação e continuidade da obra revolucionária¹⁷⁹”. Com efeito, a transformação da política institucional em política de Estado garantiu maior estatização do Exército, a partir da militarização progressiva do próprio Estado.

Houve, ainda, comemoração do aniversário do movimento de 31 de março no Ministério da Guerra, os principais discursos foram proferidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército e pelo Ministro. O Chefe do EME, general Décio Escobar, apresentou um apanhado histórico-conjuntural a respeito do movimento político-militar que derrubou o governo de João Goulart e das ações importantes do novo

¹⁷⁸ Noticiário do Exército (NE), 25 de agosto de 1965.

¹⁷⁹ Noticiário do Exército (NE), 31 de março de 1965.

governo. Contudo, o discurso historicamente relevante foi o de Costa e Silva, na medida em que esboçava a necessidade de tempo longo para restauração da normalidade no país. Assim sendo, consoante Costa e Silva:

[...] Seriam necessário pelo menos dez anos de governo revolucionário, calçado no Ato Institucional para a perfeita normalização da Nação Brasileira, mas o Exército está vigilante e é hoje o Partido Forte do governo e com o qual ele conta para que jamais voltem a frutificar no solo Pátrio a subversão e a corrupção¹⁸⁰.

O Ministro da Guerra apresentou o país como um corpo doente; o médico, Castello Branco, é obrigado a fazer uma intervenção dolorosa, num paciente em estado grave. O medicamento prescrito tem como objetivo salvar o país, portanto o ano presente, 1965, é de tratamento intensivo, momento de sacrifício nacional, para que o próximo ano seja de restabelecimento da vida nacional. No mesmo discurso, o general Costa e Silva sublinha o papel fundamental do Exército para o sucesso do movimento de 1964, pois “Não só as orações das mães brasileiras resolveriam a situação caótica daquele governo. Foi preciso que as Forças Armadas saíssem de seus quartéis para dar ao povo o clima de trabalho que ele necessita para o nosso bem comum¹⁸¹”. O discurso do Ministro da Guerra foi amplamente divulgado pela imprensa civil; por exemplo, o jornal *Diário Carioca*, em três de abril, publicou reportagem de apoio à nova ordem intitulada “Liderança Sem Prazo” em que destacava a necessidade de pelos menos dez anos de governo revolucionário sob a

¹⁸⁰ Noticiário do Exército (NE), 7 de abril de 1965.

¹⁸¹ Noticiário do Exército (NE), 7 de abril de 1965.

égide normalizante do Ato Institucional e da força institucional militar para corrigir o país¹⁸².

Em inspeção militar o Ministro do Exército, Costa e Silva, esteve em Vitória, Espírito Santo, no 3º BC, onde proferiu discurso político-militar, em que destacou a coesão como inerente à condição militar e assegurou a punição de todos os identificados com o governo anterior. Discurso afinado com parte dos militares, os “duros”, que consideravam a adoção de medidas rígidas e autoritárias como necessárias. Assim, de acordo com o documento:

Os corruptos e os subversivos não voltarão a desgraçar nossa Pátria. Não há dúvidas a este respeito. Não se dúvida das disposições patrióticas das Forças Armadas que estão inseparavelmente e indestrutivelmente unidas e inspiradas pelos mais altos, pelos mais dignos, pelos mais patrióticos propósitos de não permitir qualquer tentativa contra-revolucionária, seja de que espécie for¹⁸³.

A tensão política, nesse momento, tornava-se mais intensa. Na medida em que o sentido militar e/ou civil do Estado e das práticas de governo não estava claro. O consenso militar-civil que assegurou a vitória de 31 de março, não se manteve nos anos posteriores. A pressão política civil contra o avanço da militarização, expresso nos Atos Institucionais e na presença de militares no governo enfraquecia os militares; da mesma forma, o descontentamento de parte dos militares diante das práticas paisanas de mando, longas discussões e conchavos políticos, exigia, cada vez mais, políticas militares de ação. Entre pressões civis e militares, o Estado foi tomando a posição adequada ao modelo doutrinário de segurança e

¹⁸² Noticiário do Exército (NE), 7 de abril de 1965.

¹⁸³ Noticiário do Exército (NE), 26 de junho de 1965.

desenvolvimento que fundamentou o movimento de 31 de março. A pressão advinda do meio militar conquistou o Estado. O jornalista Carlos Castello Branco apresenta uma excelente imagem do clima político em 1965:

O dissídio entre a opinião civil e a opinião militar tende a tornar-se irreparável, na medida em que a oficialidade das Forças Armadas perde a confiança na eficácia dos meios legais para executar a política radical que concebe como de salvação nacional. A crise em curso demonstra a insatisfação da oficialidade com os métodos de Governo civil, ainda que esse Governo seja exercido por um chefe militar e se ampare no apoio declarado e ostensivo dos comandos militares¹⁸⁴.

No 2º Aniversário da “revolução”, o Ministro da Guerra, Costa e Silva, elaborou ordem do dia referente ao evento. No texto a ideia de coesão do Exército foi, novamente, amplamente destacada. Consoante o general: “Asseguro a todos que o Exército está unido e que estará sempre unido e cada vez mais unido, constituindo-se, assim, em penhor seguro para a consolidação e continuidade da obra revolucionária¹⁸⁵”. A unidade militar foi o foco central perseguido pela instituição militar, pois a baixa coesão militar provocaria o fracasso do movimento de 31 de março. Assim, o Exército como força vigilante da nova ordem erigiu uma imagem de unidade e desencadeou, no interior da corporação, medidas normativas a fim de aproximar esta imagem da realidade institucional. Na mesma ordem do dia, Costa e Silva acentuou:

A coesão, a disciplina, o rigoroso respeito à hierarquia, pilares básicos do perfeito funcionamento da força armada constitucional, encontram no Exército da Revolução a sua mais sensível aspiração. Ausente da política partidária, mas vigilante como lhe cabe por dever inalienável, cumpre ao Exército, a esse mesmo Exército de 31 de março de 1964, prosseguir em busca dos mais legítimos objetivos revolucionários [...]. Trabalho, disciplina

¹⁸⁴ BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder: Castelo Branco**. Vol. I. 1977. p.331.

¹⁸⁵ Noticiário do Exército (NE), 29 de março de 1966.

e vigilância, eis a palavra de ordem que vos dirijo neste segundo aniversário da revolução¹⁸⁶.

Para pontuar o 2º aniversário da “revolução” de 31 de março, foi publicado um livro pela Biblioteca do Exército – organizado pela Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército, procurando compilar os principais artigos publicados sobre o evento. No geral os textos procuravam caracterizar o movimento como civil-militar, destacando a situação anterior como a de degeneração das instituições nacionais. A ação de derrubada do governo anterior apresenta-se como de salvação, fundamentalmente, do Estado. Em termos gerais, é o que caracteriza, no sentido clássico, o conceito de “golpe de Estado”, pois o movimento de 31 de março, tendo o Exército como vanguarda, apresentou-se como uma ação de parte do Estado agindo sobre si mesmo. Para Michel Foucault no golpe de Estado: “O Estado vai agir de si sobre si, rápida, imediatamente, sem regra, na urgência e na necessidade, dramaticamente¹⁸⁷ [...]”. A negação militarista e a organização do Estado de imagem à paisana fizeram a singularidade do Estado Militar no Brasil. O trecho do artigo de Theophilo de Andrade nos é esclarecedor:

O sentimento do dever, a desambição e o altruísmo fizeram de nossas Forças Armadas a espinha dorsal de um Estado sempre civil, eminentemente civil, mesmo quando a Presidência da República foi exercida por generais do Exército¹⁸⁸.

O texto foi escrito em março de 1964, mas já revela a tendência de imaginar, no cenário político nacional, uma força política de expressão militar, mas de forma

¹⁸⁶ Noticiário do Exército (NE), 29 de março de 1966.

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.350.

¹⁸⁸ ANDRADE, Theophilo. **Horas de Decisão**. 1966. p.11.

civil. As Forças Armadas como elemento de força nacional, num contexto de estabilização da nova ordem, assumiam legitimidade para a ação de estabilização política e social. O coronel Mário O'Reilly, oficial de Estado-Maior, na mesma obra, citada acima, afirmou que “[...] é natural que, enquanto perdurarem os movimentos internos, próprios da busca de uma evoluída estabilidade política e social, as forças armadas venham a participar ativamente desses movimentos¹⁸⁹”. O texto do coronel foi bastante enfático no sentido de dirimir qualquer perspectiva de militarismo presente na nova ordem estabelecida. Assim, o povo brasileiro poderia tranquilizar-se, na medida em que não havia possibilidade alguma de transformação do Estado em Estado Militarista. Dessa forma o povo brasileiro: “Não teme que as forças armadas reneguem o passado e a própria origem e estabeleçam um regime militarista de exceções¹⁹⁰ [...]”. A imagem dos militares conduzindo o processo de consolidação da nova ordem, não deveria ser percebida como o de estabelecimento de um Estado Militarista; os artigos presentes no livro procuram insistentemente dissuadir qualquer expressão militarista. No artigo do coronel Octávio Pereira da Costa procurou-se esclarecer a participação militar no contexto político nacional:

O que os civis precisam compreender é que, num período excepcional, como o que estamos vivendo, os militares, com a responsabilidade da segurança da revolução – que não pode de forma alguma fracassar –, têm de tomar a frente em muitas iniciativas e atividades. Nada, nem de leve parecido com o tenentismo de Getúlio Vargas após a vitória de outubro de 1930¹⁹¹.

Por outro lado, a presença militar não deveria significar a governamentalidade da instituição sobre o Estado e a população. A necessidade de um Exército

¹⁸⁹ O'REILLY, Mario. **A Destinação democrática das Forças Armadas...** 1966. p. 52.

¹⁹⁰ Ibid. p. 60.

¹⁹¹ COSTA, Octávio Pereira da. **Compreensão da Revolução Brasileira.** 1966. p. 82.

disciplinado para sustentar a nova ordem, num contexto de intensa participação política de militares, fez com que o Estado Militar concentrasse esforços no sentido de neutralizar a participação política de militares da ativa, essencialmente do corpo da tropa. Assim, segundo Octávio Pereira da Costa: “É preciso [...] que os militares não exagerem os seus méritos na vitória da revolução [...] e continuem cumprindo anonimamente o seu dever¹⁹²”. Para tal, foi importante a consagração de uma política militar voltada ao profissionalismo, com o propósito de consolidar a formação de um militar preso à técnica - a chamada servidão do militar moderno.

A política militar sobre a caserna, de acordo com o coronel Carlos de Meira Mattos, na mesma obra mencionada a pouco, incluiu o fortalecimento da profissão militar. A renovação da estrutura e a racionalização das promoções apresentavam aspectos relevantes à modernização militar. A normalização sobre as promoções e as transferências para a reserva dos militares com a impessoalidade da escolha e a limitação do tempo de serviço ao generalato, anulou a existência do personalismo militar e inviabilizou as condições sócio-militares que favoreceram o golpe militar. Segundo Thomas Skidmore, Castello Branco: “[...] queria impedir que algum futuro general fizesse o que ele mesmo fez na conspiração contra Goulart¹⁹³”. O resultado de todo o esforço estava na busca impreterível da coesão institucional, para isso a formação e a escolha dos novos chefes militares deveriam estar condicionadas à nova ordem estabelecida¹⁹⁴. As tensões militares apresentadas após 1964, depois da limpeza, foram interpretadas institucionalmente mais como fruto da baixa profissionalização militar do que por desgaste político frente a medidas tomadas no

¹⁹² Ibid. p. 82.

¹⁹³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 1988. p. 105.

¹⁹⁴ MATTOS, Carlos de Meira. **O Pensamento Revolucionário Brasileiro**. 1966. p.140.

governo militar. Assim, a frustração dos jovens oficiais com os acontecimentos políticos conjunturais era admissível, contudo a raiz do problema estava nas condições profissionais não atualizadas. Segundo Meira Mattos: “Só o dinamismo na tropa, nos estados-maiores e nos comandos, domina o espírito militar da oficialidade e é básico para a Revolução empreender as mudanças já admitidas pelos Altos Comandos¹⁹⁵”. A conjunção dos interesses da instituição militar e do Estado Militar possibilita-nos compreender que as tecnologias de poder aplicadas institucionalmente no Exército estavam na dependência do Estado – instituição geral, totalizadora, que num movimento complexo de relações de poder carregadas de tensão formalizou mudanças fundamentais no corpo militar. Podemos reconstruir, em termos foucaultianos, as tecnologias de poder passando por fora da instituição¹⁹⁶. Nos dois primeiros governos militares os interesses do Estado Militar passaram a contemplar interesses históricos de modernização conservadora da própria instituição militar.

O pensamento militar, enfatizado por Costa e Silva, de que a base da nacionalidade estava nos quartéis e de que estava cansado de ver as revoluções serem postas a perder pela política¹⁹⁷, corresponde à necessidade militar de afirmar-se com legitimidade suficiente para conduzir o Estado e, conseqüentemente, governar o país. Para Carlos Maul, civil identificado com a nova ordem, “A ‘base dos quartéis’ [...] é exatamente aquela que mantém a firmeza das paredes do edifício no equilíbrio de seu desenho arquitetônico¹⁹⁸”. Destarte, após 1964 o papel dos militares passou a extrapolar a cultura política republicana, de ordenação da política

¹⁹⁵ Ibid. p.141.

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.159.

¹⁹⁷ MAUL, Carlos. **O Exército e a Política**. 1966. p.155.

¹⁹⁸ Ibid. p.156.

nacional em tempos de crise – o que representava um fenômeno geral, moderno, numa época em que o conceito de segurança nacional assumia a forma totalizadora.

Conforme Gilberto Freyre:

Não se estranhe que, nos últimos anos, mais do que outrora, militares brasileiros venham se salientando pelo seu conhecimento de problemas nacionais e, do ponto de vista nacional, de problemas nacionais, com uma amplitude, nesse saber, que nada tem de pura perícia militar; e que os tem habilitado a ocupar com superior competência cargos difíceis na administração nacional e na própria diplomacia. Em primeiro lugar, alargou-se aqui, como noutros países, o conceito do que seja defesa ou segurança nacional; e dentro deste conceito é que vem se processando a formação dos novos militares nas suas escolas. Em segundo lugar, a Escola Superior de Guerra vem completando, para eles, essa formação, de modo a lhes vir dando uma perspectiva daqueles problemas e um exame deles, em conjunto com líderes civis do país em várias atividades, que é uma perspectiva nem sempre atingida por civis brasileiros¹⁹⁹ [...].

O sociólogo Gilberto Freyre percebeu nos militares saberes superiores aos civis, pois, segundo ele, os militares contemporâneos possuem uma visão geral dos problemas nacionais referentes ao desenvolvimento e a segurança. Com saberes específicos, isolados, os civis não possuem competência para administrar o Estado brasileiro. Numa exposição de intenso estilo acadêmico, Gilberto Freyre, corrobora a visão paisana e militar dominante daquele período, ou seja, a de que os militares possuem maior articulação de saberes, o que os credenciava à administração do país. Portanto, a liderança militar se impunha naturalmente num contexto de guerra não-formalizada convencionalmente, os países em desenvolvimento somente encontravam guarida sob a condução de militares. Novamente, segundo Gilberto Freyre:

Essa maior articulação de saberes, de evidente interesse para a liderança de um país em desenvolvimento e para a sua segurança como complexo nacional, vem caracterizando mais a formação, no Brasil dos nossos dias, de líderes militares do que a de líderes civis ou religiosos, sendo tal deficiência, na formação dos civis ou religiosos, características do que, na

¹⁹⁹ FREYRE, Gilberto. **Forças Armadas e Outras Forças**. 1966. p. 189-190.

mesma formação, se apresenta de inatural com relação ao que se preciso hoje de entender por liderança em país em desenvolvimento e de segurança da nação [...] em época como a que atravessamos: época de guerra senão infernalmente quente – graças a Deus – mais do que fria e até mais do que morna. Época de guerra, durante a qual é impossível a um Estado-Nação negligenciar seus problemas de segurança devendo, estes ser considerados sob uma perspectiva que ultrapassa a puramente militar²⁰⁰.

Se por um lado a legitimação da nova ordem inclinava-se para a efetivação de um Estado Militar, em governos absolutamente militares, por outro, o consenso militar nos primeiros governos estava longe de confirmar-se como realidade institucional. A querela militar fruto do descontentamento com a política desenvolvida no governo e de medidas que, inevitavelmente, preteriam militares que tiveram um papel relevante no movimento de 31 de março, desestabilizou a coesão militar. Diante das pressões militares, Costa e Silva no Ministério da Guerra, conseguiu organizar a estabilidade necessária ao governo, sedimentando a coesão, punindo oficiais e, ao mesmo tempo, apresentando-se como único líder autêntico do processo político-militar. No Ministério da Guerra Costa e Silva credenciou-se como militar capaz de assegurar a unidade militar e governar o país. As transformações institucionais no corpo militar foram condicionadas como política executada por ele; o uso da instituição como mecanismo de pressão organizada, dentro do quadro hierárquico, foi fundamental para garantir, naquele momento, a imposição de seu nome como candidato natural do meio militar - à revelia de Castello Branco, que não o via em condições de governar o país. O Ministro utilizou todos os meios possíveis, nos atos ordinários na caserna, para demonstrar o apoio militar à sua candidatura. Para a despedida do Ministério da Guerra, Costa e Silva organizou uma pomposa solenidade militar em que as escolas militares de oficiais, de todos os níveis, se

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. **Forças Armadas e Outras Forças**. 1966. p. 190-191.

fizeram representadas ao lado dos principais chefes militares. No discurso de despedida, podemos destacar as seguintes palavras do general:

Lembra-vos sempre, que para a consolidação e a continuidade da Revolução de março de 1964, é indispensável, por um lado, que todos os militares, que fizeram esta revolução em nome do povo permaneçam unidos, em qualquer circunstância e a despeito de quaisquer dissensões pessoais; e por outro lado, que a reciprocidade da confiança e lealdade entre comandantes e comandados não sofra jamais o mais leve estremecimento²⁰¹.

Ademais, em ordem do dia específica de despedida, o Ministro da Guerra, elaborou um balanço geral de seu comando, destacando a situação do Exército no período anterior ao movimento de 31 de março de 1964 e as mudanças efetivadas em sua administração militar. O general Costa e Silva conseguiu sintetizar a imagem da instituição encontrada na época:

Apurei [...] que muitos de nossos companheiros se encontravam espiritualmente apartados da Instituição; alguns deles, premidos por necessidades de fundo econômico e por desajustamentos funcionais, apresentavam, mesmo, índice de desprofissionalização alarmante; a Força Terrestre vinha padecendo, há alguns anos, de desgaste material incompatível com a eficiência requerida pela sua missão constitucional; sua estrutura básica, implantada há um decênio, já não dispunha de condições para responder as exigências peculiares aos novos rumos e ao novo ritmo que deveriam ser dados à vida nacional; alguns de nossos processos de trabalho estavam evidentemente arcaicos e, por fim, o tradicional entrelaçamento do Exército com o povo sofria consequências maléficas de cisão espiritual da nação criada pelo próprio governo deposto²⁰².

²⁰¹ Noticiário do Exército (NE), 29 de junho de 1966.

²⁰² Noticiário do Exército (NE), 1 de julho de 1966 .

O Exército brasileiro na época da construção da nova ordem política no país, após 1964, não dizia respeito diretamente à instituição militar que esboçava a modernização nos anos de 1930. O Exército postava-se, em 1964, como instituição razoavelmente moderna. Os quadros militares de base da corporação, *grosso modo*, apresentavam-se disciplinados o suficiente para agir, exclusivamente, mediante ordem superior. Dessa forma, segundo Fernando Pedreira, civil identificado com a nova ordem: “Tornou-se o Exército maduro demais, poderoso demais em relação ao próprio país para que possa permitir os saudáveis desregramentos de outros tempos²⁰³”. O general Costa e Silva, também, apresenta um apanhado das medidas tomadas para a mudança do quadro, com as seguintes palavras:

[...] Conhecidos os óbices que freavam o progresso do Exército, cuidei de arregimentar meios e coordenar esforços no sentido de removê-los paciente e metodicamente, para o que pude contar em todos os momentos, com a colaboração dedicada de meus pares e subordinados.

[...] O Exército é antes de tudo uma projeção de forças morais, e nessa característica estão os seus fundamentos essenciais, o seu vigor intrínseco, a sua capacidade de ser e de sacrificar-se para servir.

Eis porque, voltei desde logo o meu cuidado para a restauração da disciplina que é a base da hierarquia e para a distribuição da justiça, que é o primeiro dever da administração.

Ora, distribuir justiça significa antes de mais nada, suprimir o arbítrio pessoal, e, como os atos capitais da distribuição da justiça figura a escolha dos chefes, o governo estabeleceu processos objetivos de seleção cuja impessoalidade reduz ao máximo os erros de apreciação e o vício das preferências, fundadas antes em critérios afetivos do que em valores reais²⁰⁴.

Com efeito, o comando de Costa e Silva no Ministério da Guerra foi marcado por reformas importantes, entretanto as tensões militares foram constantes; no interior da caserna o momento era de conflito intenso, a cultura partidária, principalmente, exposta entre os oficiais superiores e generais, persistiu nos

²⁰³ PEDREIRA, Fernando. **Março 31...** 1964. p. 190.

²⁰⁴ Noticiário do Exército (NE), 1 de julho de 1966 .

primeiros governos militares. A linha demarcatória que apartava a política civil da militar não estava clara. Os militares em posições de poder privilegiadas, no corpo institucional, buscavam influir nas decisões de governo. Malgrado, não representava a interferência da instituição organizada no plano hierárquico sobre o governo, no afã de controlar o Estado, mas dizia respeito à anomalia militar, desencadeada pela confusão entre o papel político e o profissional presente nos corpos militares que produziram e estabeleceram a nova ordem. A divisão militar presente nos artigos e entrevistas publicadas em jornais civis era evidente. Cada grupo militar queria atabalhoadamente eleger o seu general-presidente, os generais abertamente procuravam apresentar-se como candidatos, tudo contribuía para que aquela hegemonia presente em bloco, que derrubou o governo anterior, fosse pulverizada em “partidos militares”. Todavia, em termos práticos, o Exército, no grosso do oficialato, apresentava-se indiferente. No que concerne à sucessão, de acordo com a memória do general Jonas de Moraes Correia Neto, que na época era oficial superior, encontramos:

Eu digo que a divisão foi forçada porque 90% dos militares, inclusive dos revolucionários, e eu me incluo nesse, grupo, 90% não estávamos preocupados em saber se vai ser fulano ou beltrano. Estávamos preocupados era em ter um chefe à altura e que assumisse a chefia, para não ficarmos acéfalos depois de ter vencido²⁰⁵.

O tumulto era localizado, porém numa instituição verticalizada, qualquer inclinação horizontal produz um estrondo verdadeiramente espetacular. Por certo, cada vez mais fica evidente que a alusão ao descontentamento dos oficiais subalternos e intermediários, como algo geral na instituição, não passou de retórica,

²⁰⁵ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março...** Tomo 9. 2003. p.48.

pois os jovens oficiais, naquele estágio de disciplinamento, não respondiam mais aos chamados revolucionários a não ser como ordem institucional, ou melhor, quando comandado por oficial superior. Em poucas palavras, o tenentismo dos anos de 1920 e 1930 não correspondia mais à realidade militar brasileira. Por exemplo, na discordância de parte dos militares com relação à libertação de 15 presos políticos trocados pelo embaixador sequestrado, ficou evidente o papel dos oficiais superiores no comando do ato de indisciplina. O tenente-coronel Dickson M. Grael, comandante do Grupo de Obuses dos Pára-quedistas do Exército liderou o protesto de militares contrários à medida do governo – se recusaram a desfilar na solenidade militar do dia da Pátria, no dia 7 de Setembro de 1969²⁰⁶.

João Roberto Martins Filho elabora uma hipótese alternativa para a compreensão das relações castrenses; ao contrário das teses elitistas burocráticas centradas na homogeneidade do corpo militar, parte de premissa de que há no meio militar, fundamentalmente no período aqui estudado, expressões de heterogeneidade, divisão e fluidez²⁰⁷. Por certo, o meio militar não representa um bloco rígido e coeso em absoluto, mesmo que a ordem do discurso militar sugira algo neste sentido. Não se trata, aqui, de negar a presença de coesão no mundo castrense – sem coesão não existe exército, principalmente exército moderno –, porém é preciso historiar o grau de coesão militar em cada momento do regime militar brasileiro. Longe de qualquer simplificação, a questão não corresponde a estar-se ou não coeso, mas que grau de coesão pode-se encontrar neste ou naquele momento histórico. No caso brasileiro, segundo João Roberto Martins Filho: “Trata-se, sinteticamente, de um processo de unidade na desunião²⁰⁸”. Em termos

²⁰⁶ MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p.848.

²⁰⁷ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.36.

²⁰⁸ Ibid. p.40.

práticos, é possível visualizar a desunião militar, nas querelas em torno da sucessão presidencial e na vontade política de influenciar, a partir da instituição militar, diretamente o governo. Além disso, o preterimento nas promoções militares aos altos postos e a escolha para o exercício de cargos civis ou militares relevantes, num momento de acentuada politização militares e de normalização crescente, feriam suscetibilidades.

Não houve colisão direta entre o Ministro da Guerra Costa e Silva e o Presidente Castello Branco, pois, embora as divergências entre os dois fossem evidentes, mantiveram-se no limite institucional. Nos primeiros momentos de instauração da nova ordem as pressões castrenses foram constantes, objetivamente concentradas na “linha dura” em função da necessidade de radicalização das punições e dos expurgos políticos aos corpos da ordem deposta. O Ministro Costa e Silva conseguiu absorver o radicalismo conservador e empenhou-se em demonstrar que a demanda política dos oficiais radicais coincidia com seu propósito político²⁰⁹. Em 1965, a radicalização em torno dos IPMs e das eleições para governador, em que o grupo militar da “linha dura” mostrava-se intransigente, provocou a chamada “crise dos coronéis”; o coronel Ferdinando de Carvalho, notório anticomunista radical, demonstrou descontentamento frente à posição legalista de Castello Branco que impedia a efetivação de medidas fortes contra os adversários políticos. Os coronéis Martinelli e Pina evidenciaram publicamente o descontentamento com o governo no trato com os corruptos e os subversivos²¹⁰. Os militares da “linha dura”, segundo Thomas Skidmore, possuíam uma lista com cinco mil “inimigos”, para com

²⁰⁹ Ibid. p.56.

²¹⁰ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.57.

os quais todo o esforço a fim de expurgá-los da política brasileira era necessário²¹¹. A vitória de candidatos de linha ideológica contrária ao radicalismo conservador militar provocou descontentamento entre os “duros”; o coronel Osnelli Martinelli, presidente da Liga Democrática Radical (LIDER) declarou que a organização utilizaria de todos os meios para impedir a posse dos eleitos, até mesmo a força física, se houvesse disponibilidade²¹². O Presidente Castello Branco exigiu de imediato a punição dos militares que ostensivamente faziam oposição ao governo; Costa e Silva como Ministro da Guerra, manteve-se firme no quadro da disciplina e da hierarquia, quando a quebra da ordem militar ficou evidente, puniu sem titubear – a indecisão do chefe militar é fatal. Com essa atitude manteve o cargo e a simpatia hierárquica. Dessa forma, os coronéis da “linha dura” foram presos, reformados ou transferidos para guarnições distantes do epicentro político nacional, a Liga Democrática Radical que abrigava esses militares foi fechada, com base no AI-2, sem qualquer manifestação de oposição por parte de Costa e Silva²¹³.

Ademais, o *habeas-corpus* concedido a Miguel Arraes pelo Supremo Tribunal Federal, em 19 de abril de 1965, trouxe descontentamento entre os militares da “linha dura”. Os oito oficiais encarregados dos IPMs na Guanabara reagiram ameaçando deixar suas funções. Havia no ar a sensação de que com a medida o movimento de 31 de março estava morto. Falava-se de “desdém pela Revolução” e de “desprezo dos superiores pelas Forças Armadas”. O general Edson Lacerda classificou a libertação de Arraes como ato demagógico praticado por criminosos “que se arvoraram em juízes”. O momento estava carregado de tensão, o princípio

²¹¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 1988. p.59.

²¹² SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.429.

²¹³ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.73.

de legalidade deveria ser sustentado, pois do contrário, segundo Castello Branco o Brasil: “desceria ao nível de alguns desses países da América central”²¹⁴.

A existência de poder paralelo, principalmente de caráter oposicionista e armado, tornava-se empecilho ao estabelecimento da nova ordem²¹⁵. Certamente, isto era consenso no meio militar. Mesmo a Costa e Silva que contabilizou bônus com a crise militar, não lhe pareceu sensato apoiar qualquer quebra da ordem militar, pois o restabelecimento da cultura intervencionista e conspiratória castrense representava, a curto prazo, a anomalia geral do sistema político e a inviabilidade da constituição de uma força armada disciplinada e moderna. O coronel Osnelli Martinelli representava o corpo indesejável que não contribuía com a ordem militar. Ele realizava política militar de oposição aberta ao governo de Castello Branco. Em discurso político, próximo ao Clube Militar, no dia 15 de outubro de 1965, insinuou que tinha apoio da base do oficialato e dos praças. O grupo de Martinelli exigia a própria destituição do presidente²¹⁶, de forma que a instabilidade política nacional exigia um maior disciplinamento do corpo militar, nesse sentido, o ordenamento do corpo institucional por parte do Estado colocava-se como imperativo.

A desunião na hierarquia estava presente na sucessão presidencial²¹⁷. O Presidente Castello Branco elaborou documento confidencial, exclusivamente, aos Chefes Militares a fim de refutar a pressão político-militar em torno da campanha antecipada desencadeada nos quartéis à revelia do poder constituído. No memorando presidencial, escreveu Castello Branco:

²¹⁴ DULLES, John W. F. **Castello Branco – O Presidente Reformador**. 1983. p. 102.

²¹⁵ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.58-59.

²¹⁶ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.429.

²¹⁷ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.63.

É lamentável que oficiais, na propaganda precipitada da candidatura Costa e Silva, assoalhem mentiras de humilhações do Presidente face a atitudes dominadoras do Ministro da Guerra, desfigurem a lealdade do Chefe do Exército como um favor ao Chefe da Nação, criem a chantagem de que já houve um levante na guarnição do Rio, justifiquem grosseiramente a precipitação com a desculpa perversa do continuísmo do Presidente²¹⁸ [...].

De forma que Costa e Silva lançou-se como candidato à revelia do palácio do governo, provocando a oposição de Castello Branco e dos generais interessados no posto. O Ministro da Guerra, após garantir o apoio da tropa, ou seja, depois de garantir a base política daquele momento, mostrou-se capaz de garantir a segurança e conquistar, assim, o apoio civil das elites nacionais. A imagem de austeridade e dureza construída pelo grupo militar que apoiava Costa e Silva, principalmente Jayme Portella, uma espécie de Golbery de Costa e Silva, lhe garantiu a vitória militar que o efetivou na Presidência da República.

A vitória militar de Costa e Silva demonstrou que o controle sobre a caserna, o comando capaz de garantir razoável coesão é condição *sine que non* para conquistar o governo e manter a governamentalidade do Estado Militar. Assim, o sucesso de Costa e Silva na administração da crise militar mantendo a unidade, a disciplina e a hierarquia num limite tolerável, proporcionou a estrutura de toda a dinâmica futura do regime militar brasileiro²¹⁹.

Costa e Silva resolveu exonerar-se do comando do Ministério da Guerra e, por consequência, por fim à atividade militar ativa. O processo eleitoral passou a ocupar todo o seu tempo. Assim, o novo Ministro da Guerra, marechal Ademar de Queiroz, que já estava afastado do serviço ativo, assumiu a pasta ministerial para dar continuidade à adequação do Exército à nova ordem estabelecida. Ademar de

²¹⁸ WAMBERTO, José. **Castello Branco, Revolução e Democracia**. p. 129.

²¹⁹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.66.

Queiroz era militar de confiança de Castello Branco e de credibilidade militar no corpo da tropa. No dia primeiro de junho de 1966, no ato de posse, o Ministro da Guerra discursou:

[...] nunca se fez mais imperativa e decisiva a concentração dos esforços na missão principal, não completamente realizada ainda – a da reestruturação de nossas Forças Armadas e, dentro delas, do Exército, como instrumento militar eficiente, à altura das responsabilidades que lhe competem na segurança interna e externa do país. Deixadas de lado – tarefas outras, secundárias, que só estimulam a dispersão e enfraquecem, portanto, a desejada e imprescindível unidade de pensamento e de ação. Postas inteiramente à margem – descabidas preocupações, alimentadas por interesses partidistas de facções ou de grupos, que só servem para desagregar e desunir²²⁰.

A tensão no corpo militar persistia; a questão sucessória mobilizou o ânimo intervencionista militar. As manifestações militares de caráter político eram constantes; o isolamento da caserna das motivações políticas era precário. Desse modo, em ordem do dia referente ao dia 7 de setembro, o Ministro da Guerra Ademar de Queiroz, aproveitou o momento e centrou suas observações na premência de neutralizar qualquer perspectiva de instabilidade da ordem militar. De acordo com o marechal:

Ideologias espúrias, interesses escusos e a hábil exploração da vaidade humana, congregam-se buscando, seja solapar e destruir as conquistas realizadas, seja impedir a realização das aspirações de nosso povo. Críticas destruidoras, insinuações capciosas e malévolas, procuram desacreditar os chefes, instilar a desconfiança e dividir os irmãos de farda²²¹.

A necessidade de unidade militar era evidente. Contudo, a coesão em grau elevado estava distante. Assim, no campo estratégico militar as cisões militares foram compreendidas, da mesma forma, no contexto da guerra revolucionária.

²²⁰ Noticiário do Exército (NE), 5 de julho de 1966.

²²¹ Noticiário do Exército (NE), 7 de setembro de 1966.

Efetivamente, os óbices encontrados para a efetivação da nova ordem estabelecida foram interpretados, em parte, como fenômeno da guerra subversiva, presente na instabilidade psicológica da instituição militar como consequência dos conflitos intramilitares – é a chamada Guerra Psicológica que enfraquece a instituição para futuramente subvertê-la. Certamente, o anticomunismo militar jogou papel decisivo para organizar a coesão no corpo da tropa. Por exemplo, o discurso do Ministro da Guerra em 27 de novembro de 1966 acentuou a intersecção entre a reação de 1935 e a de 1964, destacando a premência da unidade militar frente à desunião. Consoante Ademar de Queiroz:

Para que não tenha sido em vão o sacrifício dos que lutaram contra a Insurreição Comunista de 1935; para que outros não precisem mais pagar, com seu sangue generoso, o direito de continuarmos a ser livres, impõe-se que todos nós militares; - estejamos sempre vigilantes para impedir a infiltração, nas Forças Armadas, da intriga ou das ideias subversivas; - repudiemos com energia, aqueles que nos querem dividir, pois a nossa unidade é a força de nossa força e com ela se funde o próprio destino da Revolução de 31 de Março²²².

O cerimonial de entrega da espada aos novos generais é, ao lado do cerimonial de entrega do espadim aos cadetes, quiçá, o evento mais significativo do Exército. Nele a fala do Chefe do Estado-Maior do Exército e do general mais antigo, dentre os promovidos, é impreterível. No evento, Orlando Geisel Chefe do Estado-Maior, fez uso da espada como metáfora institucional; o Exército simboliza a espada que garante a soberania nacional, a espada é a lei sobre todas as leis. A legitimação do movimento de 31 de março estava presente nos discursos militares, a vontade de validar o ato golpista como prerrogativa do Estado e da Nação foi constante. O Exército representava a razão de Estado e este é superior à lei. Nessa perspectiva,

²²² Noticiário do Exército (NE), 29 de novembro de 1966.

o Estado deve prevalecer diante de qualquer ameaça e o Exército representa a instituição, que junto com as demais forças coercitivas, deve assegurar a ordem e o progresso. A imagem militar da política e da espada não se contrapõe ao ordenamento do poder moderno, sendo assim, o “golpe de Estado nada mais é do que a manifestação da razão de Estado”²²³. Diante disso, toda a inclinação militar de reforçar e legitimar o Estado estabelecendo uma nova ordem que passava, em parte significativa, por trás da própria instituição representava a afirmação da legitimidade da ação golpista como razão moderna de Estado; o movimento político-militar, na visão militar, se sobrepôs à lei para salvaguardar o Estado e a Nação. No evento de entrega da espada aos novos generais do Exército, o Chefe do Estado-Maior do Exército, general Orlando Geisel, proferiu discurso no qual destaca a importância da espada:

E eu me permito dizer-lhes que a espada é o instrumento último e decisivo da sobrevivência da soberania, da dignidade e da vontade da Nação, que são as próprias razões das leis, ou as leis das leis. Assim, em março de 1964, a Nação sentindo-se ameaçada em sua dignidade, em sua soberania e em sua sobrevivência afirmou a sua vontade soberana, fazendo vibrar a espada salvadora²²⁴.

A espada é apanágio do oficialato, porém o cerimonial apresentava a entrega de espada sofisticada, mais adornada e de maior significado militar. Tratava-se da espada de oficial general, a seleção dos oficiais generais passou a ser cada vez mais rigorosa no regime militar; a coesão no alto comando foi posta como objetivo político do Estado Militar. A união militar deveria ficar evidente, principalmente, entre os generais. No dia 16 de março de 1967, em ordem do dia de despedida da chefia do Ministério da Guerra, Ademar de Queiroz enfatiza:

²²³ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.353.

²²⁴ Noticiário do Exército (NE), 15 de dezembro de 1966.

Lembrai a toda hora, que a união em torno do ideal comum de bem servir e a confiança nos chefes, são as colunas mestras sobre as quais repousam a estabilidade e a eficiência de nossa instituição, que, até hoje, jamais desmereceu as esperanças que nela depositou a nação.

Hoje, ao me afastar do cargo que me proporcionou a aventura de retornar ao vosso convívio, retiro-me, orgulhoso por ter-vos chefiado e satisfeito por guardar a imagem do Exército que hoje vejo, impávido, uno, altaneiro tanto quanto possa, cômico de suas altas responsabilidades e no rumo certo de garantidor de um futuro digno, não só de suas mais altas aspirações, como também dos justos anseios da Nação Brasileira²²⁵.

No início do mandato presidencial Costa e Silva vivenciou um momento bastante favorável, pois representava a austeridade política e o rigor que alimentava o “anticastelismo” militar²²⁶. O momento passou a ser fértil para a construção de uma força militar mais coesa e disciplinada. O Estado apresentava-se como poder civil legítimo e a instituição militar estava completamente subordinada a ele. Convém insistir que a apresentação do poder político com imagem civil era importante para a demarcação do território político e militar. Em março de 1967, ao assumir o cargo de Ministro do Exército, nova denominação à pasta ministerial, o general Aurélio de Lyra Tavares pronunciou, a respeito da imagem do Exército, o seguinte discurso:

Vêmo-lo, hoje, por obra, mesmo, da Revolução, mais unido e mais coeso, reintegrando no seu verdadeiro papel de Instituição Militar de uma democracia obediente ao Poder Civil legítimo, fortalecido e dignificado²²⁷.

Os efeitos de poder proporcionados pela nova ordem estabelecida, resultado de relações instituídas entre indivíduos e grupos, regulam divisões, definem papéis e modelam os indivíduos; são de modo específico produtores dos próprios sujeitos²²⁸. Verdadeiramente, se o objetivo do poder é produzir efeitos desejados, no caso aqui

²²⁵ Noticiário do Exército (NE), 17 de março de 1967.

²²⁶ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.100.

²²⁷ Noticiário do Exército (NE), 16 de março de 1967.

²²⁸ CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia...** 2002. p. 190.

pesquisado, o desejo do exercício de poder no regime militar foi de anular a participação do militar da caserna na política do tipo civil. No 3º Aniversário do movimento de 31 de março de 1964, podemos observar no discurso do general Aurélio de Lyra Tavares, chefe maior da instituição militar, o primeiro Ministro do Exército²²⁹, uma razoável intensificação da imagem civil do Estado Militar. Com efeito, a nova ordem político-militar intensificou a concepção de que o poder político nacional dizia respeito ao *locus* civil e o poder militar das instituições militares e deveria estar subordinado ao poder civil. No discurso houve o imbricamento entre a democracia e a subordinação do militar à ordem civil. Conforme as palavras do general:

O que é imprescindível para que a Nação possa colher os frutos do programa que se trata de empreender, em benefício do bem coletivo, é que se preserve a ordem, é que se respeitem as leis, se acate a autoridade e se mantenham, acima de tudo, as Instituições. É esta a missão precípua do Exército, sob a autoridade e as diretrizes do Poder Civil. Ele há de saber bem cumpri-la²³⁰.

Nos últimos meses de 1967 começava a ficar evidente a retomada da dinâmica de militarização do regime, o que contribuiu com a anulação das últimas esperanças civis de estabelecimento da democracia no país²³¹. A união entre políticos civis, outrora rivais no contexto anterior a 1964, formando a chamada Frente Ampla, em 28 de outubro de 1966, demonstra o grau de insatisfação dos civis para com o avanço militar sobre a política civil. A aproximação de Carlos Lacerda e João Goulart se, de um lado, isolou os militares da “linha dura” de seu líder civil, de outro, colocou o meio militar em prontidão, pois a polarização civil-militar poderia desaguar em militarismo ou civilismo político. Dessa forma, a união militar, nesse

²²⁹ O Ministério da Guerra passou a denominar-se Ministério do Exército em abril de 1967.

²³⁰ Boletim do Exército, nº 16 de 1967.

²³¹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.103.

momento, era imperativa, na medida em que a base de sustentação do Estado Militar encontrava-se, em primeira instância, no apoio da caserna. Foi a partir da instituição militar que o Estado Militar conquistou toda sua expressão de poder. Jayme Portella, militar importante do governo Costa e Silva, nos fornece uma imagem elaborada pelos militares do interesse político de Carlos Lacerda, Líder da Frente Ampla:

Achava o Sr. Lacerda que o Governo do Presidente Costa e Silva fracassaria e isto lhe retiraria a possibilidade de impor ao Congresso um sucessor. E quem se colocasse naquela ocasião, em condições de capitalizar politicamente o fracasso, teria todas as condições de ganhar uma eleição direta ou indireta, pois que, ele estando no fim, não contaria nem mais com a união dos Militares, para dar um golpe²³².

O esgotamento do castelismo político não significou qualquer recuo dos militares como atores políticos principais no palco brasileiro, nem sequer uma fase de auto-reforma para garantir o aumento da influência civil sobre o governo²³³. A união militar com a intenção de assegurar a governamentalidade sobre a população foi o elemento fundamental para o êxito do governo militar, o controle sobre a Frente Ampla foi permanente, segundo Jayme Portella: “O Governo passou a acompanhar todos os passos do Sr. Lacerda, na organização da Frente Ampla²³⁴”. Assim, a garantia do poder militar sobre o civil estava no controle e neutralização da oposição civil e na unidade militar. Em mensagem ao Exército, no dia do soldado, o general Aurélio de Lyra Tavares afirmou a importância da coesão militar, num contexto de crescente oposição à nova ordem qualquer fragmentação política no interior do corpo militar levaria ao malogro do poder político instaurado em 1964. Segundo o documento:

²³² MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p. 483.

²³³ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.102.

²³⁴ MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p. 484.

Da consciência que todos temos o dever do Exército, nesta conjuntura difícil e decisiva, em que nunca foi tão grande e tão imperativa a sua coesão, é que emana o conteúdo moral dos princípios da disciplina e da hierarquia, fundamentos essenciais da organização militar e da sua expressão de Força Armada²³⁵.

A coesão militar representa a subordinação razoável dos militares à instituição. Os chefes militares como representantes legítimos do poder institucional devem apresentar-se como porta-vozes das instituições militares para que o fluxo de poder possa produzir efeitos desejados sobre os corpos. É no corpo que o poder opera, que a força se manifesta e se transforma, consequentemente, o corpo é aquilo que permite articular as forças umas com as outras e a força é aquilo que abre um corpo a outro corpo²³⁶. No meio militar, no interior da caserna, a circulação do poder em linha verticalizada, num quadro de intensa disciplinarização dos corpos, persegue a coesão ordinariamente. Em entrevista à imprensa brasileira, o Ministro do Exército foi questionado com relação aos pronunciamentos oficiais em torno da ênfase dada à coesão militar. A pergunta limitou-se ao significado da coesão militar diante da conjuntura política do país. Sendo assim, o general Aurélio de Lyra Tavares respondeu da seguinte forma:

A coesão das Forças Armadas significa, unicamente, que elas estão unidas, no espírito e no sentimento de camaradagem, em todas as circunstâncias. A Marinha, a Aeronáutica e o Exército, sob o Comando Supremo do Presidente da República, têm a mesma missão constitucional. São as Forças Irmãs e solidárias, para a defesa da Pátria, das Instituições e da Ordem, dentro da Lei e dos princípios da hierarquia e da disciplina²³⁷.

²³⁵ Boletim do Exército, nº 31 de 1967.

²³⁶ GIL, José. **Poder (Verbete)**. 1989. p.91.

²³⁷ Noticiário do Exército (NE), 21 de outubro de 1967.

O primeiro semestre de 1968 foi de tensão geral, a oposição civil contra o governo militar foi constante. Todavia, a eclosão das estrondosas manifestações antiditatoriais não provocou a ruptura da ordem político-militar, ao contrário manteve o alto comando militar unido, reforçando a unificação das Forças Armadas, colocando em suspenso as tensões intramilitares, demonstrando que em época de crise os militares possuíam capacidade de unidade²³⁸. Não obstante, a oposição advinda dos oficiais intermediários, capitães-alunos da EsAO, ficou evidente em primeiro de novembro de 1968, com a publicação do “Memorial dos Capitães” elaborado pelos discentes da escola. O documento, por sua forma, era tipicamente de circulação interna, mas ao ser publicado pela imprensa civil produziu efeito de indisciplina militar. Tratava-se de documento para ser enviado ao Comando para sanear os principais problemas do Exército. Em essência, os pontos abordados já eram de conhecimento da instituição. Malgrado, o documento demonstrou que havia necessidade de realmente transformar o Exército em tempo curto. Os objetivos e as motivações do Memorial dos Capitães foram os seguintes:

1 - servir de subsídio no encontro de soluções que libertem nossa organização de alguns de seus males, cujos reflexos têm gerado profundos desestímulos e estreitado os horizontes da carreira militar;

2 - alertar os nossos superiores sobre as consequências que poderão advir do agravamento da atual situação, se esforços não forem envidados para mudá-la.

A lealdade que nos move a levar a nossos comandantes anseios justos e sérios, nos obriga também a afirmar que, considerações sobre a complexidade do problema, viabilidade de soluções, e dependências conjunturais, comissões de estudos que se arrastam através dos anos, e tudo o mais que até agora nos tem sido endereçado como resposta a estes desejos, não mais nos satisfazem. Por outro lado, frisamos enfaticamente que nossos problemas dizem respeito ao Exército, tão somente a ele, e em seu meio buscamos as soluções. Acreditamos que, mesmo na dependência da conjuntura nacional, uma reformulação pode-se processar a curto prazo, sem danos ou despesas que a Nação não possa suportar, ainda mais se considerarmos a economia de recursos futuros e a produtividade dos quadros do Exército. Entendemos que para empreender este trabalho não

²³⁸ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.134.

estariamos a braços com a indisciplina e menos ainda, que ele constitua uma forma de pressão ou instrumento desagregador em mãos insidiosas²³⁹.

As seguintes palavras de um capitão do Exército no mês seguinte à publicação do memorial são importantes: “Fomos politizados durante anos, antes da revolução. Agora, de uma hora para outra querem que fiquemos calados [...], mas nós não vamos parar²⁴⁰”. Comparando este discurso com o do Memorial dos Capitães, de excessiva ponderação militar, não encontramos conexão importante; ou seja, há um hiato entre o radicalismo do capitão citado acima e a docilidade hierárquica do Memorial dos Capitães. Quando historiamos as manifestações militares não contabilizamos a politização que se evidencia nas ações de vulto de grupos militares entre os oficiais subalternos e intermediários. O Memorial dos Capitães parece traduzir melhor o clima político-militar dos oficiais intermediários do que as palavras do capitão. A conclusão do documento traduz de forma contundente o limite militar das proposições dos capitães:

Permitimo-nos por fim alertar que se levamos a palavra "reforma" nas nossas intenções, como resultantes das equações de nossas vontades, o fazemos não sob a influência de nosso quadro psico-social, e menos ainda, como extensão setorial da temática de insurreição dos mais jovens. Move-nos, sim, a preocupação de não adubar nossa autodestruição e de bem-servir ao Brasil²⁴¹.

No *Correio Brasiliense* de 7 de dezembro de 2003, o coronel da Reserva remunerada Rui G. Machado, da turma de 1958, dos capitães que fizeram o curso da EsAO em 1968, durante reunião de confraternização pelos 45 anos de formatura

²³⁹ Estado de São Paulo, 1º de novembro de 1968, p. 5.

²⁴⁰ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.141.

²⁴¹ Estado de São Paulo, 1º de novembro de 1968, p. 5.

na AMAN apresentou um discurso veiculado pela imprensa como o “Manifesto dos Oficiais da Turma de 1958”. O texto foi de absoluto anacronismo, carregado de radicalismo anticomunista contra a situação política do país atual diante de governo federal de esquerda. Muito diferente da docilidade do “Memorial dos Capitães” de 1968. Como documento que em alguns momentos retoma aquele contexto histórico ele, de fato, é seminal. Dessa forma, segundo a memória presente no documento em torno do Memorial dos Capitães:

A elaboração de tal documento ocorreu de forma disciplinada, responsável, e, sua divulgação interna seguiu os canais competentes, até a entrega ao General Comandante da Escola. Seus efeitos foram múltiplos, benéficos e imediatos, principalmente no que dizia respeito ao programa de aperfeiçoamento e desenvolvimento do quadro de Oficiais do Exército. Recordamos que se tratava de um documento interno, mas que ao chegar às mãos da imprensa, recebeu a titulação de “Manifesto dos Capitães”²⁴²...”

A motivação na elaboração do documento ressignificando o Memorial dos Capitães da EsAO, além de reabilitar positivamente aquele momento histórico, ainda se colocou como nota de esclarecimento a respeito do documento de 1968 – na medida em que no meio civil, acadêmico e jornalístico o movimento foi tido como de pressão para que houvesse um endurecimento do regime. No limite, não há qualquer inclinação decisiva, no plano geral do Memorial, neste sentido. Num documento extenso, dividido em sete pontos, apenas no ponto seis “O Exército na Vida Nacional”, mais precisamente restrito a um parágrafo, é que podemos encontrar algum radicalismo de inclinação política, de sentido crítico com relação ao governo Costa e Silva. Eis o parágrafo:

A onda de descrédito no governo se avoluma pela corrupção, caracterizada por episódios de nossa vida pública, fartamente, noticiada e que, pela falta de repressão enérgica e violenta, apesar dos meios legais existentes,

²⁴² Correio Brasiliense, 7 de dezembro de 2003.

parece se antagonizar com a moralização da autoridade visível e definida no movimento revolucionário de 1964²⁴³.

No dia 2 de novembro, no jornal *O Estado de São Paulo*, no espaço “notas e informações”, foi publicado um texto importante sobre o Memorial dos Capitães da EsAO. A análise do documento apresentada pelo jornal foi tranquilizadora, visto que 1968 foi, verdadeiramente, um período de intensa mobilização política da juventude, entretanto, o documento produzido pela turma daquele conturbado contexto estava carregado de ponderação política. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*:

A primeira ideia que nos assaltou o espírito, ao tomarmos conhecimento daquele trabalho, foi a de que nos achávamos perante mais um ato de indisciplina que viria juntar-se aos praticados pelos estudantes das nossas Universidades e pelos elementos subversivos do clero. Bastou, porém, a leitura dos primeiros parágrafos do documento para que experimentássemos uma sensação de grande alívio. As palavras nele contidas são o reflexo de uma mentalidade bem diferente da que vai dominando a quase totalidade daqueles que não chegaram ainda aos quarenta anos, e isso tanto pela serenidade que delas transpira como pela ponderação e medida com que foram redigidas²⁴⁴.

O documento, naturalmente, apesar de toda ponderação militar, foi um ato de indisciplina, pois tratava de reivindicações patrocinadas por grupo militar, recorrendo sobre questões atinentes às esferas superiores. Quiçá, a acomodação da instituição diante do fato tenha sido em função do tom conservador do memorial. Ainda assim, com o Memorial dos Capitães o murmúrio da indesejável oposição armada fez-se presente incrementando a coesão como imperativo institucional. A reação da instituição, independentemente do tom do documento, foi dura. Todos os

²⁴³ Estado de São Paulo, 1º de novembro de 1968, p. 5.

²⁴⁴ O Estado de São Paulo, 2 de novembro de 1968, p.3.

militares, como não era viável a prisão de 350 capitães, que se apresentaram como líderes do movimento foram presos.

Em entrevista concedida pelo Ministro do Exército à imprensa nacional, Aurélio de Lyra Tavares, questionado, teve que discorrer sobre o Memorial dos Capitães da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Com efeito, o documento publicado pela imprensa no mês de novembro de 1968 proporcionou um acentuado mal-estar institucional, pois esboçava, ainda que em grau mínimo, a existência de descontentamento militar. Para o Ministro do Exército a celeuma estava localizada do lado de fora da instituição militar, com a intenção de dividir e enfraquecer a base de sustentação da “revolução” e da Democracia. Em síntese, foram dois documentos elaborados para leitura dos chefes militares imediatos: um deles carregado de sugestões e críticas com o objetivo de cooperar com o Exército e com a “revolução”, e o outro, com a finalidade de apresentar ao Comando Superior um quadro geral dos principais problemas da organização militar. Contudo, não foram documentos de afrontamento à nova ordem existente; os textos, longe de qualquer analogia com o tenentismo político, mantiveram-se no campo da disciplina, procurando limitar-se à crítica na esfera profissional. Consoante o documento destacado pelo próprio Ministro: “Frisamos, enfaticamente, que nossos problemas dizem respeito ao Exército, tão somente a ele, e em seu meio buscamos soluções”. Apesar do inconveniente político-militar produzido pela manifestação dos capitães, acrescido da publicidade no meio civil, pode-se perceber nas palavras do Ministro do Exército a absorção institucional do evento. Dessa forma, segundo o general Aurélio de Lyra Tavares respondendo sobre a pertinência das sugestões e reivindicações apresentadas pelos capitães:

Para começar, responderei que julgo, por princípio e por temperamento, sempre útil qualquer sugestão, além de um dever do Chefe auscultar o pensamento dos subordinados, de todos os postos, e dispensar o devido interesse à contribuição dos mesmos, sobre problemas do Exército. No caso em apreço, porém, há muitas ideias que coincidem com o pensamento e com os estudos dos órgãos competentes, sobretudo quanto ao Plano de Carreira e ao problema dos vencimentos, a respeito do qual o Governo já mandou preparar, com base nos elementos recolhidos, um projeto-de-lei [...]²⁴⁵.

A tensão política de 1968 evidenciou, em grau elevado, conflitos intramilitares. O conflito entre “os duros”, essencialmente coronéis e os generais palacianos, foi constante. O governo de Costa e Silva não foi parcimonioso nas punições ou na aplicação de medidas de isolamento dos corpos indesejáveis da caserna. Os militares radicais da “linha dura” tinham uma visão horizontal do movimento de 31 de março, davam créditos aos oficiais da base do oficialato (maiores, capitães e tenentes) não aos comandantes da ação político-militar²⁴⁶. Diante disso, sentiam-se livres dos preceitos hierárquicos nos assuntos políticos. O coronel Ruy Castro foi preso por ter-se declarado favorável a um sucessor civil para Costa e Silva. Em abril, os coronéis fizeram declarações contrárias à participação da tropa na repressão aos estudantes²⁴⁷. A unidade na crise posta nos momentos importantes de ordenação da nova ordem foi abalada em 1968, as inquietações no corpo do oficialato ficaram evidentes, transbordaram para além dos muros da caserna²⁴⁸. Contudo, igualmente, crescia no meio militar a vontade da militarização geral da política brasileira. A premência por medidas duras para assegurar a governamentalidade da população civil e militar, cada vez mais, ganhava apoio dentro e fora do governo.

²⁴⁵ Noticiário do Exército (NE), 8 de novembro de 1968.

²⁴⁶ FILHO, Luiz Viana. **Castello: testemunhos de uma época**. 1986. p.18.

²⁴⁷ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.139.

²⁴⁸ Ibid. p.141.

Entretanto, é preciso ponderar a mobilização dos militares de caráter oposicionista no Exército. O estrondo das declarações oposicionistas nos jornais civis não é de mesmo tom no interior da caserna. No limite, o documento somente tomou proporção significativa porque foi elaborado em contexto político nacional de tensão constante. Agora, quando avaliamos o documento em sua totalidade não encontramos o grau de pressão sobre o governo atribuído ao “Memorial dos Capitães da EsAO”.

Ao contrário do Memorial dos Capitães da EsAO, a carta do general Augusto de Castro Moniz de Aragão, em junho de 1969, foi bem mais contundente como documento militar de oposição ao governo de Costa e Silva. A carta estava carregada de crítica pessoal ao presidente da República. Muniz de Aragão era o Chefe do Departamento de Provisão Geral, numa reunião de generais subordinados fez crítica direta ao Governo de Costa e Silva, no qual disse que o:

Chefe do Governo buscava o culto de sua personalidade, usando artifícios, como havia ocorrido numa homenagem prestada à memória de seu pai, à qual compareceu; que aceitara a nomeação de seu irmão para o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, fato que motivou protestos; que havia feito a revisão de reforma de seu sogro, general da reserva; que seu cunhado havia sido nomeado para um cargo na direção da LBA; que o filho do Presidente, Tenente-Coronel Engenheiro da reserva, gozava de desenvoltura nos meios empresariais e financeiros; que nomeou o General da Reserva Clóvis Bandeira Brasil, seu antigo Chefe de Gabinete Ministerial, para um cargo de confiança; que se aproveitou para elevar os próprios vencimentos; que fazia concessão de grandes verbas ao Ministério dos Transportes, para proporcionar ao respectivo Ministro projeção política, de sorte a recomendá-lo à sucessão presidencial, enquanto o Exército se ressentia de falta de meios ao seu equipamento; que os Ministros de Estado, com numerosa comitiva, faziam viagens ao estrangeiro, indo mesmo à Cortina de Ferro; que as Forças Armadas haviam feito a Revolução para deter a subversão e combater a corrupção, o que não estava ocorrendo e o Governo tinha de preservar a austeridade pública e acabar com a desonestidade; que as Forças Armadas responsáveis pelo regime tinham o direito e o dever de fiscalizar e apreciar os atos do Governo²⁴⁹.

²⁴⁹ MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p. 765-766.

A dissidência de Aragão era evidente. Quando tomou conhecimento do assunto abordado na reunião, o Presidente Costa e Silva exigiu medidas punitivas por parte do Ministro do Exército, general Aurélio de Lyra Tavares. O general Aragão vislumbrava as Forças Armadas como responsáveis diretos pelo regime militar; entendia que os militares, nos altos postos, têm o direito e o dever não só de fiscalizar, mas, também, de apreciar os atos do governo²⁵⁰. O governo, na concepção de Aragão e de parte dos militares, era uma espécie de criatura da instituição militar, logo a crítica ao governo, por parte do alto comando era, nessa perspectiva, natural e legítima. No centro das tensões intramilitares estava a expectativa dos militares da caserna de influenciar diretamente o governo. Em substância, é o que caracteriza a cizânia como conceito elaborado por João Roberto Martins Filho²⁵¹. Aceitar a influência militar sobre o governo representaria assumir o militarismo como política e, ao mesmo tempo, a politização, no sentido civil, dos próprios militares – altos chefes militares da caserna debatendo questões de ordem civil e, em muitos momentos, atuando como oposição política; a cizânia militar não correspondia aos interesses do regime militar, de forma que toda a governamentalidade da caserna, a partir do Estado Militar, inclinou-se no sentido de definir uma linha que limitasse a interferência dos militares da caserna sobre o governo.

No que diz respeito à punição do general Aragão, a hipótese de aplicação do AI-5 foi discutida, porém qualquer punição mais ortodoxa levaria ao fortalecimento político do general frente aos pares. Diante disso, optou-se por punição velada, ou

²⁵⁰ Ibid. p. 773.

²⁵¹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.41.

seja, ao invés de aplicar o regulamento disciplinar escrito, fez-se uso de punições militares não-formais. Assim, o general Aragão foi imediatamente exonerado do cargo da Chefia do Departamento de Provisão Geral e deixado sem comissão até o término do governo; o general Aragão foi isolado da tropa, chefe sem comandados, punido sem punição formal, contudo a qualquer nova tentativa de oposição direta ao governo o dispositivo posto no AI-5 seria utilizado²⁵².

É preciso apresentar aqui um esboço do pensamento militar presente no grosso da tropa exatamente após 1964, depois dos expurgos político-militares. Quando historiamos o corpo institucional militar referente à celeuma política apresentada na imprensa, verificamos que esta foi estrondosa. Porém, naquele momento, medidas foram tomadas para que os militares fossem apartados da política, fundamentalmente, os militares da caserna. A imagem civil do Estado Militar não se postou como mera estética de poder, mas, igualmente, atuou como tecnologia de poder a fim de deslocar os militares da política civil. Em 1966, na revista civil *Cadernos Brasileiros*, a temática foi “Os Militares” - uma tentativa de discutir o fenômeno da presença diretiva dos militares em assuntos civis, com o estabelecimento de governos militares na América Latina. Nela Mário Afonso Carneiro apresenta uma pesquisa a respeito da “opinião militar” brasileira - com um universo limitado de militares pesquisados o autor nos fornece um breve esboço do imaginário político-militar do período. Foram ouvidos quarenta militares das Forças Armadas, de diversas posições hierárquicas, sendo que desses, vinte e um pertenciam ao Exército²⁵³. Embora bastante limitada, a pesquisa mostra-se produtiva

²⁵² MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. 1979. p. 777.

²⁵³ CARNEIRO, Mário Afonso. **Opinião Militar**. 1966. p.17.

para a formação de uma visão geral dos militares daquele período. É impossível, a partir do número reduzido de militares ouvidos, elaborar medidas de opinião que contemplem a instituição, embora as falas possam apontar tendências de valores e de práticas ordinárias no meio militar.

A leitura aqui desenvolvida do trabalho de Mário Afonso Carneiro, em torno da organização das informações apresentadas, foi de modo a procurar estabelecer pontos de afinidades e afastamentos intramilitar para que possamos nos aproximar do alcance das tensões militares nos corpos ordinários no interior da corporação. Ademais, na medida do possível, o pensamento dos militares da tropa, apresentado na pesquisa, foi aproximado com o pensamento político-militar dos chefes militares importantes na formação do pensamento institucional do Exército.

Com relação ao pensamento militar acerca do capitalismo e do comunismo, a maioria dos militares ouvidos critica o capitalismo, do tipo liberal, com baixa intervenção do Estado, da mesma forma que, também não aceita o comunismo, pelos aspectos totalitários, de excessiva presença do Estado. O modelo geral, sem muita especificação, era o de organização de uma política nacionalista inclinadamente socialista. Segundo um capitão intendente:

O Capitalismo não possuiu atualmente condições de proporcionar um nível de vida adequado às massas numerosas. O socialismo é uma consequência da necessidade de atender ao aumento populacional²⁵⁴.

Realmente, os militares brasileiros não discordavam das concepções moderadas de esquerda; no discurso de Castello Branco, já nos primeiros meses de governo, estava presente a crítica ao reacionarismo capitalista e a proposição de

²⁵⁴ Ibid. p.21.

utilizar de políticas sociais de esquerda em seu governo. O pensamento militar brasileiro incorporou a questão social como ponto sensível na estruturação de qualquer plano de defesa. Assim, o anticomunismo militar não representava nenhuma contradição com a incorporação de ideias políticas da esquerda moderada como prática de governo. Segundo o discurso de Castello Branco:

O meu anticomunismo admite que a evolução política e social do Brasil deve incorporar também ideias e propósitos da esquerda democrática, sem o que não estaríamos presentes na segunda metade deste século²⁵⁵.

Os teóricos da Doutrina Brasileira de Segurança Nacional corroboravam a crítica geral militar em torno do capitalismo de *laissez-faire*; não percebiam o mercado como panacéia; diferentemente dos colegas chilenos e argentinos, os militares brasileiros compartilhavam a existência de um Estado forte, capaz de intervir no mercado para resguardar a soberania e o desenvolvimento²⁵⁶. Os problemas sociais acentuados pela esquerda política não eram desconsiderados pelos militares; no discurso anticomunista militar, repetidas vezes, o desenvolvimento econômico e social era posto como mecanismo essencial de combate à demagogia populista e à ameaça comunista. De acordo com o marechal Odylio Denys: “a chamada “questão social” [...] é certo que interessa muitíssimo à segurança nacional²⁵⁷”. Além disso, o nacionalismo deslocado de qualquer conotação populista era fator de afinidade militar. O nacionalismo pós-64 significava, para o marechal Poppe de Figueiredo, a prevalência dos interesses nacionais sobre quaisquer outros. Aceita e deseja o concurso estrangeiro, desde que se subordine a

²⁵⁵ BRANCO, Humberto de Alencar Castello. **Discursos**. 1964. p.27.

²⁵⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição (1964-1984)**. 1984. p. 50.

²⁵⁷ DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. 1980. p.149.

essa conveniência [...]”²⁵⁸. Certamente, esta definição foi a mais aceita no período. A aceitação no corpo da tropa de concepções neo-nacionalistas propostas pelo general Albuquerque, de defesa dos interesses nacionais e de maior participação do Estado no desenvolvimento do país, sublinhava a aproximação, muitas vezes confusa, com o nacionalismo de esquerda – sem com isso representar qualquer redução do caráter anticomunista dominante entre os militares. Entretanto, cabe aqui acentuar que a visão técnica proporcionada pela formação militar moderna, afasta os militares de teorização coerente sobre a política. Um jovem tenente do Exército mostrou-se adepto do capitalismo, contudo ponderou: “ Pelo tipo de educação excessivamente técnica que eu tenho não sou muito dado a definições e opiniões. Sou mais pragmático que teórico”²⁵⁹ [...]”. Com feito, as palavras do tenente revelam o grau de subjetivação militar presente nos oficiais subalternos. Quanto ao comunismo, depois de um longo trabalho de doutrinação, o pensamento geral era de posição radicalmente contrária. Outro tenente do Exército referiu-se sobre o comunismo apresentando a seguinte imagem:

Sou totalmente contra, pois todo poder fica em mãos do Estado, desde o local onde o indivíduo vai fixar sua residência até a escolha de sua profissão e a dos filhos; não há liberdade religiosa nem política; desejam a dominação do mundo²⁶⁰.

Convém ouvir as palavras militares em torno do nacionalismo; como já foi mencionado, demonstraram identidade, contudo sem conotação de esquerda – genericamente qualificada como populista. As posições nacionalistas não eram coerentes entre si. Vejamos a mais radical desenvolvida por um coronel do Exército:

²⁵⁸ FIGUEIREDO, M. Poppe. **A Revolução de 1964...** 1970. p. 116.

²⁵⁹ CARNEIRO, Mário Afonso. **Opinião Militar**. 1966. p.21.

²⁶⁰ Ibid. p.21.

O nacionalismo é atualmente ridicularizado. Para mim, em primeiro lugar o Brasil, em segundo lugar o Brasil e em terceiro lugar o Brasil. Sou meio jacobino. Sou pela defesa do Brasil em qualquer sentido. Só sou a favor de um imperialismo, o imperialismo do Brasil²⁶¹.

Outro coronel do Exército apresenta um nacionalismo mais moderado. A presença de capital estrangeiro não é rejeitada, desde que haja o controle do Estado Nacional. De acordo com esse militar:

O verdadeiro nacionalismo é sinônimo de patriotismo. Quanto a esse nacionalismo que não deixa entrar dinheiro estrangeiro, que quer tudo na mão do Governo, acho errado. É mais um jogo dos comunistas para fazer confusão, para agitar o povo, porque o povo é ignorante. O que o Governo deve fazer é controlar as empresas com capital estrangeiro, para que elas não prejudiquem os interesses do País. Se houver patriotismo pode haver contratos, convênios e o dinheiro pode ser meu, pode ser seu, de qualquer um²⁶².

Com relação às formas de governo a opção por governos constitucionais fortes o suficiente para assegurar a ordem política foi constante entre as respostas militares. Dos militares ouvidos, um coronel do Exército respondeu apresentando as seguintes palavras: “Governo constitucional é este que temos atualmente. Sou totalmente dele. Precisamos na situação atual de um Governo forte, que evitasse uma série de coisas que já aconteceram²⁶³”. O poder político constitucional pensado por parte importante dos militares muitas vezes se caracterizava como governo de uma ditadura moderada. A resposta de um major do Exército é bastante elucidativa; para um país subdesenvolvido ele considera mais eficaz um governo com nuances de ditadura e: “[...] à medida que fosse deixando a faixa de subdesenvolvimento para um estágio de real desenvolvimento, um Governo verdadeiramente democrático traria mais possibilidade de progresso ao País²⁶⁴”. Enfim, a afinidade militar com

²⁶¹ CARNEIRO, Mário Afonso. **Opinião Militar**. 1966. p.22.

²⁶² Ibid. p.23.

²⁶³ Ibid. p.24.

²⁶⁴ CARNEIRO, Mário Afonso. **Opinião Militar**. 1966. p.24.

relação à forma constitucional de governo e à necessidade de um governo forte com algum grau de autoritarismo estava presente nas entrevistas.

As respostas a respeito do papel histórico das Forças Armadas e qual deveria ser o papel futuro das instituições militares no país demonstraram consonância geral com a prática de intervenção na política nacional com o propósito de garantir as instituições e a ordem social. Quando o tema da questão foi o papel das Forças Armadas no futuro, o grosso das respostas anunciava o afastamento das instituições militares da política, logo que possível, mas as Forças Armadas deveriam estar prontas para intervir sempre que necessário. Num mosaico de diferentes argumentos, as respostas convergiam quanto à consciência do profissionalismo que torna incompatível a atividade militar com a política, porém, também presenciamos plena convergência em torno da necessidade de intervenção militar na política para salvaguardar as instituições e o próprio Estado. Podemos apontar nas respostas variações de intensidade no que se refere ao radicalismo; quiçá a mais radical tenha sido a do coronel do Exército que respondeu de forma dura:

As Forças Armadas impediram brilhantemente que o comunismo se apoderasse da Nação. [...] Acho que a função militar é a caserna, mas em face da situação de anarquia, criada pelos governos anteriores, as Forças Armadas tiveram que tomar as rédeas do Governo. Sou ainda mais duro. Sou a favor do fechamento das Câmaras e do Congresso, pois seu funcionamento acarreta uma despesa fabulosa, para sustentar uma turma que não faz nada²⁶⁵.

Em síntese, de acordo com Mário Afonso Carneiro, houve certa identidade nas respostas o que corresponde ao lineamento geral da situação existente. Dos entrevistados 35% revelaram alguma aceitação moderada do socialismo, 12%

²⁶⁵ Ibid.p.25.

mostraram afinidade com um sistema misto de práticas capitalistas e socialistas; declararam-se nacionalistas 47%, outros 27% igualmente se colocaram como nacionalistas, porém moderados; a maioria dos entrevistados 62% mostrou-se adeptos dos regimes constitucionais, enquanto que apenas 15% mostraram-se a favor de regime não-constitucional; parte significativa dos militares entrevistados 55% são favoráveis a atuação das Forças Armadas na conjuntura nacional, apenas 20% se mostraram discordantes, contudo os argumentos apresentados foram confusos, pois não houve crítica com relação aos governos militares; finalmente, com relação ao papel futuro das Forças Armadas, 65% dos militares consideraram que os militares exercerão atividades profissionais, apenas 35% aceitaram a possibilidade de novas intervenções militares na política civil²⁶⁶.

Os dados apresentados esboçam um quadro geral do pensamento militar imediatamente após a consolidação das forças conservadoras com a derrubada do governo Goulart e os expurgos militares. Talvez, nada muito diferente do pensamento social brasileiro do período em questão. Foucault nos lembra que o discurso do sujeito inserido nas sociedades disciplinares, se elabora no interior das relações do indivíduo com o social²⁶⁷. Em poucas palavras, assim como na história da doença podemos encontrar relação entre a ordem biológica e a ordem social, na história das instituições militares há, também, relação entre a ordem militar e a ordem social, dessa forma, mesmo numa sociedade de expressão totalizadora como a militar a produção discursiva dos sujeitos não está, absolutamente, deslocada do social. Todavia, o discurso socialmente construído tem nas instituições a estrutura

²⁶⁶ CARNEIRO, Mário Afonso. **Opinião Militar**. 1966. p.28.

²⁶⁷ TRONCA, Ítalo A. **História e Doença: a partitura oculta**. 1985. p.137.

produtiva necessária ao estabelecimento da ordem do discurso. São as tecnologias de poder que imprimem o sentido verdadeiro do próprio discurso. Além disso, as instituições, mesmo inseridas em território socialmente amplo, têm especificidades de práticas discursivas. A especialização das funções é paralela à especialização das palavras²⁶⁸; a rotina da produção institucional imprime nos corpos subjetivação discursiva. O militar, de fato, não é da mesma ordem que o civil. Para Mary Douglas uma resposta individual somente parece ser correta, ter sentido verdadeiro, quando se apóia no pensamento institucional já presente na consciência de cada indivíduo²⁶⁹. A ordem militar não representa, de forma alguma, uma comunidade plural de pensamentos onde a divergência de opiniões é salutar. As instituições militares prezam a unidade de pensamento e a uniformização dos corpos. Malgrado o sentido utópico que tal proposição representa, em termos práticos não podemos desconsiderar que a coesão é o paradigma militar. As respostas dos militares pesquisados demonstraram razoável identidade com o pensamento institucional; as tensões, sempre estrondosas quando dizem respeito às instituições militares, ocorreram num quadro geral militar de solidariedade para com a nova ordem estabelecida; num momento de ajustamento de poder pulularam aqui e acolá tensões intramilitares, sem, contudo comprometer a formação e a governamentalidade do Estado Militar.

O radicalismo militar conservador, sempre mais anticomunista do que profissional, solapando a disciplina em nome da radicalização de direita foi, paulatinamente, deslocado do meio militar decisório. O consenso militar em torno da

²⁶⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Três Tempos Simbólicos...** 1984. p.37.

²⁶⁹ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam.** 2007. p.18.

disciplina e da hierarquia na caserna limitou a capacidade de mobilização da oposição militar no período pós-64. Todavia, nos centros tradicionais de mobilização político-militar no Exército não houve hesitação no sentido de apresentar as divergências para com a administração política do país. A Escola de Aperfeiçoamento de Capitães (EsAO) e a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), manifestaram-se por meio de memoriais²⁷⁰. Com efeito, esses centros são *locus* de ócio intelectual militar de conjunção de militares de mesmo posto, o que proporciona momento ímpar para discussão dos problemas gerais da profissão e da instituição. O clima político, principalmente no final de 1968, quando nos pontuamos pela tensão intramilitar, era de clara intenção de transformar o regime militar em regime dos militares²⁷¹. A militarização do Estado assegurou o qualificativo militar à nova ordem – fundamentalmente após o AI-5; porém a limitação da interferência da caserna nos atos do governo foi imperativa. O princípio da hierarquia e o isolamento militar das questões políticas, nos momentos de crise, forneceram o equilíbrio de forças necessário à governamentalidade militar. Assim, a militarização do Estado representou no mesmo tom a militarização da própria instituição militar.

O AI-5 conseguiu evitar as pressões militares sobre o governo de Costa e Silva, fruto de descontentamento político-econômico por parte de generais frente ao avanço do discurso tecnocrata de Delfim Neto, que desconsiderava princípios nacionalistas e negligenciava a demanda social brasileira. Assim, em janeiro de 1969 o general, Ministro do Interior, Albuquerque de Lima em protesto renunciou ao

²⁷⁰ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1996. p.143.

²⁷¹ Ibid. p.144.

seu posto. Da mesma forma, dias depois, o general, Diretor da SUDENE, Euler Bentes Monteiro, descontente com o corte de recursos federais, também, acompanhou o gesto de Albuquerque de Lima. Com efeito, as demissões dos generais poderiam ter produzido tensão e debates intensos no interior da caserna sobre a política econômica do governo, no entanto, o AI-5 produziu silenciamento político-militar suficiente para facilitar o avanço das medidas governamentais²⁷².

A história política brasileira é, em parcela importante, a história de práticas autoritárias de governo; a democracia aparece num campo imaginário, como conquista futura²⁷³. Diante disso, num país de cultura autoritária, a ordem social garantia consenso político. As Forças Armadas, em particular o Exército, tiveram um papel importante no ordenamento do poder militar; como produtores de segurança, mediante meios autoritários, garantiram a estabilidade política conquistando a opinião pública brasileira. No limite, o discurso do Presidente da República, Costa e Silva, no QG do II Exército, em São Paulo, diante da difícil conjuntura política de 1968, nos é esclarecedor:

Meus camaradas: Governar um país como o nosso, na difícil quadra histórica, de incertezas, de inquietações e de desconfianças, que toda a humanidade atravessa, é um desafio gigantesco que decidi enfrentar e que enfrentarei, até o fim, com firmeza e persistência. Para a solução de nossos problemas, que não são poucos nem pequenos, precisa o Governo sustentar-se na compreensão da opinião pública, no suporte e no estímulo da base política e no apoio das Forças Armadas. [...] Já disse mais de uma vez, mas nunca será demais repeti-lo: “As Forças Armadas constituem uma das nossas classes produtoras. Produzem aquilo que mais vale, pois é a base sem a qual nada se poderia fazer de útil, ordenado e permanente – a segurança nacional. Com a segurança nacional garantida, temos a estabilidade política e social que garantirá, ao Brasil, a continuidade do esforço em favor de seu desenvolvimento²⁷⁴.”

²⁷² SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 1988. p. 183.

²⁷³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 1975. p.187.

²⁷⁴ Noticiário do Exército (NE), 9 de outubro de 1968.

Como baluarte da ordem política nacional o Exército deveria estar coeso. A profissionalização militar, a dedicação às atividades especificamente técnicas que a profissão exige era corolário imediato do deslocamento militar da política civil. A desunião militar era percebida, igualmente, como ação subversiva. Portanto, a intensidade das tensões intramilitares apresentadas pela imprensa era absorvida institucionalmente como expressão de guerra psicológica procurando enfraquecer a instituição. O Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, em ordem do dia referente ao dia do soldado, 25 de agosto de 1969, nos proporciona uma imagem significativa da leitura estratégica elaborada pela instituição das tensões intramilitares. Segundo as palavras do general:

O que se torna ainda mais importante, pelo papel de baluarte que o Exército representa, diante da grande ameaça que pesa, nos dias de hoje, sobre os destinos livres da democracia Brasileira, é que nos mantenhamos cada vez mais unidos e adestrados para protegê-la. É que saibamos colocar, acima de tudo, os supremos interesses da Pátria, com a grandeza do próprio juramento que fizemos, de defendê-la, sem medir sacrifícios, porque o inimigo trabalha tenazmente, com o emprego, ardiloso e sem limitações, de todos os artifícios, para atingir a nossa unidade e a nossa coesão, sobretudo quando nos desapercibemos dos seus métodos e dos seus agentes²⁷⁵.

Depois de todo o estrondo causado pelo Memorial dos Capitães da EsAO da turma de 1968, o Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, general José Pinto de Araujo Rabello, no dia da diplomação dos novos oficiais aperfeiçoados, pronunciou um discurso fomentando a união entre os militares diante das forças perniciosas que objetivam a tensão intramilitar e a desqualificação da

²⁷⁵ Boletim do Exército, nº 37 de 1969.

atividade militar. A relação entre as cisões político-militares e as práticas que procuravam subverter a ordem estabelecida foi constante. Sedo assim, estabelecer uma posição contrária à ordem significava estar, de certa forma, contribuindo com o inimigo comum. O anticomunismo militar após 1964, amiúde, intensificou esta relação; foi, de fato, importante como estratégia para manter a tropa coesa. Conforme as palavras do general:

Nossa carreira tão cheia de grandeza em sua finalidade, tão útil e tão prestante às causas nacionais, nunca foi tão prestante às causas nacionais, nunca foi tão incompreendida, atacada, vilipendiada como hoje. Entre nós mesmos, quantos companheiros se têm deixado vencer pela propaganda insidiosa que procura arrefecer o ânimo, quebrar o ardor e o entusiasmo pela carreira das armas. É necessário, pois, que haja de nossa parte reação violenta e pronta contra estes apóstatas que querem inocular entre nós o mal da descrença, do desânimo, do desalento. Desejam dividir-nos, para enfraquecer este pilar mestre, este esteio de nossas instituições, que é o nosso Exército²⁷⁶.

A Doutrina de Segurança Nacional assegurou a medida estratégica da forma de militarização do Estado. O sentido da governamentalidade estava imbricado às questões de segurança. Logo, não cabia mais aos militares discorrer oposição contra a medida política que, em última instância, significava um mecanismo militar de segurança para o país. Na prática forneceu o consenso suficiente para legitimar apoio às diretrizes gerais de governo. Assim, a Doutrina de Segurança Nacional pode manter intersecção entre os novos compromissos profissionais de ação extramilitar com os valores tradicionais de honra e lealdade. Ademais, o entendimento social da nova presença militar no meio civil, em virtude da ameaça

²⁷⁶ Noticiário do Exército (NE), 19 de dezembro de 1968.

subversiva, trouxe maior aceitabilidade social do regime militar²⁷⁷. Em palestra na ECEME, realizada no primeiro trimestre de 1969, o Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, proferiu uma longa aula inaugural, procurando apresentar para o topo da hierarquia militar o pensamento institucional e os principais projetos do Exército. O general procurou discorrer sobre a amplitude do conceito de ameaça e de inimigo naquele contexto:

O conceito de ameaça e de inimigo, quando está em causa à Segurança Nacional, é óbvio que não se restringe ao campo especificamente militar. Nele estão abrangidos, também, outros agentes, às vezes bem mais importantes, como a pressão ideológica, o subdesenvolvimento, o problema da explosão demográfica, o comprometimento da segurança interna, a crise de autoridade, o enfraquecimento das Instituições e outros fatores variáveis para cada conjuntura, capazes de perturbar ou impedir a consecução dos objetivos nacionais²⁷⁸.

O Ministro ainda enfatizou a relevância da segurança interna para o país. Naquela conjuntura, a ameaça da guerra revolucionária superava qualquer expectativa de possibilidade de Guerra Convencional²⁷⁹. A imprensa civil divulgou a aula inaugural do Ministro do Exército, apresentando uma síntese das principais questões desenvolvidas pelo general. Em *O Jornal*, num artigo chamado “Uma aula para o Brasil”, podemos observar que a nota procurou esclarecer aos leitores a mudança substantiva no campo militar, diante do perigo da guerra revolucionária:

[...] o processo de guerra revolucionária atinge mais fundamente a segurança nacional do que as hostilidades abertas e é muito mais eficaz nos seus efeitos do que a ação militar propriamente dita. Nesse caso, as Forças Armadas não se reservam mais como antigamente para o confronto das armas. Cabe-lhes no tempo de paz a missão constitucionalmente já

²⁷⁷ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade**. 2000. p.170-172

²⁷⁸ Noticiário do Exército (NE), 4 de março de 1969 .

²⁷⁹ Noticiário do Exército (NE), 4 de março de 1969 .

explicita de defender o regime, e nesse caso o campo de suas atividades preventivas alarga-se e é incontestavelmente legítimo²⁸⁰.

É importante contabilizarmos a inserção da guerra revolucionária como fenômeno de unidade, não somente na esfera militar, com no corpo político nacional, suficiente para sustentar o regime militar. O anticomunismo militar restrito à Doutrina de Segurança Nacional desmobilizou progressivamente o ímpeto radical conservador militar que em nome do combate ao comunismo desconsiderava a hierarquia e a disciplina militar. Os arranjos de poder no regime militar configuraram, fundamentalmente, a partir de 1969, no quadro da Doutrina de Segurança Nacional, um sistema de ordenamento do fluxo de poder bem mais verticalizado, caracterizando a vitória política dos generais sobre os demais oficiais, o que ficou evidente no final do governo Costa e Silva²⁸¹. A coesão militar foi associada à segurança do país de forma que a estabilidade da ordem, naquele momento, não dizia respeito a acordos políticos imediatos, mas ao aprofundamento da militarização geral da nação. Desse modo, o conceito de Estado Militar contempla o sentido militar que foi dado a governamentalidade do Brasil no regime militar. O Ministro do Exército do Governo Costa e Silva, em programa de televisão, realizou discurso político-militar referente à comemoração do 2º aniversário do governo, destacando a importância do Exército e demais Forças como elemento de estabilização da vida nacional sob a égide do Chefe do Governo:

O maior serviço que o Exército prestou à Nação, nestes dois anos do Governo do Presidente Costa e Silva, foi o de garantir, com a Marinha e a

²⁸⁰ Noticiário do Exército (NE), 13 de março de 1969.

²⁸¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas e Ideologia no Brasil...** 1978. p. 94.

Aeronáutica, a segurança imprescindível ao seu progresso, à sua tranquilidade e à sua ordem interna. A estabilidade da vida nacional encorajou as grandes iniciativas realizadoras e os importantes investimentos de capital, representando fator essencial para o notável surto de progresso que beneficiou o Brasil, nestes dois anos. Esse dever constitucional, as Forças Armadas o cumpriram, sem vacilação e absolutamente coesas, sob as diretrizes do Senhor Presidente da República, o seu Comandante Supremo²⁸².

A unidade do Exército, quando da adoção de medidas duras por parte do governo, principalmente, no AI-5, fez do autoritarismo o fundamento da ordem e a técnica de poder. O AI-5 não tinha prazo para expirar, prolongava indefinidamente o ambiente autoritário no país²⁸³. Com ele foi suspenso, sem prazo determinado, o *habeas-corpus* no país. Com o AI-5 as Forças Armadas assumiram o poder dirigente sobre a nação²⁸⁴. A ausência de pressão militar significativa sobre o rumo tomado pelo regime confirma o consenso autoritário. Em 31 de março de 1969, em comemoração ao 5º aniversário da “revolução”, o Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, elaborou ordem do dia referente ao dia festivo. Em essência, o discurso do general consistiu em apoio irrestrito do Exército ao Governo Costa e Silva, compreendendo a necessidade de medidas duras em tempos de ameaça da ordem estabelecida. Segundo o documento:

O Exército que unissonamente se rejubilou, como as Forças Armadas irmãs, com o Ato Institucional nº 5, festeja, por isso, mais confiante e mais cheio de responsabilidade, o 5º Aniversário da Revolução. [...] Eis aí, meus prezados camaradas, a razão de ser da atitude de espírito e do sentimento em que se inspira o Exército para festejar o dia de hoje, com a sua confiança redobrada, porém vigilante, disciplinado, coeso, em permanente e

²⁸² Noticiário do Exército (NE), 22 de março de 1969.

²⁸³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 1988. p. 170.

²⁸⁴ DREIFUSS, René e DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. 1984. p. 94.

estreita ligação com a Marinha e a Aeronáutica, dentro das Diretrizes de seu Comandante Supremo, o Senhor Presidente da República²⁸⁵.

Depois de cinco anos no poder político da nação, os militares já podiam mensurar os efeitos de poder forjados por meio do Estado Militar. O dispositivo posto a partir de 1964 por meio de um conjunto heterogêneo de mecanismos de exercício de poder precisava ser contabilizado. Em termos foucaultianos, o dispositivo engloba práticas discursivas, instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, teorização acadêmica, proposições filosóficas, morais e outros²⁸⁶. Em 1969 foi publicado o livro “O Processo Revolucionário Brasileiro” pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), como parte de reflexões concernentes ao estabelecimento da nova ordem pós-64. Fragmentos do conteúdo do livro foram publicados, também, no *Noticiário do Exército*, dando ampla publicidade ao assunto no meio militar. Na introdução do trabalho podemos perceber o sentido da publicação:

Ao celebrar o quinto aniversário da arrancada democrática de 1964, a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República apelou para algumas personalidades do maior relevo nos diversos domínios da cultura e da atividade nacionais, a fim de que oferecessem os seus depoimentos a respeito da Revolução. Divulgados pela imprensa em todos os Estados do Brasil, são estes depoimentos que ora se entregam ao povo, que, por certo, neles haverá de encontrar muitas afinidades com suas opiniões e julgamentos²⁸⁷.

No livro, citado acima, o general Carlos de Meira Mattos publicou “Ensaio Sobre a Doutrina Política da Revolução”, procurando sustentar que a ideologia

²⁸⁵ Noticiário do Exército (NE), 31 de março de 1969.

²⁸⁶ MUCHAIL, Salma Tannus. **O Lugar das Instituições na Sociedade Disciplinar**. 1985. p.197.

²⁸⁷ Noticiário do Exército (NE), 25 de julho de 1969.

centrada no anticomunismo e no antijanguismo não é condizente com o atual estágio de consolidação da nova ordem nacional. A nova governamentalidade política nacional, no Governo Castelo Branco, sustentava sua legitimidade ideológica na luta pela sobrevivência da democracia, para isso, concentrou sua energia no combate à guerra revolucionária e à corrupção política. Contudo, a democracia como ideologia, consoante o general, não foi suficiente para garantir o apoio da opinião pública. Assim, passou a ser imperativo o desenvolvimento de uma Doutrina da Revolução. Para ele esta doutrina deveria traduzir os interesses mais urgentes e as aspirações mais legítimas do povo brasileiro consonante com a realidade geográfica brasileira. A Escola Superior de Guerra, por traduzir o novo movimento político brasileiro, pois concentrava em seu estabelecimento acadêmico docentes e discentes civis e militares, teve como responsabilidade transformar o desejo da nação em Objetivos Nacionais. Estes objetivos podem ser sintetizados em palavras-chave: independência, soberania, integridade territorial, prestígio internacional, democracia e valores espirituais e nacionais. Caberá ao Estado vencer todas as pressões internas e externas para conquistar estes objetivos. Segundo o general Carlos de Meira Mattos podemos conceituar a Doutrina da Revolução a partir dos seguintes pontos:

- Conquistar a todo o custo e a curto prazo a integração nacional e a prosperidade nacional.
- Defender obstinadamente o estilo de vida democrático do povo brasileiro, os valores morais e espirituais sobre os quais se assentam o espírito da nacionalidade e a paz social.
- Preservar e valorizar a independência, a soberania, a integridade territorial e o prestígio internacional da Nação Brasileira²⁸⁸.

²⁸⁸ Noticiário do Exército (NE), nº 2918 de 1969.

Na verdade, tratava-se de transformar os interesses do Estado Militar em interesses da nação. As conquistas da opinião pública e da coesão militar estavam entre os pontos essenciais do regime militar com a intenção de assegurar a governamentalidade da população civil e militar. No Programa Estratégico de Desenvolvimento de 1968-1970 do Presidente Costa e Silva, parece evidente a necessidade de engajamento do povo para o desenvolvimento nacional, assim, sob o escudo da segurança: “O povo deve ser engajado na Batalha do Desenvolvimento. Será necessário mobilizar a opinião pública e engajar a comunidade nacional no esforço necessário ao alcance dos objetivos do Desenvolvimento²⁸⁹”. Num campo de poder autoritário, com nuances constitucionais, ou melhor, com simulacro de democracia moderna, a mobilização da opinião pública implicava o controle sobre os formadores de opinião, da mesma forma que a coesão militar significou maior militarização do corpo institucional.

A vigilância sobre os corpos militares por meio de técnicas de disciplinamento, intensificando, cada vez mais, o adestramento militar, esgotando, em absoluto, qualquer ócio crítico, possibilitou o deslocamento da política civil da vida ordinária da caserna. Mediante vigilância geral e individual sobre os corpos militares exerceu-se o poder de formação de sujeitos representativos da nova ordem. É preciso vigiar para, antes de controlar, classificar os corpos de acordo com a produtividade no fluxo de poder. Dessa forma, o controle do Estado sobre os sujeitos atomizados consiste no aprimoramento das instituições, pois na sociedade disciplinar os elementos principais são de um lado os indivíduos privados e de outro

²⁸⁹ MATTOS, Carlos de Meira. **Ensaio Sobre a Doutrina Política da Revolução**. 1969, p.15

o Estado²⁹⁰. Assim, dentre as características dos corpos militares, principalmente os chefes maiores, estava a capacidade de unir e garantir a coesão. O discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Carlos da Silva Muricy, na entrega das espadas aos novos generais de 1969, marca a classificação militar, na busca de novos compromissos e práticas dos oficiais generais na instituição. Consoante o general:

Quando a Revolução de 31 de março veio permitir à nossa Pátria a retomada de seu caminho democrático de desenvolvimento, desenvolvimento que repousa na segurança e na tranquilidade que lhes forem conferidas pelos homens que juraram servi-la para todo o sempre, necessita o general de hoje, com os olhos no porvir, consciente de seu papel, compreender que, no momento atual, essa segurança se firma principalmente na união e na disciplina dos que vestem a gloriosa farda militar. Cumpre aos generais, assim, antes de mais nada, unir e reunir, pois o desunir, o dividir, o desagregar estão à nossa volta. Fácil, muito fácil, a tarefa de separar os homens. Ádua a missão de somá-los a todos, para que se somem no esforço imenso de engrandecimento desta Nação²⁹¹.

O general mais antigo dentre os promovidos, segundo a tradição do evento, promove discurso encerrando a solenidade. Assim, o general Raul Lopes Munhoz encerrou seu discurso corroborando as palavras do Chefe do EME: “Seremos sempre fiéis aos ideais da Revolução e ao dever militar, unidos e identificados pelo supremo desejo de todos os brasileiros: a grandeza maior de nossa Pátria²⁹²”. A escolha de generais afinados com a nova ordem, com critérios, essencialmente, políticos, diferentemente de critérios pessoais utilizados anteriormente, possibilitou grau elevado de coesão na caserna. A militarização da política favoreceu a autonomia da instituição militar, mas isso somente foi possível com o desenvolvimento de política de controle do Estado Militar sobre as práticas militares,

²⁹⁰ MUCHAIL, Salma Tannus. **O Lugar das Instituições na Sociedade Disciplinar**. 1985. p.201.

²⁹¹ Noticiário do Exército (NE), 19 de agosto de 1969.

²⁹² Noticiário do Exército (NE), 19 de agosto de 1969.

diminuindo as pressões internas. A corporação militar fechada sobre si mesma tornou-se forte o suficiente para neutralizar as pressões externas, o que favoreceu o cupulismo político dos generais que administravam políticas em nome da própria instituição²⁹³.

A inviabilização de Pedro Aleixo como substituto de Costa e Silva, diante da normalização de Ato Institucional, evidenciou a interação cultural de matiz autoritária presente entre civis e militares brasileiros. O general Egêo Corrêa de Oliveira Freitas, oficial superior nos anos de 1960, recorrendo à memória, buscou explicar a permanência dos militares no poder sustentando o seguinte discurso: “Porque a elite militar tinha uma formação saudosista, ainda com resquícios de autoritarismo que, positivista, desejava mais poder, e achava que não era oportuno passá-lo para um civil²⁹⁴”. O fato é que aos poucos foi ficando cada vez mais evidente, nas Forças Armadas, a existência de, segundo o general Egêo, um movimento para que os militares permanecessem no poder²⁹⁵.

Em substância, o Estado que nos primeiros governos pós-64 foi assumindo a forma militar é antes de tudo prática; o Estado é uma prática, consoante Michel Foucault²⁹⁶. Portanto, o Estado Militar não pode ser dissociado de um conjunto de práticas que fizeram com que ele assumisse a forma que o qualifica. Destarte, a maneira de governar, de agir, também a forma de expressão administrativa dos governos no regime militar, são construtos que não podem estar dissociados de práticas de governamentalidade sobre os corpos militares e civis por meio das

²⁹³ DREIFUSS, René e DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. 1984. p. 95.

²⁹⁴ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março...** Tomo 8. 2003. p.221-222.

²⁹⁵ Ibid. p.222.

²⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.369.

instituições. Na mesma medida, não podemos negar a interação social que possibilitou a normalização das práticas de poder. O êxito militar somente pode ser compreendido na interação das instituições militares com os demais agentes sociais e políticos²⁹⁷. Da mesma forma que o comportamento militar não pode ser deslocado da historicidade das relações sociais que possibilitaram a mudança.

Das práticas institucionais de poder sobre os corpos militares é possível inferir mudanças importantes que apartaram gerações. O diálogo ocorrido no auditório da ECEME, nos primeiros anos de 1970, entre um oficial superior do Exército, o então major Celso Chagas da Costa e o general Cordeiro de Farias evidencia a passagem de um tempo de estrondo político-militar para o momento de silêncio disciplinar. O major teve sua formação primeira nos anos de 1950, momento de maior militarização do militar, já o general, militar dos anos de 1920, excessivamente politizado, viveu momentos de intensa indisciplina militar, de estrondo político. Duas gerações de identidade militar diferenciada, corpos estranhos quando aproximados. Celso Chagas da Costa relembra esse diálogo:

– General, estou contemplando nesse púlpito, na sua pessoa, mais de meio século da geração dos tenentes. É a sua geração! Foi a geração que viu e decidiu, uma geração que tem o seu nome encimando capítulos importantes da nossa história. Que teve líderes, a começar por Vossa excelência, a quem todos nós continuamos a render nossas homenagens. A pergunta, General, não é sobre a sua geração, é sobre a minha. Por que a minha geração é tão calada? Tão silenciosa? Tão sem importância e sem participação? Não é uma geração protagonista como a sua foi? A sua ajudou a fazer e marcou a história.

– [...] Tentarei uma resposta à altura. Esta diferença de procedimento é porque a história é feita de gerações sucessivas; a algumas cabe o barulho, a guerra e o perigo; essa é a minha geração. A outras cabe o dever do silêncio; essa é a sua²⁹⁸.

²⁹⁷ PEIXOTO, Antonio Carlos. **Exército e Política no Brasil...** 1980. p.31.

²⁹⁸ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março...** Tomo 13. 2003. p.304.

O silenciamento dos corpos militares foi um trabalho longo; o fechamento da instituição ao barulho infernal da política pondo fim, num sentido lato, à geração dos tenentes, intensificou-se após 1964 – momento de militarização da política civil e do próprio militar. Entre os anos de 1964 a 1969 o ciclo de politização militar começou a se fechar, não sem tensão. Um enorme silêncio envolveu os corpos militares deixando a política, no Estado Militar, para os generais palacianos. No regime militar a manifestação política dos militares passou a ser inconcebível, só os chefes maiores tinham melhor condição de tagarelar, os demais foram, paulatinamente, silenciados.

4. O GOVERNO MÉDICI E A CASERNA: Constituindo o “Grande Mudo”

Em parte alguma a História mostrou a ordem e o progresso desprotegidos. Assim, encaremos como prêmio maior de nossos esforços e de nossa eficiência profissional, postos a serviço da Revolução Brasileira – a prosperidade, a grandeza e a glória do Brasil.

General Orlando Geisel – Ministro do Exército

O momento de transformação por que passamos requer uma atitude de espírito vigilante e dinâmica capaz de assegurar, no quadro de uma completa unidade de pensamento, imperativa continuidade de ação, união perfeita, esforço conjunto, sacrifício continuado e conscientemente aceito [...].

General Antonio Carlos da Silva Muricy – Chefe do EME

O espírito que empolga o Brasil novo transferiu-se para seu Exército [...].

General Breno Borges Fortes – Chefe do EME

Depois do conturbado momento de tensão intramilitar dos primeiros governos pós-64, o silenciamento disciplinar do corpo militar aparece como regra geral. O Governo de Médici foi, sem dúvida, de estabilidade político-militar. No Estado Militar a militarização do civil e do próprio aparato militar caracterizavam, essencialmente, a ordem político-militar. No limite, a partir de então o Exército passou a constituir-se como o “grande mudo”, velha proposição estabelecida pela Missão Francesa sobre a mentalidade militar brasileira. Não obstante, foi preciso tempo para que essa se transformasse em realidade militar. O capítulo em tela traz como esforço de pesquisa a historicização do silêncio militar, o momento em que a cizânia e a discórdia militar passaram a não mobilizar os corpos da caserna. Em absoluto, não representou, uma volta aos quartéis, mas a total subordinação dos militares aos chefes e, fundamentalmente, ao poder estabelecido. A divisão militar entre os

conservadores nos dois primeiros governos militares evidenciou para a instituição que o elemento central da quebra de hierarquia encontrava-se na ausência de militarização suficiente para afastar a tropa da política. Portanto, a manifestação política de militares passou a postar-se como prática antimilitar que prejudicava a própria governamentalidade militar. As medidas adotadas pelo Estado Militar para o silenciamento da corporação completadas com o AI-5 facilitaram o alto grau de coesão do Exército no Governo Médici.

Do AI-5 ao início do Governo Médici, segundo João Roberto Martins Filho, configurou-se uma fase de transição¹. Se o campo do saber histórico parece por demais brevíssimo para pontuar qualquer transição foi, sem dúvida, um momento de acomodação do poder militar, proporcionando mudanças na relação entre civis e militares, como também, de enquadramento geral do militar à verticalização hierárquica. O contexto foi de militarização do regime, para isso o silenciamento militar sob a égide da hierarquia e da disciplina passou a dominar a vida na caserna, pontuando as decisões do governo como de caráter militar. Logo, eram ordens militares que deveriam ser, impreterivelmente, cumpridas. A unidade militar que se estabeleceu como projeto a fim de salvaguardar o Estado Militar e a própria instituição militar teve como fatores decisivos a oposição entre militares e civis em virtude do AI-5 e a presença real do perigo comunista, a partir de 1969, com a guerrilha de esquerda². No extremo, ambos os fatores foram relevantes para a militarização acentuada do regime. Como desdobramento, as decisões do governo passaram a ser estritamente de fundo militar.

¹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1995. p.160.

² Ibid. p.168.

O Governo Médici foi de efetiva institucionalização do Estado Militar, igualmente, de subordinação da instituição e dos militares à verticalização do poder. Em poucas palavras, o general-presidente do Terceiro Governo Militar impôs com sucesso o “centralismo autoritário”³. Com efeito, ficou evidente que o Estado Militar não era dos militares em geral, pois se tratava do Estado administrado por tecnocratas e governado pela alta cúpula militar de forma vertical. Em resumo, militares do Exército respeitando decisão superior, silenciosamente, assumiram posto de mando civil no Estado Militar sem o “tumulto” da política do tipo civil.

A vitória de Médici no meio militar trouxe à superfície a divisão do Exército como preocupação de fundo da instituição. Por meio do colegiado composto pela alta cúpula militar das Forças Armadas, ou seja, pela evidente manifestação político-militar institucional foi possível apresentar a escolha do general-presidente não porque dominava a arte política do tipo civil, mas porque era capaz de impedir o aprofundamento da divisão militar⁴. A escolha de Médici, general capaz de assegurar a unidade militar por postar-se de forma, inclinadamente, condizente com o “sistema de valores” militares, demonstrou a demanda emergencial da instituição para estabelecer um alto grau de coesão militar. Na crise sucessória em oposição ao grupo militar liderado pelo general-de-divisão Albuquerque de Lima o alto comando das Forças Armadas articulou-se pela hierarquia; o futuro general-presidente deveria possuir quatro estrelas (General-de-Exército). Dessa forma, em linguagem militar, o escantilhão dos presidenciáveis foi reduzido à cúpula militar. Realmente, a escolha de Médici como general-presidente representou a vitória da verticalização do poder e da perspectiva da superioridade da lógica militar sobre a civil. Médici representou,

³ FIECHTER, Georges-André. **O Regime Modernizador do Brasil (1964-1972)**. 1974. p.261.

⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 211.

efetivamente, uma saída de aglutinação institucional – conduzida pelo grupo militar dominante⁵.

Médici, ao contrário dos generais-presidentes anteriores, não se apresentou como candidato, era, *grosso modo*, um soldado profissional, que se contrapôs à escolha do seu nome para a chefia do governo, entretanto por razões do dever militar, seguindo determinação hierárquica, aceitou o cargo como missão⁶. Pela primeira vez na história do Brasil, as Forças Armadas, ou melhor, a alta cúpula militar do país, assumiu a responsabilidade total pela escolha do presidente da República⁷. Nesse sentido, a escolha do general-presidente do Terceiro Governo Militar foi, essencialmente, militar – no processo e no aceite. Nos momentos de crise o Alto Comando Militar, direta ou indiretamente passou a participar das decisões do governo – mais especificamente o Alto Comando das Forças Armadas e o Alto Comando do Exército⁸. Para Edmundo Campos Coelho, o Alto Comando Militar pôs-se como colégio que estabelecia as vinculações entre o desempenho político do regime e o grau de consenso dentro da organização militar⁹. Em prática complexa, o Alto Comando estabelecia-se como cúpula legítima tanto nos assuntos referentes à instituição como ao Estado Militar.

A lógica militar passou a ser predominante na governamentalidade do Estado Militar. Especificamente, de 1969 a 1974 as grandes decisões do regime estiveram amparadas em critérios militares¹⁰. Em outros termos, desde o momento da assunção da junta militar à presidência da República, em virtude do problema de saúde de Costa e Silva, até o final do governo Médici, critérios militares se

⁵ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1995. p.185.

⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** 1988. p. 211.

⁷ SILVA, Hélio. **O Poder Militar.** 1984. p.454.

⁸ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1995. p.161.

⁹ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade.** 2000. p.191.

¹⁰ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina.** 1984. p.345.

sobrepuseram aos políticos. O Alto Comando das Forças Armadas, órgão de maior hierarquia militar do país, passou a ser o canal relevante para tomada de decisões importantes – consequentemente o Conselho de Segurança Nacional, órgão híbrido, composto por militares e civis, mesmo tendo um papel relevante no Estado Militar, nos momentos delicados à ordem, encontrava-se subordinado a ele¹¹.

O alto grau de coesão militar no Governo Médici, em larga medida, foi decorrência da imagem e das ações da guerrilha urbana e rural. A guerra revolucionária no período passou à condição de realidade militar de fato. Não se tratava mais de articulações para a efetiva ação comunista, mas de perigo real. A guerra revolucionária desencadeou o que João Roberto Martins Filho classificou como “unidade na crise¹²” – que possibilitou a coesão militar favorável à governamentalidade do Estado Militar, pois há uma relação, que merece consideração, entre a guerra revolucionária como realidade efetiva e a unidade militar na era Médici.

O Governo Médici foi de intenso desenvolvimento econômico e de intensa repressão político-militar. Realmente, o milagre não foi exclusivamente econômico, mas, também, militar. No presente capítulo discutiremos três elementos importantes para o ordenamento do poder no Terceiro Governo Militar: primeiramente, a historicização da condução do Exército pelo Ministro Orlando Geisel como a de consolidação da subordinação da burocracia fardada ao Estado Militar; em seguida, por mecanismos militares institucionais de centralização hierárquica de poder, vamos historiar a transformação da política de Estado em política do Exército, com a militarização das decisões políticas do tipo civil; finalmente, o terceiro elemento, diz respeito ao trinômio: Segurança, Desenvolvimento e guerra revolucionária – que no

¹¹ FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna...** 1995. p.177.

¹² Ibid., p.159.

período em questão proporcionou as condições objetivas para que o realismo conservador militar se realizasse como “distopia militar”¹³. Dito de outro modo, para que a utopia autoritária conquistasse um lugar para se fazer realidade.

4.1 ORLANDO GEISEL E A BUROCRACIA FARDADA

Orlando Geisel, militar de alta credibilidade na tropa e entre os oficiais gerais – obteve o segundo lugar no escrutínio restrito à cúpula das Forças Armadas para a consulta de escolha do novo presidente da República Militar¹⁴. Foram dez votos para Médici e oito para Orlando Geisel. Permaneceu longo tempo no comando geral da instituição, por quatro anos contribuiu para concretizar no Exército o sonho dos “jovens turcos”, ou seja, consolidar na caserna a figura do militar profissional, subordinado aos chefes – verticalizando, assim, o fluxo do poder militar. Comandou o Ministério do Exército entre outubro de 1969 e março de 1974; foi responsável pela transferência dos órgãos decisórios da burocracia militar para o centro do poder político – Brasília. Além disso, realizou reforma administrativa com o propósito de azeitar a máquina burocrática e de intensificar a militarização sobre a tropa. Da mesma forma, concentrou investimentos do Estado para o reaparelhamento do Exército.

Quando rememoramos o período é difícil deslocá-lo da repressão política à oposição armada de esquerda – imediatamente sintetizamos tudo na figura de

¹³ Distopia, literalmente, o lugar onde está o mal – conceito que traduz as utopias invertidas do século XX, as sociedades altamente industrializadas e vigilantes sob a égide de ditaduras políticas – de Estados Totalitários ou Autoritários (CUNHA, Newton. **Dicionário Sesc: a linguagem da cultura**. 2003.p.660.). No caso brasileiro o conceito de “distopia militar” reivindica o lugar das práticas autoritárias do Regime Militar, momento em que a utopia autoritária conquistou corpos – se fez realidade, apresentou-se como meio de sujeição do corpo social aos imperativos presentes no sonho militar de sociedade.

¹⁴ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.452.

Emílio Garrastazu Médici, militar de imagem dura. Todavia, o maestro que articulou e executou as medidas repressivas de combate à guerra revolucionária, de imagem moderada, militar da Sorbonne, foi Orlando Geisel. Ele foi sem dúvida, o artífice da estratégia que dominou e esmagou as forças belicosas de esquerda no país¹⁵. No limite, diante da presença do perigo comunista a unidade militar forjou-se em torno da garantia da segurança à ordem estabelecida.

Orlando Geisel apresentava-se publicamente como militar estritamente profissional; por exemplo, quando assumiu o Comando do III Exército, ao desembarcar em Porto Alegre (RS), na primeira entrevista concedida à imprensa disse: “Tenho duas coisas a declarar. Primeira, fiz boa viagem. Segunda, nunca mais me procurem para prestar declarações¹⁶”. Clara indicação de que o cargo de chefe militar não era para elaboração de discurso político. Da mesma forma, Orlando Geisel ao assumir o Ministério do Exército, em outubro de 1969, no Governo de Médici, proferiu no discurso de posse, acentuando o caráter profissional da atividade militar, o seguinte: “Cuidarei sem desânimo, com os pés no chão e os olhos no futuro, da eficiência do Exército e da total consagração de meus comandados aos trabalhos da profissão militar, fora e acima de injunções pessoais e políticas¹⁷”. Com efeito, o novo Ministro, era o homem-de-guerra apropriado para exercer a ação militar de inclinação técnica num período de intensa articulação entre os tecnocratas civis e militares – e de ameaça armada. O Exército depois de 1969 passou a apresentar-se guiado pela razão institucional, por imperativos deslocados da política palaciana. Esta era a imagem construída por Orlando Geisel em apoio irrestrito ao Governo Médici. Em síntese, o princípio de hierarquia e disciplina que serviu de

¹⁵ ESTEVES, Dinis. **Ministros da Guerra e do Exército...** 1999. p. 460.

¹⁶ Ibid., p. 460.

¹⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 4 de novembro de 1969.

base técnica para a eleição do presidente-general que comandava a nação também foi angular no Ministério do Exército. Num contexto nacional em que a segurança e o desenvolvimento assumiram proporções relevantes no plano real, o realismo militar conservador conquistou o silêncio da tropa.

O Ministério do Exército naquele contexto, ainda tinha grande força no Regime Militar; em tempos de institucionalização crescente da ordem a capacidade de distribuição dos altos comandos e da chefia do EME proporcionava ao Ministro posição favorável para propor e pressionar o governo¹⁸. Daí a importância da escolha apropriada do Comandante do Exército. Orlando Geisel como Ministro construiu laços de subordinação começando consigo próprio, atuando sempre em consonância com o palácio. Orlando Geisel era discreto; chefe militar que estrategicamente sabia se colocar nos bastidores e manifestar posição política, silenciosamente, sem produzir desunião militar. Era realista, compreendia que de uma forma ou de outra os generais mais antigos estavam metidos na política. Porém como general, o militar deveria ser discreto, apresentar-se como corpo responsável exclusivamente com os assuntos profissionais. O restante da tropa, os oficiais intermediários, superiores e inclusive generais-de-brigada deveriam deixar a política para os chefes maiores – política somente para os altos escalões em fluxo vertical¹⁹.

Se os primeiros governos militares foram de estrondo político-militar, no Governo do general-presidente Médici, o silêncio foi a regra geral. A unidade militar, salvo todo o trabalho de normalização institucional e de punições aos corpos insurgentes, se fez graças à espetacularização do perigo vermelho. O anticomunismo militar no período de comando de Orlando Geisel transformou-se,

¹⁸ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.469.

¹⁹ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2002. p.126-137.

acentuadamente, em anticomunismo de guerra. Os eventos da guerra revolucionária tornavam imprescindível a unidade militar, de tal forma que proporcionar a coesão representava fazer o jogo do inimigo. A coesão militar postava-se como condição *sine qua non* para garantir a unidade da nação. A guerra revolucionária era de fundo psicológico; a conquista da opinião pública fundamentava suas operações. De acordo com Orlando Geisel: “Pelo terror, pelo homicídio e pelo assalto ao patrimônio público e privado, procura enfraquecer as resistências físicas e morais da Nação e desacreditar a família, a autoridade, as Forças Armadas e o Governo²⁰”. Por conseguinte, o combate militar às manifestações da guerra revolucionária deveria ser implacável, pois as operações de força contra a ordem estabelecida representavam atos de desmoralização da nação imaginada pelos “donos do poder”.

A unidade militar era, amiúde, acentuada nos discursos de Orlando Geisel; entretanto, ao contrário dos governos anteriores, naquele momento a coesão representava uma realidade institucional. Em mensagem de Natal, em dezembro de 1969, o Ministro do Exército enfatizou a coesão e a concentração da energia militar na atividade profissional. Conforme Orlando Geisel:

Vejo-os confortados e recompensados pela consciência do dever bem cumprido, prêmio valioso a que dão valor os que não almejam outros. É por isso que confio em nossa participação continuada no crescimento deste Brasil adulto, servindo-o com espírito público que é a nossa razão de ser, coesos e voltados para nossos afazeres profissionais²¹.

O general-presidente Médici dividiu seu governo em três áreas: a militar, a econômica e a política²². Dessas a militar foi a mais sensível, pois administrar os assuntos militares para enfim apartá-los da política do tipo civil e efetivamente

²⁰ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de novembro de 1969.

²¹ *Noticiário do Exército* (NE), 24 de dezembro de 1969.

²² SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 216.

profissionalizar, voltar o corpo militar para atividades técnicas, colocava-se como via necessária para a estabilização política do Estado Militar. Assim, procurou-se a militarização da burocracia fardada com a intensificação e concentração da rotina profissional na caserna. O corpo militar deveria estar voltado para a atividade fim; um corpo exercitado e instruído equivalia a um corpo disciplinado e dócil.

Houve a adoção de medida importante na administração de Orlando Geisel referente à atividade dos sargentos – a chamada Mudança de Qualificação Militar. Ela extinguiu as atividades militares de inclinação civil executadas pelos praças causando mal-estar, pois retirou corpos de função e prerrogativas já consolidadas, deslocando-os para atividades estritamente de combate. A motivação fundamental da instituição encontrava-se no deslocamento de toda a burocracia fardada para atividades voltadas à segurança nacional. A expressão “acabar com a possibilidade da criação de um monstrengo que põe em risco a própria instituição”, engendrada institucionalmente, sintetiza o esforço institucional que dizia respeito exclusivo ao exercício de atividade tipicamente civil por militares, o que consequentemente produzia paisanização da rotina militar. Depois da normalização no corpo militar de oficiais, do exemplo de militarização aplicado na parte de cima da instituição, limitando o acesso dos oficiais da ativa aos cargos civis e reduzindo o efetivo e o tempo no posto dos oficiais gerais, o Exército voltou-se para a militarização dos sargentos. No *Noticiário do Exército* foi publicado um conjunto de informativos para esclarecer as mudanças e amenizar os ânimos. No informativo nº 5 podemos encontrar:

Um dia teríamos que ter a coragem de tomar decisões deste tipo, pois se não nunca consertaríamos o quadro de sargentos. Não há, pois má vontade com ninguém. O que há, com toda a honestidade e coragem, é que o Exército necessita, realmente, de sargentos com integral espírito militar, com aquela mentalidade necessária ao desempenho de suas atribuições;

mais “troupiér” que intelectual mais “milico” que diplomata, mais soldado que funcionário²³.

A utopia autoritária, expressão elaborada por Maria Celina D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, que consiste na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis no amor à pátria, no conhecimento dos problemas nacionais e na retidão moral²⁴, favoreceu a unidade militar na formação do consenso de que o sentido da ordem estabelecida deveria ser conduzido, exclusivamente, pelos militares. A política militar de efetivação do poder do Exército sobre os corpos da caserna e de eliminação de todo o resíduo cultural de tipologia civil estava na ordem das práticas institucionais. Coerência e centralização condiziam com a utopia autoritária – que, absolutamente, refutava todo tipo de dissenso²⁵. A intensificação do profissionalismo militar, ou seja, a ocupação ordinária dos corpos militares em atividades técnicas representava modernização e normalização dos sujeitos de intensidade simétrica. Para a realização da utopia autoritária os militares deveriam estar intensamente militarizados, com espírito de soldado e não de funcionário.

O reequipamento do Exército foi priorizado no Comando de Orlando Geisel no Ministério; Médici havia dado sinal verde para o investimento em novas máquinas-de-guerra. Nos últimos 15 anos apenas 6% do orçamento do Exército tinha sido destinado à aquisição de equipamentos. Orlando Geisel passou a destinar 25% do orçamento militar para o reaparelhamento da Força Terrestre. Depois é claro, de calcular os recursos mínimos necessários à resposta militar frente à ameaça

²³ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de março de 1970.

²⁴ D’ARAUJO, Maria C.; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe...** 1994. p.9.

²⁵ FICO Carlos. **Além do Golpe...** 2004.p.76.

interna²⁶. O aumento substantivo de recursos no reaparelhamento do Exército teve como objetivo fornecer meios modernos para a preparação militar voltada à guerra convencional. O reaparelhamento não se limitou à importação de armamento, mas essencialmente à pesquisa em tecnologia militar para a produção futura de todos os elementos necessários à defesa nacional. Assim, a grande parcela dos recursos foi destinada a incrementar a pesquisa na área militar com a participação da indústria nacional, objetivando diminuir gradativamente a dependência externa²⁷. A modernização militar tinha como objetivo formar uma imagem de força para refutar as investidas dos grupos subversivos. Em ordem do dia referente ao dia do soldado, 25 de agosto de 1970, o Ministro proferiu as seguintes palavras:

Para vencer esta insidiosa forma de guerra, cuida o Governo, sem alarde, mas com determinação, da operacionalidade das Forças Armadas e está pondo em execução um plano de aplicação progressiva de meios de modernização e no reaparelhamento do Exército. Com a renovada eficiência e a mesma inabalável decisão, continuaremos a esmerar nosso adestramento e a combater as investidas dos inimigos da nacionalidade, daqueles que trazem na boca a palavra pátria e no coração os fermentos para convertê-la num caos²⁸.

Conforme Carlos Fico, a utopia autoritária não pode ser confundida com uma ideologia nem com a “Doutrina de Segurança Nacional”. “Ela baseia-se [...] num discurso ético-moral que deita raízes na larga tradição do pensamento autoritário brasileiro²⁹”. Como a base desta utopia encontra-se na pretensa superioridade militar sobre o civil é possível apontar duas dimensões: a primeira, “saneadora” que visava à ação militar na política para “curar o corpo social” por meio de conduta cirúrgica para extirpar o tumor maligno; a segunda, de base pedagógica, visava educar o povo para a representação política – com a intenção de evitar o político demagogo e

²⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 8 de abril de 1970.

²⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 16 de abril de 1970.

²⁸ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de agosto de 1970.

²⁹ FICO, Carlos. **Além do Golpe...** 2004.p.112.

corrupto³⁰. O poder é normalização, e é no corpo social, nas relações de poder, que se produz a separação entre o normal e o anormal, o sadio e o patológico³¹, o falso e o verdadeiro, o certo e o errado; dessa forma, podemos dizer que a utopia autoritária não desceu do céu para a terra, do Estado ou da instituição militar para a sociedade – mas, esses se apropriaram da cultura política brasileira centralizando no aparato estatal o autoritarismo nacional. Nesse sentido, é possível afirmar que a utopia autoritária proporcionou a governamentalidade da população a partir da alocação e reorganização da cultura política autoritária brasileira pelo Estado Militar.

O período Médici caracterizou-se pelo silêncio dos contrários, estruturalmente antidialético, procurou, sem grande alarde, impor o Estado acima da sociedade. A imagem de tecnocratas e militares administrando os interesses sociais³², sem qualquer conflito, ilustra a utopia autoritária do contexto. Na caserna a concentração dos esforços, da energia dos corpos, nas atividades profissionais sob a lógica da técnica afastou os militares da horizontalidade do poder político. O processo de subjetivação militar, nesse período, resultou na redução dos corpos da caserna à burocracia fardada – homens identificados com o Estado e envolvidos nas atividades profissionais. Se os discursos institucionais militares dos primeiros governos pós-64 ainda traziam a cizânia e a tensão no interior da corporação, no Governo Médici, o tom era outro. Os discursos passaram a confirmar a unidade militar procurando naturalizar o ordenamento vertical da instituição. Nesse sentido, as seguintes palavras do Ministro do Exército são ilustrativas:

Que o cumprimento do dever militar, sábia e claramente definido em nossos regulamentos seja um exercício constante, a dar sentido e dignificar nossa vida profissional, para que o Exército, permanentemente instruído e

³⁰ FICO, Carlos. **Além do Golpe...** 2004.p.112.

³¹ TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 1998. p.174.

³² SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 213.

adestrado, constitua realmente um penhor da paz, tão prezado pelo povo brasileiro³³.

A premência do estabelecimento da absoluta verticalização do fluxo do poder militar estava na razão da escolha de Médici para a presidência do país. Para assegurar a existência do Estado Militar foi preciso a escolha do general-presidente com capacidade de se impor, de fato, como Comandante-em-chefe das Forças Armadas. Como consequência, todas as suas ordens seriam cumpridas pelos seus comandados³⁴. Para tal, os militares deveriam perceber que a modernização que empolgava o país era produto, em boa medida, do trabalho desenvolvido na caserna. Ademais, a modernização deveria apresentar-se concretamente na instituição; a máquina-de-guerra obsoleta não condizia com o discurso focado na segurança e no desenvolvimento. Portanto, a verticalização do poder militar com o general-presidente no topo da hierarquia teve, igualmente, como mobilização a modernização e a coesão. Dessa forma, a modernização do Exército e a crescente concentração do militar nas atividades profissionais, sempre preparados para o combate que se apresentava no plano real, eram pontuais para a garantia do desenvolvimento do país. Segundo o Ministro do Exército:

Mais do que em qualquer época, há que manter nossas Forças Armadas sempre prontas e atentas, revestidas de vigoroso espírito militar, equipadas e adestradas para assegurar à família brasileira as condições de trabalho e o clima de ordem indispensável à construção da grandeza de nossa Pátria. E haveremos de cumprir nossa missão, sob a Chefia serena e determinada do Excelentíssimo Senhor Presidente da República³⁵ [...].

O Chefe do EME, general Muricy, no comando de Orlando Geisel, elencou os principais problemas do Exército; dentre eles: a macrocefalia da instituição, a necessidade de fortalecer o potencial militar sem grandes gastos ao governo e o

³³ *Noticiário do Exército* (NE), 18 de fevereiro de 1971. .

³⁴ DEL VECHIO, Angelo. **Um Paradoxo do Regime Militar Brasileiro...** 2006. p.139.

³⁵ *Noticiário do Exército* (NE), 21 de fevereiro de 1972.

aumento da capacidade operacional da máquina militar terrestre, com a aquisição de práticas modernas de ação de combate³⁶. Orlando Geisel concentrou energia para a solução desses problemas. O Exército após 1969 passou a refletir todo o impulso modernizante do período. É impossível deslocar o grande salto modernizante no Governo Médici dos investimentos significativos em segurança, do efetivo reaparelhamento do Exército. Na medida em que no contexto político-militar brasileiro a segurança foi imposta como imperativo necessário ao desenvolvimento nacional. Os discursos institucionais enfatizavam a estrita ligação entre o alto desenvolvimento econômico e a atividade profissional militar. Assim, nos eventos militares, de toda ordem, procurava-se destacar esta ligação. O discurso do Ministro do Exército referente ao “Dia da Vitória” nos é esclarecedor:

Meus camaradas!

Que o Dia da Vitória seja oportunidade para avivar o sentimento de nossa responsabilidade pelo engrandecimento da Pátria, que depende da segurança que lhe proporcionamos para sustentar o extraordinário ritmo de seu desenvolvimento.

Que nos faça ter ainda mais presente nossa missão de preservá-la imune às ameaças dos que a querem abastardada pela dependência externa, convulsionada pela violência e pela desordem, escravizada pela ideologia comunista importada³⁷.

O binômio segurança e desenvolvimento – que no Governo Médici impulsionou a governamentalidade do Estado Militar – trouxe acentuada autonomia político-militar com relação à burguesia nacional. Certamente, os militares não eram simples agentes da burguesia³⁸. Mesmo criando as condições objetivas para o desenvolvimento e acumulação de capital para a burguesia, inserindo o país na modernidade capitalista, o binômio dizia respeito muito mais ao Estado do que à classe burguesa. Destarte, a modernização conservadora executada pelo Estado Militar pôs as Forças Armadas como elemento de ponta para a elaboração de

³⁶ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p.184-185.

³⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 8 de maio de 1972. .

³⁸ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.338.

políticas de desenvolvimento – principalmente na área de ciência e tecnologia. Na semana do Exército, em agosto de 1972, na capa do *Noticiário do Exército* podia-se ler, com letras em verde, o seguinte: “SEMANA DO EXÉRCITO: COM SEGURANÇA VOCÊ CONTRÓI O BRASIL³⁹”. Cor sugestiva, da bandeira nacional e do Exército brasileiro. Realmente, tratando-se de jornal militar, ou seja, de manchete para leitores militares, a frase indicia a relevância dos soldados para a construção do Brasil. Nunca o Exército esteve tão engajado de forma integrada num projeto de desenvolvimento do país como no Governo Médici. O desenvolvimento da tecnologia militar estava associado ao plano de desenvolvimento geral do país. O Exército se encontrava em total harmonia com o Estado Militar, portanto era peça importante como produtor da segurança e como mão-de-obra especializada, para sustentar o desenvolvimento do país. O documento abaixo é ilustrativo:

Um aspecto que reputamos de maior importância no rol das atividades verde-oliva, analisado não somente pelo alto grau de desenvolvimento já atingido pela Engenharia Militar brasileira, mais ainda, pela influência sempre marcante desse desenvolvimento, na ampliação de uma área de indispensável na vida de qualquer nação que almeja ser desenvolvida é o da Tecnologia de Cooperação. Tal atividade, pela excelência e amplitude de suas realizações, constitui-se, nos dias de hoje, figura de proa em todos os recantos pátrios, dos campos de Roraima às coxilhas gaúchas, como a testemunhar o irrefutável objetivo do Exército, que se traduz em unir, integrar, praticar brasilidade⁴⁰.

Essencialmente, para que 95 milhões de brasileiros pudessem progredir, na imagem militar construída, havia como imperativo o esforço do Exército e das Forças Armadas no sentido de manter a ordem interna. Assim, a ação militar assegurava as condições necessárias para que os governos militares pudessem atingir as metas planejadas. Para responder a este imperativo foi impreterível a modernização do material e dos quadros militares. A nacionalização do aparato utilizado visando à

³⁹ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de agosto de 1972.

⁴⁰ *Noticiário do Exército* (NE), 22 de agosto de 1972.

autonomia implicou investimentos em pesquisa tecnológica e na associação com a indústria nacional. Os novos equipamentos estenderam para a tropa a euforia do “milagre econômico”, a imagem de que o Exército crescia junto com o Brasil. No limite, fazia-se realidade na instituição, naquele momento, a figura de um exército coeso, aparelhado, cômico de suas responsabilidades e convicto de suas possibilidades. No *Noticiário do Exército* podemos perceber o otimismo frente à modernização:

Ecos dessa nova página da História do Exército Brasileiro já se fazem ouvir. Testados pela tropa em prolongados exercícios e manobras, os resultados obtidos pelo material moto e de comunicação em particular, têm sido os mais auspiciosos. O velho fuzil Mauzer, a “Browning”, o jipe de 1945, o “Half-track”, cederam lugar aos mais novos. Rejuvenesce o Exército, estimulam-se seus quadros da tropa⁴¹.

O reaparelhamento do Exército proporcionou o aumento do grau de operacionalidade da tropa, os novos instrumentos de combate possibilitaram a ampliação dos meios de comunicação, o incremento da mobilidade e da potência de fogo e a melhoria do material de intendência⁴². A modernização militar no período foi, *grosso modo*, de mesmo sentido que o “milagre econômico”. A adaptação dos corpos da caserna à modernidade fomentou um grau elevado de profissionalismo. Os novos equipamentos e doutrinas, cada vez mais complexos, viabilizavam maior integração e intensidade do militar com as atividades profissionais. Para a utilização dos modernos equipamentos de guerra os corpos militares deveriam estar adestrados – identificados com o movimento modernizante patrocinado pela instituição. De acordo com Michel Foucault a função maior do poder disciplinar é o de adestrar, para que o corpo possa ser mais produtivo. A disciplina “fabrica” corpos dóceis, ela é a técnica de poder que transforma o indivíduo em objeto e instrumento

⁴¹ *Noticiário do Exército* (NE), 23 de agosto de 1972.

⁴² ESTEVES, Dinis. **Ministros da Guerra e do Exército...** 1999. p. 455.

de exercício de mando⁴³. O general Orlando Geisel aconselhava a tropa: “Pratiquemos a disciplina – alma de um exército – até que se incorpore a nossa personalidade como um hábito prazerosamente cultivado⁴⁴”. Nesse adestramento da tropa a utilização dos novos equipamentos implicava o condicionamento moral dos militares. Novamente, as palavras do Ministro do Exército no dia do soldado são elucidativas:

Soldados!

Cuidai do armamento moderno e potente, familiarizai-vos com seu emprego, conservai o material e o equipamento com carinho e dedicação, tirai proveito, para vossa formação profissional, dos onerosos exercícios no campo, mas não vos esqueçais:

De nada valerá, na garantia da integridade e da soberania da Pátria, o Exército em que faltar a força de coesão e a centelha ardente do moral, feitas de obediência, disciplina, vontade, coragem, dedicação, camaradagem, responsabilidade e espírito de corpo⁴⁵.

Para Alain Rouquié os militares modernos são os guardiões do Estado⁴⁶. Como instituição os militares intervieram diretamente no Estado a fim de salvaguardá-lo da ameaça comunista; o Exército como força armada de vanguarda em todo o processo, atuou procurando construir laços de identificação da instituição com a ordem estatal constituída. O Governo Médici apresentou grau elevado de identificação do Exército com o governo. O Exército estava totalmente identificado com o desenvolvimento do país, a instituição integrou-se coerentemente ao “milagre econômico”. O Estado Militar no Governo Médici obteve alto grau de coesão militar, articulando o Exército como corporação necessária ao desenvolvimento geral do país. Os militares postaram-se, assim, como corpos capazes de compreender a realidade nacional no plano da segurança e do desenvolvimento, pois como instituição nacional atuante em todo o território credenciava experiência e

⁴³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir...** 1987. p. 143

⁴⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de agosto de 1972.

⁴⁵ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de agosto de 1972.

⁴⁶ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p.336.

capacidade para assegurar o progresso brasileiro. Segundo o Ministro do Exército, Orlando Geisel:

Imune a interesses de grupos ou facções e sempre fiel à sua destinação primeira, o Exército se espalha e marca sua presença em todo o território, ensinando e instruindo homens dos mais variados níveis sociais e sentindo de perto os problemas das diversas regiões. Seus quadros adquirem uma visão bem fiel da realidade brasileira. Culturalmente preparados e com motivação inesgotável, aceitam o desafio do desenvolvimento sem perder de vista a missão constitucional de defesa da Pátria⁴⁷.

O Governo Médici num olhar mais superficial, contabilizando apenas o estrondo das demandas sociais e políticas, foi de relativa calma – muito diferente dos governos anteriores. Não houve passeatas estudantis, greves de trabalhadores, nem movimentos civis e militares de oposição⁴⁸. Nada que atrapalhasse a utopia autoritária de uma sociedade em harmonia: disciplinada e dócil voltada ao progresso do país. O sucesso dos meios repressivos, a censura política e o desenvolvimento acelerado da economia foram fundamentais para, diante da euforia coletiva, estabelecer o silenciamento geral da população. O controle da opinião pública constituiu política de Estado e da instituição militar para manter o ordenamento social, nesse sentido o controle sobre o que deveria ser dito, também se constitui em instrumento de repressão do Estado Militar. De fato, a censura prévia possui, segundo Maria Aparecida de Aquino, “uma ligação umbilical com o Estado autoritário brasileiro pós-64, na medida em que é um de seus instrumentos repressivos⁴⁹”. A censura por um lado e a publicidade de governo por outro contribuíram sobremaneira para a criação do clima favorável ao ordenamento do corpo social.

O Exército no período apresentou alto grau de coesão militar, a desarmonia passou a não mais corroer a disciplina e a hierarquia institucional. Em março de

⁴⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 15 de novembro de 1972.

⁴⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 215.

⁴⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**...1999. p.207.

1973, numa mensagem dirigida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura do ano Legislativo, o presidente da República Emílio Garrastazu Médici fez pronunciamento pontuando as transformações no Exército. Enfatizou a importância do estabelecimento de um ambiente de segurança para o desenvolvimento do país e destacou o papel do Exército como instituição que se reformulou para garantir a ordem. Conforme o general-presidente:

Coeso e disciplinado e devidamente empenhado nas tarefas profissionais; motivado pela continuada modernização dos equipamentos utilizados; buscando, na harmonia com as Forças irmãs, o aumento da eficiência na missão comum de prover a segurança; rearticulando-se para cumprir a parte que lhe cabe como fator de integração nacional, pôde o Exército, também, dar sua contribuição efetiva em atividades ligadas ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Objetivando a simplificação administrativa e a liberação do pessoal militar de encargos prescindíveis e estranhos à atividade-fim, extinguiram-se granjas, armazéns reembolsáveis e outros estabelecimentos comerciais, em guarnições servidas por congêneres civis⁵⁰.

Além dos imperativos modernizantes e da presença efetiva da guerra revolucionária no país, que contribuíram com o silenciamento militar, a figura de Médici como militar mais técnico do que político, portanto mais militar do que civil, igualmente, proporcionou a unidade militar que fez com que o Exército assumisse a imagem de o “grande mudo” no período. Ademais, a necessidade de maior intensidade no combate à guerrilha de esquerda com a adoção de rigoroso sistema autoritário trouxe “estabilidade” política e a sensação de que os “duros” estavam no poder⁵¹. Assim, os militares conservadores radicais sentiram-se contemplados no governo, muitos deles como agentes da repressão. A utopia autoritária que professava uma sociedade sem qualquer tensão e fechada a todo o conflito caminhava passo a passo para fazer-se distopia militar. Por certo, a figura de Médici é a síntese do imaginário institucional, corpo capaz de dar sentido militar ao contexto

⁵⁰ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de março de 1973.

⁵¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 220.

nacional, assumiu a presidência, antes de tudo, como missão militar, na sua concepção, estava cumprindo as ordens do Alto Comando das Forças Armadas⁵². Ele conseguiu dar sentido técnico às medidas de governo – o que agradou a todos os matizes militares. Médici era conhecido e respeitado pelos militares; as entrevistas presentes no projeto de História Oral sobre 31 de Março, recentemente publicadas pela Biblioteca do Exército, apresentam a figura de um chefe militar que não titubeou ao colocar os cadetes da AMAN como tropa de combate a favor do movimento político-militar de 1964. Como o chefe militar se faz pelo exemplo, Médici foi, para os militares, o líder capaz de impor uma saída militar, ao invés de política, para a crise político-militar do período. Em poucas palavras, Médici concentrava em si a imagem da força militar, do profissional das armas, do militar antes de qualquer coisa.

A memória do general Dickens Ferraz sobre o governo Médici é um bom exemplo da imagem geral presente na instituição demasiadamente positiva para os militares, pois eliminou a oposição armada de esquerda e intensificou o desenvolvimento do país. De acordo com o general:

O país experimentou um desenvolvimento significativo sob os governos militares. Um deles, o do Presidente Médici, não preciso dizer, pois todos conhecem o período do “milagre brasileiro”. Hoje, se repete isso como uma galhofa. Um governo que enfrentou a guerrilha, mas manteve o desenvolvimento, em todos os setores, altamente significativo. Ampliou de modo vertiginoso a construção e pavimentação das rodovias e o setor energético⁵³ [...].

A política militar, também, se voltou para a construção de um projeto de história geral do país em que o personagem central encontrava-se na Força Terrestre. Projeto de longo fôlego, produzido às pressas, limitando-se à revisão

⁵² DEL VECHIO, Angelo. **Um Paradoxo do Regime Militar Brasileiro...** 2006. p.137-138.

⁵³ MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de março...**, 2003. Tomo 5. p.150.

bibliográfica. O pioneirismo do trabalho reflete o desejo da instituição de inserir o Exército como protagonista na História do Brasil. O imaginário político dominante do período Médici, de um país em crescimento acelerado voltado ao futuro e, fundamentalmente, apoiado nas Forças Armadas, referendava uma história do Exército em que se revelasse uma tradição institucional de efetiva participação no destino da nação. Assim, em fevereiro de 1973, o Exército concluiu o trabalho de pesquisa e elaboração, em vários volumes, da “História do Exército Brasileiro” – produção inédita na instituição. O trabalho foi de responsabilidade do Chefe do Estado-Maior do Exército. Tratou-se de formar um perfil militar do povo brasileiro. No conjunto as obras revelam a História do Brasil sob o ângulo da Força Terrestre. Foi o primeiro esforço no sentido de sintetizar as publicações existentes sobre o tema; nesse sentido, restringiu-se à revisão bibliográfica. Ainda assim, a necessidade de pesquisa com as fontes históricas com a intenção de produzir novas interpretações estava presente no discurso do Chefe do EME, como o tempo para a execução da missão foi breve ficou pendente o trabalho com as fontes primárias. A proposição fundamental da obra era a de fornecer uma cultura militar de longa duração: “a serviço da educação moral e da exaltação do valor militar e do desenvolvimento do país⁵⁴”. A razão de Estado, do próprio Estado Moderno, está, de certa forma, ligada ao conhecimento⁵⁵ – nesse caso a produção de saberes históricos, que viabiliza o funcionamento e a circulação dos poderes institucionais, traduz os interesses do Estado Militar e do Exército no sentido de adestrar os corpos à lógica da ordem estabelecida.

O conhecimento é sempre de ordem da burocracia, pois é a burocracia fardada, não o Estado Militar, que no micro das relações de poder estabelece

⁵⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 3de março de 1973.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.344.

ligações necessárias ao funcionamento do Estado. Por certo, a governamentalização do Estado interpela cada indivíduo para o aprender e o ensinar saberes interessantes ao estabelecimento da lógica estatal. Foi condição singular para garantir a segurança nacional, a burocracia militar estar estritamente concatenada às atividades profissionais ao ensinar e aprender a realidade interna e externa. Desta maneira, conforme Orlando Geisel:

Aprender o País, a História, o povo e os outros povos, com suas virtudes e fraquezas. Acompanhar o presente, pesquisar e preparar o futuro. Conhecer a profissão, do simples ao complexo, na especialização própria e na generalidade, em constante determinação de atualizar-se e contribuir para o aperfeiçoamento do instrumento de defesa da Pátria. Absorver um pouco de tudo e de todos, para ser capaz de compreender e ser compreendido, como parte representativa do sentir e do viver nacional, e não uma casta divorciada das aspirações da sociedade onde se enquista⁵⁶.

O Governo Médici caracterizou-se pelo otimismo do “milagre econômico” e, sem dúvida, pela brutalidade da repressão à oposição armada de esquerda. Objetivamente, não podemos nos furtar ao papel decisivo de Orlando Geisel na resposta militar à guerra revolucionária, pois foi o militar que comandou o Exército durante os anos mais duros da repressão política. Todo esforço do Ministro do Exército foi no sentido de centralizar o comando das operações para que a resposta militar fosse precisa. Ele procurou, ainda, manter alguma distância entre a vida ordinária da caserna e a repressão, contudo sem grande resultado⁵⁷. Os órgãos de informação e repressão, frequentemente, pela própria natureza das ações, atuavam com independência. Naturalmente, conseguiram conquistar os objetivos militares, de anular a oposição armada, negligenciando os direitos humanos, numa guerra nivelada pela “ética do terror”. A própria justiça militar registrou em seus arquivos de

⁵⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 15 de novembro de 1973.

⁵⁷ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2002. p.175.

forma pormenorizada os detalhes mais sórdidos da repressão⁵⁸. Como não faz parte da presente pesquisa abordar e discutir os meios de repressão no Regime Militar, pois a proposta concentra-se na governamentalidade militar dos corpos na caserna, cabe aqui, essencialmente, historiar a relação e as implicações entre os órgãos de informação e repressão e o Exército. O efetivo militar deslocado da vida ordinária da caserna para execução de atividades de combate à oposição armada foi ínfimo – o total de militares do Exército lotados nos aparelhos de repressão (DOIs e CIE) foi pouco mais de quatro centenas. No entanto, o grau de importância do exercício da função, os critérios de seleção, bem como, a autonomia desses órgãos indica de um lado o pleno envolvimento institucional e de outro a incapacidade de impor o ritmo disciplinar e hierárquico típico da própria instituição.

A ação do brigadeiro Burnier no órgão de repressão da Aeronáutica, com autonomia, sem repassar informações e discutir operações, produziu reação do Ministro do Exército que imediatamente repercutiu na exoneração do chefe maior da Aeronáutica, Ministro Souza e Mello. Para Thomas Skidmore a pressão de Orlando Geisel sobre o Ministro da Aeronáutica, Souza e Mello, que levou à exoneração do brigadeiro, não foi em virtude da brutalidade dos órgãos de repressão da referida força, mas fruto da total ameaça da perda de controle da repressão por parte do Exército e do governo⁵⁹. Com efeito, o descontrole geral sobre os meios de repressão e de informação por parte do Alto Comando Militar foi o que sensibilizou a cúpula militar para adotar medidas punitivas, pois o excesso de autonomia repercutia como quebra dos princípios basilares das Forças Armadas, ou seja, da hierarquia e da disciplina.

⁵⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 264.

⁵⁹ Ibid., p. 265.

A resposta à oposição armada não foi de ordem diplomático-militar; não se tratava de “política continuada por outros meios”, de impor a vontade estatal mesclando força e política, numa física dos Estados⁶⁰; foi do tipo policial-militar que representa o exercício de polícia por militar com finalidade de mesmo tom. A polícia se caracteriza pelo cálculo e pela técnica que possibilita estabelecer uma relação móvel, com a garantia de estabilidade e controle, entre a ordem interna do Estado e a expansão das forças estatais⁶¹. Com efeito, a ação policial-militar nos governos militares não pode ser deslocada dos objetivos estratégicos de estabelecer a segurança para o desenvolvimento e de proporcionar o crescimento das forças de Estado para a ampliação do mando.

Os órgãos de informação e repressão, entretanto, destoavam da intensa verticalização do poder presente no conjunto da corporação militar; a máquina de combate ao comunismo, em larga medida, movimentava-se sem cuidadoso controle hierárquico. Nesse sentido, os objetivos estratégicos foram conquistados com prejuízo institucional. Na órbita militar transitavam “estrelas” apartadas da normalidade disciplinar e do ordenamento hierárquico. Como astros errantes os órgãos de informação e repressão passaram a constituir-se como aberta ameaça à ordem estabelecida.

Se nos governos militares anteriores, a cizânia militar era de tom político-militar, o aparato repressivo criado no Governo Médici passou posteriormente a exercer discórdia de tom policial-militar; os órgãos militares de resposta direta à oposição armada passaram a promover pressão sobre o governo. Contudo, no

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.205.

⁶¹ *Ibid.*, p.421.

comando de Orlando Geisel, a autonomia dos órgãos de repressão não produziu estrondo suficiente para abalar o silêncio disciplinar no Exército.

Realmente, o silêncio disciplinar marcou o comando de Orlando Geisel. O reaparelhamento da instituição, a intensa militarização dos corpos na caserna e o sucesso da resposta militar à ameaça de esquerda, conjuntamente com o “milagre econômico”, favoreceram o alto grau de coesão do período e a consequente ausência de ruído que prejudicasse a constituição do Exército como o “grande mudo”. Em ordem do dia referente à despedida de Orlando Geisel do Ministério do Exército o espírito de confiança pontuou o discurso. Confiança no general Vicente de Paula Dale Coutinho o militar que assumiu o seu posto de comando e, também, no general-presidente da República Militar, Emilio Garrastazu Médici. No discurso não deixou de destacar relevante papel dos generais sob seu comando, pois deram “colaboração leal, silenciosa e impessoal para os êxitos alcançados⁶²”. No limite, o Exército na era Orlando Geisel apresentou-se como o “grande mudo”, porém não como deficiência orgânica, mas como expressão do silêncio disciplinar.

4.2 A POLÍTICA DE ESTADO COMO POLÍTICA DA INSTITUIÇÃO

Os regimes militares estavam estreitamente ligados à vontade política das Forças Armadas como instituição. Dessa forma, o executivo dependia da burocracia tecnocrática e das instituições militares. Verdadeiramente, o sucesso do regime dependia, em larga medida, do tipo de delegação da autoridade militar ao

⁶² *Noticiário do Exército* (NE), 18 de março de 1974.

executivo⁶³. Contudo, não houve a simples subordinação do governo à instituição, visto que incrementaria a politização do tipo civil entre os militares, sendo assim, foi preciso criar a imagem, conjugada de práticas pontuais, de que as Forças Armadas representavam a vontade do Estado. Ademais, se o exercício da vontade política da instituição gerava dependência, malgrado não implicava a governamentalidade direta do Estado Militar. É nesse sentido que podemos afirmar que a política de Estado passou a postar-se como política da instituição. No Regime Militar a territorialização das práticas de poder limitou a pressão das instituições militares sobre o governo, de modo que a cúpula militar influenciava as decisões políticas importantes sem, apesar disso, representar a sobreposição de poder da instituição sobre o Estado. Para Anthony Giddens: “Mesmo onde o exército domina, ele não pode governar diretamente⁶⁴ [...]”, pois o regime militar depende, em seu conjunto, de rotina da burocracia geral o que o faz, igualmente, governo de expressão civil.

Alfred Stepan apresenta-nos as dimensões militares do Estado a partir de três componentes: o primeiro componente, “os militares enquanto governo”, de maneira geral composto pelo general-presidente e seus principais assessores, em grande parte militares; o segundo componente, refere-se à “comunidade de informações”, militares envolvidos diretamente no planejamento e execução da repressão à oposição armada de esquerda; o último componente, diz respeito aos “militares enquanto instituição”, ele constitui o grosso dos militares da corporação, responsável pela vida ordinária da instituição, pelo adestramento e formação de quadros para o exercício de todas as atividades militares⁶⁵.

⁶³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Da Caracterização dos Regimes Autoritários...** 1982. p.48.

⁶⁴ GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência.** 2001. p. 244.

⁶⁵ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República.** 1986. p.41.

Em substância, a presente pesquisa não pretende abarcar todas as dimensões militares do Estado constituído após 1964. O esforço interpretativo concentra-se nos militares enquanto instituição. Para melhor compreensão da política de Estado como política da instituição é fundamental observar que o Estado Militar não era de forma alguma um Estado Militarista, logo a direção do Estado não foi conduzida simplesmente pela instituição militar. O mando no Estado Militar foi mais complexo; os componentes, ainda que limitados, apresentados por Alfred Stepan são esclarecedores para o entendimento desta complexidade. Em realidade, o Exército foi sujeito e objeto das práticas de governamentalidade estruturadas pelo Estado Militar. A fronteira que dividia o espaço entre o exercício político do tipo civil e militar, a linha que demarcava territorialidades, limitava a existência de um Estado Militarista no país.

O processo eleitoral que se desencadeou na eleição de Médici traduz a expressão de poder no Regime Militar brasileiro – por meio da cúpula militar o novo general-presidente foi escolhido. O mecanismo de consulta foi restrito ao Alto Comando Militar – da mesma forma, os candidatos foram apresentados de acordo com a alta posição hierárquica – todos militares, no último posto da carreira. O general Albuquerque Lima, de três estrelas, questionou o processo, pois imaginava uma consulta universal na corporação militar. No entanto, o Alto Comando das Forças Armadas jamais pensou em consultar as bases da pirâmide do oficialato, o que para o general Muricy implicaria a subversão da disciplina militar e a “sovietização” das Forças Armadas⁶⁶. O princípio dominante na instituição, baseado na hierarquia e na disciplina, foi determinante na definição do modelo de relações de poder aceito pelo Estado Militar. Nele os militares como instituição deveriam estar

⁶⁶ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 1984. p.452.

subordinados ao Estado – aparato moderno que no regime esforçou-se para apresentar-se com imagem civil.

Em ordem do dia referente à comemoração do 6º Aniversário da Revolução, o Ministro do Exército, Orlando Geisel, apresentou a perspectiva militar de democracia. Nela pairava a imagem da nação como um corpo coeso sem a existência de contradições. No extremo, o realismo militar naquele momento não comportava a dissidência, o exercício da liberdade deveria ser responsável, em cadência, sem prejudicar a ordem estabelecida. Quando se referiu à democracia, o Ministro foi contundente na conceituação: “Não a democracia romântica, tão apregoada pelos “burgueses progressistas” e os “intelectuais avançados”, mas a democracia representativa que se funda no amor à liberdade com responsabilidade⁶⁷ [...]”. Para Orlando Geisel a instituição militar não era em absoluto o governo, mas o aparato de vigilância indormida da ordem nacional. Assim, as Forças Armadas, o Exército em particular, estavam a serviço do poder civil. Estrategicamente, foi o modelo constituído no Estado Militar para de um lado limitar, consistentemente, a cizânia militar, ou seja, a pressão de grupos militares sobre o governo, e por outro, deslocar o máximo possível a imagem militar do Estado. Consoante as palavras do general Orlando Geisel:

Os pregoeiros da cizânia, que nada constroem, mas deformam os fatos, e os empreiteiros da desordem e do terror, que vivem do crime e da traição, teimam em acusar as instituições militares de serem fontes de militarismo e tutoras da ação governamental. Em verdade “no silêncio e na nobreza da subordinação consciente ao poder Civil”, somos “meios democráticos da mais alta importância para garantir o desenvolvimento brasileiro, nos quadros do aperfeiçoamento das instituições políticas, o que inclui necessariamente, a defesa da Pátria contra a volta da corrupção e da subversão”. Muitos povos, por falta dessa ajuda, perderam o direito de serem livres⁶⁸.

⁶⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 31 de março de 1970.

⁶⁸ *Noticiário do Exército* (NE), 31 de março de 1970.

O Governo Médici representou o momento de acelerada modernização conservadora, com espaço limitado de trânsito político, o silenciamento da população –, proporcionado pelo euforismo econômico, pela censura e pela repressão –, foi considerável para a garantia da governamentalização do social. Médici governava por decretos-leis, com apoio do Conselho Nacional de Segurança (CNS), alicerçado no AI-5, na Lei de Segurança Nacional, na censura e nos aparelhos de vigilância e repressão⁶⁹. O sonho tenentista de modernização sem conflito no período Médici efetivou-se. O desenvolvimento do país no período, e no restante do regime, proporcionou a modernização capitalista do país. De fato, um Brasil industrializado e urbano, com infra-estrutura de energia, transporte e comunicação já era realidade. O lado conservador da modernização estava na proposição de transformar o país mediante ação pelo alto; além de estabelecer-se como conduta exclusiva do Estado, ela limitou o acesso político quando este ameaçava os rumos traçados⁷⁰. No período Médici o lado conservador parece ter se aproximado do tipo idealizado pelos tenentes, em que o governo, em larga medida, aproximou-se da “utopia autoritária”.

No rumo da modernização conservadora estava inserido o Exército, de forma que a modernização da instituição seria corolário do desenvolvimento geral do país. Numa modernização sem tensão, a instituição militar deveria atuar coesa, pois representava a máquina de segurança e tranquilidade necessária à modernização. De forma que contrapor-se ao regime era o mesmo que impedir o rumo da modernização. Em 1970, como atividade de ensino foi proposta a produção de uma redação, na Cadeira de Português da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em torno da seguinte questão: “Na presente conjuntura brasileira, qual é a atitude

⁶⁹ BABERT, Nadine. **A Década de 70...** 1992. p.25.

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2005. p.130.

mais adequada aos estudantes: de crítica ou de participação no processo de desenvolvimento?”. Naturalmente, as respostas foram de repúdio à crítica e às manifestações dos estudantes. A redação do cadete de 22 anos Augusto Heleno Ribeiro Pereira foi publicada na *Revista do Clube Militar* e no *Noticiário do Exército* a fim de demonstrar o apoio irrestrito da jovem oficialidade e dos estudantes em geral ao Estado Militar. O texto do cadete refletia toda a consciência militar do período, momento em que a divergência política mostrava-se contrária ao desenvolvimento. A consonância entre os interesses institucionais e os do Estado se harmonizavam intensamente. A divergência traduzia-se como ação subversiva, dessa forma, a constante pressão dos jovens de todas as épocas, naquele contexto representava problema de ordem militar:

Hoje a coisa mudou. Escondido por uma máscara ilusória, o problema adquire outra dimensão. Os modernos meios de propaganda e comunicação, aproveitados sabiamente pela perfeita máquina comunista de guerra revolucionária, permitem que os aproveitadores ajam incisivamente, agitando e engrossando a onda que, turbilhonada, se lança contra a muralha que julga lhe antepor a geração de “velhos retrógados”, que por seu preparo e experiência encontra-se no poder⁷¹.

As relações de poder são intencionais e não subjetivas⁷². No conjunto dos mecanismos de poder instituídos, das tecnologias de controle e vigilância podemos observar a intenção de posicionar a instituição como elemento estabilizador do ordenamento social para garantir o desenvolvimento do país. Para tal o silêncio militar foi imperativo. Para Michel Foucault é o Estado que comanda a razão governamental⁷³, que impõe sua própria narrativa racional, segundo seu interesse. No Regime Militar o Estado expôs sua demanda em relação ao real e inventou uma

⁷¹ *Noticiário do Exército* (NE), 3 de abril de 1970.

⁷² DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.205.

⁷³ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.385.

lógica específica para tornar necessário governar de acordo com sua concepção de modernização.

Nessa lógica o Exército estava perfeitamente alinhado à política do Estado. A normalização do Estado sobre a instituição eliminou todo o ruído oposicionista presente na instituição. A responsabilidade dos novos chefes militares era de manter o Exército na condição de “grande mudo” – ocupando a tropa na rotina militar. Para assegurar a governamentalidade, a lógica do Estado Militar articulou coerentemente segurança e desenvolvimento. Na entrega das espadas aos novos generais, em abril de 1970, o Chefe do EME, general Antonio Carlos da Silva Muricy pronunciou discurso que alinhava a instituição aos propósitos do governo. Naquele momento o Brasil vivia intenso otimismo econômico, o crescimento do país era de fato realidade. As palavras do Chefe do EME corroboravam os bons augúrios da época:

Novos chefes do Exército chegam aos mais altos graus da hierarquia militar, justamente no início da década dos anos setenta, a década que, acreditamos, como acredita nosso Presidente, levará o Brasil à plena expansão de seu desenvolvimento [...]. Essa otimista perspectiva aumenta nossas esperanças, mas faz, por outro lado, com que também cresçam nossas responsabilidades. O povo brasileiro, seu governo à frente, para prosseguir na arrancada iniciada, precisa de um ambiente de permanente estabilidade, para que suas forças vitais representativas possam pensar, planejar, dirigir, executar, trabalhar, construir, levar avante a grandeza nacional [...]. E nesse quadro cabe à Força Terrestre, em ação conjunta com as suas irmãs, assegurar o ambiente de segurança, para tanto indispensável⁷⁴.

O Chefe do EME, também, enfatizou o princípio militar da hierarquia, o sentido vertical da circulação do poder e a obediência absoluta de todos os militares aos seus chefes imediatos. Pontos que deveriam ser observados a todo o momento no interior da caserna. É relevante acrescentar que quando se fala de obediência, o elemento fundamental, para o governo, é a população – é ela que pode

⁷⁴ *Noticiário do Exército (NE)*, 25 de abril de 1970.

desencadear a sedição política⁷⁵. No caso do Exército a população diz respeito à burocracia fardada – naquele momento, potencialmente, capaz de desestabilizar a ordem estabelecida. Dessa forma, a obediência militar ao poder verticalizado apresentava-se na ocupação dos corpos militares com as atividades profissionais a fim de instruí-los para a ação e, ao mesmo tempo, afastá-los da formação política de grupos de pressão. Foram pontos de destaque no discurso do general. Destarte, podemos ainda destacar, das palavras do Chefe do EME para os neófitos generais do Exército, que o papel institucional de defesa da ordem para o efetivo progresso nacional compete fundamentalmente:

[...] ao Chefe, uma vez que a nossa força se estrutura em pirâmide hierárquica, e o Comando se exerce de cima para baixo ao longo de toda a organização. As virtudes militares necessitam ser exercitadas e plenamente incorporadas em todos os escalões. A útil ocupação do tempo e preparo profissional de nossos subordinados devem merecer especial atenção. Não nos esqueçamos da sábia sentença regulamentar de que a tropa é o reflexo do chefe e de que, se na guerra, nos períodos de luta, sua principal missão consiste em conduzir sua tropa, na paz sua preocupação constante deve ser o instruir-se e instruí-la. A nossa Força deve permanecer como um todo homogêneo e devemos trabalhar sempre atentos para que o nosso indormido inimigo não possa, por ação solerte, estimular a formação de grupos através de falsas informações e distorcidos conceitos⁷⁶.

O “milagre econômico” ainda serviu como mecanismo de emulação político-militar no qual a modernização conservadora foi absorvida pelo corpo militar. Nos quartéis e escolas militares o vertiginoso crescimento do país empolgava a integração dos militares aos projetos do Estado. Nesse momento podemos vislumbrar, novamente, a percepção dos militares da política de Estado como da própria instituição. Na recepção aos novos cadetes na AMAN o clima refletia o afã modernizador do período Médici, o desenvolvimento acelerado era a perspectiva geral. O *Noticiário do Exército* transcreveu da *Revista das Agulhas Negras* o

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.369.

⁷⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de abril de 1970.

discurso de recepção aos novos cadetes de 1969. O estabelecimento de ensino militar apresentava-se como mecanismo considerável para contribuir com o desenvolvimento do país. Por certo, o Brasil se desenvolvia em perspectiva e o Exército representava a base para o crescimento nacional. O autor do discurso, cadete Oliveira Freitas, nos oferece uma excelente imagem do processo:

Nosso País está se desenvolvendo, nosso País quer andar sozinho sem medo de grilhões de qualquer espécie ou cor [...]. Num país em arremetida vertiginosa para o futuro, os patriotas, não têm tempo de divertir-se, têm que trabalhar – como a formiga da fábula trabalhou; mesmo e principalmente no verão da juventude [...]. Aqui nós trabalhamos pela Pátria! Vós não tereis tempo nem sentireis necessidade de passeatas e terrorismo retrógrados. Vós estareis na liça, moços, adolescentes ainda, por este portão, para ajudar a terminar a construção do nosso Brasil⁷⁷.

O exercício do poder consiste em dirigir condutas e em ordenar possibilidades; o poder, nessa perspectiva, é da ordem do governo, pois se trata de ações de uns sobre outros⁷⁸. Governar é estruturar um campo de ação e de controle sobre corpos. Assim, as instituições militares apresentavam os efeitos desse ordenamento, conduziram e ordenaram de forma decisiva os corpos no Exército, fazendo com que a produção e a reprodução ordinária na caserna se colocassem como fonte da normalidade cumprindo assim as demandas de poder do Estado Militar. A “Revolução” proposta pelos militares conservadores expressava-se por meio do Estado a partir de medidas de governo, consequentemente afirmar os ideais de 31 de Março implicava a total identificação do soldado com o Estado Militar. Na entrega do espadim, em 1970, aos cadetes do 1º Ano da AMAN, discentes militares da turma Marechal Costa e Silva, o comandante, general Meira Mattos, proferiu discurso estabelecendo vínculo entre a AMAN e o Estado Militar. Na vitória das forças conservadoras em 31 de março de 1964 a AMAN atuou militarmente como

⁷⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 7 de maio de 1970.

⁷⁸ SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault: Poder e Análise...** 2005. p. 52.

unidade de combate sob o comando do general Médici. A própria escolha do patrono da turma, Costa e Silva, já é um indício importante do vínculo estabelecido.

Sustentando tal proposição o comandante pronunciou o seguinte discurso:

[...] outro privilégio excepcional vem dar um sentido de especial significação ao dia de vossa consagração a Caxias – a presença em vossa cerimônia do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici. Toda a Academia se engalana em festas para receber o seu ex-Subcomandante e o seu ex-Comandante. A AMAN relembra hoje, emocionada, aquela jornada de 31 de março há pouco mais de 6 anos passados. Recorda o seu Comandante que não vacilou em tomar a decisão histórica na primeira hora da Revolução. Por muitos anos a AMAN usufruirá os benefícios desta tomada de posição corajosa e decidida que a colocou de armas na mão na vanguarda das forças revolucionárias e a transformou no templo de ideais democráticos de 31 de março. Desde esse dia memorável, seis turmas de oficiais já foram formadas, levando no espírito a chama sagrada da Revolução⁷⁹ [...].

Cada sociedade tem seu “regime de verdade”, sua política geral de verdade⁸⁰; em outros termos, discursos que apresentam e refutam verdades, enunciados verdadeiros, ainda, estruturas racionais que permitem distinguir enunciados verdadeiros dos falsos, corpos individuais que representam e apresentam as verdades institucionais. Em suma, aqueles corpos que têm como missão o direito de dizer. O Exército nos governos militares, e as Forças Armadas em geral, transportaram seu regime de verdade para o Estado, porém não houve qualquer universalização desse regime, não houve investimento de transposição para o mundo civil. Os corpos da caserna se reconheciam nos governos militares graças aos mecanismos de identificação, e isto parecia ser suficiente. Em suma, a base de sustentação do regime militar não era política, mas militar. É o que explica, em termos de duração, a solidariedade para com a República Militar, mesmo após sua

⁷⁹ *Noticiário do Exército* (NE), 4 de setembro de 1970.

⁸⁰ SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault: Poder e Análise...** 2005. p. 108.

extinção, ser mais contundente na instituição e entre os militares do que na sociedade civil.

O Exército no período Médici se estabeleceu, realmente, como baluarte das instituições e do regime. A política de demarcação territorial, de definição de fronteiras, entre a esfera de governo e a militar aparece como fato. De forma que a política do Estado Militar passou a representar, em absoluto, a política da própria instituição. O incremento da ameaça interna foi um fator decisivo, ao lado das estruturas normalizantes estabelecidas nos dois primeiros governos militares. Realmente, o Exército no Terceiro Governo Militar estava coeso. Ademais, o alto percentual de crescimento econômico e a política de reaparelhamento militar produziram efeitos favoráveis à estabilidade político-militar. Em ordem do dia referente à Proclamação da República o Ministro Orlando Geisel enfatiza o papel do Exército e dos militares:

Guardiões das instituições e defensores do regime, festejamos hoje a herança de nossos avós, que havemos de legar intacta aos descendentes. Para que a não desfigurem doutrinas totalitárias qual a comunista, nem corra a diluição dos princípios morais ou maltrate a sanha da violência e do terror, seja nosso escudo o próprio Exército profissional, voltado para a instrução e a atividade essencialmente militar, e todo feito do integral e disciplinado devotamento de cada um de nós⁸¹.

O general Muricy ao despedir-se da Chefia do EME pronunciou discurso em que enfatizou a importância e a certeza de que o Exército continuaria voltando-se cada vez mais aos assuntos pertinentes às atividades militares. Segundo o general:

Tenho certeza de que o nosso Exército mais e mais se voltará para suas atividades profissionais, caminho certo de seu fortalecimento e da melhoria da qualidade de seus quadros. Tenho certeza de que sempre será, como sempre foi, um fator de equilíbrio e segurança, para que Governo e povo, juntos possam fazer um Brasil sempre maior⁸².

⁸¹ *Noticiário do Exército* (NE), 14 de novembro de 1970.

⁸² *Noticiário do Exército* (NE), 11 de dezembro de 1970.

Para Michel Foucault a razão de Estado deve intervir sobre a consciência da população, longe de simplesmente impor certo número de crenças de tom verdadeiro ou falso, mas, objetivamente, de maneira que a opinião da população seja modificada a favor do Estado – e com a mudança de opinião, também a maneira de agir, efetivando mudanças no comportamento político da população⁸³. Longe de impor um regime militar de verdades, o objetivo era o de conquistar a opinião pública, na medida em que a imagem do Exército percebida tanto interna como externamente, para a instituição, estava distorcida. No Governo Médici houve trabalho intenso para corrigir esta imagem. O chefe do Centro de Relações Públicas do Exército propunha a apresentação da verdadeira imagem das Forças Armadas, em síntese: a de prover a segurança da nação. Segundo ele as Forças Armadas existem: “[...] como agente magno da segurança é o que elas devem projetar-se nacionalmente, sem distorções nem amenidades⁸⁴”. O impacto da imagem das Forças Armadas sobre a população deveria produzir a sensação de coesão e de perenidade institucional. A premência e a importância da segurança para o desenvolvimento deveriam estar entre os pontos fundamentais presentes na consciência nacional. Assim, sem dúvida, as Forças Armadas como estruturadoras da segurança do país passariam a gozar de uma imagem favorável, pois:

Quem abre mão da segurança para progredir, para subsistir e continuar nos seus descendentes? Quem não aspira à segurança em face dos inimigos internos e externos? Pois, então, declare-se, conscientize-se o retrato fiel daqueles a quem a defesa do País tufo fica a dever⁸⁵.

Os mecanismos de legitimidade nos governos militares estavam atrelados à autoridade do general-presidente, não no consenso ativo dos cidadãos, mas na

⁸³ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.367.

⁸⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 28 de julho de 1971.

⁸⁵ *Noticiário do Exército* (NE), 28 de julho de 1971.

capacidade de unidade militar posta a partir da figura do chefe militar⁸⁶. Então, os mecanismos de legitimidade eram muito mais de ordem militar do que política. No limite, a intensificação da ameaça comunista como emulação para o incremento da segurança, sempre concatenada ao desenvolvimento nacional, jogou papel relevante para a legitimação do Estado Militar no Governo Médici. Em novembro de 1971, o Ministro do Exército, general Orlando Geisel, em ordem do dia, pontua a real presença do Exército diante do intenso desenvolvimento do país:

Nossa participação terá de medir-se pela capacidade de proporcionar segurança avaliada em termos de eficiência militar alicerçada na severa e incorruptível formação moral, na disciplina que engrandece e dá coesão; alcançada pela instrução conscienciosamente ministrada e aprendida com interesse; pelo conhecimento metódico do emprego do material e sua escrupulosa conservação em perfeitas condições de uso; pelo preparo físico nunca descuidado; pela cultura profissional permanentemente atualizada e ampliada; pela patriótica dedicação a todos os afazeres da carreira das armas⁸⁷.

As Forças Armadas, por meio dos altos chefes, transformaram-se em núcleo superior da atividade de Estado, não implicando qualquer formação de militarismo político, pois as pastas governamentais mais significativas foram ocupadas por técnicos civis⁸⁸ e a demanda militar estava subordinada ao desenvolvimento geral do país. Destarte, as Forças Armadas como expressão de “partido único militar” tinham que buscar e produzir o consenso na caserna, para tal o sentido da administração deveria estar inclinadamente pautado nas questões militares. Em outros termos, segurança e desenvolvimento são pontos sensíveis que dizem respeito ao governo direta ou indiretamente de coloração militar. Assim, integrar a caserna ao Estado a partir de política de governo estava, amiúde, presente nos discursos institucionais.

⁸⁶ DEL VECHIO, Angelo. **Um Paradoxo do Regime Militar Brasileiro...** 2006. p.140.

⁸⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 15 de novembro de 1971.

⁸⁸ DREIFUSS, René & DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. 1984. p.101.

O desenvolvimento do país estava alicerçado na segurança proporcionada pelas Forças Armadas, logo as atividades ordinárias da caserna diziam respeito ao progresso do país. Foi momento de singular identificação do Exército com o Estado. É como se tudo pulsasse no mesmo tom. O crescimento espetacular da economia brasileira foi vislumbrado como parcela considerável da atividade militar. De acordo com o Ministro do Exército:

Responsáveis pela segurança, sem a qual não teriam sentido os mais perfeitos planos de desenvolvimento, cabe a nós, militares, aprimorá-la e ajustar permanentemente sua aplicação às exigências do momento, para que não se interrompa o ritmo da marcha do povo brasileiro em direção à felicidade e aos mais auspiciosos índices de progresso⁸⁹.

Pode-se verificar a tendência, engendrada pela cúpula militar, nos governos militares de fixar critérios de promoção de estrutura burocratizante, com a finalidade de estimular atitudes de conformismo da oficialidade à política do Estado Militar⁹⁰. No Governo Médici a atitude conformista predominou; toda a política normalizante elaborada nos dois governos militares anteriores encontrou campo fértil para florescer. A política militar de “partido único”, de poder verticalizado e de estrutura tipicamente militar, possibilitou o silenciamento da caserna e a subordinação da instituição ao Estado. A função da Força Terrestre pontuou-se especificamente antes em criar um ambiente seguro para o desenvolvimento do que definir a pauta do governo como sugeriram grupos militares nos dois governos anteriores. Nesse sentido, podemos afirmar que o Exército no Governo Médici fez da política de Estado a política da instituição. No *Noticiário do Exército*, em comemoração ao 7º Aniversário da Revolução, na reportagem “O Exército se Adestra” foi definido o propósito da instituição da seguinte forma:

⁸⁹ *Noticiário do Exército* (NE), 24 de dezembro de 1971. .

⁹⁰ DREIFUSS, René & DULCI, Otávio Soares. **As Forças Armadas e a Política**. 1984. p.113.

O propósito fundamental da Força Terrestre é o de preservar, restaurar e criar um ambiente de ordem e de estabilidade dentro do qual as instituições nacionais possam funcionar efetivamente, sob a égide da lei. A Força Terrestre, dada a sua estrutura e a sua presença em todo o território nacional, possui condições efetivas para estabelecer e manter a estabilidade, para impedir ou combater a desordem e para apoiar a autoridade legal. Acima e além de sua contribuição física, essa força tem papel importante na psicologia da dissuasão, pela ação de presença e identificação com os interesses nacionais⁹¹.

A proposição de transformar o Brasil em grande potência foi anterior a 1964, já estava presente no sonho político-militar dos “jovens turcos” e no tenentismo político da década de 1920. Porém ela se evidencia como política militar após a criação da Escola Superior de Guerra e como realidade militar após 1964. Segundo Geraldo Cavagnari, foi durante o autoritarismo que a ideia de país potência começou a se explicitar – a prioridade dessa proposição se sobrepunha à realização da própria democracia, de tal forma que a concretização da democracia no país apresentava-se, primeiramente, como corolário da efetiva transformação do Brasil em potência⁹². A realização do Brasil potência sob o impulso da modernização conservadora implicou a total subordinação militar ao Estado, na medida em que a segurança da ordem social é premissa maior para construção da referida proposição. A subordinação geral da tropa na absoluta verticalização do poder substanciava a coesão militar – e esta garantia a eficiência da segurança nacional. De acordo com Orlando Geisel:

[...] Fiéis ao princípio da unidade de comando, segundo o qual a autoridade é indivisível, cumprimos as determinações do Comandante Supremo, em rígida obediência à verticalidade da hierarquia, garantindo o clima de segurança em que a Revolução, armada de poderes que desestimulam quem lhe pretenda barrar o caminho, faz vicejar a prosperidade e concretizar-se a aspiração nacional de grandeza⁹³.

⁹¹ *Noticiário do Exército* (NE), 31 de março de 1971.

⁹² FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. **Autonomia Militar e Construção da Potência**. 1987. p.58.

⁹³ *Noticiário do Exército* (NE), 5 de setembro de 1972.

O sonho da modernização militar nunca esteve deslocado da modernização integrada do Brasil. O Chefe do EME, em 1972, general Alfredo Souto Malan, apresenta uma síntese da história da modernização do Exército. Nela é possível perceber a concepção da instituição a respeito do impulso modernizador – podemos, assim, observar em termos de longa duração, as práticas político-militares de transformação do aparato militar concomitantemente com as práticas de transformação do próprio país. Da Missão Indígena ao Regime Militar a doutrina militar do Exército foi adequando-se à realidade militar moderna; a imagem da modernização apresentada pelo general é a de adaptação como todo o organismo vivo – naturalmente adaptando-se à evolução. As preocupações maiores da instituição estavam nos meios materiais modernizados, condizentes com o nível de desenvolvimento do país, como também, na formação de pessoal preparado para o exercício da profissão. Além disso, a definição de responsabilidades bem precisas dos órgãos de cúpula, nas suas obrigações de conduzir, controlar e verificar as atividades-fim⁹⁴. O Exército, conforme o Chefe do EME vivia “um auspicioso período de reconstrução, motivado pela reorganização nacional⁹⁵ [...]” – objetivamente, o Exército no período Médici foi inserido no contexto modernizador do país, produzindo efeito de engajamento dos corpos militares e da instituição à política do Estado Militar.

Emílio Garrastazu Médici com sua postura “não-política” agradava aos militares⁹⁶. As decisões governamentais de sentido mais técnico e militar do que político adequavam-se à modernização conservadora. As divisões militares que minavam a governamentalidade da caserna e do Estado não foram mais possíveis.

⁹⁴ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p.194.

⁹⁵ Ibid.,p.194.

⁹⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p. 213.

O Estado Militar passou a representar exclusivamente a vontade da cúpula castrense e esta, muitas vezes, apresentava-se acima da própria instituição. Dessa forma, os escalões intermediários do oficialato não tiveram mais acesso à política; presos aos regulamentos e à rotina militar, passaram a postar-se como corpos de impossível arregimentação política por parte dos superiores. Os corpos militares, silenciosamente, foram moldados para que fosse possível a governamentalidade do social – sem um exército disciplinado seria impossível manter o Regime Militar. O Estado no Governo Médici correspondia aos interesses dos militares muito em função da criação de micropoderes capazes de moldarem sujeitos. A aceitação militar, sem cizânia, da política do Estado como política da instituição tem relação com a produção de corpos percebidos como objetos modernamente manipulados.

A chave do poder disciplinar se encontra na manipulação do corpo⁹⁷; no período Médici o aparato militar apresentou-se extremamente disciplinado fruto de política militar de intensa militarização. Em linguagem castrense, o desengajamento dos militares da política estava presente claramente nas medidas normalizantes após 1964; todavia os efeitos importantes da política de Estado sobre a instituição somente assumiram forma contundente após 1969, com a posse de Médici. Conforme a memória de Delfim Neto, tecnocrata importante do período, a política de desengajamento, a partir de Castello Branco, “profissionalizou de tal forma as Forças Armadas que determinou a consciência de que eles já tinham se ausentado do poder⁹⁸”. Os efeitos dessa política o próprio Delfim Neto – que antes do período Médici havia sido pressionado pelos coronéis da “linha dura” – somente pode sentir após 1969.

⁹⁷ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.170.

⁹⁸ MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de março...**, 2003. Tomo 5. p.162.

A militarização do poder político nacional sintetizada na figura de Médici, general-presidente cumprindo missão antes de tudo de caráter militar, marcou um novo momento de governamentalidade do Regime Militar. Os generais-presidentes anteriores, principalmente Castello Branco, apresentavam-se de forma essencialmente política – antes do AI-5 a politização do regime foi necessária, o diálogo político com os civis foi fundamental para a construção da legitimidade da nova ordem, igualmente, a perenidade do Estado Militar não estava clara – todavia a partir da junta militar o caráter militar de mando passou a ficar evidente. O cupulismo político-militar passou a dirigir o Estado brasileiro, de forma que a sociedade militar, por meio dos chefes hierárquicos, empolgou o poder – não havia, assim, necessidade ou viabilidade de pressão advindas da base militar. A integração dos militares e da instituição a serviço do Estado – numa fase de crescente necessidade de segurança e de acelerado desenvolvimento do país – marcou o período.

A estabilização da instituição significa assumir alguma forma reconhecível⁹⁹. O Exército assumiu de fato a forma moderna vislumbrada pelos jovens tenentes da década de 1920, corpo disciplinado na base agindo de acordo com a política da instituição. A conduta militar no plano interno, garantindo a segurança para o desenvolvimento econômico, de forma coesa se explica, em larga medida, pela capacidade de intervenção extramilitar na política brasileira, que se sustentava no direito de fazer política enquanto sociedade militar – o que em termos práticos representava o acesso exclusivo das chefias militares ligadas direta ou indiretamente ao palácio. As normas hierárquicas e a disciplina militar asseguravam o ordenamento do poder político-militar¹⁰⁰. Tudo em total harmonia com o propósito de garantir a segurança necessária ao progresso do país. A distinção militar entre

⁹⁹ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 2007. p.115.

¹⁰⁰ DREIFUSS, René. **Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária?** 1987. p.117.

aqueles que governam e os que mantêm a segurança foi estrategicamente construída para possibilitar a governamentalidade no Estado Militar. Por certo, a responsabilidade do desenvolvimento nacional foi atribuída estrategicamente aos militares. O estrondoso sucesso da economia brasileira era visto como consequência do alto grau de coesão da tropa. Em pronunciamento à caserna, no Dia da Bandeira, o Ministro Orlando Geisel enfatizou:

De nós depende o porvir, se soubermos transformar a emoção deste momento, esse amor chamado civismo, em compromisso inexaurível com a obra do desenvolvimento e da integração nacional, em que nos toca a responsabilidade de transformar, aos que querem produzir, a segurança sem a qual não poderá medrar o fruto de seu labor. Camaradas na pureza de nossos ideais, na firmeza de nossos propósitos, no desprendimento de nosso patriotismo, no estoicismo de nossa dedicação e na prontidão de nossa vigilância repousam a garantia do futuro de grandeza do Brasil¹⁰¹.

O Exército como instituição de vanguarda na manutenção da ordem autoritária articulou-se numa relação de apoio “técnico” entre o Estado e a sociedade civil, em vez do relacionamento baseado em alianças com grupos sociais. O que refletia uma mentalidade estatal e hierárquica de cultura burocrática deslocada da política, ao invés de exclusivamente nacionalista; em consonância com a onda de militarização da política na América Latina contemporânea¹⁰² – proporcionando formas particulares de autoritarismo mais identificadas com o Estado do que o personalismo político-militar.

A visão militar de sociedade presente nas Forças Armadas é organicista: a sociedade é um corpo, onde as partes têm funções definidas e estão hierarquicamente ordenadas. A cabeça, dotada de razão, com capacidade de racionalidade deve orientar o conjunto do corpo para o bem comum. Quando o corpo sofre de enfermidade é necessário aplicar-lhe, na parte afetada, dura medicação. A

¹⁰¹ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de novembro de 1972.

¹⁰² CARDOSO, Fernando Henrique. **Da Caracterização dos Regimes Autoritários...** 1982. p.44-45.

parte do corpo envolvida de razão tem o direito e o dever de escolher a medicação adequada, já que a parte afetada não possui racionalidade, não tem noção do mal que lhe aflige. Em suma, a cabeça é responsável por cuidar da saúde do corpo. O governo na figura do general-presidente representava obviamente a cabeça que utiliza todos os meios estatais existentes para manter a saúde do corpo social. Esta imagem não corresponde à democracia moderna, mas a utopia autoritária presente na mentalidade conservadora militar. É de modo indubitável, uma imagem autoritária, hierárquica, estatamental e ultra-elitista de matriz militar moderna que paira nas próprias instituições militares¹⁰³. Nesse sentido, o Exército como instituição apresentava-se como mecanismo considerável para manter a saúde do corpo social. Além do paradigma perfeito de sociedade, atuava como aparelho estatal de suporte à ordem estabelecida. As instituições no Estado Militar apresentavam-se como instrumentos para assegurar o bom ordenamento do corpo social; no específico, as Forças Armadas apresentavam-se como panacéia geral de segurança da pátria com a intenção de eliminar todas as forças contrárias ao desenvolvimento saudável do corpo. Como microcorpos as instituições militares deveriam estar sempre saudáveis, pois a saúde do corpo militar possibilitava a saúde geral do corpo social.

Não é demais acrescentar que o autoritarismo militar, independentemente da apresentação da caserna como instituição fechada, é produto da sociedade brasileira, pois não existe exército moderno sem recrutamento de massas, sem abrigar em seus quadros o conjunto da população do país. Certamente, a visão reacionária ou conservadora presente no meio civil legitimou, em parcela considerável, as práticas autoritárias do Regime Militar¹⁰⁴ – a figura de uma

¹⁰³ O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: Autoritarismo e Democratização...** 1982. p. 53.

¹⁰⁴ DREIFUSS, René. **Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária?** 1987. p.107.

sociedade sem tensão e conflito de ordem social e política apresentada por meio da utopia autoritária militar seduziu e imobilizou a população brasileira.

O desempenho do regime estava, *grosso modo*, associado à adoção pelas instituições militares da política do Estado como política das Forças Armadas. Assim, o desempenho do regime, ainda, dizia respeito à capacidade de manter o controle sobre os meios de coerção física a fim de responder com violência às forças contrárias à ordem estabelecida, destarte, as Forças Armadas foram as legítimas fiadoras do regime. Como baluarte da ordem as instituições militares deveriam representar e apresentar-se como imagem da governamentalidade do Estado por meio da eficácia operacional de equipamentos modernos e corpos bem adestrados. Ademais, o fator mais relevante é, sem dúvida, o grau de consenso dentro das Forças Armadas quanto aos custos militares da própria instituição de manter o regime¹⁰⁵. O funcionamento ideal do regime tinha como consequência direta o silenciamento dos corpos na caserna, de forma que a alta intensidade de coesão presente no Governo Médici possibilitou a condição perfeita para a estabilização política do período. Realmente, a subordinação do Exército ao ritmo de desenvolvimento do país sob a égide do Governo Médici demonstra a efetiva transformação da política de Estado como política da instituição – por meio de ligação estratégica, repetidas vezes, presente nos discursos e nas práticas militares, que pôs as Forças Armadas como instituições relevantes ao progresso do país, proporcionou, assim, a identificação dos militares com o projeto de desenvolvimento elaborado e conduzido pelo Estado Militar. Consoante Orlando Geisel:

Bem sei das dificuldades e até sacrifícios que envolveram a consecução de muitas das tarefas que lhes foram comedidas. Tanto maior valia, já que

¹⁰⁵ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade...** 2000. p.186.

sentiram orgulho de haverem contribuído para a obra que o Governo realiza com inabalável determinação, integrando na comunidade nacional os irmãos que vivem nas regiões mais distantes e menos favoráveis do nosso imenso território e abrindo a esta Nação novas perspectivas na longa caminhada de seu desenvolvimento¹⁰⁶.

Para Anthony Giddens: “[...] os governos militares nos Estados Modernos são bastante diferentes dos modos tradicionais de domínio¹⁰⁷”. No Brasil os militares no poder representavam uma burocracia moderna, de cultura desenvolvimentista, com uma concepção autoritária de modernização. Dessa forma, as instituições militares procuravam a integração possível dos meios militares ao desenvolvimento do país. O Exército procurou tanto a subordinação aos imperativos do Estado, em seu projeto de desenvolvimento acelerado, como também, moldar individualmente o efetivo variado para as vicissitudes da modernização pelo alto. A integração da instituição militar ao programa de desenvolvimento nacional incluía até mesmo a preocupação de incorporar às instruções militares dadas aos recrutas oriundos da zona rural, formação técnica civil para que permanecessem no campo buscando limitar, assim, o êxodo rural. Para os jovens que já residiam no espaço urbano o Exército fez parcerias com o SENAC para formação profissional dos recrutas. Ou seja, percebemos a ampla integração dos propósitos da instituição com os do governo. A moderna burocracia militar incorporou-se ao “milagre econômico”, adestrando os jovens recrutas à realidade nacional – moldando os corpos para o desenvolvimento do país. No *Noticiário do Exército* foi transcrita uma matéria do jornal Estado do Paraná que se jubilava com a nova política do Exército:

Além da formação do soldado, passaram os jovens a receber instrução necessária para, voltando ao campo, poder retornar às atividades agrárias com novos conceitos de trabalho. [...] Essa ação é complementada, agora, pelo “Projeto Caxias”, destinado a dar um cunho profissionalizante ao

¹⁰⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de dezembro de 1972.

¹⁰⁷ GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. 2001. p.30.

ensino ministrado aos recrutas, quando eles já procedem do ambiente urbano. [...] Essas estratégias e convênios como esses mostram o profundo significado do serviço militar como fator de promoção humana, dentro de um contexto social definido¹⁰⁸.

O Estado é, no pensamento de Michel Foucault, o princípio de inteligibilidade do que é, ou melhor, da ordem estabelecida, mas também do que deve ser, de como o poder deve ser exercido¹⁰⁹. Não representa, em absoluto, a fonte do poder, no entanto, como gramática geral, revela o funcionamento geral do poder – evidenciando a microfísica do exercício do poder. O Estado Militar no Governo Médici traduziu o sonho militar de sociedade; o silêncio dos corpos em geral e dos militares em particular revela as engrenagens socialmente postas, do alto do poder burocrático, que permitiram o funcionamento das estruturas de mando sem estrondos. O silenciamento dos corpos da caserna evidenciado na absorção da política de Estado como política da instituição militar, tão bem caracterizada no período, por meio da forte presença do Exército na desarticulação da oposição armada de esquerda, garantindo o sentimento de tranquilidade geral e na integração institucional ao projeto de desenvolvimento nacional, foram de grande valia para a execução de política centrada no binômio segurança e desenvolvimento.

Dentre as características importantes do Estado Moderno podemos citar a de expansão da capacidade da burocracia de influenciar mesmo os íntimos aspectos da atividade diária¹¹⁰. A absorção pelos corpos da caserna da política de Estado, transformando até mesmo as instruções ordinárias e ocupando os corpos nas atividades de interesse imediato do regime demonstra-nos a intensidade da integração do soldado ao Estado. Assim, o homem da burocracia militar internalizando valores institucionais transformou-se em instrumento de coesão do

¹⁰⁸ *Noticiário do Exército* (NE), 28 de dezembro de 1972.

¹⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p. 385.

¹¹⁰ GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. 2001. p.36.

próprio Estado Militar. Em 1974, no *Noticiário do Exército* foi transcrito editorial do Jornal Correio Brasiliense em que evidenciava o ordenamento do Exército no período aqui estudado:

Em todo o mandato presidencial, demonstrou, como nunca, seu espírito de coesão em torno dos ideais revolucionários. Inteiramente voltado para suas tarefas específicas, deu novas e cabais provas de que a Revolução de março de 1964 teve um sentido bem mais amplo do que o de mero golpe de Estado, que geralmente se caracteriza por subseqüentes disputas militares intestinas, em torno do poder.

Guiado pelo pulso firme do general Orlando Geisel, o Exército manteve-se fiel a sua tradição de vigilante sentinela na defesa da Constituição e da paz interna e externa. Basta atentar para os pronunciamentos feitos pelo Ministro, no exercício de seu mandato. Todas elas giram em torno desta ideia básica, jamais se intrometendo em assuntos ou áreas alheias ao mister da Arma. Fogem, inclusive, de naturais digressões sobre temas comuns a todos quantos possuem responsabilidade executiva, a fim de evitar interpretações errôneas e, com isso, desnecessários tumultos e debates¹¹¹.

O Exército como força estabilizadora da ordem pontuava a política militar para a caserna; os militares conservadores que assumiram o poder após 1964 tinham clareza e consenso de que o afastamento dos militares da política do tipo civil era necessário e a única via possível para a garantia da longevidade do regime. O ordenamento político do país passava pelo estabelecimento de Forças Armadas absolutamente modernas, representativas do Estado como detentor do monopólio da violência legítima. A elevação do país ao desenvolvimento completo, a superação do subdesenvolvimento implicava estabilidade social e política, elementos importantes para que o governamentalidade da “revolução” se efetivasse. Em 1972, o Chefe do EME, general Bruno Borges Fortes afirmou que o Exército está dando à nação: “a estabilidade que a Revolução necessita para consolidar sua grandiosa obra – romper definitivamente com o mito que aponta o Brasil como país eternamente

¹¹¹ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de março de 1974. .

condenado ao subdesenvolvimento¹¹²”. Com efeito, romper com o mito do subdesenvolvimento estava, decisivamente, imbricado à transformação da caserna em aparato moderno subserviente ao Estado Militar. Para tal toda a militarização era necessária – o reaparelhamento, a normalização e o adestramento ordinário foram pontuais para a modernização e a docilização dos corpos na caserna.

O Estado-Maior do Exército é o órgão intelectual da instituição, nele há a gestação das políticas militares para a instituição. Assim, deve haver perfeita harmonia entre o Chefe do EME e o Ministro do Exército. Quando há conflito percebe-se o indício de coesão de baixa intensidade. No Governo Médici houve intensa sintonia entre os generais Bruno Borges Fortes e Orlando Geisel. No discurso de despedida do cargo, o Chefe do EME amarra esta sintonia com as seguintes palavras: “Interpretei minha missão como sendo, antes de tudo, a tradução real e objetiva do pensamento do Senhor Ministro, com quem procurei sempre trabalhar em íntima e constante ligação¹¹³”. É essencial prestar atenção nos sinais que vem de cima¹¹⁴; nas instituições altamente verticalizadas isto é fundamental. O fluxo do poder na instituição militar indicia o ordenamento geral da instituição, de forma que na quebra deste fluxo fica evidente o grau de coesão institucional. Examinando a documentação militar do período o silêncio e a coesão, em alto grau, marcam a ruptura com os governos militares anteriores. Os chefes militares apresentavam-se absolutamente coesos – no meio militar o exemplo deve vir de cima. De modo indubitável, o silenciamento que transformou o Exército no “grande mudo” foi, em larga medida, em função de o Estado no Governo Médici assumir espectro potencialmente militar – governado por mecanismos de ordem

¹¹² BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p.197.

¹¹³ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p. 200.

¹¹⁴ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p. 397.

técnica e militar garantindo assim o “milagre” – comparando com o Brasil anterior – no campo econômico e militar.

O sonho militar de sociedade de longa duração no Exército tornou-se realidade no Governo Médici; a presença de um Estado acima da sociedade civil, de um corpo social deslocado de conflitos e da instituição militar agindo por meio de imperativos técnicos (e não políticos) pontuava a distopia militar do período. Em realidade, não podemos negligenciar as coerções permanentes e o adestramento ordinário como mecanismo de docilização dos corpos na caserna – fato relevante para reduzir qualquer ruído político na tropa, possibilitando assim se utilizar de um exército coeso para garantir a tranquilidade do corpo social.

A coesão no período do comando de Orlando Geisel foi de eficiência singular. Como resultado candente, a sucessão de Médici por Ernesto Geisel desenvolveu-se na mais completa ordem. O silêncio tumular na caserna diante do relevante momento político nacional substancia todo o empreendimento do Estado Militar e do Exército no sentido de isolar o corpo da tropa dos imperativos políticos de tipologia civil. De fato, um paradoxo. O momento de intensa militarização do Estado representou, ainda, o momento de menor intervenção dos militares enquanto indivíduos ou grupo de pressão na política. O Ministro do Exército procurou estabelecer esforço máximo para que a instituição e os indivíduos da corporação não interferissem na política de governo do Estado Militar. O editorial do *Correio Brasiliense* enfatiza que:

Foi graças a isso que, na sucessão presidencial, ninguém, por mais credenciado, se arvorou em candidato antes do tempo, mas todos esperaram que o Presidente da República, supremo interprete da Revolução quer nas áreas políticas quer militares, indicasse o nome mais em sintonia com os supremos interesses nacionais. E o episódio sucessório, sempre marcado por certa agitação, transcorreu, desta feita,

dentro da mais absoluta normalidade e tranquilidade, para ter seu desfecho normal e tranquilo¹¹⁵ [...].

A disciplina como a arte de dispor em fila e como técnica de transformação dos arranjos individualiza os corpos num campo de relações específico¹¹⁶. No Exército as tecnologias disciplinares meticulosamente planejadas e executadas foram silenciosamente eliminando as vozes dissonantes, a verticalização do poder passou a ser cada vez mais evidente. A instituição coesa e disciplinada atuou, no imaginário militar, como imensa força de integração nacional, em conjunto com as demais instituições militares, com capacidade ímpar de unir todos os brasileiros, num corpo único e harmônico de funcionamento vertical. Segundo o general Bruno Borges Fortes, Chefe do EME: “Creio no Exército como sendo a grande força de integração nacional [...] capaz de verdadeiramente unir todos os brasileiros [...] fundindo os diversos brasis em um só Brasil novo, forte e confiante¹¹⁷”. Naquele período estava no horizonte político nacional o *élan* modernizante e o Exército configurava-se como máquina capaz de conduzir a modernização conservadora. Os corpos na caserna passaram a consumir toda a energia no afã de realizar o sonho de juventude dos tenentes da década de 1920. Este sonho se descortinava na mentalidade militar, segundo o Chefe do EME referindo-se à utopia conservadora e a realidade do Brasil novo: “[...] hoje em dia já se delineia em cores vivas aos nossos olhos, tornando realidade os mais ardentes sonhos de nossa juventude¹¹⁸”. O Governo Médici naquele momento traduzia os interesses militares, de tal forma que a política de Estado executada pelo general-presidente foi incorporada como política

¹¹⁵ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de março de 1974.

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 1987. p. 125.

¹¹⁷ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p. 199.

¹¹⁸ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p. 199.

do Exército; o adestramento amplo da tropa internalizou a partir de intensa normalização um “sistema de valores” que possibilitou a coesão institucional.

4.3 SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO E GUERRA REVOLUCIONÁRIA

No ano de 1970, em discurso referente ao dia dos diplomatas o general-presidente Médici sintetizou numa palavra o propósito do governo: “A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento¹¹⁹”. Entretanto, num contexto de iminente ameaça da ordem, em que a guerra revolucionária postava-se como realidade militar, a segurança passou, por meio dos órgãos de repressão e de informação, a jogar papel relevante para assegurar o desenvolvimento. Os aparatos legais de vigilância e repressão, decerto, aproximaram a realidade autoritária à utopia autoritária. Essencialmente, o SNI e o DOI-CODI foram protagonistas na eliminação da oposição armada de esquerda no país. Com efeito, as Forças Armadas adotaram e adaptaram à realidade nacional as doutrinas franco-americanas de guerra interna e passaram a destacar grande parte da vida ordinária da caserna para o adestramento à guerra revolucionária¹²⁰. Mesmo recrutando parcela ínfima do efetivo para o combate direto à ameaça comunista, o restante da tropa vivia intensamente a preparação para o conflito, assim, de certa forma todos os militares estavam envolvidos direta ou indiretamente na preparação e execução da guerra interna. Dessa forma, o envolvimento dos corpos na instituição estava tanto na busca constante de segurança como na integração ao desenvolvimento da nação.

¹¹⁹ MÉDICI, Emílio Garrastazu. **A Verdadeira Paz**. 1971. p.29.

¹²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Da Caracterização dos Regimes Autoritários...** 1982. p.51.

Grosso modo, o combate à guerra revolucionária caracterizou-se por uma relação de violência que força, submete, quebra e destrói os corpos adversários. A relação de violência fecha todas as possibilidades de existência ao “outro” – busca unicamente a passividade, se encontra resistência procura destruí-la. Diferente da relação de poder que se articula sobre dois elementos que mesmo em assimetria são indispensáveis para que possa existir uma relação de poder – assim, o “outro”, aquele sobre o qual se exerce o poder, é inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito da ação¹²¹. A imagem do inimigo comunista, de longa duração no meio militar, era monstruosa – moralmente subumano com capacidade de destruição sobre-humana, contra ele tudo era possível e desejável.

O Serviço Nacional de Informações (SNI) não foi obra dos militares de “linha dura”, mas proposição de Golbery, militar moderado que ponderava a favor da criação do órgão de informações ligado diretamente à presidência da República, nada muito diferente dos órgãos já existentes nos Estados Modernos e liberais. Ainda assim, o SNI passou a obter alto grau de autonomia na vigilância dos corpos, de forma que o próprio Golbery chegou a afirmar que havia criado um “monstro”. O SNI criado em 1964 somente endureceu a partir de julho de 1968 após a famosa “Passeata dos Cem Mil”, quando, não coincidentemente, Médici, então Chefe do órgão, sugeriu instrumento semelhante ao AI-5, que somente foi aceito por Costa e Silva em dezembro. No limite, desde então o SNI passou a jogar papel decisivo na criação de um autêntico Estado de Vigilância no país, controlando a população, principalmente os pontos sensíveis do governo. De forma que a estrutura de poder do Estado Militar transformou-se num verdadeiro “pan-óptico” de transparência obscena. Quando o general Carlos Alberto Fontoura assumiu o órgão em 1969, o

¹²¹ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (apêndice)**. 1995. p.243.

sistema de espionagem tomou a dimensão do “monstro” qualificado por Golbery¹²². No período da criação do SNI houve preocupação de não militarização do órgão; pelo estatuto original nenhum oficial militar poderia assumir cargo no SNI se estivesse na ativa. Em 1964, nenhuma das seis principais figuras do órgão eram generais da ativa. Porém no final de 1968, naquele estrondoso ano político, com o início dos movimentos de luta armada e com o endurecimento do regime a partir do AI-5 e durante toda a década de 1970, as seis principais posições do SNI foram exercidas por generais da ativa que ainda poderiam ser promovidos¹²³. Em poucas palavras, o SNI se militarizou, passou a ser estratégico para o Estado Militar. A subordinação do general da ativa, com possibilidade de ser promovido, diretamente ao posto de general-presidente fez do SNI órgão deslocado da instituição, portanto fora das injunções de comando do Ministro do Exército.

O SNI assistiu e participou da formação da polícia política do Regime Militar, criada no final da década de 1960 o então sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna). Como o SNI era o órgão por excelência do Estado de Vigilância estruturado no regime autoritário brasileiro, foi o último a ser desmontado – não por força militar, mas por total inconveniência do órgão na Nova República. O SNI não era de ação repressora, tratava-se, essencialmente, de um órgão de vigilância que muitas vezes entrava em conflito direto com os órgãos similares presentes nas instituições militares, como o caso do Centro de Informações do Exército (CEI) que além de informações ainda executava operações¹²⁴. Na guerra interna, mesmo buscando coordenar as operações, amiúde, havia engarrafamento entre os órgãos. Longe de divergências

¹²² FICO, Carlos. **Além do Golpe...** 2004. p.79.

¹²³ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República.** 1986. p.27-28.

¹²⁴ FICO, Carlos. **Além do Golpe...** 2004. p.80.

com relação à intensidade da vigilância ou da repressão, os conflitos representavam apenas choques hierárquicos – na busca de maior militarização das ações.

Como o SNI estava deslocado dos imperativos hierárquicos do Exército, pois respondia diretamente ao presidente da República, existia a possibilidade permanente de interferência dos oficiais do órgão sobre a instituição e o Estado; como aparato de informação era possível influenciar ou até mesmo brechar futuros generais e aspirantes ao cargo de general-presidente – verdadeiramente o último posto da carreira. Em suma, além dos imperativos institucionais do Exército, ainda havia o SNI com capacidade de eliminar os militares hostis às prerrogativas e às diretrizes do órgão¹²⁵.

A vigilância compõe-se como mecanismo de mobilização do poder administrativo – por meio do armazenamento e do controle da informação – como meio básico de concentração de recursos políticos para a formação do Estado¹²⁶. O SNI e os órgãos similares de vigilância foram parte integrante da corporificação do Estado Militar, instrumentos de governamentalidade sobre a população e de controle sobre as próprias instituições – a ponto de apresentarem-se como a face do poder militar.

O fato relevante para a instituição é que o complexo aparelho de vigilância e repressão construído a partir de 1969, após o AI-5, não pode ser tributado às contingências políticas da época. Independentemente, das pressões políticas de 1968 e da guerrilha urbana e rural que empolgava a esquerda brasileira, os eventos apenas revelam a *fortuna* – a ocasião propícia para a ação conservadora radical. Em

¹²⁵ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. 1986. p.36.

¹²⁶ GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. 2001. p.202.

realidade, já preexistia no imaginário político-militar de “linha dura” a proposição de implantar no país uma estrutura autoritária com o propósito de banir definitivamente do Brasil toda forma de oposição consistente. Por certo, a “utopia autoritária” militar passou à condição de realidade política, por isso, principalmente, no Governo Médici, é possível falar em distopia militar, pois o sonho autoritário acabou conquistando o território nacional – fazendo-se realidade. Assim, para consolidar o binômio segurança e desenvolvimento foi necessário investir na utopia autoritária – a presença real da guerra revolucionária representou a ocasião favorável para o uso da *virtú* – da força para estabelecer o silêncio geral sobre a população. O investimento no combate à guerra revolucionária foi de proporção infinitamente superior à ameaça real, de tal forma que após a abertura e até mesmo na Nova República, assim, como o SNI, a doutrinação permaneceu anacronicamente. Segundo o general Octávio Pereira da Costa: “deixamos de realizar um trabalho para esvaziar a doutrinação da guerra revolucionária [...] a doutrinação [...] continuou, anacronicamente, a circular pelas nossas escolas¹²⁷”. Assim sendo, podemos afirmar que, em parcela considerável, a guerra revolucionária estava imbricada à cultura militar anticomunista; é o que explica não somente a longa duração, mas principalmente o seu papel na ação de derrubada do governo de João Goulart, na formação do Estado Militar e nas práticas de vigilância e repressão. Se o SNI foi parte importante do Estado Militar a ponto de sobreviver na ausência dele, a doutrina da guerra revolucionária foi fundamental para a formação dos militares e da instituição.

¹²⁷ MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de março...**, 2003. Tomo 2. p.60.

A governamentalidade se caracteriza por procurar governar o conjunto das práticas dos homens, com a finalidade de garantir o poder do Estado¹²⁸. As práticas de governo do Estado Militar e da própria instituição incorporaram a doutrina da guerra revolucionária como mecanismo de saber-poder que justificava a limitação do espaço político no campo civil e militar. Assim, as relações de poder no Regime Militar estruturaram-se na premência de segurança do Estado para o desenvolvimento do país. Por conseguinte, não é pertinente deslocar a doutrina da guerra revolucionária das relações de poder que garantiram a governamentalidade da população e a segurança do Estado. Toda doutrina militar corresponde a um campo de saber, mas também traduz relações de poder que consolidaram este saber como verdade e realidade prática. Para Michel Foucault: “[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder¹²⁹”. O anticomunismo militar com a doutrina da guerra revolucionária conseguiu transpor o meramente ideológico; o saber-poder acerca do “perigo vermelho” configurou-se como verdade técnica de conteúdo, exclusivamente, militar – elaborada por teóricos militares de prestígio. As escolas militares concentraram as instruções nos assuntos pertinentes à segurança interna e à guerra insurrecional. Na ECEME, por exemplo, a cada hora aula referente aos aspectos profissionais clássicos da guerra convencional davam-se dezesseis horas de guerra revolucionária¹³⁰. Diante disso, as relações de poder no interior da corporação passaram a ser permeadas por essa doutrina – de tal envergadura que ela passou a explicar praticamente todas as práticas militares, na instituição e no Estado. Segundo o jornalista Carlos Castello Branco: “Ninguém ignora que a doutrina oficial do regime sob o qual vivemos é a doutrina da guerra

¹²⁸ SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault: Poder e Análise...** 2005. p. 100.

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 1987. p. 27.

¹³⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2002. p.183.

revolucionária¹³¹”. Doutrina de pensamento único, que não admitia questionamentos em hipótese alguma. Ela era a verdade absoluta e imperativa que muito contribuiu para que o Exército se transformasse no “grande mudo”.

A reação dura a toda ação que viesse a desestabilizar o ordenamento das coisas de Estado, além de ato subversivo, era imediatamente enquadrado na doutrina da guerra revolucionária. De acordo com Médici, referindo-se ao seu governo: “Não se desviará, por sua vez, o Terceiro Governo da Revolução do dever, que lhe compete de reprimir, na salvaguarda de nossas instituições, livres e cristãs, as tentativas de minar ou subverter o regime¹³²”. O Governo Médici foi de total convergência entre a doutrina da guerra revolucionária e a presença objetiva da guerrilha de esquerda. No extremo, a partir de 1969 as preocupações com a guerra psicológica somaram-se às da guerrilha urbana e rural. Era a chamada guerra revolucionária em sua totalidade. Em face disso, os militares no poder tiveram o fato político-militar que corroborava e facilitava a intensificação da ação anticomunista no país em termos belicosos. Destarte, o Governo Médici teve no Ministro do Exército, general Orlando Geisel, o chefe militar com força suficiente para responder às vicissitudes de um contexto conturbado de resistência política por meio das armas. Assim, completado trinta e cinco anos da Intentona Comunista, em 1970, o Ministro apontou o âmbito universal e a estratégia em tempo de paz da ação comunista, fomentando a vigilância absoluta frente à ameaça vermelha e sublinhando a transhistoricidade do evento. Consoante o Ministro:

[...] Tenhamos sempre presente que as Forças Armadas, como guardiãs da Pátria, foram o alvo por ele escolhido em novembro de 1935 e continua

¹³¹ BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder**. Vol. III. 1979. p.15.

¹³² MÉDICI, Emílio Garrastazu. **A Verdadeira Paz**. 1971. p.175.

sendo a coluna mestra que procurará derrubar para destruir o edifício da nacionalidade¹³³.

A guerrilha, segundo Werneck Sodré, foi o grande espantalho que justificava toda espécie de operação militar¹³⁴. O surgimento da ameaça real trouxe à doutrina da guerra revolucionária os elementos necessários à ação repressiva, de forma que toda a ação passou a ser válida e necessária – inclusive a tortura e as constantes arbitrariedades. Conforme memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou, em São Paulo, a Operação Bandeirante (OBAN) e o (DOI-CODI) do II Exército, havia pressa nos interrogatórios, para que vidas fossem salvas e para capturar novos terroristas, evitando mal maior de forma que: “Nessa situação, devíamos interrogá-los com rigor, duramente, deixando-os com sono, cansados e pressionados psicologicamente¹³⁵”. Realmente, no combate à guerra revolucionária as tropelias de toda a sorte faziam parte considerável das ações. A doutrina francesa e a experiência na Guerra da Argélia falam por si mesmas. A segurança percebida como questão de primeira ordem, também, foi de importância capital para o Regime Militar. Dessa forma, a luta contra a subversão política, afora a garantia de unidade militar, assegurava a existência do Estado Militar, na medida em que a demanda por segurança produzia como efeito direto a necessidade de militares no poder político. De forma que o horizonte da guerra revolucionária apresentava o limite de duração do próprio regime. Na rememoração da intentona Comunista de 1935 procurava-se vincular a ameaça de 27 de novembro ao contexto geral de guerra revolucionária. Então, o evento apresentava momento oportuno para intensificar a premência de segurança. Dessa forma, o general Orlando Geisel, em novembro de 1971, acentuou:

¹³³ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de novembro de 1970.

¹³⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura**. 1984. p.85.

¹³⁵ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de Março...** Tomo 5. 2003. p.232.

Meus camaradas!

Deixemos por um instante nossa vigília contra os arautos do terror, que nos dias de hoje assaltam, roubam, matam, destroem bens públicos e privados em nome da mesma doutrina dos traidores de 1935. Ouçamos o toque de silêncio, que convida ao recolhimento da oração por alma dos bravos tombados e leva nossa mensagem aos que tão esplendidamente nos antecederam no cumprimento da missão¹³⁶.

Os laços mantidos entre o evento de 35 e o de 31 de Março de 1964 se situam como estratégia militar no sentido de formular uma tradição de repulsa ao comunismo, ao mesmo tempo em que se justifica a presença do poder político-militar como único poder capaz de refutar a ameaça comunista. Desse modo, podemos dizer que o elemento modernizador do Exército foi, em boa parte, bem mais ideológico do que material (meios de combate); assim, foi com o controle do Estado, que os militares efetivaram a modernização com a dotação de material bélico e doutrinação instrumental, mas antes disso o elemento centralizador de coesão foi, indubitavelmente, o anticomunismo.

O anticomunismo foi, objetivamente, o caminho para a ditadura¹³⁷. A visão de perigo único e constante exigiu a formação do Estado de Vigilância permanente afrontando, frequentemente, o Estado de Direito. A doutrina da guerra revolucionária ampliou o campo militar, possibilitando a militarização do social e do político. A aparente tranquilidade no Governo Médici deve-se não exclusivamente ao “milagre econômico” e ao esmagamento da oposição armada de esquerda, mas ao que tudo sustentou como “regime de verdade”, ou seja, o saber-poder doutrinário referente à guerra revolucionária. Na raiz da doutrina se encontrava o anticomunismo e a restrição da democracia como caminho único para a garantia da segurança e do

¹³⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de novembro de 1971.

¹³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e Morte da Ditadura**. 1984. p.91.

desenvolvimento. Referindo-se ao militares brasileiros, Carlos Castello Branco afirmou:

Eles entendem que o sistema de defesa inerente a instituições livres não lhes assegura a integridade, sempre ameaçada por inimigos ostensivos e ocultos. Seria necessária, em consequência, uma suplementação das defesas da democracia, ainda que com o eventual sacrifício do processo. Eles tendem a superestimar o inimigo e a subestimar as virtualidades da vida democrática¹³⁸.

O combate à guerra revolucionária foi uma luta política no campo estritamente policial-militar, sem espaço para nenhuma negociação. Foi uma guerra interna, uma guerra totalizante sem trégua – com forte participação dos aparelhos de segurança e informação que utilizavam meios, com frequência, brutais¹³⁹. Cordeiro de Farias, velho tenente, apavorado com a mudança afirmou: “o Exército está se transformando em polícia. [...] Invadir casas à noite e prender pessoas não é função do Exército. [...] Hoje, dentro desse panorama, eu preferiria não ser militar¹⁴⁰”. Com o deslocamento do inimigo para dentro do território nacional, por meio do discurso alarmista, onde se enfatizava os interesses imperialistas da União Soviética e comunistas brasileiros como traidores da nação, foi possível criar um clima de busca total de segurança, justificando as medidas autoritárias do governo e as ações irrestritas das Forças Armadas na repressão. A noção de premência de segurança interna fomentou, a substituição da tradicional postura militar de defesa externa pela guerra interna – mais policial-militar do que diplomático-militar. Assim, os questionamentos de ordem meramente política, sindical, intelectual, social e econômico passaram a se constituir como parte da guerra revolucionária¹⁴¹.

¹³⁸ BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder...** Vol. III. 1979. p.14-15.

¹³⁹ BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares**. 2003. p.28.

¹⁴⁰ CAMARGO, Aspásia & GÔES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias...** 2001. p.520.

¹⁴¹ DREIFUSS, René. **Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária?** 1987. p.122.

O realismo militar concentrou-se intensamente no perigo mais iminente ao Estado Militar e, da mesma forma, mais produtivo. Naquele momento, diante da conjuntura, a segurança nacional exigia ação no plano interno – para que o poder militar fosse perene, ou seja, mais produtivo, havia a necessidade de articular a segurança ao desenvolvimento do país. Objetivamente, a relação entre a ameaça interna e a presença do mando militar correspondia diretamente ao binômio segurança e desenvolvimento. Na constante atualização da doutrina militar, sempre sensível à conjuntura e aos desdobramentos futuros – aos influxos dos novos instrumentos de ação ordinária de preparação do Exército para o combate, o EME cuidou para evitar, segundo seu chefe – general Bruno Borges Fortes – “toda a fantasia, para [...] nos atermos tão somente a real conjuntura militar brasileira¹⁴² [...]”. A administração Médici marcou, decisivamente, a consolidação perfeita do projeto militar – o apoio dos oficiais-generais em bloco exemplifica a harmonia militar¹⁴³. A produtividade militar estava em consonância com o desenvolvimento nacional e com o poder de Estado; numa conjugação favorável de forças o Exército jogou papel decisivo no “milagre econômico” dos primeiros anos da década de 1970. As seguintes palavras do Chefe do EME sublinham este momento:

O Exército brasileiro está certo de cumprir sua missão histórica, consciente de que não há desenvolvimento sem segurança e de que, ao assegurar a paz o trabalho construtivo de seu povo, cada vez mais fortalecerá e defesa do mundo democrático¹⁴⁴.

Em suma, não podemos dissociar da violência bruta, amiúde, lançada mão na repressão – na busca da segurança interna – do ímpeto modernizante da aceleração econômica que, no auge da truculência, garantiu a estabilidade do Governo Médici.

¹⁴² BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p. 196.

¹⁴³ HAYES, Robert A. **Nação Armada: A Mística Militar Brasileira**. 1991. p.232.

¹⁴⁴ BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército**. 1984. p. 197.

No processo de modernização brasileira o autoritarismo não foi acidente ou consequência das forças contrárias, mas parte integrante da modernidade conservadora que se contrapôs ao projeto liberal que inaugurou a própria modernidade. Com efeito, é possível perceber uma contradição entre os desdobramentos políticos do crescimento econômico presentes na teoria liberal e o efetivo curso da história política marcado por golpes militares e regimes autoritários¹⁴⁵. Em função da evidente contradição os regimes autoritários procuravam alguma aproximação com a moderna teoria liberal – de modo que as lideranças sentiram-se constrangidas em aceitar de todo os modelos totalitários¹⁴⁶. Por certo, a modernidade contemplou a promessa de liberdade a todos. O iluminismo fez da liberdade sua proposição fundamental. Entretanto, a modernidade trouxe a dominação de classe e do aparato estatal¹⁴⁷. O Governo Médici é exemplo da relação tendenciosa entre o acelerado crescimento econômico e o incremento do autoritarismo num contexto de modernização conservadora.

Para o exercício da segurança foi necessário construir tecnologias de normalização; no caso do Regime Militar, órgãos de vigilância e repressão que não se reportavam necessariamente às leis existentes, mas ao estabelecimento da normalidade. Numa leitura foucaultiana, as tecnologias de normalização são partes integrantes da criação, classificação e controle sistemático de toda anomalia presente no corpo social. Sua razão de existência se encontra na busca intermitente de isolar as anomalias e na promessa de normalizá-las¹⁴⁸. O desenvolvimento do país foi posto como consequência da objetiva garantia de segurança. A normalidade

¹⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Caracterização dos Regimes Autoritários...** 1982. p.41.

¹⁴⁶ LINZ, Juan. **Regimes Autoritários.** 1979. p.133.

¹⁴⁷ DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a Modernidade...** 2002. p.56.

¹⁴⁸ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.214.

não representava necessariamente a pacificação do corpo social, mas a presença constante da vigilância e da repressão. A doutrina de combate à guerra revolucionária foi de estado de guerra permanente, de constante ressignificação do inimigo e de criação de anormalidades onde antes não existia.

Tudo muito bem colocado num país de cultura política autoritária. No entanto, é impossível explicar o autoritarismo como cultura sem a devida mediação com a história; se o autoritarismo nos marca culturalmente, a expressão autoritária não se apresenta da mesma forma em todos os momentos da história brasileira. No auge do “milagre econômico” o autoritarismo brasileiro presente no corpo social referendava as medidas repressivas do Governo Médici. A acelerada modernização conservadora tornou irrelevante, de modo geral, as ordinárias práticas autoritárias do Estado Militar. O “milagre econômico” embora proporcionando desigualdades de todo o tipo (sociais e regionais) foi capaz de beneficiar setores modernos da sociedade brasileira. Parte substantiva da classe média, com acesso ao crédito pôde adquirir, em volume considerável, a casa própria e o primeiro automóvel. Os burocratas do Estado obtiveram planos assistenciais e outras vantagens que aumentavam o grau de solidariedade para com o governo. Da mesma forma, setores de trabalhadores autônomos e operários qualificados, fundamentalmente, os empregados das grandes empresas de capital internacional foram beneficiados¹⁴⁹. Mesmo que o milagre não tenha atingido o conjunto da nação brasileira, o efeito estrondoso da modernização conservadora produzia na população a sensação de que ele atingiria a todos. Além da imediata memória dominante dos primeiros anos da década de 1970 como de “anos de chumbo”, eles ainda foram “anos de ouro”, de

¹⁴⁹ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. 2002. p.59-60.

integração de fronteiras, geográficas e econômicas, movimentando os corpos de um lado para outro, tanto nos espaços como na pirâmide social¹⁵⁰.

Os efeitos do milagre econômico foram espetacularizados pelos meios de comunicação. No período, a televisão já era uma realidade nacional. Em síntese, a integração por teias de informação favoráveis à governamentalidade do Estado Militar enredava a população brasileira no élan modernizante apartando as forças contrárias à marcha econômica e política do corpo social. Assim, o sucesso dos mecanismos de sujeição das forças contrárias à ordem estabelecida teve estreita relação com o crescimento extraordinário da economia brasileira e com a fabricação de consenso em torno da imagem de um Brasil novo e moderno. Para Michel Foucault os mecanismos de sujeição não se limitam à relação direta com os mecanismos de exploração e dominação, eles mantêm relações mais complexas e circulares com outras formas¹⁵¹ – o milagre econômico e os meios de comunicação indiciam as novas teias do autoritarismo nacional, parte integrante dos mecanismos de sujeição do político ao militar.

Diante disso, a repressão militar à guerra revolucionária não pode ser descolada do apoio presente no meio social. A monstrualização anticomunista não foi apanágio exclusivo dos militares. A espetacularização dos eventos e a apresentação lúgubre, sob o signo do terror, da subversão pelos meios de comunicação contribuíram substancialmente com a banalização violenta da reação institucional. Nada poderia atrapalhar o salto modernizante do país. Artigos favoráveis à repressão militar publicados em jornais civis foram republicados no *Noticiário do Exército* demonstrando consonância entre interesses militares e civis.

¹⁵⁰ Ibid., p.61.

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (apêndice)**. 1995. p.236.

No espaço denominado “A Imprensa Noticiou” foi transcrita de *O Jornal* uma notícia espetacularizando a morte de um soldado do Exército na repressão à subversão. As palavras postas no texto foram de ordem belicosa. Além de corroborar os meios militares de repressão, elas também ampliavam estes meios como informação de efeito belicoso. É o que fica evidente nas seguintes palavras:

Meu caro Elias dos Santos, soldado raso, mal passado dos 20, para eles, para os outros, você não era brasileiro, nem povo, nem gente. Para esses que levantam as suas vozes contra a tortura somente quando a desumanidade atinge os de seu lado, você, Elias dos Santos, pracinha humilde, não era mais do que um preto, um rebotalho, um brasileiro, um inimigo – que estava do outro.

Para nós, entretanto, você é um bravo, um democrata, um autêntico, que lutou e morreu por uma Pátria que eles, os antibrasileiros, querem inutilmente destruir. Você, se se chamasse Guevara, Marighela ou Cienfuegos – seria uma canção. Mas como se chamava apenas Elias dos Santos e era soldado raso e era democrata e era brasileiro, para eles é apenas um cadáver sem importância, o cadáver do Negão¹⁵².

O Jornal O Globo também teve textos publicados no *Noticiário do Exército* a favor das medidas violentas no combate à guerra revolucionária. A imprensa e os intelectuais do exterior denunciavam a truculência das ações repressivas do Estado Militar. Não obstante, a imprensa nacional, de forma geral, respaldava as ações militares. O jornal *O Globo* noticiou a existência na França de um Comitê de Defesa dos Presos Políticos Brasileiros, liderado pelo filósofo existencialista Jean-Paul Sartre, posicionando-se contrariamente. Numa atitude de solidariedade para com a ordem militar conforme o editorial do jornal:

As Forças Armadas brasileiras caracterizam-se pela desambição dos integrantes de seus quadros. Têm horror a procedimentos ditatoriais. Vivemos um momento de exceção provocado claramente pela terrível ameaça que é o terrorismo. [...] Não nos interessa, pois a opinião do Sr. Sartre, comensal de Fidel Castro – que “defende” os direitos humanos com apoio no “paredón” – nem se seus companheiros nesse Comitê que visa, com pretensão de megalômano, abalar o prestígio do Brasil no concerto das nações¹⁵³.

¹⁵² *Noticiário do Exército* (NE), 14 de janeiro de 1970.

¹⁵³ *Noticiário do Exército* (NE), 15 de janeiro de 1970.

Em abril de 1970 foi, também, transcrito no *Noticiário do Exército*, o artigo “O Terrorista” de Carlos Drummond de Andrade que foi originalmente publicado no *Jornal do Brasil*. Nele podemos perceber a repulsa do poeta às práticas de subversão desenvolvidas no país. Na forma de diálogo, onde o personagem que responde às questões se nomeia “Senso Comum”, Carlos Drummond procurou conceituar o terrorista da seguinte forma:

- o que é ser terrorista?
- Ser terrorista é ser maniqueu cego.
- Por que é cego este maniqueu?
- Porque ao mal deu o nome de bem, ao bem deu o nome de mal.
- Qual é a consequência de tal cegueira?
- A consequência é o terror íntimo, que se desdobra no terror externo¹⁵⁴.

A opção de parte da esquerda política por ações de terror a isolou da opinião pública, proporcionando ao Estado Militar condições favoráveis ao uso de todos os meios imagináveis para o combate ao terror político. O isolamento consciente das organizações armadas de esquerda provocou erro estratégico de negação do movimento de massas¹⁵⁵. A imagem socialmente construída da reação armada ao Estado Militar foi, em grande medida, proporcional às práticas de repressão institucionalizadas. A escritora Raquel de Queiroz escreveu em *O Jornal* artigo de crítica à guerrilha e ao terrorismo urbano. Este foi transcrito no *Noticiário do Exército*. Com o título “Guerrilha e Terror”, Raquel de Queiroz acentua o movimento como vindo de fora da fronteira nacional e completamente apartado do povo. As práticas de mobilização e de ação dos grupos de esquerda são de matriz estrangeira, o que resulta no total fracasso das investidas de esquerda. A leitura do artigo como documento é produtiva, pois demonstra-nos o grau de distanciamento e de ojeriza de intelectuais importantes para com as ações da esquerda armada brasileira. A

¹⁵⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 18 de abril de 1970.

¹⁵⁵ IBRAHIM, José. **Prefácio à Edição Portuguesa**. 1976. p.9.

monstrualização dos guerrilheiros e dos terroristas elaborada com toda sofisticação intelectual, de fato, não estava distante da monstrualização social da esquerda política no Brasil. É o que responde o silêncio quase que absoluto da sociedade brasileira diante do estrondo da repressão. É fundamental apresentar aqui um trecho do artigo de Raquel de Queiroz:

E a distância, a indiferença e hostilidade do povo para com a guerrilha, se mostra pior em relação ao terrorismo urbano. O fracasso é ainda mais grave. Esses assaltos, esses assassinatos, esses sequestros não criam, aos olhos do povo, uma imagem de heróis, desesperados, capazes de tudo, em favor da causa, espécie de modernos Robins Hood, que sangram os fortes e os ricos pelo bem dos fracos. E, nota-se: não acredito que os maus olhos com que o povo vê os terroristas decorram de decantada índole pacífica do brasileiro; o nosso povo, como qualquer outro povo, pode muito bem sair para a violência contanto que devidamente motivado. O que acontece é que, até agora, a estúpida, errada, sovada, mentirosa, primária propaganda do comunismo-terrorista não soube criar esta motivação. Não souberam eles jamais tocar uma corda sensível, falar em nada às aspirações, às reivindicações ou sequer aos ressentimentos do povo. O povo está de um lado, os terroristas estão de outro¹⁵⁶.

Antes de tudo, a doutrina da guerra revolucionária estava subordinada à doutrina maior, a chamada Doutrina de Segurança Nacional. Dessa forma, toda a política nacional circulava na órbita da segurança – as esferas política e militar estavam indissolúvelmente concatenadas, sendo que a política acabou por transformar-se em arte militar. A guerra interna, com o combate à guerra revolucionária, foi a estratégia imposta como imperativo da segurança nacional. A Doutrina de Segurança Nacional por meio classificatório ordenou os corpos contrários à ordem estabelecida, em inimigos, indecisos e neutros engajados – todo o esforço da doutrina concentrava-se em desmoralizar o inimigo, produzir deserções, estabelecer o silêncio, criar laços de cooperação e, finalmente, docilizar os corpos com a intenção de provocar adesão às políticas de Estado¹⁵⁷. Os aspectos dominantes da Doutrina de Segurança Nacional implicavam o atrelamento

¹⁵⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de junho de 1970.

¹⁵⁷ BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares**. 2003. p.28.

da identidade política das Forças Armadas, não somente como tutores dos interesses nacionais, mas, substancialmente, como a própria encarnação ou síntese institucionalizada dos interesses do país. Como a segurança implicava diretamente desenvolvimento, a luta contra o inimigo do Estado Militar apresentava-se, ainda, como luta a favor do progresso e da modernização. Na doutrina já estava embutida a imagem do inimigo e o combate sem trégua contra ele – era o que dava sentido a própria doutrina. Assim, estava agregada à Doutrina de Segurança Nacional: o combate à subversão, a presença do inimigo interno e o exercício de eliminação das forças contrárias ao desenvolvimento¹⁵⁸.

A Doutrina de Segurança Nacional postulava o indivíduo como parte do conjunto; o bem coletivo estava acima dos interesses particulares e a moralidade do grupo era a mais elevada. Na doutrina o Estado era o instrumento de ação coletiva, por isso a lealdade ao Estado postava-se como fundamental. A unidade nacional somente tornava-se realidade a partir da centralização estatal – o Estado nacional deveria traduzir todos os interesses da nação – evitando-se, assim, o regionalismo político. Além disso, o controle das divergências políticas colocava-se como ponto inflexível da doutrina, para evitar assim a demagogia e o populismo – nela o governo deve ser de expressão técnica, mais do que qualquer outra coisa. As elites políticas, obviamente identificadas com a ordem estabelecida, tinham como dever definir claramente os interesses da comunidade. No termo, o objetivo primeiro da Doutrina de Segurança Nacional encontrava-se no desenvolvimento econômico, pois graças a ele seria possível eliminar os focos de dissenso presentes no corpo social¹⁵⁹.

¹⁵⁸ O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: Autoritarismo e Democratização...** 1982. p. 54-55.

¹⁵⁹ COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade.** 2000. p.179-180.

Segundo Anthony Giddens todos os sistemas sociais necessitam de “mediação institucional de poder” – o que se traduz na dominação expressa nas e pelas instituições que representam a continuidade intrínseca da vida social¹⁶⁰. A Doutrina de Segurança Nacional direta ou indiretamente estava presente nas instituições nacionais, contudo as Forças Armadas apresentaram-se como mecanismo de sujeição e de produção de corpos docilizados com o propósito de garantir o desenvolvimento do país. Em particular, o Exército com a doutrina da guerra revolucionária, pequena parcela de uma doutrina maior, conseguiu fazer com que a instituição mediasse o poder atuando como executor disciplinado das políticas do Estado Militar.

O poder é, antes de tudo, produção. O poder produz o real, domínios de objetos e rituais de verdade¹⁶¹. Na caserna o adestramento e a formação tinham como objetivo a produção de corpos submetidos ao poder institucional. A doutrina da guerra revolucionária não se limitou ao exercício militar meramente técnico, pois se apresentou, ainda, como saber-poder produtor da verdade e da própria realidade. Para tal a rigidez dos velhos manuais e procedimentos militares foram substituídos por procedimentos condizentes com a autonomia necessária ao combate não-convencional, ou seja, pela liberdade de ação dos comandantes de área. O AI-5 havia criado a estrutura legal para a quebra da rigidez do mando militar, possibilitando assim respostas imediatas de acordo com o chefe de área. A autonomia dos comandantes de área com o AI-5 segundo a memória do general Ernani Ayrosa da Silva: “colocava nas mãos do comandante da área total responsabilidade pela segurança interna. Tínhamos, pois, os instrumentos necessários, oferecidos pela lei, para tentar uma organização de combate àquele

¹⁶⁰ GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. 2001. p.35.

¹⁶¹ MEZAN, Renato. **Uma Arqueologia Inacabada**. 1985. p. 101.

estado de coisas¹⁶²”. Em setembro de 1970, segundo a memória do general Nieze Almeida Gerude, o general-presidente Médici expediu Diretriz Presidencial de Segurança Interna que garantia ao Comando do Exército a existência do Conselho de Defesa Interna (Condi), de Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), do Destacamento de Operações e Informações (DOI) tudo sob o controle direto da cada Comandante do Exército. Do efetivo de cerca de 150 mil homens do Exército apenas 450 militares foram envolvidos diretamente na repressão¹⁶³.

A ocupação de cargo nos órgãos de informação e repressão compunha-se de *status* na instituição. De acordo com a memória do coronel Francimá de Luna Máximo, ao longo da carreira militar, ele foi aquinhado com convites honrosos, que declinou em virtude de preferir a atividade da tropa. Por exemplo, o do coronel Silva Freitas que o convidou para ser o número 2 da Seção de Operações do SNI no Rio de Janeiro, seria um cargo de confiança da “revolução”, mas recusou¹⁶⁴. A identidade militar dos corpos envolvidos diretamente na repressão, tal o nível de prestígio, sofreu alteração. De forma que parecia que havia surgido uma nova arma no Exército a de “oficial de informações” – não foi incomum entre oficiais egressos da AMAN como infante, corrigirem sua qualificação nos documentos oficiais para oficial de informações¹⁶⁵.

Em aula inaugural proferida pelo Chefe do EME, general Antonio Carlos da Silva Muricy, em 1970, na ECEME houve a apresentação das Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução, na qual estavam estabelecidas as normas de formação militar para o biênio 1970-1971. Foi dada ênfase à preparação para a guerra

¹⁶² SILVA, Ernani Ayrosa da. **Memória de um Soldado**. 1985. p.116.

¹⁶³ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 - 31 de Março...** 2003. Tomo 11. p.113-114.

¹⁶⁴ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 - 31 de Março...** 2003. Tomo 11. p.232.

¹⁶⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 2002. p.184.

revolucionária, ao contrário das Diretrizes anteriores, esta especificou melhor as ações militares, não se tratava mais de mero clima subversivo, mas, claramente, de guerra real. As Diretrizes baseavam-se em duas premissas essenciais:

- a – a tropa deve estar em condições de enfrentar a luta não só sob as condições reais de uma Guerra Revolucionária, com todas as suas implicações, como também poder agir face a uma guerra convencional;
- b – os comandantes de área devem dispor de grande liberdade para execução de seus programas de instrução, podendo, inclusive fazer modificações profundas nos programas-padrão, para melhor adaptá-los às peculiaridades de seu território¹⁶⁶.

Apesar de haver referência à preparação para a Guerra Convencional, o grosso dos pontos fundamentais apresentado pelo chefe do EME estava centrado na guerra revolucionária. A liberdade de conduta à execução da formação e adestramento da tropa aos chefes de área diz respeito, fundamentalmente, à guerra irregular. Nesta guerra a capacidade de movimento da tropa em condições adversas é essencial. Dessa forma os militares devem estar preparados para:

- a partir do quinto mês de instrução, o homem de qualquer arma deve estar em condições de efetuar a pé, em prazo mínimo, um deslocamento de 56 Km, com os latos horários e os grandes altos necessários para a manutenção das condições físicas indispensáveis a uma ação de força no final da marcha¹⁶⁷.

As relações de poder se exercem por meio de produção e de troca de signos; a construção e o estabelecimento de símbolos de identificação condicionam e impõem o ritmo do exercício do poder no corpo social. Da mesma forma, as relações de poder não são dissociáveis das atividades de produção dos sujeitos que permitem o funcionamento do poder, por meio das técnicas de adestramento, de procedimentos de dominação, de maneiras de obter obediência, em suma, dos

¹⁶⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de fevereiro de 1970.

¹⁶⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de fevereiro de 1970.

meios múltiplos a que se recorre para a conquista do corpo¹⁶⁸. A longevidade da doutrinação na tropa da guerra revolucionária evidencia a intensidade e o impacto do poder institucional na formação de sujeitos absolutamente identificados com os imperativos do Estado Militar.

Para o Estado Militar estabelecer a governamentalidade não bastava a conquista exclusiva dos corpos da caserna, deveria haver, ainda, afinidade da sociedade civil para com o Regime Militar. Diante disso, o Estado Militar e o Exército deveriam criar meios de cooptação do meio civil a fim de diminuir o dissenso político. O Governo Médici foi de acentuada publicidade de governo quicá nunca vista, até então, na história política brasileira. A imagem popular do general-presidente traduzia investimentos institucionais de aproximação do governo com a população – os discursos militares procuravam atingir tecnicamente a população. Para Michel Foucault quando o discurso de Estado se refere ao público, desse público sobre o qual é preciso interferir a fim de forjar mudança na opinião para proporcionar novo comportamento, já se está no campo da governamentalidade da população¹⁶⁹. Com efeito, o Estado Militar censurou, produziu e liberou informações de acordo com vicissitudes, exclusivamente, militares.

Novamente, na aula inaugural do chefe do EME, mencionada acima, houve destaque para o Emprego da Arma Psicológica – que atinge, objetivamente, a opinião pública. Para refutar a ação comunista o Exército deveria proporcionar força militar de mesma ordem. Como a guerra revolucionária se caracteriza primeiramente pela conquista das mentes, o sucesso militar no conflito estaria, peremptoriamente, imbricado à conquista da opinião pública. Na visão militar o povo brasileiro é de boa

¹⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder (apêndice)**. 1995. p.241.

¹⁶⁹ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.369.

fé, mas estruturalmente desinformado, desconhecem os mecanismos da ação subversiva. Para os militares, os adversários esquerdistas estavam em posição favorável, infiltrados nas universidades, nos meios de comunicação e nas atividades culturais. Assim, segundo o general: “As fontes de informação e de conhecimento ao alcance do povo, em sua maioria, por modismo ou oportunismo, exploram os assuntos de sabor esquerdista¹⁷⁰ [...]”. Ademais, os militares não depositavam credibilidade numa resposta civil à guerra psicológica. Como no país não havia, para eles, uma elite civil devidamente preparada para a luta, às Forças Armadas caberia a responsabilidade pela escolha das ideias basilares e pela pregação do civismo. Num momento sensível à segurança e de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico a conquista da opinião pública por parte do governo era vital para a vitória militar. A afirmação de Pierre Bourdieu de que o governo encontra-se alicerçado na opinião pública, independentemente do caráter popular, despótico ou militarista¹⁷¹ é emblemática no Governo Médici, pois as forças de governo procuraram informar a população a partir do que tinham de mais avançado na época em publicidade. O general Muricy acentua, na aula inaugural, que era fundamental o contato cerrado com o mundo civil, objetivando uma perfeita integração. Para o sucesso da aproximação seria necessário o afastamento dos militares das questões político-partidárias¹⁷². O destaque à desambição dos militares na política foi enfatizado intensamente para demonstrar o caráter antes técnico do que político das medidas adotadas pelo Estado Militar, conquistando, assim, a opinião pública. No entanto, o Emprego da Arma Psicológica, além da promoção do governo, foi elemento importante para estabelecer uma ligação entre o combate à subversão e, em linguagem militar, à conquista das mentes. Para Michel Foucault “os controles

¹⁷⁰ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de fevereiro de 1970.

¹⁷¹ BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. 2001. p. 217.

¹⁷² *Noticiário do Exército* (NE), 19 de fevereiro de 1970.

psicológicos são sempre mais eficazes que os controles físicos¹⁷³”. Dessa forma, a censura e a publicidade desenvolvida pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) correspondem a formas de controle do Estado Militar com o propósito de docilizar os corpos. Com efeito, os militares perceberam que um dos instrumentos de grande valia no combate moderno estava, sem dúvida, na ação psicológica¹⁷⁴. No final do Governo Médici o trabalho da AERP de construção de uma imagem positiva do poder militar evoluiu para a tentativa de incentivar certa mobilização popular. Os grandes projetos do governo foram amplamente divulgados tais como a Transamazônica, o Plano de Integração Social e o Proterra. A participação de membros do governo nos meios de comunicação divulgando ações do poder Executivo evidenciava o interesse de sensibilização da opinião pública¹⁷⁵.

Em governos em que os líderes militares jogam papel crucial de mando, há condições favoráveis à utilização do monopólio da coerção física de modo repressivo¹⁷⁶. No Regime Militar a conquista dos objetivos na eliminação da oposição armada correspondeu à convergência de interesses entre a instituição e o governo com a intenção de salvaguardar o Estado Militar. Para a execução da missão o Exército colocou-se como máquina-de-guerra moderna – exercendo operações de conquista da opinião pública e de destruição do inimigo monstruoso. No limite, como a oposição ao Estado Militar, naquele momento, estava sendo exercida por meio de ações subversivas, a principal preocupação do governo era de sentido militar. O aforismo de Clausewitz, “a guerra como a continuação da política por outros meios” ilustra as relações de poder existentes no Governo Médico, na medida em que o estrondo oposicionista expressava-se de forma contundente por

¹⁷³ FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. 2006. p.311.

¹⁷⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 19 de fevereiro de 1970. .

¹⁷⁵ KLEIN, Lúcia & FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e Coação no Brasil Pós-64**. 1978. p.60.

¹⁷⁶ GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência**. 2001. p.265.

meio das armas. Assim, em tempos de guerra não-convencional, cabia ao Exército manter a segurança da nação. Em ordem do dia, o Ministro do Exército, Orlando Geisel enfatizou a missão do Exército:

Na hora em que o mundo, vítima de ardilosas manobras da guerra revolucionária, vive sob a constante tensão da luta psicológica, nossa tarefa primeira continua sendo a de dar a Nação a segurança que só um Exército eficiente, aguerrido e atualizado pode proporcionar¹⁷⁷.

Em aula inaugural proferida na ESG pelo Presidente Médici é possível compreender, em linhas gerais, a formulação da política e da estratégia do Terceiro Governo Militar. No limite do campo militar podemos perceber que o problema da segurança não foi pontuado como questão essencialmente de responsabilidade militar. Em tempos de Guerra Fria, de dissuasão nuclear e de guerra psicológica os meios de ação belicosa transcendiam a esfera meramente militar, dessa forma, o conceito de segurança tomou uma dimensão mais abrangente. Nesse sentido, prever e prover a segurança na dimensão e na intensidade adequada à ameaça real era responsabilidade do governo. Com efeito, o controle do Estado sobre a população civil e militar postou-se como impreterível, na medida em que a ameaça moderna apresenta-se de forma totalizadora. Na guerra revolucionária o inimigo não se encontrava necessariamente do outro lado da fronteira, pois ele era fruto do descontentamento social no interior do território nacional. Dessa forma, o conflito moderno, percebido pelos militares, era mais de ordem socioeconômica nacional do que desacordo entre nações. Consoante o general-presidente:

Porque sei que a segurança de uma comunidade ou de um povo não prospera na desigualdade entre os homens, na floração dos privilégios, na injustiça social, na desagregação entre as classes, entre as raças, entre as gerações, meu objetivo primeiro e último é o desenvolvimento nacional¹⁷⁸.

¹⁷⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 21 de fevereiro de 1970.

¹⁷⁸ *Noticiário do Exército* (NE), 12 de março de 1970.

O Presidente Médici no campo militar, também, mostrou-se solidário aos homens-de-guerra que limitam e combatem a violência destruidora de toda a autoridade existente em nome de utopias totalitárias para o país. Num determinado momento da exposição Médici afirma:

E aqui me faço solidário com todos aqueles que, no anonimato e com o risco da própria vida, agentes injustiçados da segurança deste país, enfrentam, de peito aberto, a contestação, a violência, a libertação dos instintos, o desrespeito à lei. Graças aos seus sacrifícios, estamos vencendo o terrorismo de minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente e vislumbramos já a total normalização da vida nacional¹⁷⁹.

Para Christopher W. Morris “os crimes dos Estados Modernos são impressionantes e apavorantes¹⁸⁰”. No Regime Militar a resposta de Médici à ameaça da ordem por meio da violência foi exponencialmente dura. O Estado Militar utilizou todos os mecanismos institucionais e institucionalizáveis para conter e expurgar do corpo nacional o terrorismo de esquerda. Nas proposições militares de Estado não há desenvolvimento sem segurança geral – e a segurança é o único caminho para o desenvolvimento do país, é por isso que no momento de maior desenvolvimento econômico brasileiro, no Estado Militar, foi, ainda, o de maior ação de combate à subversão. Certamente, o Governo Médici representou o contexto ideal de exercício do binômio militar: segurança e desenvolvimento. As seguintes palavras do general-presidente nos são esclarecedoras:

[...] contra o terrorismo que desconhece qualquer forma de consideração pelos direitos humanos; e até que esteja seguro de que ele não mais perturba o esforço nacional pelo desenvolvimento, usarei, em plenitude e com toda a firmeza, os poderes que a constituição, que prometi defender, coloca em minha mão¹⁸¹.

¹⁷⁹ *Noticiário do Exército* (NE), 12 de março de 1970.

¹⁸⁰ MORRIS, Christopher W. **Um Ensaio Sobre o Estado Moderno**. 2005. p.33.

¹⁸¹ *Noticiário do Exército* (NE), 12 de março de 1970..

Todo esforço de disciplinamento dos corpos militares a fim de afastá-los de qualquer discórdia foi pontualmente equacionado durante os primeiros governos militares – culminando com o AI-5. Para os militares a disciplina é vital para a instituição – é pré-requisito para o progresso e à imanência da ordem¹⁸². No terceiro governo militar a questão relevante se encontrava no reaparelhamento das Forças Armadas. A efetiva modernização material da tropa era ponto intangenciável para o Governo Médici, pois a partir dela os demais objetivos nacionais seriam alcançados com êxito. Segundo Médici, referindo-se às Forças Armadas: “Penso que contribuir para o reaparelhamento dessas Forças é tarefa patriótica indispensável à nossa segurança e, conseqüentemente, ao atingimento de todos os nossos objetivos prioritários¹⁸³”.

Nos discursos ordinários elaborados no interior da caserna procurava-se, com frequência, ajustar o tema do evento comemorado aos interesses imediatos da Força Terrestre. Assim, no período Médici, a questão do terrorismo político foi enfatizada para que a tropa estivesse sempre em condições de responder à altura. Na ordem do dia referente ao “Dia da Vitória” o Ministro do Exército não desperdiçou a oportunidade para enfatizar que:

Soldados do Exército Brasileiro!

Quando o véu diáfano da paz atual não consegue encobrir os altos pérfitos de uma guerra planejada, dirigida e alimentada do exterior que arregimenta pelo engodo e deforma consciências, destruindo famílias, aviltando princípios e arrastando jovens ao desespero do banditismo, os efeitos que hoje rememoramos constituem candente advertência e é na posição de alerta que homenageamos aos que combateram por nós na Segunda Guerra Mundial¹⁸⁴.

¹⁸² HAUSEM, Ivan Zanon. **Por que os Militares?** 1975. p.80.

¹⁸³ *Noticiário do Exército* (NE), 12 de março de 1970.

¹⁸⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 8 de maio de 1970.

Conforme Michel Foucault “a estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia¹⁸⁵” – a quantificação dos corpos desviantes é um passo decisivo para qualificá-los e combatê-los. Compreender o fenômeno da oposição armada passava pela identificação dos corpos insubmissos para se mensurar a possibilidade de desenvolvimento e o limite de ação dos “inimigos” do Estado. Em entrevista concedida à imprensa nacional (Jornal do Brasil) e transcrita no *Noticiário do Exército* o Chefe do EME, general Antonio Carlos da Silva Muricy, apresentou um diagnóstico das práticas subversivas no país. De acordo com o general dos 500 detidos por atos subversivos no Brasil um terço é composto por jovens estudantes e um quinto por recém-egressos da área estudantil. Destarte, era no meio estudantil que se arregimentavam as forças de oposição armada ao regime militar. Toda explosão estudantil do final da década de 1960 foi interpretada como manobra do comunismo internacional que, na leitura militar brasileira, concentrou seus esforços na juventude como força revolucionária. Assim, consoante as palavras do general:

Os resultados não se fizeram esperar. Nas agitações de 1968, a massa que se espalhava pelas ruas, depredando e insuflando, era formada, em sua esmagadora maioria, de jovens estudantes, muitos dos quais secundaristas. O mesmo fenômeno ocorre nas práticas terroristas e subversivas mais recentes: entre os presos de comprovada vinculação com os movimentos contestatórios que utilizam a violência, avultam os que estudam, os que abandonaram há pouco os bancos escolares ou que acabaram de concluir os cursos¹⁸⁶.

A estatística é o saber do Estado sobre o Estado¹⁸⁷. No Estado Militar o controle administrativo sobre os corpos foi fundamental para o exercício da violência. O fichamento meticuloso de cada corpo evidencia a vigilância e o controle técnico sobre os corpos dissidentes. Realmente, o combate à subversão não se limitou à

¹⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.424.

¹⁸⁶ *Noticiário do Exército* (NE), nº 3159 de 1970.

¹⁸⁷ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.424.

repressão violenta, mas procurou, ainda, compreender o fenômeno em grau técnico. Houve elaboração de estudos por parte dos órgãos de segurança com a intenção de mapear e classificar os corpos inseridos na oposição armada. Certamente, os estudos proporcionaram maior controle sobre os nichos de formação de grupos subversivos. Dessa forma, os espaços educativos foram objeto de vigilância e ação constante. Até mesmo o perfil e as causas da existência dos corpos subversivos foram cartografados. Segundo o general Muricy:

Levantamento efetuado por órgão de segurança revela quais, entre os estudantes, os maiores mananciais de que serve a agitação: de 260 estudantes interrogados no Rio, em 1969, 80% pertenciam ao primeiro ano universitário, 15% ao segundo e 5% aos demais. Uma análise detalhada do fenômeno, feita pelo mesmo órgão, apontou como causas essenciais do aliciamento: 1) desajustes sociais; 2) descaso dos pais pelos problemas da mocidade; 3) politização no meio escolar realizada por estudantes profissionais que despertam e exploram o ódio nos jovens, com o fito de impor-lhes um idealismo político, mesmo temporário; 4) o trabalho de alguns maus professores, hábeis em utilizar a cátedra para fazer proselitismo¹⁸⁸.

Do trabalho realizado é possível elaborar a imagem do inimigo interno construída pelos militares. São em sua maioria jovens estudantes, fragilizados pela ideologização marxista. Quando integram os grupos armados se afastam dos estudos e da família. Vivem de forma desregrada, como um pária, na maior promiscuidade; os jovens subversivos não têm vida própria, obedecem passivamente às ordens dos chefes comunistas. No caso das mulheres, a situação é de rebaixamento moral, vivem com jovens confinadas em aparelhos, muitas apresentam doenças venéreas ou gravidez. Em suma, os corpos subversivos apresentam anomalias de ordem mental e física. Continuando a descrição o chefe do EME afirma:

Praticamente não há pessoas de cor entre os presos. Por conseguinte, a maioria dos que conspiram contra o aperfeiçoamento do regime e as instituições nacionais vêm, paradoxalmente, das classes A e B, as classes

¹⁸⁸ *Noticiário do Exército (NE)*, nº 3159 de 1970. .

melhor dotadas financeiramente e de onde tendem a sair os futuros chefes¹⁸⁹.

É importante considerar que independentemente de toda a celeuma pré-64 produzida pelos militares conservadores acerca da presença de subversivos no Exército, esta não se confirmou posteriormente. Dentre os 803 militares subalternos indiciados após 1964, apenas 125 o foram por vinculação com grupos de esquerda, armados ou não. Em resumo, apenas um pequeno grupo extremado de militares subalternos teve participação nas ações de guerrilha. Apesar disso, não se pode negar do ponto de vista qualitativo a importância, ainda que quantitativamente inexpressiva¹⁹⁰. Num momento de sedução revolucionária trazida pelo “foquismo” teorizado por Régis Debray em que o fator militar se sobrepunha ao político¹⁹¹ os militares dissidentes pouco se ocuparam com a guerrilha – quiçá, por consciência do alto poder de resposta das Forças Armadas; antes da tomada de posição armada pela esquerda nacional o Exército já havia incorporado a doutrina da guerra revolucionária e adestrado a corporação para o combate.

No combate à guerra revolucionária as baixas militares foram apresentadas como resultado de luta heróica contra o inimigo anormal – ademais, a lembrança dos combatentes que tombaram no cumprimento do dever serviu como instrumento de unidade da tropa contra o inimigo monstruoso. O total amparo institucional pontuava a importância da luta contra a subversão. A morte de militares em combate à subversão foi reverenciada pela instituição e pelo Estado Militar. O *Noticiário do Exército* destacava os funerais e pontuava a barbárie da guerrilha urbana. A missa de 7º dia do major José Júlio Toja Martinez Filho foi apresentada da seguinte forma:

¹⁸⁹ *Noticiário do Exército* (NE), nº 3159 de 1970.

¹⁹⁰ RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. 1993. p.211.

¹⁹¹ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 1987. p.89.

O major Martinez foi uma vítima do terror. Morreu pela Pátria, como o fizeram o soldado Elias dos Santos, o sargento Waldir Xavier de Lima, o 2º tenente Matheus L Levino dos Santos e outros pranteados brasileiros civis e militares. A Guerrilha Urbana é o único meio que resta aos inimigos do Brasil, procedentes do exterior, e aos traidores aqui nascidos para o estravamento de seu ódio a um povo que pacificamente constrói seu futuro¹⁹².

O inimigo comunista foi posto como “monstro político”. O corpo que se contrapõe à ordem e ao progresso do país. No quadro de normalidade da nação eles atentam contra a tranquilidade em nome de interesses não-nacionais. Estes seres monstruosos, na visão militar dominante, figuram como criminosos da pátria prontos para atingir o Estado e solapar o binômio segurança e desenvolvimento. Conforme a memória do coronel João Francisco Pontes Filho: “A guerra era suja, porque terrorista não tem limitações¹⁹³”. O inimigo posicionava-se abaixo das respostas militares, como corpo monstruoso desconsiderava o limite moral e ético. Numa visão autoritária de matiz moderna tratava-se de converter as diferenças políticas em diferenças morais e em deslocá-las para fora da margem da lei¹⁹⁴. O monstro político para Michel Foucault “é o inimigo absoluto que o corpo social inteiro deve considerar como inimigo¹⁹⁵” – assim, é possível eliminá-lo como se elimina uma besta. Nesse sentido, o inimigo cresce muito em função da imagem fantasmagórica criada pela instituição – de acordo com Carlos Castello Branco: “O inimigo cresce assustadoramente em função do próprio susto da autoridade¹⁹⁶ [...]”. Em abril de 1972 foi lembrado no *Noticiário do Exército* o aniversário de falecimento do major, promovido *post-mortem* ao posto de tenente-coronel, Toja Martinez. O texto é fértil na descrição do inimigo monstruoso. A morte do major não dizia respeito ao combate tradicional, em que o adversário impõe-se na defesa de sua

¹⁹² *Noticiário do Exército* (NE), 11 de abril de 1971.

¹⁹³ MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 - 31 de Março...** 2003. Tomo 11. p.138.

¹⁹⁴ MOORE, Barrington. **Pureza Moral y Persecución en La Historia.** 2000. p. 111.

¹⁹⁵ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais.** 2001. p.118-119.

¹⁹⁶ BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder...** Vol. III. 1979. p.15.

pátria, mas tratava-se de corpos nacionais inescrupulosos que assassinavam em nome de ideologia de uma pátria estrangeira. Os adjetivos que qualificavam o inimigo estavam todos abaixo da razão e da moral cristã. Eram corpos celerados e transviados, verdadeiros monstros de guerra agindo sem sentido lógico. Eis na íntegra o texto:

Há precisamente um ano, tombava vitimado pelas balas assassinas de celerados o nosso companheiro Ten Cel TOJA MARTINEZ.

Na madrugada de 3 de abril de 1971, desajustados que, para tristeza nossa, nasceram também no Brasil, ceifaram a vida de um esposo dedicado, pai de quatro filhos menores e cortaram a carreira de quem se dedicava inteiramente ao serviço da Pátria.

É profundamente melancólico que, no país da tolerância e da fraternidade e na hora em que a esmagadora maioria de seu povo se empenha em fazê-lo ainda maior e melhor, uma ínfima parcela de transviados pratiquem atos cruéis e desumanos, a soldo de interesses estrangeiros.

Na oportunidade em que homenageamos a memória desse digno companheiro, renovamos nossa solidariedade à sua família e a certeza de que seu sacrifício não será em vão¹⁹⁷.

Dos princípios incontornáveis do Regime Militar estava a proposição de sustentar a ordem política por todos os meios possíveis, de forma que o combate a tudo que representasse turbulência social e desordem política fazia parte das ações de governo¹⁹⁸. A existência de um corpo social sem conflito e de um aparato militar preparado diuturnamente para o combate respaldava o desenvolvimento do país. O *Noticiário do Exército*, em agosto de 1972, na capa expôs reportagem que se intitulava: “O Brasil Constrói Com Segurança” – que sintetizava os esforços militares a fim de manterem a ordem e estabelecerem as condições de progresso. Objetivamente, no Regime Militar foi possível articular as práticas de repressão à construção do país – criando um ambiente de legitimação do combate à oposição armada de esquerda. Convém acrescentar que a segurança e o desenvolvimento da nação somente encontravam terreno fértil num ambiente social de completa

¹⁹⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 3 de abril de 1972.

¹⁹⁸ MÉDICI, Emílio Garrastazu. **A Verdadeira Paz**. 1971. p.174.

harmonia – uma utopia que referendava a longa existência do autoritarismo político.

É o que podemos observar no texto que corporifica a reportagem:

Em 1955, produzíamos 2 milhões de barris de petróleo; no corrente ano, deveremos ultrapassar os 60 milhões. Construíamos 60 mil casas por ano e já atingimos a meta das 600 mil. De 300 mil toneladas navais passamos a 3 milhões. É o chamado “milagre brasileiro” foi muito além: ampliamos de muito a produção siderúrgica e a capacidade instalada de energia, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém já são realidade, somos o sétimo em produção de carros no mundo, com o MOBIL buscamos erradicar o analfabetismo.

Tais intentos e outros tantos vêm se tornando realidade graças à mobilização de todos os brasileiros, à probidade no trato da causa pública, à crescente produtividade, à confiança da Nação nos seus dirigentes, à SEGURANÇA INTERNA que passou a imperar no país. Todo o Brasil, como que saindo de um pesadelo, pôs mãos à obra. Operários, estudantes, industriais, enfim, todos se conscientizaram de que a paz estava assegurada. Nas escolas, fábricas, usinas, no campo e na cidade, a preocupação passou a ser produzir, participar da ingente obra de engrandecimento deste Brasil¹⁹⁹.

É, sem dúvida, o sonho militar de sociedade que pode ser observado no imaginário da caserna. Objetivamente, estamos diante da série exército-política, pontuada por Michel Foucault, que diz respeito à tática. Se a estratégia permite compreender a guerra como uma forma de conduzir a política entre Estados por meio belicoso, a tática é o que permite compreender o exército como princípio para assegurar a ordem no interior do Estado. Se na modernidade podemos constatar, sem grande esforço, o papel da estratégia no qual se expõe em antagonismo às forças econômicas e militares de países, também, num olhar focado na microfísica das relações de poder, é possível observar a presença sub-reptícia da tática militar e política pela qual se exerce ordinariamente nos Estados o controle e a vigilância dos corpos e das forças individuais. Logo, há uma conjunção normalizante que se estabelece entre o ruído infernal da guerra e o silêncio sufocante da paz social – em outras palavras, o sonho militar de uma sociedade sem conflito se estabelece entre

¹⁹⁹ *Noticiário do Exército (NE)*, 23 de agosto de 1972.

o exercício da força e a aplicação da norma²⁰⁰. A harmonia da sociedade imaginada e, em larga medida, produzida nos governos militares, não tem qualquer relação com a natureza, pois tem como correspondente a máquina moderna, em que tudo, absolutamente tudo, funciona por meio de engrenagens estabelecidas verticalmente.

A unidade militar no combate à guerra revolucionária inseriu-se como ação legítima de uma instituição representativa do povo e, por conseguinte, da vontade nacional. O anticomunismo militar articulou-se internamente como força representativa da nação, proporcionando as condições para que moralmente as ações e a própria preparação da guerra adquirissem legitimidade. Assim, de acordo com Orlando Geisel:

Nossas Forças Armadas, intimamente vinculadas ao povo pelas origens de seus integrantes, com ele se identificam na defesa de seus ideais e, assim como foram interpretes de sua vontade nos sucessivos embates contra as tentativas de dominação comunista, hão de permanecer em alerta, sem deixar-se adormentar no comodismo ou no esquecimento, a fim de que possa a Nação harmonizar-se com as mutações do cenário mundial sem abrir mão de sua crença na ideologia democrática²⁰¹.

O Estado Militar se afirmava como princípio de unidade oposto ao campo sócio-político que representa as divisões e os conflitos destruidores da ordem. Ele, nessa perspectiva, é antipopular, pois recusa alianças e compromissos. Em substância, é um aparelho repressivo antes de ser modernizador – ou até mesmo, repressivo para ser modernizador²⁰². Em março de 1973 o clima era de tranquilidade, a ordem finalmente reinava proporcionando, assim, condições favoráveis ao progresso do país. O pronunciamento do presidente Emílio Garrastazu Médici apresenta um excelente apanhado do contexto:

A tranquilidade reinante em todo o País é o melhor testemunho dos resultados no campo da segurança interna, a despeito dos exemplos de

²⁰⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir...** 1987. p. 142.

²⁰¹ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de novembro de 1972.

²⁰² TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue...** 1989. p.434.

perturbação da ordem no exterior, que poderiam estimular o recrudescimento da subversão e do terrorismo em nosso território.

A coordenação estrita entre os órgãos de informações e segurança federais e estaduais permitiu neutralizar, no nascedouro, a ação de grupos que pretenderam, à falta de outras possibilidades, lembrar sua existência à opinião pública nacional. Fracassaram suas tentativas no meio rural, tanto quando já haviam sido inócuas as experiências nos grandes centros.

O aperfeiçoamento da instrução do pessoal de informações inverteu a incidência de baixas nos encontros com grupos armados das organizações terroristas; estes últimos, ao contrário do que ocorria no passado, sofreram perdas numerosas de difícil substituição²⁰³.

A imagem do comunismo internacional era de ameaça permanente. Conforme o general Orlando Geisel o comunismo: “Como erva daninha que rebrota por mais que se arranque, exige instrumentos e vigilância permanentes, para que o surto jamais torne a alastrar-se²⁰⁴”. De forma que todo o aparato de segurança configurava-se, absolutamente, necessário para garantir o pleno desenvolvimento da nação. O Brasil era, para os militares, alvo de investidas perenes do comunismo internacional. Por conseguinte, a derrota militar da guerrilha rural e urbana não representava a vitória definitiva do Estado Militar. Para o general Orlando Geisel:

Nos dias atuais, em que se desenvolve louvável esforço para tornar realidade a paz universal, não se modificou a conduta do Movimento Comunista Internacional: a hidra vermelha persegue o mesmo objetivo de estender seu domínio totalitário sobre o mundo livre e guarda, inalterada, a substância ideológica que lhe confere faculdade mimética de esperar o momento da ação e de ajustar os métodos e técnicas às peculiaridades do ambiente²⁰⁵.

Os combatentes do Exército que tombaram no cumprimento do dever eram lembrados pela instituição, proporcionando o prolongamento da ameaça comunista e produzindo alto grau de solidariedade interna. Em 1973, a morte do soldado Elias dos Santos foi lembrada pelo *Noticiário do Exército*. Morto em combate à subversão em 1969, a instituição procurou identificar o militar como ente

²⁰³ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de março de 1973.

²⁰⁴ *Noticiário do Exército* (NE), 8 de maio de 1973. .

²⁰⁵ *Noticiário do Exército* (NE), 27 de novembro de 1973.

representativo do Exército, fomentando a identificação dos militares ao soldado morto em combate. Assim, segundo o documento:

Aos instrumentos de ideologias extremistas e desumanas restou amarga lição: a vida de Elias foi ceifada, mas outros como ele, herdeiros das mais caras tradições, saberão, se necessário for, prosseguir na missão com demonstração de bravura, resignação e estoicismo²⁰⁶.

De modo indubitável, a guerra naquele contexto dizia respeito diretamente à vida ordinária da caserna. Toda mobilização era necessária, além de fornecer coesão interna, proporcionava o espectro de segurança que legitimava o Estado Militar. A intensa concentração dos militares em suas atividades profissionais possibilitou o silêncio e a crescente verticalização do poder. Nesse sentido, o clima belicoso presente nas palavras de Orlando Geisel, era fundamental:

“Se quereis a paz, preparai-vos para a guerra”, ensina o aforismo milenar. Cimento da unidade, desbravador de terras virgens, socorro na calamidade, comungando nos sofrimentos, alegrias e aspirações do povo, o quartel, vigilante da integridade territorial, tem sido o fiel da tranquilidade dos lares, do trabalho pacífico e ordeiro, sem descuidar de instruir, exercitar e aprontar o homem para a luta²⁰⁷.

O binômio segurança e desenvolvimento somente diz respeito ao contexto de iminente ameaça da ordem – de acentuada perspectiva de conflito. A perspectiva da guerra revolucionária, como doutrina militar, representou o saber-poder que possibilitou a formação do Estado Autoritário brasileiro. No contexto de modernização conservadora a segurança norteou as práticas de poder institucionais; a unidade de pensamento militar e o consenso político passaram a colocar-se como condição de estabilidade da ordem. A estabilidade do Regime Militar foi fruto da combinação de bom desempenho econômico com a repressão²⁰⁸. O silêncio militar

²⁰⁶ *Noticiário do Exército* (NE), 25 de agosto de 1973.

²⁰⁷ *Noticiário do Exército* (NE), 21 de fevereiro de 1974.

²⁰⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil...** 1995. p. 34.

no período corresponde à total identidade da instituição e dos militares para com o Estado Militar representado pela figura do general-presidente Médici. A modernização do país num ritmo próximo da modernização militar empolgou os militares. Os arranjos de poder, num contexto de premente militarização e de aceleração econômica, impuseram o ordenamento hierárquico e disciplinar na caserna. De sorte que a presença real e imaginada da ameaça comunista, afrontando a perspectiva de desenvolvimento nacional, proporcionou a coesão militar que transformou o Exército no “grande mudo” – numa máquina moderna ocupada em manter a segurança e instruir-se para o combate.

5. A DISTENSÃO POLÍTICA E O EXÉRCITO: A Genealogia da Desmilitarização do Poder Civil

Mas o retorno dos militares para suas casernas é antes de tudo um problema militar e seria paradoxo não enfocá-lo sob esse ângulo decisivo.

Alain Rouquié

Cabe a mim, por força de função, definir a trajetória que nossa revolução vai seguir daqui por diante.

Ernesto Geisel

O Governo Geisel tem a tarefa de fazer as retificações estratégicas. O desenvolvimento tem que ser integrado: social, político e econômico [...]. O anseio de liberdade não pode ser apenas o das liberdades subjetivas, formais, mas de efetivas, objetivas.

José Sarney

A genealogia da desmilitarização do poder civil não corresponde às origens do processo de abertura, mas ao início. De fato não pretende se inserir na profundidade buscando uma essência por detrás dos fenômenos sociais; limita-se à superfície, às práticas em si e no que elas resultam – trata-se de diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir de seu próprio interior¹. Em suma, historiar as práticas que possibilitaram a formação das condições necessárias à retirada paulatina dos militares da política brasileira. Por certo, durante o Governo Geisel foram dados os primeiros passos significativos em direção à abertura política nacional – com postura, amiúde, mais de general do que de presidente, Ernesto Geisel impôs um ritmo de governança sobre a caserna nunca visto na República Brasileira; comandou a tropa e o Estado como um marechal no campo de batalha. Entretanto, não podemos historiar a governamentalidade do Governo Geisel sob a égide do personalismo, mesmo tendo o general uma personalidade centralizadora,

¹ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.115.

fechada e militarista; os resultados favoráveis de Geisel devem ser procurados no social, nas transformações societais que possibilitaram que a personalidade do general-presidente fosse um elemento positivo diante do momento crítico de distensão política e de crise econômica. Na literatura militar, nos manuais de comando, sabemos que a escolha do general está imbricada à missão e à conjuntura na qual terá de comandar seus homens. Realmente, Ernesto Geisel, nesse sentido, era o militar ideal para conduzir a “revolução” a bom termo, porém o general-presidente comandou o país num momento em que o Exército se encontrava coeso o suficiente para neutralizar a cizânia militar – o que favoreceu o exercício de poder do Estado Militar sobre a caserna.

O governo de Ernesto Geisel foi de controlada busca de “oxigenação democrática” e de pressão de grupos militares ainda presos por demasia à utopia autoritária. Ademais, o tempo de intensa coesão militar do Governo Médici que dialeticamente comportava o “milagre econômico” e a repressão política aos dissidentes, não correspondia mais à realidade brasileira. A economia brasileira não apresentava mais os altos índices de crescimento do período anterior, nem a ameaça comunista aparecia como realidade militar. O conservadorismo radical, de afã anticomunista e antidemocrático, passou a chocar-se com os imperativos da mudança necessária para a garantia da ordem do Estado.

No limite, os militares impuseram-se no controle da política brasileira para salvaguardar o Estado e as Instituições e, ainda, prepararam a “distensão política” para uma saída estratégica – lenta, gradual e segura – ou seja, uma retirada militar. A lógica militar de ingresso e de saída do mando político nacional foi, essencialmente, de mesmo sentido – qual seja, no caso de 1964, salvaguardar o Estado e as instituições, controlar a política para manter a ordem de Estado e

sanear as instituições, principalmente, assegurar a coesão militar; a partir do final do Governo Médici, começava a se esboçar a premência de distensão do regime para o retorno do controle político civil. A presença militar na política ainda pairava como assombração na instituição; independentemente de todos os cuidados institucionais, de redução significativa da cizânia militar com a anulação da interferência militar de forma horizontal como grupo de pressão sobre o governo. Fundamentalmente, em momentos de crise econômica, em que o binômio militar baseado na segurança e no desenvolvimento não sintetizava uma perspectiva importante de governamentalidade, a distensão do regime passou a corresponder à política militar do alto do Estado e da Instituição para efetivar a transição. Porém, não foi a crise que condicionou a abertura, mas o “milagre” econômico do período anterior que possibilitou aos órgãos de repressão o esmagamento da oposição, diminuindo assim a “ameaça” comunista e, ainda, o desenvolvimento suficiente do país para assegurar a ascensão ao poder do grupo militar palaciano identificado com a descompressão do regime². A crise econômica teve um papel importante na aceleração do processo de abertura, na medida em que a opinião pública passou a relacionar os problemas econômicos com o regime autoritário.

O regime militar brasileiro para assegurar a estabilidade política apoiou-se nos índices favoráveis de crescimento econômico e na repressão aos dissidentes³. Era o que efetivamente garantia o comando do país pelo alto – sem grandes pressões sobre o governo. Portanto, a legitimidade do Estado Militar dependia em parcela importante do crescimento econômico para que as medidas de contenção da democracia fossem adotadas sem celeuma. A saúde das finanças do país para os militares era um problema antes político e militar do que econômico.

² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da Ditadura militar...** 2003. p.254.

³ MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: O Projeto Militar...** 1995. p.34.

O Exército, em larga medida, manteve-se coeso – contudo, não sem estrondos isolados, mais de ordem policial-militar, manifestadamente nos chamados “excessos” dos aparelhos de repressão e no anticomunismo militar deslocado da ameaça real, do que político-militar, com a apresentação de grupos organizados na caserna para o exercício da cizânia militar. De fato, o Exército já se encontrava numa fase de normalização que inviabilizava o retorno aos tumultos anteriores; a coesão era suficiente para garantir com segurança a retirada dos militares do epicentro do poder político.

A tensão política entre o Ministro do Exército general Sylvio Frota e o Governo de Ernesto Geisel foi uma espécie de síntese geral das tensões militares da época – marcada por um contexto político-militar, por demais, tenso – que sublinha a colisão entre o Estado Militar e a caserna. Com efeito, o conflito representou um teste importante no sentido de mensurar a efetiva normalização da caserna, tendo o Presidente da República pessoalmente exonerado o Ministro do Exército, ocupando de fato a posição de chefe, acima de tudo, das Forças Armadas.

O período de Governo de Ernesto Geisel foi de estratégica organização e preparação da retirada militar da política civil – não sem tensão, mesmo que restrita aos militares ligados direta ou indiretamente à repressão política. O aparelho repressivo conquistou um alto nível de autonomia dentro da instituição e do Estado, órgão que se retroalimentava automaticamente sem controle dos centros formais de poder, de forma que pairava sobre a própria hierarquia militar⁴. Assim, a despeito do risco real de subversão, a repressão persistiu descontroladamente inventando ameaças e inimigos, exigindo dos corpos, brutalmente informações a respeito de planos muito mais imaginados do que reais. De forma que o bom resultado da

⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.34.

distensão política somente seria possível com a intervenção político-militar do criador sobre a própria criatura – a lenta, gradual e segura distensão política dependeria da energia militar de Ernesto Geisel para impor comando à máquina repressiva⁵.

Como o regime ditatorial, essencialmente, caracteriza-se pela durabilidade limitada – pela transitoriedade – o Estado Militar a partir de 1974 investe na evacuação militar do poder nacional para que o Estado não se transforme em Estado Militarista, degenerando assim a própria instituição militar. O momento ideal para a retirada também foi o momento de baixa cizânia. A escolha de um general da reserva para assumir o poder máximo do país naquele momento evidencia a docilidade disciplinar na caserna, a ausência de problema militar significativo⁶. De fato, a principal oposição ao Regime Militar, por ser a mais temida, era aquela advinda da caserna; portanto o sucesso da estratégia de retirada encontrava-se na garantia de coesão militar suficiente a fim de evitar a quebra da hierarquia e da disciplina.

A distensão política foi articulada estrategicamente como ato militar; como estratégia assegurava o afrouxamento da tensão sociopolítica, ampliando o diálogo com a sociedade civil e, ao mesmo tempo, controlando a participação política – sempre que aumentava o risco de controle militar sobre o processo⁷. No esboço da abertura política, nos primeiros passos da distensão, não encontramos pressão importante da sociedade civil; não houve a predominância decisiva de elementos democráticos naquele momento – nem mesmo o movimento sindical jogou papel relevante⁸. As ações de afrouxamento do regime foram de sentido eminentemente

⁵ GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. 2003. p.481.

⁶ *Id.*, p.215.

⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil...** 1984. p.185.

⁸ WEFORT, Francisco C. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.51.

militar; foi um começo de abertura sem retorno à caserna⁹; de militarização necessária da política civil em alguns momentos para a desmilitarização futura.

O ano de 1974, começo efetivo da distensão, foi estrondoso na economia pela alta do petróleo e no campo político pela votação espetacular dos eleitores brasileiros nos candidatos da oposição na eleição para o Senado¹⁰. Por certo, a crise econômica trouxe desgaste ao governo frente à opinião pública e a vitória do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) pôs em movimento a virtual democracia brasileira. Malgrado, não evidenciou o desgaste do regime nem desencadeou forças democráticas de exercício de pressão sobre o governo.

Historiar a desmilitarização do poder, a distensão política a partir da análise das relações de poder no interior do Exército e da interferência do Estado Militar sobre a instituição demanda, primeiramente, a apresentação da governamentalidade do Governo Geisel sobre a população da caserna, pois Ernesto Geisel compreendeu perfeitamente que para arejar o regime era preciso reunir ao mesmo tempo a figura de Chefe do Estado, de Chefe do Governo e, principalmente, a de Comandante das Forças Armadas – erigindo governo e comando centralizador de autoridade forte, recorrendo, com exaustão, aos imperativos hierárquicos militares para evitar que uma crise castrense abalasse o processo de distensão¹¹. De fato, o centralismo decisório traduz as práticas de poder no período Geisel¹²; além disso, é preciso historiar o centralismo de Geisel como posição necessária diante das tensões provocadas pelos militares da “linha dura” sobre o governo a fim de inviabilizar o processo de descompressão política. Sylvio Frota como Ministro do Exército procurou utilizar-se de táticas de resistência para articular a instituição militar contra

⁹ LAMOUNIER, Bolívar. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.53.

¹⁰ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise.** 1982. p.14.

¹¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.42.

¹² GÔES, Walder. **O Brasil do General Geisel.** 1978. p.20.

o Governo Geisel, contudo a exoneração de Frota, evidenciada por uma derrota acachapante, traduz o total descompasso entre as proposições do ministro e a realidade militar; e, finalmente, é preciso, também, historiar a sujeição da burocracia militar ao Estado com a conservação do poder militar sobre a caserna e sobre os atos referentes à “revolução” e, por extensão, a tudo que envolvesse os assuntos militares; objetivamente foi uma retirada militar, sem debandada, conservando o poder militar republicano.

Em síntese, o presente capítulo apresenta a historicização do processo de distensão do regime de condução eminentemente militar, que viabilizou a desmilitarização da política civil. Representa o esgotamento de uma cultura militar moderna ligada ao intervencionismo na política civil sem abrir mão da intensificação do profissionalismo militar. A instituição militar como “partido” oposicionista após 1964 se esgota paulatinamente com a formação do Estado Militar – o primeiro comandante militar descartado por representar óbvia oposição à nova ordem foi o Ministro da Guerra general Jair Dantas Ribeiro, já nos primeiros momentos da “revolução”, e o segundo foi o general Sylvio Frota; as exonerações dos referidos Comandantes do Exército fecharam um ciclo político-militar – o encerramento de um período que antes de mera erosão do poder militar, restringiu todo o poder militar ao horizonte da caserna. Não foi uma retirada, fruto de derrota militar, mas um deslocamento do poder a fim de salvaguardar a instituição e os militares.

5.1 ERNESTO GEISEL, EXÉRCITO E DISTENSÃO

A ascensão do novo general-presidente Ernesto Geisel foi a mais tranquila desde 1964¹³. A volta dos “castelistas” ao poder não representou celeuma intramilitar. Entretanto, não podemos entender esta volta como a saída de um grupo

¹³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.315.

político-militar e a entrada de outro, pois no regime militar tal coisa jamais ocorreu – nos governos após 1964 sempre houve militares, em posição importante, de linha dura e moderada. Não é possível analisar historicamente os governos militares a partir desta simples dicotomia de poder: duros versus moderados – visto que ambos faziam parte de um único sistema de poder, no qual havia a total convergência e os mesmos interesses¹⁴. Nem devemos imaginar que as diferenças quanto à intensidade do poder militar nas vicissitudes de comando, manifestadamente na forma genérica – duros e moderados – necessariamente possam causar dificuldade de mando. Absolutamente, não. As coisas não são tão simples assim na caserna ou nas relações de mando militar, as ordens são cumpridas pelos subordinados (ou não), primeiramente, de acordo com o grau de coesão que vigora na instituição naquele momento e, em tom não muito elevado, com a integração do comandante à tropa. Assim, somente em momento de baixa coesão institucional é que as diferenças político-militares podem ser empecilho ao comando.

A distensão política do Governo Geisel coincidiu com a eclosão de uma crise mundial, esgotando o “milagre” econômico da era Médici. Houve uma objetiva inflexão nos rumos da economia brasileira¹⁵; o absoluto binômio segurança e desenvolvimento passou a não produzir efeitos de verdade, como anteriormente. A segurança cedeu espaço à premência do desenvolvimento econômico, num quadro de tranquilidade social e política, após o esmagamento dos corpos contrários à ordem estabelecida. Portanto, era preciso dar crédito à sociedade civil, rearranjar o fluxo de poder para que não houvesse qualquer relação entre a crise e o regime.

¹⁴ CARONE, Edgar. **Foi Duro Lutar Contra os Duros**. 1979. p.41.

¹⁵ FAUSTO, Bóris. **Na Memória Popular Fica Muito Pouco**. 1979. p.39.

Não podemos desconsiderar a realidade econômica como fator importante para a distensão política, se é mais fácil abrir o regime em tempo de “milagre” econômico torna-se inevitável a abertura em momento de crise, pois é preciso o debate amplo no corpo social, congregando toda a inteligência nacional, para reunir esforços em busca de soluções no campo econômico¹⁶. De sorte que é necessário abrir num regime fechado provocando mudança política capaz de dar conta dos problemas econômicos.

Das demandas da sociedade civil organizada, a mais relevante se encontrava na crítica à repressão política, à tortura expressa nos chamados “excessos” dos aparelhos de repressão – absurdamente, sem nenhuma relação com o Estado Militar. Assim, Ernesto Geisel que como membro do Superior Tribunal Militar pode sentir o custo e o peso da repressão que se intensificou após dezembro de 1968¹⁷, investiu honestamente contra os abusos deflagrados pelos órgãos de repressão. Por sorte, o envolvimento direto de Ernesto Geisel contra a tortura produzia um saldo político positivo no meio civil o que facilitava a efetivação de decisões político-militares do Palácio do Planalto que limitava cada vez mais o fluxo de poder dos “duros”.

O general-presidente montou, à parte do Alto Comando Militar, seu próprio “Estado-Maior”, composto por três militares importantes: o general Golbery do Couto e Silva, na verdade coronel da reserva com proventos de um posto acima, que ocupou o cargo no governo de Chefe do Gabinete Civil da Presidência; o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, militar da ativa, que chefiou o SNI, controlando as informações, o que garantia a governamentalidade do Estado em tempos de

¹⁶ VIEIRA, Roberto A. Amaral. **Crônica dos Anos Geisel**. 1987. p.311.

¹⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.317.

distensão; e o terceiro militar, foi o general Dale Coutinho, Ministro do Exército de Geisel, independentemente da posição conservadora, era um militar leal e disciplinado, capaz de cumprir as ordens do presidente¹⁸; era segundo Geisel: “Um pouco radical, mas muito ligado a mim. Era um ministro que eu poderia, sem dificuldades, levar para minhas posições¹⁹”.

Como a liberalização do regime não se desencadeou por meio de pressão civil a articulação do poder militar foi decisiva, pois não havia organização paisana capaz de exercer força sobre os militares, forçando uma abertura política; não houve, por exemplo, nenhuma greve relevante entre 1969 e 1977²⁰. Contudo, não podemos simplificar a ausência de pressão civil, nos primeiros momentos de liberalização do regime, como sendo a abertura o resultado da boa vontade militar, mais precisamente de Geisel e Golbery – na medida em que a atividade militar exige previsões de longo alcance, prever a virada da opinião pública, que nas sociedades modernas são categorias de poder substantivas, e estruturar-se para a retirada estavam na ordem do dia da política militar, portanto independentemente da ausência de pressão civil, a abertura levou em conta a capacidade de mobilização futura da população, diante de uma crise de longo fôlego que envolvia o país e o mundo. No quadro do “realismo conservador” a mudança do regime respondia a uma necessidade estratégica a fim de evitar o desgaste do regime. A clareza da transitoriedade da ditadura política e a cultura militar de pensar sempre em tempo longo possibilitaram aos “donos do poder” antecipar-se na condução da abertura política. No período Geisel, o governo procurou antecipar-se aos desdobramentos conjunturais da crise e, ainda, manter canais de interlocução com a sociedade civil

¹⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.319.

¹⁹ D'ARAUJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 1997. p.268.

²⁰ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. 1986. p.43.

organizada. No meio militar procurou afastar os generais da caserna do núcleo palaciano – criando as condições para a desmilitarização do poder civil.

Dessa forma, a preocupação maior do Governo Geisel foi a de iniciar a distensão política aproveitando o momento de tranquilidade política, mas para isso dever-se-ia preparar militarmente para enfrentar a oposição advinda não tanto do meio civil, mas mais acentuadamente da corporação militar. Por certo, nesse primeiro momento de distensão política não é possível encontrar a figura de políticos civis importantes do partido do governo na vanguarda do processo de abertura – a não ser a de Petrônio Portella²¹. Para isso a escolha de oficiais generais identificados com o novo sentido dado ao movimento de 31 de março e a centralização político-militar do poder favorecia a total verticalização do mando.

A liberalização do regime envolvia diretamente a difícil relação Exército e distensão, era preciso agregar as práticas de abertura política do governo à corporação militar – sem provocar crise na caserna. O primeiro Ministro do Exército do Governo Geisel foi o general Vicente de Paula Dale Coutinho que assumiu com a difícil tarefa de garantir a mesma coesão militar do comando anterior, num momento de crise econômica mundial e de desfazimento do “milagre econômico”. No discurso de posse o novo Ministro enfatizou:

Ao receber as funções de Ministro de Estado dos Negócios do Exército, agradeço ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General-de-Exército Ernesto Geisel, a confiança em mim depositada, a oportunidade histórica de participar de seu Gabinete Ministerial e o desafio de levar adiante o acervo de dez anos de tranquilidade e de paz construtiva. Para corresponder a esta confiança, tudo darei de mim, em intenção e intensidade, em equilíbrio e firmeza, em disciplina, em franqueza e tenacidade, para integrar-me à unidade, à coesão e ao espírito associativo da equipe de trabalho de Sua Excelência²².

²¹ VIEIRA, Roberto A. Amaral. **Crônica dos Anos Geisel**. 1987. p.334.

²² Noticiário do Exército, 19 de março de 1974.

Dos militares do Exército o ministro esperava a disciplina e a obediência, além do cumprimento do dever e da compreensão. O general Dale Coutinho corroborou, ainda, a visão, que estava atrelada ao sentido de continuidade do Regime Militar, qual seja a de que o Exército era o “fiador da tranquilidade” para assegurar o pleno desenvolvimento do país. Para isso o Exército deveria estar coeso e concentrado nas atividades profissionais. Assim, o compromisso maior de comando era o de “[...] comandar um Exército de verdadeiros soldados profissionais, austeros e sóbrios, desprendidos, abnegados e tenazes; um Exército voltado por inteiro, para sua destinação constitucional²³ [...]”. A intensa disciplinarização dos corpos da caserna, com práticas de docilização militar que os envolvia em atividades de instrução e adestramento constante, formou uma mentalidade profissional identificada com o espírito militar moderno – esvaziado de partidatismo civil²⁴. O sentido de corpo institucional e de constante transformação na caserna reforçava a unidade e abria a instituição para as constantes mudanças. A impessoalidade e o imperativo antes técnico do que político alinhava a instituição à modernidade. Consoante as palavras do general:

Com a consciência de que nada somos por nós mesmos, e de que nossa valia é milagre do espírito de continuidade, da concentração de esforços, da impessoalidade e da união: com o profundo sentimento de que estamos sempre passando na transitoriedade e no revezamento de nossas trajetórias; assim como com a certeza da inutilidade de toda a vanglória, toda a vaidade, toda a ostentação²⁵ [...].

Ernesto Geisel procurou o diálogo com as vozes oposicionistas, principalmente com a igreja progressista, abriu canais de comunicação com as lideranças, porém fechou-se à comunicação com a população em geral – com estilo militar centralizador desmobilizou a AERP, o órgão de relações públicas que no

²³ Noticiário do Exército, 19 de março de 1974.

²⁴ CURY, Levy. **Um Homem Chamado Geisel...** 1978. p.241.

²⁵ Noticiário do Exército, 19 de março de 1974.

Governo Médici teve um papel considerável²⁶. O novo general-presidente comandava o país como um marechal no campo de batalha, em silêncio, ouvindo os líderes e comandando as massas. É improdutivo buscar em Ernesto Geisel uma fronteira clara entre seu pensamento político e o militar, na medida em que a posição de Chefe de Governo jamais o desvinculou da condição de general²⁷. De acordo com a memória de Armando Falcão, Ministro da Justiça de Geisel: “No quinquênio 1974-1979, o condutor máximo dos assuntos políticos gerais, o coordenador final de tudo era o presidente, que selava os ajustes derradeiros e dava a palavra justa, em nome dos interesses nacionais²⁸ [...]”. A centralização absoluta do mando no meio militar refletia bem, pois é inadmissível um chefe militar que não concentre em si a responsabilidade pelo combate.

Ernesto Geisel estruturou seu governo no perímetro da “revolução”, em nenhum momento desconsiderou as prerrogativas autoritárias do Estado Militar para conquistar seus objetivos políticos e militares. Os instrumentos de exceção, segundo Geisel: “[...] não os relegarei de forma alguma; antes, estou disposto a acioná-los sempre, quando isso venha a impor-se para garantir a marcha que já empreendemos para o desenvolvimento político, eficaz e sadio, de nosso país²⁹”. Num quadro de assimetralidade de forças, tratou os problemas de acordo com suas especificidades. Assim, para os problemas técnicos, procurou solução do mesmo campo; para os problemas políticos, buscou saídas políticas; para os problemas da caserna, procurou impor a disciplina militar³⁰. Entretanto, acima de tudo, Ernesto Geisel procurou por meios militares alcançar a normalização da situação política do

²⁶ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.317.

²⁷ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.108.

²⁸ FALCÃO, Armando. **Geisel: Do Tenente ao Presidente**. 1995. p.186.

²⁹ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.I. 1975. p. 194.

³⁰ BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a Revolução...** 1976. p.14.

país – para isso essa operação deveria ser feita com segurança. Segundo ele: “Não se pode liberar o país e daí a pouco ter que voltar atrás. Era uma operação gradativa, lenta³¹”. Sob o ponto de vista de operação militar, levando em conta todos os riscos de guerra, a distensão foi executada. A abertura equivalia a uma retirada do tipo militar, ou seja, a uma operação militar das mais delicadas, pois se ocorresse qualquer descuido, a retirada poderia virar debandada. Todo o cuidado era pouco para que o resultado da operação proporcionasse ordem e paz³². Em sua execução da política de liberalização do regime teve como ponto de apoio as Forças Armadas, não em virtude de total concordância com a abertura, mas por encontrarem-se docilizadas o suficiente para não inviabilizarem a execução da operação.

Apesar do Governo Geisel não apoiar-se na publicidade, na busca da legitimação política por meio da espetacularização moderna, havia clareza de que a distensão e a governamentalidade do Estado precisariam estar par a par com a opinião pública. Em termos práticos representava uma aproximação com os líderes políticos e com a imprensa para que as proposições do governo se transformassem em realidade política. É por esse viés que é possível compreender a intersecção entre o novo sentido da “revolução” e a sociedade civil organizada. Quando o Presidente Ernesto Geisel fez o pronunciamento referente ao décimo aniversário da “Revolução” de 31 de março de 1964, além de toda a lembrança daquele contexto, o general-presidente ainda reforçou a conjunção militar e civil que sustentava todo o ordenamento de poder e o próprio movimento de construção do Brasil novo. No limite, um dos aspectos fundamentais para que o regime não se desviasse na direção do militarismo foi a crescente busca de apoio da opinião pública. Conforme o discurso, a “revolução” foi o momento supremo: “da comunhão entre o Povo e

³¹ D’Araujo, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 1997.p. 260.

³² REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. 2002. p.65.

Forças Armadas que nos tem sustentado ao longo deste árduo decênio³³ [...]”. A própria imagem civil dos presidentes militares, também, foi uma forma de contemporizar o elemento civil na figura do chefe supremo do Brasil.

A proposição de distensão política expressa a posição do Governo Geisel quanto à transitoriedade da ditadura e da governamentalidade militar. A normalização autoritária para os “castelistas” era uma forma passageira de dominação e de organização do Estado³⁴. A desmilitarização do poder civil estava no horizonte político-militar, para isso a condução do processo deveria obedecer à verticalização de poder – em outros termos, ser conduzida estrategicamente pelos próprios militares, seguir a gramática de guerra. Assim, além do comando direto da operação de abertura política conduzida pelo general-presidente houve, também, o apoio do centro de formação político-militar do Exército; a Escola Superior de Guerra, mesmo atuando num campo limitado ao longo da liberalização do regime, operou mudanças importantes na doutrina entre 1974 e 1981 que permitiram a incorporação de conceitos importantes à abertura política, tais como: oposição, participação, partidos extragovernamentais e eleições³⁵. Em suma, os militares incorporaram em sua gramática de guerra conceitos que possibilitavam mudanças na rigidez do modelo de segurança vigente até então. Assim, o sucesso da oposição, ainda que bastante incômodo ao regime, passou a não representar instabilidade à segurança do país; a participação popular e as pressões, paulatinamente, foram desconcatenadas da guerra revolucionária; o pluripartidarismo e as eleições cada vez mais diretas, também, foram tolerados.

³³ Noticiário do Exército, 8 de abril de 1974.

³⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.32.

³⁵ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República.** 1986. p.61.

Não obstante, a distensão em muitos momentos chocava-se contra o sonho militar de sociedade, o ziguezague do processo de liberalização do regime traduz o limite da desmilitarização do poder civil. O Exército – a cultura militar – não se apresenta como instituição de matriz democrática, pois obedece a lógica da verticalização absoluta do poder, do ordenamento em fila, do fluxo de poder de cima para baixo e de negação do conflito interno. Destarte, quando presenciamos a existência de um Estado Militar, necessariamente, encontramos como tendência a vontade de estender ao conjunto da sociedade a imagem de mundo que habita o interior da caserna³⁶. A ausência de conflito capaz de abalar a estrutura de poder foi perseguida pelo regime por meio de normalização das relações de poder. No Governo Geisel concomitante à liberalização do regime, medidas restritivas ao avanço da oposição foram tomadas para assegurar a condução militar do processo de desmilitarização do poder civil. Entre 1976 e 1977 com a lei Falcão e em seguida com o Pacote de Abril, foram adotadas medidas conjunturais de limitação da democracia com o objetivo de garantir a hegemonia eleitoral da ARENA – partido do governo – sem nenhuma ligação com o aperfeiçoamento do regime³⁷. Segundo o pronunciamento de Ernesto Geisel à nação: “Por Ato Complementar de hoje, o Congresso Nacional foi posto em recesso e o Presidente da República, vale dizer, o Poder Executivo, passou a ter poderes legislativos [...]”³⁸. Tudo para a total desobstrução do poder a fim de consolidar sem contradição as reformas no campo do poder judiciário e político.

A ascensão dos militares ao poder político em 1964 revela a desarticulação da sociedade civil que possibilitou o preenchimento militar do poder civil brasileiro.

³⁶ GÓES, Walder de. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.57.

³⁷ COELHO, Thomaz. **À Sombra do Sistema.** 1982. p.128.

³⁸ GEISEL, Ernesto. **Discursos.** Vol.IV. 1978. p.82.

Não é tudo, pois é possível elencar outros elementos, como o frágil liberalismo institucional, o profundo autoritarismo presente nas relações sociais, o constante emprego da força como mecanismo de silenciamento dos corpos – ao invés de firmar consenso – ainda, a presença de interesses conservadores hegemônicos³⁹. Ademais, há um mito na política republicana brasileira que percebe a instituição militar como um cadinho de ordem diante da anomalia constante presente na política nacional; a corporação é vista como panacéia que nos momentos de crise pode salvaguardar a nação e, fundamentalmente, o Estado. Como a caserna apresenta a mesma ojeriza ao conflito que a sociedade civil, nos momentos de difícil estabelecimento do consenso político, para evitar o conflito, os militares impõe à sociedade civil a mesma ordem da caserna. Nesse sentido, é impossível uma leitura da história do regime autoritário brasileiro pelo viés dicotômico – de um lado os militares e de outro a sociedade civil – pois, no mundo moderno a permanência no poder exige um grau importante de consentimento geral. Em suma, no imaginário político republicano brasileiro havia espaço para a eventual governamentalidade militar; logo as vicissitudes que internamente possibilitaram a militarização do poder civil não estavam deslocadas do mito da salvaguarda militar da nação presente da cultura política brasileira.

Podemos, por certo, observar esse mito nas publicações conservadoras. Em 1974 o *Noticiário do Exército* transcreveu um artigo do *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, em que Luiz Giacobbo discutia a “Abertura Política” num viés conservador. A defesa da ação militar na política conduziu o mote dos argumentos; na dicotomia civil-militar, os militares apareciam como corpos culturalmente preparados, visto que durante os longos anos de formação militar, os corpos da caserna foram plasmados

³⁹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.27.

nos princípios da hierarquia e da disciplina, já os civis, segundo o autor, não conseguem efetivar educação tão rigorosa, é o que explica a deterioração do comportamento civil, político e econômico. Resumindo, os militares carregavam a moralidade necessária para apagar todo o incêndio político provocado pelos civis. Do texto de Luiz Giacobbo podemos inferir como elementos importantes, primeiramente a relevância do texto para a leitura na corporação, acentuando, assim, a superioridade militar diante dos civis num contexto de primeiros passos da distensão política; outro aspecto do texto, diz respeito à ênfase dada ao caráter de Estado administrado por militares, sem ser dirigido por eles, numa "democracia" verticalizada, onde a tensão social e política apresentavam-se como ameaça da ordem estabelecida. Eis um trecho do artigo:

Há, é bem verdade, que se distinguir entre regime militar e regime administrado por militares. Nem sempre um país dirigido por militares vive sob regime ditatorial. Da mesma forma, nem sempre um país sob o regime de ditadura é presidido por militares. Nós temos exemplos dessa distinção. O que desejo salientar é que nas horas amargas, nos momentos cruciais da vida do povo, da história de uma nação, é nos quartéis que a sociedade vai buscar os homens talhados à sua salvação⁴⁰.

A desmilitarização do poder civil necessariamente levaria à concentração da totalidade dos militares no cotidiano da caserna. Em síntese, significava deslocar a oficialidade, principalmente a cúpula militar, para o campo estritamente profissional, pois em longo prazo os interesses militares deveriam ser dissociados da política civil, a função exercida por militares de polícia repressiva e de responsáveis diretos pelo binômio "segurança e desenvolvimento" deveria ser substituída pela preparação contínua dos corpos, agora limitados à segurança a partir da modernização dos equipamentos e da organização e planejamento da defesa. Esta proposição

⁴⁰ Noticiário do Exército, 8 de maio de 1974.

seduzia o grosso do oficialato, naquela altura, já bastante desgastado com a presença de chefes militares em constantes querelas políticas e corrupção⁴¹.

No entanto, o profissionalismo militar não representou uma abertura da instituição à aceitação da esquerda política como parte da vida democrática moderna. A guerra revolucionária persistiu como doutrina militar, assim, o aumento do efetivo militar e o constante reaparelhamento da corporação representavam investimentos fundamentais para o combate ao comunismo. Certamente, a liberalização do regime atingiu com maior intensidade antes o Estado do que a instituição militar.

Em 1974 houve um aumento importante no efetivo do Exército, com a intenção de alinhar o número de homens às necessidades de defesa, sem afetar o desenvolvimento do país. De um efetivo de 172 mil homens, quase o mesmo dos últimos 19 anos, passou-se para um efetivo de 182 mil e 909 homens. Acrescentando, no efetivo geral, 5 mil e 425 homens no Exército, dos quais se distribuíam em 10 generais-de-exército, 37 generais-de-divisão, 82 generais-de-brigada, 550 coronéis, 1380 tenentes-coronéis, 1800 majores, 4450 capitães, 7 mil 1º e 2º tenentes, 35500 subtenentes e sargentos e 132 mil cabos e soldados. Nas motivações administrativas para o aumento do efetivo estavam, além do reaparelhamento e da criação de novos órgãos militares a fim da modernização da Força Terrestre, os imperativos conjunturais, decorrentes da guerra revolucionária, que, segundo o Ministro Frota, deslocaram para novas funções militares sem aumento real do efetivo, dessa forma:

⁴¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.320.

Imposições conjunturais relacionadas com a segurança interna do país, em que teve aspecto expressivo a tentativa de escalada da subversão organizada nos anos de 1967 e 1968, levaram o Exército a aparelhar-se para fazer face à nova dimensão apresentada pela guerra revolucionária e, logo a seguir, tomar a si a responsabilidade de planejar e coordenar as ações contra o terrorismo que passou a ameaçar a tranquilidade da vida nacional. Para isso, foram criados os Centros de Informações do Exército e, nas diversas áreas, ou destacamentos de operações de informações, tendo seus integrantes sido retirados dos efetivos de outras organizações militares⁴².

O anticomunismo militar no Governo Geisel assumiu perspectiva pragmática. O restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China substantivava uma política que levava em conta os interesses do Estado independentemente dos extremismos ideológicos. Em agosto de 1974 o general-presidente iniciou consulta ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) a fim de legitimar sua posição. Os sete membros do CSN foram contrários ao reatamento de relações com a China, portanto, em termos práticos, Ernesto Geisel não tinha o apoio dos três ministros militares, do Chefe do EMFA e dos Chefes do Estado-Maior do Exército, da Aeronáutica e da Marinha – ou seja, o topo da hierarquia militar das Forças Armadas mostrava-se intransigente, porém, independentemente da posição dos chefes militares, dentro da postura político-militar de centralismo decisório, como um marechal no campo de batalha, Ernesto Geisel manteve posição de reabertura de relações diplomáticas com a China. Para evitar celeuma militar, o general-presidente enviou emissário para demover a posição dos chefes contrários, assim, cinco dos altos chefes militares voltaram atrás e fecharam posição com o presidente⁴³. A contradição entre o interesse de Estado e o das Forças Armadas ficou evidente, como também, a força do governo para superá-la. O general-presidente não se furtou em ouvir os chefes militares, mas a decisão final coube ao

⁴² Noticiário do Exército, 5 de novembro de 1974.

⁴³ GÖES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.32.

mais antigo – ao chefe maior. No mundo militar essa é a norma geral, no entanto como o Conselho Nacional de Segurança não corresponde formalmente à instância meramente militar, o general-presidente orientou os chefes subordinados a ele para assegurar uma imagem política de uma decisão que foi, verdadeiramente, militar na condução. A votação contrária na primeira consulta revela que o anticomunismo militar no cimo hierárquico ainda apresentava-se como ponto inflexível, diferentemente do Estado Militar que moderadamente dava os primeiros passos na direção do diálogo e das trocas econômicas com os países que outrora se apresentavam como ameaça.

A revolução modernizadora de 1964, na visão de Geisel, estava estruturada estrategicamente no binômio do desenvolvimento e da segurança, contudo reconhecia que em essência o desenvolvimento era o predominante. Era a concepção de o máximo de desenvolvimento possível, com o mínimo de segurança indispensável. Em realidade, o mínimo de segurança indispensável resulta na integração ordenada dos diferentes graus de segurança alcançados e desejados, em todos os setores de defesa⁴⁴. Destarte, o aperfeiçoamento das instituições, não deveria por em risco a paz e a ordem – não deveria prejudicar o desenvolvimento político do país, a distensão política foi articulada sem prejuízo ao mínimo de segurança necessária para o desenvolvimento econômico e social do Brasil⁴⁵.

No período Geisel a classe empresarial começou a esboçar descontentamento. Depois de apoiar completamente a instalação do regime militar, no momento de crise econômica e de adoção por parte do governo de medidas estatizantes contrárias ao tom liberal da burguesia moderna, as críticas da burguesia

⁴⁴ JORGE, Fernando. **As Diretrizes Governamentais do Presidente...** 1976. p.288.

⁴⁵ Ibid., p.320.

nacional passaram a incomodar a governamentalidade do Estado Militar. Num contexto em que a ameaça não passava de simulacro, a segurança passou a não empolgar substantivamente o empresariado brasileiro. Efetivamente, como o momento era de instabilidade econômica, o desenvolvimento era o que interessava, o perigo era antes de ordem econômica do que política. O presidente do Sindipeças (futuro presidente da FIESP), Luís Eulálio Bueno Vidigal, declarou que o Brasil não poderia ser administrado como um quartel em tempos de dificuldade econômica. A burguesia confiava nos saberes mais técnicos do que militares para a superação da crise econômica.

Além disso, a abertura política, ainda que em grau pequeno, mas nada desprezível, trouxe à superfície contradições cada vez mais evidentes entre o pensamento militar clássico – o ritmo ordinário da caserna – e a tecnoburocracia que num contexto de modernização conservadora exigia a sofisticação profissional – a formação técnica – para o funcionamento do Estado. O general-presidente Geisel possivelmente impressionado com a eficiência dos burocratas civis procurou reduzir a presença de militares como gestores de empresas do Estado⁴⁶. Por certo, no interior do Estado uma burocracia civil apresentava-se, cada vez mais, em condições de administrá-lo com eficiência superior aos militares. Assim, passou a ser essencial para a governamentalidade a racionalização burocrática, ou melhor, a presença de especialistas civis com capacidade de manter o ordenamento do Estado deslocado da égide militar. Ademais, a presença de militares em desvio de função sempre foi motivo de querela por parte daqueles militares que concentram suas atividades na caserna. O controle do Estado pelos militares proporcionava maior presença de militares em atividades outras, nem sempre preparados para a

⁴⁶ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.71.

função. Numa época de modernização intensa no país não era mais possível suportar especialistas (técnicos) serem preteridos em nome da segurança proporcionada pela presença da burocracia fardada.

Os chefes militares procuraram refutar as pressões do empresariado demonstrando que a segurança era indispensável ao desenvolvimento; para o general Dilermando os empresários deveriam compreender que enquanto trabalhavam produzindo a riqueza era o Exército que garantia a segurança. Independentemente das pressões do setor empresarial não houve a formação de coalizão política com a sociedade em geral para acelerar a abertura⁴⁷.

O anticomunismo militar plasmado no regime desde os primeiros anos de estabelecimento da nova ordem passou a ser controlado institucionalmente para que não se transformasse em matéria política. No corpo militar vivia-se intensamente o inimigo comunista, mas como corpo antes belicoso do que político. A premência de desenvolvimento e de segurança – binômio moderno – consumia a tropa em exercícios cotidianos de combate ao inimigo e de apoio ao desenvolvimento. De forma que integrar-se ao desenvolvimento estava na mesma ótica da defesa da pátria contra a ameaça vermelha. Com efeito, no Governo Geisel a integração dos militares ao desenvolvimento do país ainda era corrente. No editorial do *Noticiário do Exército*, de novembro de 1974, referindo-se aos soldados, podemos ler:

Onde a pátria exigir os teus serviços, nos grandes centros urbanos ou nos mais longínquos rincões, estarás sempre de sobreaviso, despertando a confiança e zelando pela tranquilidade de nosso povo. Povo a que pertences, de onde emanas com orgulho e a quem serves, continuamente. Não somente proporcionando Segurança – tua missão precípua e intransferível – mas colaborando, sempre que necessário, na gigantesca obra do Desenvolvimento Nacional⁴⁸.

⁴⁷ BALOYRA, Enrique. **Os Vários Momentos da Transição Política...** 1988. p.56.

⁴⁸ Noticiário do Exército, 15 de novembro de 1974.

Ernesto Geisel demonstrou sinceridade para com a abertura do regime e o aperfeiçoamento democrático do país estava na ordem do dia em seu governo. Contudo, o desenvolvimento do país com base na segurança era incontornável – a tranquilidade social, política e econômica da pátria era indispensável para a superação da crise econômica. Em suma, o governo que iniciou a “oxigenação democrática” o fez dentro de um campo de perspectiva e de visão de mundo eminentemente militar⁴⁹. As modificações necessitavam ser realistas e oportunas para não quebrarem o clima de tranquilidade indispensável ao desenvolvimento do país⁵⁰. Nesse sentido, a distensão deflagrada no Governo Geisel não foi exclusivamente política, mesmo que de propósito político desencadeou-se como operação militar – no posto de “marechal” Ernesto Geisel investiu na centralização geral de comando. Assim, a harmonia militar com a subordinação da caserna às novas medidas de governamentalidade do Estado Militar era condição *sine qua non* para a execução da missão. Na entrega das espadas, em 1975, aos novos generais-de-brigada do Exército, com a presença do general-presidente Ernesto Geisel, os discursos militares convergiam na direção dos propósitos do governo. O Chefe do EME, que no evento é o responsável pelo discurso de abertura, pronunciou palavras de acalanto à governamentalidade do Estado Militar, destacando o sentido simbólico da posse da espada a partir do seguinte discurso:

Símbolo da força, que se tem indispensável porque defensora da pátria e garantidora dos poderes constituídos, da lei e da ordem, a espada deve lembrar-nos, também, e permanentemente, que o nosso ofício é a guerra – que devemos prever, estudar e preparar, em todos os seus aspectos e formas – precisamente para que jamais possa sobrevir⁵¹.

⁴⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.326.

⁵⁰ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.I. 1975. p. 119-120.

⁵¹ Noticiário do Exército, 11 de setembro de 1975.

Numa época de participação política de militares restrita ao topo da hierarquia na administração direta do Estado, a lembrança aparentemente óbvia do Chefe do EME, demandava no envolvimento mínimo ou nulo dos militares da caserna, em particular dos generais, na política do governo. Assim, conforme o Chefe do EME: “Espera o Exército que Vossas Excelências consagrem todos os momentos e energias do generalato às tarefas de planejamento e da preparação para a guerra [...] ⁵²”. Numa verdadeira estrutura de guerra, o general-presidente Ernesto Geisel administrou a descompressão política sempre levando em conta uma resposta militar à própria caserna, para isso o presidente distribuiu os comandos de tal forma que aqueles chefes militares contrários à distensão não poderiam empreender golpe militar – descartando a ameaça militar, da mesma forma que procurou, na medida do possível, aproximar os chefes militares leais de sua área de defesa. Ernesto Geisel ordenou a transferência de dois generais de confiança de Sylvio Frota, os generais Mário O’Reilly de Sousa e José Luís Coelho Neto, que comandavam respectivamente a brigada de infantaria em Petrópolis e a Vila Militar na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Geisel: “Eram dois generais da sua confiança, um deles muito radical, dando a impressão de que Frota estava montando seu próprio dispositivo de apoio. Numa emergência [...] eles ficariam do lado dele!⁵³”. Por certo, a abertura política estava acompanhada de uma visão militar que dispôs estratégia e tática de defesa para assegurar o sucesso da operação⁵⁴.

Além dos dossiês e da consciência de uma época, também temos que adicionar à leitura do real vivido as práticas historicamente organizadas que

⁵² Noticiário do Exército, 11 de setembro de 1975.

⁵³ D’Araujo, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 1997.p. 374.

⁵⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.61.

possibilitam, dão sentido e localizam o campo político do discurso oficial⁵⁵. De fato, o Exército como instituição procurou aproximar-se da população civil como estratégia de governamentalidade, na modernidade a opinião pública pesa diante de qualquer política hegemônica. O regime militar não descartou em nenhum momento a aproximação com o mundo civil; na descompressão política foi exigida dos generais postura de aglutinação interna e de consenso na comunidade civil. Assim a distensão, também, implicou a aproximação entre a instituição e a sociedade civil. No discurso do Chefe do EME, general Fritz Azevedo Manso aos novos generais, em dezembro de 1975, pode-se ler:

A instituição confia na aptidão profissional de seus novos Generais, em seu espírito público, em sua capacidade de aglutinar e guiar seus subordinados, de somá-los uns aos outros e a cada cidadão da comunidade civil, para que o Exército seja, cada vez mais, fator de convergência e de serviço, instrumento da justiça e da liberdade, da agregação e do consenso, centelha de solidariedade, de renovação e de progresso social⁵⁶.

No exercício da presidência Ernesto Geisel centralizou tanto o poder político como o poder militar, com intensidade superior a Vargas no Estado Novo. O general-presidente colocou-se de forma categórica como o único interprete da “revolução”, de forma que não havia espaço para desenvolver hermenêutica contrária à estabelecida por ele. O sentido e a perspectiva do movimento de 31 de março partiam do governo, do chefe do Estado Militar – o mais antigo no posto de comandante da “revolução”. Em realidade, essa política representava substantivamente a neutralização da autonomia do setor militar, um maior controle dos órgãos de repressão, mesmo a custo elevado, com a demissão de comandantes militares de área ou com a transferência de militares espalhados pelo imenso Brasil, punindo de forma indireta aqueles que se contrapunham ao novo ordenamento

⁵⁵ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.XIII.

⁵⁶ Noticiário do Exército, 23 de dezembro de 1975.

político⁵⁷. A imagem do general-presidente como interprete da “revolução” dominava o imaginário político-militar. Tanto que no final do ano de 1975 o general Sylvio Frota, Ministro do Exército, ao proporcionar um almoço de confraternização para homenagear o chefe da nação procurou, no discurso de saudação, enfatizar o papel do chefe maior das Forças Armadas como a encarnação do presente e do futuro da “revolução” – de tal forma que como interprete do movimento de 31 de Março encontraria o Exército coeso e subordinado ao seu poder. Eis as palavras pronunciadas por Sylvio Frota:

Os propósitos renovadores e saneadores da Revolução de 1964, dos quais Vossa Excelência é, hoje, o interprete maior e fiel executor, encontram em nós, militares, apoio franco e irrestrito. Por isso mesmo, não existirão intrigas e nem pessimismo que possam dividir-nos ou abalar nossa lealdade ao Chefe do Governo⁵⁸.

Não obstante, o atrelamento ao Chefe do Governo do sentido da “revolução” nos anos seguintes provocou uma luta intramilitar, ainda que localizada, em torno do verdadeiro sentido do movimento político-militar pós-64. Amiúde, Ernesto Geisel concentrou em si, num tom militar, a responsabilidade pelo destino da “revolução”. Para tal a distensão teve que ser conduzida pelo general-presidente com apoio civil, sem atropelos, utilizando, ao longo do processo político, todos os meios normalizantes e coercitivos proporcionados pela própria “revolução”. Como militar de vocação e de formação Geisel valorizava altamente o espírito de coesão⁵⁹. O alerta anticomunista, também, estava presente no discurso de Ernesto Geisel, uma forma de contemplar e hierarquizar a vigilância do Estado Militar, visto que abaixar a guarda anticomunista, naquele momento, poderia aumentar a força político-militar dos militares de linha dura e, portanto, enfraquecer o mando do general-presidente.

⁵⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.85.

⁵⁸ Noticiário do Exército, 30 de dezembro de 1975.

⁵⁹ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.II. 1976. p.300.

Dessa forma, no discurso de Ernesto Geisel procurou enfatizar a certeza da coesão do Exército e das demais forças, centradas no trabalho profissional e imune à infiltração comunista⁶⁰. Nos setores políticos conservadores percebia-se que a distensão interna do país abria caminho para o retorno da esquerda ao cenário político brasileiro⁶¹ – em realidade a ideia de infiltração também foi importante para limitar o campo da democracia que se ampliava vagarosamente, além de contentar os ultraconservadores militares e civis.

Na comemoração do Movimento de 31 de Março, em 1976, o general-presidente no interior da caserna – na Vila Militar – fez pronunciamento em que assegurou a condução do processo de aperfeiçoamento do regime utilizando todos os meios postos pela própria “revolução”. Para isto, a caserna deveria marchar em passo sincronizado com o governo. Assim, consoante Ernesto Geisel:

De mim devo dizer que, apesar desta tarefa difícil, mas honrosa, que pesa sobre meus ombros, dela me desempenharei. Cumprirei o meu dever, com todas as minhas forças, usando todos os meios e recursos de que o Governo dispõe. Levarei a cabo, e creio que levarei a bom termo esta tarefa, e sinceramente lhes digo com todos os desencantos, todas as dificuldades que a vida governamental proporciona, ainda tenho o ardor e a esperança de que chegaremos a bom termo. [...] São os meus votos e eu lhes peço que comigo brindem pela sua realização⁶².

A distensão política foi construída institucionalmente como parte da estratégia militar de aperfeiçoamento do regime, depois do “milagre” econômico era a vez da abertura controlada – daquilo que os militares qualificavam de “democracia responsável”. Dessa forma, toda a pressão civil era percebida como quebra da hierarquia da própria “revolução”. Na realidade, os civis na distensão, *grosso modo*, ocuparam o mesmo papel dos desdobramentos que puseram fim ao Governo de

⁶⁰ Noticiário do Exército, 30 de dezembro de 1975.

⁶¹ BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a Revolução...** 1976. p.33.

⁶² Noticiário do Exército, 8 de abril de 1976.

Jango – qual seja, o papel de coadjuvantes. O endurecimento do regime e a distensão política – lenta, gradual e segura – foram obra dos militares no governo, assegurada pelos militares da caserna. Assim, tanto a oposição armada ao regime como a oposição ao tipo de distensão executada pelo regime foram vistas como ato maligno a fim de evitar o desenvolvimento social, político e econômico do país. De acordo com o Chefe do EME, em junho de 1978, Ariel Pacca da Fonseca:

Existem muitos inconformados com o progresso do Brasil nestes 14 anos; os inimigos da revolução têm procurado obscurecer os fatos que caracterizam esse progresso, quando não, retardá-lo e mesmo impedi-lo. E isso ocorre, coincidentemente, nas oportunidades em que os governos da Revolução buscam aberturas democráticas. Assim, por diversas causas, inclusive por faltas de compreensão de muitos, por excessos de alguns e até por amadurecida má fé de outros poucos, tem sido impedido que o aperfeiçoamento das instituições democráticas se efetive sob a égide da Revolução. Ainda agora presenciamos procedimento idêntico de minorias, quando a Revolução, impregnada de responsabilidade de conduzir a nação brasileira à normalidade democrática, encontra reação de toda a ordem, às quais se integraram frustrados que, até ontem, aplaudiam a tudo, ambiciosos do poder e, mesmo, revolucionários de última hora que, apesar disso, conseguiram galgar posições por poucos atingidas⁶³.

A descompressão política exigia o apoio da instituição – abrir o regime com a mesma força institucional que possibilitou seu fechamento. Num frágil equilíbrio político, o governo deveria buscar o apoio militar e controlar a pressão oposicionista, para legitimar-se frente aos militares. Assim, medidas autoritárias de contensão política foram necessárias, produzia-se, com isso, um saldo positivo de poder que possibilitava combater a linha dura⁶⁴. Esta política possibilitou uma governamentalidade que controlava tanto as forças políticas civis como as militares. A coesão militar foi conduzida por Ernesto Geisel acima de todos os comandantes, pois a sujeição da burocracia fardada ao projeto do governo, em contexto de crise econômica e de abertura do regime, era fundamental para evitar a anomalia política. Se a coesão militar foi necessária para estruturar a nova ordem, da mesma forma, a

⁶³ Noticiário do Exército, 14 de junho de 1978.

⁶⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.320.

unidade da corporação representou condição impreterível para assegurar o processo de desmilitarização da política civil. Segundo o Chefe do Estado-Maior do Exército, dirigindo-se ao Ministro do Exército, general Bethlem:

Damos-lhe a certeza de que os maus brasileiros não conseguirão dividir-nos, porquanto todos sabemos e cada um de nós tem convicção de que a força do Exército está na sua coesão e na sua unidade, que são mantidas com base na disciplina e na união geradas pela confiança recíproca entre chefes e subordinados e cimentadas pelos exemplos dos chefes que agem como V. Exa, sempre conscientes de nossa responsabilidade perante a Pátria Brasileira⁶⁵.

Nos setores civis e militares conservadores havia a consciência de que as reformas realizadas no regime para arejar o Estado Autoritário somente poderiam fazer-se realidade por meio da ação segura das Forças Armadas. A imagem dos saltos qualitativos dados no país, ao longo da história brasileira, reforçava a certeza de que sem a condução militar nada de moderno no campo social, econômico e político seriam viáveis⁶⁶. No regime militar o discurso centrava-se numa lógica própria – logocêntrica – uma super-racionalidade que se fazia hegemônica graças à militarização da política civil⁶⁷. A distensão política do regime militar correspondeu à gramática de guerra, não dizia respeito ao campo imaginado da pólis, mas aos imperativos estratégicos e táticos de defesa a fim de garantir a segurança necessária ao ordenamento social. Num duplo movimento – lento, gradual e seguro – que investiu seriamente na desmilitarização da política civil paradoxalmente conservando o poder da burocracia fardada. De forma que a retirada militar do poder civil deveria, também, garantir a autonomia diretiva dos militares do topo hierárquico sobre a instituição e todos os assuntos referentes a ela.

⁶⁵ Noticiário do Exército, 14 de junho de 1978.

⁶⁶ BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a Revolução...** 1976. p.43.

⁶⁷ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise.** 1982. p.19.

Nesse sentido, houve a desmilitarização do poder político civil em detrimento da militarização do poder militar. Com efeito, no Brasil ao contrário do aforismo de Georges Clemenceau, os assuntos militares são por demais importantes para pairarem na esfera exclusivamente civil. Destarte, não é possível descolar das intenções e das práticas de abertura política o elemento militar, portanto as pressões da caserna sobre o Governo Geisel eram antes de coloração militar do que política. O general Ariel Pacca da Fonseca, Chefe do EME, em setembro de 1978, discursa para os novos generais assegurando os propósitos militares da distensão política, logo todo o corpo que se contrapunha à abertura do regime postava-se como inimigo de guerra. Assim, conforme o general:

Apesar dos propósitos claros e sinceros e da necessidade evidente de uma evolução gradual, ainda há os que a isto se contrapõem, por demagogia, má fé, ou talvez, por que não possuem a sensibilidade suficiente para perceberem que o processo deve estar sujeito somente a riscos calculados. Não que julgamos nosso povo capaz de ganhar as ruas numa euforia desabrida, para fazer agitação pela simples revogação do AI-5; muito ao contrário, sabemos que o povo brasileiro é ordeiro, patriota e consciente de que as medidas de exceção em vigor não foram adotadas contra ele. Preocupa-nos a agitação de grupos insuflada, estimulada ou, mesmo, comandada por maus brasileiros, normalmente em proveito de objetivos pessoais e de interesses escusos e estranhos à nacionalidade, como se sucedeu em 1968⁶⁸ [...].

Essencialmente, dentre as metas do Governo Geisel estava o estabelecimento da democracia no Brasil. Pleiteava-se uma democracia em que o partido do governo permanecesse no mando, sem grande contestação. Havia também como meta de sustentação de toda a legitimidade política a busca do crescimento econômico; o grupo palaciano tinha ciência da importância do desenvolvimento econômico como mecanismo de conquista da opinião pública, a repressão política no Governo Médici não tomou corpo negativo graças à aceleração

⁶⁸ Noticiário do Exército, 5 de setembro de 1978.

econômica⁶⁹ – ou seja, sabia-se que havia alguma relação inversamente proporcional entre a queda da taxa de crescimento econômico e a ascensão da credibilidade da oposição frente aos eleitores. Por certo, a recessão econômica era percebida, em larga medida, antes como um problema político do que como um fato econômico⁷⁰ – poder-se-ia acrescentar que no regime militar a crise econômica ainda se colocava como problema de ordem da tranquilidade pública, postando-se como questão de segurança.

Não representava qualquer contradição apontar para a democracia abrir lentamente o regime enquanto medidas autoritárias eram gestadas no palácio. A retórica liberal e a ação ditatorial foram congruentes ao longo do processo de abertura política⁷¹. Efetivamente, não era uma mera abertura política, mas uma lenta, gradual e segura liberalização político-militar; a gramática de guerra, ou melhor, os riscos militares para o Estado e para a instituição militar foram cuidadosamente calculados. De forma que a ameaça à abertura colocava-se também como um perigo ao mando militar – diretamente representado na figura do general-presidente⁷². É preciso observar que a abertura iniciada por Ernesto Geisel provocou enfrentamentos, muito mais na ordem militar do que política, a resistência no interior na própria estrutura de sustentação do regime⁷³, em outras palavras, no seio da corporação armada, foi o principal problema a ser enfrentado.

Para Edgard Carone: “[...] Geisel representa não só a tentativa, mas o esforço positivo de abertura⁷⁴”. Por certo, depois de longo tempo de autoritarismo militar, Ernesto Geisel compreendeu que uma mudança era necessária; o fechamento do

⁶⁹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.321.

⁷⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. 2003. p.438.

⁷¹ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.16.

⁷² WEFFORT, Francisco C. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.59.

⁷³ FAUSTO, Bóris. **Na Memória Popular Fica Muito Pouco**. 1979. p.40.

⁷⁴ CARONE, Edgard. **Foi Duro Lutar Contra os Duros**. 1979. p.41.

sistema político, em nome da segurança total, não se justificava diante da realidade nacional; a oposição, verdadeiramente, nunca representou a ameaça militar ou política, pelo menos com intensidade proporcional às medidas de exceção e às práticas de repressão engendradas pelo regime⁷⁵. A desmilitarização do poder civil estava no horizonte político-militar, mas como condução belicosa sustentada pela tropa dócil, disciplinada e ligada diretamente ao general-presidente. Nesse sentido, Geisel apresentou-se antes como o marechal da abertura do que como o estadista, pois se empenhou militarmente para garantir maior “oxigenação democrática” ao país. A imagem apresentada por Paulo Brossard de Geisel como um autêntico imperador à moda antiga, que mandava em tudo⁷⁶, retrata o corpo de um chefe de guerra no campo de batalha: centralizador e autoritário – o marechal não é aquele que respeita e acata a decisão da maioria, mas aquele que, objetivamente, a conduz.

5.2 SYLVIO FROTA, ANTICOMUNISMO E TENSÃO MILITAR

O perigo vermelho depois do Governo Médici em realidade não passava de um espectro que rondava a cabeça da linha dura. As guerrilhas armadas, em essência, não sobreviveram à repressão – exceto pequenos grupos isolados na Amazônia, sem qualquer possibilidade de ameaça real. Entretanto, as forças de segurança – conduzidas pela linha dura – persistiam em continuar procurando inimigos perigosos mais imaginários do que reais. O grupo palaciano, que controlava o poder no Governo Geisel, ainda percebia como inimigo real os subversivos

⁷⁵ FLYNN, Peter. **Os Militares e o Controle do Estado**. 1979. p.46.

⁷⁶ WEFFORT, Francisco C. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.52.

comunistas, porém sabia-se dos riscos que as forças de segurança representavam à liberalização, também, havia consciência de que os “duros” estavam superestimando a ameaça comunista como forma de fazer oposição política ao Governo Geisel⁷⁷. É nesse contexto que se descortina a resistência de Ernesto Geisel à tortura, de forma mais contundente: combater o excesso de força era mais uma medida de neutralização da oposição militar ao governo do que uma atitude de contrariedade à tortura como método militar para obter informações.

No momento mais delicado da abertura política – na distensão do Governo Geisel – o Ministro do Exército general Sylvio Couto Coelho da Frota apresentou-se como líder da oposição militar mais conservadora, a linha dura. Num contexto político-militar de alto centralismo de mando no Estado Militar a oposição desencadeada por Frota possibilita-nos compreender a presença de dispositivo de resistência à liberalização política no Exército e o limite desse dispositivo no jogo das relações de poder. Frota era o típico corpo militar da nova ordem estabelecida, disciplinado o suficiente para manter o Estado Autoritário, mas indeciso frente à distensão política – acreditava que o país ainda corria perigo de subversão comunista, considerava a liberalização como meio para amenizar a repressão política e percebia uma visível mudança de estratégia dos comunistas – depois da derrota militar a infiltração comunista no partido de oposição (MDB), na igreja e em todas as instituições era para ele uma realidade⁷⁸.

O general Sylvio Frota após comandar o I Exército, em 1974, assumiu o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército – cargo de assessoramento ordinário do Ministro do Exército. Entre 1972 a 1974 o general combateu a subversão armada

⁷⁷SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.320.

⁷⁸SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.385.

concentrando prioridade à segurança interna com ações preventivas e repressivas à ameaça comunista. Diante disso, efetivou investimentos na remodelação, construção e ampliação das instalações de organizações especiais para o melhor funcionamento do DOI-CODI na área – com a dotação de moderno equipamento de comunicação e armamento, par a par com a reformulação do sistema de informações garantindo, assim, maior eficiência policial-militar nas operações⁷⁹. A intensa atividade do general em apoio aos órgãos de repressão política, em total envolvimento com o combate interno, correspondia, também, à afinidade de Frota com a ideia do perigo constante e com a resposta policial-militar em tempo longo. Frota era intransigente com relação à presença de tortura no Exército, independentemente dos fatos contrários; segundo ele: “Nunca vi nem soube da prática de violência, torturas ou da existência de aparelhos que a permitissem⁸⁰”. Ou seja, a cúpula militar desconhece a existência de tortura. Assim sendo, em 1974 chegava ao EME para chefiá-lo um general que independentemente da realidade posta, de esmagamento da oposição armada, ainda insistia em prever perigo iminente. Consequentemente, a guerra revolucionária mostrou-se atual e com ela todo o imperativo de vigilância e controle necessário ao combate – o que implicava diretamente a negação da liberalização política e de seu corolário – maior “oxigenação democrática” – que representava a desmobilização, em última instância, das medidas de exceção. Dessa forma, conforme o general Sylvio Frota:

As agitações ideológicas, que definem o panorama mundial, e as suas repercussões nas diversas regiões brasileiras, deram realce à Guerra revolucionária como uma das mais sérias questões a encarar pelos altos chefes militares. É dever combatê-la, frontal e energicamente e orientar com firmeza e inteligência as ações de natureza psicológica, objetivando

⁷⁹ Noticiário do Exército, 11 de abril de 1974.

⁸⁰ FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2006. p.129.

neutralizar a propaganda subversiva e levar à comunidade civil a verdadeira imagem do Exército – pura e democrática⁸¹.

Em 24 de maio de 1974 acometido de distúrbio cardíaco faleceu o Ministro do Exército Vicente de Paula Dela Coutinho⁸², militar completamente integrado à política palaciana – comandante importante para o respaldo militar à distensão política. Destarte, imediatamente, foi nomeado o general Sylvio Frota para assumir a pasta ministerial. Obedecendo ao critério antes militar do que político, Ernesto Geisel empossou Frota como ministro – militar que no ordenamento natural da caserna figurava com antiguidade suficiente para assumir o posto de comandante geral do Exército. Quando avaliamos em pormenor a vida militar de Frota é difícil acreditar que sua postura oposicionista tenha sido em decorrência da sedução pelo poder máximo da República Militar – como se ele tivesse sido picado pela mosca azul do poder – visto que Frota representava o corpo militar do topo da hierarquia extremamente identificado com o anticomunismo e a repressão política. Dentre as inúmeras funções exercidas no Exército, ele foi responsável pela organização do Centro de Informações do Exército na gestão de Lyra Tavares⁸³. Portanto, se Frota foi escolhido para chefiar o ministério e, conseqüentemente, houve a escolha de chefes militares identificados com ele para ocupar postos-chaves na corporação militar, sabia-se exatamente o risco que representava. Em poucas palavras, se Geisel não tivesse, como também o grupo palaciano, consciência do limite que Sylvio Frota teria para manobrar com a resistência oposicionista, dificilmente ele seria aceito como ministro. A presença de militares da linha dura em posição privilegiada de poder é um bom indício para o entendimento do exercício de poder da corporação sobre os corpos da caserna. Em suma, o centralismo de poder de

⁸¹ Noticiário do Exército, 24 de abril de 1974.

⁸² Noticiário do Exército, 27 de maio de 1974.

⁸³ Noticiário do Exército, 28 de maio de 1974.

Ernesto Geisel deveu-se mais ao sucesso do regime militar na governamentalidade da população da caserna, forjando corpos dóceis e submissos à ordem estabelecida, do que à sua personalidade autoritária.

Ernesto Geisel no discurso de posse de Sylvio Frota acentuou a certeza de que o general saberia orientar o Exército no sentido de preservar e desenvolver a legítima função da Força Terrestre. No limite, o general-presidente esperava de Frota o estrito cumprimento do dever. Malgrado, no discurso não foi possível encontrar uma menção confiante de Geisel para com o novo Ministro, com efeito, ele não representava o chefe militar de confiança absoluta para desobstruir as forças contrárias à distensão política⁸⁴. Como aquilo que foi dito depende de uma multiplicidade de fatores não discursivos⁸⁵ — dessa forma, as práticas ordinárias de adestramento, a formação militar, o exercício profissional estritamente ligado à guerra e a carga dos regulamentos corroboravam a legítima função do Exército. Como a missão do chefe militar é a de manter a coesão, a desarmonia, portanto, não seria tolerada. Assim, a postura do Exército como o “grande mudo”, silencioso e disciplinado, subordinado às ordens do general-presidente, dizia respeito, objetivamente, à legítima função da corporação.

Sylvio Frota ao fazer uso da palavra foi brevíssimo, sabia que o momento não era adequado para a eloquência, pois sua assunção ao cargo tinha sido em decorrência do falecimento do titular, general Dale Coutinho. Ele apenas acentuou mais enfaticamente que esperava a unidade dos chefes, todos coesos para o engrandecimento do Exército e do país. Além disso, no discurso de Frota não foi possível vislumbrar claramente a posição de subserviência da instituição para com o

⁸⁴ Noticiário do Exército, 31 de maio de 1974.

⁸⁵ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.71.

Estado Militar⁸⁶. Ao longo do comando, o Ministro do Exército, nos discursos e nas práticas militares colocou-se, muitas vezes, como um representante da instituição apresentando demandas políticas com coloração militar.

Como chefe militar Sylvio Frota mesclava anticomunismo radical, populismo de direita e profissionalismo moderno, ao inspecionar as unidades militares, prioridade em seu comando, aproveitava a oportunidade para acentuar o perigo vermelho, como também, equacionar os problemas imediatos das organizações militares no ato, distribuindo verbas diretamente à corporação⁸⁷ e, ainda, sublinhar a necessidade de contínua modernização do Exército. O anticomunismo de Frota não se limitava à ameaça real, mas conjugava forças no afã de limitar a liberalização do regime, indiretamente representava oposição político-militar com o objetivo de interferir nas decisões do palácio; já as inspeções militares do general agregado de recursos financeiros para de pronto resolver problemas das unidades militares, sem grande burocracia, era menos de ordem técnica do que política – tratava-se, em substância, de demagogia militar – a imagem do ministro carregado de recursos econômicos dirimindo as chagas mais evidentes da corporação imediatamente à sua chegada não corresponde à racionalidade burocrática moderna; ainda, a modernização militar mobilizou os esforços de Sylvio Frota - a constituição da indústria nacional de armamentos estava como ponto central no reaparelhamento da Força Terrestre.

Sylvio Frota acionava o anticomunismo como dispositivo de resistência militar e de oposição ao governo. Para o Ministro do Exército até mesmo o general-presidente estava seduzido pela esquerda política. Segundo ele já em 1974 o

⁸⁶ Noticiário do Exército, 31 de maio de 1974.

⁸⁷ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.68.

ministro Golbery do Couto e Silva procurou oficiais do SNI para comunicar que o Governo de Geisel era um “governo de centro-esquerda” e que, portanto, o órgão deveria se orientar por esta política. Para Frota a posição de centro-esquerda, “quase sempre alicerçada no caráter social, é um ponto de estação na marcha, a curto prazo, para o socialismo e, a longo prazo, para o comunismo”⁸⁸. É, nesse aspecto, que o anticomunismo do ministro atuava como forma de manter oposição ao Governo Geisel, visto que na concepção de Frota a política do Palácio do Planalto estava impregnada por ideias que traíam os ideais da “revolução” de 1964. Frota vinha com frequência denunciando a presença de subversivos infiltrados nas instituições do país, inclusive no próprio governo – e anunciava que iria divulgar uma lista de nomes. Trata-se na verdade de estratégia com a finalidade de reorganizar as forças militares na base – no interior da caserna – para desestabilizar o Governo Geisel e criar as condições para o êxito de sua candidatura à Presidência da República⁸⁹.

Agora é impossível discorrer sobre Sylvio Frota sem enfatizar o papel do anticomunismo radical e doutrinário que o marcou como chefe maior do Exército. No pensamento militar de Sylvio Frota, o anticomunismo preponderava. Não era simplesmente uma posição de prontidão, mas ofensiva, de combate ordinário aos comunistas, inimigos mais imaginários do que reais. Subjetividade político-militar que corresponde a toda uma cultura anticomunista de tempo longo, que se fazia radical nos espaços de vigilância e de repressão aos corpos dissidentes. Nesse sentido, o anticomunismo nada diz da personalidade individual, pois se apresenta como realidade institucional. Na construção do “outro” como monstro belicoso –

⁸⁸ FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2006. p.134-135.

⁸⁹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da Ditadura militar...** 2003. p.269.

daquele que se contrapõe à ordem militar vigente – desencadeava-se assim certo grau de consentimento institucional que viabilizava o exercício de poder dos órgãos de vigilância e repressão contra a própria governamentalidade em momento de liberalização do regime. É obvio que nem todos os militares sabiam objetivamente dos “excessos” de força sobre os corpos dissidentes, também é notório que apenas um grupelho de militares participou efetivamente da repressão, todavia, nada disso seria possível sem a presença de uma lógica institucionalizada que corroborava o ordenamento da violência bruta⁹⁰.

Não podemos desconcatenar os corpos militares da instituição, como se não houvesse nenhuma relação entre os indivíduos e a corporação. Os valores morais são fabricados institucionalmente, de forma que as práticas individuais e coletivas no interior da corporação estão ligadas a uma base normalizante construída pela instituição⁹¹. Objetivamente, o corpo é o lugar onde as práticas sociais apresentam-se ligadas às macroorganizações de poder⁹². Dessa forma, tanto a brutalidade da força como a limitação dela teve consequências nas ações institucionais. É possível perceber com clareza a liberalização da força bruta a partir do final de 1968, como vontade institucional; também se torna evidente o controle, até o esgotamento, dessa mesma força a partir de 1974 – como vontade político-militar da mesma fonte que outrora havia fechado o regime. De fato, a oposição militar contrária à abertura, não é coincidência, concentrava-se, em parcela importante, nos órgãos de repressão e vigilância. Desde o início a liberalização política de Geisel e Golbery resultou em luta constante contra a máquina repressiva e o SNI⁹³.

⁹⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.108.

⁹¹ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam.** 2007. p.123.

⁹² DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.XXII.

⁹³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** 1988. p.328.

Os indivíduos não são somente objetos ideológicos, visto que, também, constituem-se como uma realidade produzida pelo poder⁹⁴. Os indivíduos na caserna, os corpos militares, não correspondem, exclusivamente, à ideologia institucional que reproduz cotidianamente ideias dominantes, mas também, diz respeito a uma realidade institucional produzida pelas tecnologias de poder que faz dos indivíduos uma realidade que não corresponde apenas ao reflexo do pensamento institucional, mas à realidade corpórea, resultado de práticas de poder que foram forjadas na própria corporação. De forma direta, inviabilizar o aparato de repressão e vigilância como campo de oposição à abertura, forçosamente, corresponde à intervenção direta nas tecnologias de poder que criaram corpos com autonomia suficiente para prejudicar a política de Estado. Com efeito, não foi o discurso contra a tortura – os “excessos” da máquina repressiva – que legitimaram a ação do Estado Militar contra a instituição – uma mudança ideológica – mas a quebra de hierarquia e da disciplina militar que passou a não ser mais aceita.

A comunidade de segurança movia-se no terreno num clima obscuro e misterioso – sem controle militarizado, era mais polícia repressiva do que instância militar. Os excessos não eram documentados nem checados pelos órgãos superiores⁹⁵, as versões fantasiosas sobre os corpos eliminados traduzem o sentimento de total descaso dos órgãos de repressão para com a instituição e a própria sociedade. A legitimação da violência bruta contra os corpos dissidentes, do ponto de vista operacional, esteve atrelada à guerra revolucionária, principalmente, na sua expressão psicológica. A pertinência no discurso militar e nas práticas de treinamento desse tipo de ameaça militar de certa forma liberava as forças de repressão e incrementava a solidariedade da corporação para com as ações dos

⁹⁴ TERÁN, Oscar. **Michel Foucault: Discurso, Poder y Subjetividad**. 1995. p. 26.

⁹⁵ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. 1986. p.48.

órgãos repressivos. O novo Chefe do EME, general Fritz Azevedo Manso no discurso de posse, em junho de 1974, demonstrou total relevância na estruturação da tropa para o combate convencional e na pertinência da continuidade das ações militares no combate à guerra revolucionária, particularmente à chamada guerra psicológica. De acordo com o general: “Cumpre-nos, ainda, emprestar ao combate à guerra revolucionária primordial importância, em particular as ações de natureza psicológica [...] ⁹⁶”. A guerra revolucionária era a matriz doutrinária que alimentava a repressão política. A identificação militar de toda a divergência como manifestação de guerra subversiva favorecia o exercício da violência. A estrutura militar de mando promoveu a condição de adversário militar – inimigo de guerra – a todos os atores políticos que se opuseram ao regime⁹⁷.

A aceitação controlada da oposição a partir de 1974 foi num momento em que a própria doutrina de guerra revolucionária havia sofrido desgaste político-militar com a publicação da obra do general português Antônio de Spínola “Portugal e o Futuro”, em que, em essência, revela que é impossível ganhar uma guerra de guerrilhas e defende a negociação e a democracia como mecanismo para assegurar a paz. Publicada no Brasil em 1974, no prefácio Carlos Lacerda afirmava que: “Este livro interessa aos brasileiros porque o general fala de paz e desenvolvimento com liberdade⁹⁸”. O livro foi objeto de leitura de Ernesto Geisel e sem dúvida teve algum impacto na liberalização política brasileira, pois se postou como contraponto militar ao excesso doutrinário dominante no Exército. Para o autor a vitória militar, contra a guerrilha e a subversão, é impossível, na medida em que somente no plano político

⁹⁶ Noticiário do Exército, 27 de junho de 1974.

⁹⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.36.

⁹⁸ LACERDA, Carlos. **Prefácio ao Leitor.** 1974. p.11.

– não militar – é viável a estruturação da paz. Eis a ideia central do general Antônio de Spínola:

Podemos assim chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória militar é inviável. Às Forças Armadas apenas compete, pois criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas susceptíveis de pôr termo ao conflito. As forças da ordem podem sempre perder uma guerra subversiva, mas jamais ganharão pela simples razão de que não é no seu campo que se centra a construção da vitória. Pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capacidades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição⁹⁹.

A total inviabilidade de uma vitória militar pontuada por Antônio de Spínola – transferindo a responsabilidade da tranquilidade social para o campo eminentemente político coincidiu com a abertura política do regime, momento no qual os dispositivos políticos passaram a limitar a ação militar sobre o Estado. Era o movimento de desmilitarização do poder civil, paradoxalmente com a permanência e direção dos próprios militares. A presença da repressão não correspondia à solução de problemas de ordem política e econômica – não garantia a tranquilidade, mas ao contrário fomentava o desgaste institucional do governo e da corporação.

A doutrina da guerra revolucionária não contemplava a negociação política, inseria-se como combate sem limite de espaço-tempo. Nessa perspectiva, não havia vitória segura, mas guerra permanente, sem limite de território e sem horizonte de término. Ela se encaixou perfeitamente ao anticomunismo militar brasileiro fornecendo um sentido militar à ojeriza comunista e criando elementos de leitura conjuntural da ameaça comunista. No período Médici a doutrina da guerra revolucionária foi intensamente aplicada ao ponto de praticamente anular a oposição armada, já no período seguinte, a liberalização política de Geisel desencadeou

⁹⁹ SPÍNOLA, Antônio de. **Portugal e o Futuro**. 1974. p.47.

reação dos militares de pensamento rígido, fundamentalmente, de “linha dura”. Na teorização militar todo o conflito político fazia parte do desdobramento da guerra revolucionária, de forma que a distensão política provocou tensão nos setores militares mais identificados com o combate à subversão. Na memória de Geisel é possível apresentar um diálogo com Sylvio Frota em que fica patente o desgaste do anticomunismo de guerra:

Certa vez, eu disse ao Frota: “Nós estamos , desde o levante de 35 na Praia Vermelha, combatendo o comunismo. E você vem me dizer, na nossa conversa, que o comunismo está cada vez mais ativo, cada vês mais forte e perigoso. Vamos admitir que isto seja verdade. Qual é a conclusão a que vamos chegar? Se o comunismo está sendo combatido desde 1935 e nós já estamos além de 1970 e ele está cada vez mais forte, cada vez mais poderoso, então o método de luta que estamos adotando não serve, está errado! A solução atual de matar, de esfolar, de brigar não serve. Vamos ter que encontrar outra solução, pois essa que estamos usando há 40 anos não resolve”. O raciocínio claro era esse: vamos estudar, vamos ver outra maneira de enfrentar o adversário. É claro que, no fundo, isso não é um problema militar, é um problema político¹⁰⁰.

No projeto de legitimação do regime militar é nítido o anticomunismo e o combate à corrupção, tanto que as forças militares que discordavam dos governos dos generais-presidentes o faziam recorrendo com intensidade à natureza simbólica do ordenamento político-imaginário autoritário. O sonho de uma sociedade política moderna sem conflito e corrupção envolvia a corporação militar. A sobriedade administrativa do mando militar diminuiu a frequência nos discursos do moralismo administrativo, das denúncias de corrupção, contudo o anticomunismo como prática político-militar foi, cotidianamente, utilizado como fonte de legitimação da presença militar no poder civil. O prolongamento da doutrina de guerra revolucionária no país pode ser explicado pela efetiva transformação do anticomunismo em cultura militar. O anticomunismo militar no Exército persistiu em sua constante ressignificação a fim

¹⁰⁰ D'Araujo, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 1997.p. 365.

de sempre atualizá-lo como ameaça real. No extremo, a ressignificação apresentou-se como combustível para a propulsão das práticas anticomunistas no Exército. A cultura anticomunista militar atualizava-se no ritual de novembro, com a intersecção entre o evento de 1935, o movimento de 31 de março e a constante ameaça dos corpos contrários à ordem estabelecida. Consoante o Ministro do Exército, Sylvio Frota:

O que hoje reverenciamos é a dor da família brasileira pelos filhos perdidos, pela mocidade que não chegou a frutificar, pelas vidas cortadas na cegueira e na maldade dos comunistas de 35. O que hoje comemoramos são, ainda, os novos mártires que, de 1964 até agora, morreram vigiando e enfrentando o terrorismo da mesma raiz. [...] Mas se estas são palavras de dor, também, são palavras de chamamento ao cumprimento do dever militar e do dever patriótico de assegurar, em quaisquer circunstâncias, a paz do povo que constrói, porque a nossa missão se faz ainda mais fecunda pelo sacrifício. São palavras de estímulo, de incentivo e de gratidão àqueles que, firmes na fé, inabaláveis em suas crenças e resolutos na ação, vigiam sem cessar e combatem, diuturnamente, com destemor, os inimigos de hoje, tão solertes e pérfidos como os de 35¹⁰¹.

Podemos afirmar que o discurso dita os termos de sua dependência¹⁰²; o anticomunismo militar completamente inserido na caserna era o que legitimava a República Militar na corporação por meio da doutrina de guerra revolucionária que era repassada em todos os níveis da instituição. Em última instância, o anticomunismo militar era o ponto central de legitimação do poder militar sobre o Estado e a sociedade. De forma que nos discursos militares o anticomunismo aparecia como dependência necessária – a repetição enfadonha do perigo vermelho nos discursos indicia práticas ordinárias a fim de assegurar uma tropa coesa, orbitando ordenadamente na esfera do Estado Militar. No cumprimento natalino dos generais ao general Sylvio Frota, também, foi momento oportuno para enfatizar o anticomunismo militar. O dia natalino foi apropriado para afirmar os princípios

¹⁰¹ Noticiário do Exército, 27 de novembro de 1974.

¹⁰² DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.72.

cristãos em face do materialismo marxista. Assim, segundo as palavras do general Ramiro Tavares Gonçalves:

[...] as comemorações desta época transcendem o sentido puramente religioso para alcançarem um significado mais profundo e permanente, qual seja aquele da ratificação das nossas crenças, diametralmente opostas ao materialismo vulgar e aviltante, que não hesitou em sacrificar muitas vidas, mesmo em nossa pátria em diversas ocasiões do passado e que, agora, mais recentemente embaiu nossos jovens com falsas promessas, levando-os ao próprio sacrifício e ao de muitos de nossos companheiros de farda, sacrificados no cumprimento do dever¹⁰³.

O Ministro do Exército ao referir-se aos cumprimentos natalinos dos generais, subordinados a ele em Brasília, corroborou o discurso anterior afirmando que as ações materialistas e imediatistas nas quais se referiu o general Ramiro: “[...] espocam em quase todos os países, no turbulento mundo moderno, não encontrarão brechas na nossa comunidade, se continuarmos unidos e cômicos de nosso dever de preservar a filosofia cristã [...]”¹⁰⁴. O materialismo marxista não era apenas refutado no plano político e militar, mas também no religioso. Por meio do anticomunismo travou-se uma guerra total. A turbulência da modernidade representava o perigo à tradição; os militares concentravam energia no afã de controlar as forças desencadeadas pelas constantes transformações sociais contemporâneas. O anticomunismo assumiu, em parte, a forma de mito, mesmo o comunismo no país não representando perigo real, deslocado da própria realidade – do discurso racional coerente com os fatos – o discurso do perigo vermelho atuava como estratégia conservadora de tom mítico com o objetivo de imobilizar o mundo moderno impondo ordem para que as forças do progresso se liberassem. Não é sem razão que na maior parte dos pronunciamentos militares o discurso anticomunista estivesse presente. Nos rituais militares o anticomunismo apresentava-se como mito

¹⁰³ Noticiário do Exército, 31 de dezembro de 1974.

¹⁰⁴ Noticiário do Exército, 31 de dezembro de 1974.

em ação, não correspondia ao plano real, no entanto o efeito de realidade produzido por ele criava um contexto mais real do que a própria realidade.

A tradição para os militares impõe-se como um mito de sociedade conservadora paradoxalmente num mundo moderno em que “tudo que é sólido se volatiliza no ar”. A utopia de transformar as coisas conservando, presente no positivismo de Augusto Comte, diz muito do pensamento militar republicano. O valor da tradição é o que deve, impreterivelmente, ser conservado. Contudo, a tradição não é inteiramente estática, pois ela precisa ser reinventada a cada nova geração¹⁰⁵ para poder produzir efeitos de verdade sobre os corpos. Nesse sentido, a tradição reivindicada pelos militares não corresponde, essencialmente, ao passado, mas a hodierna reinvenção para a atualização dos valores tradicionais – mantendo assim estrategicamente o tom conservador para que as mudanças modernas possam ser filtradas, de acordo com os interesses da instituição.

Na visão de mundo conservadora, as turbulências modernas que abalavam a tradição, principalmente o materialismo, somente poderiam ser refutadas numa sociedade coesa, verticalmente sedimentada no quadro institucional. Era necessário, diante da turbulência, navegar no progresso com ordem. As ameaças na modernidade para os militares concentravam-se no campo psicológico, assim, defender os princípios morais da nação e combater os ideais comunistas diziam respeito às crenças – à fé de um povo. Numa instituição verticalizada cabe ao chefe guiar a instituição num contexto de volatilização da ordem. Sob este prisma, a função do chefe é representar o grupo – captar os objetivos e as preocupações dos subalternos – assumindo a posição de guia. Para Sylvio Frota, o chefe é aquele que obtém a confiança dos subordinados e a identificação com os objetivos do grupo,

¹⁰⁵ GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 1991. p. 44.

segundo ele: “Jamais estive afastado [...] dos ideais de engrandecimento do Exército, que nossos comandados aspiram. A confiança que em mim depositam traz-me novos alentos para atingi-los¹⁰⁶”. Em realidade, Sylvio Frota no Ministério do Exército passou a apresentar-se como líder incontestado da linha dura¹⁰⁷, num contexto em que o Exército como instituição estava atrelado ao Estado, momento em que os dispositivos de ajustamento dos corpos à disciplina e à hierarquia já eram realidade na corporação, a cizânia militar não correspondia ao aprimoramento da “revolução”, mas um óbice a ela. A união da caserna configurava-se como única perspectiva de ação militar – mesmo Ernesto Geisel durante todo o período em que o Exército, em virtude dos “excessos” dos aparelhos de repressão, esteve sobre forte crítica da opinião pública, como general-presidente alinhou-se sem titubear com a corporação, independentemente da consciência que tinha de que os órgãos de repressão procuravam, em realidade, atingir seu governo para fortalecer a linha dura¹⁰⁸. Com efeito, alinhar-se ao Exército significava garantir a unidade militar necessária ao estabelecimento da política de distensão.

O Ministro do Exército insistia em suas palestras na coesão militar em torno dos chefes para assegurar o êxito da “revolução”. A cúpula militar deveria conduzir o destino político e militar do país frente, segundo ele, à real infiltração comunista em todos os setores da vida nacional. Numa oposição política velada ao Palácio do Planalto, na medida em que a política de Geisel era a de isolamento da caserna das decisões políticas – Frota sem demora sofreu pressão do governo pelo conteúdo político de seus pronunciamentos¹⁰⁹. Mesmo não havendo nada em específico de

¹⁰⁶ Noticiário do Exército, 31 de dezembro de 1974.

¹⁰⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.385.

¹⁰⁸ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.49.

¹⁰⁹ FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2006. p.154.

oposição nos discursos de Frota, o anticomunismo radical do ministro se chocava com a política de distensão de Geisel.

Tanto Ernesto Geisel como Sylvio Frota procuravam, em tese, evitar a discórdia, ambos os generais sustentavam nos discursos e nas práticas a unidade militar, pois dividir naquele momento representava investir contra a própria instituição e minar o desenvolvimento da “revolução”. A tensão militar entre o general-presidente e o ministro se tornou evidente a partir da exoneração do general Ednardo, Comandante do II Exército, por ordem direta do palácio. O ponto nodal no conflito encontrava-se na capacidade de impor ao adversário à responsabilidade pela cizânia militar. A instituição militar se percebe exclusivamente como corpo harmonioso, a tensão interna é desde logo evitada, pois representa o caos na medida em que a disciplina e a hierarquia, base da tecnologia de poder, não asseguram efeitos de verdade sobre os corpos da caserna. Dessa forma, na genealogia do movimento de 31 de março podemos encontrar a retomada do cosmos na instituição, o Exército passou a controlar a desarmonia militar e apresentar-se unido e disciplinado. Em suma, no eixo regulatório da nova ordem estava, impreterivelmente, a vontade de normalização do mundo militar para em seguida normalizar a sociedade como um todo.

O discurso militar para afirmar-se como verdadeiro, para enfim produzir efeitos de verdade, apoiou-se consistentemente no caos do governo anterior a 1964, de forma que a “revolução” caminhava sempre sobre um território frágil em que o caos era uma ameaça constante. Nos discursos referentes ao aniversário de 31 de março, continuamente, o grosso das ideias expostas procurava com mais intensidade demonstrar o caos do Governo Goulart do que sublinhar o cosmos da República Militar. Em comemoração ao décimo primeiro ano da “Revolução” o

Ministro do Exército em ordem do dia rememorou o período anterior a 1964. A imagem de total desordem do governo anterior a 1964 acompanhou a longa primeira parte do discurso do general, em seguida veio a ação militar de saneamento moral e político do país, ou seja, o cosmos seguido do salto desenvolvimentista. A preocupação com a chamada propaganda negativa em torno do movimento de 31 de março, depois de mais de uma década do evento, ainda persistia. Portanto, a fonte das ofensivas contra o regime se encontrava nos meios de comunicação, segundo Sylvio Frota:

A difamação, a vilania da meia verdade transformada em calúnia, a difusão de documentos mentirosos e o falso silogismo pela deformação das premissas, ainda continuam sendo seus instrumentos preferidos, na tarefa a que se impuseram de desmoralizar e cindir os revolucionários. O grande trabalho dos Governos da Revolução, tem sido, pois, o esclarecimento da verdade dos fatos, da consciência popular – sempre propensa, pela boa-fé, a aceitar esta propaganda negativa¹¹⁰.

Independentemente das pressões, no discurso de Sylvio Frota, os militares permaneciam comprometidos com os ideais da “Revolução”. A instituição militar num momento de adversidade conjuntural, de liberalização do regime, começou a isolar-se e a concentrar o movimento de 31 de março e o regime como coisa de ordem exclusivamente militar. Depois de 1974, o apoio civil não tinha o mesmo vigor que no passado recente. O ímpeto associativo com a ordem estabelecida era de caráter predominantemente militar – o futuro do movimento de 31 de março passou a ter duas perspectivas completamente antagônicas de ação: a primeira, de criação de um regime militarista, nunca experimentado no país, preiteado pelos duros e a segunda, de distensão política, sem estrondos, lenta, gradual e segura do próprio regime imposto, proposta afinada com a opinião pública e aceita como ordem do general-presidente pela maioria dos militares.

¹¹⁰ Noticiário do Exército, 31 de março de 1975.

A “revolução”, no discurso de Sylvio Frota, passou à responsabilidade dos próprios militares, pois segundo o Ministro do Exército: “[...] nós militares, não esmoreceremos na realização da grande obra de engrandecimento de nossa PÁTRIA. Tivemos compromissos com ideais revolucionários no passado, e temo-los no presente; saberemos mantê-los e honrá-los no futuro¹¹¹”. Indubitavelmente, a posição de Sylvio Frota era a de intensificação da militarização do regime o que o colocava em posição oposta ao Governo de Geisel. Os generais palacianos, afinados com o governo, percebiam que a radicalização militar poderia levar à constituição de um Estado Militarista no país – num momento econômico delicado e de afronta sistemática das bases institucionais por parte do aparato de repressão à presença de apoio civil, principalmente da oposição organizada era impreterível para a salvaguarda do Estado Militar e da caserna. O Ministro do Exército, isolado no governo, buscou reavivar a politização nos quartéis, empolgando nos discursos, a juventude militar. Na ordem do dia de 31 de Março procurou sensibilizar a baixa oficialidade com as seguintes palavras:

Aos meus jovens comandados, em particular, aos de postos mais baixos, para que meditem sobre aqueles acontecimentos, os quais, muitos pela sua pouca idade, tiveram a felicidade de não assistir ou cuja gravidade não puderam bem discernir. Eles definem uma época de insegurança, de convulsões sociais, de desmoralização do poder público, de corrupção desenfreada e de subversão hierárquica que todos nós repelimos, e não desejamos ver de volta, por incompatível com as civilizações cristãs¹¹².

Em suma, duas linhas político-militares se evidenciam no período na luta direta: uma majoritária, de paulatina retirada dos militares da política civil, mantendo a integridade da caserna e dos militares – para estes generais o regime já havia chegado ao seu limite – as práticas autoritárias não correspondiam mais à realidade do país, pois o perigo vermelho não mais se afirmava no plano real e os aparelhos

¹¹¹ Noticiário do Exército, 31 de março de 1975.

¹¹² Noticiário do Exército, 31 de março de 1975.

de repressão estavam se transformando em *locus* de indisciplina e de abuso do poder; e outra linha composta por um grupo minoritário que fomentava o prolongamento do regime e das práticas autoritárias, presos ao anticomunismo militar radical que, amiúde, quebrava a própria hierarquia a fim de manter intacta a “distopia autoritária” – o grupo era ligado direta ou indiretamente aos aparelhos de repressão, composto por militares de “linha dura”, sem apoio do Alto Comando, mas com liberdade de ação, graças à solidariedade militar do Ministro do Exército, general Sylvio Frota e do Comandante do II Exército, general Ednardo.

No comando do Ministério do Exército, Sylvio Frota percorreu o país, com as inspeções ordinárias, contudo aproveitou a ocasião para intensificar o “perigo vermelho” e, conseqüentemente, a necessidade de mais segurança e da pertinência do regime sem grandes mudanças. O general procurou aferrar-se no anticomunismo para conquistar legitimidade de comando; Sylvio Frota não correspondia ao líder militar com capacidade de mobilizar a tropa, era mais um general da burocracia ordinária do que um chefe político-militar – foi escolhido como ministro por contingência não por vontade política ou militar, portanto não assumia as condições para uma futura escolha como candidato à presidência¹¹³; isolado do planalto restou-lhe a busca do apoio da tropa. O anticomunismo militar de Frota, em larga medida, buscou de um lado manter a aliança “revolucionária” no meio militar e de outro brechar a liberalização do regime. Na ordem do dia referente ao “Dia da Vitória” o ministro fez alusão ao totalitarismo comunista, destacando a ameaça vermelha ainda presente e a função da instituição de manter o país a salvo; assim, segundo o ministro:

¹¹³KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.68.

[...] outro totalitarismo, insidioso e persistente, ai está, em plena atividade, lutando, por formas diversas, para substituir os regimes ainda livres dos nossos dias, por governos de títeres, subservientes à sua ideologia materialista e sem fronteiras. Ao comemorarmos, nesta data, a vitória das forças aliadas, não pudemos fugir à triste realidade que nos envolve: a tão sonhada paz mundial ainda é apenas uma esperança. [...] Reafirmamos a nossa disposição inabalável de lutar para que seja mantido o clima de ordem e de progresso em que, efetiva e invejadamente, vive e floresce o país¹¹⁴.

Nos discursos que procuram destacar o real significado, o valor e a virtude das coisas, numa abordagem foucaultiana, é possível procurar estratégias de dominação¹¹⁵ e de emulação dos corpos. O discurso militar ordinário que se referia ao movimento de 31 de março, quando avaliados a partir das tensões internas, evidencia estratégias de controle para afinar os corpos da caserna ao sentido político-militar vigente. Por exemplo, no aniversário do primeiro ano da administração de Sylvio Frota no Ministério do Exército, houve um evento militar envolvendo todos os generais subordinados a ele que serviam em Brasília. No discurso o ministro procurou relacionar a modernização contínua do Exército aos ideais da “revolução”. As atividades ordinárias da caserna, para o ministro, não estavam dissociadas dos ideais da “revolução” de 31 de março. Destarte, voltando-nos para as atividades profissionais “[...] fazendo sempre o melhor, orientando nossas ações pelos postulados da Revolução Democrática de 1964, estaremos contribuindo para o dimensionamento cada vez maior do nosso Exército, conscientes de nossas responsabilidades para com o Brasil”¹¹⁶.

Em 1975 Sylvio Frota já demonstrava senão o desenquadramento militar, ao menos a intenção de evidenciar certa autonomia para com o presidente, apresentando pensamento e liderança específica. O anticomunismo radical e a

¹¹⁴ Noticiário do Exército, 8 de maio de 1975. [8 de Maio – Dia da Vitória].

¹¹⁵ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.121.

¹¹⁶ Noticiário do Exército, 2 de junho de 1975.

democracia como simulacro, com força militar suficiente para evitar conflitos, sem alteração em nada no Estado Autoritário criado após 1964, davam o tom dos discursos de Frota¹¹⁷. O Ministro do Exército procurando expressar-se em nome do Exército, em novembro de 1975, explicitou sua preocupação militar com a infiltração comunista, para ele em quase todos os setores da sociedade brasileira os subversivos estavam presentes, não mais explicitamente por meio do terror, mas sub-repticiamente como defensores da democracia e denunciadores da tortura – em síntese, os comunistas procuram transformar criminosos em vítimas para empolgar o poder político¹¹⁸. O anticomunismo militar no discurso de Sylvio Frota aproximava-se do alarmismo do “perigo vermelho” pré-64 – acrescentando a ele a insinuação de que havia na sociedade e nas instituições – e mesmo no Estado Militar – infiltração subversiva. O anticomunismo militar do Ministro do Exército postava-se como oposição militar ao Governo Geisel – nada novo nos discursos militares de oposição ao governo de plantão – os militares de linha dura, constantemente, aludiam certa inclinação à esquerda presente nos generais-presidentes e nos militares palacianos a fim de enfraquecê-los politicamente no interior da corporação. Desse modo, conforme as palavras do Ministro do Exército:

Nos últimos onze anos de lutas, em que os Governos da Revolução têm dado o melhor de sua inteligência e esforço, para a reconstrução deste grande país, ressurgem, constantemente, nos espíritos em alerta, as preocupações com as atividades subversivas. Os marxistas – sob as mais eufêmicas alcunhas, que tanto lhes agradam ao ouvido e à consciência – buscam infiltrar-se em quase todos os setores da vida pública brasileira para desmoralizar os postulados cristãos que adotamos e respeitamos, desagregar a nossa sociedade pela dissolução de sua moral e de seus costumes, quebrar nossa fé religiosa, desacreditar nossas instituições e solapar nosso desenvolvimento, no que lhes interessa¹¹⁹.

¹¹⁷ CHAGAS, Carlos. **A Guerra das Estrelas...** 1985. p.225-226.

¹¹⁸ BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a Revolução...** 1976. p.34.

¹¹⁹ Noticiário do Exército, 27 de novembro de 1975.

O discurso de Sylvio Frota procurava sensibilizar principalmente a mocidade militar – aqueles que não vivenciaram intensamente o anticomunismo doutrinário do período anterior ao regime militar. Num tempo de docilização geral dos corpos na caserna, as palavras do general pareciam esmerar-se na emulação militar que naquela época, em larga medida, estava permeada de anacronismo, visto que no regime militar o anticomunismo passou a apresentar-se de forma controlada para que não se voltasse contra o governo na forma de oposição militar. Diante do pouco espaço de mobilização militar, Sylvio Frota procurou produzir algum abalo por baixo a fim de conquistar alguma adesão por cima. Assim, no mesmo discurso citado acima, o general enfatiza:

Fazemos a evocação destes acontecimentos com o pensamento voltado para as gerações militares mais jovens, que não os assistiram, a fim de que, em sua pureza de alma e idealismo, não se deixem surpreender pelo mimetismo da sua pureza de alma e idealismo não deixem surpreender pelo mimetismo da subversão, sempre pronta a tomar cores, configurações e métodos destinados adequados ao ambiente da época em que age. Em 1935, atuou pela violência armada, em 1964, alimentou agitações e greves, na agonia de um governo fraco, finalmente, nos tempos atuais, adota a perigosa infiltração, para introduzir-se, sutilmente, em todos os campos das atividades humanas. A mudança é simplesmente nas luvas, nas mãos que estrangulam!¹²⁰

Aos poucos começava a se esboçar uma força político-militar de oposição sistemática ao Governo Geisel – eram os frotistas que nos quartéis desencadearam um processo de proselitismo político centrado no anticomunismo e na necessidade de revitalização da “revolução”¹²¹ – que significava conservar a estrutura autoritária e a militarização da política civil por tempo indeterminado. Na comemoração natalina de 1975, Sylvio Frota elaborou ordem do dia em que manteve o estratagema de aproveitar as oportunidades para pontuar a conjuntura como de aparente paz e,

¹²⁰ Noticiário do Exército, 27 de novembro de 1975.

¹²¹ CHAGAS, Carlos. **A Guerra das Estrelas...** 1985. p.230.

também, atrelar a coesão militar aos compromissos institucionais com a “revolução”.

Dessa forma, consoante as palavras do general:

[...] É preciso ter Fé. Acreditar, de modo irrestrito, nos destinos de nosso grande País, como nação forte e livre, sustentado por Forças Armadas valorosas e disciplinadas. Confiar nos chefes que lutam, persistentemente, pelo engrandecimento de nossa Pátria, os quais nunca os levarão por caminhos que não sejam os da honra e do dever. Crer nos princípios da Revolução, defendendo-os com ardor, para que o totalitarismo não volte a ameaçar o novo povo brasileiro. É necessário ter Esperança para ultrapassar as fases de dificuldade – criar por contingências internacionais – com coragem e patriotismo¹²².

Na genealogia, os sujeitos emergem num campo de batalha, apresentam-se como corpos conflitantes desempenham, verdadeiramente, seus papéis¹²³. O conflito entre os frotistas e os militares palacianos evidencia as forças antagônicas no interior do regime militar – o jogo de papéis dos sujeitos no campo das relações de poder e o limite das estruturas de poder. Do Palácio do Planalto, por meio do SNI, se controlava todos os passos dos frotistas, a manifestação político-militar de tom oposicionista se expressava por meio da radicalização da violência nos aparelhos de repressão e dos pronunciamentos militares anacrônicos em tempos de distensão. As atenções do grupo palaciano concentravam-se no general Ednardo D'Ávila Mello, Comandante do II Exército, que fazia vistas grossas às ações do DOI-CODI da região¹²⁴. A autonomia dos aparelhos de repressão além do desgaste institucional, em virtude da constante quebra de hierarquia e do baixo nível de disciplina militar, proporcionava fonte de obstrução à liberalização do regime. A formação de comandos paralelos e a presença da disfuncionalidade hierárquica

¹²² Noticiário do Exército, 24 de dezembro de 1975.

¹²³ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.122.

¹²⁴ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo.** 1988. p.347.

foram fundamentais para fazer – dessa máquina sem controle – um meio para interferir no rumo político do Estado Militar¹²⁵.

Um dos momentos mais críticos do conflito intramilitar foi o da exoneração do general Ednardo D'Ávila Mello do Comando do II Exército, fruto dos dois casos de “suicídio” de presos políticos na área de ação de sua responsabilidade – o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho. O contexto que evidenciava a existência de morte por meio de tortura tornou insustentável a presença desse general no comando. Ernesto Geisel colocou-se como chefe maior das Forças Armadas e conduziu pessoalmente a exoneração do general Ednardo. A intervenção direta de Ernesto Geisel sobre os militares da cúpula hierárquica teve um efeito psicológico produtivo na corporação, na medida em que revelou a posição hierárquica do general-presidente no fluxo verticalizante do poder. Efetivamente, a imagem de Geisel como de um verdadeiro marechal no campo de batalha foi fundamental para manter a tranquilidade institucional – num quadro de intensa verticalização de poder no Exército a postura do presidente como chefe absoluto da instituição desautorizava a cizânia militar ou pelo menos diminuía seu impacto sobre os corpos da caserna.

O Ministro do Exército, evidentemente contrariado com a decisão do general-presidente escreveu elogio, em janeiro de 1976, publicado no *Noticiário do Exército*, ao general exonerado. Nele Sylvio Frota destaca o comprometimento de Ednardo com a “revolução” e com a democracia, bem como, acentua o excelente comando do general no II Exército. Em óbvia posição de oposição Frota encerra o elogio com as seguintes palavras: “Ao agradecer a eficiente e prestimosa cooperação prestada

¹²⁵ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.34.

à minha Administração por este distinto companheiro e amigo, louvo-o pelos resultados obtidos no Comando de que agora se afasta [...]”¹²⁶. O Ministro do Exército procurou deixar clara sua afinidade com o general que havia sido exonerado do comando por obstruir o processo de abertura política do regime.

No segundo semestre de 1976, por ocasião do Dia do Soldado, o general Sylvio Frota apresentou-se estrondosamente como força político-militar em visita ao Congresso Nacional acompanhado por uma impressionante comitiva de 43 generais¹²⁷. Sempre se aproveitando dos eventos militares para o proselitismo político, Frota com a comitiva procurou ilustrar seu apoio militar para a opinião pública e para o governo – contudo em tempos de vigilância total, de controle importante do Estado sobre a população, o discurso anticomunista e “revolucionário” do ministro esbarrava no controle militar do general-presidente sobre a corporação militar. O anticomunismo militar e a revitalização do ímpeto da “revolução” foram os mecanismos de legitimação político-militar utilizados por Sylvio Frota, procurando reativar a oposição militar ao governo vigente. Entretanto, o Estado Militar desde os primeiros anos do regime desencadeou um processo de governamentalidade sobre a caserna que inviabilizava grandes estrondos sobre a ordem estabelecida. Com efeito, mais de uma década de regime possibilitou não somente a neutralização da oposição civil, como também, a militar. Dessa forma, Ernesto Geisel utilizou todas as tecnologias de poder – da normalização do Estado Militar – para iniciar o processo de distensão política, com a mesma força com a qual a instituição estabeleceu a ordem pós-64. Diante de espaço limitado para a divergência político-militar Sylvio Frota procurou fazer do posto de ministro um *lôcus* de oposição ao Governo Geisel –

¹²⁶ Noticiário do Exército, 28 de janeiro de 1976.

¹²⁷ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.68.

procurando postar-se antes como representante do Exército do que do governo. Nesse sentido, o discurso militar anticomunista e revitalizador da “revolução” deflagrado por Sylvio Frota dizia respeito ao afã de intensificar o prolongamento do regime incrementando a necessidade de segurança, e de medidas autoritárias proporcionando a ação da instituição militar sobre o Estado e o governo. Assim, todo o momento ordinário da tropa e da administração militar era momento oportuno para a emulação político-militar – na ordem do dia da Tomada de Monte Castelo não foi diferente:

Meus Camaradas!

No momento em que o comunismo – a grande força de opressão do século XX – estende as suas garras sobre a humanidade, seja utilizando homens e armas, abertamente, para o controle físico dos povos, num desafio à civilização ocidental, seja utilizando-se do terror ou de aperfeiçoados métodos de guerra psicológica, para o controle das mentes, nada mais oportuno e precioso que as lições herdadas dos heróis de Monte Castelo. O maior preito que podemos prestar-lhes é a afirmação de que somos e seremos dignos de seu exemplo, combatendo a subversão onde se manifeste e na medida em que o faça. Para isto, devemos ter bem presente a necessidade do constante aprimoramento profissional, da dedicação exclusiva aos interesses da Pátria, da coesão em torno dos princípios basilares da Revolução de 1964, orientados todos pela firmeza de nossas convicções democráticas e pela fidelidade aos ideais de justiça e liberdade, aspirações imutáveis do povo brasileiro¹²⁸.

É importante sublinhar que na ordem do discurso de Sylvio Frota a coesão militar não corresponde à subordinação ao Estado, mas aos ideais da “revolução” – houve uma tentativa por parte do ministro de descolamento da caserna das práticas políticas norteadoras do Governo Geisel. Se havia uma inflexão da administração do Estado para com os princípios do movimento de 31 de março, os militares e a instituição tinham como compromisso pontuar ordinariamente o sentido verdadeiro e único da “revolução”.

¹²⁸ Noticiário do Exército, 21 de fevereiro 1976.

Em 31 de março de 1976, em ordem do dia referente ao Aniversário da Revolução Sylvio Frota aproveitou a oportunidade para reafirmar a pertinência do movimento que depôs o governo Goulart, demonstrando o caos que o país vivia antes de 1964; também acentuou os propósitos da revolução, ainda inconclusos, lembrando portanto à oposição civil que, longe de qualquer alusão de esgotamento, o movimento revolucionário estava ainda na ordem política nacional, pois essencialmente, a segurança do país e a urgência de modernização sinalizavam a incompletude da “revolução”. Conforme o general:

O combate á subversão [...] traz, há doze anos, as Forças Armadas em indormida vigilância, a fim de permitir à Nação a tranquilidade necessária ao seu desenvolvimento. Todavia, a subversão está apenas contida pela estrutura da instituição militar e a abnegação de seus homens. O comunismo com o apoio internacional, usa, sem escrúpulos, de todos os meios para vencer. No entanto, não esmoreceremos, pois, a luta continuará. Enganam-se, portanto, os que julgam terminada a Revolução de março de 1964! Os que assim pensam, os que pactuam com a tese do governo anárquico deposto, ou estão divorciados da realidade em que vivemos. Por ter consciência disto, o Exército de hoje prosseguirá, como em 1964, defendendo os ideais revolucionários¹²⁹ [...].

Sylvio Frota aproveitou-se das oportunidades oferecidas pelo cargo de Ministro do Exército para, em nome do combate ao comunismo, afirmar-se como representante do Exército junto ao governo a fim de sustentar sua candidatura ao posto de general-presidente – reproduzindo o clima que colocou Costa e Silva no poder, contudo o momento no Exército era outro – a despartidarização da base e de parte do generalato era significativa. No entanto, a “romaria” militar anticomunista por parte do ministro foi intensa. Em visita do ministro a Belo Horizonte, o *Noticiário do Exército* relatou o seguinte:

Dirigindo-se aos oficiais daquela Guarnição, o Ministro ressaltou que em suas visitas às Guarnições de Minas Gerais lembra sempre que daquele

¹²⁹ Noticiário do Exército, 31 de março 1976.

Estado partiu o caudal vitorioso contra a tentativa de comunização do país. Concluiu dizendo que da força dos mineiros e do espírito de disciplina e democracia de nossos oficiais jamais sairá outra coisa que não uma reação contra o comunismo¹³⁰.

O *Noticiário do Exército*, veículo de informação criado por Henrique Lott, na época acusado pelos adversários militares e civis de mecanismo de propaganda política do Ministro da Guerra, em alguns números serviu como instrumento de doutrinação anticomunista de tom afinado com Sylvio Frota. Em novembro de 1976, mês essencialmente anticomunista por tradição institucionalizada, o referido jornal militar publicou nota de emulação militar em homenagem ao “sargento Mário” cuja morte foi em decorrência do cumprimento de missão em algum rincão do Brasil – nada muito claro, a não ser a evidência de se tratar de combate a comunistas - uma alusão à chamada “Guerrilha do Araguaia” – missão não divulgada oficialmente ainda naquele momento. As últimas palavras do sargento Mário Abrahin da Silva, citadas abaixo, parecem se encaixar artificialmente ao quadro montado institucionalmente acerca dos inimigos da pátria. Desse modo, de acordo com o *Noticiário do Exército*:

Ferido, deu suas últimas ordens: “Deitem-se, todos se aferrem ao terreno, varram a área a tiros e mantenham a segurança”. Em seguida chamou seu sucessor Sgt Bonifácio, e lhe disse: “A boina é tua companheiro, comanda os nossos homens para que a nossa Pátria permaneça sempre livre e democrata”. Depois chamou o soldado Frota e lhe perguntou: “Como estão os nossos soldados?” E após saber que todos iam bem, tornou a dizer: “Mantenha a segurança. Diga a todos que eu não compreendo porque irmão está matando irmão. Agora que o progresso está chegando, o que mais querem esses brasileiros além do que o Presidente vem fazendo por todos? Deus os perdoe”. Lembrou a família e, faleceu¹³¹.

¹³⁰ Noticiário do Exército, 4 de agosto de 1976.

¹³¹ Noticiário do Exército, 25 de novembro de 1976.

A imagem da morte do sargento apresenta-se espetacularizada – afinada com o regime militar. Nada muito diferente da rivalidade ordinária produzida na caserna a fim de elevar o moral da tropa para o combate aos inimigos, porém houve ainda na mesma nota uma atualização do anticomunismo militar para fins político-militares, mais precisamente para atender aos interesses do grupo militar que pretendia endurecer e prolongar o Estado Militar no Brasil – tendo como porta voz o Ministro do Exército, general Sylvio Frota. Assim, a atualização efetivou-se da seguinte forma:

Agora nos deparamos com um inimigo solerte e traiçoeiro, talvez da mesma espécie do que o atingiu mortalmente. Enfrentamos os subversivos, os comunistas, que tentam se infiltrar e se incrustar nos órgãos de administração pública e privada, nos meios de comunicação, nos setores estudantis e até nas Forças Armadas. Tergiversando, eles pretendem coabitar: com os católicos, quando pregam o materialismo ateu; com os patriotas, quando difundem uma doutrina internacionalista; com a paz, quando instilam o ódio entre as classes. Tudo com o objetivo de inverter, subverter, desagregar a sociedade e os órgãos responsáveis por sua segurança, debilitar a nossa economia e gerar o caos. Pois eles sabem que, somente nessas circunstâncias, podem levantar falsas bandeiras, eleger falsos profetas para se oporem aos verdadeiros ideais democráticos defendidos pela Revolução Democrática de 1964, e entravar a nossa marcha para o desenvolvimento¹³².

O anticomunismo militar independentemente de não mais se colocar nem mesmo como problema distante – como perspectiva real – no comando de Sylvio Frota, houve o incremento político-militar da ameaça vermelha. Em novembro de 1976, por exemplo, na nota de preparação para o evento comemorativo de 1935, a unidade da nação brasileira contra os comunistas foi enfatizada nos seguintes termos:

É, também, dever de todo o brasileiro manter-se em permanente vigília contra os princípios básicos do comunismo internacional, que apregoam a luta de classes, o materialismo ateu, a insensibilidade moral, o desprezo pelos valores espirituais, o humanismo ilusório e falacioso, a violação das

¹³² Noticiário do Exército, 25 de novembro de 1976.

mentes, a desintegração social e o fanatismo ideológico gerando o terror, os sequestros, os assassinatos e a subversão da ordem¹³³.

O anticomunismo doutrinário de Sylvio Frota tratava de estratégia militar de mobilização da tropa a fim de impor sua candidatura à presidência. Nesse aspecto, postou-se como anticomunismo tardio, pois intencionalmente procurou reavivar o anticomunismo doutrinário do período anterior a 1964 – num contexto em que até mesmo os discursos anticomunistas passaram a ser controlados pelo Estado Militar a fim de não se tornarem mecanismo de oposição político-militar. A ubiquidade do inimigo vermelho – eles podem estar em todos os lugares – poderia facilmente levar a conclusão de que eles também habitavam o próprio governo. Além disso, a tese da ameaça iminente do comunismo, também, desencadeava a premência de segurança total e de medidas de restrição à liberdade política, à informação e à produção cultural – o que, sem dúvida, diminuía o espaço para a distensão do regime.

No final do ano de 1976, o Exército em evento público homenageou o general-presidente Ernesto Geisel. O ministro, general Sylvio Frota, procurou postar-se afinado com o governo e ao mesmo tempo defender-se do mal-estar provocado ao governo pelas notícias e boatos referentes às pretensões de Frota ao posto máximo do poder político do país. Dessa forma, segundo o pronunciamento do general:

Sabemos – e todos sabem – da existência de falsas versões de acontecimentos, engendradas com o objetivo não declarado, porém, mal disfarçado, de gerar intranquilidade, estabelecer confrontos e suscitar incompatibilidade entre aqueles que, investidos de cargos da mais alta hierarquia, necessitam de paz de espírito para trabalhar e produzir, e não podem dispendar tempo, inutilmente, na análise de hipóteses vagas e capciosas, sem fundamentos reais e sustentados por enredos fantasiosos. Repelimos estes arautos da intriga que, forjando maquiavelicamente situações diversas, propagam boatos dissociadores, jactando-se de serem

¹³³ Noticiário do Exército, 12 de novembro de 1976.

bem informados, quando, na realidade, tudo ignoram, enveredando pelos tortuosos caminhos da mentira, sequiosos de um desmentido em torno do qual possam realizar novas e torpes explorações¹³⁴.

Sylvio Frota procurou sobrepor a “revolução” ao governo com o objetivo do exercício da cizânia, ou seja, de impor a vontade da instituição militar sobre o poder político. Como Chefe do Exército tentou reativar a prerrogativa da pressão militar, tão comum no Brasil republicano, sobre a ordem civil. Na ordem do discurso do Ministro do Exército a corporação militar estava, de fato, antes subordinada à “revolução” do que ao governo. Sem dúvida, tratava-se de posição político-militar radical para um contexto em que a massa dos militares encontrava-se docilizada, desconcatenada do ímpeto que mobilizou pelo alto os corpos que desencadearam o movimento que depôs o Presidente João Goulart. Na comemoração do movimento de 31 de Março, Sylvio Frota pronunciou discurso que enfatizava a corporação como salvaguarda da “revolução” – máquina com capacidade de corrigir qualquer desvio político do curso revolucionário. A fronteira política imaginada pelos frotistas – militares conservadores radicais – somente vislumbrava do outro lado, inimigos que de uma forma ou de outra atentavam contra a ordem estabelecida. De forma que atender a demanda do outro lado – da oposição – representava de certa forma contribuir com o inimigo. Assim, somente o endurecimento do regime, por meio da ação militar, poderia desobstruir o curso da “revolução”. Em outras palavras, o destino do processo, ou melhor, o aperfeiçoamento do sistema, não deveria ser buscado em absoluto no diálogo com a oposição, mas no interior da caserna – que em termos objetivos representava ouvir os altos chefes militares. O ordenamento vertical da ordem política – na utopia autoritária – imaginava um corpo social sem

¹³⁴ Noticiário do Exército, 30 de dezembro de 1976.

divisão, sem confrontos de ideias. Era o sonho militar de sociedade presente no discurso de Sylvio Frota. Destarte, segundo o general, referindo-se ao contexto político nacional, de emergência de demandas políticas:

Não se esqueçam os comunistas – mascarados ou não de socialistas – que acima de tudo os militares têm compromissos de honra com a PÁTRIA [...]. O Exército Brasileiro, cujo insigne Patrono notabilizou-se, antes de tudo, por sua decisiva ação em prol da unidade nacional – legado maior de nossos antepassados – nunca permitirá, portanto, que se dilacere a PÁTRIA, em inglórias lutas, instigadas por subversivos de todos os matizes¹³⁵.

Sylvio Frota como Ministro do Exército buscou afirmar-se como representante do Exército no governo, pontuando como vontade da caserna as proposições da “linha dura”. O general realizava visitas às unidades do Exército num volume fora da normalidade das frequentes inspeções militares; ainda tomava decisões sem consulta ao planalto; queixava-se das decisões do general-presidente a respeito das promoções ao generalato e da nomeação dos grandes comandos. Ernesto Geisel conduziu pessoalmente a escolha dos novos generais, sem a assessoria do ministro militar, independentemente da linha político-militar dos novos generais, o que ficava bem evidente era a relação direta, apresentada pelo governo, entre o general-presidente e o generalato¹³⁶.

O Ministro do Exército utilizou-se dos relatórios ordinários enviados ao presidente para manifestar seu descontentamento frente às decisões do Governo Geisel, principalmente com relação à matéria econômica e à política interna e externa que apresentava uma inflexão para com a política anterior. Os relatórios com claro viés oposicionista causavam mal-estar no governo, mas também evidenciavam o descontentamento de parte do generalato. Além disso, a divulgação

¹³⁵ Noticiário do Exército, 31 de março de 1977.

¹³⁶ GÖES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.77.

do conteúdo dos documentos enviados ao general-presidente à oficialidade demonstrava que Sylvio Frota buscava o retorno da desarmonia militar¹³⁷.

A querela a respeito da confecção da ordem do dia de Sylvio Frota do Dia do Soldado, em agosto de 1977, em virtude da eventual presença de conteúdo oposicionista tornou claro que não havia mais confiança de Ernesto Geisel para com seu Ministro do Exército¹³⁸. A ordem do dia de 25 de agosto não apresentava nenhum sinal oposicionista evidente, Sylvio Frota, frontalmente censurado dias antes, procurou evitar o presente, não disse muito da conjuntura brasileira, contudo apoiou-se no patrono do Exército para aludir alguma resistência. Num dos trechos do documento podemos ler que Caxias: “Considerava a disciplina um dos fundamentos da vida castrense, mas nunca a exerceu para tripudiar sobre a dignidade de seus subordinados¹³⁹”. Ou seja, ao apresentar Caxias como paradigma de militar e político, enfatizando seu papel de agregador podia-se sutilmente apresentar os vícios do atual governante da nação. Na conclusão do documento Sylvio Frota sublinhou que “[...] desonrado estará todo aquele que, servindo ao Exército, desservir a Pátria¹⁴⁰”. Portanto, ater-se ao serviço do Exército deve sempre representar servir à Pátria, assim comandar o Exército, nessa visão, implica manter certo grau de interferência nos assuntos de governo. É o que ficou evidente no segundo conflito de Frota com Geisel; em setembro, o Ministro do Exército, sem qualquer consulta ao presidente, emite nota pública acusando a imprensa de atuar como instrumento dos comunistas para desestabilizar o governo quando insistia na publicação de notícias acusando o Estado de práticas de tortura. Enviou, também, documento para o Ministro da Justiça, Armando Falcão, solicitando abertura de

¹³⁷ Ibid., p.78.

¹³⁸ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.78.

¹³⁹ Noticiário do Exército, 25 de agosto de 1977.

¹⁴⁰ Noticiário do Exército, 25 de agosto de 1977.

processo contra os jornais Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil¹⁴¹. Numa ação atabalhoada ultrapassando o limite do ministério, Sylvio Frota colidiu frontalmente com o Governo Geisel.

Nas relações de poder entre os frotistas e os militares palacianos a máquina institucional foi utilizada a todo o vapor, enquanto Sylvio Frota utilizou a ampla rede do Centro de Informações do Exército para lançar as bases de sua campanha à presidência e mesmo para, se possível, derrubar o general-presidente Ernesto Geisel, o grupo palaciano utilizou o Serviço Nacional de Informações para controlar e anular as ações de Frota¹⁴² a ponto de operacionalizar uma verdadeira ação militar para conquistar com segurança a demissão do Ministro do Exército.

As investidas de Sylvio Frota tencionando abalar os alicerces do governo em nada resultou; não houve a presença na instituição de nenhum sinal de tremura significativa. O Ministro do Exército de fato fracassou, em primeiro lugar porque os princípios de hierarquia e de disciplina militar no Exército já eram uma realidade – a rotina da caserna e a pertinência em dedicar toda a energia aos assuntos profissionais favoreciam à sujeição da burocracia fardada ao Estado. Em poucas palavras, o Exército naquele momento postava-se como o “grande mudo” e os militares em geral percebiam o general-presidente como o chefe maior das Forças Armadas. Em segundo lugar, o fracasso de Sylvio Frota foi em decorrência de que o choque entre o Exército e o Palácio do Planalto não alcançou intensidade suficiente para desencadear um estrondo que retirasse os militares da caserna da inércia e da docilidade disciplinar¹⁴³. Ademais, o general Frota era chefe burocrático do Exército e não líder militar – como Costa e Silva – logo não dispunha de dispositivo militar

¹⁴¹ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.79.

¹⁴² OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas...** 1994. p.222.

¹⁴³ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.82-83.

mínimo para provocar reação armada; um chefe militar vale por seu exército, Frota não tinha exército algum. O comandante de fato do Exército por sua postura centralizadora e autoritária era o general-presidente Ernesto Geisel.

As divergências de Sylvio Frota para com o Governo Geisel cresceram em ritmo lento e transformaram-se, ao longo dos embates, em velada incompatibilidade político-militar. Dos pontos divergentes, os mais significativos encontravam-se no estabelecimento das relações diplomáticas com a República Popular da China, no voto de abstenção quanto ao ingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos e no reconhecimento do governo socialista de Angola – causando um mal-estar no imaginário militar anticomunista radical presente na “linha dura”; as investidas do governo contra a estrutura de segurança nacional evidenciando as ações truculentas e autoritárias dos órgãos de repressão e vigilância; e finalmente, contra a política econômica do governo que, para Frota, já havia implantado um capitalismo de Estado que provavelmente levaria o país ao comunismo¹⁴⁴. Em suma, Sylvio Frota representava os setores militares mais autoritários que não incorporaram ao seu horizonte político-militar a distensão do regime – que representava a desmilitarização do poder civil e com isso maior abertura do país nas relações internacionais aproximando-o de países socialistas, bem como, na diminuição do excesso de segurança que no geral significava mais militarização e repressão política e menos democracia. Para Ernesto Geisel o mundo era outro – o anticomunismo estreitava o desenvolvimento do país no comércio exterior, era preciso abrir os olhos para isso¹⁴⁵.

¹⁴⁴ FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2006. p.547-549.

¹⁴⁵ D'Araujo, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 1997.p. 365.

A demissão dos comandantes militares que não estavam afinados com a operação de distensão política de Geisel tinha todos os aspectos de destituição militar do posto em contexto de guerra. Comentando em entrevista sobre a exoneração do general Ednardo do Comando do II Exército como aviso aos demais generais, o general-presidente afirmou:

O que acontece é isso: na luta, na batalha, no combate, quando você tem um chefe que é inepto, você afasta. E às vezes afasta de uma maneira ostensiva para servir de exemplo aos outros. Como se dissesse: "Vocês tenham cuidado no procedimento, senão vai acontecer o mesmo com vocês". O Frota não quis compreender isso, e acabei tendo que tirá-lo¹⁴⁶.

A exoneração do Ministro do Exército, general Sylvio Frota, decorreu como uma verdadeira operação militar. Contabilizando todas as hipóteses possíveis, fundamentalmente no terreno militar. Com efeito, sacar Frota do comando do Exército dizia respeito ao meio militar. A estratégia da demissão levou em conta até mesmo a data militarmente ideal. No feriado do dia 12 de outubro, momento em que a caserna estava vazia e em que a possibilidade de resposta belicosa era mínima, o general-presidente convocou o ministro para que, no Palácio do Planalto, recebesse a notícia da exoneração do cargo – antes lhe foi possibilitado uma derrota honrosa: que ele solicitasse a sua demissão do posto, o que não ocorreu. As tropas em Brasília estavam em prontidão para responder imediatamente com força belicosa a qualquer ameaça à segurança do governo. Frota tentou reagir buscando reunir no ministério os chefes militares sob seu comando, no entanto Geisel se valeu do elemento surpresa: já havia convocado os principais chefes militares para que se apresentassem imediatamente ao presidente após a queda do Ministro do Exército.

¹⁴⁶ Ibid.,376.

Desse modo, Sylvio Frota amargou a derrota, sua tentativa de reunir subordinados malogrou – todos os generais convocados pelo ministro declinaram para obedecerem à ordem do chefe supremo das Forças Armadas¹⁴⁷.

A exoneração de Sylvio Frota foi fundamental para assegurar a credibilidade do presidente e evidenciar sua força político-militar, bem como, demonstrar tanto para a situação como para a oposição, sua sinceridade para com a abertura política. A sociedade brasileira aderiu em bloco ao projeto de distensão mobilizando-se para que na medida do possível pudesse o país desvencilhar-se do regime autoritário¹⁴⁸. De fato, enfrentar a crise militar trouxe ao general-presidente mais benefício do que prejuízo; a demissão do ministro evidenciou o limite das forças da caserna, possibilitando assim caminhar com segurança para oxigenar com limitada democracia o regime.

O *Noticiário do Exército* em 13 de outubro publicitou a passagem de comando do Ministério do Exército. Sylvio Frota passou a pasta para o general Fernando Belfort Bethlem¹⁴⁹. Diante dos chefes militares, do cume hierárquico do Exército, Frota sofreu a derrota, não apenas política, mas essencialmente militar. A solenidade militar de transmissão do cargo foi silenciosa; as informações apresentadas no jornal militar, sem discursos, constavam apenas de um breve currículo do novo Ministro do Exército. A demissão do Ministro do Exército apresentou-se como exemplo contundente de que vislumbrar um estrondo político-militar do “grande mudo” não correspondia mais à realidade militar brasileira. Efetivamente, superou-se a crise da demissão do Ministro do Exército sem estrondo

¹⁴⁷ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.84-85.

¹⁴⁸ VIEIRA, Roberto A. Amaral. **Crônica dos Anos Geisel**. 1987. p.320.

¹⁴⁹ *Noticiário do Exército*, 13 de outubro de 1977.

político-militar importante¹⁵⁰. Apesar do apoio dos oficiais superiores identificados com a postura de Sylvio Frota no ministério, na prática nada aconteceu; o Exército já não abrigava mais militares com capacidade de se contrapor ao Estado; o intervencionismo militar como cultura não cabia mais numa realidade militar em que a burocracia fardada estava docilizada e envolvida nos assuntos técnicos e individualmente interessada na carreira profissional, procurando moldar seus corpos aos imperativos institucionais a fim de ser bem sucedida nas promoções funcionais.

A exoneração de Sylvio Frota, não obstante, em nada corresponde à anulação absoluta da “linha dura”; as forças militares conservadoras radicais ainda persistiram no interior da caserna, até o final do regime militar – em março de 1985 – as ações desse grupo militar ainda provocaram desgaste ao Governo Militar¹⁵¹. A linha dura expressava-se por meio da comunidade de segurança, procurando inviabilizar a completa desmilitarização do poder civil. Independentemente das pressões, no final de 1977, Ernesto Geisel já podia anunciar que em breve o Estado Militar dispensaria as medidas de exceção e que o país poderia conviver num quadro de garantias constitucionais que viabilizassem a nova democracia¹⁵².

É importante lembrar que a linha de condução – a vanguarda do processo – de abertura política, foi militar. Logo, a criação das condições efetivas para a desmilitarização do poder civil esteve desde sempre atrelada à legitimação da “revolução”; assim, a luta contra o comunismo e as consequências derivadas dela não deveria ser objeto de contestação civil. Nesse aspecto, não havia nenhuma contradição entre a abertura e a sustentação político-militar do regime como um todo. Enquanto se anunciavam medidas de anulação das prerrogativas autoritárias

¹⁵⁰ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.94.

¹⁵¹ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. 1986. p.39.

¹⁵² VIEIRA, Roberto A. Amaral. **Crônica dos Anos Geisel**. 1987. p.332.

do Estado, também se procurava afirmar toda a relevância dessas medidas para que naquele estágio político fosse possível abrir o sistema político militar. O *Noticiário do Exército* inventariou, em 31 de março de 1978, os mortos (militares e civis) fruto da ação dos subversivos. Num quadro social de denúncias de tortura e morte no interior dos aparelhos de repressão, a contabilização dos corpos que tombaram, em virtude das práticas comunistas, visava anular qualquer sensibilização do público interno para com as informações que circulavam na imprensa acerca das práticas de brutalidade do Estado contra a oposição política. Portanto, segundo o jornal militar “[...] o número de vítimas é expressivo” - corpos que “tombaram feridos mortalmente pelo desvario inconsequente de mentes envenenadas¹⁵³”. Entre 1965 a 1974, o total foi de 93 mortos entre militares e civis. O *Noticiário do Exército* sustentava que a posição da nação frente a estes mortos deveria postar-se nos seguintes termos:

Cumpra pois à Nação reverenciar a memória de seus filhos falecidos e reafirmar o repúdio de nossa gente às ideologias excêntricas. Ao mesmo tempo, por dever mínimo de gratidão, impõe-se o manifesto nacional de reconhecimento àqueles que no anonimato de suas funções, com desassombro, energia e coragem, mais uma vez sufocaram as pretensões do materialismo ateu em nosso País, possibilitando, nestes últimos anos, a tão desejada paz interna, fundamental às realizações que os governos revolucionários vêm cumprindo¹⁵⁴.

Por conseguinte, na genealogia da abertura política brasileira não encontramos na desmilitarização do poder civil o enfraquecimento do poder militar, pois o processo de abertura concretizou-se com a presença pontual da forma militar. Nesse sentido, a distensão não foi consequência da “erosão” do poder militar, mas da conservação da autonomia militar republicana. A desmilitarização do poder civil efetivado com a retirada militar em 1985 não correspondeu ao enfraquecimento do moral “revolucionário” de 1964, na medida em que a valoração do movimento jamais

¹⁵³ Noticiário do Exército, 31 de março de 1978.

¹⁵⁴ Noticiário do Exército, 31 de março de 1978.

foi objeto de questionamento militar; a defesa intransigente do movimento de 31 de março e a absoluta oposição à esquerda política ainda fazem parte da cultura militar brasileira. O anticomunismo militar e os ideais da “revolução” demonstram contundentemente a conservação do poder da burocracia militar – dessa forma, a desmilitarização do poder civil implicou na militarização das questões institucionais referentes à caserna. Não representou em absoluto uma mera retirada militar do poder político, visto que a desmilitarização do poder civil não foi fruto, em sua genealogia, de pressão civil, mas do plano militar de deslocamento do poder militar com o objetivo de conservação da autonomia da burocracia fardada, salvaguardando o regime militar e fundamentalmente a própria instituição das pressões políticas futuras.

5.3 A SUJEIÇÃO DA BUROCRACIA MILITAR

A história da modernização do Exército ao longo da república está decisivamente marcada pela sujeição e conservação do poder militar. Nas primeiras décadas do século XX todo o esforço da instituição e do Estado, principalmente na Era Vargas, foi o de sujeitar os corpos da caserna à verticalização institucional – docilizar os corpos da tropa para inviabilizar as sedições militares da base; a revolta de 1935 marcou o esgotamento das sedições militares formadas por praças e oficiais subalternos. Também, a modernização representou a conservação do poder militar no topo hierárquico; a instituição passou a postar-se entre 1945-1964 como verdadeira máquina de oposição e de correção da política brasileira; a autonomia do poder militar, num contexto de controle institucional pelo grupo militar conservador – parcela hegemônica no Exército – possibilitou articular um golpe militar e instituir um

verdadeiro Estado Militar com capacidade de mando na política nacional. Malgrado, a efetivação dos militares no poder político nacional produziu um paradoxo nas práticas políticas, de um lado, militares palacianos com acesso à política do tipo civil, e de outro, a absoluta restrição dos demais, militares da caserna, à participação política partidária; não sem tensão, a cizânia foi ao longo do regime o espectro que assustava e preocupava o Estado Militar. Tratava-se de um Estado em crise permanente, contudo sob rígida verticalização do poder, em outros termos, o autoritarismo presente nas práticas de poder amenizava o estrondo das constantes crises político-militares ao longo do regime. A crise política no Estado Militar devia-se à substituição da *ágora* política do tipo civil pela participação político-militar restrita à cúpula militar próxima do palácio¹⁵⁵.

Esta dualidade, que se manifestava na presença tensa entre os militares enquanto governo e os militares como instituição, delimitava a permanência do Estado Militar. O regime militar manteve-se com relativa instabilidade, porém assegurou um longo tempo no poder político nacional, em larga medida, graças ao processo de sujeição da base militar ao topo da hierarquia - processo anterior à instalação no país da República Militar. Com efeito, o Estado Militar gerou tensão entre o governo que tinha que manter a disciplina e a hierarquia para controlar a própria instituição que o criou e os militares da instituição que procuravam manter alguma pressão sobre o sistema político. Dessa forma, procurou-se inviabilizar a transformação das instituições militares em partido político, assim como neutralizar os grupos militares que buscavam impor a cizânia para posicionarem-se acima do governo¹⁵⁶ - exercendo a função, muitas vezes, de oposição. Assim, manter o

¹⁵⁵ CODATO, Adriano Nervo. **O sacerdote e o Feiticeiro...** 2006. P.195.

¹⁵⁶ BALOYRA, Enrique. **Os Vários Momentos da Transição Política...** 1988. p.47.

Exército apartado da política e evitar a oposição armada advinda da burocracia fardada foram as grandes preocupações do regime autoritário brasileiro.

Os problemas militares de Geisel foram resolvidos com relativa facilidade, visto que o Exército no regime militar passou por inúmeras transformações que dificultaram a formação de lideranças carismáticas na tropa. A limitação de apenas 12 anos para o exercício militar do generalato restringia a formação de líderes na caserna com capacidade de se contrapor à ordem estabelecida. Desse modo, conforme Ernesto Geisel: “O quadro de generais passou a ter uma renovação muito grande, e até hoje é assim. Os generais antigos foram todos para a reserva durante o meu governo, inclusive o Frota¹⁵⁷”. Assim, a burocracia militar — independentemente dos abalos sísmicos isolados no período do governo de Geisel — manteve-se fiel e subordinada ao Estado Militar. Os pronunciamentos militares persistiram, salvo no interregno de comando de Sylvio Frota, na postura profissional de respaldo ao poder palaciano. Na ordem do dia referente ao Dia da Vitória, escrita pelo Ministro Dale Coutinho é possível ler:

Que o transcurso do Dia da Vitória e a recordação dos feitos dos praçinhos da FEB, que se juntaram ao heroísmo dos combatentes da Marinha e da Força Aérea, assim como a martírio dos civis sacrificados, possam servir de inspiração e estímulo ao fecundo e abnegado trabalho profissional, que forja, no silêncio e na austeridade das casernas, um instrumento de força capaz de garantir as decisões políticas mais altas, em favor dos verdadeiros interesses nacionais¹⁵⁸.

Com efeito, um dos fatores intramilitares de valor significativo para a consolidação do sucesso do regime estava, sem dúvida, na capacidade que os militares enquanto governo possuíam para conseguir controlar o maior número de militares da caserna ou pelos menos aplicar dispositivos institucionais para diminuir

¹⁵⁷ D'Araujo, Maria Celina & CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. 1997.p. 362.

¹⁵⁸ Noticiário do Exército, 8 de maio de 1974.

a influência dos grupos descontentes sobre a tropa¹⁵⁹. A legitimidade do regime militar para a opinião pública além da estabilidade econômica se fundamentava, também, na imagem de coesão militar apresentada publicamente. Em larga medida, as expectativas da população civil estavam na crença de que Ernesto Geisel seria capaz de controlar o aparato de repressão evitando assim os “excessos” praticados contra a oposição¹⁶⁰. O general-presidente estava determinado e consciente de que a distensão política passaria inevitavelmente pelo choque e controle da máquina de repressão, para tal o exercício da liderança militar era muito mais importante do que o exercício político.

A completa inércia militar dos duros diante da demissão de Sylvio Frota pode ser mais bem entendida no contexto de intenso controle do Governo Geisel sobre o generalato e os oficiais superiores. Ernesto Geisel comandava o Exército acima do ministério, como efetivo general-presidente. A condição da instituição como a de o “grande mudo” – já consolidada no Governo de Médici – possibilitou a conduta do general-presidente sobre as Forças Armadas. Destarte, os militares da linha dura, por mais que estivessem comprometidos com as ideias de Sylvio Frota, em seu anticomunismo radical, não tinham força suficiente para desafiar o comandante supremo das corporações militares¹⁶¹. No discurso na solenidade de entrega de espadas aos novos generais promovidos, o Chefe do EME descortinou as perspectivas de conduta dos generais promovidos: o momento militar não era de consenso, a distensão política passava pela internalização do projeto do governo na alta cúpula militar. Assim, segundo o general Fritz:

No generalato, Vossas Excelências assumem autoridade e responsabilidades maiores do que todas aquelas que provaram o valor

¹⁵⁹ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. 1986. p.43.

¹⁶⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.326.

¹⁶¹ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.388.

militar de suas vidas e somente cometidas aos dotados de fé inabalável em suas próprias convicções e no destino da Pátria. Enfrentarão missões grandiosas, por vezes difíceis e ingratas. Muitas vezes estarão confrontando os superiores interesses do Exército e do Brasil com as suas preferências e tendências pessoais. Sabemos que Vossas Excelências têm valor e caráter para, na hora crucial da decisão e da ação, encontrar aquela aspiração para agir sempre com equilíbrio, coragem, magnanimidade, talento, determinação e inquebrantável sentimento do dever, apanágio de nosso Patrono e suprema aspiração dos Generais da Nação Brasileira¹⁶².

As formas de desmilitarização mais frequentes — o caso brasileiro não foi exceção — consistem no fortalecimento do regime militar enquanto, paulatinamente, as Forças Armadas são afastadas do poder político civil¹⁶³. Não sem razão, que discursos do Chefe do EME, general responsável pela solenidade militar de entrega da espada aos novos generais do Exército, foram na maioria das vezes de aconselhamento aos novos generais para que se ocupassem estritamente de assuntos profissionais e que, independentemente da ordem recebida, mesmo atingindo suas concepções mais íntimas, era preciso obedecer sem titubear. O discurso militar do Chefe do EME, em maio de 1975, na entrega das espadas aos novos generais foi parcimonioso com a ameaça comunista e não economizou palavras para a qualificação positiva de Ernesto Geisel como o Chefe Supremo das Forças Armadas. No *Noticiário do Exército* duas imagens foram priorizadas: a primeira, de Geisel cumprimentando os novos generais e a outra, de Sylvio Frota, num segundo plano, no mesmo ato. As imagens corroboravam a hierarquia militar, no Governo Geisel a imposição do Chefe do Executivo sobre o Exército acentuou a chefia militar do general-presidente. No discurso do Chefe do Estado-Maior do Exército é possível ler:

O caminho que Vossas Excelências têm a frente é ainda o caminho do dever militar, da união e da solidariedade com os companheiros do mar e do

¹⁶² Noticiário do Exército, 22 de agosto de 1974.

¹⁶³ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 411.

céu, e de nossa confiança no Comandante Superior do Exército e no Comandante Supremo das Forças Armadas, na certeza de que servindo à paz do povo e ajudando a construir o futuro, sempre haveremos de superar as tentativas de desagregação interna¹⁶⁴ [...].

A desmilitarização do poder civil sem grandes problemas hierárquicos, sem riscos ao regime, demandava no cuidado – de Ernesto Geisel e do grupo palaciano que o cercava – em separar as responsabilidades institucionais do Estado das competências dos líderes militares da caserna, para impor uma hegemonia burocrática sobre a burocracia militar e impedir, principalmente, o surgimento de líderes político-militares no interior da corporação com alguma legitimidade capaz de afrontar o processo de liberalização do regime¹⁶⁵. Assim, a sujeição da burocracia militar ao Estado produziu nos militares a ideia de que divergir da doutrina oficial era o mesmo que desobedecer¹⁶⁶ – a distensão política foi imposta pelo palácio como política militar à caserna. A oficialidade do Exército, principalmente os oficiais do topo hierárquico, tinha opinião não tão favorável ao processo de liberalização do regime; em essência os militares tendem a uma postura mais conservadora quando se trata de questões que envolvem a segurança, contudo, não houve estrondo sistemático, apenas tumultos localizados, pois o problema da abertura política desde o início foi posto como uma coisa do planalto e não da caserna. Houve a circulação do manifesto anti-Golbery nos quartéis, além de outros, com o objetivo de demonstração de insatisfação dos militares da caserna¹⁶⁷, mas sem ruído suficiente para abalar a ordem no Governo Geisel.

Quando historiamos a sujeição da burocracia militar ao Estado brasileiro, a ascensão ao generalato dos cadetes da AMAN a partir de maio de 1976 marca uma

¹⁶⁴ Noticiário do Exército, 9 de maio de 1975.

¹⁶⁵ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 432-433.

¹⁶⁶ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.75.

¹⁶⁷ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.328.

mudança relativamente importante com toda a ordem de formação da Escola da Praia Vermelha. Realmente, há um corte importante posto pela chegada de oficiais formados na AMAN à cúpula militar - a última turma do Realengo foi a de 1943, os protagonistas militares que foram formados na AMAN apresentam uma cultura militar bastante diferente dos militares formados na Escola Militar do Realengo¹⁶⁸, pois a doutrina militar de formação na AMAN sempre foi bem mais técnica do que política. De fato, estes novos generais estavam mais afinados com uma formação mais profissional num viés moderno; assim, os arroubos político-militares da velha tradição militar passaram a se distanciar, cada vez mais, da cúpula de mando militar. O Chefe do EME, general Fritz Azevedo Manso, fez questão de destacar entre os promovidos a presença de um general diplomado pela AMAN¹⁶⁹. Nessa altura, a burocracia fardada que estava desembocando na margem hierárquica da promoção ao generalato, ou seja, os oficiais superiores no posto de coronel com o curso da ECEME, cada vez mais era composta por militares formados na AMAN. De fato, esses militares tiveram uma formação profissional deslocada do élan oposicionista dos demais oficiais do Exército e vivenciaram um período de coesão e de modernização ímpar na história do Exército brasileiro.

Além disso, a ascensão do Exército como consequência de investimento do regime militar possibilitou uma modernização substantiva na Força Terrestre; dentre os ministérios, em 1976, o Ministério do Exército era o terceiro em investimentos orçamentário. O primeiro, o Ministério dos Transportes com 25,5% do orçamento, cerca de 48.380 milhões de cruzeiros; o segundo, o Ministério da Educação com 4,7% do gasto orçamentário, algo em torno de 8.941 milhões de cruzeiros; e finalmente, o Ministério do Exército com 3,8% do orçamento da União, com a soma

¹⁶⁸ FORJAZ, Maria Cecília. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.62.

¹⁶⁹ Noticiário do Exército, 7 de maio de 1976.

de 7.209 milhões de cruzeiros. Sendo que no orçamento do ano anterior os gastos ainda foram maiores com o Ministério do Exército, 4,4% do orçamento nacional¹⁷⁰. A Criação da Indústria de Material Bélico (IMBEL) no Governo Geisel, forneceu ao Exército e ao país a autonomia político-militar que possibilitou um salto modernizante de independência no horizonte militar¹⁷¹. Geisel procurou, ao mesmo tempo em que exigiu a total submissão da corporação militar ao Estado, dar atenção especial às Forças Armadas, para segundo ele: “[...] fortalecê-las e modernizá-las, tanto quanto necessário e de acordo com os limitados recursos financeiros de que se pode dispor¹⁷² [...]”.

Ernesto Geisel, de cima para baixo, exerceu o poder de forma centralizada e autoritária. Ele criou a imagem de que agia por conta própria demonstrando a força político-militar da presidência para a oficialidade do Exército, poder que foi evidenciado a partir da exoneração do general Ednardo proporcionando nas fileiras militares a imposição real do poder hierárquico do Estado Militar¹⁷³. Como resultado imediato das pressões do general-presidente sobre a corporação, o alinhamento aparecia como natural. Efetivamente, o Chefe do EME em pronunciamento, mostrou-se afinado com o general-presidente – limitando, assim, a ação oposicionista de Sylvio Frota. No mesmo discurso, citado em parte anteriormente, o general Fritz Azevedo Manso destacou as qualificações fundamentais do exercício do generalato. Conforme as palavras do Chefe do Estado-Maior do Exército:

Com o objetivo de tornarmos o Exército cada vez mais operacional, haverão Vossas Excelências de consagrar-se à formação e ao constante aperfeiçoamento de soldados fortes de caráter e de idealismo, de convicções democráticas e de grandeza humana, na escola da humildade e da temperança, na vivência nacional e na identificação com o povo, no

¹⁷⁰ JORGE, Fernando. **As Diretrizes Governamentais do Presidente...** 1976. p.200.

¹⁷¹ Ibid., p.209.

¹⁷² GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.II. 1976. p.128.

¹⁷³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo**. 1988. p.348.

trabalho coletivo e impessoal, no permanente esforço de ascensão técnico-profissional, na tranquila aceitação de sacrifícios e perigos, na convicção de nossa transitoriedade, e na consciência da inutilidade do individualismo e do alarido, de toda a vanglória, de todo o fausto, de toda a ostentação. Instrumentos essenciais à execução da política de segurança nacional, as forças armadas e os exércitos devem consagrar-se prevalentemente às suas atividades fins e, quanto maior a identificação da instituição à sua destinação, tanto mais intensa a obsessão da eficiência operativa¹⁷⁴.

Sustentar por parte da corporação a abertura política – como projeto eminentemente militar – não foi empreendimento fácil, porque a corporação militar é palco de relações de poder que produzem tanto coesão como divergência, tanto o consenso como o dissenso, tudo ao mesmo tempo. Havia a coesão no sentido da preservação dos valores militares que engendraram a instituição em termos modernos: a aceitação natural do anticomunismo, do movimento de 31 de março, da hierarquia e da disciplina. Existia também o RDE como mecanismo de pressão da cúpula sobre a base que pune e evita a dissidência. Ainda, como elemento de coesão militar pode-se apontar a modernização efetiva do Exército por meio de instrução, adestramento, soldos condizentes com a função e o reaparelhamento da tropa – uma política sutil e importante para aumentar a unidade militar. As divergências estavam relacionadas ao fechamento do poder civil – conduzido pelos militares palacianos – aos militares da caserna, também, com o ritmo do processo de abertura, na falta de definição das consequências políticas para a instituição depois da total desmilitarização do poder civil, ainda a preocupação com o avanço da esquerda política durante a liberalização do regime e, fundamentalmente, com a divergência a respeito do momento exato de retirar os militares da política civil¹⁷⁵. Estas divergências permearam os dois governos militares da abertura. No entanto, a capacidade militar – da cúpula palaciana – de conduzir a abertura política foi superior aos percalços apresentados ao longo do processo.

¹⁷⁴ Noticiário do Exército, 7 de maio de 1976.

¹⁷⁵ GÖES, Walder de. **O Porquê da Abertura...** 1981. p.58.

Foram as Forças Armadas, por certo, que asseguraram o estabelecimento da nova ordem após 1964 e também foram elas as mantenedoras da ordem no momento de mudança política no regime. Ernesto Geisel tinha perfeita consciência de que a liberalização do Estado Autoritário somente seria possível com o apoio da caserna, não que a corporação devesse concordar com ela, mas as instituições militares deveriam estar num grau de sujeição que não provocassem estrondo político-militar contra o governo. Conforme o general-presidente: “[...] são essas Forças que, coesas, cultivando os ideais de nossa revolução, e desempenhando integralmente suas atribuições constitucionais, permitem ao Governo [...] empreender no presente uma evolução¹⁷⁶”. O general-presidente Ernesto Geisel sempre procurou deixar bem claro o poder do Estado Militar, deixando evidente que o momento do país era outro – de consistente tranquilidade. Tudo para que os militares tivessem consciência de que a cizânia não correspondia mais à gramática de guerra da caserna. O Estado Militar tinha condições objetivas para esmagar qualquer reação armada, ao contrário do período pré-1964, o general-presidente concretamente tinha capacidade de mando sobre as Forças Armadas. Aquilo que foi observado como mérito pessoal de Ernesto Geisel, ou seja, a capacidade de comandar diretamente a corporação militar, por cima de tudo, corresponde a um processo de longo fôlego de docilização dos corpos militares que se concluiu – apenas como teste – com relativa calma, quando o general-presidente exonerou o Ministro do Exército Sylvio Frota. Tratou-se, de fato, do exercício das tecnologias de poder que foram aplicadas no Exército, desde a Era Vargas, mas que somente se completaram nos primeiros governos militares, abrindo um ciclo de formação de um corpo militar mais técnico do que político. Se havia um vazamento ainda não

¹⁷⁶ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.III. 1977. p.48.

saneado no alto da cúpula militar que permitiu a chegada dos militares ao controle do poder político civil, no regime militar este foi definitivamente superado, já nos primeiros dois governos militares. Do “grande mudo” somente poderia se esperar a inércia política e o silêncio. Dessa maneira, as características individuais de Ernesto Geisel – militar centralizador e autoritário – jogaram papel relevante no processo de distensão política porque encontraram um palco militar com atores que se submetiam a exercerem papel de coadjuvantes, corpos anteriormente sujeitados ao poder do Estado.

A pressão do general-presidente sobre os militares foi constante, nas cerimônias militares em que participava procurava enfatizar o papel dos militares frente à conjuntura nacional. A postura de chefe militar de Geisel nunca foi negligenciada, procurou aproveitar-se da docilização dos corpos da caserna para impor a vontade do comandante. Além disso, enfatizou que a sucessão era uma questão de escolha do chefe maior da República Militar, portanto não aceitaria nenhuma discórdia militar. Assim, encerrando a homenagem do Exército ao general-presidente, em dezembro de 1976, Ernesto Geisel fez questão de acentuar o elevado grau de coesão e de disciplina da corporação frente à busca frequente de quebra de harmonia institucional. Colocou-se como Chefe Supremo das Forças Armadas enfatizando o seguinte discurso:

Na qualidade de Comandante supremo e em consonância com essas considerações, sinto-me no dever de também alertar-vos, nesta hora, e, por vosso intermédio, aos mais jovens, aos menos experientes, aos que ainda não viveram situação análoga, contra as mesmas e eternas manobras dos pescadores de águas turvas e ambiciosos vulgares, os quais já começam a rondar os quartéis como vivandeiras impenitentes – assim os qualifiquei em outros tempos, o grande Presidente Castello Branco –, buscando aqui e ali, despertar aspirações e estimular ambições, dessa forma espalhando a cizânia, a desconfiança, a discórdia, capazes de enfraquecer, pela desunião que propagam, a estrutura militar. [...] Confio plenamente em vossa esclarecida percepção, a cada momento da realidade nacional, na fortaleza de vosso espírito militar e no devotamento provado de vosso patriotismo, certo de que do campo das Forças Armadas não partirão nem ambições,

nem reações que venham a comprometer o sempre delicado processo de sucessão presidencial que a mim – pela posição em que estou situado e pela responsabilidade que me foi conferida – caberá conduzir, no seu justo e devido tempo¹⁷⁷.

Os projetos normalizantes de Ernesto Geisel não se limitavam apenas em desmobilizar a força oposicionista civil, mas também, tornar o sistema político-militar autônomo em relação às Forças Armadas. A escolha do novo general-presidente não deveria passar pelo crivo da cúpula militar – as Forças Armadas não poderiam mais ocupar o papel de grande eleitor¹⁷⁸. A questão da sucessão presidencial foi posta como prerrogativa do Chefe Supremo das Forças Armadas – o responsável pelo curso da própria “revolução”. Em outros termos, o general-presidente impôs a ordem militar na caserna – a absoluta verticalização do poder como ponto decisivo e inflexível para a sucessão. Destarte, Ernesto Geisel teve como prerrogativa a escolha do momento apropriado para a decisão imperativa em torno do nome de seu sucessor. Assim, no mesmo discurso citado anteriormente podemos ler:

Tempo há, bastante ainda, para que se venha cuidar, na hora própria, do problema sucessório, de significação capital para o futuro da Nação. Açodamentos ditados por interesses egoístas de indivíduos e grupos – interesses, em alguns casos, até mesmo inconfessáveis – servem apenas para perturbar a vida nacional e frear o progresso do País, numa quadra em que [...] somos chamados a enfrentar novos e mais sérios desafios¹⁷⁹.

A coesão militar naquele momento dizia respeito ao topo da hierarquia – aos oficiais gerais – visto que depois de um longo processo de disciplinamento dos corpos da caserna a partir da década de 1930 e completado nos primeiros governos militares, as tensões militares, o epicentro da discórdia, passaram da base do oficialato para o topo. Dessa forma, a preocupação do Chefe do Estado-Maior do

¹⁷⁷ Noticiário do Exército, 30 de dezembro de 1976.

¹⁷⁸ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. 1984. p. 432.

¹⁷⁹ Noticiário do Exército, 30 de dezembro de 1976.

Exército e, principalmente, do general-presidente, estava na limitação do poder político dos generais – na anulação da intervenção dos oficiais gerais sobre o governo. Ernesto Geisel tinha clareza de que a distensão do regime somente seria possível com a total subordinação da corporação militar ao Chefe do Executivo, para isso o general-presidente deveria valer-se antes do posto de general do que do posto de presidente. Em suma, o Presidente da República deveria limitar ou mesmo inviabilizar o acesso dos generais ao poder político, as decisões de esfera civil. Da mesma forma que o governo utilizou-se de todos os meios possíveis para que a oposição civil não exercesse poder de pressão também aproveitou-se dos meios militares com o mesmo objetivo – de modo que passou a ser anacrônica a circulação de discurso de tom oposicionista no interior da caserna. O Chefe do EME, em março de 1977, num pronunciamento aos novos generais promovidos enfatizou que a arte do General consiste em semear confiança entre seus homens, assim: “Onde houver a inércia, que se leve o entusiasmo e o dinamismo; que a altivez, a iniciativa e a coragem moral eliminem a subserviência e o oportunismo; e onde houver a maledicência, que se leve a verdade, a lealdade e o idealismo” ¹⁸⁰. A unidade militar, fundamentalmente a partir do topo hierárquico, naquele momento dizia respeito aos chefes maiores – a ligação direta do general-presidente com cada oficial general e a vigilância constante do SNI sobre os chefes militares favoreceu o controle sobre a corporação.

A escolha por parte de Ernesto Geisel de seu sucessor, do novo general-presidente, foi conduzida de forma militar, uma decisão pessoal do chefe maior das Forças Armadas e da nação, porém obedecendo ao critério antes político do que militar. A opção por João Baptista Figueiredo, Chefe do SNI, não resultou de

¹⁸⁰ Noticiário do Exército, 27 de abril de 1977.

consulta aos principais chefes militares, nem foi respeitada a posição hierárquica do futuro presidente, já que Figueiredo era apenas general de três estrelas – general de divisão – mesmo tendo que ser promovido às pressas para estar em plenas condições militares, ainda assim, o novo candidato era neófito como general-de-exército. De forma que a escolha do general Figueiredo foi interpretada pela cúpula militar como decisão política do tipo paisano e rejeitada como uma transgressão hierárquica¹⁸¹. No limite, foi uma inversão que indicava que o critério base do general-presidente Geisel para a escolha do novo chefe da nação dizia respeito antes à política do que à caserna. A decisão representou o isolamento do Exército das decisões políticas de sentido civil – como Presidente da República as instituições militares deveriam submeter-se às suas decisões. O abrupto isolamento da burocracia fardada, cada vez mais evidente na forma pela qual Ernesto Geisel conduzia o governo, provocou tensão no meio militar – estrondosamente em parte do topo da hierarquia militar¹⁸².

A genealogia efetivamente busca a descontinuidade, onde o desenvolvimento contínuo foi encontrado¹⁸³. Quando historiamos o Exército brasileiro a tensão intramilitar é uma constante, no entanto quando afinamos nosso olhar para a procura do descontinuo na história, no caso da pesquisa em tela, as tensões intramilitares após 1974 revelam o esgotamento com as tensões militares tradicionais – o estrondo limitado, a sujeição da burocracia militar e a cultura profissional moderna são elementos que pontuam a descontinuidade. Em suma, as tensões militares em tempos de abertura do regime evidenciam um combate desigual, entre forças assimétricas, de um lado o Estado Militar com controle importante sobre os

¹⁸¹ BALOYRA, Enrique. **Os Vários Momentos da Transição Política....** 1988. p.49.

¹⁸² GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel.** 1978. p.64.

¹⁸³ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.118.

aparelhos de violência e de outro, corpos isolados, chefes autistas sem o controle político efetivo da tropa, visto que tentaram mobilizar uma instituição que não respondia mais aos impulsos político-partidários. Dessa forma, a baixa intensidade das tensões no corpo militar do período sublinha o esgotamento de uma cultura militar, pois caracteriza uma descontinuidade para com os conflitos intramilitares anteriores. Assim, a exoneração dos generais Ednardo e Frota, além da evidente demonstração da existência de tensão entre o Estado Militar e o Exército, indica como mudança importante a completa sujeição da burocracia fardada ao Estado, fruto de longo período de docilização dos corpos. De fato, o período marcado pela auto-exoneração ou inevitável exoneração do general Jair Dantas Ribeiro em 1964 – Ministro da Guerra de Goulart – e a exoneração do general Sylvio Frota em 1977 – Ministro do Exército de Geisel – marca o fechamento de uma época – a primeira, sinaliza o poder da instituição militar sobre o Estado; a segunda exoneração evidencia o poder do Estado Militar sobre a caserna. A proposição de Castello Branco de modificar as condições militares que possibilitaram a ação belicosa que derrubou o Governo Goulart – depois da queda do ministro militar Sylvio Frota – evidenciou-se como realidade político-militar em 12 de outubro de 1977.

A saída do general Sylvio Frota do governo, fruto de descontentamento político-militar, sublinha a tensão – diretamente ligada ao processo de escolha do novo general-presidente. Ernesto Geisel neutralizou toda a tentativa de pressão advinda do meio militar para influenciar a escolha do novo presidente, o conflito que levou a exoneração de Frota evidenciou que a escolha seria prerrogativa do presidente, também, o sucesso militar da vitória de Ernesto Geisel na exoneração, sem grande ruídos, favoreceu substantivamente a escolha de Figueiredo – general sem qualquer unanimidade na tropa e no alto comando. Confirmada a demissão de

Sylvio Frota, com a inviabilidade de resposta militar, o Alto Comando do Exército sequer foi consultado, a estrutura de poder militar foi alijada do mando político¹⁸⁴ – estava destroçada, sem capacidade de exercer influência sobre o destino do movimento de 31 de março – o silêncio dos quatro maiores chefes do Exército, que compunham a estrutura de poder militar, evidencia a descontinuidade do curso das tensões intramilitares.

Ao reconhecer a vitória da escolha do general Figueiredo como sucessor de Ernesto Geisel, o general Hugo Abreu, Chefe do Gabinete Militar, demitiu-se do governo. No momento em que o grupo palaciano articulava a candidatura de Figueiredo, Hugo Abreu antecipou-se com a elaboração de documento confidencial entregue ao general-presidente, no qual criticava contundentemente os assessores de Geisel e questionava as qualidades de Figueiredo para assumir a presidência. Malgrado, o sentido técnico que o Chefe do Gabinete Militar quis fornecer a questão – assunto de obrigação da pasta – objetivamente, tratava-se de cizânia, de interferência militar numa questão de ordem eminentemente política; na total inviabilidade da candidatura Figueiredo o general salientou os seguintes pontos:

1º – Ela divide as Forças Armadas;

2º – Ela vem comprometida, de antemão, por ligações com grupos políticos e empresariais, com os quais tem compromissos pouco éticos;

3º – O procedimento do candidato e do grupo que o apóia compromete o Presidente da República e deixá-lo-ia na situação de participante de uma farsa¹⁸⁵.

Realmente, se a condução da escolha do novo general-presidente foi de forma militar, a escolha em si não correspondeu às pressões ou critérios militares. Ernesto Geisel tomou a decisão da escolha do nome do seu sucessor como um marechal no campo de batalha, de cima para baixo – pelo menos foi este o sentido

¹⁸⁴ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. 1982. p.67.

¹⁸⁵ ABREU, Hugo. **O Outro Lado do poder**. 1979. p.157.

que procurou evidenciar. O documento do general Hugo Abreu chegou até mesmo a indicar nomes mais qualificados para o exercício da presidência, tais como os generais Reynaldo, Samuel, Euler e Bethlem – ademais, aventou a possibilidade de candidatura civil, segundo ele a solução civil tinha muito boa aceitação nas Forças Armadas – no caso os nomes eram do Ministro Ney Braga e do Governador Aureliano Chaves. Embora o documento expressasse a óbvia imposição de vontade política de Hugo Abreu – mesmo tentando apresentar um texto técnico o conteúdo era de tom político – o general deixou claro que a posição do Alto Comando do Exército frente à decisão do general-presidente seria de acatamento de decisão militar superior¹⁸⁶, informação que o próprio Geisel já tinha ciência.

Em ambos os casos – Frota e Hugo Abreu – houve solidariedade de militares da caserna, entretanto nada capaz de inviabilizar a política de Geisel de apartar as decisões do governo da esfera militar. Não havia de fato no Exército discordância quanto à autonomia do Estado frente à instituição, nem qualquer chance de quebra de hierarquia, no entanto persistia um mal-estar, um sentimento de mágoa – às vezes preciso – em consequência da política abrupta do general-presidente a fim de apartar a caserna, definitivamente, da política do tipo civil¹⁸⁷. A utilização sistemática dos meios autoritários do regime pelo Governo Geisel resultou na vigilância total da cúpula militar possibilitando ações preventivas de controle da cizânia castrense. O general-presidente Geisel cortou definitivamente o acesso dos generais ao poder político – a demissão de generais, ao mesmo tempo em que indicia uma verdadeira crise militar, evidencia um estrondo limitado e marca uma descontinuidade importante nas tensões intramilitares.

¹⁸⁶ Ibid., p.157.

¹⁸⁷ GÖES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.65- 66.

A situação política das sociedades modernas, para Geisel, pode ser colocada em escalas nos extremos o totalitarismo e a democracia. Ambos não correspondem à realidade política em sua totalidade, mas representam utopias teorizadas pelos pensadores da política. De forma que cada nação de acordo com seu estágio cultural procura organizar seu sistema político segundo esses extremos. O Brasil, nesse sentido, segundo ele, vivia numa “Democracia Relativa”¹⁸⁸. Em termos práticos, não era a democracia idealizada pelos intelectuais nem a pretendida pela oposição, mas a democracia possível no atual estágio político brasileiro.

Ernesto Geisel tinha consciência de que o Brasil vivia apenas uma “Democracia Relativa”; de formação culturalmente autoritária desconhecia a democracia plena – o realismo conservador do general-presidente conseguia identificar como obstáculos à descompressão política a intransigência dos revolucionários autênticos e a irresponsabilidade da oposição. Ou seja, a cizânia de grupos militares e a comunidade política desarticulavam a distensão¹⁸⁹. De forma que o enquadramento dos militares dissidentes e a relativização das regras políticas do regime foram estratégias para viabilizar o processo de abertura no país. Nesse sentido, a viabilidade da liberalização do regime encontrava-se no uso do autoritarismo político e na sujeição absoluta dos corpos da caserna.

A recepção dos militares do projeto de distensão política de Geisel estava dividida, de acordo com a memória do general Gustavo Moraes Rego Reis, em três comportamentos: os que discordavam radicalmente, os duros; os que concordavam com a abertura, mas discordavam da aceleração do processo; e finalmente, o grosso dos militares que não se definia nem se pronunciava – eram os chefes mais

¹⁸⁸ MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: O Projeto Militar...** 1995. p.95.

¹⁸⁹ BALOYRA, Enrique. **Os Vários Momentos da Transição Política....** 1988. p.53.

graduados que confiavam no presidente e o obedeciam, encaravam a abertura como missão militar. Segundo o general: “Os que realmente aderiram, sinceramente, não foram muitos” ¹⁹⁰. Com efeito, a descompressão política se fez realidade num contexto em que a corporação militar se encontrava disciplinada o suficiente para não atrapalhar a abertura do regime.

A exoneração de Sylvio Frota do Ministério do Exército, pela forma que ocorreu – como se um corpo estranho fosse sacado do ordenamento natural da instituição – sem grande estrondo, foi uma demonstração importante de que no Exército a cizânia, ou o regresso desta, não comportava mais um terreno fértil para seu cultivo. Frota, segundo Hugo Abreu, era aquele que poderia utilizar a única linguagem que o grupo palaciano entendia: a força¹⁹¹. Certamente o uso da força era para Geisel prerrogativa exclusiva do Estado. O novo Ministro do Exército, general Fernando Belfort Bethlem, que assumiu o posto em outubro de 1977, independentemente da rígida postura anticomunista, demonstrou total subordinação ao general-presidente Ernesto Geisel, na medida em que a coesão militar em torno da realização dos chamados “objetivos nacionais” representava necessariamente postar o Exército a serviço do governo. Com efeito, o sucesso do regime, tanto para o bem como para o mal, esteve, em larga medida, ligado à sujeição da burocracia militar aos imperativos da governamentalidade do Estado Militar. Dessa forma, conforme as palavras do novo ministro:

Da nossa união em torno dos chefes e dos princípios e ideais pelos quais lutamos em 31 de março de 1964 resultará, sem dúvida nenhuma, a força e a grandeza necessárias para que possamos atingir os Objetivos Nacionais que, em última análise, visam proporcionar o tão almejado bem-estar para todo o povo brasileiro¹⁹².

¹⁹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon et alii. **A Volta aos Quartéis...** 1995. p.55.

¹⁹¹ ABREU, Hugo. **O Outro Lado do poder**. 1979. p.92.

¹⁹² Noticiário do Exército, 27 de novembro de 1977.

O general-presidente apoiado em seu Ministro do Exército buscou conduzir, nos últimos meses de 1977, uma política militar que inviabilizasse as pressões da caserna – fundamentalmente em suas decisões políticas, como as reformas constitucionais e a sucessão presidencial. Geisel esperava que o novo ministro cumprisse a sua missão mantendo a união do Exército¹⁹³. A tese difundida por Ernesto Geisel e Bethlem, com bastante cautela, era a de absoluta impertinência da presença de generais na esfera das decisões políticas do governo. Para tranquilizar o cume do poder militar, o governo assegurou que a essência militar do mando não seria alterada, mantendo, assim, a existência dos órgãos de informação e segurança, a retórica do anticomunismo militar e assegurando que as reformas constitucionais não deformariam o sentido da “revolução”¹⁹⁴.

Para Michel Foucault não temos que investigar o fundo oculto que se encontra atrás dos discursos, senão a “vontade de verdade” que organiza o conjunto das palavras apresentadas¹⁹⁵. A hermenêutica referente aos discursos militares limita-se à concentração do olhar crítico-sensível à gramática de guerra que organiza o discurso para que possa produzir efeitos de verdade sobre os corpos da caserna. Em síntese, o sentido de poder expresso no discurso militar é o que deve ser contabilizado na análise para que se possa compreender o jogo de força nas relações de poder no interior do corpo institucional.

Assim, o discurso militar para análise é muito mais produtivo quando observamos as práticas de poder do que quando observamos a ideologia institucional. O novo ministro passou a incorporar em seu discurso a distensão política como demanda militar; o Ministério do Exército passou a estar afinado com o

¹⁹³ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.IV. 1978. p.261.

¹⁹⁴ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.76.

¹⁹⁵ TERÁN, Oscar. **Michel Foucault: Discurso, Poder y Subjetividad**. 1995. p.32.

ponto de vista político do Governo Geisel. Consoante o general Bethlem: “Um dos maiores desafios atualmente propostos aos países em desenvolvimento, é a busca de conciliação das liberdades democráticas com as necessidades de Segurança Nacional¹⁹⁶”. O general-presidente Geisel procurou evidenciar as fronteiras entre o mando do tipo civil e o militar, para garantir bons resultados no processo de distensão política. Assim, a hierarquia presidencial não suprime o constante assessoramento dos órgãos militares para a tomada de decisão no campo militar e o assessoramento dos órgãos políticos em matérias de campo político, contudo pressupõe-se disciplina consciente — a subordinação absoluta e silenciosa — quando o chefe do governo toma a decisão¹⁹⁷. De acordo com Sylvio Frota:

Infelizmente, o pensamento militar, na sua evolução ou involução, mudara bastante, desde os longínquos tempos de Realengo à época dos esplendores de Brasília. Tornara-se pragmático e oportunista [...]. O denominador comum, entre nós, já não era mais a honra, mas sim o interesse material das posições e de suas vantagens. A partir daquele momento estava assegurada ao presidente a docilidade de seus generais-de-exército a qualquer tipo de suas imposições¹⁹⁸.

As relações de poder operam sobre o corpo de imediato, não podemos desconsiderar os investimentos institucionais que operacionalizam a construção dos indivíduos como realidade, ou melhor, como corpo burocrático. Assim, as instituições investem sobre o corpo para torná-lo mais produtivo. Elas investem nele, marcam-no, preparam-no, simplificam-no, forçam-no ao trabalho, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe signos¹⁹⁹. A caserna, essencialmente, apresenta-se como instituição que inventa ordinariamente o corpo institucional — a rotina militar moderna condiciona os indivíduos às práticas que preenchem a vida pelos afazeres burocráticos. Para Michel Foucault: “O corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e

¹⁹⁶ Noticiário do Exército, 21 de fevereiro de 1978.

¹⁹⁷ GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. 1978. p.76.

¹⁹⁸ FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. 2006. p.176.

¹⁹⁹ DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória...** 1985. p.125.

corpo submisso²⁰⁰”. Nesse aspecto, a sujeição da burocracia militar ao Estado deve ser vista sob o prisma da modernização institucional – da produtividade do sistema militar. A docilização dos corpos não corresponde apenas à mera submissão dos indivíduos à corporação, mas também, ao aumento da eficiência da produtividade dos corpos.

Destarte, a modernização da instituição, acentuada no regime militar, desencadeou relações de poder institucionais que docilizaram por completo a corporação para forjar corpos mais produtivos. Na comemoração do 14º Aniversário da Revolução de 31 de Março, o *Noticiário do Exército* incrementou a divulgação do evento com a abertura de ordem do dia do Ministro do Exército, general Fernando Belfort Bethlem. No discurso o ministro acentua o papel dos militares do Exército diante do momento político nacional – numa expressão, a de total envolvimento com as atividades profissionais e com o dever militar. Diante disso, consoante o general:

Cabe-nos, a nós do Exército, neste dia em que, há quatorze anos passados, ajudamos o Brasil a se livrar do comunismo, meditarmos sobre os riscos que corremos naquela época e que ainda persistem nos dias de hoje e que, por isso mesmo, nos aconselham a dedicarmo-nos inteiramente às nossas atividades profissionais, cumprindo o nosso dever sem transigências, pois a nossa consciência indica que o cumprimento do dever não admite condições e que somente por intermédio dele estaremos a salvo daqueles riscos²⁰¹.

A subordinação da burocracia fardada aos imperativos hierárquicos institucionais – militares dedicados inteiramente a sua bossa profissional e orientados pelo dever - naquele momento, representava efetivamente um ato de salvaguarda das instituições a fim de evitar o retorno ao “caos” do governo anterior à “revolução”. Contudo, o deslocamento paulatino das preocupações militares para o interior da caserna não representou, em absoluto, qualquer desgaste ou erosão do

²⁰⁰ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir...** 1987. p.26.

²⁰¹ Noticiário do Exército, 31 de março de 1978.

poder institucional militar, mas uma estratégia militar para desobstruir o exercício do poder, garantindo, assim, a governamentalidade do Estado sobre a população civil e militar. No mesmo discurso, o ministro Bethlem assegura que ao postar-se de acordo com o dever militar – na rígida verticalização do poder – o Exército, juntamente com as demais forças, poderá “[...] proporcionar ao governo as condições necessárias à conquista e aos objetivos vitais, como o desenvolvimento e a Democracia Responsável²⁰² [...]”. Em poucas palavras, ao Exército como guardião da “revolução” implicava a total sujeição da burocracia fardada ao Estado Militar, representado pela figura do chefe maior, o general-presidente Ernesto Geisel.

A disciplina e a hierarquia são pontos incontornáveis para a instituição militar; não é possível estabelecer o ordenamento na caserna sem a docilização dos corpos. Assim, sem dúvida, a vontade de constituir uma tropa adestrada e presa à verticalização do fluxo de poder militar é de interesse institucional. Entretanto, manter a sujeição da burocracia fardada – que corresponde à existência de corpos disciplinados e dóceis – passa inevitavelmente pelos interesses do Estado moderno. Em outros termos, o deslocamento dos corpos da caserna da política civil passa por fora da instituição, embora haja evidentemente conjunção de interesses entre a vontade institucional e o interesse de Estado. Há toda uma tecnologia de poder no plano da governamentalidade da população que apresenta o exercício do poder estatal sobre os corpos. Afinal, as relações de poder que circulam no espaço institucional não se limitam a ele, antes estão em dependência de uma instituição mais totalizadora que é o Estado²⁰³. Assim, não podemos negligenciar que, principalmente no regime militar, as proposições desejadas pela instituição estavam relacionadas aos interesses de Estado. Na entrega da espada aos novos generais,

²⁰² Noticiário do Exército, 31 de março de 1978.

²⁰³ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.159.

em março de 1978, o Chefe do EME proferiu discurso no qual reforça a posição do generalato frente à conjuntura política nacional. De acordo com o general, o trabalho dos oficiais generais é o de garantir a tranquilidade necessária à construção do país, por meio de:

Trabalho anônimo e dissociado das lides políticas, sem deixar de acompanhá-las, porém em silêncio atento para o melhor cumprimento dessa mesma missão. O chamamento de alguns chefes militares para o desempenho de cargos, até da mais alta relevância, que transcende o âmbito dos quartéis – como tem ocorrido ao longo de nossa história, tratou-se, sempre, como particularmente agora, de uma imposição conjuntural, de uma missão a cumprir; jamais de ambição de mando ou de poder, de impulso de vaidade e, muito menos, de preocupação com interesses pessoal ou de grupo – mas, sim, repito, de uma imposição do dever para a preservação dessa segurança da coletividade brasileira²⁰⁴.

O problema da segurança é mais da ordem do Estado – da segurança dos que governam – do que da nação. Trata-se de investimentos de vigilância e repressão para neutralizar a população, como veículo de insegurança ao Estado. A normalização sistemática do regime e o exercício das tecnologias de poder sobre a população civil e militar revelam que a política de segurança tinha como objetivo, essencial, antes docilizar os corpos do que salvaguardá-los da ameaça vermelha. Os macropoderes do Estado que permitem o estabelecimento da segurança ao Estado não estão deslocados dos micropoderes institucionais que permitem o estabelecimento das normas para a constituição do corpo normal. A história do Estado concebida a partir da prática dos homens, ou melhor, a partir do que eles fazem e de como pensam, carrega uma fecundidade importante que permite entender as relações de poder imbricadas entre o nível do micropoder e o nível do macropoder, sem corte. Dessa forma, uma análise a respeito dos micropoderes institucionais não se encontra apartada da análise de problemas como os do

²⁰⁴ Noticiário do Exército, 26 de abril de 1978.

governo e do Estado²⁰⁵. A garantia da segurança do Estado somente seria conquistada a partir da unidade militar, da docilização dos corpos – que naquele momento dizia respeito mais ao topo da hierarquia do que à base, pois o grosso da tropa vivia em absoluto silêncio, em virtude da normalização crescente do corpo militar incrementada após 1964.

Depois de 1968 somente aos generais era permitida a possibilidade de apresentar discurso de ordem política, de forma moderada, sem grande estrondo – entretanto o Governo Geisel se caracterizou pelo isolamento dos oficiais generais das questões de ordem política – ouvi-los sempre, mais para conhecer a demanda militar do que para acatar pressões. Com a demissão de Sylvio Frota o novo Ministro do Exército passou a conduzir a política militar para assegurar a política do governo e, assim, garantir a coesão em momento delicado de mudança no regime. A coesão militar é o que qualifica positivamente toda instituição fardada; em momentos de barulho político, que compromete a corporação, a unidade passa a ser, amiúde, sublinhada nos discursos militares. O Ministro do Exército, general Bethlem em ordem do dia afirmou: “O Exército Brasileiro de hoje prossegue tranquilo no cumprimento de sua missão constitucional. Ele permanece unido e firme no apoio à luta pela manutenção de nossa Democracia [...]” ²⁰⁶. A sujeição da burocracia fardada ao Estado se impunha como condição *sine qua non* para que se pudesse promover a alteração no regime militar. A abertura política – a oxigenação democrática – para a efetiva desmilitarização do poder civil correspondia a uma postura dura do Palácio do Planalto para subjugar o poder militar que recorria à caserna para a reprodução da cizânia militar.

²⁰⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. 2008. p.481.

²⁰⁶ Noticiário do Exército, 8 de maio de 1978.

A sujeição da burocracia fardada ao Estado Militar, *grosso modo*, realizou-se a partir de uma ordem discursiva na qual todo o desvio oposicionista militar representava a desagregação da corporação. Se a presença da coesão, na ordem do discurso militar, é frequente possibilita-nos de um lado visualizar a existência de algum grau de cizânia e de outro perceber o rearranjo de poder da caserna para assegurar a governamentalidade institucional. De forma que posicionar-se contra o governo exercido pelo general-presidente apresentava-se como ato de indisciplina e de atentado contra a própria instituição. A intersecção Governo Militar e Exército proporcionou a visualização do chefe político como chefe militar facilitando, assim, a subordinação do corpo militar ao Estado. Em discurso político-militar referente ao dia do Soldado, o Ministro do Exército fez o seguinte pronunciamento:

Mantenhamo-nos alertas contra aqueles que, usando de subterfúgios e de meios nem sempre recomendáveis e dignos, atentam contra o espírito de nossa união, como se este espírito pudesse ser afetado pela vontade de ambiciosos e impatriotas, e não fosse uma consequência do nosso senso de responsabilidade, amor e disciplina e respeito aos poderes constituídos, a lei e a ordem²⁰⁷.

O anticomunismo militar controlado institucionalmente também procurou atuar como mecanismo de agregação do Exército. A coesão em torno de um inimigo palpável – carregado de realismo político-militar – possibilitou ao comando militar manter grau de intensidade considerável de unidade na corporação. A expectativa do estabelecimento do comunismo no Brasil representava uma anomalia cultural, pois se impunha contra nossa tradição católica e a já consolidada liberdade dos brasileiros. Para que a instituição possa adquirir legitimidade interna é necessário basear-se de maneira clara na natureza e na razão. Então, toda a instituição deve propiciar a seus membros um conjunto de analogias por meio dos quais se poderá

²⁰⁷ Noticiário do Exército, 24 de agosto de 1978.

explorar o mundo e com as quais se justificará a naturalidade e a razoabilidade dos papéis instituídos²⁰⁸. Nesse sentido, o controle institucional da memória de seus membros é imprescindível – fazer esquecer tudo aquilo que não interessa à instituição e fazer lembrar, incisivamente, dos eventos importantes para a legitimidade do poder institucional são imperativos. O anticomunismo militar foi um fenômeno cultural inventado institucionalmente como mecanismo de legitimidade das práticas político-militares da corporação – revelou-se como uma cultura institucionalizada – uma teia de significados que envolveu a todos os corpos militares, enquanto, institucionalmente, se tecem novas teias que os ressignificam no tempo presente.

Para Michel Foucault um fenômeno cultural faz parte ativa do tecido histórico, não se pode analisá-lo como mera projeção dos fatos econômicos e sociais, como algo intrinsecamente preso a eles²⁰⁹. O anticomunismo militar, antes de tudo, estabeleceu-se no corpo institucional como um fenômeno cultural ligado à própria história do Exército brasileiro no período republicano. A ressignificação constante da memória coletiva acerca do perigo vermelho atendia às vicissitudes do presente, no entanto a reelaboração do anticomunismo militar como arma político-militar somente foi possível porque ele já estava impregnado no corpo institucional como fenômeno cultural. O anticomunismo militar como cultura envolvia a todos os corpos numa teia de significados – que ainda possibilitava espaço institucional e vontade para forjar novas teias e assim ressignificá-lo no presente.

Na ressignificação da memória de 1935, o Exército era o principal agente de defesa da pátria contra a ameaça vermelha. A estratégia anticomunista militar

²⁰⁸ DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 2007. p.116.

²⁰⁹ JALÓN, Mauricio. **EL Laboratorio de Foucault...** 1994. p.159.

implicava ação verticalizada de combate, de forma que os chefes tinham um papel importante na definição conjuntural das práticas produzidas no interior da caserna com o objetivo de manter a integridade nacional. Assim, num momento de distensão política de cima para baixo, o anticomunismo militar representava acima de tudo a total identificação do militar com a instituição e com o próprio Estado – dedicar-se diuturnamente às atividades profissionais, respeitar os princípios hierárquicos e disciplinares, sempre atentos, além de garantir a prontidão ordinária, mantinha a tropa docilizada, afinada com a condução da política do regime. Coesão, disciplina e silêncio eram a imagem das Forças Armadas que acompanhava o discurso de Ernesto Geisel²¹⁰ – conduta moderna para tornar a tropa mais produtiva e manter a segurança do Estado. Do discurso referente à chamada “Intentona Comunista” de 27 de Novembro de 1935, do Ministro do Exército, general Bethlem, podemos pinçar as seguintes palavras:

Nós jamais poderemos esquecer aqueles que deram suas vidas para que a grande família brasileira pudesse viver e progredir em clima de paz e tranquilidade. Da nossa união, da vigilância constante, do cuidado e do carinho que dispersar-mos ao aprimoramento de nossa instituição e ao nosso próprio aperfeiçoamento profissional, dependerá, estou certo, a preservação da riquíssima herança de mais de quatro séculos que recebemos de nossos antepassados²¹¹.

Embora os militares da “linha dura” tenham sido contrários à candidatura de João Baptista Figueiredo, eles acabaram cerrando fileira ao lado do novo general-presidente. A ligação desses militares com a máquina de informações do Estado Militar facilitou a incorporação dos duros por parte de Figueiredo para atuação no governo. A “linha dura” deslocada da autoridade do Governo Figueiredo procurou por meio do terror entre 1979 e 1981 inviabilizar a abertura política, porém o malogro

²¹⁰ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.IV. 1978. p.366.

²¹¹ Noticiário do Exército, 27 de novembro de 1978.

foi total²¹². Os aparelhos de repressão e de vigilância passaram a efetivamente não representar os interesses do Estado e da própria instituição militar, embora tenham recebido proteção para não serem criminalizados, naquele momento representavam mais problema do que solução à ordem estabelecida.

Walder Góes usa a expressão “contenção relativa das Forças Armadas” para caracterizar a cizânia militar exercida no período da liberalização política após 1974. Essa expressão indica a incapacidade do Exército de se mover politicamente como instituição – a fragilidade política da corporação com baixa capacidade de influenciar o governo evidenciava uma ação de tipo defensivo ao invés de ofensivo²¹³. Não havia no Exército a capacidade de formar um grupo forte e coeso para agir sobre as estruturas de poder do Estado Militar, também não havia proposta alternativa dos militares de “linha dura” para se sobrepor à abertura – o discurso oposicionista militar ainda centrava-se nas velhas proposições que possibilitaram a derrubada do Governo de Goulart, ou seja, o anticomunismo e a luta contra a corrupção.

No final de 1978, depois de consolidada a descompressão política, essencialmente, com o fim do AI-5 e a suspensão da censura aos jornais, a liberalização já era uma realidade civil e militar. Houve o encerramento do Estado Autoritário como Estado de exceção, entretanto a pressão civil para de fato construir-se a transição passou a empolgar a política brasileira²¹⁴. A oposição passou a negociar a retirada militar para os quartéis. Contudo, a desmilitarização do poder civil não representou a despolitização dos corpos da caserna. É nesse sentido que é mais apropriado falar em deslocamento e conservação do poder político dos militares do que do simples retorno aos quartéis ou de erosão do poder militar. Nos

²¹² BALOYRA, Enrique. **Os Vários Momentos da Transição Política....** 1988. p.69.

²¹³ GÓES, Walder. **A Crise Econômica e os Modelos Alternativos.** 1982. p.55.

²¹⁴ SELCHER, Wayne (Org.). **A Abertura Política no Brasil...** 1988. p.21.

governos de Geisel e de Figueiredo foi se formando o consenso de desmilitarização do poder civil e de conservação do poder militar nas questões principalmente referentes ao campo político-militar.

Portanto, na genealogia da desmilitarização do poder civil a responsabilidade pela ação política foi essencialmente militar. Ernesto Geisel, como os militares em geral, percebia o movimento de 31 de março como criatura militar. Conforme o general-presidente: “[...] foram as Forças Armadas que, por seu trabalho, tornaram essa Revolução vitoriosa, deram a ela estabilidade, e deram ordem ao país, ordem com a qual foi possível assegurar esse progresso que o Brasil vive a partir de 64²¹⁵”. A desmobilização do regime autoritário e a postura no campo da política e do direito em torno das duas décadas de exercício do poder militar sobre a população ficaram restritas ao mando militar. Em termos mais precisos, houve todo um exercício de governamentalidade na abertura do regime e na administração política do pós-regime que enfatizam antes a concentração do poder militar do que a erosão. Se a demissão de Sylvio Frota evidenciou a total sujeição da burocracia fardada ao Estado, abrindo terreno para a desmilitarização do poder civil, a forma como se constituiu a abertura e as relações entre civis e militares na Nova República, com o retorno dos militares à caserna, acentuam a presença da instituição militar como território autônomo, deslocado da realidade política da *pólis* brasileira.

²¹⁵ GEISEL, Ernesto. **Discursos**. Vol.III. 1977. p.48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do Exército moderno à República Militar limita um período singular na História Política Republicana Brasileira, momento no qual a corporação militar passou por um processo intenso de militarização dos corpos na caserna – de efetiva modernização institucional – concomitante à formação de uma consciência militar institucionalizante de intervenção político-militar na polis brasileira. No limite, a História do Brasil republicano se confunde com a História Militar do Exército, pois a modernização do Exército e a do Brasil fazem parte, *grosso modo*, de uma mesma narrativa. A interferência militar na política nacional nunca esteve deslocada dos imperativos modernizantes, de forma que a profissionalização militar contemporânea e a ação direta dos militares sobre o poder político não representam nenhuma incongruência.

O processo de militarização dos militares no Exército engendrou um tipo específico de profissionalização moderna, corpos docilizados individualmente – prontos ao consenso moderno – presos à verticalização do fluxo de poder, ao ordenadamente em fila. Corpos hierarquizados e disciplinados como categoria singular militar. Entretanto, extremamente partidarizados no sentido institucional, capazes de, em momento de crise política nacional, interferir no ordenamento do país. A criação da República Militar a partir de 31 de março de 1964 representa o extremo da interferência militar na política brasileira.

Como a construção de uma sociedade disciplinar no Exército não representou em absoluto a consolidação de uma “sociedade disciplinada”, a tensão intramilitar foi constante. A sujeição da burocracia militar primeiramente ao Exército e, depois, ao

Estado Militar não ocorreu sem tensão. Na historicização desse processo não podemos negar, lembrando aqui Roger Chartier, a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus discursos mediados por constante tensão entre, de um lado, as capacidades criativas dos indivíduos ou dos grupos sociais e, de outro, as restrições e pressões das normas, das convenções que limitam o espaço de ação subjetiva dos sujeitos, mais ou menos fortemente de acordo com a posição do atores nas relações de dominação. Nesses termos que é possível pensar, enunciar e fazer¹ no limite entre a liberdade de ação dos sujeitos e as pressões constantes dos aparelhos de controle social.

Na República Velha houve, concomitante aos primeiros esforços institucionais de modernização militar, um conjunto de revoltas militares de motivação político-militar. A mobilização se concentrava nas camadas militares da base da corporação, em essência, as motivações das sedições castrenses eram de natureza militar. Porém, como as questões militares não estavam deslocadas do Estado e do campo político as revoltas tiveram desdobramentos no conjunto do corpo social. As ações político-militares da base geraram o tenentismo político que solidificou na cultura militar a “ética” da intervenção da burocracia fardada sobre a política civil. Por certo, nas primeiras décadas da república começou a esboçar-se uma cultura político-militar ligada à ideia majoritária de que a responsabilidade pela garantia das instituições republicanas cabia, em última análise, aos militares enquanto instituição.

Foi, também, o momento em que, em virtude da 1ª Guerra Total, no Exército brasileiro surgiu um movimento importante que defendia imediatamente a modernização da instituição. A cultura bacharelesca militar não correspondia mais

¹ CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia. p. 91.

ao contexto belicoso internacional, era fundamental um corpo militar mais técnico do que intelectual, um soldado não um filósofo. Assim, ao lado das tensões advindas do tenentismo político, houve outra, a do tenentismo profissional representada pelos “jovens turcos”.

Em suma, essa dupla tensão – política e profissional – advinda da baixa oficialidade pontua as vicissitudes político-militares ao longo da república brasileira. Não podemos isolar as tensões militares do binômio Estado/Exército, visto que as pressões modernizantes impõem a transformação concomitante da corporação e do aparelho de Estado, de fato, não há modernização de um sem a modernização do outro. É por isso que a modernização militar espocou sobre o Estado, ao ponto de no Estado Militar ambas fazerem parte do mesmo processo – na militarização do poder civil após 1964 segurança e desenvolvimento apresentavam-se como irmãos siameses.

A fonte das tensões militares encontrava-se, sem dúvida, na precariedade da formação militar no país, com baixa militarização não havia meios institucionais para a sujeição da burocracia fardada. Era preciso controlar os corpos insubmissos para o bem da instituição e do Estado. De forma que a sujeição dos corpos da caserna era um problema atinente ao Exército e ao próprio Estado. O estabelecimento de uma sociedade disciplinar na caserna implicava a profissionalização moderna dos corpos militares – numa expressão: a militarização do militar – e o deslocamento da política no Exército para o exercício político pleno da instituição sobre os corpos militares.

A existência de tensão no corpo institucional e a magnitude dos conflitos indiciam a ausência de sujeição plena. Assim, em parcela ampla do processo de

militarização do militar a tensão sempre esteve presente – o que, verdadeiramente, alterou foi o *lócus* hierárquico e a intensidade dos conflitos . Quando se avalia as tensões em termos estratégicos e táticos – de ofensiva e contra-ofensiva – a apropriação do vocabulário militar, indica que na correspondência entre o corpo institucional e os sujeitos, onde o primeiro, amiúde, visa o assujeitamento e o segundo revela os comportamentos dos assujeitados há objetivas relações de poder, na medida em que tem a forma de confronto, não de pura sujeição². De fato, o processo de passagem do Exército de cultura bacharelesca para o Exército intensamente militarizado não foi sem a presença de tensão, de luta institucional no afã de assujeitar os corpos da caserna e de resistência às investidas normalizantes. A efetivação de uma instituição militar moderna de extensão nacional no Brasil se fez realidade a partir de um processo, em larga medida, tumultuado. Os artífices do Exército moderno foram, sem dúvida, os generais Góes Monteiro e Gaspar Dutra, pois fomentaram a transição num momento político nacional de forte centralização de mando no Estado Novo. Esse processo, não foi exclusivamente restrito à caserna, pois tiveram que exercer um duplo papel: de um lado, articulavam a difícil missão de efetivar uma sociedade disciplinar no Exército, forjando identificação dos corpos militares com a política da instituição, e de outro, utilizando-se da posição privilegiada nas relações de poder no Estado Autoritário de Getúlio Vargas para assegurar a pacificação da sociedade civil desconstruindo o regionalismo político e sua força militar constituindo, assim, um arranjo político-militar de interesse à corporação.

² Ibid., p. 144.

A partir de então as intervenções militares na política passaram a ser antes de tudo de sentido institucional. O silêncio dos subalternos da base hierárquica da instituição é emblemático – as manifestações militares, em essência, passaram da base para o topo hierárquico. Agora, para a compreensão das intervenções militares na política brasileira como ação da instituição é fundamental mensurar a importância do processo de disciplinamento dos corpos da caserna. Graças a ele a instituição pode produzir uma política normalizante com capacidade de lançar efeitos de verdade sobre os militares, formando um bloco de força política com capacidade produtiva de pressão sobre o Estado e a sociedade civil. A profissionalização militar moderna no Brasil criou as condições objetivas para que vontade de intervenção militar na política nacional se fizesse realidade.

O profissionalismo militar condicionou o pensamento militar na direção do “realismo conservador”, de uma ética profissional que assegurava o máximo de conservação possível do poder no topo diante do turbilhão das mudanças modernas. O realismo conservador militar do pós-guerra traduz a inquietação das elites brasileiras num contexto político de democracia produtiva no país, em que as demandas sociais passaram a evidenciar-se de forma contundente. De forma que o grupo hegemônico militar, ligado ao realismo conservador, apoiado numa instituição suficientemente disciplinada, substancialmente moderna, passou operar posição oposicionista frente à perspectiva de inversão do jogo de poder. Assim, dentro e fora da instituição os conflitos ideológicos se intensificaram. As tensões presentes no corpo político se estendiam ao corpo militar – num país de cultura política autoritária a solução militar seduzia o conjunto da população. As manifestações de descontentamento dos sargentos e a falta de consenso absoluto na cúpula militar

produziram no interior da corporação a sensação de esquizofrenia institucional, criando assim as condições favoráveis à ação do grupo militar hegemônico sobre a instituição e sobre o frágil Estado brasileiro.

Não é possível discorrer sobre o realismo conservador na corporação sem mencionar o papel do anticomunismo militar como elemento de constituição identitária dos corpos na caserna. Dos valores e das práticas militares conservadoras o anticomunismo jogou papel decisivo, pois a história da modernização do Exército no século XX teve no anticomunismo militar o ponto de apoio na busca da coesão militar. O anticomunismo não foi apenas uma ideologia conservadora, mas acima de tudo uma prática normalizante que garantiu a mobilidade político-militar para a ação de construção do Exército moderno e da bem sucedida intervenção da instituição sobre o Estado em 1964.

Como todo o regime de práticas é dotado de uma regularidade, de uma lógica e de razão própria que são irredutíveis aos discursos que o justificam³, o anticomunismo militar enquanto prática institucional inseriu-se na gramática de guerra do Exército brasileiro. A mentalidade militar conservadora estruturou-se tendo o anticomunismo como força propulsora, legitimando-se, assim, toda inclinação intervencionista da instituição sobre a política civil. A regularidade do discurso e o controle institucional sobre as práticas anticomunistas demonstram o valor estratégico da ameaça comunista para a instituição.

A emergência da guerra revolucionária como doutrina militar no final dos anos 50 deslocou o anticomunismo para o campo belicoso. As instâncias de

³ *Ibid.*, p. 135.

formação militar passaram a tratar a ameaça comunista de forma antes técnica do que política. Como o perigo vermelho passou à esfera meramente militar e a guerra revolucionária postava-se como uma guerra total. A defesa do país em todas as instâncias – política, cultural e econômica – dizia respeito antes de tudo aos militares enquanto instituição. As crises político-militares dos primeiros anos da década de 60 tinham como motivação básica a salvaguarda do Estado e da nação da presença da guerra revolucionária. Assim, a coesão suficiente à ação político-militar que derrubou o Governo de Goulart teve, em parcela considerável, com a inserção da guerra revolucionária, o saber-poder que no conjunto das instruções militares qualificou tecnicamente o inimigo militar.

Quando historiamos o período, de crise de legitimidade política, do Governo Goulart é possível perceber uma ruptura importante – marcada pela a viabilização do anticomunismo militar como pensamento técnico-institucional que foi possível graças à estratégia militar de enquadramento da realidade política brasileira à emergência da guerra revolucionária, de forma que para o grupo hegemônico, ligado ao realismo conservador, toda a teoria acerca da ameaça revolucionária estava presente na conjuntura política do país. A mobilização militar que no final de março de 1964 empolgou o poder nacional apartando João Goulart da Presidência da República o fez apoiada doutrinariamente na guerra revolucionária. A estabilização do regime imposto, também, recorreu a ela a partir da leitura militar da conjuntura nacional a fim de ajustar normativamente o Estado para garantir a governamentalidade.

Ao assumir o poder político nacional o grupo militar hegemônico voltou-se para a purificação da caserna dos corpos dissidentes. Assim, toda oposição de fora

do pensamento militar dominante foi anulada e os militares contrários à nova ordem estabelecida, em larga medida, de postos do topo da hierarquia foram expulsos do Exército. A utopia da coesão total passou a mobilizar a instituição. Assim, além dos expurgos, o general-presidente Castello Branco e o Ministro Guerra, Costa e Silva procuraram afirmar normas institucionais para inviabilizar a formação de lideranças político-militares no Exército. Tudo para evitar a oposição advinda do interior da caserna. Desde então, o sonho da sociedade militar dos “jovens turcos” – um militar voltado para as atividades técnicas numa instituição moderna passou a ser o objetivo fundamental perseguido pela instituição.

Nos dois primeiros governos militares ficou patente a fragilidade da hegemonia do grupo militar dominante. A cizânia militar foi frequente. As pressões de grupos militares sobre o governo procurando influenciar nas decisões inviabilizavam a efetiva coesão militar, de fato, ainda havia um resíduo considerável de partidarismo político-militar na caserna. Independentemente da presença no Exército de uma base hierárquica disciplinada, incapaz de desencadear mobilização de reação à nova ordem, as tensões intramilitares, naquela conjuntura política, provocavam estrondo capaz de sensibilizar os generais-presidentes. Tratava-se do paradoxo incontornável do Estado Militar, na medida em que o espaço político passou à esfera militar, era natural a busca de interferência da cúpula militar sobre o Estado. A solução para espantar as crises político-militares estava na criação de tecnologia de poder capaz de sujeitar os militares à política do regime.

A premência do Exército disciplinado era básica para a legitimação do regime. Assim, a busca do afastamento dos militares da ativa das aspirações políticas foi constante na corporação. A total incongruência entre o militar e a política estava

presente em grande parte dos pronunciamentos dos chefes militares e dos generais palacianos. As tensões intramilitares apresentadas depois de 1964 eram percebidas pela instituição antes como resultado de baixa profissionalização dos quadros do que de desgaste político da nova ordem. Dessa forma, o reaparelhamento do poder bélico nacional, o encurtamento de tempo no serviço ativo dos militares no posto de general, a intensificação da instrução, o adestramento da tropa, a concentração dos militares nas atividades ordinárias do mister da caserna e o pleno exercício do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) foram algumas das medidas importantes com o objetivo de restringir os militares às atividades antes técnicas do que políticas.

Já no Governo Médici a coesão militar era fato. O silenciamento dos corpos da caserna era uma realidade. Entre os anos de 1964 a 1969 um ciclo de crescente politização do tipo civil na caserna se fecha, pois o afastamento das militares enquanto instituição da política era consenso, o pronunciamento político passou a ficar cada vez mais restrito aos chefes maiores da hierarquia militar. Enquanto se gestava uma política de estabelecimento de fronteira entre os generais palacianos e os da caserna.

A escolha dos generais-presidentes Geisel e Figueiredo não passou pelo crivo da cúpula militar, mas foi fruto de decisão unilateral do Chefe do Executivo – representando o enquadramento absoluto do Estado sobre a instituição militar. Desde então a escolha da sucessão presidencial, no regime militar, passou a ser prerrogativa do representante e guia do movimento de 31 de março, ou seja, do general-presidente. Condição significativa estruturada a partir do Governo Médici para a abertura do regime, pois isolou a corporação da decisão mais relevante da política nacional. Ora, como as relações de poder não são unilaterais, a posição do

Estado Militar para realizar-se como tal precisava da existência de uma instituição militar disciplinada – para que a escolha se efetivasse sem transtornos que pudessem inviabilizar a preferência do Chefe Maior das Forças Armadas.

O general Orlando Geisel, Ministro do Exército do Governo Médici foi o responsável por fortalecer a coesão militar e garantir o reaparelhamento da instituição. O afastamento dos militares das questões políticas e a execução do combate à guerra revolucionária foram os temas de grande preocupação do ministro. No extremo, foi tempo de coesão militar e de repressão política de alta intensidade, de silenciamento da burocracia fardada e de violência bruta contra a oposição armada de esquerda. No binômio segurança e desenvolvimento a dedicação dos militares às atividades profissionais e ao combate à subversão era o que garantia o desenvolvimento do país. Foi essa a imagem fabricada pela instituição para integrar a corporação ao “milagre econômico” do período Médici.

A aproximação da política do Exército com a do Estado no Governo Médici proporcionou a transformação da política do regime militar como política da instituição. A sujeição da burocracia fardada ao Estado foi consolidada a partir de intensa normalização em torno de um “sistema de valores” que integrava o Exército à política do regime. Nessa perspectiva, é possível saber discernir a presença do poder militar e do poder da instituição, apesar de apresentarem-se como coisa de mesma ordem, no regime militar a política de elaboração de fronteiras entre o espaço palaciano e a caserna forçosamente foi limitando ao longo dos governos militares a interferência do Exército sobre o Estado Militar – sem com isso, em absoluto, diminuir a poder militar sobre a sociedade brasileira.

A história do processo da abertura do regime militar tendo os militares do palácio como vanguarda condutora é elucidativo para a compreensão da presença do poder militar jogando papel de primeira grandeza na desmilitarização do poder civil. O poder militar foi exercido por Ernesto Geisel tanto para controlar a oposição política quanto para anular a cizânia militar. A desmilitarização do poder civil não se realizou a partir da erosão do poder militar, mas ao contrário, ela foi conquistada a partir de Geisel graças à estabilidade do poder militar que manteve a burocracia fardada sujeitada aos imperativos políticos do regime.

A coesão militar no período de primeiros passos da abertura política não estava isolada das tensões intramilitares. Os militares representativos da linha dura, ao longo do processo, procuraram minar e obstruir a distensão do regime no país. Em essência, a partir dos órgãos de repressão, esses militares, procuravam insistir na premência de segurança apresentando a existência da ameaça comunista, pois tinham consciência de que a descompressão do regime representaria a contenção do poder do aparelho de repressão. A descompressão significava uma mudança importante no regime com a diminuição da pressão policial-militar sobre a oposição política. De certa forma, a esquerda passa a ser, paulatinamente, um problema antes político do que militar. A tensão seria menor se não houvesse uma ligação de convergência entre os militares da linha dura e o Ministro do Exército, general Sylvio Frota. A tensão entre o ministro e o general-presidente passou a tornar-se insustentável ao se aproximar o período de sucessão presidencial – destarte, a desarmonia militar passou a provocar preocupação no Governo Geisel.

A abertura do regime exigia apoio da mesma força institucional que anteriormente o fechou. Logo, a vigilância e a tomada de medidas punitivas do

Estado Militar contra a burocracia fardada para conter a cizânia foram atos necessários para garantir o respaldo da instituição à distensão política. É impossível não considerar o papel imperioso da instituição no processo de desmilitarização do poder civil, como burocracia que contribuiu com a governamentalidade militar, ora auxiliando ora não atrapalhando a abertura. O ponto culminante do exercício de poder do Estado sobre a caserna foi quando o general-presidente Ernesto Geisel exonerou o Ministro do Exército Sylvio Frota – em virtude da total incompatibilidade do representante máximo do Exército com o Presidente da República – ato que substantivamente evidencia a força do Estado sobre o Exército. Sem dúvida, a demissão do ministro em seus desdobramentos traduz a realidade da tropa, com estrondo mínimo Ernesto Geisel conseguiu manter o ordenamento político nacional.

As pressões de Frota por meio da intensificação do anticomunismo militar e da revitalização da “revolução” não alcançaram êxito, não houve uma crise militar de tom grave, mas um mal-estar institucional. O fracasso do Ministro do Exército exonerado no Governo Geisel revela não somente a total insensibilidade do general Sylvio Frota diante da absoluta assimetralidade de forças que representava o conflito com Geisel, mas verdadeiramente revela as transformações normalizantes que fizeram a partir dos “jovens turcos” do Exército um corpo institucional disciplinado, espaço no qual a discórdia passou a cada vez mais não fazer parte da realidade militar. Depois da efetiva docilização da base da tropa, a partir dos anos 30, o regime militar encarregou-se de concluir o processo, os dois primeiros governos militares foram responsáveis pela criação de uma estrutura normalizante que impôs na caserna um ritmo de disciplinamento dos corpos que procurava centralizar toda a vitalidade da tropa nas atividades profissionais. Assim sendo, o choque produzido na

colisão de forças entre o ministro e o general-presidente não foi capaz de retirar os corpos militares da inércia política e da docilidade disciplinar, pois Sylvio Frota não era um líder militar – o regime esgotou a possibilidade de existência de líderes na caserna – mas um chefe burocrático do Exército, sem capacidade de mobilização militar deslocada das atividades ordinárias, ou seja, previstas nos regulamentos e na constituição.

Se a exoneração de Jair Dantas Ribeiro nos primeiros momentos da “revolução” representou o início de uma época – de consolidação do realismo conservador na caserna – a de Sylvio Frota manifesta o fim de um período republicano, com a consolidação de um campo de baixa cizânia militar no país fruto da cultura militar francesa que, aos poucos, foi se fazendo realidade militar com a consolidação do Exército como o “grande mudo” diante da política de Estado. De fato, ambas as exonerações são simbólicas, as últimas exonerações de ministros militares do Exército dos últimos 32 anos no Brasil. Contudo, a sujeição da burocracia militar ao Estado e os desdobramentos da distensão política do regime, com a desmilitarização completa do poder civil após 1985, não correspondeu, paradoxalmente, à erosão do poder militar, figurativamente desgaste progressivo e lento do poder militar brasileiro, mas à conservação desse poder no território castrense.

A condução militar do processo de abertura, culminando com a supressão do AI-5 e a desmilitarização do poder civil – numa saída militar do mando civil, pode ser vista, em boa medida, como de interesse militar, na medida em que a modernização do país e a crise estrutural capitalista dos anos 70 e 80 trouxeram desafios antes de ordem técnica e política do que militar, de forma que perceberam as dificuldades de

permanecer no controle do Estado e do governo corpos cada vez mais identificados com a caserna, por formação, do que com a administração geral do país⁴. Portanto, a militarização crescente dos militares no período também representou a formação de corpos restritos aos saberes castrenses, inviabilizando em longo prazo a presença de militares em funções estranhas às atividades profissionais.

Como faz parte da bossa do historiador apresentar, compreender e explicar onde se apresentam e como surgem as rupturas, em poucas palavras, como um sistema, pouco a pouco, se transforma⁵, o ano de 1977 marca o fechamento de uma época que começou a se esboçar no país em 1913 com a publicação do primeiro número da revista “A Defesa nacional”. Organizada pelos jovens tenentes de cultura militar moderna, egressos do curso de formação militar na Alemanha, oficiais que almejavam a constituição de um exército profissional e que se somou ao tenentismo político dos anos 20, forjando, assim, uma identidade militar que independentemente da acentuada busca da profissionalização moderna buscava, como instituição, interferir na política civil. A partir dos anos 30 a militarização dos militares almejava a consolidação da política do Exército como política dos militares, porém com a consolidação do Estado Militar todo o esforço foi no sentido de fazer da política de Estado a política da caserna, procurando inviabilizar a cizânia militar. A derrota de Sylvio Frota foi resultado prático do bem sucedido processo de militarização sobre os corpos da caserna, apartando o Exército como instituição das decisões de cunho político. No limite, a descompressão do poder da caserna sobre a política civil, garantida pelo regime, forneceu as condições necessárias para a desmilitarização

⁴ DREIFUSS, René e DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. 1984. p. 111.

⁵ ROCHE, Daniel. Entrevista. 2000. p.171.

do poder civil. Desde então, o Exército como instituição tem se ocupado, *grosso modo*, de temas atinentes à área militar ou entendidos assim pela caserna.

O processo de transição foi construído de forma pesadamente militar, não houve desgaste no retorno aos quartéis, dizemos “retorno” como metáfora, pois parte significativa dos militares que ocupava posição de poder no Estado já não mais compunha o quadro de militares da ativa, visto que se encontravam na reserva. O retorno significou a limitação da ação político ostensiva militar, mantendo autonomia institucional em tempo longo e tutela militar sobre os governos civis nos momentos críticos de anomalia social. Nesse sentido a abertura política e a Nova República, *grosso modo*, não representaram uma ruptura radical na relação entre civis e militares⁶, na medida em que não houve alteração na autonomia da instituição. Com resultado imediato do longo período de governamentalidade militar sobrou na instituição um forte sentimento de autonomia institucional, de monopólio dos assuntos militares e de proteção incontestada da “revolução” como construto castrense. A abertura imposta tanto aos militares quanto aos civis nos dois últimos governos militares visava resguardar a autonomia militar do Estado na época do regime e da instituição a partir da Nova República, com o objetivo de assegurar o exercício do papel político das Forças Armadas⁷. Com efeito, a questão não se encontra no retorno ou não dos militares à caserna, mas na autonomia militar que impede o efetivo controle político civil sobre a política da caserna.

No pensamento político-militar de Góes Monteiro já se pode encontrar a defesa da proposição de que todos os problemas referentes às Forças Armadas, aos direitos ou interesses dos militares, deveriam ser resolvidos dentro do território

⁶ GÓES, Walter de e CAMARGO, Aspásia. O Drama da Sucessão... 1984. p. 148.

⁷ FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. Autonomia Militar... 1987. p. 58.

militar, entre os muros da corporação, sem nenhuma interferência paisana⁸. Com efeito, a autonomia militar diz respeito à formação profissional moderna que produz uma identidade militar que coloca o corpo castrense acima das imposições políticas de coloração civil. De todas as transformações pelas as quais o Exército passou essa proposição ainda persiste como cultura política militar institucional.

A democracia brasileira na Nova República vem se constituindo de forma positivamente conservadora para com os interesses castrenses⁹, atendendo na medida do possível as principais demandas militares, principalmente as referentes à salvaguarda do regime militar e ao prosseguimento mínimo do clima constante de modernização do Exército. O que demonstra ainda a força político-militar da instituição, embora restrita em território eminentemente militar apresenta-se como corolário do processo de abertura brasileira. Quando vislumbramos o caso da transição brasileira como de transição “bem sucedida”, é em virtude do comando do processo ter sido, essencialmente, militar e da incapacidade da sociedade política do período pós-regime militar de ajustar a instituição aos imperativos da polis brasileira. Transição bem sucedida significa basicamente que o processo desencadeou-se sem grande colisão nas relações de poder entre militares e civis.

A subordinação das Forças Armadas ao poder político civil, como imperativo necessário à ordem de Estado, é ponto incontornável desde o século XIX na formação dos exércitos modernos, exposto na obra de Clausewitz nos seguintes termos: “A subordinação do ponto de vista militar ao político é, pois, a única via possível¹⁰”. Contudo, para que se faça realidade, segundo Alain Rouquié, é preciso

⁸ MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria... 2007. p. 491.

⁹ ZAVERUCHA, Jorge. Frágil Democracia... 2000. p.11.

¹⁰ CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes. p.302.

que se elabore uma verdadeira transformação no sistema político, não apenas no regime, para que como instrumento de defesa nacional elas possam sob orientação política civil salvaguardar o país¹¹. Ademais, a solução do problema militar passa pela superação da cultura autoritária brasileira, pois as Forças Armadas nacionais não são, em absoluto, corpos estranhos à sociedade civil. Fundamentalmente, na modernidade são os exércitos de massa, recrutados no corpo social, que constituem a corporação militar, é no conjunto da sociedade que se busca a matéria-prima que será lapidada institucionalmente.

A burocracia fardada ligada por demasia ao passado, organizada num sistema de formação rígido, naturalmente presente nas instituições militares, impede mudanças substantivas em tempo curto ou médio, prevalece na instituição o conservadorismo militar¹² como resíduo da ordem anterior. Por certo, a conservação prevalece sobre modestas, mas importantes mudanças estruturais – pensamos aqui na modernização do ensino militar discutida e executada no Exército nos anos 90, salto fundamental que apartou decisivamente a doutrina da guerra revolucionária dos currículos formais, diminuindo consideravelmente a ojeriza institucional a respeito do monstro político de esquerda. Não é tema da pesquisa em tela, entretanto convém acentuar que esta reforma no ensino, concedendo maior autonomia aos cadetes na construção da formação militar profissional poderá despontar como ponto de inflexão, de mudança da identidade militar no futuro próximo. Também, a presença, quiçá inédita, desse longo período de democracia no país tem desenvolvido lentamente no corpo social uma cultura democrática de

¹¹ **ROUQUIÉ, Alain.** Estudo Comparado de Transições Políticas... **1987. p.186.**

¹² **OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de.** O Aparelho Militar: Papel Tutelar... **1987. p.68.**

respeito, apartando aqui alguma espetacularização midiática anticomunista, às diversas concepções políticas e de aceitação da pluralidade política e cultural.

Malgrado, o poder militar persiste deslocado de sistemático controle político, a transição do regime autoritário para a plena democracia moderna não corresponde à realidade objetiva do país. Consoante Zaverucha: “Há uma espada de Dâmocles fardada pairando sobre a cabeça dos poderes constituídos¹³”. De fato, isso foi bem evidente nos primeiros momentos da redemocratização do país, o papel político-militar do Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, foi o de tutelar a nova democracia, interferindo na política civil. O momento político brasileiro é outro, não há tutela militar sobre o limite de nossa democracia, no entanto o território da caserna apresenta-se fora do horizonte político civil, por ignorância das elites políticas brasileiras e por vontade militar – a caserna é verdadeiramente o cadinho de exercício do poder militar outrora expandido por toda polis nacional. O monopólio da defesa nacional por parte dos militares, que envolve política e assuntos de guerra acentua o resíduo de poder centrado na caserna e traduz a posição de vanguarda da instituição e dos militares enquanto governo na abertura do regime na construção lenta, gradual e segura da nova democracia – sendo esse o resíduo político-militar da transição brasileira.

Em suma, uma radiografia da instituição militar constituída no regime, apresenta a existência de uma corporação mais coesa e profissional, as pressões de ordem político-militar partem essencialmente do topo institucional, as contradições internas, mesmo existentes, não tomam a forma de conflito intramilitar. Da base do oficialato aos oficiais superiores as questões de ordem profissional e a carreira

¹³ **ZAVERUCHA, Jorge.** Frágil Democracia... 2000. p.38.

militar são as preocupações imediatas. Atualmente, os jovens oficiais não se identificam com o movimento de 31 de março, pelos menos com a mesma intensidade da cúpula militar. O profissionalismo dos “jovens turcos” é o que persiste na totalidade do corpo da tropa, enquanto que o tenentismo político foi, principalmente, durante o regime militar totalmente esvaziado em nome da coesão. Entretanto, a autonomia da instituição frente às pressões externas aparece como consenso. A presença de um Ministro da Defesa civil acima do posto de general de quatro estrelas, do alto definindo políticas militares, sempre é visto com certo desconforto.

Os fatos políticos são expressão, em larga medida, dos fatos culturais¹⁴. Sendo assim, os eventos político-militares aqui historiados apontam não somente a formação do pensamento conservador militar republicano, mas antes de tudo apresentam as práticas culturais como teia de significados que envolvem o corpo militar, e como essa teia continua sendo tecida ao longo do período republicano brasileiro. Do Exército Moderno à República Militar confere um longo período de transformação importante na corporação militar e na sociedade brasileira sob a égide da modernidade. Nela foi possível apresentar a formação do corpo militar contemporâneo, militar dócil enquanto profissional e ativo politicamente enquanto instituição. A cultura militar ligada ao realismo conservador produziu sujeitos que cada vez mais se desprendia das prerrogativas políticas paisanas a fim de sustentar a política da instituição. A intervenção político-militar que inaugurou uma duradoura República Militar a partir de 1964 produziu por um lado, o incremento do tenentismo profissional dos “jovens turcos” e, por outro, o esgotamento do ímpeto revolucionário presente no tenentismo político – como resultado os corpos militares após o regime

¹⁴ REMOND, René. O Retorno do Político. 1999. p. 57.

autoritário apresentavam-se imperiosamente docilizados, presos à inércia da burocracia ordinária, de tal forma que a rebeldia dos tenentes dos anos 20 aparece como fabula depois de todo o processo de disciplinarização dos corpos na caserna, onde verdadeiramente se efetivou com consistência uma sociedade disciplinar, não mais envolvida com o exercício filosófico ou com a ação político-partidária, mas identificada com a bossa de guerra e com a carreira na burocracia militar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ALEXANDER, Robert J. O Movimento Tenentista. IN: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Os Tenentes depois da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAGÃO, José Campos de. **Lembra-vos de 35! (prefácio)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1981.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. São Paulo: Arx, 2005.

BALOYRA, Enrique. Os vários momentos da transição política no Brasil (1977-1981). In: SELCHER, Wayne A . **A abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas**. São Paulo: Convívio, 1988.

BANHA, Paulo da Motta (coord.). **História do Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1984.

BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário (memórias)**. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1954.

BARRETO, Kátia Marly M. **O Clube Militar: atuação política (1950-1956)** Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1988.

BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a Revolução Brasileira**. São Cristovão, RJ: Editora Arte Nova, 1976.

BEAUVOIR, Simone. **O pensamento de direita, hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: UNB, 1998, p.34

BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército-editora, 1963.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os Governos Militares. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder: Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol. I, 1977.

_____. **Os Militares no Poder: O Baile das Solteironas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol. III, 1979.

BRASIL, Pedro. **Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1964

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

_____. **O drama da sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, David. **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARLONE, Karla Guilherme. A Esquerda Militar no Brasil (1995-1964). In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARNEIRO, Mário Afonso. Opinião Militar. **Revista: Cadernos Brasileiros – Os Militares**, Rio de Janeiro, nº 38, p. 17-28, Nov-Dez, nº 38, 1966.

CARONE, Edgar. **A Quarta República – 1945- 1964**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Foi duro lutar contra os duros. **Revista ISTO É**, São Paulo, ano 3, nº 16, p. 41-42, 14 mar. 1979.

_____. Foi Duro Lutar Contra os “Duros”. **Revista ISTO É**, São Paulo, ano 3, nº 16, p. 41-42, 14 mar. 1979.

CARRILHO, Maria. O 25 de Abril de 1974 e o Papel Político dos Militares. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº15-20, p.91-96, Mai/Fev, 1985-1986.

CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, 1985.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____. **A Proclamação da República.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

CHAGAS, Carlos. **A Guerra das Estrelas: (1964-1984) Os bastidores das sucessões presidenciais.** Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietudes.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de Três Séculos de Literatura Militar brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

CODATO, Adriano Nervo. "O sacerdote e o feiticeiro": uma análise da história política e militar do Brasil pós-64. In: FILHO, João Roberto Martins (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas.** São Carlos: EdUFSCar, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** São Paulo: Record, 2000.

COELHO, Thomaz. **À sombra do sistema: de Castelo a Geisel.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONNIFF, Michel L. Os Tenentes no Poder: Uma Nova Perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

COSTA, Wilma Peres. Os Militares e a Primeira Constituição da República. In: MORAES, João Quartim de & COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A Tutela Militar**. São Paulo: Vértice, 1987.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

CUNHA, Newton. **Dicionário SESC: a linguagem da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. Nelson Werneck Sodré: apontamentos para uma (re)leitura e uma vocação. In: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. São Paulo: EDUSC, 2001.

_____. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

CURY, Levy. **Um Homem Chamado Geisel**. Brasília: Horizonte, 1978.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon (Orgs.). **Visões do Golpe: A Memória Militar Sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEL VECCHIO, Angelo. Um Paradoxo do Regime Militar Brasileiro: Terror de Estado e Processo de Distensão Política no Governo Médici. In: FILHO, João Roberto Martins. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas Perspectivas**. São Carlos: EDUFSCar, 2006.

DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a Modernidade: Imaginário e Instituições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: EDUSP, 2007.

DUBY, Georges. **Diálogos sobre a Nova História**. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Sociedade Política Armada ou Força Armada Societária? In: RIZZO, Eliézer. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DREIFUSS, René & DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. In: SORJ, Berj & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DRUMMOOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. **Castello Branco – O Presidente Reformador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

ESTEVES, Diniz. **Ministros da guerra e do Exército brasileiro (1951-1999)**. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1999.

_____. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.

FALCÃO, Armando. **Geisel: do Tenente ao Presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Na Memória Popular Fica Muito Pouco. **Revista ISTO É**, São Paulo, ano 3, nº 16, p. 38-40, 14 mar. 1979.

_____. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

FELIZARDO, Joaquim. **A Legalidade: Último Levante Gaúcho**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.

FERREIRA, Roberto. **Organização e poder: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.

FERREIRA, Jorge. Entre a História e a Memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIECHTER, Georges-André. **O Regime Modernizador no Brasil – 1964-1972**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

FIGUEIREDO, M. Poppe. **A Revolução de 1964: Um depoimento para a História Pátria**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

FILHO, Geraldo Lesbat Cavagnari. Autonomia militar e Construção da Potência. In: RIZZO, Eliézer. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FILHO, João Roberto Martins. **O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFScar, 1996.

_____. Forças Armadas e Política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol.3, 2003.

_____. **A Educação dos Golpistas: As idéias que faziam a cabeça dos militares nos anos 60**. <http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>, 2004.

FILHO, Lobato. **A Última Noite da Escola da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

FILHO, Luiz Viana. **Castello: Testemunhos de uma Época**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FLYNN, Peter. Os militares e o controle do Estado. **Revista ISTO É**, São Paulo, ano 3, nº 16, p. 45-46, 14 mar. 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. O sujeito e o poder. (apêndice). In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Estratégia, Poder-Saber.** Rio De Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FORJAZ, Maria Cecília. O porquê da Abertura II. In: LAMOUNIER, Bolivar; FARIA, José Eduardo. **O Futuro da Abertura: Um Debate.** São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.

FREITAS, Ayrton. **Democracia e comunismo.** Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército. 1961.

FREIXINHO, Nilton. **Instituições em Crise: Dutra e Góes Monteiro, duas vidas paralelas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército.** São Paulo: José Olympio, 1949.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **O Estado-Nação e a Violência**. São Paulo: EDUSP, 2001.

GIL, José. Poder (verbetes). In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi: Estado-Guerra**. Vol.14. Lisboa, Imprensa Nacional.

GÓES, Walder. **O Brasil do General Geisel**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

_____. O porquê da Abertura II. In: LAMOUNIER, Bolivar; FARIA, José Eduardo. **O Futuro da Abertura: Um Debate**. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.

_____. A crise econômica e os modelos alternativos. In: TRINDADE, Hégio (org.) **Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política**. Porto Alegre: Sulina, 1982.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Jorge. **Jango: as Múltiplas Faces**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reforma de base. In: Ferreira, Jorge & REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Vasco. Movimento das Forças Armadas, projetos políticos depois de 25 de abril. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº15-20, p.91-96, Mai/Fev, 1985-1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HABERT, Nadine. **A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** São Paulo: Ática, 1992.

HAHNER, June E. **Relações Entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898).** São Paulo: Pioneira, 1975.

HALL, Stuart. **Da Diáspora.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAUSEN, Ivan Zanoni. **Brasil: Por Que os Militares?** São Cristóvão: Artenova, 1975.

HAYES, Robert A. **Nação Armada: A Mística Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

IBRAHIM, José. Prefácio à Edição Portuguesa. In: CASO, Antonio. **A Esquerda Armada no Brasil (1967-1971).** Lisboa: Moraes Editores, 1976.

IGLESIAS, Francisco. A organização Nacional (prefácio). In: TORRES, Alberto. **A organização Nacional.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

JALÓN, Maurício. **El laboratorio de Foucault: decifrar y ordenar.** Barcelona: Anthropos; Madrid: CSIC, 1994.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** Ática: São Paulo, 1996.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: estudo social e político**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

JORGE, Fernando. **As diretrizes governamentais do presidente Ernesto Geisel: subsídios e documentos para a história do Brasil contemporâneo**. São Paulo: edição do autor, 1976.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e Coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a História de uma Crise**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

LACERDA, Carlos. Prefácio ao leitor. In: SPÍNOLA, Antônio. **Portugal e o futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

LAFER, Celso. **O Sistema Político Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAMOUNIER, Bolivar. O porquê da Abertura II. In: LAMOUNIER, Bolivar; FARIA, José Eduardo. **O Futuro da Abertura: Um Debate**. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Mauro Renault e JÚNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LIEUWEN, Edwin. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1964

LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: O'DONNELL, Guillermo. **O Estado Autoritário e os Movimentos Populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, José Machado Lopes. **O III Exército na Crise da Renúncia de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra 1980.

LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil (1808-1946)**. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.

MAGALHÃES, J. B. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: O Projeto Militar (1973-1979)**. São Paulo: Papirus, 1995.

MATTOS, Olgária C. F. **Paris 1968: As Barricadas do Desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras 2007.

MELLO, Jayme Portella de. **A Revolução e o Governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979.

MEZAN, Renato. Uma Arqueologia Inacabada: Foucault e a Psicanálise. In: RIBEIRO, Renato Janine. **Recordar Foucault**. São Paulo Brasiliense, 1985.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, 1991.

_____. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORRIS, Cristopher. W. **Um Ensaio sobre o Estado Moderno**. São Paulo: Landy Editora, 2005.

MOORE, Barrington. **Poder Político e Teoria Social**. São Paulo: Cultrix, 1962.

_____. **Pureza Moral y Persecución en La Historia**. Barcelona: Paidós, 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 1.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 2.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 3.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 4.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 5.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 8.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 9.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 11.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história (história oral do Exército)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. Tomo 13.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo. In: Dicionário Crítico do pensamento da direita. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p.42.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho.** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. O Anticomunismo Militar. In: FILHO, João Roberto Martins. **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas Perspectivas.** São Carlos: EDUFSCar, 2006.

MUCHAIL, Selma Tannus. O Lugar das Instituições na Sociedade Disciplinar. In: RIBEIRO, Renato Janine. **Recordar Foucault.** São Paulo Brasiliense, 1985.

NETO, Lira. **Castello: A Marcha para a Ditadura.** São Paulo: Contexto, 2004.

NORA, Pierre. O Acontecimento e o Historiador do Presente. In: LE GOFF, Jacques & LADURIE, Le Roy & DUBY, Georges e outros. **A Nova História.** Lisboa: Edições 70, 1991.

O'DONNELL, Guilherme. **Análise do Autoritarismo Burocrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Contrapontos: Autoritarismo e Democratização.** São Paulo: Vértice, 1986.

OLIVEIRA, Hermes de Araujo. **Guerra revolucionária.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1965.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. O aparelho militar: papel tutelar na Nova República. In MORAES, João Quartim. **A tutela militar.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

_____. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. IN: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: UNB, Vol. II, 1998, p.34

PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

PEDREIRA, Fernando. **Março 31: Civis e Militares no Processo de Crise Brasileira**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alan. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, João Martins. A natureza instrumental das Forças Armadas: o exemplo de 25 de Abril. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº15-20, p.91-96, Mai/Fev, 1985-1986.

RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

REMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnes. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RIDENTE, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

ROCHE, Daniel. Entrevistas. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da História: nove entrevistas**. São Paulo: UNESP, 2000.

ROUQUIÉ, Alain. **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. Estudo comparado de transições políticas: a democratização do sistema político. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (coord.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

_____. **O Estado militar na América Latina.** São Paulo: Alfa/Omega. 1984.

ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Três Tempos Simbólicos da Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº15-20, p.91-96, Mai/Fev, 1985-1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise.** São Paulo: Vértice, 1986.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894).** São Paulo: EDUSP, 1994.

SELCHER, Wayne (org.). **A abertura política no Brasil: dinâmica, dilemas e perspectivas.** São Paulo: Convívio, 1988.

SERVA, Mario Pinto. **Socialismo e comunismo.** São Paulo: Empresa Editora brasileira Livraria Zenith, 1931.

_____. **Democracia e comunismo.** São Paulo: Editora livraria liberdade, 1936.

SILVA, Ernani Ayrosa da. **Memória de um Soldado.** Rio de Janeiro: BIBLIX, 1985.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4).

SILVA, Hélio. **O poder militar.** Porto alegre: L&PM, 1984.

_____. **1964 – Golpe ou Contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

_____. **A ameaça vermelha: o Plano Cohen.** Porto Alegre: L&PM editora, 1980.

_____. **1964: Vinte Anos do Golpe Militar.** Porto Alegre: L&PM editora, 1985.

_____. **A Vez e a Voz dos Vencidos: Militares X Militares.** Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVA, Ivany Henrique da. **Heróis a Lutar: Os Cadetes na Revolução de 1964.** Rio de Janeiro: Ed. do autor Bluechip, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da. **Michel Foucault: Poder e Análise das Organizações.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMALLMAN, Shawn C. A Profissionalização da Violência Extralegal da Forças Armadas no Brasil (1945-1964). In: CASTRO, Celso e IZECKSOHN, Vitor e outros. **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Do Estado Novo à ditadura militar: memórias de um soldado.** Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado.** Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A coluna Prestes.** São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

_____. **História da História Nova.** Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Vida e Morte da Ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

SPÍNOLA, Antônio. **Portugal e o futuro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: editora artenova, 1975.

_____. **Os Militares: da Abertura à Nova República.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TÁVORA, Juarez. **Uma Vida e Muitas Lutas: Memórias.** Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1973. Tomo 1.

TERÁN, Oscar. **Michel Foucault: Discurso, Poder Y Subjetividad.** Buenos Aires: Ediciones El cielo por asalto, 1995.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

_____. **Crítica da modernidade.** 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRONCA, Ítalo A. História e Doença: a partitura oculta. In: RIBEIRO, Renato Janine. **Recordar Foucault.** São Paulo Brasiliense, 1985.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

VIEIRA, Roberto A Amaral. **Crônica dos anos Geisel.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, Centro de Estudos Latino-Americanos, 1987.

WAMBERTO, José. **Castello Branco, Revolução e Democracia**. Rio de Janeiro: Auto Edição, 1970.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEFFORT, Francisco C. O porquê da Abertura II. In: LAMOUNIER, Bolivar; FARIA, José Eduardo. **O Futuro da Abertura: Um Debate**. São Paulo: Cortez, IDESP, 1981.

WIRTH, John D. O Tenentismo na Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto: uma biografia do Mal. Henrique Lott**. São Paulo: Record, 2005.

YOUNG, Jordan. Aspectos Militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.) **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOCUMENTOS DE ARQUIVOS

ANDRADE, CARLOS DRUMMOND. **O Terrorista**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 18 abr. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

ANDRADE, Theophilo. **Horas de Decisão**. In: A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário colaboração do Exército. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca do Exército.

AERP. **O Processo Revolucionário Brasileiro – Introdução**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 jul. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. **DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES sobre os processos dos militares.** Rio de Janeiro, 1953, vol. II.

BERNARDES, Arthur da Silva. **A Nação.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 202. 15 nov. 1924. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

BEVILAQUA, Pery Constant. **Insurreição Comunista de 1935.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 01 dez. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

BRANCO, Humberto Castello. **Direitos políticos (suspensão).** Rio de Janeiro. Boletim do Exército nº27, 3 Jul. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do mérito aeronáutico (exclusões).** Rio de Janeiro. Boletim do Exército nº32, 7 ago. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Emenda Constitucional e Decretos.** Rio de Janeiro. Boletim do Exército nº32, 7 ago. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Militares da reserva e reformados.** Rio de Janeiro. Boletim do Exército nº34, 21 ago. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Lei de promoção dos oficiais do Exército.** Rio de Janeiro. Boletim do Exército nº13, 26 mar. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Passagem de Chefia do EME.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 abr. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Segurança e Desenvolvimento: Conceito de Segurança Nacional.** Rio de Janeiro. Revista Cultura Militar, nº210, 1º sem. 1967. Biblioteca do Exército.

_____. **Discursos 1964.** Rio de Janeiro, Secretaria de Imprensa, 1964, Biblioteca do Exército.

_____. **Crimes Contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 14, 7 abr. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Policias e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, territórios e Distrito Federal.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 14, 7 abr. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

BETHLEM, Fernando Belfort. **Cumprimento ao Ministro do Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 14 jun. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1977. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Monte Castelo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 fev. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Revolução de 31 de Março.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia da Vitória.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 maio. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia do Soldado.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 24 agos. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Homenagem aos Mártires da Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Magna Data.** Rio de Janeiro, 7 set. 1922. Arquivo Regional da 3ª Região Militar, Boletim do Exército, nº 43.

CAVALCANTE, Newton de Andrade. **Meus Patrícios Meus Camaradas.** Rio de Janeiro, 22 Set. 1937. In: **Em guarda! (contra o comunismo).** Rio de Janeiro, 1938. Estado-Maior do Exército, Biblioteca do Exército.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Ministerial Reports Guerra, 1827-1939.** In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/guerra.html>

CONGRESSO Nacional. **Constituição do Brasil de 1967.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 10, 10 mar. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

CORREIO BRASILIENSE. **Manifesto dos Oficiais da Turma de 1958.** Brasília, 7 dez. 2003.

COSTA, Canrobert P. **Reforma de Militares Filiados a Partidos Impedidos de Funcionarem Legalmente.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 9. 4 Mar. 1950. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 4. 21 Jan. 1947. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

COSTA, Euclides Zenóbio da. **Ordem do Dia do Exmo. General de Exército.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 41. 9 Out. 1954. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

COSTA, Octávio Pereira da. **Compreensão da Revolução Brasileira.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 22 jul. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Compreensão da Revolução Brasileira.** In: A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário colaboração do Exército. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca do Exército.

COUTINHO, Vicente de Paula Dale. **General Dale Coutinho Assumiu o Ministério.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 mar. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **8 de Maio – Dia da Vitória.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 maio. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

DIÁRIO CARIOCA. **Liderança sem Prazo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 7 abr. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

DENYS, ODYLIO ET ali. **Manifesto à Nação.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 01 Set. 1961. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

DENYS, ODYLIO. **Dia da Pátria.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército. 9 Set. 1961. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Proclamação ao Exército**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 62. 4 Nov. 1937. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Regulamento Disciplinar do Exército**. Rio de Janeiro, 19 Ago. 1937. Arquivo Histórico do Exército.

_____. **Regulamento Disciplinar do Exército**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 11. 23 Fev. 1942. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem Do Dia do Exército**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 53. 2 Dez. 1939. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Circular aos Comandantes de Regiões e Diretores de Serviços do Ministério da Guerra**. Rio de Janeiro, 29 Jun. 1937. In: **Em guarda! (contra o comunismo)**. Rio de Janeiro, 1938. Estado-Maior do Exército, Biblioteca do Exército.

EDITORIAL. **Revista A Defesa Nacional**. Resende. Set, 1960. Biblioteca da AMAN.

_____. **Revista A Defesa Nacional**. Resende. Out, 1960. Biblioteca da AMAN.

_____. **Revista A Defesa Nacional**. Resende. Dez. 1960, Biblioteca da AMAN.

_____. **Revista A Defesa Nacional**. Resende. set/out. 1966, Biblioteca da AMAN.

EDITORIAL. **Noticiário do Exército – 15 de Novembro, Proclamação da República**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 nov. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – General Frota é Elogiado ao Deixar o Comando do I Exército**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 11 abr. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – Faleceu o Ministro Coutinho**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 maio 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – General Frota Nomeado Ministro do Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 28 maio 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – Ministro em Belo Horizonte.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 4 ago. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – Sargento Mário – Lucidez de um Bravo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 nov. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – Nota: Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 12 nov. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – General Bethlem, Novo Ministro do Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 13 out. 1977. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Noticiário do Exército – Suas Lembranças Em Nossas memórias.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

ESCOBAR, Décio Palmeiro. **Transmissão da chefia do EME.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 26 jun. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Técnicas e táticas revolucionárias usadas contra a Democracia.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 ago. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **História do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 3 mar. 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Medidas anticomunistas e pró-democracia no Brasil.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 23 de jan. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O Criptocomunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 14 ago. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Memorial dos Capitães da EsAO**. São Paulo, 1 de Nov de 1968, p.5.

_____. **O Memorial dos Capitães do Exército**. São Paulo, 2 de Nov de 1968, p.3.

FILHO, A. Raposo. **Nota do redator**. Resende, Ago. 1960. Revista A Defesa Nacional, Biblioteca da AMAN.

FONSECA, Ariel Pacca da. **Cumprimento ao Ministro do Exército**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 14 jun. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espada aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 set. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

FREITAS, Oliveira. **Recepção aos Novos Cadetes**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 7 maio. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

FREYRE, Gilberto. **Militarismo brasileiro**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 maio. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Forças Armadas e Outras Forças**. In: A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário colaboração do Exército. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca do Exército.

FROTA, Sylvio. **Projeto Aumenta os Efetivos do Exército em 5425 Homens**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 nov. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Exército Homenageia o Presidente da República**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 30 dez. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **General Frota Assume a Chefia do EME**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 24 abr. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **27 de Novembro – Em Reverência aos Mártires de 1935**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **General Frota Assumiu o Cargo de Ministro.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 maio. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ministro Recebe Cumprimentos pelo Transcurso de Natal.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 dez. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Revolução de 31 de Março.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 dez. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia da Vitória.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 maio. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **1º Aniversário da Administração do General Sylvio Frota.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 2 jun. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **27 de Novembro de 1935.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem de Natal.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 24 nov. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ministro Elogia General Ednardo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 28 jan. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Tomada de Monte Castelo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 fev. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Exército Homenageia o Presidente.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 30 dez. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Revolução de 31 de Março.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia do Soldado.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 agos. 1977. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

GEISEL, Orlando. **Receberam Espadas os Novos Generais do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 dez. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Gen. Geisel Assumiu o Ministério do Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 4 nov. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia 27 de Novembro de 1969.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem de Natal.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 24 dez. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **25 de Agosto – Dia do Soldado.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 agos. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Tomada de Monte Castelo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 18 fev. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Tomada de Monte Castelo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 fev. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia da Vitória.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 maio. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **25 de Agosto – Dia do Soldado.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 agos. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Proclamação da República.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 nov. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **15 de Novembro – Proclamação da República.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 nov. 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Despedidas do Ministro do Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 18 mar. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **31 de Março Aniversário da Revolução Brasileira.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia - 15 de Novembro.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 14 nov. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **15 de Novembro – Proclamação da República.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 nov. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem de Natal.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 24 dez. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ministro do Exército Agradece à Saudação da Marinha e da Aeronáutica.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 set. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia da Bandeira.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 nov. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem de Natal.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 dez. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **27 de Novembro de 1935 – Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **27 de Novembro de 1935 – Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia – Tomada do Monte Castelo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 fev. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **8 de Maio – Dia da Vitória.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 maio 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia da Vitória.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 maio 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Intentona Comunista.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Tomada do Monte Castelo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 fev. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

GEISEL, Ernesto. **Pronunciamento do Presidente da República no 31 de Março.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 abr. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Exército Homenageia o Presidente da República.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 30 dez. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Presidente Comemora a Revolução na Guarnição da Vila Militar.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 abr. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **General Frota Assumiu o Cargo de Ministro.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 maio. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Exército Homenageia Presidente.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 maio. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Discursos 1974.** Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, vol. I, 1975, Biblioteca do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

_____. **Discursos 1975.** Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, vol. II, 1976, Biblioteca do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

_____. **Discursos 1976.** Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, vol. III, 1977, Biblioteca do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

GEISEL, Ernesto. **Discursos 1977**. Brasília: Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Presidência da República, vol. IV, 1978, Biblioteca do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

GIACOBBO, Luiz. **Abertura Política: Instrumento de Interesses**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 30 dez. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

GOMES, João. **Dia da Pátria**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 51. 15 Set. 1935. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Perda de Patente e Posto de Oficiais**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 3. 15 Jan. 1936. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia do Exército**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 68. 10 Dez. 1936. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Falecimento de Oficial**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 27. 15 Mai. 1936. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

JUNTA MILITAR. **Ato Institucional nº 12**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 38, 19 set. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Decreto nº 65136 – 11 de setembro de 1969**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 40, 3 out. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Decreto nº 898 – de 29 de setembro de 1969**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 42, 16 out. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil – Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 48, 28 nov. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

GONÇALVES, Ramiro Tavares. **Ministro Recebe Cumprimentos pelo Transcurso de Natal**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 dez. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

LOTT, Henrique Teixeira. **Comemoração do Natal de 1956**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 52. 24 Dez. 1956. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **General Maurice Gustav Gamelin**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 19. 24 Abr. 1958. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 12. 22 Mar. 1958. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

MANSO, Fritz Azevedo. **Entrega de Espada aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 11 set. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espadas aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 23 dez. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **General Fritz Assume a Chefia do EME**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 jun. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espadas aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 22 agos. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espadas aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 9 maio. 1975. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espadas aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 7 maio. 1976. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espadas aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 abr. 1977. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrega de Espadas aos Novos Generais**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 26 abr. 1978. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

MATTOS, Carlos Meira. **Guerra Revolucionária: guerra insurrecional ou revolucionária**. Resende, Set. 1960. Revista A Defesa Nacional, Biblioteca da AMAN.

_____. **O Pensamento Revolucionário Brasileiro.** In: A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário colaboração do Exército. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca do Exército.

_____. **Ensaio Sobre a Doutrina Política da Revolução.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, nº 2918 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ensaio Sobre a Doutrina Política da Revolução.** In: O Processo Revolucionário Brasileiro. AERP, 1969, Biblioteca do Exército.

_____. **Entrega de Espadins à Turma Marechal Costa e Silva.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 4 set. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

MAUL, Carlos. **O Exército e a Política.** IN: A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário colaboração do Exército. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca do Exército.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O Exército na Mensagem Presidencial.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 mar. 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **A Verdadeira Paz.** Brasília: Secretária de Imprensa da Presidência, 1971. Biblioteca do Exército.

_____. **Presidente Profere Aula Inaugural da ESG.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 12 mar. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O Exército na Mensagem Presidencial.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 mar. 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

MOTTA, Carlos de Vasconcellos. **Oração Contra o Comunismo.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 22 Jul. 1961. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Em memória das vítimas do comunismo no Brasil.** Rio de Janeiro, 1945. Imprensa militar, Biblioteca do Exército.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Mudança de Qualificativo Militar: Informativo nº5.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 mar. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Reequipamento do Exército: Informativo nº1.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 abr. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Reequipamento do Exército: Informativo nº2.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 16 abr. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

MURICY, Antonio Carlos da Silva. **Entrega de Espada aos Novos Generais.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 agos. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Novos Generais Receberam suas Espadas.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 abr.. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Gen. Malan Assume o EME.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 11 dez. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Proferida Aula Inaugural na ECEME.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 fav. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Muricy Aponta aliciamento de Jovens para o Terror.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, nº 3159. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

NOTICIÁRIO DO EXERCÍTO. **Os Jornais Noticiaram.** Rio de Janeiro, 21 Ago. 1957. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Democracia e Comunismo.** Rio de Janeiro, 19 Dez. 1961. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Homenageada pelo Presidente da República a Mãe do Ano de 1965.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 18 maio. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Semana do Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 agos. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **A Tecnologia da Cooperação.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 22 agos. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O Brasil Constrói com Segurança.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 23 agos. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO. **Imagem.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 28 jul. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O Exército de Adestra.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ação dos Quartéis.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 28 dez. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O Exército e o Líder.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 mar. 1974. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **A Imprensa Noticiou um Cadáver sem Importância.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 14 jan. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **A Imprensa Noticiou: Comitê Contra o Brasil.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 15 jan. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Missa de 7º Dia.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 11 abr. 1971. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Aniversário de Falecimento.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 3 abr. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O Brasil Constrói com Segurança.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 23 agos. 1972. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Sua Missão Não Foi Em Vão...** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 agos. 1973. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

OLIVEIRA, Hermes de Araujo. **Guerra Revolucionária nº1.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 26 out. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

ORDEM DO DIA CONJUNTA. **Insurreição Comunista de 1935**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 26 nov. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

O'REILLY, Mário. **A Destinação Democrática das Forças Armadas Brasileiras**. IN: A Revolução de 31 de Março – 2º Aniversário colaboração do Exército. Rio de Janeiro, 1966. Biblioteca do Exército.

O JORNAL. **Uma Aula Para o Brasil**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 13 mar. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

PARANHOS, Osmar. **Ações educativas contra a Guerra Revolucionária**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 20 maio. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. **O Verdadeiro Poder Jovem**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 3 abr. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ato institucional à Nação**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, Nº17, 24 de abr. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

PREFÁCIO. **Em guarda! (contra o comunismo)**. Rio de Janeiro, 1938. Estado-Maior do Exército, Biblioteca do Exército.

PROJETO DE LEI Nº 662 DE 1937. **Em guarda! (contra o comunismo)**. Rio de Janeiro, 1938. Estado-Maior do Exército, Biblioteca do Exército.

QUEIROZ, Ademar. **Assumiu o Novo Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 jul. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **7 de Setembro**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 7 set. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **27 de Novembro de 1966**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 29 nov. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia de Despedida**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 17 mar. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

QUEIROZ, Raquel. **Guerrilha e Terror**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 jun. 1970. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

RABELLO, José Pinto de Araujo. **Novos Oficiais Aperfeiçoados**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 19 dez. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

REGADAS, Luis Guimarães e FILHO, Francisco Fernandes C. **O Bom Militar**. Rio de Janeiro, 15 Nov. 1956. Boletim do Exército, nº 47. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

RIBEIRO, Jair Dantas. **Proclamação ao Exército e ao Povo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 6 jul, 1963. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia de Caxias**. Noticiário do Exército, agosto, 1963. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Classe dos militares**. Noticiário do Exército, 30 ago., 1963. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

SARGENTELI, Wilson e TORRES, Carlos Sérgio. **A Seleção no Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército nº2223, set. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

SILVA, Antonio Carlos Pacheco e. **Guerra Psicológica nº1**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 2 out. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

SILVA, Antonio Carlos Pacheco e. **Guerra Psicológica nº2**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 out. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

SILVA, Arthur da Costa e. **Entrega de espadins na AMAN**. Rio de Janeiro. Noticiário do Exército, 20 ago. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **O comando do Exército no período abr/set 1964**. Rio de Janeiro. Noticiário do Exército, 9 out. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia de Tiradentes**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 de abr. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Semana de Caxias e da Pátria.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 30 de jul.. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **A obra revolucionária no Exército.** Rio de Janeiro. Noticiário do Exército, 15 jan. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **1º Aniversário da Revolução.** Rio de Janeiro. Noticiário do Exército, 15 mar. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Comemorações do 1º Aniversário da Revolução Democrática Brasileira.** Rio de Janeiro. Noticiário do Exército, 20 mar. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia de 27 de novembro de 1965.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 27 nov. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia da Vitória na Europa.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 9 maio, 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **25 de Agosto.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 ago.1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **7 de Setembro.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 5 set. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem ao III Exército.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 out.1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Visita do Ministro à 10º RM.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 9 dez. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem de Natal.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 24 dez. 1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Campanha de Subversão.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 30 mar. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia do Soldado.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 ago. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **1º Aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Comemorada a Revolução no Ministério da Guerra.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 3 abr. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ministro da Guerra Inspecciona o 3º BC.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 26 jun. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **2º Aniversário da Revolução Democrática.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 29 mar. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Calorosa Despedida ao General Costa e Silva na Vila Militar.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 29 jun. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ordem do Dia de Despedida.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 1 jul. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Presidente diz que precisa de apoio das Forças Armadas.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 9 out. 1968. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (R-70).** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 47, 19 nov. 1965. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ato Institucional nº 5.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 1, 3 jan. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Mensagem de Natal.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 1, 7 jan. 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

SILVA, V. Benicio. **Mas é Infâmia demais!** Rio de Janeiro, 6 Dez. 1935. In: **Em guarda! (contra o comunismo).** Rio de Janeiro, 1938. Estado-Maior do Exército, Biblioteca do Exército.

SILVEIRA, Porto. **Romaria Cívica**. Rio de Janeiro, 19 Set. 1937. In: **Em guarda! (contra o comunismo)**. Rio de Janeiro, 1938. Estado-Maior do Exército, Biblioteca do Exército.

TAVARES, Lyra. **Comando do IV Exército**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 14 nov.1964. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Combate ao Comunismo na Força Armada**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército nº 2117, 1966. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Entrevista Coletiva do Ministro do Exército à Imprensa**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 25 ago. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Homenageado o Marechal Ademar Queiroz**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 16 mar. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **3º Aniversário da Revolução Democrática de 31 de Março de 1964**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 16, 21 abr. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia do Soldado – Mensagem ao Exército**. Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 31, 10 agos. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ministro Concedeu Entrevista à Imprensa**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 21 out. 1967. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Ministro Concede Entrevista à Imprensa**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 8 nov. 1968. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Missões e Rumos do Exército – Aula Inaugural na ECEME**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 4 mar. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Palavras do Ministro no 2º Aniversário do Governo**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 22 mar. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Quinto Aniversário da Revolução**. Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 31 mar. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Dia do Soldado.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 37, 12 set. 1969. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

VARGAS, Getúlio. **Saudação Pronunciada Pelo Exmo. Presidente da República.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 1. 5 Jan. 1936. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

_____. **Transcrição de Decreto e Aviso.** Rio de Janeiro, Boletim do Exército, nº 3. 5 Jan. 1936. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

VIANNA, João Segadas. **O General de Exército João Segadas Vianna Assume a Pasta da Guerra.** Rio de Janeiro, Noticiário do Exército, 12 Set. 1961. Arquivo Regional da 3ª Região Militar.

XIMENES. **Ensaio sobre a guerra revolucionária.** Resende, Julho. 1960. Revista A Defesa Nacional, Biblioteca da AMAN.

8. ANEXOS

Onde se lê: «Total do Pessoal — 2.331:184\$000».

PERDA DE PATENTE E POSTO DE OFFICIAES

DECRETO N. 558 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1935

Determina a perda de patente e posto de officiaes que participaram de movimento subversivo das instituições politicas e sociaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil attendendo :

Que a sublevação ocorrida na Escola de Aviação Militar e no 3º regimento de infantaria a 27 de novembro de 1935 faz parte de um plano geral de subversão das instituições politicas e sociaes ;

Que, apesar de dominada militarmente essa sublevação, elementos extremistas ainda procuram novas sedições ; as munições, explosivos e documentos apreendidos confirmam e revelam essas actividades criminosas — o que tudo caracteriza a continuidade do delicto ;

Que, segundo dispõe a emenda n. 2 da Constituição da Republica, o official que participar de movimento subversivo das instituições politicas e sociaes perderá patente e posto, por acto do Executivo, sem prejuizo de outras penalidades, resalvados, porém, os effeitos da decisão judicial que no caso couber ;

Que os officiaes abaixo indicados foram presos de armas na mão, no acto de sublevação a que se fez referencia, conforme se apurou em inquerito militar ;

(*) Reproduz-se por ter sahido com incorrecção no Boletim do Exercito n. 1 de 5-1-936.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 1945

Boletim do Exército n. 16

Publico, de ordem do Exmo. Sr. Ministro, para conhecimento do Exército e devida execução, o seguinte :

1ª PARTE

Anistia — "Companhia Nacional de Mineração e Força" considerada de interesse militar — Estabelecimento de Subsistência da 6ª Região Militar (Criação) — 1º Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco — Território Federal do Guaporé (Divisão administrativa e judiciária)

ANISTIA

DECRETO-LEI N. 7.474 — DE 18 DE ABRIL DE 1945

Concede anistia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta :

Art. 1º. É concedida anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934 até a data da publicação deste Decreto-lei.

§ 1º. Não se compreendem nesta anistia os crimes comuns não conexos com os políticos, nem os praticados, em tempo de guerra, contra a segurança do Estado e definidos no Decreto-lei n. 4.766, de 1 de outubro de 1942.

§ 2º. Consideram-se conexos para os efeitos deste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 2º. A reversão dos militares, beneficiados por esta lei, aos seus postos, ficará dependente de parecer de uma ou mais comissões militares, de nomeação do Presidente da República.

Art. 3º. Os funcionários civis poderão ser aproveitados nos mesmos cargos semelhantes, à medida que ocorrerem vagas e mediante revisão oportuna de cada caso, procedida por uma ou mais comissões especiais de nomeação do Presidente da República.

Art. 4º. Em nenhuma hipótese terão os beneficiados por este Decreto-lei direito aos vencimentos atrasados ou suas diferenças, e bem assim a qualquer indenização.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Agamenon Magalhães.
Henrique A. Guilhem.
Eurico G. Dutra.
José Roberto de Macedo Soares.
A. de Sousa Costa.
João de Mendonça Lima.
Apolônio Sales.
Gustavo Capanema.
Alexandre Marcondes Filho.
J. P. Salgado Filho.

("Diário Oficial" de 19-IV-945.)

Rio de Janeiro, 4 de março de 1950

Boletim do Exército n. 9

Publico, de ordem do Exmo. Sr. Ministro, para conhecimento do Exército e devida execução, o seguinte:

1ª PARTE

REFORMA DE MILITARES FILIADOS A PARTIDOS IMPEDIDOS DE FUNCIONAR LEGALMENTE

LEI N. 1.057 A — DE 28 DE JANEIRO DE 1950

Dispõe sobre a reforma dos militares que pertencerem, forem filiados ou propaguem as doutrinas de associações ou partidos políticos que tenham sido impedidos de funcionar legalmente

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei :

Art. 1º. Sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber, são declarados incompatíveis com o oficialato os militares que, ostentiva ou clandestinamente, pertencerem, forem filiados, ou exercerem atividades ligadas a partidos ou associações de qualquer espécie, impedidos de funcionar legalmente, nos termos do art. 141, § 12, última parte e 13 da Constituição Federal ou exercerem propaganda das doutrinas desses partidos ou associações, ou de idéias a que se refere o § 5º, *in-fine*, do referido artigo.

Parágrafo único. Consideram-se, entre outros, para efeitos desta lei, atos de filiação ou atividades ligadas a partidos ou associações a que se refere este artigo :

- a) a inscrição, ostentiva ou clandestina, como membro do partido ou associação ;
- b) a prestação ou angariação de valores em benefício do partido ou associação ;
- c) a colaboração, por qualquer forma nas atividades do partido ou associação.

Art. 2º. O oficial acusado de qualquer dos fatos a que se referem o art. 1º e seu parágrafo único será a seu pedido ou "ex-officio", submetido a Conselho de Justificação, na forma dos artigos seguintes.

Parágrafo único. Poderão determinar "ex-officio" a formação do Conselho de Justificação os Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica e os Comandantes de Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aeronáuticas, no tocante a oficiais das respectivas corporações e a eles subor-

EXERCÍCIO

ANO I - Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 6 de Fevereiro de 1958 - Nº 157

OS JORNAIS NOTICIARAM

ELEIÇÕES NO CLUB MILITAR A Cruzada Democrática na palavra do General Humberto Castelo Branco

As Forças Armadas compreendem que a Cruzada Democrática defende o nacionalismo conveniente ao Brasil, aquele que não se solidariza ao comunismo nem aos interesses de grupos — declarou à reportagem do «Jornal do Comércio» o General Humberto Castelo Branco, candidato à presidência do Clube Militar, comentando a receptividade do programa apresentado pela Cruzada. E acrescentou:

Compreendem também que a nossa chapa não é situacionista nem oposicionista e sim pela legalidade, pelo cumprimento do dever militar e pela elevação do nível profissional nas forças armadas.

Se eleita, a Cruzada pretende realizar o máximo em proveito do Clube, do seu patrimônio e de seus sócios.

Excepcional aceitação

Com referência ao resultado das votações nos Estados, declarou o General Castelo Branco:

As notícias, até agora, são ainda reduzidas. Há muita fantasia em torno dos resultados e a Cruzada não deseja enveredar por esses caminhos. As primeiras notícias vindas dos Estados são, de maneira geral, favoráveis à Cruzada. O Diretório tem, por outro lado, recebido demonstrações de simpatia de elementos de todos os postos do Exército.

(Transcrito do «Jornal do

to, das Armas, do Serviço, QOA, QAO e QOE. Na Marinha e na Aeronáutica a chapa da Cruzada tem tido uma excepcional aceitação.

Um conjunto coeso e consciente

E prosseguiu o General Castelo Branco, que recebeu a reportagem no Clube de Oficiais da Reserva e Reformados das Forças Armadas, onde realizava uma reunião do Diretório da Cruzada:

É justo observar-se que a nossa chapa está sendo discutida, propagada e votada com nomes que apresentam um conjunto coeso e consciente. Todos os seus componentes foram consultados previamente e nela colaboram com uma autorização direta, sem restrições e com pleno conhecimento de causa. Este é um dos conceitos de seriedade e consciência das diretrizes da Cruzada quando lançou a chapa azul.

Não há problemas

Finalizando, disse o candidato da Cruzada, analisando o aspecto financeiro da campanha:

As contribuições têm coberto as nossas despesas e parece que não haverá problemas nesse setor. Convém ser assinalado que as contribuições são feitas exclusivamente pelos sócios do Clube Militar.

«Jornal do Comércio» de 31 Jan 58)

Noticiário

do Exército

ANO II
Rio de Janeiro, Quinta-feira, 7 de Maio de 1959
Nº 456

FIDEL CASTRO NO GABINETE DO MINISTRO

Em audiência especial, em seu Gabinete, o Sr. Ministro da Guerra recebeu a visita de Fidel Castro, 1º Ministro de Cuba, que se fez acompanhar do Embaixador do seu

e estrangeira prestavam toda atenção nos menores detalhes da palestra e nos gestos desses dois grandes chefes, em face a importância que a entrevista representava na per-

tas lágrimas e o sacrifício de vidas preciosas de chefes de famílias e de ilustres figuras de seu país.

O Marechal Teixeira Lott fez o mesmo em relação a nossa história.

Fidel Castro, depois de traduzir a sua admiração por tudo que tem visto no Brasil, mui especialmente pela perfeita organização do Exército Brasileiro e pela boa apresentação de seus soldados, passou a falar sobre o que, a seu juízo, representa a "Operação Pan-Americana" na América Latina, mas, frisou que não bastam medidas em conta-gotas, acha necessário que essas medidas sejam globais.

A palestra ainda se prolongou por algum tempo, durante o qual, foram trocadas impressões sobre assuntos comuns aos dois países amigos, e também, de um modo geral, sobre os principais problemas e objetivos de toda América Latina, dos quais Fidel Castro ficou surpreso por ver que o nosso país, com o uso de uma língua diferente dos demais países deste Continente, tem os seus sentimentos, interesses e idéias perfeitamente identificados com os seus irmãos da América do Sul.

Fidel Castro conversa animadamente com o Marechal Teixeira Lott

pais, do Ministro da Guerra do Chefe da Força Naval e de Adidos Militares.

Num ambiente de cortezia em que os assuntos focalizados em termos patrióticos, de ambas as partes, representantes da imprensa brasileira

petuação da sólida amizade existente entre os povos cubano e brasileiro.

Fidel Castro fez um relato da História de sua Pátria que desgraciadamente já esteve sujeita a três ditaduras, que custaram aos cubanos mui-

PROCLAMAÇÃO AO EXÉRCITO E AO POVO BRASILEIRO

Por não ter sido bem compreendido o nosso espírito de tolerância, sou levado a adotar, de pronto, uma série de providências, com vista à reafirmação do princípio da autoridade, em todos os escalões da hierarquia militar.

O Ministro da Guerra, como Comandante efetivo do Exército e líder de sua classe, espera que todos se congreguem em torno de sua autoridade a fim de que possa deter a onda de indisciplina que uma pequena parcela pretende desencadear visando a abalar os alicerces da nossa organização.

Neste momento, reiterando recomendações anteriores, conclamo os companheiros a retornarem ao caminho do dever, da ordem e da lei.

Com o apoio incondicional do Exmo Sr Presidente da República e com os olhos voltados para o espírito de tolerância de CAXIAS e o pulso de ferro de FLORIANO, na qualidade de Comandante do Exército, desejo deixar bem claro que qualquer ato de indisciplina, venha de onde vier, parta de onde partir, será prontamente repellido. Portanto, as transgressões das leis, dos regulamentos e das ordens, em vigor, serão punidas exemplarmente, inclusive, conforme o caso, com a transferência dos militares faltosos.

O nosso Presidente assume o compromisso de nos prover, progressivamente, de todas as nossas necessidades, na conformidade das possibilidades financeiras da Nação: Vencimentos reajustados, assistência social à nossa família, casa própria e de guarrição, reaparelhamento material do Exército. Os vencimentos serão reajustados imediatamente, porém os demais anseios e reivindicações virão paulatinamente, de forma que antes do término do seu Governo tenhamos alcançado cerca de 50% daquilo que precisamos para bem cumprirmos nossa missão.

Conto com a cooperação de todos para dar ao País o clima de sossêgo que ele precisa. Os chefes militares, qualquer que seja o escalão, não podem mais tolerar a falta de exação ao cumprimento do dever, por parte de seus subordinados, sob pena de se tornarem coniventes com eles e serem responsabilizados pelas suas fraquezas.

Ninguém mais falará, senão o Chefe do Exército, que somente o fará quando se tornar necessário.

Os boletins de assunção e passagem de comando, de datas festivas, etc, terão de ser redigidos de conformidade com as normas regulamentares. Nenhum excesso será tolerado, admitindo-se apenas um extrato do programa de realizações ou do relato daquilo que foi feito.

Para restabelecer a disciplina e a confiança nos Chefes, torna-se indispensável a cooperação sincera e leal de todos. Portanto, quem não quiser prestá-la, será afastado de suas funções e posto de lado, arcando com os prejuízos ditados pela sua intolância.

Permito-me, neste instante, invocar o espírito dos nossos grandes vultos, para tentar a pacificação dos ânimos de quantos vêm concorrendo para tumultuar a paz da família brasileira. Certamente serei compreendido nos meus designios antes de fazer uso da autoridade que me concede a lei.

Ainda mais, apelo para todas as classes sociais no sentido de se congregarem e se unirem a nós para que sejam restabelecidos o princípio da autoridade e o clima de harmonia, de forma a permitir que o Brasil retome sua gloriosa caminhada para conquistar, em pouco tempo, o lugar de destaque que lhe cabe no concerto das grandes potências e, poder assim, tratar com todas elas em condições de igualdades.

O Congresso e a Justiça merecem o nosso apoio e acatamento. Por isso mesmo apelo para o Congresso no sentido de nos conceder os recursos para os meios materiais necessários ao nosso reaparelhamento, bem como que atualize a legislação militar vigente. Apelo para a Justiça a fim de que nos conceda o seu apoio moral, dando-nos a segurança de que as transgressões da lei receberão o tratamento que merecem. Apelo, enfim, para todos os bons brasileiros que nos apoiem nesta grande marcha que agora empreendemos.

O nosso Presidente não se afastará um milímetro da lei, para o que contará com o nosso incondicional apoio. Mas o seu espírito de tolerância contra os seus detratores não poderá mais perdurar. Serão eles tratados, como parecem desejar, de conformidade com a Lei de Segurança do Estado. Neste sentido, como noutros semelhantes há-de contar, por certo, com a irrestrita solidariedade do Exército.

O País, mercê de Deus, voltará a caminhar com segurança e a passos largos para a recuperação do tempo porventura perdido.

Voltei ontem de Brasília, que é o coração nôvo do Brasil, com fundadas esperanças nos dias grandiosos que, a partir do atual momento, vamos encetar para os destinos auspiciosos de nossa querida Pátria.

(a) JAIR DANTAS RIBEIRO
Ministro da Guerra

ti-
no
te-
...
al,
m,
is,
n-
o-
ia

...
lo
ti-
n-
s-
u-
u-
la
r-
s-
le
n

...
l
e
e
...
l

...
da
CPO

Noticiário do Exército

ANO VII —:— Rio de Janeiro, Quarta-feira, 15 de abril de 1964 —:— Nº 1644

PASSAGEM DE CHEFIA DO EME

Em cerimônia realizada no Estado-Maior do Exército, às 1600 horas do dia 13 do corrente mês, o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco transmitiu ao General Emilio Maurell Filho a Chefia do EME. Compareceram altas autoridades civis e militares, tendo feito uso da palavra, na ocasião, o General Castello Branco, que assim se expressou:

«Deixo, hoje, a Chefia do Estado-Maior do Exército por ter sido chamado, pelo voto do Congresso Nacional, a exercer a Presidência da República, neste fim de período governamental. Durante minha gestão, que ora termina, procurei cumprir, o mais plenamente possível, as atribuições que me competiam, com austero senso da dignidade das minhas funções e do meu posto e o propósito bem definido de alcançar o mais elevado grau de eficiência, em benefício do Exército e do País. Se nos sete meses de minha chefia consegui conduzir os trabalhos afetos ao EME em quase normalidade e com resultados ainda positivos, devo-o, sem dúvida alguma, às devotadas equipes de oficiais que integram os vários escalões de planejamento e estudos, de alto a baixo da estrutura do órgão, desde as Subseções e Subdivisões, Divisões e Seções até o Gabinete e Subchefias, além das Diretorias e Escolas de alto nível diretamente subordinadas. Cumprime, de justiça, salientar a prestimosa colaboração.

Por outro lado, conforta-me profundamente que neste EME, sob minha direção, tenha, em dias recentes, presenciado a unanimidade de pensamento e de ação dos esclarecidos oficiais que aqui servem, demonstrando todos, com iniciativa, admirável unidade de doutrina e alta compreensão cívica quando souberam eleger, patrioticamente, o caminho certo, na defesa das instituições militares ameaçadas e das instituições políticas já sob o fogo cerrado da subversão, tanto ideológica como oportunista. A todos, o meu reconhecimento de antigo Chefe e camarada.

No momento em que saio desta casa, encerro também, voluntariamente, minha vida militar no serviço ativo do Exército. E é para mim grande honra fazê-lo neste órgão que é o mais elevado de toda a nossa organização profissional do Exército.

Deixando a atividade militar, remonto a um passado longínquo, com a evocação da memória de meu pai, um modesto e velho soldado, e do ano em que, muito jovem ainda, ingressei no Colégio Militar de Porto Alegre, onde colhi frutos da educação cívica e exaltação patriótica que ali vicejavam. Iria depois, sucessivamente, frequentar a Escola Militar do Realengo, num ambiente todo concentrado na atividade profissional e sob o calor do mais puro entusiasmo pela carreira das armas — e aí fazia da Infantaria a Arma de minha

(Conclui na 4ª página)

General Castello Branco e Maurell Filho, quando pronunciavam seus discursos na transmissão de Chefia do Estado-Maior do Exército

Um aspecto do auditório do EME, por ocasião da passagem de Chefia

da CPO

DECRETOS

**INSURREIÇÃO COMUNISTA
DE 1935**

ORDEN DO DIA CONJUNTA

O MUNDO vive, há cerca de 50 anos, no ambiente conturbado da Guerra Revolucionária Comunista, iniciada com a vitória bolchevista na Rússia.

No Brasil, a primeira demonstração dessa guerra ocorreu em 1935, quando os comunistas tentaram apoderar-se do Governo, por meio de uma traiçoeira luta armada.

Derrotados pela repulsa nacional às suas idéias, sofreu o seu partido declínio.

Mudou, então a tática: infiltração progressiva em postos-chaves, através de uma paciente doutrinação e da corrupção. Desta forma, lograram os vermelhos alcançar, em 1963 e início de 1964, uma situação de grande influência, que lhes deu a ilusão de ter o poder em suas mãos. Foram, entretanto, derrotados pelas forças vivas da Pátria. Mas, sua atividade subversiva não cessou: agora, se reveste da forma de guerra psicológica, que visa a desmoralizar a obra restauradora de 31 de março e a comprometer o atual Governo perante a opinião pública.

Portanto, o comunismo, seja qual for a forma por que se apresente, é contrário aos legítimos interesses nacionais. Eis porque, nas situações de crise, como as de novembro de 1935 e de março de 1964, ou face à atuação nefasta de seus adeptos, o Povo Brasileiro encontrará, sempre, suas Forças Armadas unidas e vigilantes. É o cumprimento de sua missão suprema, no quadro da Segurança Nacional, a qual não pode e não deve repousar, apenas, sobre as Forças Militares. É tarefa, também, de dirigentes, trabalhadores, estudantes e donas-de-casa, de magistrados e legisladores. Pois a ninguém é dado usufruir a liberdade e a democracia gratuitamente. Cabe a todos colaborar na manutenção e aperfeiçoamento destas.

Para que não tenha sido em vão o sacrifício dos que lutaram contra a insurreição comunista de 1935; para que outros não precisem mais pagar com seu sangue generoso o direito de continuarmos a ser livres e de vivermos segundo a nossa própria maneira, impõe-se o abandono de privilégios injustificáveis, o renascimento do civismo, a colocação do bem comum acima dos interesses pessoais.

Tenhamos sempre presente o exemplo magnífico e edificante daqueles que souberam oferecer suas vidas, em holocausto, aos nobres ideais democráticos do nosso povo!

VICE-ALMIRANTE ERNESTO DE MELO BAPTISTA; Ministro da Marinha

GENERAL-DE-EXÉRCITO ARTHUR DA COSTA E SILVA; Ministro da Guerra

MAJOR-BRIGADEIRO NELSON FREIRE LAVANÈRE WANDERLEY; Mi-
nistro da Aeronáutica.

PORTAPIAS

1.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

O MINISTRO da Guerra, com relação ao assunto em epigrafe, baixou o Aviso N.º GB 55-CDRPE, de 19 de março de 1965, do seguinte teor:

"COMEMORAÇÕES DO 1.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA"

Considerando a necessidade de comemorar com brilho o 1.º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, acontecimento do mais alto significado histórico, resolve:

1 — Diretrizes Básicas para as Comemorações

a) — Dar ênfase ao fato de haver sido instaurada, pela Revolução, uma democracia de oportunidades, através das reformas feitas ou encaminhadas e do desenvolvimento com estabilidade, que ela programou.

b) — A temática de todas as comemorações versará sobre dois fatos fundamentais:

(1) — O dia 31 de março representa o início do processo revolucionário democrático, que ainda continua em desenvolvimento;

(2) — O bom êxito da Revolução depende de cada um dos brasileiros, tendo em vista o combate à concepção de governo paternal e imediatista, tão difundida entre o povo em geral.

c) — As OM deverão dar apoio às adesões espontâneas às comemorações, por parte das associações de classe, como federações, sindicatos, etc.

2 — O Programa Mínimo de Comemorações é o seguinte:

24 de março — Início das comemorações, com a inauguração do ciclo de esclarecimento sobre a obra revolucionária no País e no Exército.

Será dada ênfase às realizações feitas e às que se acham em curso de execução, afirmando-se a esperança em dias sempre melhores.

25 a 30 março — Prosseguimento do trabalho de esclarecimento sobre a obra revolucionária, ao qual se procurará dar a maior divulgação possível, em todos os públicos.

31 de março

Manhã — Alvorada festiva.

— Serviço religioso, pelos diferentes credos, de ação de graças pela vitória da Revolução e pelo bom êxito alcançado.

— Desfile militar, sempre que possível combinado com as demais Forças Armadas.

— Abertura dos quartéis à visitação pública (a critério dos respectivos Comandos).

— Confraternização dos militares e de correntes de opinião revolucionárias, numa prova de coesão e firmeza dos revolucionários de 31 de março.

12 horas — Salvas de artilharia, leitura em forma geral, da Ordem do Dia ministerial alusiva à data.

20 horas — Retrêtas.

Parte social (atividades sociais de caráter festivo, para oficiais, praças e civis)".

A REVOLUÇÃO FÊZ ...

... O POVO E AS FÔRÇAS ARMADAS ...

Em quase todas as cidades do País, sucederam-se as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", reunindo milhões de brasileiros, de todas as camadas sociais, que foram demonstrar, nas ruas, o seu repúdio ao credo comunista. Atendendo aos apelos, as Forças Armadas deixaram os quartéis, e, com a participação de inúmeros civis, varreram do poder a corrupção e a tráfego à Pátria, pondo em fuga os aventureiros que haviam tentado implantar no País o comunismo.

Por onde passaram, as tropas foram calorosamente aplaudidas, evidenciando o apoio popular à Revolução de 31 de Março de 1964.

... UNIDOS PELO MESMO IDEAL ...

... Fizeram a Revolução de 31 de Março de 1964, Restaurando a Hierarquia e a Disciplina nos Quartéis, Restabelecendo a Autoridade em todos os Escalões e Impondo a Tranquilidade e a Ordem Pública Necessárias ao Progresso.

EXPEDIENTE NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO

Publicação do Ministério do Exército

Tiragem de hoje

4.000 exemplares

Distribuição gratuita

a todas as OMs

Redação

Edifício do Ministério

do Exército

Praga, Praça da Caxias

Águas Terres, Rio de

Janeiro - Guanabara

Redator-Responsável

Maj Humberto Vieira Lima

Telefones

Redator 43-7700

Oficial 43-7701

Informações 43-7702

Impressão e Distribuição

A cargo do

Estabelecimento (Gen) Gráfico

Orderno de Faria, Brasília

Rio de Janeiro - Guanabara

Obrigado, Indústria Nacional.

A Indústria Nacional fez entrega ao Exército, do EB-11-ERC 607. O EB-11-ERC 607 é um equipamento rádio de campanha, que utiliza transistores em todos os estágios do transmissor, receptor e fonte de alimentação. E, amigo. Você sabe o que isso representa? Ampliação da Indústria Nacional. Economia de divisas. Estimulo ao desenvolvimento tecnológico. Contribuição do Exército para a formação de mão-de-obra especializada. O orçamento militar investido em nosso parque industrial. Um Exército equipado. Eficiente. Apto à defesa dos interesses da Nação. Agora que você compreende, nós dizemos: Obrigado, Irmão! Obrigado, Indústria Nacional!

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, FEVEREIRO DE 1970

Noticiário do EXÉRCITO

ENTRADA: 2297
SAÍDA: 2297
Destino: 22
Emissão: 22/03/72
Pórtio: 04/03/72

1964-1972

Rio de Janeiro, quarta-feira, 29 de março de 1972 — N.º 3 566

Você Proporciona Segurança

Para Construir o Brasil

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, MARÇO DE 1972

SEMANA DO EXÉRCITO

Noticiário do EXÉRCITO

ANO XVI — Brasília, sexta-feira, 25 de agosto de 1972 — Nº 3.665

3º R. M. - E. M. - 2ª SEÇÃO

Protocolo

DA: 00858

25 Ago 1972

ORDEN DO DIA

25 de Agosto — Dia do Soldado

Luiz Alves de Lima e Silva

Na profissão das armas, de cadete a marechal, alimenta em tempos de paz a chama da genialidade, que vai fulgurar nas revoltas intestinas, unidade nacional; e que resplandece nas guerras externas ofuscando e confundindo e destruindo o adversário pela manobra engenhosa do comandante nunca levado, a provar o fel da derrota.

Na vida política, deputado e senador eleito por províncias que pacificou, ministro da Guerra e presidente do Conselho em vários Gabinetes, nacional.

Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, a nenhum outro brasileiro foi dado receber em vida tantas honrarias de par com tão altas, nidade, a autoridade nunca se deforma em prepotência, a glória nem lhe arranha a robusta couraça de humildade.

Mas é póstumo o título mais valioso, renovado a cada ano na data de seu nascimento, porque o consagra como modelo esplêndido de todas as virtudes militares, trazendo-o de volta das culminâncias do marechalato, ao primeiro grau de hierarquia da farda: CAXIAS. O SOLDADO.

Meus camaradas!

Homenagem maior não se lhe poderá prestar do que, no seu dia, no cercos morais e o idealismo cívico de nossa profissão:

Creiamos na obediência ativa, que não submete ao homem, mas ao superior unguido do poder de mando emanado dos regulamentos.

Pratiquemos a disciplina — alma de um exército — até que se incorpore à nossa personalidade como um hábito prazerosamente cultivado. Severa mas justa, franca, leal, ela iguala chefes e subordinados, em toda a verticalidade da escala de graduações, no respeito aos mesmos princípios.

Cultivemos a camaradagem e o espírito de corpo, que fazem da Unidade uma família, do comandante um pai, do companheiro um irmão, e na renúncia.

Assumamos a responsabilidade no exercício da autoridade, seja ela a do sentinela em seu posto de guarda ou a do chefe em seu posto de comando, porque do exato cumprimento do dever de cada um nasce a eficiência da instituição e a segurança da Pátria. É esse o verdadeiro patriotismo, firmado no solene juramento de fidelidade que fazemos ao cruzar os umbrais da vida militar e provado na jornada memorável de 31 de março de 1964.

Fortifiquemos a vontade no dia-a-dia de nossa atividade, aprendendo a profissão, dominando o comodismo e combatendo a preguiça, submetendo o corpo ao espírito e aceitando o desconforto, o cansaço e o medo com a certeza de que estamos desenvolvendo nossa coragem. Porque a coragem não nasce com o homem, nem lhe pode ser inoculada na hora do perigo, se antes, com estoicismo e determinação, não aprendeu a querer.

Soldados!

É essa a lição da História, é esse o exemplo luminoso da vida de Caxias.

Cuidai do armamento moderno e potente, familiarizai-vos com seu emprego, conservai o material e o equipamento com carinho e dedicação, tirai proveito, para vossa formação profissional, dos onerosos exercícios no campo, mas não vos esqueçais:

De nada valerá, na garantia da integridade e da soberania da Pátria, o Exército em que faltar a força da coesão e a centelha ardente da moral, feitas de obediência, disciplina, vontade, coragem, dedicação, camaradagem, responsabilidade e espírito de corpo.

Brasília, DF, 25 de agosto de 1972.

Orlando Geisel
Ministro do Exército

CRONOLOGIA

1803 — 25 de agosto: nasce na Fazenda Taquaraçu, Província do Rio de Janeiro, Luiz Alves de Lima e Silva.

1818 — Luiz Alves matricula-se na Real Academia Militar; logo depois, é promovido a Alferes.

1821 — Promovido a Tenente é destacado para o 1º Batalhão de Fuzileiros, unidade de elite do Exército do Rei.

1822 — Dom Pedro I proclama a independência do Brasil. É criado o Batalhão do Imperador, para o qual o jovem é escolhido como 1º ajudante. Com o Batalhão, parte Caxias para a Bahia onde os portugueses não aceitavam a independência.

1824 — Promovido a Capitão recebe a primeira de uma longa série de condecorações: a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. — Luiz Alves marcha para a Província Cisplatina.

1829 — De volta ao Rio de Janeiro dos galões de Major, recebe a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

1835 — Eclozem a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul.

1837 — A Bahia é convulsionada pela Sabinada. Luiz

você constrói o Brasil com segurança

FATOR DE SEGURANÇA É INTEGRAÇÃO

Alves torna-se Tenente-Coronel.

1839 — Agora Coronel, é nomeado comandante-geral das Forças Militares do Maranhão e presidente dessa Província.

1841 — O chefe militar consegue reprimir a Balaiada, que havia dois anos agitava o Maranhão.

— 18 de julho: recebe o título nobiliárquico de Barão de Caxias.

1842 — Em São Paulo e Minas, começa a Revolução Liberal.

Depois de nomeado comandante das Armas do Corte (21 de março), comandante-chefe das Forças em Operação e vice-presidente da Província de São Paulo, Caxias consegue restabelecer a paz em Sorocaba e em Barbacena, centros rebeldes.

— 9 de novembro: Caxias é nomeado presidente e comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

1845 — 1º de março: o exército farroupilha rende-se a Caxias.

1846 — 11 de maio: Caxias, agora conde, ingressa no Senado.

1851/52 — Lima e Silva é o comandante-em-chefe dos exércitos brasileiros nas guerras contra Oribe e Rosas.

1855 — Assume o cargo de ministro da Guerra.

1865 — Forma-se a Triplique Aliança.

1869 — Caxias entra vencedor em Assunção, capital do Paraguai.

— 23 de março, torna-se duque.

1875 — O Duque de Caxias é nomeado para a presidência do Conselho de Ministros.

1880 — Morre na Fazenda do Barão de Santa Mônica (Vassouras) Luiz Alves de Lima e Silva, e seu corpo é levado à Corte.

1962 — Patrono do Exército Brasileiro.

NOTICÁRIO DO EXÉRCITO

Brasília, sexta-feira, 11 de abril de 1975

Nº 4 301

Ministro Visita Guarnição de Bagé

O Ministro do Exército — Gen Ex Sylvio Frota, acompanhado do Gen Ex Fritz Azevedo Manso — Ch EME, e do Gen Bda Paulo Miranda Leal — Cmt 3ª Bda C Mec, visitou a Guarnição de Bagé, como parte da sua programação de visitas ao III Exército.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, ABRIL DE 1975

EXÉRCITO

Brasília, terça-feira, 29 de julho de 1975 —:— Nº 4 374

stro

Reunião do Alto Comando do Exército

duições que
ve mandar
13 Jul 75,
do Art 86
lo Ricardo
5).

o Art 84
r o Major
a de Paula
nselho Es-
370, de 14
el Moraes

Pelo
blica

om os Art
ez 71, re-
Vespasia-
a que faz
7, item 2,
por estar
Jul 50, e

m os Art
letra «h»

O Ministro Sylvio Frota presidiu, no dia 24 do corrente, no Quartel-General do SMU, a reunião do Alto Comando do Exército.

Na oportunidade, foram debatidos assuntos pertinentes à Administração e examinados os nomes que comporão a lista de promoções a General-de-Brigada, que será assinada pelo Presidente da República, no dia 31 do corrente.

Discurso do Presidente

«Agradeço as palavras generosas do Exm^o Sr. Ministro do Exército, que, em nome dos Oficiais-Generais das Forças Armadas aqui presentes, acaba de me saudar, ao ensejo deste Natal.

«Agradeço também, e muito penhorado, os votos que me fazem de feliz Ano Novo, repleto de realizações, votos esses extensivos à minha família.

«Agradeço, sobretudo, a oportunidade muito especial de rever velhos camaradas e amigos, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nesta reunião plena de gratas recordações para quem foi e é, antes de tudo, um soldado.

«Chegamos ao fim de 1975. Para nós, brasileiros, foi um ano difícil, principalmente do ponto de vista econômico, seja pela adversa situação internacional, com graves reflexos internos, seja pela ocorrência de anomalias climáticas, que foram extremamente prejudiciais.

«Conseguimos, não obstante, assegurar o desenvolvimento do País, num ambiente de paz, de ordem, de liberdade e de trabalho, e no qual as atividades institucionais se exerceram em toda plenitude.

«Da tarefa que foi realizada, cabe importante parcela às Forças Armadas, que, unidas, bem cumpriram seu dever, embora com real sacrifício de seu bem-estar e prejudicadas no seu aparelhamento material — muito aquém do que deve corresponder às necessidades e à estatura já alcançada pelo Brasil.

«Como militar de vocação e de formação, com anos e anos vividos em quadras intranquílias da vida nacional, valorizo altamente o espírito de coesão, no incansável devotamento ao serviço da Pátria, que, hoje, vigorosamente, cimenta a união das Forças Armadas.

«Esse espírito é, sem dúvida, uma decorrência da nítida compreensão do relevante papel que lhes cabe como instituições nacionais permanentes, essenciais à execução da política de segurança, notadamente quando se tem em vista a árdua construção do sistema de vida democrática a que se propôs a Revolução de 1964, adequado, de fato, às peculiaridades da nossa terra e de nossa gente.

«Tornaram-se elas, assim, não só merecedoras do apoio e do apreço que o povo brasileiro, certamente, não lhes regateia, como, também, credores do reconhecimento do meu Governo, pela lealdade consciente e dedicação com que vêm pautando suas atividades.

«Encaro a perspectiva de novo ano de 1976 sem pessimismo, mas com confiança: confiança na evolução positiva da conjuntura; confiança em nossas potencialidades; confiança no valor do brasileiro e, bem assim, confiança na capacidade da ação governamental, devidamente apoiada pelo povo, pela Aliança Renovadora Nacional e pelas Forças Armadas.

«Em caráter mais restrito, confio — e esses são meus votos dirigidos às Forças Armadas — que elas prosseguirão, devotadamente, a trabalhar unidas, em comunhão com o povo de que se originam, imunes à insidiosa infiltração subversiva, em constante aperfeiçoamento, com quadros cada vez mais capazes, com crescente motivação profissional e, principalmente, que continuarão a atuar, sem facciosismo, em permanente benefício da Nação.

«Desejo aos que aqui estão e a todos os que servem nas organizações militares do País e a seus familiares um feliz Natal e um ano de 1976 cheio de venturas.

«Peço que me acompanhem num brinde pela nossa união em prol da grandeza do Brasil.»

ANO XIX

—:—

Brasília, quarta-feira, 28 de janeiro de 1976

—:—

Nº 4 499

Ministro Elogia Gen Ednardo

O Ministro do Exército, ao ensejo da exoneração do General-de-Exército **Ednardo D'Avila Mello** do Comando do II Exército e de sua nomeação para a Chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa, resolve elogiá-lo, nos seguintes termos:

Após dois anos de intensa atividade, à frente do II Exército, cujo comando assumiu a 7 de janeiro de 1974, deixa estas importantes funções o Gen Ex **Ednardo D'Avila Mello**, cercado do respeito dos seus subordinados e do reconhecimento do seu Chefe imediato.

No desempenho do cargo a que tanto se devotou, confirmou, uma vez mais, suas virtudes de caráter, seu contagiante entusiasmo e sua elevada capacidade profissional, sobejamente evidenciados em sua profícua vida militar.

Exercendo jurisdição sobre extensa área do território nacional, na qual se situam alguns dos mais adiantados núcleos populacionais e econômicos do País, bem como, longas faixas de fronteira, procurou este ilustre Oficial-General inteirar-se das peculiaridades dessa vasta região, de forma a estabelecer adequadas medidas de segurança, externa e interna, e de relacionamento com as comunidades civis. Com este propósito, levou o estímulo de sua presença a,

praticamente, todas as guarnições do seu Grande Comando, desenvolvendo louvável trabalho de esclarecimento e orientação.

Devotado à carreira que tanto tem dignificado — inclusive na guerra, quando se distinguiu nos campos de batalha da Itália —, dedicou especial atenção aos aspectos relacionados com a instrução e o adestramento dos quadros e da tropa, sem se descuidar de prover adequado apoio administrativo às Organizações Militares subordinadas. O alto grau de operacionalidade alcançado pelo II Exército é fruto, sem dúvida, da genuína vocação de soldado de seu Comandante, preocupado, antes de tudo, com a eficiência do complexo instrumento militar sob suas ordens.

Dotado de profundas convicções democráticas, suas posições foram sempre inspiradas em seu acendrado patriotismo e tomadas com clareza e dignidade. Estes mesmos sentimentos levaram-no a participar, ativamente e desde a primeira hora, da Revolução de 1964, em cujo desenrolar assumiu papel relevante.

Como membro do Alto Comando do Exército, sua atuação caracterizou-se pelo perfeito conhecimento da Instituição, auido em várias comissões de relevo, exercidas no Brasil e no exterior. Seu caloroso sentimen-

to de camaradagem e sua escrupulosa lealdade ofereceram-me, em mais de uma oportunidade, o apoio para a tomada de decisões delicadas, a respeito de problemas submetidos àquele alto órgão colegiado.

Ao agradecer a eficiente e prestimosa cooperação prestada à minha Administração por este distinto companheiro e amigo, louvo-o pelos resultados obtidos no Comando de que ora se afasta e formulo sinceros votos de felicidade em suas novas e importantes funções (INDIVIDUAL).

Noticiário do Exército

Brasília, quinta-feira, 13 de outubro de 1977 N.º 0001 — ESPECIAL

Gen BETHLEM, Novo Ministro do Exército

O Presidente da República, por ato de 12 de outubro, exonerou o General-de-Exército Sylvio Couto Coelho da Frota do cargo de Ministro do Exército, nomeando para substituí-lo o General-de-Exército Fernando Belfort Bethlem.

Dados Biográficos do Gen Ex Fernando Belfort Bethlem

FILIAÇÃO:
Pai: Mario da Câmara Lobo Bethlem.
Mãe: Maria Regina Bethlem.

ARMAS DE ORIGEM: — Cavalaria

CONDECORAÇÕES NACIONAIS:
Ordem do Mérito Naval — Grande Oficial.
Medalha Militar de Ouro, com Passador de Platina.
Medalha do Pacificador.
Medalha Marechal Hermes (Prata dourada com 1 coroa).
Ordem do Mérito Aeronáutico — Grande Oficial.
Ordem do Mérito Militar — Grã-Cruz.
Medalha de Campanha.
Medalha de Guerra.
Medalha Mérito Santos Dumont (Prata).
Medalha Mérito Tamandaré.
Ordem do Rio Branco — Grande Oficial.
Ordem do Mérito Médico.

DATAS DE PRAÇA E DE PROMOÇÕES:
Praça, em 1.º de abril de 1932.
Asp, em 29 de dezembro de 1934.
2.º Ten, em 12 de setembro de 1935.
1.º Ten, em 3 de maio de 1937.
Cap, em 15 de abril de 1943.
Mai, em 25 de julho de 1951, antiguidade.
Ten Cel, em 25 de setembro de 1954, merecimento.
Cel, em 25 de agosto de 1961, merecimento.
Gen Bda, em 25 de novembro de 1966.
Gen Div, em 25 de julho de 1971.
Gen Ex, em 31 de março de 1976.

(Conclui na 4.ª página)